

**Ministério das Cidades
Secretaria Nacional de Habitação**

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como Tomada de Contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 63/2010, da DN do TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, da Portaria TCU 123, de 12 de maio de 2011 e Portaria CGU nº 2546, de 27 de dezembro de 2010.

Unidades Gestoras relacionadas:

**560005
560015
560017
560018
560019
560020**

Unidade responsável: Secretaria Nacional de Habitação

Brasília/DF - 2012

SUMÁRIO

1 – ITEM 1 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	8
2 – ITEM 2 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	9
2.1 – Responsabilidades institucionais da unidade:	9
2.2 – Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:	11
2.2.1 – Análise do andamento do plano estratégico da unidade.....	14
2.2.1.1 – Elaboração e aprimoramento de normativos para regulamentação dos programas	14
2.2.1.2 – Continuidade o processo de aprimoramento de sistemáticas de seleção de projetos habitacionais. 18	
2.2.1.3 – Monitoramento das operações e avaliação das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos 18	
2.2.1.4 – Apoio a entes públicos na implementação de intervenções habitacionais	22
2.2.1.5 – Promoção de capacitação dos tomadores de recursos.	23
2.2.1.6 – Promoção da articulação com os demais Ministérios e órgãos de governo.	23
2.3 – Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	25
2.3.1 – Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	25
2.3.1.1 – Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	25
2.3.1.2 – Programa 0810 – Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H.....	26
2.3.1.3 – Programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários..	
.....	28
2.3.1.4 – Programa 1136 – Fortalecimento da Gestão Urbana	35
2.3.1.5 – Programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	37
2.3.1.6 – Programa 9991 – Habitação de Interesse Social	47
2.3.1.7 – Programa 1321 – Habitação de Mercado	52
2.4 – Desempenho Orçamentário e Financeiro:	55
2.4.1 – Programação orçamentária da Despesa.....	55
2.4.1.1 – Programação das Despesas Correntes	55
2.4.1.2 – Programação de Despesa de Capital	55
2.4.1.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas	56
2.4.2 – Execução Orçamentária da Despesa	58
2.4.2.1 – Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.....	58
2.4.2.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	60
2.4.3 – Indicadores Institucionais	60
3 – ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	62
3.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	62
3.2 – Análise Crítica	62
4 – ITEM 5 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	62
5 – ITEM 6 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	64
5.1 – Subitem 6.1 do item 6 – Instrumentos de transferências vigentes no exercício.....	64
5.2 – Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse.....	64
5.3 – Análise Crítica	65
6 – ITEM 7 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	65
7 – ITEM 8 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	65
8 – ITEM 9 DA PARTE ‘A’ DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	65
8.1 – Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	65
9 – PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	68
10 – ITEM 1 DA PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	91
11 – ITEM 33 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	91
11.1 – Demonstrativo das obras atrasadas e as paralisadas ao longo do exercício	91

Quadros

Quadro I – Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	8
Quadro II – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	25
Quadro III – Execução Física das ações realizadas pela UJ no Programa 0310.....	26
Quadro IV – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	26
Quadro V – Execução Física das ações realizadas pela UJ no Programa 0810	27
Quadro VI – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	28
Quadro VII – Execução Física das ações realizadas pela UJ no Programa 1128	34
Quadro VIII – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	35
Quadro IX – Execução Física das ações realizadas pela UJ no Programa 1136.....	35
Quadro X – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	37
Quadro XI – Execução Física das ações realizadas pela UJ no Programa 0909.....	37
Quadro XII – Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregada.....	41
Quadro XIII – Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregada	43
Quadro XIV – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	47
Quadro XV – Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	47
Quadro XVI – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	52
Quadro XVII – Execução Física das ações realizadas pela UJ no Programa 1321	52
Quadro XVIII – Identificação das Unidades Orçamentárias	55
Quadro XIX – Programação de Despesas Corrente	55
Valores em R\$ 1,00	55
Quadro XX – Programação de Despesas Capital.....	56
Quadro XXI – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	56
Quadro XXII – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	57
Quadro XXIII – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ.....	58
Quadro XXIV – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	59
Quadro XXV – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	60
Quadro XXVI – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	62
Quadro XXVII – Estrutura de controles internos da UJ	66
Quadro XXVIII - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	68
Quadro XXIX - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	74
Quadro XXX - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	74
Quadro XXXI - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	90

Figuras

Figura 1 – Distribuição do empenho do Programa 1128 nas Unidades Orçamentárias 56101 e 56902 (Fonte: SNH/GGEST).....	29
Figura 2 – Contratações do PMCMV em municípios com menos de 50 mil habitantes até 2011.....	40
Figura 3 – Contratações mensais no SBPE em 2011.	54
Figura 4 – Contratações SBPE por ano até 2011	54

Tabelas

Tabela I – Resultados do preenchimento do remo nas suas duas edições.....	21
Tabela II – Resumo geral das operações - Programa 1128 (PAC 2).....	30
Tabela III – Resumo geral das operações - Programa 1128, Ação 10S3 (PAC 1).....	31
Tabela IV – Situação das obras paralisadas no exercício - Programa 1128, Ação 10S3 (PAC 1).....	31
Tabela V – Resumo geral das operações - Programa 1128, Ação 10S3 (PAC 2) em milhões	32
Tabela VI – Execução Física/Financeira – Programa 1128, Ação 10S3	33
Tabela VII – Resumo geral das operações – Programa 1136, Ação 8873 (PAC2) em milhões.	36
Tabela VIII – Execução Física/Financeira - Programa 1136, Ação 8873.....	36
Tabela IX – Resumo geral das operações – Financiamento (PAC 1)	48
Tabela X – Situação das obras paralisadas no exercício - Financiamento (PAC 1)	48
Tabela XI – Resumo das conclusões – Financiamento (PAC 1).....	48
Tabela XII – Resumo geral das operações de financiamento	50
Tabela XIII – Resumo geral das operações - Programa 9556 (Financiamento - PAC 1)	51
Tabela XIV – Resumo geral das operações - Programa 9556 (Financiamento - PAC 2)	51
Tabela XV – Estimativa da necessidade de servidores para exercício	64

Abreviaturas

A - Atividade

ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança

BACEN - Banco Central

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CCFDS - Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social

CGFNHIS - Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

CGU - Controladoria Geral da União

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

DE - Determinação

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

EAD - Ensino a Distância

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial

FCP/SAN - Financiamento a Concessionários Privados de Saneamento

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FUPAM - Fundação para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente

GEPAC - Grupo Executivo

GGI - Grupo de Gestão Integrada

GGPAC - Comitê Gestor de Ministros

HBB - Habitar Brasil Bid

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN - Instrução Normativa

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

LOA - Lei Orçamentária Anual

OCI - Órgão de Controle Interno

OGU - Orçamento Geral da União

OP - Operações Especiais

P - Projeto

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAR - Programa de Arrendamento Residencial

PCS - Programa Crédito Solidário

PF - Pessoa Física

PHPE - Programa Habitacional Popular Entidades

PJ - Pessoa Jurídica

PlanHab - Plano Nacional de Habitação

PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social

PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PMI - Programa Multisetorial Integrado

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNH - Política Nacional de Habitação

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA - Plano Plurianual

PPI - Projeto Prioritário de Investimento

PSQ - Programas Setoriais da Qualidade

QCI - Quadro de Composição de Investimento

RA - Relatório de Auditoria
ReMO - Relatório de Monitoramento de Operações
RM - Região Metropolitana
RP - Restos a Pagar
SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEPAC – Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento
SFH - Sistema Financeiro da Habitação
SiAC - Sistema de Avaliação da Conformidade de Serviços e Obras
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Convênios
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SiMaC - Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos
SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil
SiNAT - Sistema Nacional de Avaliação Técnica e Produtos Inovadores
SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SNH - Secretaria Nacional de Habitação
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SPA - Síntese de Projeto Aprovado
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TAC - Termos de Acordo e Compromisso
TAL - Technical Assistance Loan
TC - Tomada de Contas
TCE - Tomada de Contas Especial
TCU - Tribunal de Contas da União
TS - Trabalho social
UGO - Unidade Gestora Orçamentária
UJ - Unidades Jurisdicionais
UO - Unidade Orçamentária
VI - Valor do Investimento

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por escopo a gestão dos programas e ações de responsabilidade da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), no âmbito das Unidades Gestoras 560015, 560017, 560018, 560019 e 560020, nos termos das determinações da Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU).

No decorrer do relatório são apresentadas as informações de identificação da unidade jurisdicionada, execução orçamentária e financeira, execução física e uma análise crítica das principais realizações do exercício, bem como destaca alguns problemas enfrentados ao longo do ano.

Inicialmente, são apresentadas as análises da SNH no âmbito da UO 56101. A SNH é responsável pela gestão, bem como pela elaboração de diretrizes e normas para execução dos programas.

A seguir, encontram-se os demonstrativos e análises elaborados pela Caixa Econômica Federal, Mandatária da União responsável pela operacionalização e acompanhamento dos repasses de recursos, no âmbito das Unidades Gestoras 175004, 560018, 560019 e 560020.

Conforme orientação recebida, a sequência dos quadros, tabelas e textos encontra-se em consonância com a Parte “A” do Anexo II da DN TCU nº 108/2010.

No Item 1, consta o Quadro A.1.1 – Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado. O Item 2 apresenta as Responsabilidades institucionais da Unidade Jurisdicionada e as estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.

O Item 3 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos: não se aplica ao presente relatório.

O Item 4 refere-se a pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.

O Item 5, no qual a DN TCU nº 108/2010 demanda Informações sobre Recursos Humanos, foi omitido por não se aplicar à Unidade Jurisdicionada.

Constam do Item 6 as informações sobre Transferências de Recursos.

Como não se aplicam à Unidade Jurisdicionada sobre a qual versa o presente relatório, foram, também, omitidos os itens de 7 a 14 do Anexo “A” da DN TCU nº 108/2010.

As informações sobre a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de bens e serviços conforme o Quadro A.10.1 do Anexo à Portaria TCU 123/2011 não foram apresentados, pois os procedimentos para a aquisição e contratação descritas são realizados pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) da Secretaria Executiva do Ministério.

As informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da SNH, classificados como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros conforme estabelecem os Quadros A.11.1, A.11.2 e A.11.3 do Anexo à Portaria TCU 123/2011 não foram informadas, pois as referidas informações não se aplicam à situação patrimonial da unidade. A gestão do patrimônio imobiliário do Ministério é feita pela SPOA.

A gestão da tecnologia da informação é centralizada na SPOA, dessa forma não foram incluídas neste relatório informações sobre o tema. A informação sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal (CPGF), conforme estabelecem os Quadros A.13.1 e A.13.2 do Anexo à Portaria TCU 123/2011 não se aplica a este relatório, pois nenhum dos servidores em exercício na SNH possui autorização para utilização do referido cartão.

Nos ANEXOS são apresentadas informações prestadas pelo Agente Operador dos Programas, a Caixa Econômica Federal.

1 ITEM 1 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro I – Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério das Cidades			Código SIORG: 42672
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Secretaria Nacional de Habitação			
Denominação abreviada: SNH			
Código SIORG: 74011	Código na LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 560005	
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Regulação, Controle, Definição de Política e Coordenação de Habitação; Administração Federal, Estadual e Municipal			Código CNAE: 84124/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2108-1929	(061) 2108-1912	(061) 2108-1992
E-mail: snh@cidades.gov.br			
Página na Internet: http://www.cidades.gov.br			
Endereço Postal: SAUS Quadra 01, Lotes 1/6, Bl H, Edifício Telemundi II, 11º andar, Brasília – DF – CEP 70.070-010.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome		Situação	Código SIORG
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS			
Denominação abreviada: FNHIS			
Código SIORG: 089595	Código na LOA: 56902	Código SIAFI: 560015	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Outros Fundos que, em razão de previsão legal, devam prestar contas ao Tribunal de Contas, incluindo os órgãos e entidades supervisores ou gestores e os bancos operadores desses fundos.			
Principal Atividade: Habitação para população de baixa renda.			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(061) 2108-1904	(061) 2108-1432	
E-mail: snh@cidades.gov.br			
Página na Internet: http://www.cidades.gov.br			
Endereço Postal: SAUS Quadra 01, Lotes 1/6, Bl H, Edifício Telemundi II, 11º andar, Brasília – DF – CEP 70.070-010.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 02			
Denominação completa: Caixa Econômica Federal			
Denominação abreviada: CAIXA			
Código SIORG: 77777	Código na LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 560018	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública Mandatária da União – Órgão Público			
Principal Atividade: Bancária–Mandatária/Agente Operadora dos recursos do OGU			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(061) 3206-9532	(061) 3206-9713	
E-mail: genef@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS, Quadra 04, Lotes ¾, Ed. Matriz I da Caixa – 2º andar – Brasília – DF – CEP 70.092-900			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 03			
Denominação completa: Fundo de Arrendamento Residencial			
Denominação abreviada: FAR			
Código SIORG: 77777	Código na LOA: 99999	Código SIAFI:	
Situação: ativa			

Natureza Jurídica: Outros Fundos que, em razão de previsão legal, devam prestar contas ao Tribunal de Contas, incluindo os órgãos e entidades supervisores ou gestores e os bancos operadores desses fundos.			
Principal Atividade: Habitação de Interesse Social			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(061) 3206-9052	(061) 3206-8960	(061) 2108-1929
E-mail: gesef@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS, Quadra 04, Lotes ¾, Ed. Matriz I da Caixa – 13º andar – Brasília – DF – CEP 70.092-900			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
SNH Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 Decreto nº 4.665, de 03 de abril de 2003			
FAR Lei nº 10.188/2001 – modificada pelas Leis nº 10.859/2004 e nº 11.474/2007. Regulamentada pelo Decreto nº 5.435/2005 e alterado pelo Decreto nº 6.819/2009. Lei nº 11.977/2009, modificada pela Lei nº 12.249/2010 e MPv nº 514/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 6.972/2009. Portarias do Ministério das Cidades nº 493/2007, nº 258/2008, nº 153/2010, nº 479/2010, nº 93/2010, nº 140/2010, nº 229/2010 e nº 368/2010.Portaria Interministerial Cidades e Fazenda nº 684/2007,CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei 10.257 de 10 de julho de 2001; Lei nº 10.683/2003, Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei 12.424 de 16 de junho de 2011; Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; e Lei Orçamentária Anual - LOA e Medida Provisória nº 561, de 8 de março de 2012.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria nº 227, de 04 de julho de 2003 – Ministério das Cidades.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Os manuais e publicações relacionadas às UJ são os documentos publicados em mídia impressa e/ou divulgados por meio eletrônico com o fito de fornecer orientação aos gestores e usuários para produção e utilização eficiente e eficaz dos produtos e serviços produzidos pelas unidades. Os manuais relativos às atividades desenvolvidas estão sendo reformulados: Manual para apresentação de propostas da ação orçamentária de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, do Programa Urbanização Regularização e Integração de Assentamentos Precários, executada com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e Manual de Projetos Prioritários de Investimento - PPI, da área Urbanização de Assentamentos Precários. Ademais, a SNH dispõe de conjuntos de normas, tais como: Instruções Normativas, Portarias, Orientações Operacionais que fornecem orientação aos gestores e usuários para produção e utilização eficiente e eficaz dos produtos e serviços produzidos pelas unidades que estão descritos no item 2.2.1.1 – Elaboração e aprimoramento de normativos para regulamentação dos programas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
560015	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS		
560017	TAL Habitação – BIRD		
560018	Caixa Econômica Federal – FNHIS		
560019	PMCMV – Áreas Urbanas		
560020	PMCMV – Áreas Rurais		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

2 ITEM 2 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade:

A partir da criação do Ministério das Cidades (MCidades), em 2003, foi instituído um novo marco político-institucional para o setor habitacional. A área de habitação de interesse social e o setor habitacional de mercado passaram a se articular com eixos importantes da política de desenvolvimento urbano no país. Por meio da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), o

Ministério das Cidades passou a orientar suas atividades por duas linhas de atuação: uma voltada à reestruturação institucional e legal do setor e, a outra voltada à revisão dos programas existentes e ao incremento dos investimentos em habitação.

Um conjunto de medidas e ações baseadas nessas duas linhas de atuação foi decisivo para a construção, em 2004, de uma nova Política Nacional de Habitação (PNH), constituindo um significativo avanço em termos institucionais e legais do setor habitacional. A PNH se inscreve em uma perspectiva de desenvolvimento urbano integrado, sendo o principal instrumento de orientação das estratégias e ações a serem implementadas pelo Governo Federal, que estabelece o arcabouço conceitual, estrutura as ações no campo da habitação e relaciona os agentes envolvidos na implementação da política.

A estruturação atual do setor habitacional é fundamentada na Política Nacional de Habitação (PNH), na instituição do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (CGFNHIS), em 2005, regulamentados pela Lei Federal nº 11.124; na elaboração do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), no desenvolvimento dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) por estados e municípios; bem como nos investimentos em capacitação dos entes federados e agentes do SNHIS.

Além dos investimentos destinados para o setor de infraestrutura social e urbana, visando a melhoria das condições de habitabilidade das famílias moradoras em assentamentos precários, destaca-se eixo da produção habitacional, com o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Lançado em abril de 2009, o PMCMV colocou em curso um conjunto de diretrizes e ações previstas no PlanHab, representado pelos novos patamares de investimentos públicos no setor habitacional, com impacto direto na alavancagem do setor da construção civil. Destaca-se, ainda, que o lançamento da segunda fase do programa PAC 2 reforça ainda mais o papel estratégico do setor habitacional e da construção civil como vetores de inclusão social e desenvolvimento econômico do país.

O SNHIS estabelece as bases de um desenho institucional que prevê a integração entre os três níveis de governo e define as regras que asseguram a articulação financeira do FNHIS entre os entes da Federação. O SNHIS representa a estruturação do processo de planejamento habitacional nos níveis subnacionais, ao vincular a participação no Sistema à instituição dos fundos locais de habitação de interesse social e dos respectivos conselhos gestores.

A Política Nacional de Habitação estabelece o planejamento do setor habitacional garantindo condições institucionais para promoção do acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente aos de baixa renda.

Na implementação desta Política os principais eixos da ação governamental são: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), estes programas tem seus fundamentos no PlanHab.

O PAC tem por objetivo a expansão dos investimentos em infraestrutura social e urbana do País e visa, também, ao desenvolvimento sustentável dos setores produtivos ligados à habitação. O programa tem como princípios a criação de um ambiente favorável ao crescimento e à universalização dos benefícios econômicos e sociais a todas as regiões e resultou na expressiva ampliação no aporte de recursos destinados à área habitacional.

O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV é uma iniciativa que integra uma série de medidas que o Governo Federal adotou no final do ano de 2008 para mitigar os possíveis impactos nos vários setores da economia nacional devido ao agravamento da crise econômica mundial, tendo em vista o relevante papel do setor da construção civil e infraestrutura, em toda a sua cadeia. Ademais, o PMCMV visa suprir a carência habitacional nas faixas de baixa renda.

Essa estruturação permitiu importantes avanços na consolidação de uma estratégia nacional para garantir habitação de interesse social para as famílias de baixa renda, sendo concretizado pelo aumento de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) aplicados a partir de 2007 no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em 2009 no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Na segunda edição do PAC houve uma reorganização dos seus eixos, passando o sub-eixo Habitação, anteriormente integrante do eixo Infraestrutura Social e Urbana, a compor o eixo Minha Casa, Minha Vida, no qual se vincula o programa de mesmo nome. De forma geral, houve um incremento de 63% dos investimentos destinados aos programas habitacionais do Ministério das Cidades.

O Governo, de forma complementar, tem ampliado a alocação de recursos para o desenvolvimento institucional e melhoria da capacidade técnica dos estados e municípios para execução dos projetos beneficiados com recursos provenientes do PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

O Ministério vem aprimorando as ações de desenvolvimento institucional e cooperação técnica com a finalidade de dinamizar o desempenho público, superar entraves identificados de organização institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e consolidar as bases de um sistema nacional articulado e integrado. Em 2011, dentre as iniciativas consolidadas para fomentar o desenvolvimento institucional e a cooperação técnica no setor habitacional, quatro eixos principais de atuação merecem ser destacados.

O primeiro deles é o eixo de capacitação, com a realização de cursos à distância (EAD) e de capacitação presencial como ações estruturantes.

A modalidade de Ensino e Aprendizagem à Distância teve como objetivo principal garantir o fortalecimento institucional do setor habitacional, bem como a ampliação da capacidade de planejamento e gestão de programas e projetos de habitação, por meio da capacitação de gestores dos governos federal, estadual e municipal além de técnicos da CAIXA e demais agentes sociais. No ano de 2011, cerca de 1.481 municípios e 2.681 gestores participaram do curso sobre a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) simplificados ofertado pela SNH na modalidade EAD.

Além de cursos à distância, a Secretaria Nacional de Habitação, manteve a estratégia de capacitação presencial junto aos estados e municípios, focando o avanço da consolidação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Em 2011, foram capacitados gestores estaduais para que pudessem apoiar os municípios com até 50 mil habitantes de suas respectivas jurisdições para a elaboração dos PLHIS segundo o modelo simplificado.

A realização, de forma continuada, de atividades como estas têm permitido à SNH ampliar as discussões com empresários, pesquisadores, gestores e agentes sociais em temas estruturantes como a gestão e disponibilidade de solo urbano, viabilidade econômica e de financiamento, cadastro de beneficiários, política de subsídios, tipologias construtivas, sustentabilidade ambiental, econômica e social e o impacto destes programas habitacionais na dinâmica urbana e social das cidades.

O segundo eixo de atuação do Departamento de Desenvolvimento Institucional de Cooperação Técnica dedicou-se à realização de debates e à contratação de estudos técnicos para apoiar a formulação e o monitoramento e avaliação de programas e ações da SNH.

As atividades desenvolvidas em 2011 para estruturar este eixo englobam a retomada de trabalhos com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) visando à implantação e sistematização de avaliação e informações

da política e dos programas habitacionais; reestruturação de base de dados do MCidades e CAIXA pelo próprio Ministério. Também foram iniciadas tratativas com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para o lançamento de Chamada Pública para apoio financeiro a propostas de avaliação e estudos de caso voltados para Políticas e Programas Habitacionais de Interesse Social, visando estimular a produção acadêmica e a criação de redes de pesquisa em torno dessa temática.

Essa ação ampliou e consolidou parcerias com a rede de entidades técnicas, acadêmicas e especialistas dedicados aos temas habitacionais e do desenvolvimento urbano, tanto em âmbito nacional como internacional. Nesse sentido, a realização de workshops, contando com a participação de convidados nacionais e internacionais que enfrentam desafios do planejamento, gestão e operação e monitoramento de programas habitacionais para população de baixa renda, bem como aqueles diretamente relacionados aos programas PAC e PMCMV, é atividade técnica complementar estratégica que também buscou consolidar a interlocução da política habitacional do governo brasileiro em níveis nacional e internacional.

Entre os principais trabalhos produzidos em 2011 destacam-se os seguintes estudos:

- Estudo “Identificação e mapeamento do comportamento do mercado imobiliário de habitação formal”, desenvolvido pela FGV-SP (2011)
- Estudo “Instrumentos de Monitoramento e Avaliação das ações do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV” (2011)
- Elaboração do “Déficit Habitacional no Brasil”, pela Fundação João Pinheiro (FJP), órgão oficial de estatística de MG, em parceria com a SNH/MCidades para os anos base 2009 e 2010 em andamento.
- Estudo “Capacidades Administrativas, Déficit e Efetividade na Política Habitacional”, para o ano base 2009, em pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap) para a SNH/MCidades – em elaboração.

Além dos estudos contratados, foram promovidas oficinas e seminários com vistas ao debate e consolidação de conceitos, indicadores e experiências de subsídio à formulação e implementação da política habitacional, entre os quais podem ser mencionados:

- Qualidade arquitetônica e urbanística;
- Workshop sobre a formulação de indicador dos resultados do Programa Minha Casa Minha Vida; e
- Seminário Trabalho Social.

O terceiro eixo de atuação centrou-se no fortalecimento da cooperação técnica internacional e nacional. No âmbito internacional cabe destacar o comprometimento da SNH com o a diretriz estabelecida pelo Governo da Presidenta Dilma de conferir ênfase especial à integração sul-americana e latino-americana, à cooperação Sul-Sul e à solidariedade com países pobres e em desenvolvimento. Neste sentido, a Secretaria Nacional de Habitação, continua e reforçando sua atuação no Grupo de Trabalho de Assentamentos Humanos (GTAH) do Fórum de Diálogo IBAS – Índia, Brasil e África do Sul. Em outubro de 2011, Pretória, África do Sul, sediou o I Workshop do GTAH, intitulado “Que tipo de urbanização? Enfrentando os desafios da urbanização de favelas e da integração dos pobres na malha urbana”.

Além do Fórum IBAS, uma série de esforços tem sido empreendidos para o estabelecimento de cooperação com países da África, especialmente os de língua portuguesa. Destacam-se, neste campo, dois projetos de cooperação assinados em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação- ABC/Itamaraty, com Cabo Verde e Moçambique, o primeiro tendo sido finalizado já em 2011 e o segundo atualmente em andamento.

O estreitamento de relações com países da América Latina, especialmente com a Argentina e o Uruguai, com os quais foram assinados Memorandos de Entendimento contemplando, entre

outras, a área de política habitacional, também ocuparam lugar de destaque na agenda internacional da SNH. A agenda de cooperação com estes e outros países da região, ainda que sem acordos formalizados tem envolvido a troca de experiências em temas e desafios comuns, como a definição de uma política abrangente de subsídio habitacional, o enfrentamento do tema da urbanização de favelas e da produção habitacional de interesse social em larga escala articuladas com outras políticas públicas sociais e urbanas.

No eixo da cooperação técnica nacional, destaca-se a atuação conjunta da SNH e demais órgãos da administração federal para o estabelecimento de uma agenda comum de enfrentamento dos impactos nas cidades afetadas por impactos decorrentes de grandes empreendimentos da carteira de infraestrutura do PAC. Desde 2010, a União, por intermédio do Ministério, tem acordo de cooperação com a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal com a interveniência do Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de viabilizar o planejamento, detalhamento e coordenação de ações e investimentos voltados à promoção do desenvolvimento, com inclusão social e responsabilidade ambiental, nas áreas de influência dos diferentes empreendimentos da PETROBRAS (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, da Refinaria Abreu e Lima e das Refinarias Premium I e II). O MCID coordena o Grupo Executivo responsável pela implementação e pelo acompanhamento das ações previstas no âmbito do Acordo. Em 2011, houve a prorrogação do acordo por mais um ano para dar continuidade às atividades.

Ainda no campo da cooperação, foram iniciadas as atividades previstas sob o acordo de cooperação entre o MCID e o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) para a transferência de conhecimento, técnicas e metodologias para prestação de serviços de assistência técnica a famílias de baixa renda para execução, conclusão, reforma e ampliação de unidades habitacionais por autopromoção.

Finalmente, outro eixo de trabalho a ser destacado está voltado para a consolidação do Sistema Nacional Habitação de Interesse Social – SNHIS, por meio da Ação 8875 – Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social – PLHIS, descrita no relatório de gestão dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Ademais, cabe destacar as estratégias efetuadas pela SNH para gerir o volume de recursos alocados no PAC – eixo Minha Casa, Minha Vida do PMCMV:

- a) Elaboração e aprimoramento de normativos para regulamentação dos programas e orientação dos agentes operacionais e financeiros e dos tomadores de recurso.
- b) Realização e aprimoramento de sistemáticas de seleção de projetos habitacionais a serem apoiados pela União.
- c) Monitoramento das operações e avaliação das atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos no que concerne ao cumprimento das diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério.
- d) Apoio a entes públicos, por meio de repasse e financiamento, na implementação de intervenções habitacionais.
- e) Promoção de capacitação dos tomadores de recurso, visando ao aperfeiçoamento da execução das intervenções apoiadas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade.
- f) Promoção da articulação com os demais Ministérios e órgãos de governo, buscando, neste intercâmbio, a articulação de ações complementares às intervenções habitacionais.

2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade

2.2.1.1 **Elaboração e aprimoramento de normativos para regulamentação dos programas**

2.2.1.1.1 Revisão dos Manuais dos Programas

Foram realizadas revisões nos normativos dos programas, cuja publicação aguarda o momento do lançamento de processo seletivo de propostas, que depende de decisão a ser tomada no âmbito da Secretaria do PAC (SEPAC):

- Revisão do Manual para apresentação de propostas da ação orçamentária de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, do Programa Urbanização Regularização e Integração de Assentamentos Precários, executada com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS que se publicado substituiria, para o exercício de 2011, o aprovado pela Instrução Normativa nº 81, de 10 de dezembro de 2010.
- Revisão do Manual de Projetos Prioritários de Investimento - PPI, da área Urbanização de Assentamentos Precários, cujas ações são gerenciadas pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, que se publicado disporia sobre as transferências dos recursos da União no ano de 2011.
- Revisão do Anexo que regulamenta o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público, PRÓ-MORADIA, modalidade Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários, que quando publicada irá revogar a Instrução Normativa nº 80, de 10 de dezembro de 2010, do Ministério das Cidades.

Tais revisões buscaram incorporar as experiências adquiridas durante o processo de seleção e contratação da primeira seleção do PAC 2, tendo como objetivo aprimorar os procedimentos e clarificar definições e atribuições. Foram propostas as seguintes alterações:

- a) inclusão de um glossário com as terminologias utilizadas;
- b) atualização do CAPÍTULO VII PARTICIPANTES E ATRIBUIÇÕES , explicitando as competências de cada parte, a partir de definições recorrentemente tratadas entre este órgão e a Controladoria Geral da União - CGU,
- c) divisão do CAPÍTULO VIII MODALIDADES E CONCEPÇÃO DAS INTERVENÇÕES em dois, sendo o CAPÍTULO VIII CONCEPÇÃO DAS INTERVENÇÕES criado para permitir um tratamento mais entendido sobre os aspectos a serem considerados na elaboração dos projetos de Urbanização de Assentamentos Precários;
- d) adequações nos CAPÍTULOS COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO, visando a incorporar as necessidades diagnosticadas pelos Proponentes durante a elaboração dos projetos, e realização das obras e serviços, bem como a solicitações efetuadas pela Mandatária da União - CAIXA; e outras decorrentes de padronização com demais normativos do MCidades;
- e) aprimoramentos no CAPÍTULO LIMITES, procurando gerar maior integração e complementaridade entre as ações de Urbanização e o Programa Minha Casa, Minha Vida;
- f) outros ajustes pontuais que se mostraram para ampliar a inteligibilidade do texto.

Visando o aprimoramento relativo ao desenho das ações orçamentárias ou não-orçamentárias sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Habitação foram empreendidas algumas ações, que resultaram na publicação dos seguintes instrumentos:

- Resolução CN-SiAC nº 01, de 2 de maio de 2011. Dispõe sobre o prazo para solicitação da prorrogação da Adesão ao Nível D do Sistema de Avaliação da Conformidade de Serviços e Obras da Construção Civil - SiAC.
- Instrução Normativa nº 27, de 08 de julho de 2011. Dá nova redação aos subitens 4.3 e 5.1, do Anexo, da Instrução Normativa nº 37, de 27 de agosto de 2007, do Ministério das

Cidades, que dispõe sobre o Programa de Apoio à Produção de Habitações. Publicada no DOU de 11 de julho de 2011.

- Instrução Normativa nº 28, de 08 de julho de 2011. Dá nova redação aos subitens 4.3, 5.1 e 6.1, do Anexo, da Instrução Normativa nº 38, de 27 de agosto de 2007, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Programa Carta de Crédito Associativo. Publicada no DOU de 11 de julho de 2011.
- Instrução Normativa nº 29, de 08 de julho de 2011. Dá nova redação aos subitens 4.3, 5.1 e 6.1, do Anexo, da Instrução Normativa nº 39, de 27 de agosto de 2007, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Programa Carta de Crédito Individual. Publicada no DOU de 11 de julho de 2011.
- Instrução Normativa nº 32, de 21 de julho de 2011. Regulamenta as diretrizes para a aplicação dos recursos alocados e operações de crédito contratadas, no âmbito da área orçamentária de Habitação Popular, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências. Publicada no DOU de 22 de julho de 2011.
- Instrução Normativa nº 34, de 28 de setembro de 2011. Regulamenta a Resolução nº 182, de 18/08/2011, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, que cria o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - MCMV-E, com a utilização dos recursos da União previstos no inciso II do art. 2º da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Publicada no DOU de 29 de setembro de 2011.
- Instrução Normativa nº 38, de 10 de outubro de 2011. Dá nova redação à Instrução Normativa nº 30, de 14 de julho de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular, para o exercício de 2011. Publicada no DOU de 11 de outubro de 2011.

2.2.1.1.2 Divulgação de Orientações Operacionais

Visando também ao aprimoramento da execução das ações orçamentárias ou não-orçamentárias sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Habitação foram empreendidas algumas ações, tais como:

- Orientação Operacional nº 01 de 22 de fevereiro de 2011 (Retificada em 04/03/2011 – item 6 e anexo I), estabelece procedimentos quanto à operacionalização de intervenções de urbanização de assentamentos precários conjugadas com empreendimentos de produção habitacional pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV/FAR, selecionadas na 2ª fase do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.
- Orientação Operacional nº 02 de 14 de março de 2011, que disciplina a execução das operações selecionadas a partir de 2010 com entes público, no âmbito da Modalidade Elaboração de Estudos, Planos e Projetos de Urbanização de Assentamentos Precários.

A expedição dessas orientações foi motivada pela necessidade de padronização procedimental, dadas as alterações realizadas no normativo vigente com relação à inserção do Programa Minha Casa Minha Vida de forma conjugada com a Urbanização, e dada a abertura da modalidade de elaboração de Estudos e Projetos, cuja operacionalização ainda não havia sido definida.

2.2.1.1.3 Instrumentos Regulatórios

Buscando também o aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento dos contratos sob sua gestão foram publicados os seguintes instrumentos:

- Portaria nº. 53, de 10 de fevereiro de 2011 (publicada no DOU em 11 de fevereiro de 2011). Dá nova redação ao art. 1º da Portaria nº 649, de 29 de dezembro de 2010, do Ministério das Cidades, que institui o Relatório de Monitoramento de Operações - REMO.
- Portaria nº. 177, de 04 de abril de 2011 (publicada no DOU em 05 de abril de 2011). Altera a Portaria nº 493, de 4 de outubro de 2007, que estabelece as diretrizes gerais para aplicação dos recursos e implementação do Programa de Arrendamento Residencial – PAR, e dá outras providências.
- Portaria nº 312, de 1º de julho de 2011 (publicada no DOU 04 de julho de 2011). Estabelece prazo para atendimento das exigências técnicas previstas em cláusula suspensiva dos Termos de Compromisso, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.
- Portaria nº 313, de 1º de julho de 2011 (publicada no DOU 04 de julho de 2011). Prorroga o prazo para atendimento às exigências técnicas previstas em cláusula suspensiva, até 15 de agosto de 2011, referente aos contratos de repasse firmados nos exercícios de 2009, no âmbito do Programa Produção Social da Moradia, operado com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.
- Portaria nº. 325, de 07 de julho de 2011 (publicada no DOU em 08 de julho de 2011). Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Revoga a Portaria MCIDADES nº. 93/2010. Revogada pela Portaria Ministerial 465, de 03 de outubro de 2011.
- Portaria nº. 363, de 11 de agosto de 2011 (publicada no DOU em 12 de agosto de 2011). Dispõe sobre as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, para os fins que especifica.
- Portaria nº 349, de 21 de julho de 2011 (publicada no DOU em 22 de julho de 2011). Institui formulário eletrônico intitulado REMO, para preenchimento obrigatório por estados, DF e municípios, com informações relacionadas à execução das operações firmadas no âmbito do PAC, destinadas à urbanização de assentamentos precários e saneamento integrado, com valor de investimento superior à R\$ 9.000.000,00. Revoga a Portaria nº 649/2010.
- Portaria nº. 355, de 29 de julho de 2011 (publicada no DOU em 01 de agosto de 2011). Divulga a relação dos imóveis oriundos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social destinados ao Programa Minha Casa, Minha Vida e estabelece cronograma para habilitação e seleção de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos, nos termos da Portaria nº 618, de 14 de dezembro de 2010 do Ministério das Cidades.
- Portaria nº 356, de 03 de agosto de 2011 (publicada no DOU em 04 de agosto de 2011). Prorrogado prazo concedido pela Portaria nº 349, de 21 de julho de 2011.
- Resolução nº. 182, de 18 de agosto de 2011 (publicada no DOU em 19 de agosto de 2011). Aprova o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades – PMCMV - E.
- Portaria nº. 406, de 02 de setembro de 2011 (publicada no DOU em 05 de setembro de 2011). Regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, para os fins que especifica.
- Portaria nº. 415, de 09 de setembro de 2011 (publicada no DOU em 12 de setembro de 2011). Cria Comissão responsável pela análise e seleção de propostas de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos com vistas à indicação de beneficiários para os imóveis oriundos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social destinados ao Programa Minha Casa, Minha Vida, nos termos da Portaria nº 618, de 14 de dezembro de 2010 do Ministério das Cidades.

- Portaria nº. 465, de 03 de outubro de 2011 (publicada no DOU em 04 de outubro de 2011). Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV. Revoga a Portaria Ministerial 325 de 07 de julho de 2011.
- Portaria nº 467, de 04 de outubro de 2011 (publicada no DOU 05 de outubro de 2011).. Dispõe sobre a prorrogação do prazo de preenchimento do segundo Relatório de Monitoramento de Operações - REMO nas operações firmadas no âmbito do PAC destinadas à urbanização de assentamentos precários e saneamento integrado.
- Portaria nº 518, de 8 de novembro de 2011 (publicada no DOU. 10 de novembro de 2011). Estabelece condições para a contratação de operações de Saneamento, Habitação e Encostas selecionadas na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.
- Portaria nº. 547, de 28 de novembro de 2011 (publicada no DOU em 29 de novembro de 2011). Dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa Minha Casa, Minha Vida para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU.
- Portaria nº. 609, de 23 de dezembro de 2011 (publicada no DOU em 26 de dezembro de 2011). Homologa o resultado da Oferta Pública de Recursos do PMCMV em municípios com população limitada a 50 mil habitantes.
- Portaria nº. 610, de 26 de dezembro de 2011 (publicada no DOU em 27 de dezembro de 2011). Dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

2.2.1.1.4 Outros Instrumentos Regulatórios

Também com o objetivo de aprimorar o marco normativo relativo aos instrumentos de contratação, houve contribuição desta Secretaria na elaboração da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 24 de novembro de 2011 (publicada no DOU em 28 de novembro de 2011), que regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

Outra medida importante foi o delineamento do conteúdo de Portaria a versar sobre o Deslocamento Involuntário, entendido como alteração compulsória do local de moradia ou de exercício de atividades econômicas, provocado pela execução de obras e serviços de engenharia, mesmo quando o deslocamento for motivado pela eliminação de situações de risco ou insalubridade, ou desocupação de áreas impróprias para a ocupação humana, melhorando a qualidade de vida das pessoas afetadas, que passou por discussão no Conselho Nacional das Cidades no ano de 2011. Sua publicação aguarda o parecer final das Secretarias Finalísticas deste Ministério.

Cabe ressaltar o empenho despendido na revisão do contrato de prestação de serviços da Caixa Econômica Federal - CAIXA, assinado em 18 de outubro de 2011, o qual define as atribuições e responsabilidades de cada órgão envolvido; aprimorando as cláusulas para permitir uma melhor gestão dos programas, como por exemplo a redefinição da conceituação dos módulos

de serviços prestados na cláusula 4.1: ."instrução de processo, análise de viabilidade técnica, acompanhamento da execução dos projetos.

Destaca-se também a participação desta Secretária na elaboração de instrumentos regulatórios em parceria com outros Ministérios com a finalidade de aprimorar a gestão do Programa Minha Casa Minha Vida:

- Portaria Interministerial nº. 409, de 31 de agosto de 2011 (publicada no DOU em 06 de setembro de 2011). Dispõe sobre as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.
- Portaria Interministerial nº. 531, de 10 de novembro de 2011 (publicada no DOU em 11 de novembro de 2011). Dispõe sobre as condições da oferta pública de recursos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida em municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, integrante do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, para os fins que especifica.
- Portaria Interministerial nº. 464, de 30 de setembro de 2011 (publicada no DOU em 04 de outubro de 2011). Dispõe sobre as operações com recursos transferidos ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.
- Portaria Interministerial nº. 395, de 26 de agosto de 2011 (publicada no DOU em 29 de agosto de 2011). Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.
- Portaria Interministerial nº. 408, de 02 de setembro de 2011 (publicada no DOU em 05 de setembro de 2011). Altera a Portaria nº 355, de 29 de julho de 2011 do Ministério das Cidades que divulga a relação dos imóveis oriundos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social destinados ao Programa Minha Casa, Minha Vida e estabelece cronograma para habilitação e seleção de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos, nos termos da Portaria nº 618, de 14 de dezembro de 2010 do Ministério das Cidades.

2.2.1.2 Continuidade o processo de aprimoramento de sistemáticas de seleção de projetos habitacionais

Embora não tenha havido autorização para realização de Processo Seletivo de propostas no âmbito do PAC, a Secretaria, além da preparação da revisão dos Manuais, empreendeu também a Revisão das Cartas Consultas, no sentido de simplificar os formulários e melhorar a consistência das informações prestadas pelos proponentes no momento de inscrição de seus pleitos, as cartas consultas foram revistas, incluindo aquela voltada à seleção de propostas de Elaboração de Estudos e Projetos de Urbanização de Assentamentos Precários.

2.2.1.3 Monitoramento das operações e avaliação das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos

Visando ao aprimoramento do monitoramento dos contratos sob responsabilidade da SNH, bem como propiciar formas mais eficientes de resoluções de pendência e de intercâmbio de informações, foram empreendidas as seguintes ações:

2.2.1.3.1 Participação em reuniões do Grupo de Gestão Integrada e em Pontos de Controle

A CAIXA possui 58 unidades regionais de Sustentação ao Negócio Governo, com presença em todas as unidades da federação, onde se destaca São Paulo com 11, Minas Gerais com 6, Santa Catarina com 5, Paraná e Rio Grande do Sul com 4 e Rio de Janeiro e Bahia com 3.

Nestas unidades são realizadas as reuniões do Grupo de Gestão Integrada – GGI e Pontos de Controle. O GGI se reúne mensalmente na maioria destas unidades. Os pontos de controle ocorrem entre a equipe técnica da regional da CAIXA e equipe técnica do Tomador e normalmente são determinados nas reuniões do GGI. Esses instrumentos têm como objetivo, entre outros, a retomada de obras paralisadas, o levantamento dos entraves e pendências, a proposição de encaminhamentos para os entraves e a pactuação de prazos para a solução das pendências. O Ministério se faz presente em algumas reuniões do GGI e pontos de controle visando a solução de gargalos que necessitem de decisões Ministerial.

2.2.1.3.2 Participação em videoconferências

A videoconferência é um instrumento utilizado na busca de soluções para pendências detectadas decorrente do processo de monitoramento e da análise dos bancos de dados da CAIXA. Nestas reuniões participam representantes do tomador, da área técnica da regional da CAIXA e do MCIDADES.

As videoconferências realizadas envolveram contratos não iniciados, paralisados ou que possuíam restrições a sua execução. Além disso, todas as operações selecionadas no exercício 2010 foram também tratadas em videoconferências realizadas ao longo do ano de 2011, com vistas a acompanhar a apresentação e aprovação da documentação técnica, institucional e jurídica, bem como o início da execução.

A SNH propiciou a realização de mais de 200 videoconferências, que trataram de contratos abrangendo quase todas as Unidades da Federação, com exceção apenas do Sergipe e do Distrito Federal, esse último que, em decorrência da facilidade de acesso, foi tratado em reuniões presenciais.

2.2.1.3.3 Outras estratégias realizadas

Em 2011 foram realizadas reuniões presenciais em Brasília para o monitoramento de contratos, que tiveram como objetivo discutir pendências recorrentes e morosidade dos executores, em especial, demora na aprovação dos projetos e conseqüente envio de Síntese do Projeto Aprovado – SPA, condição para prosseguimento da operação. Essas reuniões ultrapassaram o número de 70, tendo sido tratados contratos localizados em todas as regiões do Brasil.

Além disso, foram discutidas pendências afetas às operações em processo de contratação, possibilidade de alteração de área de empreendimentos com o objetivo de complementar uma intervenção e discutir pendências em contratos identificadas via e-mail ou telefone.

Também foram realizadas visitas técnicas in loco com o objetivo de verificar a implantação e andamento de empreendimentos, essas, embora em número menor, foram de grande importância para propiciar a superação de entraves à execução dos contratos. A partir delas se pôde observar, como um dos principais resultados, o aumento da velocidade de implantação e melhoria da performance dos empreendimentos, a qualificação e a orientação de técnicos Municipais, além do início ou retomada das obras de alguns empreendimentos e celeridade na implantação de outros. Ao longo de 2011, foram mais de 40 visitas aos estados de todas as regiões, nas quais foram tratados contratos dos diferentes tomadores.

2.2.1.3.4 Instituição de processo contínuo de gestão

Tem havido por parte da Unidade uma crescente preocupação, decorrente da maturidade adquirida pela instituição e pela ampliação de sua carteira, no estabelecimento de uma rotina mínima de monitoramento dos contratos em andamento, estabelecendo rotina diferenciada em relação às obras do PAC, em especial aquelas não iniciadas ou paralisadas. Verificou-se, ao final de 2011, uma maior qualidade na sistematização das informações obtidas junto aos tomadores e também junto ao agente executor, propiciando uma tomada de decisão sobre a superação dos entraves de maneira mais eficiente.

2.2.1.3.5 Instituição de ferramenta de interlocução com os tomadores (ReMO)

Partindo do diagnóstico das necessidades gerenciais do MCidades e de informações sobre os tomadores, elaborou-se um sistema informatizado de interface entre o tomador e a equipe gestora da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), denominado ReMO – Relatório de Monitoramento de Operações.

O ReMO foi criado pela Portaria nº 649, de 29 de dezembro de 2010, sendo destinado ao monitoramento das operações de urbanização de assentamentos precários inseridas no PAC, e vinculadas à Secretaria Nacional de Habitação. O instrumento permite maior aproximação entre as equipes técnicas dos órgãos executores e do MCidades, possibilitando a redução dos entraves nas ações de urbanização integradas durante a execução. É um instrumento obrigatório para as operações com investimentos superiores a R\$ 9 milhões e optativo para as demais.

A data de abertura para o 1º preenchimento do ReMO pelos tomadores foi até o quinto dia útil do mês de fevereiro de 2011, relativo às atividades realizadas até o dia 31 de dezembro de 2010, segundo a Portaria nº. 649, de 30 de dezembro de 2010. Diante da solicitação de prorrogação do prazo pelos Proponentes, houve ampliação até o dia 04 de março de 2011, conforme Portaria nº. 53, de 11 de fevereiro de 2011.

A data de abertura para o 2º preenchimento ReMO, relativo às atividades realizadas no período compreendido do dia 09 de setembro ao dia 07 de outubro de 2011, foi até o dia 08 de setembro de 2011, segundo a Portaria nº 349, de 21 de julho de 2011, desta vez com a inclusão dos contratos da ação de Saneamento Integrado, dada a semelhança entre os objetos contratados, embora sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento. Esse preenchimento refere-se às atividades executadas de 1º de janeiro a 30 de junho de 2011.

Nesta segunda edição, além da ampliação de contratos, houve também aprimoramento dos formulários, a partir da avaliação feita em relação aos resultados obtidos na primeira edição.

Mais uma vez, foi necessária prorrogação do prazo para preenchimento das informações, feita por meio da Portaria nº 356, de 03 de agosto de 2011. A 2ª prorrogação desta edição do ReMO, estabelecendo como novo prazo para preenchimento o dia 31 de outubro de 2011 foi definida pela Portaria nº 467 de 04 de outubro de 2011.

Os resultados em relação ao universo de contratos atingidos com o instrumento nas duas edições do Relatório se encontram na Tabela I.

Tabela I – Resultados do preenchimento do remo nas suas duas edições

Número de Contratos Obrigatórios (Total)		1º Remo		2º Remo	
		372		372	
Número de Contratos Obrigatórios Preenchimentos	Conteúdo do formulário	1º Remo		2º Remo	
		Qtd.	% em Relação ao Total	Qtd.	% em Relação ao Total
	Ambiental	113	30.4	69	14.0
	Projeto	133	35.8	97	19.6
	Regularização Fundiária	126	33.9	82	16.6
	Social	117	31.5	82	16.6

Fonte: SNH/DUAP

Os resultados dos conteúdos informados pelos proponentes na primeira edição de preenchimento do ReMO foram sistematizadas em forma de relatório divulgado internamente ao Departamento e sua utilização ainda está sendo estudada. Considerando os resultados alcançados na segunda edição, a estratégia de sensibilização junto aos tomadores sobre a sua importância está sendo revista.

2.2.1.3.6 Desenvolvimento de avaliações e balanços dos programas

A cada três ou quatro meses é elaborado o balanço das ações do PAC que é divulgado para a sociedade. Nesse documento são sistematizadas informações como a situação do contrato e da obra, a evolução da execução e a relação com o balanço imediatamente anterior, refletindo o resultado do trabalho de monitoramento realizado pelo MCidades.

No ano de 2011 foram realizados três balanços do PAC, com as seguintes datas de referência:

- Dezembro de 2010;
- Junho de 2011;
- Setembro de 2011.

Os balanços são instrumentos importantes de transparência, mantendo atualizadas as informações disponibilizadas em sítio eletrônico e via impressa àqueles que se interessarem pela implementação do PAC.

Ciente da necessidade de avaliar o conjunto das ações geridas, a SNH tem trabalhado balanços e avaliações sobre as operações não inseridas no PAC, sendo que esses também foram divulgados à sociedade, por meio das apresentações realizadas nas reuniões ordinárias do Conselho Nacional das Cidades, que ocorrem também a cada três ou quatro meses.

2.2.1.3.7 Gestão da informação e banco de dados de contratos

A unidade participa do comitê gestor de Tecnologia da Informação do MCidades, buscando contribuir para o aprimoramento dos bancos de dados das informações contratuais, e na disponibilização das informações aos tomadores e à sociedade em geral.

Em 2011 foi implementado o Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos (SACI), desenvolvido internamente no Ministério com ampla participação dos técnicos da SNH. A partir deste sistema é possível não só acompanhar a situação das pendências verificadas pelo Agente Operador junto aos tomadores, como também estabelecer metas junto aos mesmos para seu cumprimento. Além disso, o sistema disponibiliza aos técnicos do Ministério responsáveis pelo monitoramento dos contratos as informações mais atualizadas sobre seus empreendimentos, abrindo espaço para que os mesmos insiram outras informações que julgarem relevantes, obtidas a partir de

contato diretos com os tomadores. Sua interface gera relatórios com dados resumidos ou expandidos, além de fotos de dados de contatos, facilitando a obtenção de informações e a compreensão sobre os contratos.

2.2.1.3.8 Aprimoramento dos Indicadores de Monitoramento dos Programas

O Grupo de Trabalho criado para aprimoramento dos Indicadores de Monitoramento dos Programas, instituído pela Portaria nº 458, de 12 de novembro de 2009, publicada no DOU em 13/11/2009 avançou no seu trabalho e elaborou uma proposta de indicadores considerando os objetivos estratégicos desta Secretaria. As áreas técnicas estão analisando a metodologia e a apuração dos indicadores propostos, para verificar a viabilidade de implantação.

O GT foi instituído com o objetivo de definir e parametrizar indicadores de desempenho, controláveis e quantificáveis, voltados a mensuração, acompanhamento e avaliação sistemática dos Programas geridos, tanto nas ações custeadas por recursos do Orçamento Geral da União (OGU) como para aquelas financiadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O Grupo de Trabalho – GT decidiu pela implantação de indicadores de desempenho baseado a metodologia do Balanced ScoreCard – BSC adaptado à Administração Pública (BSC.GOV). Esta proposta visa criação de um sistema de informações gerenciais que permita avaliação dos programas e do desempenho institucional, utilizando-se de metodologia que permita a definição de indicadores devidamente alinhados aos objetivos estratégicos do Ministério.

No momento a proposta de indicadores do GT está sendo avaliada por meio da apuração e validação destes indicadores pelas áreas técnicas da SNH.

2.2.1.4 Apoio a entes públicos na implementação de intervenções habitacionais

Uma das principais alterações introduzidas em 2010 para a seleção de propostas na segunda fase do PAC foi a decisão de abrir seleção específica para apoiar estados e municípios a elaborarem previamente projetos técnicos e estudos para urbanização de assentamentos precários, habilitando-os para um subsequente processo seletivo de recursos destinados à execução das obras e serviços.

Essa alteração teve o intuito de promover o planejamento prévio das ações de habitação no território por parte dos entes federados. Isso porque disponibiliza recursos para que esses possam elaborar antecipadamente os estudos e projetos necessários sem a pressão imediata para execução das obras e serviços, o que, muitas vezes, fragiliza a fase de idealização da intervenção, bem como sua pactuação com a comunidade que será beneficiada.

O resultado atual tem sido uma maior participação da SNH na prestação de assessoria aos entes que, na etapa atual em que se encontram os contratos, tem se dado na fase de elaboração dos Termos de Referência para a contratação dos serviços, possibilitando que os produtos oriundos desta estejam mais adequados a atenderem os objetivos dos programas nos quais foram selecionados.

Essa modalidade de atendimento foi utilizada também para selecionar propostas apresentadas por entidades privadas sem fins lucrativos para elaboração de projetos de produção habitacional, habilitando-as para obtenção de recursos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, custeado por recursos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS e subsídios do Orçamento Geral da União.

2.2.1.5 Promoção de capacitação dos tomadores de recursos.

Na linha da capacitação, duas importantes iniciativas foram adotadas:

a. Realização de treinamento para técnicos dos governos estaduais com o objetivo de capacitar estes agentes criando assim uma rede multiplicadora de conhecimento. Estes atuaram orientando os municípios na elaboração de seus respectivos PLHIS Simplificados. O evento aconteceu em Brasília/DF, nos dias 26 e 27 de outubro de 2011 (quarta e quinta-feira), no Auditório do Ministério das Cidades (térreo). Estiveram presentes 70 técnicos de governos estaduais, representantes dos conselhos relacionados à área habitacional nos estados, técnicos do MCidades e da CAIXA.

b. Realização de curso à distância de distância (EAD), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, oferecidos por meio de plataforma moodle, voltados a gestores públicos e agentes sociais que estão diretamente envolvidos com a elaboração dos Planos Locais de habitação de Interesse Social – PLHIS, na modalidade simplificada. O curso foi realizado no período de 14 de novembro a 18 de dezembro de 2011. Participaram do curso 2.681 alunos, sendo que 1.878 foram certificados.

2.2.1.6 - Promoção da articulação com os demais Ministérios e órgãos de governo.

2.2.1.6.1 Programa Brasil Sem Miséria

A articulação entre o Ministério das Cidades e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome visa mobilizar os esforços do governo federal, estados e municípios para a superação da extrema pobreza. Dessa forma, o Ministério das Cidades tem como metas no novo Plano Plurianual (PPA 2012-2015): construção ou reforma de imóveis, sem a transferência de propriedade, voltado ao atendimento de população em situação de rua; articular essas alternativas com ações de apoio à associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; implementação de modelo de gestão baseado na integração dos empreendimentos às redes socioassistenciais, ações de trabalho social e serviços de gestão social condominial para acompanhamento dos beneficiários do programa; garantir a qualificação e a inserção produtiva de integrantes de famílias de baixa renda no mercado de trabalho formal, buscando a participação e o apoio dos agentes públicos e privados e a empregabilidade, considerando as especificidades regionais, temáticas ou setoriais (orientadas por demandas como Copa do Mundo, Olimpíadas e etc.); isentar de tributos as empresas que realizarem a qualificação.

2.2.1.6.2 Programa Praça dos Esportes e da Cultura

O Ministério das Cidades, por meio do programa de Urbanização de Assentamentos Precários, identifica e indica comunidades que atendam aos quesitos do Programa Praças do PAC, agora denominada Praça dos Esportes e da Cultura (PEC). O objetivo das Praças dos Esportes e da Cultura é integrar num mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócio-assistenciais, políticas de prevenção violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

2.2.1.6.3 Acordo de Cooperação Técnica com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (ACT IPEA)

Foi firmado Acordo de Cooperação Técnica - ACT entre a SNH e o IPEA com o objetivo de revisar o normativo de avaliação pós-ocupação das intervenções de urbanização de assentamentos precários realizadas, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, com a elaboração de novo normativo, contendo a matriz de indicadores revisada e o método de aplicação. O período de execução inicial era entre 06/2011 a 12/2011, no entanto, ainda está em andamento, sendo seus últimos produtos previstos para serem entregues até final do primeiro semestre de 2012.

2.2.1.6.4 Parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG)

A parceria estabelecida com a SPU tem a finalidade de promover a destinação de imóveis da União, sob sua administração, visando à regularização fundiária de assentamentos precários em processo de urbanização, bem como a disponibilização de áreas para produção de unidades habitacionais necessárias ao reassentamento ou remanejamento de famílias nas obras de urbanização, contenção de áreas de risco, saneamento, transporte e mobilidade urbana, contribuindo para a erradicação da pobreza, para a redução das desigualdades sociais e para o reconhecimento do direito à moradia. É importante também destacar, a finalidade dessa parceria de promover o uso de todos os instrumentos legais possíveis para apoiar a política habitacional e de regularização fundiária. Ademais, aquisições de imóveis, declarações de interesse do serviço público, destinação de imóveis de áreas da União para provisão habitacional, por exemplo, são ações utilizadas em larga escala para beneficiar as populações mais carentes, com alinhamento aos programas de governo, como Minha Casa, Minha Vida.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1 Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

Quadro II – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0310		Denominação: Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano				
Tipo do Programa:						
Objetivo Geral:						
Objetivos Específicos:						
Gerente:				Responsável:		
Público Alvo:						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
12.500.000,00	13.148.250,67	1.870.898,32	1.870.898,32	0,00	1.860.898,32	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte: SIAFI

Quadro III – Execução Física das ações realizadas pela UJ no Programa 0310

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
15	482	0310	1B25	P		-	-	-	-
15	122	0310	8785	A					

Fonte: Siafi / PPA 2008-2011

Não houve execução orçamentária da ação 1B25 que apoiava o projeto Tal Habitação. O projeto Tal Habitação foi encerrado no exercício de 2010.

2.3.1.2 Programa 0810 – Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H

Quadro IV – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0810		Denominação: Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários.						
Objetivos Específicos: Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda.						
Gerente: Inês da Silva Magalhães				Responsável: Inês da Silva Magalhães		
Público Alvo: População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.000.000,00	1.000.000,00	3.176,50	3.176,50	0,00	3.176,50	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Porcentagem	01/05/07	84,00	88,00	87,00	83,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Média dos índices de conformidade dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs) com indicador constantemente calculado e monitorado						
Análise do Resultado Alcançado						
Houve um acréscimo no número de Programas Setoriais de Qualidade (PSQs) credenciados (com baixo índice), o que levou o indicador médio dos PSQs ficar abaixo da referência. Espera-se que com o tempo os novos PSQs possam evoluir o seu índice, elevando o valor médio dos indicadores dos PSQs. Atualmente, conta-se com 30 PSQs credenciados que acompanham 450 empresas, responsáveis por 4.500 produtos de 1.100 marcas em todo Brasil.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Porcentagem	01/12/06	3,40	7,40	6,40	9,2
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação entre o número de empresas de serviços e obras avaliadas no SiAC/PBQP-H (Sistema de Avaliação da Conformidade de Serviços e Obras) e o número total de empresas na(s) mesma(s) especialidade(s) técnica(s) no País.						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice está acima do previsto para o final do PPA.						

Fonte: SIAFI/PBQP-H

Quadro V – Execução Física das ações realizadas pela UJ no Programa 0810

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
15	665	0810	8098	Atividade		unidade	1,0	0,0	1,0
15	665	0810	8100	Atividade		unidade	3,0	3,0	3,0
		0810	90EQ	Não orçam.		unidade	1,0	1,0	--
15	122	0810	2272	Atividade		--	0,0	0,0	--

Fonte: Siafi / PPA 2008-2011

Ressalta-se que em consequência do contingenciamento de recursos a execução financeira do Programa foi limitada. Esta restrição financeira não prejudicou as ações do PBQP-H, devido à intensa participação do setor privado – parceiro e beneficiário do programa – que assumiu a realização de boa parte das atividades. O montante dos investimentos não orçamentários (ação: 90EQ) alavancados pelos Projetos Estruturantes do PBQP-H (SiAC, SiMaC e SiNAT), junto ao setor privado, é de aproximadamente R\$ 200 milhões anuais. Este é um resultado extremamente positivo, demonstrando a efetividade da estratégia de tornar o público alvo parceiro na implementação do Programa.

2.3.1.3 Programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

Quadro VI – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1128		Denominação: Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários.						
Objetivos Específicos: Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade.						
Gerente: Inês da Silva Magalhães				Gerente: Inês da Silva Magalhães		
Público Alvo: Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.463.981.901,00	1.421.981.901,00	1.364.276.394,35	1.364.276.394,35	0,00	103.108.057,46	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	31/12/2005	10,50	1,50	1,50	7,93
Fórmula de Cálculo do Índice						
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo:						
Relação percentual entre o número de domicílios com adensamento excessivo em assentamentos subnormais e o total de domicílios em assentamentos subnormais.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2.000, com atualizações posteriores baseadas nas PNAD. Assim, além dos dados de fato só se confirmarem no próximo Censo, os índices da PNAD apurados em um ano referem-se ao ano anterior. Ocorre que entre um Censo e outro pode haver mudança de metodologia na forma de definição desses assentamentos subnormais, o que de fato aconteceu, conforme estudo divulgado pelo próprio IBGE. Portanto, para poder ser comparável, o indicador utilizado no exercício de 2011 refere-se à PNAD, e no caso, a de 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Na análise do resultado alcançado deve-se acrescentar a observação de que a utilização de indicadores habitacionais macros não é adequada para se mensurar o impacto do programa visto que outros fatores influenciam a precariedade habitacional, tais como disponibilidade de crédito e produção habitacional, associadas a outros programas, e até a conjuntura econômica. Ou seja, não há como isolar um único fator-investimento em urbanização e informar que essa é a causa do decréscimo do problema.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	%	31/12/2005	4,20	2,23	2,23	4,25
Fórmula de Cálculo do Índice						
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas:						
Relação percentual entre o número de domicílios em aglomerados subnormais e o total de domicílios urbanos.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2.000, com atualizações posteriores baseadas nas PNAD. Assim, além dos dados de fato só se confirmarem no próximo Censo, os índices da PNAD apurados em um ano referem-se ao ano anterior. Ocorre que entre um Censo e outro pode haver mudança de metodologia na forma de definição desses assentamentos subnormais, o que de fato aconteceu, conforme estudo divulgado pelo próprio IBGE. Portanto, para poder ser comparável, o indicador utilizado no exercício de 2011 refere-se à PNAD, e no caso, a de 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Na análise do resultado alcançado deve-se acrescentar a observação de que a utilização de indicadores habitacionais macros não é adequada para se mensurar o impacto do programa visto que outros fatores influenciam a precariedade habitacional, tais como disponibilidade de crédito e produção habitacional, associadas a outros programas, e até a conjuntura econômica. Ou seja, não há como isolar um único fator-investimento em urbanização e informar que essa é a causa do decréscimo do problema.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	%	31/12/2005	31,20	16,30	16,30	14,79
Fórmula de Cálculo do Índice						

Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infraestrutura urbana adequada.
Relação percentual entre o número de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada e o total de domicílios urbanos em assentamentos subnormais.

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2.000, com atualizações posteriores baseadas nas PNAD. Assim, além dos dados de fato só se confirmarem no próximo Censo, os índices da PNAD apurados em um ano referem-se ao ano anterior. Ocorre que entre um Censo e outro pode haver mudança de metodologia na forma de definição desses assentamentos subnormais, o que de fato aconteceu, conforme estudo divulgado pelo próprio IBGE. Portanto, para poder ser comparável, o indicador utilizado no exercício de 2011 refere-se à PNAD, e no caso, a de 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Na análise do resultado alcançado deve-se acrescentar a observação de que a utilização de indicadores habitacionais macros não é adequada para se mensurar o impacto do programa visto que outros fatores influenciam a precariedade habitacional, tais como disponibilidade de crédito e produção habitacional, associadas a outros programas, e até a conjuntura econômica. Ou seja, não há como isolar um único fator-investimento em urbanização e informar que essa é a causa do decréscimo do problema.

Fonte: SIGPLAN-PAC 29/02/2012

O objetivo deste programa é implementar a política habitacional, com a finalidade de ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários. Em 2011, na Lei Orçamentária Anual (LOA), para o Programa 1128, foi disponibilizada dotação de 1,84 bilhão nas Unidades Orçamentárias 56101 e 56902. Dos recursos previstos, foi empenhado e liquidado um total de R\$ 1,75 bilhão, perfazendo 93% do valor disponibilizado.

A distribuição do empenho do Programa 1128 está apresentada na Figura 1.

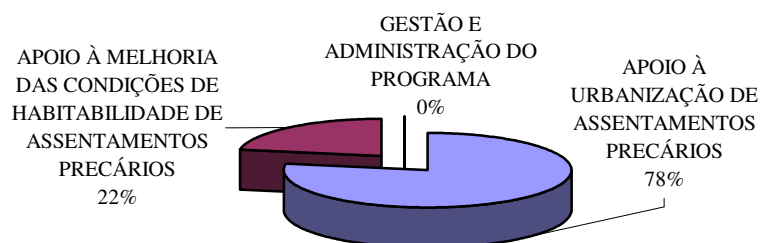


Figura 1 – Distribuição do empenho do Programa 1128 nas Unidades Orçamentárias 56101 e 56902 (Fonte: SNH/GGEST).

As obras de urbanização de assentamentos precários concentram a maior parte dos recursos e representam a prioridade do PAC - Habitação em sua primeira edição (2007-2010): são R\$ 9,0 bilhões, ou 90% dos recursos transferidos aos entes públicos, representando mais de um milhão de famílias beneficiadas.

A edição da segunda etapa do PAC (2011-2014), deu continuidade à implementação de ações voltadas à melhoria das condições de habitabilidade nos assentamentos precários, sendo que a produção habitacional necessária para a urbanização desses assentamentos será realizada por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Para os investimentos em urbanização de assentamentos precários para o quadriênio 2011-2014, na nova estrutura de eixos do PAC, foram disponibilizados R\$ 30,5 bilhões de recursos para aplicação, dos quais R\$ 27 bilhões de OGU e R\$ 3,5 bilhões de FGTS.

Para a execução dessa segunda etapa o Ministério das Cidades ampliou os esforços no aprimoramento da implementação do programa, tanto no que diz respeito ao melhoramento do processo seletivo de propostas, reforçando aspectos relativos à consistência técnica das propostas; quanto aquelas com vistas à desburocratização e agilização dos repasses. Se antes verificava-se que o ciclo entre a seleção de um empreendimento e a conclusão da obra era de 5 anos, hoje espera-se que, com a nova maturidade do setor, os tempos de contratação e execução das obras sejam reduzidos.

A seleção de empreendimentos nesta segunda etapa priorizou intervenções que complementassem obras iniciadas na primeira etapa, além de selecionar aqueles projetos que já estivessem mais desenvolvidos, permitindo um início de obra mais imediato. Na nova metodologia do PAC os proponentes foram divididos em diferentes grupos, ampliando a abrangência do programa. Além disso, Estados, Municípios e o Distrito Federal puderam também pleitear recursos para elaboração de estudos e projetos de urbanização de assentamentos precários.

Os resultados da primeira seleção realizada, com 50% dos recursos previstos para o período disponibilizados, estão apresentados na Tabela II.

Tabela II – Resumo geral das operações - Programa 1128 (PAC 2)

Grupo	Selecionado		Contratado	
	Qtd	R\$ milhões	Qtd	R\$ milhões
G1	266	7.634,50	248	6.753,60
G2	74	416,78	73	375,02
G3	156	948,17	156	948,17
Total	496	8.999,45	477	8.076,79

Fonte: SNH/DUAP

2.3.1.3.1 Ação 10S3 – Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários

Com a criação do eixo da Infraestrutura Social e Urbana no PAC foi possível vislumbrar o tratamento adequado das favelas de maior porte e, portanto, de maior complexidade, situadas nas principais cidades e Regiões Metropolitanas (RM) do país, constituíram a prioridade de investimento na primeira etapa do PAC. Estavam previstos nessa ação, na primeira etapa do PAC (2007-2010), destinada a RM, capitais e municípios com mais de 150 mil habitantes, recursos da ordem de R\$ 9,7 bilhões em investimento, sendo que quase 100% do recurso já estava contratado em dezembro de 2011.

Até esta data são 184 obras contratadas no programa, somando R\$ 9,6 bilhões em valores de investimento. Trata-se de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social, além de regularização fundiária, implantação de infra-estrutura, recuperação de áreas ambientalmente degradadas e eliminação de fatores de risco natural, o que agrega fatores de complexidade técnica à obra.

19 empreendimentos de urbanização já estão concluídos ou com a obra concluída, distribuídos nas seguintes regiões: Centro-Oeste: 5, Nordeste: 5, Sudeste: 7, Sul: 1 e Norte:1, tendo sido 9 obras concluídas no exercício.

O resumo geral das operações referentes a essa ação está apresentado na Tabela III.

Tabela III – Resumo geral das operações - Programa 1128, Ação 10S3 (PAC 1)

Descrição	Qtd	% qtd sobre celebrado	VI R\$ milhões	% R\$ sobre celebrado
Total de operações	186	100 %	9.656,51	100 %
Contratos cancelados	2	1%	31,14	0.3%
Contratos cancelados no exercício	1	0.5%	19,65	0.2%
Descrição	Qtd	% qtd sobre celebrado	VI R\$ milhões	% R\$ sobre celebrado
Contratos Ativos	184	100 %	9.625,37	100 %
Contratos Iniciados no Exercício	6	3%	86,81	1%
Contratos Concluídos (Obra Física) no Exercício	9	5%	284,10	3%
Obras Paralisadas no Exercício	20	11%	830,80	9%
Obras Retomadas no Exercício	13	7%	221,26	2%

Fonte: SNH/DUAP

A atuação do Ministério das Cidades recai sobre todas as etapas de execução dos empreendimentos contratados. Entre as ações de monitoramento do PAC-Habitação estão: realização de reuniões do Grupo de Gestão Integrada e Pontos de Controle, de videoconferências e de reuniões presenciais em Brasília; instituição de ferramenta de interlocução com os tomadores (ReMO – Relatório de Monitoramento de Operações) e de rotina mínima de acompanhamento dos contratos em andamento, com o desenvolvimento de avaliações e balanços periódicos dos programas.

A Tabela IV apresenta a situação das obras paralisadas no exercício de 2011 contratadas com recursos da ação orçamentária 10S3.

Tabela IV – Situação das obras paralisadas no exercício - Programa 1128, Ação 10S3 (PAC 1)

Descrição do problema resumo	Qtd
Apontamento dos órgãos de controle	1
Obra concluída, pendente em trabalho social, regularização fundiária ou prestação de contas	1
Pendente em trabalho social ou em prestação de contas	2
Problemas na aprovação do projeto ou licitação	2
Reprogramação de projeto	11
Rescisão contratual com a empresa executora	3
Total	20

Fonte: SNH/DUAP

Vale ressaltar sobre esses números que é considerada como obra paralisada, nos dados disponibilizados pelo agente operador, aquela que está sem medição a mais de 90 dias. No entanto, para, pelo menos 15 das operações listadas na Tabela IV (65% dos casos), essa classificação é inadequada, pois são contratos que possuem problemas administrativos e não problemas na execução física da obra: reprogramação de projeto, obra concluída com pendências em trabalho social, prestação de contas ou regularização fundiária, pendência em trabalho social ou em prestação de contas.

Dessa forma, conforme recente levantamento desta Secretaria, 39% das obras classificadas como paralisadas encontram-se efetivamente com pendências que justifiquem tal classificação, e representam 6% da carteira. O Ministério das Cidades vem tomando medidas junto aos executores para que essas obras sejam retomadas.

As obras classificadas como paralisadas são aquelas que apresentam as seguintes situações: reprogramação de projeto; obra física concluída, mas pendente em trabalho social ou prestação de

contas; e apontamento dos órgãos de controle que impeçam liberação, tornando tal classificação imprecisa e muitas vezes superestimada, situações detalhadas a seguir:

- A reprogramação de projetos que gera a ausência de medição e o conseqüente status de paralisação. Em geral, a necessidade de revisão das peças de engenharia e arquitetura, visando a uma melhor adequação à situação física encontrada durante a obra, ocorre devido à complexidade da ocupação dos assentamentos subnormais, que impossibilita fazer os levantamentos prévios com o nível de detalhamento desejável. O rito para aprovação da reprogramação de projeto é muito similar ao da aprovação inicial do projeto, portanto leva tempo equivalente. Ressalta-se que, nesses casos, a obra continua em andamento e a dita paralisação deve-se a um aspecto burocrático que está sendo encaminhado.

- Obra concluída, com trabalho social ainda em execução, significa que o contrato ainda não foi finalizado, pois durante os seis (6) meses após a conclusão das obras acontece a avaliação pós-ocupação do empreendimento, período em que não há necessariamente desembolso, gerando o status de paralisação.

- Os outros aspectos configuram-se em efetivas paralisações da obra, ou seja, que a sua retomada requer uma ação concreta do compromissário, como é o caso da rescisão contratual com a empresa executora que, no limite, pode vir a gerar uma nova licitação. Nesses casos, o Ministério faz uma interlocução com o compromissário, visando pactuar ações e datas para resolução do caso, especialmente por meio de vídeos-conferências e de GGI.

- Por fim, deve ainda ser considerada a ação dos órgãos de controle, que, dependendo do tipo de apontamento, impõe a descontinuidade das obras até que as exigências documentais ou processuais sejam cumpridas. Nesses casos e nas situações de pendências para próximas etapas, o Ministério também atua na pactuação de ações e datas para resolução da contenda.

Com relação ao universo das operações contratadas em anos anteriores e que não foram iniciadas, cabe considerar como problemático apenas aquele referente às obras, que representa atualmente apenas 10% do valor total de investimento contratado no âmbito do PAC. Para este conjunto de operações, desde meados de 2011 a SNH, em conjunto com as demais Secretarias do Ministério das Cidades, restringiu a possibilidade de prorrogações de vigência sem que as obras comecem sua execução.

Na segunda etapa do PAC (PAC2), os recursos desta ação foram destinados a Estado e Municípios do Grupo 1, localizados em Regiões Metropolitanas, capitais e municípios com população acima de 70 mil habitantes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e com mais de 100 mil habitantes no Sul e Sudeste (G1). O resultado da primeira seleção da ação, na segunda etapa do PAC está apresentado na Tabela V.

Tabela V – Resumo geral das operações - Programa 1128, Ação 10S3 (PAC 2) em milhões

Grupo	Modalidade	Qtd	Selecionado com MCMV	Selecionado sem MCMV	Qtd	Contratado	%
G1	1128-10S3	162	6.380,20	3.206,41	151	6.056,90	95
	1136-8873	112	89,48	89,48	95	77,46	87
Total		274	6.469,68	3.295,89	246	6.134,36	95

Fonte: SNH/DUAP

2.3.1.3.1.1 Execução Física

No SIGPLAN, segundo metodologia acordada com o Ministério do Planejamento, os dados físicos registrados referem-se à proporção das famílias beneficiadas em relação aos recursos desembolsados conforme pode ser visto na Tabela VI.

Tabela VI – Execução Física/Financeira – Programa 1128, Ação 10S3

	Dados Físicos			Dados Financeiros					
	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Empenhado	Realizado	Rap Cancelado	Pago
Exercício	83.766	83.423	9.371	1.462.981.900	1.462.981.900	1.364.252.537	106.287.055		103.084.200
Rap	-	-	43.226	889.933.876	889.933.876			99.620	473.065.543
Total	83.766	83.423	52.597	2.352.915.776	2.352.915.776	1.364.252.537	106.287.055	99.620	576.149.743

Fonte:SIGPLAN

LEGENDA: Previsão inicial = LOA, Previsão corrigida = LOA + Crédito

O PAC tem sido uma ação fundamental para manter o planejamento dos investimentos necessários ao crescimento econômico permanente do país, além do reconhecimento de que estados e municípios só investem em planos e projetos se houver perspectiva de captação de recursos junto a União. Por isso que, em 2007, as operações selecionadas tiveram um início de obra tardio e só a partir disso que as administrações locais se estruturaram para o desenvolvimento das intervenções. É importante lembrar, ainda, que as urbanizações de assentamentos precários são obras de grande envergadura e que exigem uma coordenação e capacidade de gestão elevadas dos entes executores. Portanto ainda é verificado um baixo índice de conclusão dessas operações.

Cabe destacar que embora as intervenções não estejam totalmente concluídas, várias etapas e metas intermediárias foram finalizadas e entregues à população, já trazendo benefícios à sociedade. Os dados hoje disponíveis em sistemas não captam essas realizações parciais, não sendo possível então uma sistematização das conclusões parciais.

O gráfico de evolução dos tempos contratuais não foi desenvolvido por não ter havido processo seletivo anual para esta ação.

2.3.1.3.2 Ação 10S6 – Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários – FNHIS

As informações acerca desta ação foram contempladas no relatório agregado referente à Unidade Jurisdicionada Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. Informações estas que foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho Gestor do FNHIS – CGFNHIS na 22ª reunião ordinária realizada em 26 de março de 2012 por meio da resolução nº49 de 26 de março 2012, publicada no DOU em 30 de março de 2012 (Anexo 7).

Quadro VII – Execução Física das ações realizadas pela UJ no Programa 1128

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
16	451	1128	0634	OP		Família beneficiada	-	852	-
15	451	1128	0644	OP			-	-	-
15	451	1128	0B21	OP			-	-	-
15	451	1128	10S3	P	1	Família beneficiada	83.423	63.576	
16	451	1128	10S6	P	1	Família beneficiada	24.993	16.693	34.851
15	122	1128	2272	A					

Fonte: Siafi / PPA 2008-2011/PPA 2012/2015

2.3.1.4 Programa 1136 – Fortalecimento da Gestão Urbana

Quadro VIII – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1136		Denominação: Fortalecimento da Gestão Urbana				
Tipo do Programa:						
Objetivo Geral:						
Objetivos Específicos:						
Gerente:				Responsável:		
Público Alvo:						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
110.000.000,00	110.000.000,00	82.613.169,76	82.613.169,76	0,00	554.230,83	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto					
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

Quadro IX – Execução Física das ações realizadas pela UJ no Programa 1136

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
15	482	1136	8873	A		-	-	-	-

Fonte: Siafi / PPA 2008-2011

Essa ação orçamentária lastreia operações desenvolvidas no âmbito da ação de Desenvolvimento Institucional do Habitar Brasil BID – HBB firmadas até o exercício 2004 e que têm execução plurianual.

Esta ação, a partir de 2010, passou também a lastrear a modalidade Estudos, Planos e Projetos de Urbanização de Assentamentos Precários, incluída nos Projetos Prioritários de Investimento – PPI, que visa apoiar estados, Distrito Federal e municípios na elaboração de projetos técnicos de arquitetura e urbanismo, engenharia, recuperação ambiental, trabalho social e regularização fundiária necessários para as intervenções que configurem a urbanização de assentamentos precários. Isso se deu devido ao fato de que a segunda fase do PAC procurou o aperfeiçoamento de algumas ações, e entre as principais dela está a melhoria nos projetos dos entes federados, incorporando a disponibilidade de recursos para apoiar sua elaboração.

Os planos e projetos contratados deverão conter, respeitadas as características de cada situação, os seguintes itens:

- projeto de urbanização e parcelamento do solo;
- plano de regularização fundiária;
- projeto de edificação da unidade habitacional;
- projeto de recuperação da área degradada; e
- projeto de trabalho social.

A ação foi dirigida para os municípios do G1 do PAC 2. O resultado da primeira seleção da ação, na segunda etapa do PAC está apresentado na Tabela VII.

Tabela VII – Resumo geral das operações – Programa 1136, Ação 8873 (PAC2) em milhões.

Grupo	Modalidade	Qtd	Selecionado com MCMV	Selecionado sem MCMV	Qtd	Contratado	%
G1	1128-10S3	162	6.380,20	3.206,41	151	6.056,90	95
	1136-8873	112	89,48	89,48	95	77,46	87
Total		274	6.469,68	3.295,89	246	6.134,36	95

2.3.1.4.1 Execução física:

O produto refere-se a projeto apoiado, e a unidade de medida, unidade, sendo que os recursos foram aplicados em:

- 41 cursos técnicos;
- capacitação de 177 pessoas;
- aquisição de 177 computadores e 139 softwares; e
- aquisição de 33 periféricos.

A Tabela VIII apresenta a execução física e financeira da ação 8873 no exercício de 2011.

Tabela VIII – Execução Física/Financeira - Programa 1136, Ação 8873

	Dados Físicos			Dados Financeiros					
	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Empenhado	Realizado	Rap Cancelado	Pago
Exercício	1.100	1.100	-	110.000.000	110.000.000	82.613.170	554.231	-	554.231
Rap	-	-	-	1.434.218	1.434.218			-	997.924
Total	1.100	1.100	-	111.434.218	111.434.218	82.613.170	554.231	-	1.552.155

Fonte: SIGPLAN

LEGENDA: Previsão inicial = LOA, Previsão corrigida = LOA + Crédito

2.3.1.5 Programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais

Quadro X – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0909		Denominação: Operações Especiais: Outros Encargos Especiais				
Tipo do Programa: Operações especiais						
Objetivo Geral: Criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos.						
Objetivos Específicos: Concessão de financiamentos subsidiados, e incentivos à produção de novas unidades habitacionais.						
Gerente: Inês da Silva Magalhães				Responsável:		
Público Alvo: Famílias de baixa renda residentes em áreas urbanas ou rurais.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
12.650.000.000,00	12.650.000.000,00	10.979.937.653,49	10.979.937.653,49	0,00	598.932.120,04	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
*	*	*	*	*	*	*
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
*	*	*	*	*	*	*
Fórmula de Cálculo do Índice						
*						
Análise do Resultado Alcançado						
*						

Fonte: SIAFI

* Não se aplica

Quadro XI – Execução Física das ações realizadas pela UJ no Programa 0909

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
28	845	0909	00AF	OP	3			*	
28	846	0909	00CW	OP	3			*	
28	846	0909	00CX	OP	3			*	
28	845	0909	00CY	OP	3			*	
28	846	0909	0E64	OP	3			*	

* Não se aplica

O objetivo do Programa é criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, pro meio da concessão de financiamentos subsidiados, e incentivos à produção de novas unidades habitacionais.

Com o intuito de garantir moradia à população menos favorecida, o governo federal implantou o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, que busca promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais, além da requalificação de imóveis urbanos. O programa prevê, no período 2011-2014, a construção de mais de 2 milhões de moradias, democratizando o acesso à terra urbana e à regularização da propriedade, bem como à universalização do saneamento e apoio à gestão integrada de resíduos sólidos.

O programa é, também, um dos principais indutores do crescimento brasileiro, gerando número relevante de empregos no setor da construção civil e do comércio de material de construção.

Na primeira fase do Programa foram contratadas mais de 1 milhão de moradias (1.005 mil) sendo que 388 mil foram entregues até 31/12/2011. Em 16 de junho de 2011 foi lançado o “Minha Casa, Minha Vida 2” – PMCMV2, cuja meta é a produção e aquisição de novas unidades e a requalificação ou reforma de 2 milhões de moradias com investimentos da ordem de R\$ 125,7 bilhões até 2014. Desse valor, R\$ 72,6 bilhões são para subsídios, dos quais R\$ 62,2 bilhões provenientes do Orçamento Geral da União – OGU e R\$ 10,4 bilhões do FGTS. Os restantes R\$ 53,1 bilhões consistem em recursos onerosos do FGTS. Do total de unidades, mais de 457 mil foram contratadas em 2011, das quais aproximadamente 179 mil foram entregues nesse ano.

Na segunda fase do programa foi promovida a ampliação das faixas de renda familiar do público-alvo do programa, o que proporcionará inclusão de um maior número de beneficiados, priorizando as famílias de menor renda. Outro importante ganho para os potenciais beneficiários reside no fato de que todas as unidades habitacionais a serem produzidas para a faixa de renda mais baixa deverão ser adaptáveis ao uso por pessoas com deficiência, sendo assegurado que, do total de unidades habitacionais construídas no âmbito do PMCMV em cada município, no mínimo, 3% (três por cento) sejam reservadas às famílias de que façam parte pessoas com deficiência. Destaque-se ainda a reserva de 3% das unidades para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, conforme previsto no art. 38 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).

Da meta de 2 milhões de moradias, 60% (1,2 milhão de unidades) beneficiarão as famílias que apresentem renda mensal de até R\$ 1.600,00 por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais nas áreas rurais.

Para as famílias com renda mensal entre R\$ 1.600,01 e R\$ 3.100,00 na área urbana e entre R\$ 15.000,01 e R\$ 30.000,00 anuais na área rural, a meta é de 600 mil habitações (30% do total). E para as que possuem renda entre R\$ 3.100,00 e R\$ 5.000,00 mensais na área urbana e entre R\$ 30.000,01 e R\$ 60.000,00 anuais na área rural, serão 200 mil moradias (10% do total).

No PMCMV2 buscou-se aperfeiçoar as regras do programa, de modo a aumentar sua eficiência. Nos casos de famílias de menor renda, foram incluídas novas regras para a alienação dos imóveis e acrescentada a modalidade que permite reformas em habitação rural, entre outros aperfeiçoamentos.

Outras duas importantes mudanças foram introduzidas no PMCMV2, visando a melhoria das unidades: o valor máximo de aquisição das moradias foi ampliado de R\$ 52.000,00 (Portaria MCidades nº 93, de 24/02/2010) para R\$ 65.000,00 (Portaria MCidades nº 465, de 03/10/2011); e a área útil das unidades foi ampliada de 32 m² para 36 m², para as casas, e de 37 m² para 39 m², no caso dos apartamentos.

As casas e apartamentos contarão com azulejos em todas as paredes da cozinha e do banheiro, piso cerâmico em todos os cômodos e portas e janelas maiores. Todas as casas contarão ainda com energia solar para aquecimento de água, colaborando para a diminuição dos gastos com energia e contribuindo para a sustentabilidade dos empreendimentos.

Excetuadas as operações de financiamento com recursos do FGTS, as mulheres chefes de família poderão firmar contratos, independentemente do seu estado civil e da outorga do cônjuge, facilitando seu acesso ao programa. A medida é válida para as famílias que tenham renda mensal de até R\$ 1.600,00.

O desenvolvimento do Trabalho Social junto às famílias beneficiadas, para realização de ações como mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda, ocorrerá no âmbito de uma parceria maior com as prefeituras, tendo em vista a

ampliação do volume de recursos destinado à finalidade, além da possibilidade do próprio ente público poder realizá-lo.

O Banco do Brasil, que já opera no PMCMV com financiamento com recursos do FGTS, passará a integrar o programa na modalidade voltada para famílias de menor renda a partir de 2012.

Em resumo, o “Minha Casa, Minha Vida 2” trouxe:

- a) Novas regras para alienação de imóveis;
- b) Inclusão da modalidade reforma na habitação rural para faixa de renda mais baixa;
- c) Maior proteção à mulher chefe de família;
- d) Maior parceria com o poder público local no trabalho social;
- e) Moradias melhores:
 - Ampliação da área construída para melhoria da mobilidade;
 - Unidades habitacionais adaptáveis em todos os empreendimentos destinados à faixa de menor renda;
 - Portas e janelas maiores;
 - Azulejos em todas as paredes da cozinha e do banheiro;
 - Piso cerâmico em todos os cômodos;
 - Aquecimento solar em todas as casas;
 - Instalação de kit de acessibilidade em 3% das unidades habitacionais destinadas à faixa de menor renda.

2.3.1.5.1 Ação 0E64 – Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com até 50.000 Habitantes

Esta modalidade tem por objetivo apoiar estados e municípios no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que facilitem o acesso à moradia digna, voltadas ao atendimento de beneficiários com renda familiar até R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais), por meio de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, conforme estabelecido nas Portarias Interministeriais MCidades/Mfazenda/ MPOG nº 484, de 2009 (primeira fase do programa) e nº 531, de 10/11/2011 (segunda fase).

Por meio da Portaria MCidades nº 532, de 2009, foi promovida no final de 2009 homologação do resultado da primeira oferta pública de recursos do PMCMV, destinados a municípios com menos de cinquenta mil habitantes, a serem concedidos e contratados até o valor de R\$ 1 bilhão, conforme estabelecido no artigo 19 da Lei nº 11.977, de 2009.

Na segunda fase, essa homologação se deu pela Portaria MCidades nº 609, de 23/12/2011, tendo sido distribuídas 107.348 cotas de subvenção, com valor total máximo de R\$ 2,7 bilhões, equivalente a R\$ 25.000,00 por unidade,

A Portaria Conjunta SNH/STN nº 472, de 2009, definiu as condições da oferta pública tendo sido habilitadas 15 instituições financeiras e 4 Companhias de Habitação para execução dos contratos com os beneficiários finais. Para a segunda fase do programa foram habilitadas 12 instituições financeiras e 5 Companhias Estaduais de Habitação.

Em 2010 foram cadastradas no site do Ministério das Cidades pelos estados e municípios 9.002 propostas, perfazendo o total de 3.763 municípios, sendo selecionadas 2.197 propostas, representando 2.079 municípios. Deste total, foram firmados até 31/12/2011 1.859 Termos de Acordo e Compromisso – TAC – entre as instituições financeiras e os proponentes e ainda, foram realizadas 69.431 operações, firmadas entre as instituições financeiras e agentes financeiros do SFH e os beneficiários finais (pessoas físicas) dos 1.859 municípios, perfazendo o montante de R\$ 938 milhões, a título de subvenção econômica para complementar a produção das unidades habitacionais.

Em 2011 foi instituído novo processo de cadastramento de propostas, por meio da Portaria nº 547, de 28/11/2011. Foram acolhidas 8.939 propostas, provenientes de 4.042 municípios. O processo de seleção e a divulgação do resultado ocorrerão em 2012.

Na Figura 2 apresenta a posição das contratações até o final de 2011, referentes ao PMCMV 1.

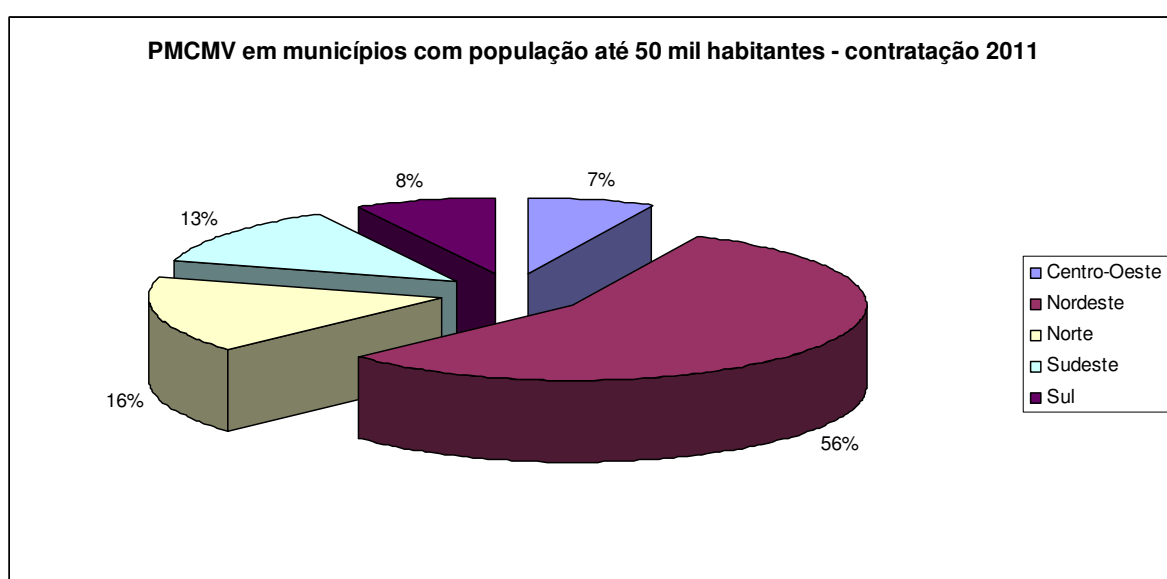


Figura 2 – Contratações do PMCMV em municípios com menos de 50 mil habitantes até 2011.

2.3.1.5.2 Ação 00CX – Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais - Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR

O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, foi instituído pela Medida Provisória nº 459/2009, posteriormente convertida na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

Nos termos do artigo 16 da lei supracitada, a gestão operacional do PNHR é efetuada pela Caixa Econômica Federal. A execução orçamentária e financeira é realizada por meio da Unidade Gestora Executora 560020 - CEF-PNHR/PMCMV, Gestão 00001 (Tesouro), vinculada ao Ministério das Cidades.

O Quadro XII apresenta informações da unidade jurisdicionada agregadora

Quadro XII – Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Caixa Econômica Federal			
Denominação abreviada: CEF			
Código SIORG: 0091	Código na LOA: Não se aplica		Código SIAFI: Não se aplica
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública			
Principal Atividade: Serviços Financeiros			Código CNAE: 6423-9
Telefones/Fax de contato:	(61) 3206-9000	(61) 3206-9817	(61) 3206-9732
Endereço Eletrônico: presidencia@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS Quadra 04, lotes 3/4, Ed. Matriz I, CEP: 70092-900, Brasília - DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Caixa Econômica Federal/Programa Nacional de Habitação Rural			
Denominação abreviada: CEF/PNHR			
Código SIORG:	Código na LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 155002
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Indireta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Executora – mandatária da União			Código CNAE: Não se aplica
Telefones/Fax de contato:	(61) 3206-9532	(061) 3206-9713	(061) 3206-0152
E-mail: genef@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS Quadra 4, lotes 03/04, Ed. Matriz I, 2º andar, CEP: 70092-900, Brasília - DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
O PNHR foi criado pela MP nº 459, de 25/03/2009, posteriormente convertida na Lei nº 11.977 de 2009, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170500		00001	

O Programa Nacional de Habitação Rural tem a finalidade de subsidiar a produção ou a aquisição de moradia aos agricultores familiares, definidos nos termos do art. 3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, bem como aos demais trabalhadores rurais, até o montante de quinhentos milhões de reais.

Os beneficiários do programa podem ter renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 divididos nas seguintes faixas:

- a) Grupo 1: renda familiar anual bruta até R\$ 15.000,00;
- b) Grupo 2: renda familiar anual bruta entre R\$ 15.000,00 e R\$ 30.000,00;
- c) Grupo 3: renda familiar anual bruta entre R\$ 30.000,00 e R\$ 60.000,00.

O PNHR tem com área de atuação, todo o território nacional, em qualquer município brasileiro, com as seguintes modalidades operacionais:

- a) Construção de novas unidades em terrenos próprios ou de posse;
- b) Reforma de unidades existentes.

As diretrizes para aplicação dos recursos são diferenciadas, de acordo com a faixa de renda de cada grupo. O Grupo 1 é beneficiado por meio subvenção econômica, através de repasse de recursos aos beneficiários finais, que incluem os seguintes itens:

- a) Até R\$ 25.000,00 para edificação ou até R\$ 15.000,00 para reforma;
- b) R\$ 400,00 para contratação de Assistência Técnica; e
- c) R\$ 200,00 para execução do Trabalho Social.

Para o Grupo 2 os recursos são destinados ao financiamento habitacional, com valor calculado conforme o projeto e a capacidade de pagamento do mutuário, com a seguinte subvenção:

- a) R\$ 7.000,00 para edificação ou reforma da unidade habitacional;
- b) R\$ 400,00 para contratação de Assistência Técnica; e
- c) R\$ 200,00 para execução do Trabalho Social.

Já para o Grupo 3 o programa destina financiamento habitacional, com valor calculado conforme o projeto e a capacidade de pagamento do mutuário, com subvenção econômica limitada a taxa de juros reduzida, destinada a complementar o valor necessário para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do financiamento.

No ano de 2011 o PNHR contratou um total de 11.208 unidades habitacionais destinadas à faixa de renda familiar bruta anual até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), perfazendo um total de R\$ 169 milhões.

Para atender às contratações de financiamento, foram descentralizados pelo Ministério das Cidades, no exercício de 2011, créditos orçamentários no montante de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

2.3.1.5.3 Ação 00CW - Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas - Programa Nacional de Habitação Urbana

O Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, foi instituído pela Medida Provisória nº 459/2009, posteriormente convertida na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

Nos termos do artigo 9º da lei supracitada, a gestão operacional dos recursos destinados à concessão da subvenção do PNHU é efetuada pela Caixa Econômica Federal. A execução orçamentária e financeira é realizada por meio da Unidade Gestora Executora 560019 - CEF-PNHU/PMCMV, Gestão 00001 (Tesouro), a partir de 2009 vinculada ao Ministério das Cidades.

O Quadro XIII apresenta informações sobre a Unidade Jurisdicionada agregadora.

Quadro XIII – Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Caixa Econômica Federal			
Denominação abreviada: CEF			
Código SIORG: 0091		Código na LOA: Não se aplica	Código SIAFI: Não se aplica
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública			
Principal Atividade: Serviços Financeiros			Código CNAE: 6423-9
Telefones/Fax de contato:	(61) 3206-9000	(61) 3206-9817	(61) 3206-9732
Endereço Eletrônico: presidencia@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS Quadra 04, lotes 3/4, Ed. Matriz I, CEP: 70092-900, Brasília - DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem:			
Denominação completa: Caixa Econômica Federal/Programa Nacional de Habitação Urbano			
Denominação abreviada: CEF/PNHU			
Código SIORG:		Código na LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 560019
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Indireta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Executora – mandatária da União			Código CNAE: Não se aplica
Telefones/Fax de contato:	(61) 3206-9532	(061) 3206-9713	(061) 3206-0152
E-mail: genef@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS Quadra 4, lotes 03/04, Ed. Matriz I, 2º andar, CEP: 70092-900, Brasília - DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei 11.977, de 07 de julho de 2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170500		00001	

Com a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, em 2009, as diretrizes de aplicação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS foram alteradas por seu Conselho Curador, que aumentou significativamente o volume de recursos alocados para a concessão de financiamentos de imóveis novos.

O Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, tem por objetivo apoiar a produção de unidades habitacionais novas, isoladas ou organizadas em empreendimentos, assim como a aquisição ou construção de unidades habitacionais diretamente no mercado, através da concessão de financiamentos.

No PMCMV2 foram feitas alterações nas faixas de renda para fins de concessão de subsídios. Dessa forma, os subsídios antes concedidos às famílias com renda familiar mensal bruta até R\$ 1.395,00 foram estendidos para as que auferem até R\$ 1.600,00. Já os critérios, antes aplicados nas faixas de renda entre R\$ 1.395,00 a R\$ 2.790,00, foram estendidos para as faixas de renda entre R\$ 1.600,00 a R\$ 3.100,00.

Essas diretrizes reforçaram o processo de ampliação do acesso à moradia dos cidadãos menos favorecidos, seja pelo incremento nos descontos oferecidos, seja pela progressividade derivada do rendimento familiar auferido. Esses subsídios permitem o pagamento dos custos financeiros das operações de crédito, bem como a complementação do custo de produção ou valor de venda do imóvel.

Esta ação é operacionalizada por meio da concessão de subvenção econômica ao beneficiário pessoa física com renda familiar mensal bruta limitada a R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), no ato da contratação de financiamento habitacional com recursos do FGTS.

A subvenção é concedida nos programas Carta de Crédito Individual - nos casos de imóveis novos, Carta de Crédito Associativo e nas unidades comercializadas com as pessoas físicas dentro do programa Apoio à Produção. Esses programas encontram-se especificados nas ações não-orçamentárias 9558, 9561, 9570 e 9572.

O subsídio total concedido pelo OGU, nessa ação, no ano de 2011, totalizou R\$ 2,2 bilhões.

Para atender às contratações de financiamento, foram descentralizados, no exercício de 2011, créditos orçamentários no montante de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), integralmente empenhados), inscritos em Restos a Pagar – RP Não Processados a Liquidar, para garantir as contratações relativas ao exercício.

2.3.1.5.4 Ação 00AF - Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR

A transferência de recursos do OGU para o FAR, tem como objetivo a aquisição de unidades ou requalificação de imóveis existentes, organizados em empreendimentos, destinados à alienação ao beneficiário, por meio de operações realizadas por Instituições Financeiras Oficiais.

O Público alvo são as famílias com renda até R\$ 1.600,00. O beneficiário paga mensalmente prestação equivalente a 10% da renda ou mínima de R\$ 50,00, durante 10 anos.

O Programa é operacionalizado a partir da proposição de empreendimento por empresas do setor da construção civil, que depois de aprovado pelo Município e pela Instituição Financeira é adquirido pelo FAR e posteriormente alienado aos beneficiários.

A área de Atuação do PMCMV - FAR tem a seguinte abrangência:

- a) Capitais estaduais e municípios da respectiva Região Metropolitana;
- b) Regiões metropolitanas de Campinas/SP e Baixada Santista/SP;
- c) Distrito Federal
- d) Municípios acima de 50 mil hab.;
- e) Municípios com população entre 20 e 50 mil hab.:
 - população urbana $\geq$ 70% da população total;
 - taxa de crescimento populacional. de 2000 a 2010, superior à do Estado;
 - taxa de crescimento populacional de 2007 a 2010, superior a 5%.

Os Municípios são responsáveis pela seleção dos beneficiários e pela execução do Trabalho Social.

O Valor máximo de aquisição da unidade varia entre R\$ 44.000,00 e R\$ 63.000,00, para casa e de R\$ 44.000,00 a R\$ 65.000,00, para apartamento, variável conforme região, população do município e se é ou não RM. O valor da unidade contempla: aquisição do terreno, edificação, infraestrutura interna, equipamentos comunitários, tributos, legalização e Trabalho Social. Para aquisição de casas o valor da unidade contempla também o sistema de aquecimento solar.

Um fluxo resumido do PMCMV - FAR pode ser apresentado pelos seguintes itens:

- a) As construtoras apresentam projetos de empreendimentos às Instituições Financeiras;
- b) O projeto é submetido ao município para aprovação e a Instituição Financeira (IF) realiza pré-análise e contrata o empreendimento;
- c) Os recursos são liberados conforme cronograma de execução da obra, após medições feitas pela IF;
- d) O município faz a seleção dos beneficiários e insere ou atualiza os cadastros no Cadúnico;
- e) O município envia lista de beneficiários à IF para análise do enquadramento no Programa – Cadmut e Cadin; e
- f) Após enquadramento dos beneficiários e conclusão dos empreendimentos os contratos são assinados e as unidades são entregues já com escritura.

Até o final de 2011 PMCMV - FAR haviam sido contratados 1.510 empreendimentos totalizando 489.007 unidades habitacionais e investimento de R\$ 21,5 bilhões em recursos, sendo que no referido ano foram contratados 202 empreendimentos com um total de 84.879 unidades habitacionais e R\$ 4,57 bilhões em recursos financeiros. Um total de 182.347 unidades habitacionais havia sido concluído.

As informações detalhadas sobre a execução do Programa estão disponíveis no Relatório de Gestão específico do Fundo de Arrendamento Residencial apresentado pela Caixa no anexo XI.

2.3.1.5.5 Ação 00CY – Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS - Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - MCMV-E

Os recursos do MCMV-E são oriundos do FDS, por meio do aporte de recursos do OGU, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Em 2011, o programa contratou R\$ 75,2 milhões, 9 % do total de R\$ 820 milhões da dotação orçamentária prevista para a ação **00CY** - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, no Orçamento Geral da União.

Os recursos se destinam à produção e aquisição de unidades habitacionais mediante concessão de financiamentos para famílias organizadas de forma associativa em cooperativas habitacionais ou mistas, associações, sindicatos e demais entidades privadas sem fins lucrativos.

A Operacionalização do Programa se dá por meio de Entidades Organizadoras habilitadas pelo MCidades que propõem o empreendimento que depois de aprovado pelo Município e pela Instituição Financeira é financiado, diretamente aos beneficiários, pelo FDS. A entidade é a responsável pela:

- a) seleção dos beneficiários
- b) execução do Trabalho Social
- c) implantação do empreendimento

O Público alvo do Programa são as famílias com renda até R\$ 1.600,00, tendo com área de atuação a área urbana de qualquer município brasileiro.

O beneficiário paga mensalmente prestação equivalente a 10% da renda ou mínima de R\$ 50,00, durante 10 anos.

Em 2011, foram contratadas 22 propostas , totalizando 2.436 unidades habitacionais e foram entregues 561 unidades habitacionais, referentes às contratações efetuadas até 31/12/2010

O Programa acumula 95 operações contratadas até 31/12/2011, das quais 77 tiveram início de obra neste período, totalizando 7.963 unidades, 76% do total contratado até aquela data.

Informações detalhadas sobre a execução do Programa estão disponíveis no Relatório de Gestão específico do Fundo de Desenvolvimento Social.

2.3.1.6 Programa 9991 – Habitação de Interesse Social

Os quadros com demonstrativo da execução por programa de governo e execução física das ações orçamentárias realizadas pela UJ estão apresentados no Relatório de Gestão Agregado do FNHIS, uma vez que estas ações são executadas na Unidade Orçamentária 56902.

Os quadros XIV e XV apresentam, respectivamente, o demonstrativo da execução por programa de governo e execução física das ações não orçamentárias que compõe o Programa 9991 e são geridas pela Secretaria Nacional de Habitação.

Quadro XIV – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA: 9991		Denominação: Habitação de Interesse Social				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários.						
Objetivos Específicos: Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural						
Gerente: Inês da Silva Magalhães				Responsável: Não se aplica		
Público Alvo: Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Previsto			Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Realizado
4.136.917.615,00						21.480.628.011,00**
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
*	*	*	*	*	*	*
Fórmula de Cálculo do Índice						
*						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIGPLAN: Campo Previsto, e Relatórios encaminhados pela Caixa Econômica Federal

* Conforme disposto no SIGPLAN, são indicadores atribuídos ao Programa Habitação de Interesse Social o Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos e o Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos. O último índice apurado refere-se ao ano de 2008.

* *Inclui as contratações realizadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Quadro XV – Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
-	-	9991	9483	-	-	Unidade	26.665	-	-
-	-	9991	9558	-	-	Unidade	174.344	272.566	-
-	-	9991	9560	-	-	Unidade	6.667	50	-
-	-	9991	9561	-	-	Unidade	4.741	76.050	-
-	-	9991	9559	-	-	Unidade	-	-	-

Fonte: SIGPLAN.

2.3.1.6.1 Ações não orçamentárias

A seguir serão tratadas, no âmbito deste Programa, somente as ações relativas à Unidade Orçamentária 56101 - Ministério das Cidades, de responsabilidade desta Secretaria Nacional de Habitação.

A execução física e financeira das ações 9483, 9558 e 9661, contempla as contratações realizadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Sobre as operações de financiamento com recursos do FGTS, é importante destacar que, em atendimento ao Acórdão nº. 341 do TCU, de 07 de março de 2008, foi instituído um grupo de trabalho, sob coordenação da Secretaria Executiva, com a finalidade de analisar as operações contratadas com recursos do FGTS, no âmbito dos Programas SANEAMENTO PARA TODOS, PRÓ-SANEAMENTO, PRÓ-MORADIA, PRÓ-TRANSPORTE e Financiamento a Concessionários Privados de Saneamento (FCP/SAN), que visa buscar soluções que viabilizem a conclusão das operações contratadas em exercícios anteriores a 2007, e o atendimento dos objetivos pactuados, sempre que possível; e consolidar as informações quanto à execução física das operações contratadas a partir do exercício de 2007.

As Tabelas IX e X apresentam um resumo geral das operações de Financiamento no PAC 1 e a situação das obras paralisadas executadas por meio de financiamento no exercício de 2011.

Tabela IX – Resumo geral das operações – Financiamento (PAC 1)

Descrição	Qtd	% qtd sobre celebrado	VI R\$ milhões	% R\$ sobre celebrado
Contratos Ativos	153	100	4.720,09	100
Obras Paralisadas no Exercício	20	13%	454,25	9%
Obras Retomadas no Exercício	9	6%	140,76	3%

Fonte: SNH/ DUAP

Tabela X – Situação das obras paralisadas no exercício - Financiamento (PAC 1)

Descrição do problema resumo	Qtd
Aguardando liberação do Boletim de Medição	5
Pendências para próximas etapas: licença ambiental e comprovação de titularidade de área	2
Pendente em trabalho social ou em prestação de contas	2
Reprogramação de projeto	10
Rescisão contratual com a empresa executora	1
Total	20

Fonte: SNH/ DUAP

O número de famílias beneficiadas com as obras concluídas no exercício, bem como a estimativa de famílias a serem beneficiadas quando da conclusão dos contratos de financiamento ativos estão descritos na Tabela XI.

Tabela XI – Resumo das conclusões – Financiamento (PAC 1)

Descrição	Qtd	VI R\$ milhões	famílias beneficiadas
Contratos ativos	153	4.720,09	297.863
Contratos concluídos no exercício	3	2	102
indicador			0,034%

2.3.1.6.2 Ação 9483-Arrendamento Residencial - PAR

De início, cumpre ressaltar que a partir de abril de 2009 as contratações do PAR se deram no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, sob a forma de alienação sem prévio arrendamento, nas condições estabelecidas pela Lei nº 11.474, de 2007.

A execução física e financeira destas operações está consignada nesta ação (9483) e a dotação orçamentária consta no Programa 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais.

O Programa, no âmbito da modalidade de arrendamento residencial, interrompeu as contratações totalizando investimentos da ordem de R\$ 7,4 bilhões, 1.734 empreendimentos e 273.145 mil unidades habitacionais.

Até 31/12/2010, 11.765 arrendatários haviam exercido antecipadamente a opção de compra do imóvel arrendado, conforme prevê a Lei 10.188, de 2001, e suas alterações.

2.3.1.6.3 Ação 9561- Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos - Apoio à Produção

Esta ação trata dos financiamentos concedidos com recursos do FGTS no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, abrangendo as unidades comercializadas com as pessoas físicas dentro do Programa Apoio à Produção, com renda bruta mensal familiar limitada a R\$ 2.725,00 (equivalente a 5 salários mínimos de R\$ 545,00).

O enquadramento das famílias, nesta ação, para fins de concessão de subsídios, segue as regras citadas na Ação 00CW.

Nesta ação, foram beneficiadas 131.738 famílias, no valor de R\$ 8,15 bilhões em financiamentos, tendo sido concedidos, pelo OGU, R\$ 1,09 bilhão em subsídios.

2.3.1.6.4 Ação 9560 - Financiamento a Pessoas Físicas Organizadas em Cooperativas e Associações Populares (Programa Crédito Solidário - PCS)

Os recursos do programa são oriundos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS e estão previstos no Plano de Contratações e Metas Físicas aprovado pelo CCFDS, limitados à capacidade de assunção pelo Fundo do aporte à Conta Equalizadora e ao pagamento da taxa de administração ao Agente Financeiro com os recursos da Carteira Subsídios do FDS.

No âmbito do Programa Crédito Solidário, em 2010, foi contratada uma operação, no valor de R\$ 1,5 milhão, no estado do Mato Grosso, representando 1,5% do orçamento destinado. A partir de abril de 2009, com o advento do PMCMV, as operações da espécie foram drasticamente reduzidas.

2.3.1.6.5 Ação 9559 - Financiamento ao Poder Público para Provisão Habitacional de Interesse Social - Pró-Moradia

Tem por finalidade apoiar o poder público no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna voltada à população de baixa renda. A Tabela XII apresenta o resumo geral das operações de financiamento desta ação.

Tabela XII – Resumo geral das operações de financiamento

Descrição	Qtd	% qtd sobre celebrado	VI R\$ milhões	% R\$ sobre celebrado
Total de operações	86	100	1.428.30	100
Contratos cancelados	23	27%	394.04	28%
Contratos cancelados no exercício	17	20%	84.95	6%
Descrição	Qtd	% qtd sobre celebrado	VI R\$ milhões	% R\$ sobre celebrado
Contratos Ativos	63	100	1.034.25	100
Contratos Iniciados no Exercício Proponente	0	0%	-	0%
Contratos Inicio efetivo no Exercício	6	10%	259.18	25%
Contratos Concluídos (Obra Física) no Exercício	3	5%	19.36	2%
Contratos Concluídos no Exercício	3	5%	2.04	0%

Fonte: SNH/DUAP

2.3.1.6.6 Execução física:

No SIGPLAN não existe quadro resumo de execução física financeira por não haver previsão orçamentária para desembolso. Sobre o aparente baixo desempenho da ação, cumpre esclarecer que, face à inadequação do sistema SIGPLAN à natureza das informações relativas a operações de crédito, todo o desempenho de contratação e desembolso é registrado no campo comentário.

As intervenções dessa ação, apesar de não possuírem a mesma complexidade das de urbanização de assentamentos precários, pelo porte também possuem caráter plurianual. E, ainda, a carteira de contratos ativos totaliza operações selecionadas em diferentes exercícios, de 2007 a 2009, fazendo a co-relação entre operações em diferentes estágios de desenvolvimento. Mostra disso é que os contratos que hoje estão concluídos referem-se majoritariamente a seleções de 2007.

Cabe destacar que embora as intervenções não estejam totalmente concluídas, várias etapas e metas intermediárias foram finalizadas e entregues à população, já trazendo benefícios à sociedade. Os dados hoje disponíveis em sistemas não captam essas realizações parciais, não sendo possível então uma sistematização das conclusões parciais.

2.3.1.6.7 Ação 9558 - Financiamento a Pessoas Físicas com Renda até 5 Salários Mínimos - Programa Carta de Crédito - Recursos FGTS

Esta ação trata dos financiamentos concedidos com recursos do FGTS no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, abrangendo os Programas Carta de Crédito Individual e Carta de Crédito Associativo, com renda bruta mensal familiar limitada a R\$ 2.725,00 (equivalente a 5 salários mínimos de R\$ 545,00).

O enquadramento das famílias, nesta ação, para fins de concessão de subsídios, segue as regras citadas na Ação 00CW.

Na ação 9558 foram beneficiadas 144.754 famílias, totalizando R\$ 9,15 bilhões em financiamentos e R\$ 1,01 bilhão em subsídio concedido pelo OGU.

2.3.1.6.8 Ação 9556 - Financiamento para Urbanização de Assentamentos Precários/ PROMORADIA – FGTS

As tabelas XIII e XIV apresentam resumo geral das operações da ação 9556 na primeira e segunda etapa do PAC, respectivamente.

Tabela XIII – Resumo geral das operações - Programa 9556 (Financiamento - PAC 1)

Descrição	Qtd	% qtd sobre celebrado	VI R\$ milhões	% R\$ sobre celebrado
Total de operações	106	100	4.121.02	100
Contratos cancelados	16	15%	435.19	11%
Contratos cancelados no exercício	9	8%	214.96	5%
Descrição	Qtd	% qtd sobre celebrado	VI R\$ milhões	% R\$ sobre celebrado
Contratos Ativos	90	100	3.685.83	100
Contratos Iniciados no Exercício Proponente	2	2%	68.67	2%
Contratos Inicio efetivo no Exercício	7	8%	471.16	13%
Contratos Concluídos (Obra Física) no Exercício	2	2%	14.78	0%
Contratos Concluídos no Exercício	0	0%	-	0%

Fonte: SNH/ DUAP

Tabela XIV – Resumo geral das operações - Programa 9556 (Financiamento - PAC 2)

Andamento	Qtd Contratos	Uniao 3º BE	Investimento 3º BE	Valor MCMV 3º BE
Ação Preparatória	2	19.879.376,80	22.317.133,34	9.460.000,00
Em contratação	19	574.375.938,70	637.477.014,63	345.709.000,00
Total geral	21	594.255.315,50	659.794.147,97	355.169.000,00

Fonte: SNH/ DUAP

2.3.1.6.9 Execução física

No SIGPLAN não existe quadro resumo de execução física financeira por não haver previsão orçamentária para desembolso. Sobre o aparente baixo desempenho da ação, cumpre esclarecer que, face à inadequação do sistema SIGPLAN à natureza das informações relativas a operações de crédito, todo o desempenho de contratação e desembolso é registrado no campo comentário. Como tais intervenções, apesar de fontes diferenciadas, têm as mesmas características da ação 10S3, valem as mesmas considerações feitas para tal.

2.3.1.7 Programa 1321 – Habitação de Mercado

Quadro XVI – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA: 1321		Denominação: Habitação de Mercado				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Ampliar o mercado imobiliário propiciando novas formas de acesso ao financiamento habitacional.						
Objetivos Específicos: Considerando-se as duas grandes fontes de recursos deste programa, quais sejam, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e os recursos de Caderneta de Poupança, bem como as formas de operacionalização dos programas pelos agentes financeiros do SFH, as ações foram estruturadas em quatro linhas de atuação: Financiamento à pessoa física para construção, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado (Carta de Crédito FGTS), Financiamento à pessoa jurídica para construção habitacional (Apoio à Produção FGTS), Financiamento Imobiliário (Caderneta de Poupança/SBPE).						
Gerente: Inês da Silva Magalhães			Responsável: Não se aplica			
Público Alvo: Famílias com renda superior a 5 salários mínimos						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Previsto		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Realizado	
46.209.238.875,00					79.727.371.960,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
*	*	*	*	*	*	*
Fórmula de Cálculo do Índice						
*						
Análise do Resultado Alcançado						
*						

Fonte: SIGPLAN: Campo Previsto, Relatórios encaminhados pela Caixa Econômica Federal e Relatório de Financiamentos Imobiliário ano 2011-ABECIP

* Conforme disposto no SIGPLAN, são indicadores atribuídos ao Programa Habitação de Interesse Social o Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos e o Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos. O último índice apurado refere-se ao ano de 2009 (última PNAD disponível). No entanto, o déficit habitacional para o referido ano, ainda não foi divulgado oficialmente pela Fundação João Pinheiro, e encontra-se em processo de finalização.

Obs.: Tendo em vista que a data de encerramento da entrada de dados no SIGPLAN não é compatível com a data de encerramento do balanço das contratações do Programa, o campo "Realizado" foi alimentado com os Relatórios fornecidos pelo Agente Financeiro Caixa Econômica Federal nas ações 9570 e 9572.

Quadro XVII – Execução Física das ações realizadas pela UJ no Programa 1321

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
-	-	1321	9570			-	39.014	*41.987	-
-	-	1321	9572			-	8.851	*12.442	-
-	-	1321	90E8			-	400.000	471.000	-

Fonte: SIGPLAN: Campo Previsto, Relatórios encaminhados pela Caixa Econômica Federal e Relatório de Financiamentos Imobiliário ano 2011-ABECIP

* Inclui as contratações realizadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

2.3.1.7.1 Programa 1321 – Ações não orçamentárias

A execução física e financeira das ações 9570 e 9572 contempla as contratações realizadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

2.3.1.7.2 Ação 9570 – Financiamento a Pessoa Física com Renda acima de 5 Salários Mínimos - Carta de Crédito

Esta ação trata dos financiamentos concedidos com recursos do FGTS no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, abrangendo os Programas Carta de Crédito Individual e Carta de Crédito Associativo, para as famílias com renda bruta mensal limitada a R\$ 5.000,00.

Na ação 9570 foram beneficiadas 9.537 famílias, totalizando R\$ 801,7 milhões em financiamentos e R\$ 22,1 milhões em subsídios do OGU. Os subsídios concedidos às operações incluídas nesta ação abrangem apenas as famílias com renda bruta mensal limitada a R\$ 3.100,00.

Os beneficiários dos financiamentos habitacionais desta ação, com renda superior a R\$ 3.100,00, são contemplados exclusivamente com um fundo garantidor, que possibilita a manutenção do financiamento em caso de perda temporária de sua renda. Cabe salientar que esse fundo abrange todas as operações contratadas com recursos do FGTS no âmbito do PMCMV.

2.3.1.7.3 Ação 9572 – Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos - Apoio à Produção

Esta ação trata dos financiamentos concedidos com recursos do FGTS no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, abrangendo as unidades comercializadas com as pessoas físicas dentro do Programa Apoio à Produção, cuja renda bruta mensal é limitada a R\$ 5.000,00.

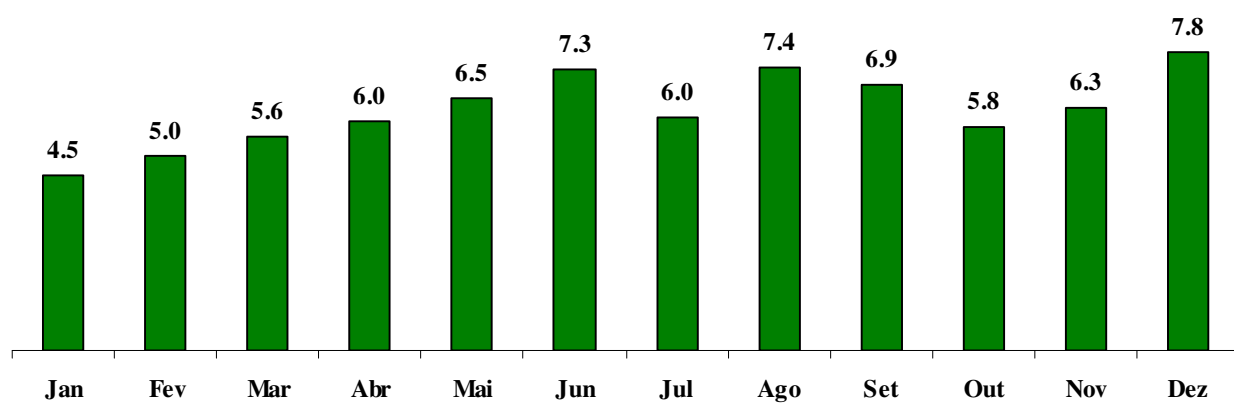
Na ação 9572 foram beneficiadas 17.714 famílias, totalizando R\$ 1,54 bilhão em financiamentos e R\$ 27,97 milhões em subsídios do OGU. Os subsídios concedidos às operações incluídas nesta ação abrangem apenas as famílias com renda bruta mensal limitada a R\$ 3.100,00.

Os beneficiários dos financiamentos habitacionais desta ação, com renda superior a R\$ 3.100,00, a exemplo do que ocorre na ação 9570, são contemplados exclusivamente com um fundo garantidor, que possibilita a manutenção do financiamento em caso de perda temporária de sua renda.

2.3.1.7.4 Ação 90E8 – Financiamento Imobiliário Habitacional - SBPE

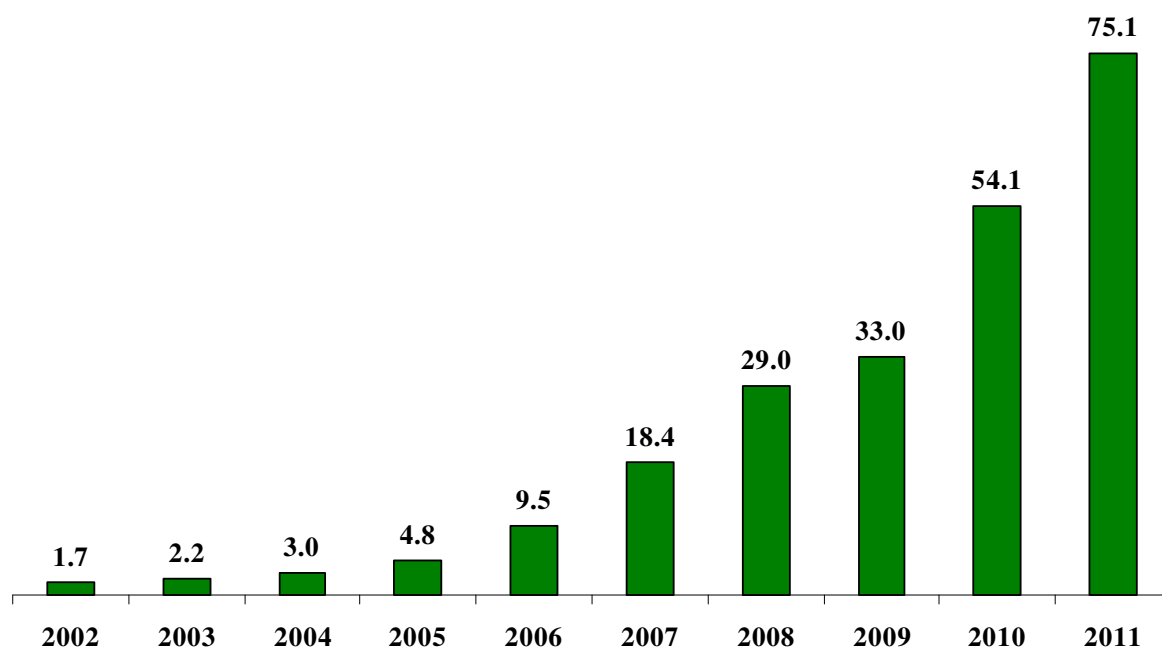
No ano de 2011 foram concedidos novos financiamentos habitacionais pelo Sistema Brasileiro de Pagamentos e Empréstimos no valor de R\$ 75,1 bilhões (cerca de 471 mil unidades), dos quais R\$ 44,2 bilhões (cerca de 264 mil unidades) foram para aquisição e R\$ 30,9 bilhões (aproximadamente, 207 mil unidades) para construção de imóveis habitacionais no âmbito do SFH.

Em comparação com as contratações ocorridas em 2010 esses números representam um acréscimo de quase 30% no valor nominal dos financiamentos. As Figuras 3 e 4 representam o volume contratado mensalmente em 2011 e o contratado por ano até 2011, respectivamente.



Fonte: Janeiro a setembro – BACEN/ Outubro a Dezembro – ABECIP.

Figura 3 – Contratações mensais no SBPE em 2011.



Fonte: SNH/DUAP

Figura 4 – Contratações SBPE por ano até 2011

2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro:

Este tópico do relatório incumbe-se de avaliar o desempenho dos diversos programas contemplados na LOA, detalhados através de ações representadas por projetos, atividades e operações especiais sob a gestão da Secretaria Nacional de Habitação – Unidade Orçamentária 56101.

2.4.1 Programação orçamentária da Despesa

Quadro XVIII – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério das Cidades	56101	560005

2.4.1.1 Programação das Despesas Correntes

Para o exercício de 2011 a Lei Orçamentária Anual fixou para as Despesas Correntes um montante de R\$ 12.775.500.000,00 o qual, ao longo do exercício foi ajustado, através de suplementações e cancelamentos de créditos, para um valor de R\$ 12.781.900.000,00, apresentando uma variação mínima de 0,05% em relação ao montante inicialmente fixado, como pode ser observado no Quadro XIX.

Quadro XIX – Programação de Despesas Corrente

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
2010		2011		2010		2011		
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA						6.674.483.330,00	12.774.500.000,00
	LOA						6.657.083.330,00	12.775.500.000,00
CRÉDITOS	Suplementares							700.000.000,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos					10.000.000,00	8.000.000,00
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							(701.600.000,00)
Outras Operações							67.000.000,00	-
Total							6.734.083.330,00	12.781.900.000,00
Fonte: Siafi								

Fonte: Siafi

2.4.1.2 Programação de Despesa de Capital

Lei Orçamentária do exercício de 2011 fixou para as Despesas de Capital um montante de R\$ 1.461.981.901,00 o qual, ao longo do exercício foi ajustado, através de suplementações e cancelamentos de créditos, para um valor de R\$ 1.421.581.901,00, apresentando um decréscimo correspondente a 2,76% em relação ao montante inicialmente fixado, conforme demonstrado no Quadro XX.

Quadro XX – Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA		1.498.275.631,00	1.695.000.001,00				
	LOA		1.276.375.631,00	1.461.981.901,00				
CRÉDITOS	Suplementares		(146.501.286,00)					
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados			(42.000.000,00)				
Outras Operações			558.501.286,00	1.600.000,00				
Total			1.688.375.631,00	1.421.581.901,00				
Fonte: Siafi								

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro XXI – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA		6.674.483.330,00	12.774.500.000,00	1.498.275.631,00	1.695.000.001,00		
	LOA		6.657.083.330,00	12.775.500.000,00	1.276.375.631,00	1.461.981.901,00		
CRÉDITOS	Suplementares				(146.501.286,00)			
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos	10.000.000,00	8.000.000,00				
		Reabertos						
	Créditos Cancelados			(701.600.000,00)				
Outras Operações			67.000.000,00	700.000.000,00	558.501.286,00	(42.000.000,00)		
Total			6.734.083.330,00	12.781.900.000,00	1.688.375.631,00	1.600.000,00		
Fonte: Siafi								

O Quadro XXII apresenta a movimentação orçamentária por grupo de despesa. Em 2011, a Secretaria Nacional de Habitação – Unidade Orçamentária 56101 não recebeu créditos internos e externos para realização de despesas correntes ou de capital.

Em relação à concessão de créditos, a SNH efetuou destaque orçamentário para Universidade Federal de Santa Catarina com a finalidade de capacitar municípios com menos de 20 mil habitantes por meio de curso à distância para elaboração de planos locais de habitação de interesse social.

Quadro XXII – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153163	15.122.0310.8785.0001			477.569,00
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: Siafi

Dentre as iniciativas da SNH para o desenvolvimento institucional de estados e municípios estão ações voltadas para a consolidação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), entre essas ações destaca-se o apoio a elaboração de planos locais de habitação de interesse social (PLHIS).

O PLHIS constitui um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de planejamento e gestão habitacionais. É a partir de sua elaboração que municípios e estados consolidam, em nível local, a Política Nacional de Habitação, de forma participativa e compatível com outros instrumentos de planejamento local, como os Planos Diretores, quando existentes, e os Planos Plurianuais.

Considerando as especificidades dos municípios com população abaixo de 50 mil habitantes e, de maneira geral, a baixa capacidade administrativa e de mobilização de recursos destes municípios foi observado que era imprescindível a simplificação o processo de elaboração dos planos para esse perfil de município, assim como, a necessidade de capacitá-los.

Dessa forma, a descentralização de crédito ocorrida no exercício de 2011 teve como finalidade buscar parceria para o desenvolvimento da capacitação de municípios visando, entre outros objetivos: esclarecer os procedimentos relativos à elaboração do PLHIS simplificado; alavancar o processo de elaboração dos PLHIS pelos municípios com menos de 50 mil habitantes; garantir que os municípios cumpram os prazos para regularização no SNHIS; uniformizar conceitos relativos a assentamentos precários e déficit habitacional e disponibilizar metodologias para identificação, quantificação e qualificação das necessidades habitacionais locais; viabilizar o acesso e a disseminação de informações, dados, estudos e documentos já produzidos que caracterizam e analisam a questão habitacional brasileira; e, promover o diálogo entre técnicos municipais e professores especialistas no setor da política habitacional.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

O Quadro XXIII apresenta as despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ. Neste quadro estão discriminadas as despesas por modalidade de contratação realizada diretamente pela UJ. Cabe ressaltar, que em geral, as contratações da SNH são realizadas pela Secretaria Executiva do Ministério das Cidades.

Quadro XXIII – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	-	-	-	-
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência	295.000,00			
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	12.654,22		12.654,22	
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				
Totais	307.654,22	-	12.654,22	-

Fonte:Siafi

A contratação ocorrida na modalidade dispensa teve a finalidade de estabelecer uma parceria com a Escola Nacional de Administração Pública para a realização de oficina de planejamento estratégico do Departamento de Produção Habitacional (DHAB). A contratação na modalidade concorrência visou obter serviços de consultoria de pessoa jurídica para subsidiar a SNH no que diz respeito à identificação das capacidades administrativas dos municípios, com intuito de apoiar a tomada de decisões em ações de desenvolvimento institucional e aprimorar o escopo de informações e pesquisas atualmente disponíveis relativas ao setor habitacional, especialmente aquelas desagregadas em nível municipal com abrangência nacional, o trabalho encontra-se em andamento.

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

O Quadro XXIV apresenta a Despesa Corrente, detalhando os elementos de despesas que somados representaram um valor liquidado de R\$ 11.062.998.756,29, correspondendo a um acréscimo de aproximadamente 65% em relação ao exercício de 2010, fato este justificado pelo incremento no aporte de recursos para diversas ações desta unidade orçamentária.

Quadro XXIV – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
3 - Outras Despesas Correntes								
04 - Contratação tempo deter.								
08- Outros benefícios assistenciais								
14-Diárias - P Civil	250.547,57	140.498,86	250.547,57	140.498,86			250.454,04	140.498,86
30- Material de consumo								
33- Passagens	315.299,32	271.991,48	315.299,32	271.991,48			315.124,74,92	271.991,48
34-Contratos Terc.	199.516,68		199.516,68				199.516,68	
35-Serviços de Consultoria	101.000,00	295.000,00	101.000,00	295.000,00			-	-
36 - O.Serviços Terceiros - PF	149.518,75	14.364,00	149.518,75	14.364,00			149.332,00	14.364,00
39 - O.Serviços Terceiros - PJ	69.056.883,34	62.825.775,51	69.056.883,34	62.825.775,51			39.959.380,87	915.633,26
41 - Contribuições	2.378.396,76	81.471.223,25	2.378.396,76	81.471.223,23			1.523.981,58	541.576,61
45- Outras Equalizações	6.613.000.000,00	10.917.977.513,49	6.613.000.000,00	10.917.977.513,49			104.828.500,00	598.037.830,00
46 - Auxílio Alimentação								
47 - Obrigações tributárias								
49 - Auxílio Transporte								
92 – Despesas de exercícios anteriores		1.743,14		1.743,14				1.743,14
93- Indenizações e Restituições	205,50	646,56	205,50	646,56			205,50	646,56
Total R\$	6.685.451.367,92	11.062.998.756,29	6.685.451.367,92	11.062.998.756,29			147.226.495,41	599.924.283,91

Fonte: Siafi

2.4.2.1.3 Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

As Despesas de Capital no exercício de 2011 perfizeram um valor liquidado de R\$ 1.365.702.536, correspondendo a uma pequena redução de aproximadamente 10% em relação ao exercício de 2010 (Quadro XXV)

Quadro XXV – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos								
39 - Outros Serv. 3º - PJ	15.383.534,03	2.597.675,76	15.383.534,03	2.597.675,76			-	-
42 - Auxílios	1.501.663.433,12	1.361.654.861,37	1.501.663.433,12	1.361.654.861,37			627.113.092,51	103.084.200,24
52 – Equip. e material permanente – OP. Intra-orc	-	1.449.999,00	-	1.449.999,00			-	1.449.999,00
Total R\$	1.517.046.967,17	1.365.702.536,13	1.517.046.967,17	1.365.702.536,13			627.113.092,51	1.365.702.536,13

Fonte: Siafi

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

No exercício de 2011, a SNH não realizou execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação interna ou externa. Portanto, esse item e os respectivos quadros A.2.11, A.2.12 e A.2.13 não se aplicam a situação orçamentária desta unidade.

2.4.3 Indicadores Institucionais

O Ministério das Cidades por meio da Portaria nº 237, de 12 de maio de 2011, instituiu “Grupo de Trabalho com o objetivo de definir e parametrizar indicadores de desempenho, controláveis e quantificáveis, voltados para mensurar, acompanhar e avaliar sistematicamente os Programas geridos pelo Ministério das Cidades, tanto nas ações custeadas por recursos do Orçamento Geral da União como nas financiadas com recursos não orçamentários”.

Os indicadores inseridos no PPA atual, para avaliar os programas sob gestão da SNH, são baseados no estudo do Déficit Habitacional no Brasil. Esse estudo apresenta informações sobre as necessidades habitacionais no país, calculadas de acordo com a metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP) em parceria com a SNH/MCidades. Tal metodologia se baseia em um conceito amplo de necessidades habitacionais que engloba o déficit habitacional e o déficit por inadequação. Os cálculos utilizam como base os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes aos Censos Demográficos e às PNADs – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

É importante destacar que os componentes de cálculo do déficit podem ser efeitos de causas sociais, econômicas, culturais e ambientais, o que torna sua interpretação bastante complexa, sendo

difícil relacionar os seus resultados a uma intervenção específica. Como um indicador de contexto, o Déficit Habitacional é amplo no seu escopo, multidimensional e multivariado e, principalmente, sofre influências de vários fenômenos.

De forma geral, pode-se afirmar que os indicadores inseridos no PPA para as ações do PAC e PMCMV, por serem dados agregados de microdados do Censo Demográfico, realizado a cada dez anos, e com atualizações nas PNAD, refletem resultados de ações que não estão somente sob gestão do Ministério das Cidades, e dessa forma, não são adequados para se mensurar a atuação deste, nem o impacto de seus programas.

Dessa forma, o GT com objetivo de apurar a eficiência “institucional” na execução das políticas públicas, propôs um conjunto de indicadores de contexto, processo e produto considerando as perspectivas da sociedade, administração e processos internos. Dessa forma, destacam-se alguns dos objetivos estratégicos na implantação destes indicadores:

- Assegurar a normatização dos procedimentos para seleção, contratação e execução no âmbito dos Programas geridos pela SNH;
- Assegurar a qualidade do processo de seleção dos investimentos;
- Realizar a formalização dos contratos e convênios de forma eficaz;
- Promover a melhoria na execução dos contratos de repasse;
- Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS;
- Ampliar o acesso à habitação das famílias com renda mensal até 3 Salários Mínimos, por meio da produção e requalificação de unidades habitacionais;
- Promover a melhoria de Unidades Habitacionais localizadas na área rural; e
- Elevar os patamares da qualidade da construção civil.

Para alcançar esses objetivos, a definição de indicadores deve incorporar as diversas finalidades e necessidades para a tomada de decisão, portanto, é necessário obter indicadores sob diversas óticas: estratégica, tática, operacional, financeira, entre outras. Dessa forma, a definição de uma cesta de indicadores deve atender a exigência de avaliar o desempenho institucional, assim como deve estar organizada de forma que permita aos gerentes a sua interpretação e gere informação relevante para a tomada de decisão.

Os trabalhos do GT estão em fase final e serão implantados indicadores de desempenho utilizando a metodologia do Balanced ScoreCard – BSC adaptado à Administração Pública (BSC.GOV). Os indicadores de desempenho contribuirão tanto para a revisão dos indicadores do Plano Plurianual quanto para a avaliação de desempenho institucional das unidades do Ministério das Cidades. Os indicadores englobaram diversas perspectivas de atuação, uma vez que foram propostos indicadores tanto na perspectiva da sociedade quanto da administração e de processos internos, e também a metodologia utilizada permite o alinhamento dos indicadores aos objetivos estratégicos da Secretaria e do Ministério.

O prazo final para conclusão do trabalho é 06 de julho de 2012 conforme a Portaria nº 12, de 05 de janeiro de 2012.

É importante ressaltar a existência dos indicadores de desempenho da CAIXA para avaliar e monitorar a evolução dos empreendimentos contratados visando minimizar a ocorrência de eventos que possam comprometer o desempenho desejado.

3 ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

3.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro XXVI – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	810,00	-	810,00	-
2009	15.711,26	15.711,26	-	-
2008	901.161,82	-	216.723,32	684.438,50
2007	821.917,78	-	476.994,45	344.923,33
Total R\$	1.739.600,86,02	15.711,26	694.527,77	1.029.361,83
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	7.428.157.937,15	106.206,43	5.140.600.422,14	2.287.451.308,58
2009	2.610.133.076,77	1.096.085,27	2.336.661.501,85	272.375.489,65
2008	179.445.334,94	1.753.037,99	32.746.957,61-	144.945.339,34
2007	75.485.626,45	-	6.981.655,24	68.503.971,21
Total R\$	10.293.221.975,31	2.955.329,69	7.516.990.536,84	2.773.276.108,78
Observações:				
Fonte: Siafi				

3.2 Análise Crítica

A Secretaria Nacional de Habitação buscou executar a Despesa Extra-Orçamentária no exercício de 2011, mais especificamente os Restos a Pagar (RP), obedecendo a dois critérios específicos, sendo o primeiro referente à data de emissão das notas de empenho e o segundo, à situação do empenho quanto à sua liquidação e o respectivo atesto por parte dos departamentos responsáveis pela efetiva liberação pagamento.

No exercício de 2011 foram inscritos os Restos a Pagar decorrentes do exercício de 2010 e reinscritos os de exercícios anteriores. Somando-se os RP's processados inscritos e reinscritos o montante final registrado foi de R\$ 1.739.600,86,02. Já os não processados acumularam um valor de 10.293.221.975,31.

O pagamento total realizado até o final do período correspondeu a R\$ 7.517.685.064,61, representando 73,02% do montante inicial.

A existência de Restos a Pagar originários do período de 2007 a 2009 é justificada por dois aspectos, sendo o primeiro caracterizado pelo vulto dos contratos firmados, que correspondem a grandes empreendimentos os quais a execução se estendeu por mais de um exercício financeiro, por outro lado, outro fator que prejudicou o processo de quitação dos RP's está ligado à baixa execução das obras por parte dos estados e municípios e também pela a grande quantidade de contratos celebrados em todo país.

O saldo a pagar é de R\$ 2.774.305.470,61, correspondendo a 26,95% do montante inicial inscrito. A perspectiva é de que este valor possa ser quitado no curto prazo, considerando-se que os contratos citados se encontram em andamento e que os recursos necessários ao pagamento foram reservados no exercício de competência como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

4 ITEM 5 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Informações sobre Recursos Humanos da Unidade Gestora da Secretaria Nacional de Habitação – SNH está apresentado no anexo I do Relatório de Gestão em questão.

Em referência ao quadro A.5.3 da Portaria nº 277/TCU, de 07/12/2010, esclarece-se que as informações foram extraídas do SIAPE por meio dos sistemas Extrator de dados e Data Warehouse-

DW, cujo campo de informação só é preenchido até o nível de escolaridade superior, o que corresponde ao campo 6 do referido quadro.

As informações relativas ao subitem 5.6 do Anexo à Portaria 123/2011 – “Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos da UJ” – foram descritas no relatório de gestão da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, uma vez que a Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) – área responsável por desenvolver ações relacionadas à política e Gestão de Pessoas no âmbito do Ministério das Cidades – pertence à estrutura da Secretaria Executiva.

Em termos estruturais, a SNH apresenta defasagem de servidores. É observada alta evasão nos quadros pertencente à Secretaria, o que prejudica as atividades tais como: de controle, monitoramento e avaliação. Existe carência de servidor tanto para dedicação à atividade-fim, quanto para a atividade-meio.

Em meados de 2011 foram feitos levantamentos dos perfis desejados para a secretaria visando em especial:

- Contribuir para a melhoria da gestão das ações da Secretaria, incluindo: planejamento estratégico, orçamentário e financeiro; definição e organização dos fluxos e procedimentos administrativos; definição de metodologia para acompanhamento das ações.
- Desenvolver ações que contribuam para a modernização da gestão das informações, permitindo compartilhamento e melhoria das bases de dados existentes entre os diversos agentes envolvidos na gestão dos programas da Secretaria.
- Desenvolver ações de planejamento para alocação e distribuição dos recursos para programas habitacionais. Elaborar relatórios de gestão e análises da execução dos programas.
- Desenvolver ações de apoio administrativo, inerentes a gestão das ações da Secretaria
- Apoiar a construção da agenda de políticas públicas mediante a identificação e análise dos temas relevantes, dos problemas associados, dos cenários, dos interesses dos diversos atores e das implicações sócio-econômicas e legais.
- Formular planos, programas e ações governamentais capazes de traduzir as políticas públicas, detalhando as estratégias de implementação e definindo a organização e alocação dos recursos de toda a ordem.
- Implementar políticas, planos, programas e ações de governo orientados para o alcance dos resultados desejados com a máxima eficiência, buscando a coordenação de esforços e realizando o monitoramento, com a adoção das medidas de correção necessárias no tempo devido.
- Avaliar a viabilidade, implementação, consequências, resultados e impactos das políticas, planos, programas e ações, de forma a reunir informações qualificadas para subsidiar a tomada de decisão.
- Implementar soluções adequadas para os desafios de trabalho, mobilizando os recursos necessários, com foco nos resultados das ações.
- Propor ferramentas e técnicas capazes de melhorar a estrutura e o funcionamento da organização, bem como as condições de gerenciamento e execução das políticas, planos, programas e ações.
- Elaborar a normatização de programas e manuais de instruções; planejamento, monitoramento e avaliação de projetos voltados à produção habitacional e urbanização de assentamentos precários, bem como gerenciamento de informações.

A Tabela XV apresenta estimativa da necessidade de servidores por carreira nos anos de 2010 e 2011.

Tabela XV – Estimativa da necessidade de servidores para exercício

Nome da carreira	Quantidade solicitada
Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental	12
Analista de infraestrutura	40
Administrador	5
Arquivista	2
Analista de sistemas	5
Economista	2
Estatístico	3
Geógrafo	3
Técnico em comunicação social	4
Agente administrativo	15

5 ITEM 6 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

5.1 Subitem 6.1 do item 6 – Instrumentos de transferências vigentes no exercício

Os itens 6.1.1 – relação de instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011; 6.1.2 – quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios; 6.1.3 – informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão nos exercícios de 2012 e seguintes estão apresentados no Relatório de Gestão da Caixa Econômica Federal - Mandatária da União – Unidade Gestora 175004, apresentado pela Secretaria Executiva do Ministério das Cidades.

5.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

As informações correspondentes aos Programas 1128 e 9991 estão apresentadas no Relatório de Gestão da Caixa Econômica Federal – CAIXA, mandatária da União, Unidade Gestora 175004, apresentado pela Secretaria Executiva do Ministério das Cidades.

No que diz respeito às prestações de contas do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, foram apresentadas pela Caixa Econômica Federal, mandatária da União, conforme Anexos II e III, respectivamente.

5.3 Análise Crítica

As principais dificuldades encontradas na gestão dos contratos e convênios sob gestão da SNH podem ser destacadas: insuficiência da força de trabalho para o adequado monitoramento dos contratos; precariedade das informações prestadas pela CAIXA e dos mecanismos de controle para aferi-las, falta de governabilidade da SNH no que diz respeito ao baixo desempenho dos tomadores na execução dos contratos.

A SNH tem buscado superar as dificuldades que se encontram sob sua governabilidade contínua investindo na qualificação de seus profissionais; aperfeiçoando o monitoramento dos contratos e o aprimoramento dos sistemas de informação; implementação de critérios para seleção de propostas e procedimentos mais rigorosos para aceitação de projetos; atualização, revisão e elaboração de normativos (os quais podem ser consultados no seguinte endereço eletrônico: <http://www.cidades.gov.br>).

6 ITEM 7 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

A declaração do responsável atestando as informações referentes aos contratos e convênios no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão e Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 9º da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, está apresentada no Anexo IV.

7 ITEM 8 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

As informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993 está apresentada no Anexo V.

8 ITEM 9 DA PARTE ‘A’ DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

8.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

Esta Unidade Jurisdicionada não conta com uma estrutura formal de Controle Interno no que tange a auditoria. A Lei nº 10.180/2001 que organiza e disciplina dentre outros o sistema de controle interno identifica que o controle interno setorial desta pasta é a Secretaria Federal de Controle Interno, unidade da Controladoria-Geral da União – CGU.

O Quadro XXVII apresenta a avaliação dos aspectos do sistema de controle interno, contemplando o ambiente de controle; avaliação de risco; procedimentos de controle; informação e Comunicação; e monitoramento.

Quadro XXVII – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais: O objetivo de assegurar o cumprimento de prazos e resultados; de gerenciar riscos, mediante identificação e solução de possíveis entraves na execução das intervenções; e de coordenar e articular ações do Governo Federal, dos governos municipais e estaduais e demais atores envolvidos, o Governo Federal criou estrutura especial para monitorar as intervenções inseridas no PAC, cuja instância máxima de decisão é o Comitê Gestor de Ministros – CGPAC, composto pelo Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, a Casa Civil e, no caso do PAC Habitação, o MCidades. Nas Salas de Situação ocorrem reuniões periódicas para acompanhar o andamento do PAC, com o objetivo de identificar problemas e buscar alternativas de solução. Ao mesmo tempo, um dos mais importantes objetivos desse monitoramento diferenciado é a prestação de contas à sociedade dos recursos que estão sendo aplicados, por esse motivo, trimestralmente, são apresentados balanços de todas as ações inseridas no PAC. É importante lembrar que as intervenções do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários são planejadas e executadas pelos governos locais, cabendo à esfera federal o estabelecimento de diretrizes, bem como o apoio orçamentário e financeiro com o correspondente acompanhamento e monitoramento. Ressalte-se, ainda, a grandiosidade do território brasileiro e a diversidade de realidades locais, que muitas vezes impede a padronização de soluções e encaminhamentos. Desse modo, o monitoramento das intervenções, realizado no âmbito federal, pode ser descrito por dois mecanismos básicos: o monitoramento remoto e o monitoramento in loco. O monitoramento remoto consiste na análise das informações contidas em bases de dados, disponibilizadas pelos agentes operadores e financeiros, na realização de videoconferências, reunindo os técnicos CAIXA e dos governos locais, para aferir o estágio de cada intervenção e a evolução das providências, porventura necessárias e na convocação de representante dos governos locais, para tratar os entraves mais graves, de difícil solução, no âmbito mais estratégico do Governo Federal. O monitoramento in loco consiste em visitas locais eventuais, quando se tem a oportunidade de conhecer as obras e a real dimensão da intervenção que está sendo executada, além dos impactos externos que estão sendo produzidos, informações que não são capturadas no monitoramento remoto; e participação no Gabinete de Gestão Integrada – GGI, reuniões realizadas quinzenalmente nas unidades locais da CAIXA, com a participação dos entes federados, para acompanhamento de pendências. Ressalta-se que a CAIXA, mandatária da União, possui estrutura descentralizada que conta com a expertise de um corpo funcional multidisciplinar. Especificamente em relação ao ambiente de controle da SNH existem procedimentos de divulgação e conscientização, a todos os níveis da Secretaria, acerca da importância dos controles internos da unidade, destacando que nos treinamentos realizados para os servidores concursados desta pasta são relembrados às informações quando a postura, urbanidade e forma de proceder quanto aos trabalhos que lhes serão delegados. Aos servidores mais antigos ou requisitados é inerente o conhecimento quanto à responsabilidade e salvaguarda de documentos na administração pública, conforme vasta legislação a respeito. Ademais, para a utilização dos sistemas públicos informatizados normalmente é necessário a solicitação de senha às unidades responsáveis pela administração. Neste processo é usual a recomendação sobre o sigilo, a indevida permissão de uso por outros ou a sua utilização em desacordo com as normas, inclusive com o destaque sobre a possibilidade de penalidades.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9 PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Quadro XXVIII - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação					74011
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-028.461/2010-0	2988/2011 Plenário	9.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades					42672
Descrição da Deliberação					
Estabelecer, em conjunto com a Caixa, procedimentos com vistas à comprovação, pelos municípios, das exigências dispostas nos itens 4 e 5 do Anexo à Portaria MCidades nº 140/2010 e à observância do princípio da publicidade elencado no art. 37, caput , da Constituição Federal na seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação – SNH					74011
Síntese da providência adotada					
Promulgação da Portaria MCidades 610, de 26/12/2011, publicada no D.O.U. de 27/12/2011, que revoga a Portaria MCidades 140/2010. O normativo atualmente em vigor estabelece no item 4.2.4 do Anexo a obrigatoriedade de aprovação, pelos conselhos de habitação dos entes federados ou, nos casos de inexistência, nos respectivos conselhos de assistência social, dos critérios adicionais estabelecidos por esses entes. Essa norma induz à ampliação do controle social sobre o programa, envolvendo a sociedade civil na priorização da assistência. De forma complementar, no item 4.2.7 do mesmo normativo é estabelecida a obrigatoriedade de publicação, por meio de Decreto, dos critérios adicionais, nos meios de comunicação do ente federado. Paralelamente, a SNH vem iniciando entendimentos com a Controladoria-Geral da União – CGU, no sentido de que sejam incluídos nos procedimentos de auditoria dessa instituição a verificação do cumprimento, pelos entes federados, das exigências dispostas na Portaria 610/2011. No que tange à observância do princípio constitucional da publicidade, no item 6.3.3.1 da Portaria prevê-se que “os entes públicos deverão divulgar a relação [dos candidatos aptos a serem beneficiários do PMCMV] nos meios de comunicação do município onde será executado o empreendimento, ou no Diário Oficial dos estados ou do DF, se for o caso”.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não foi possível verificar, para o exercício de 2011, a efetividade das providências adotadas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O Programa Minha Casa, Minha Vida apresenta abrangência nacional, incluindo todos os municípios brasileiros. Essa característica, aliada ao fato do Ministério das Cidades não dispor de gestor na esfera municipal, dificulta a verificação local do cumprimento de algumas condições especificadas no programa. Por outro lado, há que se considerar a necessária articulação federativa, com conseqüente estabelecimento de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, com vistas a otimizar o investimento público.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação					74011
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-028.461/2010-0	2988/2011 Plenário	9.3	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades					42672
Descrição da Deliberação					
Envidar esforços para aumentar a publicidade do Programa Minha Casa Minha Vida junto aos potenciais beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos, de modo que 3% dos contratos celebrados no âmbito do programa contemplem esse público, conforme preceitua a alínea f, do item 1, do Anexo I à Portaria MCidades n. 93/2010 c/c o artigo 38, inciso I, da Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação – SNH					74011
Síntese da providência adotada					
Realização de campanha, durante o período de 31/12/2011 a 31/01/2012, para divulgar o processo de seleção de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida, no âmbito dos recursos transferidos para o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, com destaque para a reserva destinada aos potenciais beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos. Essa campanha incluiu peças publicitárias impressas divulgadas em jornais de grande circulação, <i>spots</i> veiculados em rádio e divulgação via <i>internet</i> .					
Síntese dos resultados obtidos					
Não foi possível verificar, para o exercício de 2011, a efetividade das providências adotadas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A Assessoria de Comunicação – ASCOM do Ministério conferiu agilidade e precisão à elaboração da campanha.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação					74011
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-014.060/2010-8	702/2011 2ª Câmara	1.5	RE	Ofício nº 184/2011-TCU/SECEX-AM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:					Código SIORG
Ministério das Cidades					42672
Descrição da Deliberação					
Alertar o Ministério das Cidades para que promova as medidas necessárias ao devido acompanhamento do Contrato de Repasse nº 0233236-56 (Siafi 614652), firmado com o Município de Manacapuru/AM, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), tendo como objeto a urbanização de assentamentos precários no Canal da Liberdade, com prazo para prestação de contas em março de 2011, cujos Relatórios de Acompanhamento de Engenharia – RAE, da Caixa Econômica indicam a execução de cerca de 30% da obra, no valor de R\$ 3.283.671,96 (três milhões, duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação					74011
Síntese da providência adotada					
Síntese dos resultados obtidos					
Tendo em vista que até o final do exercício 2011 o Município não havia apresentado qualquer manifestação acerca das ações necessárias ao restabelecimento da normalidade contratual, em 2012 novas medidas serão adotadas, inclusive a abertura de processo de Tomada de Contas Especial ou cancelamento do contrato, se for o caso..					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Inércia do Município na implementação das medidas propostas, assim como a falta de providências mais efetivas por parte da CAIXA.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação					74011
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 003.480/2010-0	0910/2011 – 1ª Câmara	1.5	DE	Ofício nº 291/2011-TCU/SECEX-RN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:					Código SIORG
Ministério das Cidades					42672
Descrição da Deliberação					
“1.5. Determinação: 1.5.1. ao Ministério das Cidades que adote as providências necessárias junto ao Município de São Paulo do Potengi/RN, com vistas a obter a devolução, aos cofres do tesouro nacional, do valor correspondente ao sobrepreço encontrado pela Controladoria-Geral da União, constante do Relatório de Fiscalização nº 01353/2009, no montante de R\$ 3.326,48 (três mil, trezentos e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos), relativo ao contrato de repasse nº 0233589-27/2007, corrigido monetariamente, em consonância com o que prevê o art. 21, § 6º, da Instrução Normativa/STN nº 01/97.”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação					74011
Síntese da providência adotada					
Ofício nº 001927/2011/DUAP/SNH/MCIDADES, de 18/03/2011, à CAIXA dando ciência do teor do referido acórdão e solicitando a adoção das providências cabíveis. Ofício nº 0787/2011/SN DE REPASSES, de 13/04/2011, onde a CAIXA informa ter enviado à Prefeitura a Notificação nº 0073/2011/RSGOV/NA, de 07/04/2011, em que solicitou o recolhimento à conta única do Tesouro Nacional da importância devida, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial. Ofício nº 003748/2011/DUAP/SNH/MCIDADES, de 16/05/2011, no qual a CAIXA foi instada a informar se a municipalidade sanou a irregularidade e a encaminhar documentação comprobatória. Ofício nº 1084/2011/SN DE REPASSES, de 19/05/2011, no qual informou que até a referida data a municipalidade ainda não havia providenciado a devolução dos recursos e que esta lhe encaminhara ofício datado de 26/04/2011, no qual prestou esclarecimentos e solicitou pronunciamento do Ministério das Cidades. Ofício nº 004164/2011/DUAP/SNH/MCIDADES, de 31/05/2011, solicitando à CAIXA análise conclusiva quanto a pertinência das considerações explicitadas pelo administrador municipal e que adotasse as providências conforme determinação. Ofício nº 1273/2011/SN DE REPASSES, de 14/06/2011, no qual a CAIXA informou sobre manifestações feitas anteriormente por ocasião das auditorias relativas ao 2º Sorteio Especial do PAC, segundo as quais não teria havido a ocorrência do sobrepreço aventado pela CGU, razão pela qual assumiu e aprovou a conclusão do objeto e a Prestação de Contas Final do contrato. Ofício nº 005069/2011/DUAP/SNH/MCIDADES, de 04/07/2011, à CAIXA, instando-a a exortar o Município a proceder à devolução da importância que lhe fora transferida, para cumprimento da determinação do acórdão em referência. Ofício nº 1716/2011/SN DE REPASSES, de 11/08/2011, a CAIXA informa “<i>está em tratativas junto ao Município/Tomador, e adotando as medidas cabíveis para o atendimento ao solicitado</i>”.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Dificuldade em fazer com que a CAIXA cumpra as determinações do TCU e deste Ministério.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 017.591/2011-2	2351/2011 - Plenário	9.1	DE	Ofício nº 498/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério das Cidades					42672
Descrição da Deliberação:					
“9.1. promover as oitivas da Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Habitação, da Caixa Econômica Federal, do Ministério das Cidades e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para que manifestem-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca dos seguintes indícios de irregularidade, facultando à Prefeitura Municipal de São Paulo pronunciar-se também acerca da adequação da definição das responsabilidades constantes do Relatório; 9.1.1. restrição à competitividade da licitação decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento;”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação					74011
Síntese da providência adotada					
A manifestação da SNH se deu por intermédio da Nota Técnica nº 106/2011/DUAP/SNH/MCIDADES, de 21/09/2011, enviada ao Tribunal de Contas da União anexada ao Ofício nº 007363/2011/AECI/GM/MCIDADES, de 22/09/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Deliberação atendida pela SNH a contento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação					74011
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC 028.869/2010-9	5247/2011 – 1ª Câmara	1.5.1 a 1.5.3	DE	Ofício nº 1588/2011-TCU/SECEX-BA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério das Cidades					42672
Descrição da Deliberação					
“1.5.1. comunicar aos seguintes órgãos sobre as ocorrências narradas na documentação encaminhada, encaminhando cópia da denúncia e da instrução, para as averiguações que entenderem pertinentes: (...); 1.5.1.3. Ministério das Cidades, quanto ao Contrato de Repasse nº 233.258-25, no valor de R\$ 1.016.942,86 (item 2.28);”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação					74011
Síntese da providência adotada					
Ofício nº 005671/2011/DUAP/SNH/MCIDADES, de 25/07/2011, à CAIXA solicitando a notificação da municipalidade para que retome a execução das obras, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Termo de Compromisso e na legislação vigente. Ofício nº 1665/2011/SN de Repasses, de 10/08/2011, no qual a CAIXA informa o cancelamento do referido contrato, juntando, para tanto, cópia de extratos e de Guia de Recolhimento da União – GRU a título de comprovação da devolução dos recursos.					
Síntese dos resultados obtidos					
O contrato foi distratado.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A opção feita pelo Município de Euclides da Cunha foi o cancelamento do contrato e a devolução dos recursos repassados, em face das dificuldades encontradas para a solução das pendências relativas à execução do objeto pactuado.					

Quadro XXIX - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não se aplica, em vista de não haver deliberações pendentes.

Quadro XXX - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108958 – 2ª parte	1.1.2.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Recomenda-se ao MCidades intensificar a atuação nos estados com níveis insatisfatórios de contratação, tais como: Sergipe, Paraíba, Rondônia e Tocantins, buscando parcerias com os governos locais no intuito de eliminar as causas do baixo nível de execução nessas regiões. E no caso do DF que a unidade realize tratativas com o Governo do DF pedindo a cessão de terrenos da TERRACAP adequados aos empreendimentos do PMCMV. Recomendação 2: Recomenda-se ao MCidades que encaminhe a esta CGU um documento formal no qual o Comitê manifesta-se favorável ou não aos remanejamentos de recursos entre as Unidades da Federação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
No que se refere à recomendação 1, foi firmado Termo de Adesão entre a União, representada pelo Ministério das Cidades e o Governo do Distrito Federal, representado pelo novo governador, eleito em 2010, superando o entrave provocado pela instabilidade política existente desde 2009. Quanto à recomendação 2, a norma vigente à época, constante do item 3.1.2 do Anexo I da Portaria MCidades 93/2010, estabelece que “compete à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades efetuar remanejamentos de recursos entre as Unidades da Federação, em função da demanda qualificada para contratação, a partir de solicitação fundamentada formulada pela CAIXA”.			
Síntese dos resultados obtidos			
Até o presente não se logrou êxito na cessão de terrenos adequados aos empreendimentos do PMCMV pela TERRACAP.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.2.1	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
01. Altere os Manuais de Contratação passando a exigir na seleção/contratação apresentação de projeto básico, licenciamento ambiental e titularidade da área de intervenção.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
A SNH esclareceu ao órgão de controle interno que, desde 2010, os manuais do Ministério das Cidades já contemplam as alterações recomendadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
As providências adotadas foram acatadas pela Controladoria-Geral da União, conforme ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.2.1	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
02. Estipule valores mínimos do contrato de repasse para cada ação orçamentária, de modo a garantir sua viabilidade de execução.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Em 28/11/2011 foi publicada a Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011, que, em seu Art. 10 proibiu a celebração de convênios com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou, no caso de execução de obras e serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia, nos quais o valor da transferência da União seja inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).			
Síntese dos resultados obtidos			
A CGU considerou implementada a recomendação, com a publicação da referida portaria interministerial, conforme ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.2.1	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
03. A contratação do repasse deve ser precedida da comprovação de capacidade técnico-administrativa do proponente para a execução do objeto a ser contratado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
A SNH informou à CGU que, de maneira geral os proponentes que mais necessitam dos recursos financeiros, em decorrência de suas pequenas arrecadações tributárias próprias, são exatamente aqueles que menos dispõem de recursos técnico-administrativos, em razão do que considerou inexecutável e temerária a implementação da recomendação em apreço. Informou ainda que, no preenchimento dos dados da proposta no SICONV, o proponente declara ter capacidade para sua execução. Posteriormente, a CGU verificou e informou que, nos termos do Art. 19 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011, “O proponente credenciado manifestará seu interesse em celebrar instrumentos regulados por esta Portaria mediante apresentação de proposta de trabalho no SICONV, em conformidade com o programa e com as diretrizes disponíveis no sistema, que conterá, no mínimo (...) V - informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto”.			
Síntese dos resultados obtidos			
A CGU considerou atendida a recomendação, conforme ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada							
Denominação completa			Código SIORG				
Secretaria Nacional de Habitação			74011				
Recomendações do OCI							
Recomendações expedidas pelo OCI							
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida				
04	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.2.1	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001				
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG				
Secretaria Nacional de Habitação			74011				
Descrição da Recomendação							
04. Monitoramento dos contratos de modo a evitar sua caducidade por expiração de vigência ou por cancelamento de RAP.							
Providências Adotadas							
Setor responsável pela implementação			Código SIORG				
Secretaria Nacional de Habitação			74011				
Síntese da providência adotada							
Todos os contratos já são monitorados não apenas com o objetivo de evitar sua caducidade, mas, principalmente, visando à consecução de seus respectivos objetos.							
No PAC, a SNH providenciou o cancelamento dos contratos assinados até o exercício de 2009, com exceção daqueles cujas obras já se encontravam iniciadas.							
Para os contratos não PAC foi criado o grupo de trabalho que desenvolveu metodologia de acompanhamento de acordo com as características em situações adversas (não iniciadas, paralisadas e atrasadas). Além disso, foram cancelados, por força de decretos, os restos a pagar de contratos assinados nos anos 2007, 2008 e 2009 com obras ainda não iniciadas.							
Síntese dos resultados obtidos							
As tabelas abaixo demonstram o resultado das ações implementadas durante o exercício de 2011.							
EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS PAC OGU DURANTE O EXERCÍCIO DE 2011							
JANEIRO 2011		JANEIRO 2012					
		Não Iniciada	Em Andamento	Paralisada	Concluída	Cancelada / Distratada	TCE
Não Iniciada	1.896	877	550	47	53	369	
Em Andamento	1.216	0	695	201	314	6	0
Paralisada	446		139	200	92	12	3
Em TCE	1		0				1
Total	3.559	877	1384	448	459	387	4
Contratadas em 2011		501					
EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS NÃO PAC DURANTE O EXERCÍCIO DE 2011							
JANEIRO 2011		JANEIRO 2012					
		Não Iniciada	Em Andamento	Paralisada	Concluída	Cancelada / Distratada	TCE
Não Iniciada	283	56	117	5	3	102	0
Em Andamento	117	0	14	70	23	5	5
Paralisada	288	0	183	40	55	5	5
Em TCE	129	0	0	0	12	0	117
Total	817	56	314	115	93	112	127
Contratadas em 2011		15					
Observa-se que de 2.179 contratos que se encontravam com obras não iniciadas em janeiro de 2011, 1.246 tiveram suas							

obras iniciadas durante o exercício. Verifica-se ainda que, de um total de 4.376 contratos ativos em janeiro de 2011, 552 foram concluídos e 499 cancelados/distratados. Do universo dos contratos ativos, 1.333 se encontravam em andamento em janeiro de 2011, enquanto que em janeiro de 2012, este número passou para 1.698.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.2.1	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
05. Promover ações de modo a conseguir a liberação de recursos do Tesouro Nacional tão logo a CAIXA o solicite.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
O objeto da recomendação foge à governabilidade da SNH, pois decorre de contingenciamento de recursos por parte da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. A SNH, reiteradamente, esclareceu o fato à CGU, cientificando-a, também, de que ações neste sentido já são promovidas pela Secretaria Executiva do Ministério das Cidades por sua Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração junto àquela unidade administrativa. A CGU informou que está revendo o seu posicionamento acerca da Recomendação, tendo em vista que a mesma dificuldade também foi verificada nas demais Secretarias Finalísticas do Ministério.			
Síntese dos resultados obtidos			
A Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011, estabeleceu critérios para a implementação de contratos em “procedimento simplificado de acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia de pequeno valor” (até R\$ 750.000,00) onde a autorização de início de obra somente poderá ocorrer mediante a liberação de 50% dos recursos em conta vinculada e parcelas posteriores de 30% e 20%, respectivamente, o que vem ao encontro da recomendação em comento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.2.2	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
01. Altere os Manuais de Contratação passando a exigir na seleção/contratação apresentação de projeto básico, licenciamento ambiental e titularidade da área de intervenção.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
A SNH esclareceu ao órgão de controle interno que, desde 2010, os manuais do Ministério das Cidades já contemplam as alterações recomendadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
As providências adotadas foram acatadas pela CGU, conforme ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.2.2	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
02. Estipule valores mínimos do contrato de repasse para cada ação orçamentária, de modo a garantir sua viabilidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Em 28/11/2011 foi publicada a Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011, que, em seu Art. 10 proibiu a celebração de convênios com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou, no caso de execução de obras e serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia, nos quais o valor da transferência da União seja inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).			
Síntese dos resultados obtidos			
A CGU considerou implementada a recomendação, com a publicação da referida portaria interministerial, conforme ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011, embora entenda que a ampliação ainda não solucionará de maneira completa o problema relativo à governabilidade das pequenas obras.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.2.2	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
03. A contratação do repasse deve ser precedida da comprovação de capacidade técnico-administrativa do proponente para a execução do objeto a ser contratado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
A SNH informou à CGU que, de maneira geral os proponentes que mais necessitam dos recursos financeiros, em decorrência de suas pequenas arrecadações tributárias próprias, são exatamente aqueles que menos dispõem de recursos técnico-administrativos, em razão do que considerou inexecutável e temerária a implementação da recomendação em apreço. Informou ainda que, no preenchimento dos dados da proposta no SICONV, o proponente declara ter capacidade para sua execução. Posteriormente, a CGU verificou e informou que, nos termos do Art. 19 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011, “O proponente credenciado manifestará seu interesse em celebrar instrumentos regulados por esta Portaria mediante apresentação de proposta de trabalho no SICONV, em conformidade com o programa e com as diretrizes disponíveis no sistema, que conterà, no mínimo (...) V - informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto”.			
Síntese dos resultados obtidos			
A Controladoria-Geral da União considerou atendida a recomendação, conforme ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.2.2	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
04. Monitoramento dos contratos de modo a evitar sua caducidade por expiração de vigência ou por cancelamento de RAP.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Vide manifestação constante do número de ordem 04, deste quadro.			
Síntese dos resultados obtidos			
Idem.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.2.2	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
05. Promover ações de modo a conseguir a liberação de recursos do Tesouro Nacional tão logo a CAIXA o solicite.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Vide manifestação do número de ordem 05, deste quadro.			
Síntese dos resultados obtidos			
Idem.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.2.3	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
01. Reveja a atuação da SNH, adotando procedimentos mais eficazes de forma a obter, na ação de governo, resultados efetivos mais próximos da meta.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Sobre o cumprimento ou não de metas, cumpre esclarecer que na elaboração do PPA 2008/2011, as metas anuais foram estabelecidas com base na perspectiva de benefício de famílias com a contratação dos investimentos e não com a sua conclusão que é quando se dá o efetivo atendimento. No entanto, seguindo orientação da SPI/MP, o número de famílias beneficiadas, para efeitos de preenchimento do campo de realização físico/financeiro do SIGPLAN, passou a ser calculado com base na execução financeira anual, tornando dados de previsão e execução incomparáveis. Sobre esse aspecto, há que se considerar que, a partir de 2007, tanto os valores de execução orçamentária como financeira não refletem mais o conjunto de contratos firmados no exercício, uma vez que estes passaram a ter empenhos plurianuais e as liberações de recursos referem-se tanto à liquidação de empenhos emitidos no exercício como de valores inscritos em restos a pagar. Além disso, conforme já esclarecido à CGU, os resultados efetivos dos programas habitacionais sob gestão do Ministério das Cidades demandam prazos superiores a um ano para se concretizarem. Portanto, o efetivo benefício, calculado a partir da contratação em um determinado exercício, por conta dessa peculiaridade, nunca é alcançado no mesmo exercício, mas em exercícios posteriores; a mesma distorção ocorre se o efetivo benefício for calculado a partir da liberação de recursos, pois esta se refere a etapas de obras contratadas em exercícios anteriores, que não necessariamente se concluem e geram o efetivo benefício naquele ano. Esta situação é ainda agravada pelo fato de grande parte das contratações ocorrerem próximo ao final de cada exercício, fazendo com que os empenhos realizados em decorrência das contratações não apresentem efetividade em relação ao indicador “Número de Famílias Beneficiadas”, uma vez que, quando do empenho (realizado no aludido exercício de contratação) ainda não beneficiou qualquer família. O cumprimento da meta a que o empenho está vinculado só será obtido nos exercícios seguintes, com a entrega das unidades habitacionais ou da conclusão das obras de melhoria das condições de habitabilidade das famílias beneficiadas. Por outro lado, as unidades habitacionais do programa entregues num determinado exercício (2011, por exemplo), se relacionam com as metas e empenhos também previstos e realizados em exercícios anteriores e não apenas no exercício de sua conclusão. Para uma efetiva aferição do cumprimento das metas seria necessário, portanto, primeiro, estimar as metas do PPA com base na conclusão de obras por exercício e não na contratação, e, segundo, na fase de execução apurar somente as famílias beneficiadas com a conclusão das obras. Embora mais precisa em relação ao efetivo benefício, o inconveniente dessa metodologia é não associar execução orçamentária/financeira com execução física. Uma alternativa seria o acompanhamento do aporte de recursos previstos e efetivamente aplicados não apenas ao longo de um único exercício, mas de todos os exercícios que foram necessários à sua realização, desde a contratação até a entrega do objeto aos beneficiários.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.3.8	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
01. Recomendamos a apresentação de cópia do 6º Termo Aditivo de modo a comprovar a formalização adequada da reprogramação da quantidade de unidades habitacionais especiais.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
O referido termo aditivo tratou de uma reprogramação geral do empreendimento, dentro da qual se insere a supressão das dez unidades habitacionais especiais anteriormente previstas. A aplicação dos recursos oriundos da aludida supressão foi reprogramada, juntamente com diversos outros itens, conforme especificações contidas nas planilhas cujas cópias foram enviadas à Controladoria-Geral da União. Tendo a CGU constatado disparidade nos valores apresentados em dois QCI's relativos à obra de Urbanização Jardim das Paineiras - Arapiraca/AL, a SNH esclareceu a suposta disparidade por meio da Nota técnica nº 150/2011/DUAP/SNH/MCIDADES, de 22 de dezembro de 2011, enviada ao órgão de controle interno em anexo ao Plano de Providências Permanente.			
Síntese dos resultados obtidos			
A SNH aguarda manifestação da CGU, em face das informações prestadas no Plano de Providências Permanente.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.3.9	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
01. Recomendamos que sejam apresentadas providências para os pontos pendentes de solução listados na Tabela 1 desta constatação, para a definição acerca da necessidade de se instaurar ou não o processo de TCE.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Com relação aos apontamentos referentes aos contratos de repasse nºs. 0192833-02, 0192834-16 e 0192835-21, firmados com o Município de Belém/PA (Vila da Barca), o TCU prolatou o Acórdão nº 2206/2010 – Plenário, no qual informa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que a irregularidade grave com recomendação de retenção relativa ao Contrato 1/2006, celebrado entre a Secretaria Municipal de Habitação do Município de Belém e a Uni Engenharia e Comércio Ltda. foi saneada. A Auditoria de Gestão realizada pela CGU apontou as seguintes “falhas”: “Aditamento irregular do contrato com a empresa UNI Engenharia e Comércio Ltda.” A PMB (prefeitura Municipal de Belém) rescindiu o contrato com a empresa UNI e fez nova licitação para conclusão das obras, o que resultou na contratação de nova empresa. A obra foi retomada e a previsão de conclusão é outubro/2012. Com base em manifestação da CAIXA, inicialmente a PM de Belém apresentou um plano de trabalho que se mostrou inadequado ao valor de repasse aprovado. Posteriormente a Prefeitura apresentou novo projeto com valor compatível com o da seleção. “Projeto básico mal elaborado, com a inclusão de adequações técnicas posteriores, motivou a elevação do custo da obra inicialmente contratada” Conforme a manifestação da CAIXA, em obras dessa magnitude é perfeitamente plausível haver adequações técnicas, sendo que, quando da entrada da licitação para análise, com aditivo em relação a uma licitação anterior, foram verificados apenas os aspectos referentes ao objeto e aos custos, estando estes totalmente de acordo com a análise efetuada, conforme Ficha de Verificação do Resultado do Processo Licitatório – FVRPL. “Pagamento de serviços não efetivamente executados” e “Prática de sobrepreço em dois serviços de engenharia contratados pela P.M.B.” Esta Secretaria entende que as irregularidades foram saneadas com a edição do Acórdão nº 2206/2010 –TCU- Plenário.			
Síntese dos resultados obtidos			
A Prefeitura de Belém/PA contratou uma nova empresa, através de licitação, e a obra foi retomada			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.5.2	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
01. Recomendamos o cumprimento das recomendações do item 2.1.1.4 do Relatório nº 244099 (Contas do Exercício 2009), ou que seja informado sobre a não concordância ou a não adoção de providências por parte da Unidade para as medidas propostas, com os devidos motivos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Cumpra observar que dos 35 “novos contratos de repasse” apontados, 10 não foram assinados com os municípios listados, mas com outros entes, a saber: - C.R. nº 0301529-48 – Bodoquena/MS: Estado de Mato Grosso do Sul; - C.R. nº 0316959-73 – Cuiabá/MT: Estado de Mato Grosso; - C.R. nº 0301505-63 – Maceió/AL: Estado de Alagoas; - C.R. nº 0301560-43 – Niterói/RJ: Estado do Rio de Janeiro; - C.R. nº 0287830-99 – Rio de Janeiro/RJ: Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião; - C.R. nº 0301563-76 – Rio de Janeiro/RJ: Estado do Rio de Janeiro; - C.R. nº 0302567-37 – Rio de Janeiro/RJ: Estado do Rio de Janeiro; - C.R. nº 0301590-08 – Santo André/SP: Estado de São Paulo; - C.R. nº 0301592-26 – São Paulo/SP: Estado de São Paulo; - C.R. nº 0301548-75 – Teresina/PI: Estado do Piauí. Dos 35 “novos contratos de repasse” foram cancelados/distratados: - C.R. nº 0302570-84, Município de Guarulhos/SP; - C.R. nº 0315562-68, Município de Macapá/AP; - C.R. nº 0301564-80, Município do Rio de Janeiro/RJ; - C.R. nº 0301565-95, Município do Rio de Janeiro/RJ. - C.R. nº 0287830-99 – Rio de Janeiro/RJ - C.R. nº 0316959-73 – Cuiabá/MT . Dos 41 contratos apontados com obras paralisadas, 19 tiveram suas obras retomadas (das quais 13 foram concluídas), 5 foram cancelados e 10 não estão sob a gestão desta Secretaria. Os sete contratos restantes tiveram suas obras paralisadas em função de restrições financeiras.			
Síntese dos resultados obtidos			
Na ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011, a CGU informou que, nos casos de obras anteriores paralisadas por motivo de contingenciamento de recursos, concorda com o posicionamento da SNH.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.5.3	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
Recomendamos o cumprimento das recomendações do item 2.1.1.4 do Relatório nº 244099 (Contas do Exercício 2009), ou que seja informado sobre a não concordância ou a não adoção de providências por parte da Unidade para as medidas propostas, com os devidos motivos. As recomendações do item 2.1.1.4 do Relatório nº 244099 foram: “1) Quando da contratação de novas transferências com ente que possua obra paralisada, verifique se o fato se deu por contingenciamento de recursos do OGU. Em caso positivo, providencie a imediata transferência dos recursos para a conta vinculada e determine à CAIXA que notifique do fato o município e cobre a retomada/conclusão da obra paralisada; 2) Caso a obra esteja paralisada por motivos da alçada do conveniente, cobre a imediata retomada/conclusão da mesma ou a devolução dos recursos já transferidos ao Tesouro Nacional, encerrando a avença. 3) Determine à CAIXA e informe ao conveniente que os novos contratos ficarão suspensos até que o problema da obra paralisada seja solucionado satisfatoriamente”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
A SNH informou à CGU que: 1. Quando os recursos não são transferidos por estarem contingenciados, o Ministério das Cidades não tem governabilidade para alterar esta condição; 2. e 3. Referidas providências fazem parte da rotina de acompanhamento e monitoramento de todos os contratos, resultando, inclusive, no cancelamento de diversas operações.			
Síntese dos resultados obtidos			
Vide manifestação dos números de ordem 04 e 14, deste quadro.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.5.4	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
001. Sugerimos o estrito cumprimento das recomendações já feitas no Relatório nº 244099 (Contas do Exercício 2009).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
A SNH tem acompanhado a execução das operações com o setor público firmadas no âmbito dos programas inseridos no PAC, por meio de três mecanismos básicos: a) realização de videoconferências, nas dependências da CEF/Matriz, reunindo os técnicos das Gerências Regionais - GIDUR e dos tomadores, para aferir o estágio de cada empreendimento e a evolução das providências porventura necessárias. Nessas ocasiões é analisado cada um dos empreendimentos selecionados, verificando-se em que estágio se encontra a análise técnica dos projetos de engenharia e do projeto de trabalho social, as providências adotadas para obter o licenciamento ambiental e a regularização da titularidade dos terrenos em que serão edificados os empreendimentos, bem como as medidas adotadas para preparação e realização dos processos licitatórios. Para cada caso, são pactuados prazos para resolução das pendências identificadas. Na medida em que as operações entram em execução, as videoconferências passam a tratar apenas das obras com ritmo de execução lento, paralisadas ou problemáticas; b) acompanhamento das operações por meio da Base de Dados Ministério das Cidades, PAC-Efetividade e PAC-Pendências, todas disponibilizadas pela CAIXA, nas quais pode ser observada a evolução das pendências apuradas nas videoconferências, a execução física das obras e o seu desembolso; e c) participação nos GGI – Grupos de Gestão Integrada, coordenados pela GIDUR/CAIXA, visitas de monitoramento e/ou convocação dos tomadores, o que tem ocorrido de forma mais sistemática a partir da admissão de Analistas e Especialistas em Infraestrutura, bem como de servidores temporários. Os mesmos procedimentos estão sendo implementadas nas operações não-PAC.			
Síntese dos resultados obtidos			
Vide manifestação dos números de ordem 04, 14 e 15, deste quadro.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro XXXI - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva			072573
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
##	Nº 201108967 – 2ª Parte	Constatação 002	51517/DIURB/DI/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Executiva			072573
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se, ao MCidades, que priorize a conclusão dos trabalhos do novo GT instituído com objetivo de definir indicadores de desempenho e assim que for concluído os trabalhos apresente os resultados a esta CGU			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Executiva			072573
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A definição de indicadores com adequação metodológica, confiabilidade e efetiva aplicabilidade para tomada de decisão é um processo complexo e que envolve diversos agentes. Porém, a despeito da complexidade o GT conseguiu importantes avanços. O Grupo de Trabalho – GT decidiu pela implantação de indicadores de desempenho utilizando a metodologia do <i>Balanced ScoreCard</i> – BSC adaptado à Administração Pública (BSC.GOV) e esta proposta visa criação de um sistema de informações gerenciais que permita avaliação dos programas e do desempenho institucional, utilizando-se de metodologia que permita a definição de indicadores devidamente alinhados aos objetivos estratégicos do Ministério. Para isto, no segundo quadrimestre de 2011 foram realizados relatório preliminares, reuniões e elaborada a proposta de indicadores alinhada a metodologia <i>Balanced ScoreCard</i>. No terceiro quadrimestre de 2001, a metodologia do BSC foi validada pela chefia das unidades, tendo sido definidas as perspectivas dos indicadores, os objetivos estratégicos das unidades e seus indicadores de desempenho. Em janeiro e fevereiro/2012, as unidades começaram os trabalhos para apuração dos indicadores definidos. O cronograma para o término desta última etapa (apuração e validação) é julho/2012, conforme Portaria nº 12, de 05 de janeiro de 2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
POSITIVOS A proposta de indicadores de desempenho contribuirá tanto para a revisão dos indicadores do Plano Plurianual quanto para a avaliação de desempenho institucional das unidades do Ministério das Cidades. Os indicadores englobaram diversas perspectivas de atuação, uma vez que foram propostos indicadores tanto na perspectiva da sociedade quanto da administração e de processos internos. Os indicadores propostos pelo Grupo de Trabalho permitirão o melhor entendimento e comunicação dos objetivos estratégicos do Ministério das Cidades, pois a metodologia definiu os objetivos estratégicos das unidades administrativas, bem como os converteu em medidas tangíveis. NEGATIVOS A complexidade da proposta de indicadores adotada pelo Grupo exigiu a prorrogação do prazo do grupo por mais 180 (cento e oitenta dias), conforme Portaria nº 12, de 05 de janeiro de 2012.			

10 ITEM 1 DA PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

A declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada está apresentada no anexo VI.

11 ITEM 33 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

11.1 Demonstrativo das obras atrasadas e as paralisadas ao longo do exercício

A relação correspondente consta do relatório da Caixa Econômica Federal, mandatária da União, Unidade Gestora 175004.

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
UG : 560005 - SECRETARIA NAC. DE HABITACAO MCIDADES
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

EMISSAO: 25/01/2012
PAGINA : 001
REF. : 2011



NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 051.715.848-50 - INES DA SILVA MAGALHAES

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 114, BL H, APTº 103, ASA SUL.BRASILIA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70377-080

CARGO : SECRETARIO NACIONAL

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

04/Mai/2005 PORTARIA 331

01/Jan/2011 A 31/Dez/2011

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

04/Mai/2005

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 724.447.206-44 - JUNIA MARIA BARROSO SANTA ROSA

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 311 BL. F, APTO 603 - BSB/DF.

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70364-060

CARGO : SECRETARIO NACIONAL - SUBSTITUTO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

15/Fev/2006 PORTARIA 81

01/Jan/2011 A 31/Dez/2011

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

16/Fev/2006

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 051.715.848-50 - INES DA SILVA MAGALHAES

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 114, BL H, APTº 103, ASA SUL.BRASILIA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70377-080

CARGO : SECRETARIO NACIONAL

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

04/Mai/2005 PORTARIA 331

01/Jan/2011 A 31/Dez/2011

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

04/Mai/2005

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 724.447.206-44 - JUNIA MARIA BARROSO SANTA ROSA

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 311 BL. F, APTO 603 - BSB/DF.

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70364-060

CARGO : SECRETARIO NACIONAL - SUBSTITUTO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

15/Fev/2006 PORTARIA 81

01/Jan/2011 A 31/Dez/2011

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

16/Fev/2006

=====Continua...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
UG : 560005 - SECRETARIA NAC. DE HABITACAO MCIDADES
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL
Continuacao...=====

EMISSAO: 25/01/2012
PAGINA : 002
REF. : 2011



ENCARREGADO DO SETOR

DIRIGENTE DA UNIDADE



NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 051.715.848-50 - INES DA SILVA MAGALHAES

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 114, BL H, APTº 103, ASA SUL.BRASILIA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70377-080

CARGO : SECRETARIO NACIONAL

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

04/Mai/2005 PORTARIA 331

01/Jan/2011 A 31/Dez/2011

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

04/Mai/2005

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 724.447.206-44 - JUNIA MARIA BARROSO SANTA ROSA

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 311 BL. F, APTO 603 - BSB/DF.

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70364-060

CARGO : SECRETARIO NACIONAL - SUBSTITUTO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

15/Fev/2006 PORTARIA 81

01/Jan/2011 A 31/Dez/2011

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

16/Fev/2006

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS

SEQ: 001 -

TIPO: TITULAR

AGENTE : 051.715.848-50 - INES DA SILVA MAGALHAES

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 114, BL H, APTº 103, ASA SUL.BRASILIA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70377-080

CARGO : SECRETARIO NACIONAL

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

04/Mai/2005 PORTARIA 331

01/Jan/2011 A 31/Dez/2011

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

04/Mai/2005

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 724.447.206-44 - JUNIA MARIA BARROSO SANTA ROSA

E-MAIL :

ENDERECO : SQS 311 BL. F, APTO 603 - BSB/DF.

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70364-060

CARGO : SECRETARIO NACIONAL - SUBSTITUTO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

PERIODO(S) GESTAO

15/Fev/2006 PORTARIA 81

01/Jan/2011 A 31/Dez/2011

PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

16/Fev/2006

=====Continua...

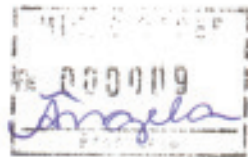
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSABLEIS EMISSAO: 25/01/2012
ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES PAGINA : 002
UG : 560012 - SECRETARIA NAC. DE HABITACAO MCIDADES-PROJETO REF. : 2011
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL
Continuacao...

000008
Angela

ENCARREGADO DO SETOR

DIRIGENTE DA UNIDADE

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 25/01/2012
ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES PAGINA : 001
UG : 560017 - SECRETARIA NAC HABITACAO MCIDADES-PROJETO TAL REF. : 2011
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL



NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 051.715.848-50 - INES DA SILVA MAGALHAES
E-MAIL :
ENDERECO : SQS 114, BL H, APTº 103, ASA SUL.BRASILIA
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70377-080
CARGO : SECRETARIO NACIONAL
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
04/Mai/2005 PORTARIA 331 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
04/Mai/2005

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 724.447.206-44 - JUNIA MARIA BARROSO SANTA ROSA
E-MAIL :
ENDERECO : SQS 311 BL. F, APTO 603 - BSB/DF.
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70364-060
CARGO : SECRETARIO NACIONAL - SUBSTITUTO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
15/Fev/2006 PORTARIA 81 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
16/Fev/2006

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 051.715.848-50 - INES DA SILVA MAGALHAES
E-MAIL :
ENDERECO : SQS 114, BL H, APTº 103, ASA SUL.BRASILIA
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70377-080
CARGO : SECRETARIO NACIONAL
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
04/Mai/2005 PORTARIA 331 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
04/Mai/2005

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 724.447.206-44 - JUNIA MARIA BARROSO SANTA ROSA
E-MAIL :
ENDERECO : SQS 311 BL. F, APTO 603 - BSB/DF.
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70364-060
CARGO : SECRETARIO NACIONAL - SUBSTITUTO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
15/Fev/2006 PORTARIA 81 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
16/Fev/2006

=====Continua...



ENCARREGADO DO SETOR

DIRIGENTE DA UNIDADE

ANEXO I – Informações sobre Recursos Humanos da Unidade Jurisdicionada



MINISTÉRIO DAS CIDADES

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação Geral de Recursos Humanos

SAUS Qd. 01 Bloco H Ed. Telemundi II 10º andar

Tel.: (061) 2108-1246 - Fax: (61) 3226-5937 – cgrh@cidades.gov.br.

MINISTÉRIO DAS CIDADES
Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGRH 05-463.026/0002-70
SAUS Qd. 01 - Bloco H - Ed. Telemundi II
Ed. Telemundi II - 10º andar
Brasília-DF - CEP: 70470-214
Fone: (061) 2108-1246
End. Eletrônico: cgrh@cidades.gov.br

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de comprovação junto ao processo de tomada de contas anual, exercício/2011, que no âmbito da Secretaria Nacional de Habitação, foi instaurado o Processo Administrativo Disciplinar nº 80000.025507/2011-76, em face de servidor lotado nessa Secretaria, que se encontra na fase de instrução sumária, conforme inciso II, do art. 33 da Lei nº 8.112/90.

Brasília, 30 de março de 2012.

Edna da Silva Amorim

Coordenadora-Geral de Recursos Humanos

QUADRO A.5.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	385	70	5	6
1.1 Membros de poder e agente políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	385	70	5	6
*1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	385**	42	3	3
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	23	2	3
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	3	0	0
***1.2.5 Empregados públicos	0	1	0	0
***1.2.6 Empregados públicos em exercício externo	0	1	0	0
2. Servidores em Contratos Temporários	0	19	1	2
***3. Sem Vínculo	0	9	2	5
4. Total de servidores (1+2+3)	0	98	8	13

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012

Observações:

* Servidores efetivos (efetivos e requisitados, com função e sem função) foram enquadrados na tipologia 1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão

** A quantidade de 385 refere-se à lotação autorizada para o Órgão.

*** Foram incluídas as tipologias:

1.2.5 - Empregados Públicos, para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007

1.2.6 - Empregados públicos em exercício externo

3 - Sem Vínculo

QUADRO A..5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	8
1.1 Exercício de Cargo em Comissão	4
1.2 Exercício de Função de Confiança	1
1.3 Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	3
*1.3.1 Cedido a Defensoria Pública e Presidência da República(sem função)	2
*1.3.2 Cedido para ocupar GSISTE	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2 Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3 Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.3 Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1 De ofício, no interesse da Administração	0
3.2 A pedido, a critério da Administração	0
3.3 A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4 A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5 A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	2
**4.1 Doença em pessoa da família	2
4.2 Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1 Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2 Serviço Militar	0
5.3 Atividade Política	0
5.4 Interesse particulares	1
5.5 Mandato classista	0
6. Outras situações (§7º do art. 93 da Lei 8112/1990, art. 5º da Orientação Normativa MP nº 4/2008)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	11

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012

Observações:

* Foram incluídas as tipologias:

1.3.1 - Cedido a Defensoria Pública e Presidência da República(sem função)

1.3.2 - Cedido para ocupar GSISTE

** Servidores que se encontravam em licença por motivo doença em pessoa da família foram contabilizadas em servidores de carreira vinculada ao órgão no quadro A 5.1

QUADRO A..5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	23	4	6
1.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	23	4	6
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	10	2	1
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
1.2.3 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	3	0	0
1.2.4 Sem vínculo	0	8	2	5
1.2.5 Aposentados	0	1	0	0
2. Funções gratificadas	0	0	0	0
2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
**3. Funções comissionadas técnicas	0	7	0	1
3.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	7	0	1
4. Total de servidores em cargo e em função (1+2+3)	0	30	4	7

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012

Observações:

** Foi incluída a tipologia:

3 - Funções comissionadas técnicas

QUADRO A..5.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	24	37	20	15	2
1.1 Membros de poder e agente políticos	0	0	0	0	0
*1.2. Servidores de Carreira	18	22	17	6	2
1.3 Servidores em Contratos Temporários	4	11	2	2	0
**1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	3	0
**1.5 Servidores Cedidos e em licença	2	4	1	2	0
**1.6 Empregados públicos	0	0	0	1	0
**1.7 Empregados públicos em exercício externo	0	0	0	1	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	1	3	2	3
2.1 Cargos de natureza especial	0	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	1	3	2	3
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais	24	38	23	17	5

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012

Observações:

* Servidores efetivos (efetivos, requisitados e exercício descentralizado, com função e sem função) foram enquadrados na tipologia 1.2 - Servidores de carreira

** Foram incluídas as tipologias:

1.4 - Servidores requisitados de outros órgãos e esferas

1.5 - Servidores Cedidos e em licença

1.6 - Empregados Públicos, para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007

1.7 - Empregados públicos em exercício externo

QUADRO A..5.5 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	7	68	9	6	5
1.1 Membros de poder e agente políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
*1.2. Servidores de carreira	0	0	0	0	5	43	7	6	4
1.3 Servidores em Contratos Temporários	0	0	0	0	0	19	0	0	0
**1.4 Servidores Cedidos e em licença	0	0	0	0	2	5	1	0	1
**1.5 Empregados públicos	0	0	0	0	0	1	0	0	0
**1.6 Empregados públicos em exercício externo	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	2	6	4	0	0
2.1 Cargos de natureza especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0	2	6	4	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais	0	0	0	0	9	74	13	6	5
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada									

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012

Observações:

* Servidores efetivos (efetivos, requisitados e exercício descentralizado, com função e sem função) foram enquadrados na tipologia 1.2 - Servidores de carreira

** Foram incluídas as tipologias:

1.4 Servidores Cedidos e em licença

1.5 Empregados públicos

1.6 Empregados públicos em exercício externo

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	-	-
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	-	-

**Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão -
Situação apurada em 31/12**

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	-	-
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	-	-

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	5	5	6	39.317,99
1.1 Área Fim	6	5	5	6	39.317,99
1.2 Área Meio	0	0	0	0	0
2. Nível médio	3	3	4	6	13.348,61
2.1 Área Fim	3	3	4	6	13.348,61
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total	9	8	9	12	52.666,60

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	3.010.204,22	77.933,40	243.556,47	108.575,80	120.618,42	50.999,77	7.528,05	0	0	3.619.416,13
	2010	2.076.972,78	77.223,58	292.135,00	159.882,40	0,00	27.868,00	164.553,96	0	0	2.798.635,72
	2009	1.842.625,33	75.367,63	252.033,70	72.413,85	0,00	1.690,00	136.806,69		0	2.380.937,20
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	1.434.690,47	0	107.655,00	12.802,18	86.482,48	0	0	0	0	1.641.630,13
	2010	1.882.277,65	0	127.256,67	66.053,23	0	3092,1	109.111,95	0	0	2.187.791,60
	2009	1.544.131,26	0	103.668,33	18.149,10	0	0	54.705,96	0	0	1.720.654,65
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	319.356,24	0	49.378,76	20.175,95	35.199,30	7.313,00	0	0	0	431.423,25
	2010	282.025,76	0	47.033,05	15.888,49	0	3214	25804,9	0	0	373.966,20
	2009	63.328,83	0	8.226,58	1.889,57	0	0	9312,64	0	0	82.757,62
*Empregados Públicos											
Exercícios	2011	67.869,60	0	5.655,80	0,00	3.648,00	0,00	0	0	0	77.173,40
	2010	54.394,80	0	5.655,80	1.885,26	0	0,00	3667,84	0	0	65.603,70
	2009	93.467,15	0	9.113,33	0	0	0	6303,74	0	0	108.884,22
*Empregados Públicos em exercício externo											
Exercícios	2011	72.602,08	0	6.239,12	2.863,04	3.648,00	0,00	0	0	0	85.352,24
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	1.030.417,89	606.114,56	139.474,17	60.458,87	151.112,63	18.365,77	41.459,61	0	0	2.047.403,50
	2010	1.136.049,47	483.463,94	137.954,13	46.568,22	93.565,36	12.263,00	144.783,64	0	0	2.054.647,76
	2009	1.031.115,19	486.752,81	131.704,15	43.779,95	104.709,60	910,00	95.003,62	0	0	1.893.975,32
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Data Warehouse - SIAPE - MAR/2012

Observações:

* Foram incluídas as tipologias "Empregados Públicos" e "Empregados Públicos em exercício externo".

Nos anos de 2009 e 2010, os valores referentes ao auxílio alimentação, auxílio transporte, assistência pré-escolar e pagamento de diárias foram incluídos no campo "Demais despesas variáveis". Em 2011, os referidos valores estão no campo "Indenizações".

**ANEXO II – Prestação de Contas do Programa Minha Casa Minha Vida –
Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU.**

Arquivo 7_ROLRES PNHU

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 28/03/2012
ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES PAGINA : 001
UG : 560019 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.URBANA/PMCMV REF. : 2011
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 095.048.855-00 - JORGE FONTES HEREDA
E-MAIL : PRESI@CAIXA.GOV.BR
ENDereco : RUA OTAVIO ZAMPOL 46 AP 12 VILA AURORA
MUNICIPIO : 6967 - RIBEIRAO PIRES UF: SP CEP: 09400-000
CARGO : PRESIDENTE DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
28/Mar/2011 DECRETO 28/Mar/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
29/Mar/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEG. DE COMPETENCIA

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 122.182.192-04 - LIANE VINAGRE KLAUTAU
E-MAIL : LIANE.KLAUTAU@CAIXA.GOV.BR
ENDereco : SHIN, QL 11, CONJUNTO 7, CASA 16, LAGO NORTE - BRASILIA
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 71515-775
CARGO : SUPERINTENDENTE NACIONAL - CAIXA/SUAFI
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
25/Mar/2009 PORT. CAIXA 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
25/Mar/2009

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 595.980.777-72 - MAURICIO BORGES GUIMARAES
E-MAIL : MAURICIO.GUIMARAES@CAIXA.GOV.BR
ENDereco : SHIN QI 09 CONJ.09 LAGO NORTE BRASILIA DF.
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 71515-290
CARGO : GERENTE NACIONAL - CAIXA/SUAFI/GEFIN
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
25/Mar/2009 PORT. CAIXA 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
25/Mar/2009

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 379.563.961-15 - SOFIA VASCONCELOS FEITOSA DE SOUZA
E-MAIL : SOFIA.SOUZA@CAIXA.GOV.BR
ENDereco : SHVP CHACARA 129 LOTE 4A RUA 10B COLONIA AGRICOLA VICENTE PIRES
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 72110-800
CARGO : CONSULTOR MATRIZ - CAIXA/SUAFI/GENEF
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
25/Mar/2009 PORT. CAIXA 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
25/Mar/2009

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 284.974.221-04 - MARLUCE DOS SANTOS LIMA
E-MAIL : MARLUCE.LIMA@CAIXA.GOV.BR
ENDereco : AOS 04 BLOCO A, APT.408 - OCTOGONAL - BRASILIA/ DF

CONTINUA...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 28/03/2012
ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES PAGINA : 002
UG : 560019 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.URBANA/PMCMV REF. : 2011
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

CONTINUACAO...
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70660-041
CARGO : GERENTE EXECUTIVO - CAIXA/SUAFI/GENEF

Arquivo 7_ROLRES PNHU

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
25/Mar/2009	PORT. CAIXA			01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO	
25/Mar/2009				

SEQ: 001 -	TIPO: INTERINO			
AGENTE : 342.797.411-15 - ANA LUCIA DA FONSECA AZEVEDO DA SILVA				
E-MAIL : ANA.AZEVEDO@CAIXA.GOV.BR				
ENDERECO : SBS Q. 04 LOTES 3/4 - ED MZ I ED MATRIZ I - CAIXA				
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA	UF: DF CEP: 70092-900			
CARGO : GERENTE EXECUTIVO - CAIXA/SUAFI/GENEF				
DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
15/Jun/2011	PORT. 711/11			15/Jun/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO	

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELOS ATOS DE GESTAO FINANCEIRA				
SEQ: 001 -	TIPO: TITULAR			
AGENTE : 484.418.301-00 - RICARDO MAGNO PAULA RAMOS				
E-MAIL : RICARDO.RAMOS@CAIXA.GOV.BR				
ENDERECO : SQN 311, BL. H, APTO 203 ASA NORTE - BRASILIA				
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA	UF: DF CEP: 70757-080			
CARGO : GERENTE NACIONAL - CAIXA/SUAFI/GENEF				
DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
05/Mai/2011	PORT. 477/11			05/Mai/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO	

SEQ: 001 -	TIPO: SUBSTITUTO			
AGENTE : 410.892.271-91 - EUCLIDES MACHADO DA SILVA				
E-MAIL : EUCLIDES.SILVA@CAIXA.GOV.BR				
ENDERECO : SBS Q. 04 LOTES 3/4 ED MATRIZ I CAIXA				
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA	UF: DF CEP: 70092-900			
CARGO : GERENTE EXECUTIVO - CAIXA/SUAFI/GENEF				
DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
15/Jun/2011	PORT. 714/11			15/Jun/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO	

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL				
SEQ: 001 -	TIPO: TITULAR			
AGENTE : 121.852.992-04 - LILIAN CRISTINA CAVALLARE VIEIRA				
E-MAIL : LILIAN.VIEIRA@CAIXA.GOV.BR				
ENDERECO : SBS,LOTE 3, QUADRA 3/4				
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA	UF: DF CEP: 70092-900			
CARGO : GERENTE EXECUTIVO - CAIXA/SUCON/GECON				
DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
15/Jun/2011	PORT. 712/11			15/Jun/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO	

=====CONTINUA...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA			
L.40009.AN	ROL DE RESPONSAVEIS	EMISSAO: 28/03/2012	
ORGAO : 56000	- MINISTERIO DAS CIDADES	PAGINA : 003	
UG : 560019	- CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.URBANA/PMCMV	REF. : 2011	
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL			

CONTINUACAO...=====

SEQ: 001 -	TIPO: SUBSTITUTO			
AGENTE : 400.297.941-53 - MARIA DO SOCORRO FERREIRA				
E-MAIL : MARIA.SOCORRO@CAIXA.GOV.BR				
ENDERECO : QUADRA 202, LOTE 10, BLOCO A, APTO.701, AGUAS CLARAS				
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA	UF: DF CEP: 71937-720			
CARGO : CONSULTOR INTERNO - CAIXA/SUCON/GECON				
DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
15/Jun/2011	PORT. 713/11			15/Jun/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO	

Arquivo 7_ROLRES PNHU

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX ORGAO OU ENTIDADE SUPERV OU GESTORA	
SEQ: 001 -	TIPO: TITULAR
AGENTE : 095.048.855-00 - JORGE FONTES HEREDA	
E-MAIL : PRESI@CAIXA.GOV.BR	
ENDERECO : RUA OTAVIO ZAMPOL 46 AP 12 VILA AURORA	
MUNICIPIO : 6967 - RIBEIRAO PIRES	UF: SP CEP: 09400-000
CARGO : PRESIDENTE DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
28/Mar/2011 DECRETO	28/Mar/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO	
29/Mar/2011	

=====

ENCARREGADO DO SETOR

DIRIGENTE DA UNIDADE

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CEF/PROGRAMA NACIONAL HABITAÇÃO URBANA/PMCMV			560019
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativos ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	08 FEV 2012
Contador Responsável	Lilian Cristina Cavallare Vieira	CRC nº	11791/DF



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	560019/00001 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.URBANA/PMCMV
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 30/01/2012	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	7.600.000.000,00	2.750.000.000,00	DESPESAS CORRENTES	2.000.000.000,00	1.200.000.000,00
VALORES EM CIRCULACAO	1.200.000.000,00	350.000.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000.000.000,00	1.200.000.000,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.200.000.000,00	350.000.000,00	OUTRAS DESPESAS	2.000.000.000,00	1.200.000.000,00
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	5.600.000.000,00	1.550.000.000,00
RESTOS A PAGAR	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00	VALORES EM CIRCULACAO	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.200.000.000,00	350.000.000,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	1.200.000.000,00	350.000.000,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.200.000.000,00	0,00
			BAIXA DE DIREITOS	1.200.000.000,00	0,00
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.200.000.000,00	0,00
INGRESSOS	7.600.000.000,00	2.750.000.000,00	DISPENDIOS	7.600.000.000,00	2.750.000.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	560019/00001 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.URBANA/PMCMV
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 30/01/2012	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
CREDITOS EM CIRCULACAO	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00	PASSIVO FINANCEIRO	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	-3.200.000.000,00	-1.200.000.000,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-3.200.000.000,00	-1.200.000.000,00	A LIQUIDAR	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-3.200.000.000,00	-1.200.000.000,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-3.200.000.000,00	-1.200.000.000,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-3.200.000.000,00	-1.200.000.000,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-3.200.000.000,00	-1.200.000.000,00
			RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-3.200.000.000,00	-1.200.000.000,00
ATIVO FINANCEIRO	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00	PASSIVO	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	560019/00001 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.URBANA/PMCMV
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 30/01/2012	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ORCAMENTARIAS	2.000.000.000,00	1.200.000.000,00	ORCAMENTARIAS	2.000.000.000,00	1.200.000.000,00
MUTACOES ATIVAS	2.000.000.000,00	1.200.000.000,00	DESPESAS CORRENTES	2.000.000.000,00	1.200.000.000,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.000.000.000,00	1.200.000.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000.000.000,00	1.200.000.000,00
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	4.400.000.000,00	1.550.000.000,00	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	4.400.000.000,00	1.550.000.000,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	4.400.000.000,00	1.550.000.000,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	4.400.000.000,00	1.550.000.000,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	4.400.000.000,00	1.550.000.000,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	4.400.000.000,00	1.200.000.000,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	4.400.000.000,00	1.550.000.000,00	BAIXA DE DIREITOS	4.400.000.000,00	1.200.000.000,00
DEFICIT			INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	350.000.000,00
			SUPERAVIT	0,00	0,00
VARIACOES ATIVAS	6.400.000.000,00	2.750.000.000,00	VARIACOES PASSIVAS	6.400.000.000,00	2.750.000.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTÍTULO	560019/00001 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.URBANA/PMCMV
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCÍCIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 30/01/2012	PAGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-3.200.000.000,00	-1.200.000.000,00
			CREDITOS A RECEBER	-3.200.000.000,00	-1.200.000.000,00
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-3.200.000.000,00	-1.200.000.000,00
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-3.200.000.000,00	-1.200.000.000,00
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00
			OBRIGACOES A PAGAR	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00
			RESTOS A PAGAR	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-3.200.000.000,00	-1.200.000.000,00
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	3.200.000.000,00	1.200.000.000,00
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	560019/00001 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.URBANA/PMCMV
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 30/01/2012	PAGINA 1

TITULOS	2011	2010
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	2.000.000.000,00	1.200.000.000,00
RESULTADO ORCAMENTARIO	-2.000.000.000,00	-1.200.000.000,00
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	2.000.000.000,00	1.200.000.000,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.000.000.000,00	1.200.000.000,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	4.400.000.000,00	1.550.000.000,00
INCORPORACAO DE ATIVOS	4.400.000.000,00	1.550.000.000,00
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	4.400.000.000,00	1.550.000.000,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	4.400.000.000,00	1.200.000.000,00
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	350.000.000,00
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	0,00	0,00

**ANEXO III – Prestação de Contas do Programa Minha Casa Minha Vida –
Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHR**

Arquivo 15_ROLRES PNHR

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
UG : 560020 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.RURAL/PMCMV
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

EMISSAO: 28/03/2012
PAGINA : 001
REF. : 2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 095.048.855-00 - JORGE FONTES HEREDA
E-MAIL : PRESI@CAIXA.GOV.BR
ENDereco : RUA OTAVIO ZAMPOL 46 AP 12 VILA AURORA
MUNICIPIO : 6967 - RIBEIRAO PIRES UF: SP CEP: 09400-000
CARGO : PRESIDENTE DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
28/Mar/2011 DECRETO 28/Mar/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
29/Mar/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEG. DE COMPETENCIA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 122.182.192-04 - LIANE VINAGRE KLAUTAU
E-MAIL : LIANE.KLAUTAU@CAIXA.GOV.BR
ENDereco : SHIN, QL 11, CONJUNTO 7, CASA 16, LAGO NORTE - BRASILIA
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 71515-775
CARGO : SUPERINTENDENTE NACIONAL - CAIXA/SUAFI
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
25/Mar/2009 PORT. CAIXA 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
25/Mar/2009

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 595.980.777-72 - MAURICIO BORGES GUIMARAES
E-MAIL : MAURICIO.GUIMARAES@CAIXA.GOV.BR
ENDereco : SHIN QI 09 CONJ.09 LAGO NORTE BRASILIA DF.
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 71515-290
CARGO : GERENTE NACIONAL - CAIXA/SUAFI/GENEF
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
25/Mar/2009 PORT. CAIXA 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
25/Mar/2009

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 379.563.961-15 - SOFIA VASCONCELOS FEITOSA DE SOUZA
E-MAIL : SOFIA.SOUZA@CAIXA.GOV.BR
ENDereco : SHVP CHACARA 129 LOTE 4A RUA 10B COLONIA AGRICOLA VICENTE PIRES
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 72110-800
CARGO : CONSULTOR MATRIZ - CAIXA/SUAFI/GENEF
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
25/Mar/2009 PORT. CAIXA 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
25/Mar/2009

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 284.974.221-04 - MARLUCE DOS SANTOS LIMA
E-MAIL : MARLUCE.LIMA@CAIXA.GOV.BR
ENDereco : AOS 04 BLOCO A, APT.408 - OCTOGONAL - BRASILIA/ DF

CONTINUA...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
UG : 560020 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.RURAL/PMCMV
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

EMISSAO: 28/03/2012
PAGINA : 002
REF. : 2011

CONTINUACAO...
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70660-041
CARGO : GERENTE EXECUTIVO - CAIXA/SUAFI/GENEF

Arquivo 15_ROLRES PNR

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
25/Mar/2009	PORT. CAIXA			01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO	
25/Mar/2009				

SEQ: 001 - TIPO: INTERINO

AGENTE : 342.797.411-15 - ANA LUCIA DA FONSECA AZEVEDO DA SILVA

E-MAIL : ANA.AZEVEDO@CAIXA.GOV.BR

ENDERECO : SBS Q. 04 LOTES 3/4 - ED MZ I ED MATRIZ I - CAIXA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70092-900

CARGO : GERENTE EXECUTIVO - CAIXA/SUAFI/GENEF

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
15/Jun/2011	PORT. 711/11			15/Jun/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO	

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELOS ATOS DE GESTAO FINANCEIRA

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 484.418.301-00 - RICARDO MAGNO PAULA RAMOS

E-MAIL : RICARDO.RAMOS@CAIXA.GOV.BR

ENDERECO : SQN 311, BL. H, APTO 203 ASA NORTE - BRASILIA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70757-080

CARGO : GERENTE NACIONAL - CAIXA/SUAFI/GENEF

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
27/Mai/2011	PORT. 644/11			27/Mai/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO	

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 410.892.271-91 - EUCLIDES MACHADO DA SILVA

E-MAIL : EUCLIDES.SILVA@CAIXA.GOV.BR

ENDERECO : SBS Q. 04 LOTES 3/4 ED MATRIZ I CAIXA

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70092-900

CARGO : GERENTE EXECUTIVO - CAIXA/SUAFI/GENEF

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
15/Jun/2011	PORT. 714/11			15/Jun/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO	

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 121.852.992-04 - LILIAN CRISTINA CAVALLARE VIEIRA

E-MAIL : LILIAN.VIEIRA@CAIXA.GOV.BR

ENDERECO : SBS,LOTE 3, QUADRA 3/4

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70092-900

CARGO : GERENTE EXECUTIVO - CAIXA/SUAFI/GENEF

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
15/Jun/2011	PORT. 712/11			15/Jun/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO	

=====CONTINUA...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 28/03/2012

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES PAGINA : 003

UG : 560020 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.RURAL/PMCMV REF. : 2011

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

CONTINUACAO...=====

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 400.297.941-53 - MARIA DO SOCORRO FERREIRA

E-MAIL : MARIA.SOCORRO@CAIXA.GOV.BR

ENDERECO : QUADRA 202, LOTE 10, BLOCO A, APTO.701, AGUAS CLARAS

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 71937-720

CARGO : CONSULTOR INTERNO - CAIXA/SUCON/GECOF

DESIGNACAO	DOCUMENTO	EXONERACAO	DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
15/Jun/2011	PORT. 713/11			15/Jun/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO	DESIGNACAO	PUBLICACAO	EXONERACAO	

Arquivo 15_ROLRES PNHR

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX ORGAO OU ENTIDADE SUPERV OU GESTORA	
SEQ: 001 -	TIPO: TITULAR
AGENTE : 095.048.855-00 - JORGE FONTES HEREDA	
E-MAIL : PRESI@CAIXA.GOV.BR	
ENDERECO : RUA OTAVIO ZAMPOL 46 AP 12 VILA AURORA	
MUNICIPIO : 6967 - RIBEIRAO PIRES	UF: SP CEP: 09400-000
CARGO : PRESIDENTE DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA	
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO	PERIODO(S) GESTAO
28/Mar/2011 DECRETO	28/Mar/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO	PUBLICACAO EXONERACAO
29/Mar/2011	

=====

ENCARREGADO DO SETOR

DIRIGENTE DA UNIDADE

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-PROG.NAC.HAB.RURAL/PMCMV			560020
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativos ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	08 FEV 2012
Contador Responsável	Lilian Cristina Cavallare Vieira	CRC nº	11791/DF



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	560020/00001 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.RURAL/PMCMV
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 30/01/2012	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.058.576.262,26	705.459.352,00	DESPESAS CORRENTES	150.000.000,00	250.000.000,00
VALORES EM CIRCULACAO	320.000.000,00	75.000.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000.000,00	250.000.000,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	320.000.000,00	75.000.000,00	OUTRAS DESPESAS	150.000.000,00	250.000.000,00
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	369.288.131,13	320.000.000,00	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	908.576.262,26	455.459.352,00
RESTOS A PAGAR	369.288.131,13	320.000.000,00	VALORES EM CIRCULACAO	369.288.131,13	320.000.000,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	369.288.131,13	320.000.000,00	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	369.288.131,13	320.000.000,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	369.288.131,13	310.459.352,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	320.000.000,00	75.000.000,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	369.288.131,13	310.459.352,00	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	320.000.000,00	75.000.000,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	369.288.131,13	310.459.352,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	219.288.131,13	60.459.352,00
			BAIXA DE DIREITOS	219.288.131,13	60.459.352,00
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	219.288.131,13	60.459.352,00
INGRESSOS	1.058.576.262,26	705.459.352,00	DISPENDIOS	1.058.576.262,26	705.459.352,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	560020/00001 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.RURAL/PMCMV
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 30/01/2012	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	369.288.131,13	320.000.000,00	PASSIVO FINANCEIRO	369.288.131,13	320.000.000,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	369.288.131,13	320.000.000,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	369.288.131,13	320.000.000,00
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	0,00	9.540.648,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	369.288.131,13	320.000.000,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	369.288.131,13	310.459.352,00	A LIQUIDAR	369.288.131,13	320.000.000,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	-369.288.131,13	-310.459.352,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-369.288.131,13	-320.000.000,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-369.288.131,13	-310.459.352,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-369.288.131,13	-320.000.000,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-369.288.131,13	-310.459.352,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-369.288.131,13	-320.000.000,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-369.288.131,13	-310.459.352,00	PATRIMONIO LIQUIDO	0,00	9.540.648,00
ATIVO REAL	0,00	9.540.648,00	PATRIMONIO/CAPITAL	9.540.648,00	0,00
			PATRIMONIO	9.540.648,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	-9.540.648,00	9.540.648,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	0,00	9.540.648,00
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-9.540.648,00	0,00
ATIVO	0,00	9.540.648,00	PASSIVO	0,00	9.540.648,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	560020/00001 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.RURAL/PMCMV
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 30/01/2012	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ORCAMENTARIAS	150.000.000,00	250.000.000,00	ORCAMENTARIAS	150.000.000,00	250.000.000,00
MUTACOES ATIVAS	150.000.000,00	250.000.000,00	DESPESAS CORRENTES	150.000.000,00	250.000.000,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	150.000.000,00	250.000.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000.000,00	250.000.000,00
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	679.747.483,13	385.459.352,00	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	689.288.131,13	375.918.704,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	679.747.483,13	385.459.352,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	689.288.131,13	375.918.704,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	679.747.483,13	385.459.352,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	588.576.262,26	370.918.704,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	679.747.483,13	385.459.352,00	BAIXA DE DIREITOS	588.576.262,26	370.918.704,00
RESULTADO PATRIMONIAL	9.540.648,00	0,00	INCORPORACAO DE PASSIVOS	100.711.868,87	5.000.000,00
DEFICIT	9.540.648,00	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	9.540.648,00
			SUPERAVIT	0,00	9.540.648,00
VARIACOES ATIVAS	839.288.131,13	635.459.352,00	VARIACOES PASSIVAS	839.288.131,13	635.459.352,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	560020/00001 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.RURAL/PMCMV
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 30/01/2012	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	150.000.000,00	150.000.000,00	0,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	150.000.000,00	150.000.000,00	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	150.000.000,00	150.000.000,00	0,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	150.000.000,00	150.000.000,00	0,00
TOTAL					TOTAL	0,00	150.000.000,00	150.000.000,00	0,00
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	150.000.000,00	-150.000.000,00	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	150.000.000,00	-150.000.000,00	TOTAL GERAL	0,00	150.000.000,00	150.000.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	560020/00001 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.RURAL/PMCMV
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 30/01/2012	PAGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-369.288.131,13	-320.000.000,00
			CREDITOS A RECEBER	-369.288.131,13	-320.000.000,00
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-369.288.131,13	-320.000.000,00
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	0,00	-9.540.648,00
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-369.288.131,13	-310.459.352,00
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	369.288.131,13	320.000.000,00
			OBRIGACOES A PAGAR	369.288.131,13	320.000.000,00
			RESTOS A PAGAR	369.288.131,13	320.000.000,00
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	369.288.131,13	320.000.000,00
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-369.288.131,13	-310.459.352,00
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	369.288.131,13	310.459.352,00
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	369.288.131,13	310.459.352,00
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	560020/00001 - CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.RURAL/PMCMV
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 30/01/2012	PAGINA 1

TITULOS	2011	2010
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	150.000.000,00	250.000.000,00
RESULTADO ORCAMENTARIO	-150.000.000,00	-250.000.000,00
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	150.000.000,00	250.000.000,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	150.000.000,00	250.000.000,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	679.747.483,13	385.459.352,00
INCORPORACAO DE ATIVOS	679.747.483,13	385.459.352,00
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	689.288.131,13	375.918.704,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	588.576.262,26	370.918.704,00
INCORPORACAO DE PASSIVOS	100.711.868,87	5.000.000,00
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	-9.540.648,00	9.540.648,00

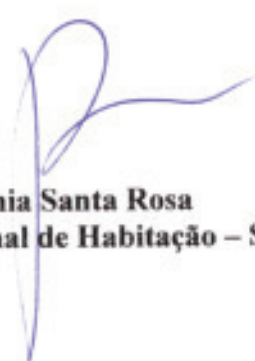
ANEXO IV – Declaração do responsável pela Unidade Jurisdicionada (56101)

DECLARAÇÃO

Unidade Jurisdicionada: Secretaria Nacional de Habitação
Exercício: 2011

As informações referentes aos convênios, contratos de repasses e termos de compromissos estão disponíveis, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV conforme estabelece o artigo 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, observando-se, outrossim, as ressalvas identificadas na declaração do contador.

Brasília, 29 de março de 2012



Júnia Santa Rosa
Secretária Nacional de Habitação – Substituta

**ANEXO V – Declaração da área de Recursos Humanos conforme estabelecido na
Lei 8.730, de 10 de novembro de 1993.**

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Quantidade

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	4	7	30
	Entregaram a DBR	4	7	30
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte:

ANEXO VI – Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada

80.000.0060 96 2012-09



MINISTÉRIO DAS CIDADES

SECRETARIA EXECUTIVA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

Coordenação de Contabilidade

Memorando Circular nº

000911

/2012/CCON/CGORF/SPOA/SE/MCIDADES

Brasília, 17 de fevereiro de 2012

A Secretária Nacional de Habitação
Senhora Inês da Silva Magalhães

Assunto: Declaração do Contador Responsável e Relatório do Rol de Responsáveis do SIAFI

Senhora Secretária,

Encaminho a Declaração do Contador responsável pelas contas dessa Unidade Jurisdicionada 560005 – Secretaria Nacional de Habitação, assim como das unidades gestoras que terão suas contas consolidadas e/ou agregadas. Ressalto que esse documento é peça obrigatória que deverá compor o Relatório de Gestão do exercício de 2011 dessa Secretaria Nacional.

Na oportunidade, encaminho o Relatório do Rol de Responsáveis do SIAFI das naturezas 001 – Dirigente Máximo da UA (UJ) Consolidada ou Agregada e 132 – Dirigente Máximo da UJ que Apresenta as Contas, conforme determinado na IN TCU nº 63/10. Informo que esse Relatório já encontra-se nos moldes em que é solicitado pelo Tribunal, não sendo necessário complementos, a não ser no que se refere ao Rol de Responsáveis da Caixa Econômica Federal. Esse documento é peça obrigatória que deverá compor o Processo de Tomada de Contas Anual desta Secretaria Nacional.

Atenciosamente,


José Jorge dos Santos Pereira
Coordenador de Contabilidade

A EGEST,
Em 17.02.12


Anexo Rol de Responsáveis das unidades gestoras: 560005, 560012, 560015 e 560017

Recebi em 17.02.12
Ulisses Bastião



MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA EXECUTIVA
Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

Declaração do Contador Responsável

Unidade Jurisdicionada: Secretaria Nacional de Habitação.

Unidade Gestora Responsável: 560005

Exercício: 2011

Declaro que as informações relativas à execução levantadas por Unidade Gestora Responsável, integram os demonstrativos contábeis do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e consta das demonstrações contábeis desta Unidade Gestora.

Os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanço Patrimonial, previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), da UGR 560005 – Secretaria Nacional de Habitação, com base nas Conformidades de Registro de Gestão registradas por essa unidade, refletem a adequada situação patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, exceto no tocante a:

- a) Existência de saldos nas Contas do grupo 19.962.00.00 – Saída de Recursos, em que se encontram registrados estoques de Convênio, cujas vigências expiraram nas situações de A Liberar, A Comprovar e A Aprovar.

Informo que a unidade gestora foi inquirida sobre as inconsistências mediante memorando e/ou mensagens SIAFI e que foram lançados no Sistema SIAFI restrições contábeis durante o exercício de 2011 e não regularizadas até o encerramento do exercício.

Declaro ainda que no exercício de 2011, houve execução de despesa referente a essa unidade gestora, sendo executada pela UGR 175004 – Caixa Econômica Federal / Programas Sociais e que a responsabilidade pelas informações concernentes a esta execução, pelos demonstrativos e regularidade, cabe a Contadora Lilian Cristina C. Vieira.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF 17 de fevereiro de 2012


JOSÉ JORGE DOS SANTOS PEREIRA
Contador Responsável pela Secretaria Nacional de Habitação
CRC-DF- 005655/O-3



MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA EXECUTIVA
Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

Declaração do Contador Responsável

Unidade Jurisdicionada: Secretaria Nacional de Habitação – HABITAR / BID

Unidade Gestora Responsável: 560012

Exercício: 2011

Declaro que as informações relativas à execução levantadas por Unidade Gestora Responsável, integram os demonstrativos contábeis do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e consta das demonstrações contábeis desta Unidade Gestora.

Declaro ainda que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanço Patrimonial, previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), da UGR 560012 - Secretaria Nacional de Habitação – HABITAR / BID, com base nas Conformidades de Registro de Gestão registradas por essa unidade, refletem a adequada situação patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, exceto no tocante a:

- a) Existência de saldos nas Contas do grupo 19.962.00.00 – Saída de Recursos, em que se encontram registrados estoques de Convênios, cujas vigências expiraram nas situações de A Liberar e A Aprovar.

Informo que as unidades gestoras foram inquiridas sobre as inconsistências mediante memorando e/ou mensagens SIAFI e que foram lançados no Sistema SIAFI restrições contábeis durante o exercício de 2011 e não regularizadas até o encerramento do exercício.

Declaro ainda que, no exercício de 2011, houve execução de despesa referente ao Programa Habitar/BID, executada pela UGR 560005 – Secretaria Nacional de Habitação e pela UGR 175004 – Caixa Econômica Federal / Programas Sociais e que as informações concernentes a esta execução, constam dos demonstrativos contábeis, do processo de Tomada de Contas demandada pela Secretaria Nacional supracitada. Ressalto que a responsabilidade pelos demonstrativos e regularidade da execução da unidade gestora 175004 - Caixa Econômica Federal – Programas Sociais, cabe a Contadora Lilian Cristina C. Vieira.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2012


JOSÉ JORGE DOS SANTOS PEREIRA
Contador Responsável pela Secretaria Nacional de Habitação – HABITAR/BID
CRC-DF– 005655/O-3



MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA EXECUTIVA
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

Declaração do Contador Responsável

Unidade Jurisdicionada: Secretaria Nacional de Habitação – TAL HABITAT / BIRD

Unidade Gestora Responsável: 560017

Exercício: 2011

Declaro que às informações relativas à execução levantadas por Unidade Gestora Responsável, integram os demonstrativos contábeis do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e consta das demonstrações contábeis desta Unidade Gestora.

Os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanço Patrimonial, previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), da UGR 560017 – Secretaria Nacional de Habitação – TAL HABITAT / BIRD, com base nas Conformidades de Registro de Gestão registradas por essa unidade, refletem a adequada situação patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF 17 de fevereiro de 2012



JOSÉ JORGE DOS SANTOS PEREIRA

Contador Responsável pela Secretaria Nacional de Habitação – TAL HABITAT / BIRD

CRC-DF- 005655/O-3

**ANEXO VII – UNIDADES GESTORAS AGREGADAS: ROLL DE
RESPONSÁVEIS FNHIS/MCID; RESOLUÇÃO Nº049/2011 CGFNHIS;
RELATÓRIO GESTÃO FNHIS MCID**

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 25/01/2012
ORGAO : 56902 - FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL PAGINA : 001
UG : 560015 - FUNDO NACIONAL DE HABIT.DE INTERESSE SOCIAL REF. : 2011
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 051.715.848-50 - INES DA SILVA MAGALHAES
E-MAIL :
ENDereco : SQS 114, BL H, APTº 103, ASA SUL.BRASILIA
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70377-080
CARGO : SECRETARIO NACIONAL
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
04/Mai/2005 PORTARIA 331 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
04/Mai/2005

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 724.447.206-44 - JUNIA MARIA BARROSO SANTA ROSA
E-MAIL :
ENDereco : SQS 311 BL. F, APTO 603 - BSB/DF.
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70364-060
CARGO : SECRETARIO NACIONAL - SUBSTITUTO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
15/Fev/2006 PORTARIA 81 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
16/Fev/2006

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 051.715.848-50 - INES DA SILVA MAGALHAES
E-MAIL :
ENDereco : SQS 114, BL H, APTº 103, ASA SUL.BRASILIA
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70377-080
CARGO : SECRETARIO NACIONAL
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
04/Mai/2005 PORTARIA 331 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
04/Mai/2005

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 724.447.206-44 - JUNIA MARIA BARROSO SANTA ROSA
E-MAIL :
ENDereco : SQS 311 BL. F, APTO 603 - BSB/DF.
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70364-060
CARGO : SECRETARIO NACIONAL - SUBSTITUTO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
15/Fev/2006 PORTARIA 81 01/Jan/2011 A 31/Dez/2011
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
16/Fev/2006

=====Continua...

ENCARREGADO DO SETOR

DIRIGENTE DA UNIDADE



MINISTÉRIO DAS CIDADES

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 26 DE MARÇO DE 2012

(Publicada no DOU, em 30/03/12 – Seção 1, pág. 117)

Dispõe sobre as contas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, referentes ao exercício de 2011, na forma do Relatório de Gestão, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, inciso III, da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, o art. 6º, inciso IV, do Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006, e o art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 1, de 24 de agosto de 2006, e

Considerando os termos do Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2011, elaborado em conformidade com as determinações estabelecidas pela Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, pela Decisão Normativa nº 108, de 24 de novembro de 2010, e pela Portaria nº 123, de 12 de maio de 2011, todas do Tribunal de Contas da União, resolve:

Art. 1º Manifestar-se pela aprovação das contas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, relativas ao exercício de 2011, na forma do Relatório de Gestão, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União, como parte integrante do processo de contas anual, até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

Presidente do Conselho

**Ministério das Cidades
Secretaria Nacional de Habitação
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social**

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como Tomada de Contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 63/2010, da DN do TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, da Portaria TCU 123, de 12 de maio de 2011 e Portaria CGU nº 2546, de 27 de dezembro de 2010.

Unidades Gestoras relacionadas:

560015

560018

Unidade responsável: Secretaria Nacional de Habitação

Brasília/DF - 2012

SUMÁRIO

ITEM 1 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	6
ITEM 2 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	7
2.1 – Responsabilidades institucionais da unidade:.....	7
2.2 – Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:	7
2.2.1 – Fontes de Recursos	8
2.2.2 – Análise do andamento do plano estratégico da unidade	9
2.2.2.1 – Elaboração e aprimoramento de normativos para regulamentação dos programas.....	10
2.2.2.2 – Realização e aprimoramento de sistemáticas de seleção, no âmbito do PAC 2.	11
2.2.2.3 – Monitorar as operações e avaliar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.....	11
2.2.3 – Conselho Gestor do FNHIS – CGFNHIS	12
2.2.3.1 – Composição do CGFNHIS	12
2.2.3.2 – Competências do CGFNHIS	12
2.2.3.3 – Agente Operador	13
2.2.3.4 – Reuniões Plenárias do CGFNHIS	13
2.2.3.5 – Resoluções do CGFNHIS.....	14
2.3 – Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade.....	16
2.3.1 – Execução dos Programas de Governo Sob a responsabilidade da UJ	16
2.3.1.1 – Desempenho das ações inseridas na ação UAP - 10S6 - Melhoria das Condições de Habitabilidade	18
2.3.1.2 – Desempenho das ações inseridas na ação HIS - 10SJ – Apoio à Habitação de Interesse Social	22
2.3.1.3 – Desempenho das ações inseridas na ação 8875 – Apoio à Habitação de Interesse Social	24
2.4 - Desempenho Orçamentário e Financeiro:	25
2.4.1 – Programação orçamentária da Despesa.....	25
2.4.1.1 – Programação das Despesas Correntes	25
2.4.1.2 – Programação de Despesa de Capital.....	26
2.4.1.3 – Quadro Resumo da Programação de Despesas	27
2.5 – Indicadores Institucionais.....	28
2.5.1 - Adesão ao SNHIS	28
2.5.2 – Promoção de capacitação dos tomadores de recursos.....	29
2.5.3 – Análise da Execução PLHIS/2011 (municípios).....	30
2.5.3.1 – Evolução do acesso e cadastramento dos municípios no ambiente digital do PLHIS Simplificado....	32
2.5.3.2 – Análise da execução PEHIS/2011 (estados).....	33
ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	36
4.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	36
4.2 – Análise Crítica	36
ITEM 6 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	37
6.1.4 – Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse	37
6.2 – Análise Crítica	37
ITEM 7 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	38
ITEM 15 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	39
ITEM 1 DA PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	56
ITEM 33 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	56

QUADROS

Quadro I – Identificação da UJ– Relatório de Gestão Agregado	6
Quadro II – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	16
Quadro III – Execução Física das ações realizadas pela UJ	Erro! Indicador não definido.
Quadro IV – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	21
Quadro V – Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro VI – Identificação das Unidades Orçamentárias	25
Quadro VII – Programação de Despesas Correntes	25
Quadro VIII – Programação de Despesas Capital.....	26
Quadro IX – Resumo da Programação de Despesas	27
Quadro X – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	27
Quadro XI - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	28
Quadro XII – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	36
Quadro XIII – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	39
Quadro XIV – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	55

FIGURAS

Figura 1 – Número de alunos concluintes por estado	30
Figura 2 – Situação dos contratos de repasses de apoio à execução dos PLHIS – janeiro de 2011 e dezembro de 2011	32
Figura 3 – Evolução dos municípios que iniciaram o processo de elaboração do PLHIS Simplificado, no ambiente digital, nos períodos anterior, durante e nos primeiros dias após a oferta do curso EAD.....	33

TABELAS

Tabela I – Resumo geral das operações - Programa 1128, Ação 10S6 (PAC 1)	18
Tabela II – Resumo geral das operações - Programa 1128, Ação 10S6 (PAC 2).....	18
Tabela III – Transferências voluntárias ação 10S6 (não PAC):.....	19
Tabela IV – UAP – 10S6 – Transferências obrigatórias (PAC)	19
Tabela V – Resumo geral das operações – Programa 9991, Ação 10SJ (PAC1)	22
Tabela VI – Resumo geral das operações - Programa 9991, Ação 10SJ (PAC 2).....	22
Tabela VII – Situação das obras paralisadas no exercício – Programa 9991 – ação 10SJ (PAC 1) ..	23
Tabela VIII – Transferências voluntárias (não PAC):	23
Tabela IX – HIS – 10SJ – Transferências Obrigatórias (PAC).....	24
Tabela X – Resumo geral das operações - Programa 9991, Ação 8875	24
Tabela XI – Distribuição dos alunos por situação.....	29
Tabela XII – Contratos ativos por situação – dezembro de 2011	31
Tabela XIII – Contratos ativos por situação – janeiro de 2011	31
Tabela XIV – Situação dos Planos Estaduais de Habitação de Interesse Social.....	34

ABREVIATURAS

A - Atividade
AT - Assistência Técnica
BACEN - Banco Central
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEF - Caixa Econômica Federal
CGFNHIS - Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CR - Contrato de Repasse
CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
EAD - Ensino a Distância
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial
FAS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GGI - Grupo de Gestão Integrada
HBB - Habitar Brasil Bid
HIS - Habitação de Interesse Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
OCI - Órgão de Controle Interno
OGU - Orçamento Geral da União
OP - Operações Especiais
P - Projeto
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PEHIS - Planos Estaduais de Habitação de Interesse Social
PI - Plano Interno
PLHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNH - Política Nacional de Habitação
PPA - Plano Plurianual
PSM - Produção Social da Moradia
QCI - Quadro de Composição de Investimento
RA - Relatório de Auditoria
ReMO - Relatório de Monitoramento de Operações
RP - Restos a Pagar
SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SNH - Secretaria Nacional de Habitação
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SPA - Síntese de Projeto Aprovado
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TC - Termo de Compromisso
TCE - Tomada de Contas Especial
TCU - Tribunal de Contas da União
UAP - Urbanização de Assentamentos Precários
UG - Unidade Gestora
UGO - Unidade Gestora Orçamentária
UJ - Unidade Jurisdicionada
UO - Unidade Orçamentária
VI - Valor do Investimento

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por escopo a gestão dos programas e ações de responsabilidade da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), Unidades Gestoras 560015 e 560018, nos termos das determinações da Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU).

O FNHIS aloca recursos em dois programas de governo: 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, ação 10S6 – Apoio à melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários; e programa 9991 – Habitação de Interesse Social, ações 10SJ – Apoio à provisão habitacional de interesse social, contemplando as modalidades PSM – Apoio à Produção Social da Moradia e AT – Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, e 8875 – Apoio à elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social.

No decorrer do relatório são apresentadas as informações de identificação da unidade jurisdicionada, execução orçamentária e financeira, execução física e uma análise crítica das principais realizações do exercício, bem como destaca alguns problemas enfrentados ao longo do ano.

Cabe destacar os assuntos discutidos nas reuniões do CGFNHIS em 2011, bem como as resoluções aprovadas e as respectivas implicações e mudanças na execução dos programas e ações com recursos alocados do Fundo.

Inicialmente, são apresentadas as análises da SNH no âmbito da UG 560015. A SNH é responsável pela gestão, bem como pela elaboração de diretrizes e normas para execução dos programas.

A seguir, encontram-se os demonstrativos e análises elaborados pela Caixa Econômica Federal, Agente Operador responsável pela operacionalização e acompanhamento dos repasses de recursos, no âmbito da UG 560018.

Conforme orientação recebida, a sequência dos quadros, tabelas e textos encontra-se em consonância com a Parte “A” do Anexo II da DN TCU nº 108/2010.

No Item 1, consta o Quadro A.1.1 – Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado. O Item 2 apresenta as Responsabilidades institucionais da Unidade Jurisdicionada e as estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.

O Item 3 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos: não se aplica ao presente relatório.

O Item 4 refere-se a pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.

O Item 5, no qual a DN TCU nº 108/2010 demanda Informações sobre Recursos Humanos, foi omitido por não se aplicar à Unidade Jurisdicionada.

Constam do Item 6 as informações sobre Transferências de Recursos.

Como não se aplicam à Unidade Jurisdicionada sobre a qual versa o presente relatório, foram, também, omitidos os itens de 7 a 14 do Anexo “A” da DN TCU nº 108/2010.

Nos ANEXOS são apresentadas informações prestadas pelo Agente Operador dos Programas, a Caixa Econômica Federal.

Finalmente, para encaminhamento do presente Relatório aos órgãos de controle é necessário que o documento seja submetido ao Plenário do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para análise e aprovação, o que ocorrerá na reunião prevista para o dia 26 de março de 2012.

ITEM 1 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro I – Identificação da UJ– Relatório de Gestão Agregado

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério das Cidades		Código SIORG: 42672
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora		
Denominação completa: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social		
Denominação abreviada: FNHIS		
Código SIORG: 089595	Código na LOA: 56902	Código SIAFI: 560015
Natureza Jurídica: Outros Fundos que, em razão de previsão legal, devam prestar contas ao Tribunal, incluindo os órgãos e entidades supervisores ou gestores e os bancos operadores desses fundos.		
Principal Atividade: Habitação para população de baixa renda.		Código CNAE: 8412-4-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2108-1912	(061) 2108-1992
E-mail: snh@cidades.gov.br		
Página na Internet: http://www.cidades.gov.br		
Endereço Postal: SAUS Q 01, Lote 1/6, Bl. H, Edifício Telemundi II, 11º andar, Brasília/DF – CEP 70.070-010		
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas		
Nome	Situação	Código SIORG
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas		
Número de Ordem: 01		
Denominação completa: Caixa Econômica Federal – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social		
Denominação abreviada: FNHIS		
Código SIORG: 77777	Código na LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 560018
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública Mandatária da União – Órgão Público		
Principal Atividade: Bancária–Mandatária/Agente Operadora dos recursos do OGU		Código CNAE: Não se aplica
Telefones/Fax de contato:	(061) 3206-9532	(061) 3206-9713
E-mail: genef02@caixa.gov.br		
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br		
Endereço Postal: SBS Quadra 4, Lotes 3/4 , Ed. Matriz Caixa – 2º andar – Brasília/DF – CEP 70.092-900		
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas		
Lei nº 11.124, de 16/06/2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.796, de 06/06/2006.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas		
Regimento interno do Conselho Gestor do FNHIS, aprovado pela Resolução nº 01, de 24/08/2006.		
Manual para Apresentação de Propostas - Exercícios de 2010/2011 - Divulgado pela Instrução Normativa nº 81, de 10 de dezembro de 2010;		
Manual de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - Divulgado pela Instrução Normativa nº 35, de 17 de junho de 2010;		
Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Exercícios 2010/2011, aprovado pela Portaria nº 228, de 11 de maio de 2010.		
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Código SIAFI	Nome	
560018	Caixa Econômica Federal - FNHIS	
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Código SIAFI	Nome	
-	-	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
560018		560015

ITEM 2 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

2.1 – Responsabilidades institucionais da unidade:

O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) instituído pela Lei nº. 11.124, de 16 de junho de 2005, tem natureza contábil e objetiva centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

O SNHIS tem a finalidade de viabilizar moradia digna para as populações de baixa renda e integra as políticas habitacionais federal, dos estados, municípios e do Distrito Federal. A importância política e institucional do FNHIS, como eixo estruturador do Sistema de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e da Política Nacional de Habitação (PNH), está em reunir os recursos públicos destinados exclusivamente a subsidiar a população de mais baixa renda, na qual se concentra a maior parte do déficit habitacional brasileiro.

Outro aspecto a ser destacado no FNHIS é a definição de um modelo de gestão que estimula a participação de todos os agentes públicos e privados, da sociedade organizada, dos setores técnicos e acadêmicos, na formulação e implementação da Política Nacional de Habitação, com vistas à superação do déficit habitacional brasileiro. No contexto deste modelo e de forma a compor um sistema descentralizado e de fácil articulação entre os entes pleiteantes dos recursos e o Fundo, a Caixa Econômica Federal coube o papel de Agente Operador do fundo, que atesta a execução das obras e repassa os recursos.

2.2 – Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

São objetivos estratégicos do FNHIS:

- a) Promover o atendimento habitacional em consonância com a forma de atuação e direcionamentos constantes da PNH e os objetivos e prioridades estabelecidos pelo Ministério das Cidades;
- b) Fomentar o desenvolvimento institucional dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para o planejamento e implementação de suas políticas locais de habitação, e ampliar a adesão ao SNHIS;
- c) Ser um instrumento de política pública cuja gestão descentralizada, democrática participativa, propicie a atuação compartilhada entre os entes federativos, os agentes públicos e privados na formulação e implementação da Política Nacional de Habitação e na busca conjunta de meios para a redução do déficit habitacional.

Os recursos do FNHIS são aplicados de forma descentralizada, conforme estabelece o art. 12, da Lei nº. 11.124, de 2005, por intermédio dos estados, municípios, Distrito Federal, em ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social.

A descentralização dos recursos do FNHIS é realizada a título de transferências voluntárias, por meio de Contratos de Repasse (CR) da União aos estados, municípios e Distrito Federal, observado o disposto nos artigos 11, 12 e 15 da Lei nº 11.124, de 11 de junho de 2005.

Os recursos do FNHIS também podem, desde de 2007, nos termos da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, ser aplicados por meio de repasse a entidades privadas sem fins lucrativos, cujos objetivos estejam em consonância com os do Fundo, observados os normativos que regulamentam a modalidade Produção Social da Moradia bem como as exigências contidas na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro 2011 e no Portal dos convênios www.convenios.gov.br.

Com a edição da Lei nº 11.578 de 2007, os repasses de recursos do FNNHIS, para operações incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, passaram a ser considerados transferências obrigatórias, formalizadas por meio de Termo de Compromisso (TC) entre a União e o ente receptor dos recursos.

Os CR e TC firmados com relação aos recursos do FNNHIS obedecem aos atos normativos que disciplinam a transferência de recursos financeiros oriundos de dotações consignadas no Orçamento Geral da União (OGU). Estes instrumentos prevêem o aporte de contrapartida de estados, municípios e Distrito Federal, na forma prevista pela Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, pelos parágrafos 1º. e 2º. do art. 12, da Lei nº. 11.124, de 2005, e na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000. Assim, o investimento é composto de todas as parcelas de custos dos projetos necessárias à execução do objeto previsto no Plano de Trabalho, constituído de recursos do OGU, da contrapartida – quando exigível – de responsabilidade do ente pleiteante do recurso. Esta última é a parcela de recursos próprios dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, ou das entidades sem fins lucrativos em complemento aos recursos alocados pela União, com o objetivo de compor o valor de investimento necessário à execução do projeto, em conformidade com a legislação vigente.

A contrapartida poderá englobar parcelas em recursos financeiros, bens imóveis urbanos ou serviços economicamente mensuráveis, desde que vinculados aos respectivos empreendimentos habitacionais realizados no âmbito dos programas do FNNHIS.

A gestão e operação do FNNHIS se dá por meio da participação de diversos agentes, que exercem papéis distintos:

- a) Ministério das Cidades: Gestor dos Programas e dos recursos do Fundo;
- b) Caixa Econômica Federal: Agente Operador do Fundo;
- c) Estados, Distrito Federal, Municípios e Entidades Privadas sem fins lucrativos: pleiteantes dos recursos e agentes executores;
- d) Famílias de baixa renda: beneficiários; e
- e) Sociedade Civil local, exercendo o controle social das ações.

O artigo 4º do Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006, define as competências do Ministério das Cidades para a execução das políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda, incluindo a coordenação das ações do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, bem como a definição de diretrizes, prioridades, estratégias e instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação e dos Programas de Habitação de Interesse Social. Segundo se depreende dos incisos do mencionado artigo, há uma estreita colaboração entre o Ministério das Cidades e o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – CGFNNHIS em toda esta atividade.

2.2.1 – Fontes de Recursos

O FNNHIS foi estruturado para viabilizar e articular fontes de recursos permanentes para o financiamento da habitação de interesse social, dispersas e sobrepostas em diversos programas.

Nos termos do artigo 8º da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, são fontes de recursos do FNNHIS:

- I – recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, de que trata a Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974;*
- II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FNNHIS;*
- III – dotações do Orçamento Geral da União, classificadas na função de habitação;*
- IV – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;*

V – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

VI – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FNHIS; e

VII - receitas decorrentes da alienação dos imóveis da União que lhe vierem a ser destinadas; e (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

VIII - outros recursos que lhe vierem a ser destinados. (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)

Desde a sua criação, o FNHIS operou com recursos provenientes de dotações consignadas no Orçamento Geral da União, decorrentes de projeto de lei proposto pelo Governo Federal ou de emendas parlamentares agregadas na fase de apreciação da proposta orçamentária pelo Congresso Nacional.

Além dos recursos alocados no Orçamento Geral da União, o FNHIS conta com a disponibilidade de recursos oriundos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, transferidos pela CAIXA, para a UG 560015, em 18 de maio de 2007, no valor de R\$418.608.279,49 (quatrocentos e dezoito milhões, seiscentos e oito mil, duzentos e setenta e nove e quarenta e nove centavos). O saldo disponível na UG 560015, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 744.899.525,70 (setecentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), composto por rendimentos das aplicações do Tesouro Nacional, na conta Contábil 111120122 - Recursos da Conta Única Aplicados, bem como por novas transferências efetuadas pela CAIXA, de acordo com aportes adicionais do FAS. Tais recursos são destinados ao atendimento das despesas fixadas na LOA para as fontes 150 e 180 (recursos próprios).

2.2.2 – Análise do andamento do plano estratégico da unidade

Em 29 de março de 2010, o Governo Federal anunciou a segunda fase do Plano de Aceleração do Crescimento 2011–2014, o PAC 2, reafirmando o objetivo da primeira edição de superar os “gargalos” de infraestrutura do país.

A inclusão do tema habitacional no escopo do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC foi de grande importância para o setor e possibilitou importantes avanços.

Desde a edição da Lei nº 11.578, de 2007, que instituiu o PAC, os repasses lastreados com recursos do FNHIS passaram a ter *status* orçamentário e financeiro de transferências obrigatórias que, em conjunto com as ações incluídas nos Projetos Prioritários de Investimentos (PPI), no Programa Pró-Moradia e nos Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos, compõem o PAC-Habitação, o qual se insere no eixo de expansão dos investimentos em infraestrutura social e urbana do País e visa ao desenvolvimento sustentável dos setores produtivos ligados à habitação.

No entanto, a descentralização dos recursos do FNHIS para propostas não integrantes do PAC continua a ser realizada a título de transferências voluntárias, por meio de Contratos de Repasse (CR) da União aos Estados, Municípios e Distrito Federal, observado o disposto nos artigos 11, 12 e 15 da Lei nº 11.124, de 11 de junho de 2005.

Em consonância com a Política Nacional de Habitação - PNH, o Fundo direciona seus recursos para a urbanização de favelas de menor porte, para projetos de construção de moradias e assistência técnica, e para ações de elaboração de planos locais de habitação.

Dessa forma, em 2011, além da continuidade de implementação das ações inseridas no PAC com o aprimoramento dos normativos referentes à contratação e execução de obras, ampliação dos instrumentos de interlocução com o tomadores, melhoria da comunicação com o agente operador e com as entidades sem fins lucrativos executantes de ações e empreendimentos, foram deflagradas iniciativas visando também uma uniformidade no tratamento das ações não inscritas como PAC.

A descrição completa das iniciativas empreendidas em 2011 se encontra contemplada no Relatório de Gestão SNH. Seguem abaixo apenas as iniciativas específicas em relação às ações do FNNHIS e do CGFNNHIS.

2.2.2.1 – Elaboração e aprimoramento de normativos para regulamentação dos programas.

Com o intuito de implantar uma sistemática de aprimoramento relativo ao desenho das ações orçamentárias de provisão habitacional sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Habitação foram empreendidas algumas ações, que resultaram na publicação dos seguintes instrumentos:

- a) Instrução Normativa nº 07, de 10 de fevereiro de 2011. Dá nova redação ao Anexo I da Instrução Normativa nº 69, de 9 de novembro de 2010, que dispõe sobre o calendário para apresentação, seleção e contratação de propostas formuladas, por entidades privadas sem fins lucrativos, no âmbito da ação de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, executada com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNNHIS, referente ao exercício orçamentário de 2010. Publicada no DOU em 11 de fevereiro de 2011.
- b) Instrução Normativa nº 15, de 10 de março de 2011. Dispõe sobre a elaboração e apresentação dos Planos Habitacionais de Interesse Social, de que trata o art. 12, inciso III, da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Publicada no DOU em 11 de março de 2011.
- c) Instrução Normativa nº 18, de 13 de abril de 2011. Dá nova redação ao art. 4º da Instrução Normativa nº 15, de 10 de março de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre a elaboração e apresentação dos Planos Habitacionais de Interesse Social, de que trata o art. 12, inciso III, da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Publicada no DOU em 14 de abril de 2011.
- d) Instrução Normativa nº 25, de 01 de julho de 2011. Dá nova redação ao Anexo da Instrução Normativa nº 46, de 29 de setembro de 2009, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o calendário para habilitação de entidades privadas sem fins lucrativos e apresentação, seleção e contratação de propostas formuladas no âmbito das ações orçamentárias de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social e de Apoio à Produção Social da Moradia, executadas com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNNHIS, referente ao exercício orçamentário de 2009. Publicada no DOU em 04 de julho de 2011.
- e) Instrução Normativa nº 26, de 01 julho de 2011. Dá nova redação ao Anexo I da Instrução Normativa nº 69, de 9 de novembro de 2010, na parte em que dispõe sobre o calendário para apresentação, seleção e contratação de propostas formuladas no âmbito da ação de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, executada com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNNHIS, referente ao exercício orçamentário de 2010. Publicada no DOU em 04 de julho de 2011.
- f) Instrução Normativa nº 33, de 11 de agosto de 2011. Dá nova redação ao art. 1º da Instrução Normativa nº 15, de 10 de março de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre a elaboração e apresentação dos Planos Habitacionais de Interesse Social, de que trata o art. 12, inciso III, da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Publicada no DOU em 12 de agosto de 2011.
- g) Portaria nº 40, de 31 de janeiro de 2011. Aprova o Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2. Publicada no DOU em 01 de fevereiro de 2012.
- h) Portaria nº 84, de 28 de fevereiro de 2011. Altera calendários para contratação e

execução das Ações/Modalidades a serem apoiadas com recursos da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2. Publicada no DOU em 01 de março de 2011.

2.2.2.2 – Realização e aprimoramento de sistemáticas de seleção, no âmbito do PAC 2.

Em 2011 não houve autorização para realização de Processo Seletivo de propostas no âmbito do PAC. Porém dando continuidade ao aprimoramento de sistemáticas de seleção, a Secretaria revisou os Manuais, assim como, as Cartas Consultas. Essas revisões tiveram o objetivo de simplificar os formulários e melhorar a consistência das informações prestadas pelos proponentes no momento de inscrição de seus pleitos, as cartas consultas foram revistas, incluindo aquela voltada à seleção de propostas de Elaboração de Estudos e Projetos de Urbanização de Assentamentos Precários.

2.2.2.2.1 – Revisão das cartas consultas e normativos

Ao longo de 2011 foram realizadas revisões nos normativos dos programas, cuja publicação aguarda o momento do lançamento de processo seletivo de propostas, que depende de decisão a ser tomada no âmbito da Secretaria do PAC - SEPAC

Especificamente em relação à apresentação de propostas lastreadas com recursos do FNNIS foi revisto o Manual para apresentação de propostas da ação orçamentária de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, do Programa Urbanização Regularização e Integração de Assentamentos Precários, executada com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNNIS que se publicado substituiria, para o exercício de 2011, o aprovado pela Instrução Normativa nº 81, de 10 de dezembro de 2010.

As alterações propostas visaram incorporar as experiências adquiridas durante o processo de seleção e contratação da primeira seleção do PAC 2, tendo como objetivo aprimorar os procedimentos e clarificar definições e atribuições.

2.2.2.3 – Monitorar as operações e avaliar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

Visando ao aprimoramento do monitoramento dos contratos sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Habitação, bem como propiciar formas mais eficientes de resoluções de pendência e de intercâmbio de informações, foram empreendidas as seguintes ações:

2.2.2.3.1 – Participação em reuniões do Grupo de Gestão Integrada e em Pontos de Controle

A CAIXA possui 58 unidades regionais de Sustentação ao Negócio Governo, com presença em todas as unidades da federação, onde se destaca São Paulo com 11, Minas Gerais com 6, Santa Catarina com 5, Paraná e Rio Grande do Sul com 4 e Rio de Janeiro e Bahia com 3.

Nestas unidades são realizadas as reuniões do Grupo de Gestão Integrada – GGI e Pontos de Controle. O GGI se reúne mensalmente na maioria destas unidades. Os pontos de controle ocorrem entre a equipe técnica da regional da CAIXA e equipe técnica do Tomador e normalmente são determinados nas reuniões do GGI. Esses instrumentos têm como objetivo, entre outros, a retomada de obras paralisadas, o levantamento dos entraves e pendências, a proposição de encaminhamentos para os entraves e a pactuação de prazos para a solução das pendências. O Ministério se faz presente em algumas reuniões do GGI e pontos de controle visando a solução de gargalos que necessitem de decisões Ministerial.

2.2.2.3.2 – Participação em videoconferências

A videoconferência é um instrumento utilizado na busca de soluções para pendências detectadas decorrente do processo de monitoramento e da análise dos bancos de dados da CAIXA. Nestas reuniões participam representantes do tomador, da área técnica da regional da CAIXA e do MCIDADES.

As videoconferências realizadas envolveram contratos não iniciados, paralisados ou que possuíam restrições a sua execução. Além disso, todas as operações selecionadas no exercício 2010 foram também tratadas em videoconferências realizadas ao longo do ano de 2011, com vistas a acompanhar a apresentação e aprovação da documentação técnica, institucional e jurídica, bem como o início da execução.

A SNH propiciou a realização de mais de 200 videoconferências, que trataram de contratos abrangendo quase todas as Unidades da Federação, com exceção apenas do Sergipe e do Distrito Federal, esse último que, em decorrência da facilidade de acesso, foi tratado em reuniões presenciais.

2.2.3 – Conselho Gestor do FNHIS – CGFNHIS

O Conselho Gestor do FNHIS – CGFNHIS, instituído pela Lei 11.124/2005 e regulamentado pelo Decreto nº 5.796/2006, é um órgão de caráter deliberativo, composto de forma paritária por 24 membros de órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil.

A presidência do Conselho fica a cargo do Ministro de Estado das Cidades e a sua Vice-Presidência é exercida pela Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

2.2.3.1 – Composição do CGFNHIS

- a) Ministro de Estado das Cidades
- b) Secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades
- c) 1 representante do Ministério da Ciência e Tecnologia
- d) 1 representante do Ministério da Cultura
- e) 1 representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- f) 1 representante do Ministério da Fazenda
- g) 1 representante do Ministério da Integração Nacional
- h) 1 representante do Ministério do Meio Ambiente
- i) 1 representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- j) 1 representante do Ministério da Saúde
- k) 1 representante do Ministério do Trabalho e Emprego
- l) 1 representante da Caixa Econômica Federal
- m) 4 representantes de entidades da área dos movimentos populares
- n) 3 representantes de entidades da área empresarial
- o) 3 representantes de entidades da área de trabalhadores
- p) 1 representante de entidade da área profissional, acadêmica ou de pesquisa
- q) 1 representante de organização não-governamental.

A institucionalização do CGFNHIS atende ao princípio de gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, previsto na Política Nacional de Habitação, possibilitando controle social e transparência na gestão dos recursos do FNHIS.

2.2.3.2 – Competências do CGFNHIS

As competências do CGFNHIS estão definidas no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CGFNHS nº 01, de 24 de agosto de 2006.

É importante destacar que os recursos do FNHIS serão aplicados de acordo com linhas programáticas de habitação de interesse social, definidas pelo CGFNHIS, em consonância com as diretrizes do Conselho das Cidades.

O papel deliberativo e participativo do CGFNHIS é essencial, uma vez que os programas a serem implementados com recursos do FNHIS dependem de aprovação prévia do Conselho Gestor para que possam ser executados.

2.2.3.3 – Agente Operador

De acordo com a Lei nº 11.124/2005, e o Decreto nº. 5.796/2006, a Caixa Econômica Federal atua como agente operador do FNHIS e tem como competência, dentre outras, praticar todos os procedimentos operacionais necessários à aplicação dos recursos do FNHIS, de acordo com as diretrizes, programas e normas estabelecidas pelo CGFNHIS, observada ainda a regulamentação do Ministério das Cidades.

2.2.3.4 – Reuniões Plenárias do CGFNHIS

No exercício de 2011, foram realizadas as seguintes reuniões plenárias:

18ª. Reunião Ordinária, em 28 de março de 2011, nas dependências do Ministério das Cidades – SAUS, Quadra 1, Bloco H, Edifício Telemundi II, Auditório Térreo - Brasília/DF, destinada a apreciar a seguinte pauta:

I) ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO:

1) Ata da 17ª. Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 08 de dezembro de 2010;

2) Voto nº 001/2011/MCIDADES, de 11 de março de 2011 – Submete, à apreciação do Conselho Gestor, as contas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, referentes ao exercício de 2010, na forma do Relatório de Gestão, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União.

3) Voto nº 002/2011/MCIDADES, de 11 de março de 2011 - Propõe nova redação para o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, do Conselho Gestor do FNHIS.

II) ASSUNTOS GERAIS:

1) Apresentação SNH:

Execução dos programas e ações do FNHIS – período 2007/2010.

19ª. Reunião Ordinária, em 05 de julho de 2011, nas dependências do Ministério das Cidades – SAUS, Quadra 1, Bloco H, Edifício Telemundi II, Auditório Térreo - Brasília/DF, destinada a apreciar a seguinte pauta:

I) ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO:

1) Ata da 18ª. Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 28 de março de 2011;

2) Voto nº 004/2011/MCIDADES, de 20 de junho de 2011 – Propõe o referendo da Resolução nº 40, de 27 de abril de 2011, publicada *ad referendum* do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social;

3) Voto nº 005/2011/SNH/MCIDADES, de 20 de junho de 2011 - Propõe as ações do Programa Temático Moradia Digna, integrante do Plano Plurianual - PPA, para o período

2012/2015, a serem executadas com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; e

4) . Voto nº 006/2011/SNH/MCIDADES, de 20 de junho de 2011 - Propõe nova redação para o inciso II, do § 3º, do art. 2º da Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, referente à elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social.

II) ASSUNTOS GERAIS:

1) Apresentação SNH:

Execução dos programas e ações do FNNHIS.

20ª Reunião Ordinária, em 30 de setembro de 2011, nas dependências do Ministério das Cidades – SAUS, Quadra 1, Bloco H, Edifício Telemundi II, Auditório Térreo - Brasília/DF, destinada a apreciar a seguinte pauta:

I) ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO:

1) Ata da 19ª. Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNNHIS, realizada em 05 de julho de 2011;

2) Voto nº 009/2011/MCIDADES, de 15 de setembro de 2011 – Propõe o referendo da Resolução nº 44, de 11 de agosto de 2011, publicada ad referendum do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social;

3) Voto nº 010/2011/SNH/MCIDADES, de 15 de setembro de 2011, Propõe o referendo da Resolução nº 45, de 11 de agosto de 2011, publicada ad referendum do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

II) ASSUNTOS GERAIS:

Apresentação da Secretaria Nacional de habitação; Fórum Nacional de Secretários de Habitação de Desenvolvimento Urbano; e Associação Brasileira de COHABs e Agentes Públicos de Habitação - Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - Elaboração dos Planos Habitacionais de Interesse Social.

21ª Reunião Ordinária, em 06 de dezembro de 2011, nas dependências do Ministério das Cidades – SAUS, Quadra 1, Bloco H, Edifício Telemundi II, Auditório Térreo - Brasília/DF, destinada a apreciar a seguinte pauta:

I) ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO:

1) Ata da 20ª. Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNNHIS, realizada em 30 de setembro de 2011;

2) Voto nº 011/2011/MCIDADES, de 21 de novembro de 2011 – Propõe nova redação para o art. 2º da Resolução nº 30, de 16 de dezembro de 2009, no que se refere ao prazo para apresentação dos Planos Habitacionais de Interesse Social.

II) ASSUNTOS GERAIS:

1) Apresentação Secretaria Nacional de Habitação (SNH) – Balanço da execução dos programas e ações do FNNHIS; e

2) Apresentação Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) – Assistência técnica pública e gratuita para habitação de interesse social.

2.2.3.5 – Resoluções do CGFNNHIS

A partir das reuniões ocorridas no exercício, foram editadas as seguintes Resoluções:

Resolução nº 38, de 28 de março de 2011 - Aprova as contas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, referentes ao exercício de 2010.

Resolução nº 39, de 28 de março de 2011 - Dá nova redação ao parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, que se refere aos parâmetros de contagem populacional.

Resolução nº 40, de 27 de abril de 2011 - Dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 37, de 8 de dezembro de 2010, do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, que dispõe sobre o Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e dá outras providências.

Resolução nº 41, de 5 de julho de 2011 - Referenda a Resolução nº 40, de 27 de abril 2011, publicada ad referendum do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Resolução nº 42, de 5 de julho de 2011 - Dispõe sobre as ações do Programa Temático Moradia Digna, integrante do Plano Plurianual - PPA, para o período 2012/2015, a serem executadas com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Resolução nº 43, de 5 de julho de 2011 - Dá nova redação ao inciso II, do § 3º, do art. 2º da Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, referente à elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social.

Resolução nº 44, de 11 de agosto de 2011 - Dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 37, de 8 de dezembro de 2010, do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS que dispõe sobre o Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, e outras providências.

Resolução nº 45, de 11 de agosto de 2011 - Dá nova redação ao inciso I, do § 3º, do art. 2º da Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, que dispõe sobre o Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.

Resolução nº 46, de 30 de setembro de 2011 - Referenda a Resolução nº 44, de 11 de agosto de 2011, publicada ad referendum do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Resolução nº 47, de 30 de setembro de 2011 - Referenda a Resolução nº 45, de 11 de agosto de 2011, publicada ad referendum do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Resolução nº 48, de 30 de setembro de 2011 - Dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 30, de 16 de dezembro de 2009, no que se refere ao prazo para apresentação dos Planos Habitacionais de Interesse Social.

2.3 – Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 – Execução dos Programas de Governo Sob a responsabilidade da UJ

Quadro II – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1128		Denominação: Urbanização, Regularização, Fundiária e Integração de Assentamentos Precários				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários.						
Objetivos Específicos: Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade.						
Gerente: Inês da Silva Magalhães				Responsável: Inês da Silva Magalhães		
Público Alvo: Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
421.827.311,00	421.827.311,00	388.108.599,88	388.108.599,88	0,00	47.138.414,74	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	% (percentual)	31/12/2005	10,50	1,50	1,50	7,93
Fórmula de Cálculo do Índice						
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo: Relação percentual entre o número de domicílios com adensamento excessivo em assentamentos subnormais e o total de domicílios em assentamentos subnormais.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2.000, com atualizações posteriores baseadas nas PNAD. Assim, além dos dados de fato só se confirmarem no próximo Censo, os índices da PNAD apurados em um ano referem-se ao ano anterior. Ocorre que entre um Censo e outro pode haver mudança de metodologia na forma de definição desses assentamentos subnormais, o que de fato aconteceu, conforme estudo divulgado pelo próprio IBGE. Portanto, para poder ser comparável, o indicador utilizado no exercício de 2011 refere-se à PNAD, e no caso, a de 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Na análise do resultado alcançado deve-se acrescentar a observação de que a utilização de indicadores habitacionais macros não é adequada para se mensurar o impacto do programa visto que outros fatores influenciam a precariedade habitacional, tais como disponibilidade de crédito e produção habitacional, associadas a outros programas, e até a conjuntura econômica. Ou seja, não há como isolar um único fator-investimento em urbanização e informar que essa é a causa do decréscimo do problema.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	% (percentual)	31/12/2005	4,20	2,23	2,23	4,25
Fórmula de Cálculo do Índice						
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas: Relação percentual entre o número de domicílios em aglomerados subnormais e o total de domicílios urbanos						
Análise do Resultado Alcançado						
Os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2.000, com atualizações posteriores baseadas nas PNAD. Assim, além dos dados de fato só se confirmarem no próximo Censo, os índices da PNAD apurados em um ano referem-se ao ano anterior. Ocorre que entre um Censo e outro pode haver mudança de metodologia na forma de definição desses assentamentos subnormais, o que de fato aconteceu, conforme estudo divulgado pelo próprio IBGE. Portanto, para poder ser comparável, o indicador utilizado no exercício de 2011 refere-se à PNAD, e no caso, a de 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Na análise do resultado alcançado deve-se acrescentar a observação de que a utilização de indicadores habitacionais macros não é adequada para se mensurar o impacto do programa visto que outros fatores influenciam a precariedade habitacional, tais como disponibilidade de crédito e produção habitacional, associadas a outros programas, e até a conjuntura econômica. Ou seja, não há como isolar um único fator-investimento em urbanização e informar que essa é a causa do decréscimo do problema.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		
3	% (percentual)	31/12/2005	31,20	16,30	16,30	14,79
Fórmula de Cálculo do Índice						
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infraestrutura urbana adequada Relação percentual entre o número de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada e o total de domicílios urbanos em assentamentos subnormais.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2.000, com atualizações posteriores baseadas nas PNAD. Assim, além dos dados de fato só se confirmarem no próximo Censo, os índices da PNAD apurados em um ano referem-se ao ano anterior. Ocorre que entre um Censo e outro pode haver mudança de metodologia na forma de definição desses assentamentos subnormais, o que de fato aconteceu, conforme estudo divulgado pelo próprio IBGE. Portanto, para poder ser comparável, o indicador utilizado no exercício de 2011 refere-se à PNAD, e no caso, a de 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Na análise do resultado alcançado deve-se acrescentar a observação de que a utilização de indicadores habitacionais macros não é adequada para se mensurar o impacto do programa visto que outros fatores influenciam a precariedade habitacional, tais como disponibilidade de crédito e produção habitacional, associadas a outros programas, e até a conjuntura econômica. Ou seja, não há como isolar um único fator-investimento em urbanização e informar que essa é a causa do decréscimo do problema.						
Fonte: SIGPLAN-PAC 29/02/2012						

O objetivo deste programa é implementar a política habitacional, visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários. Em 2011, na Lei Orçamentária Anual (LOA), para o Programa 1128, foi disponibilizada dotação de 1,84 bilhão nas Unidades Orçamentárias 56101 e 56902.

A reserva da dotação para assunção do compromisso (empenho) vem ocorrendo dentro do planejado para esse Programa. Entretanto, quando se analisa à fase de liquidação, verifica-se uma disparidade significativa entre os recursos pactuados e aqueles em condições legais de serem quitados. Essa baixa efetividade demonstrada na liquidação dos contratos decorre em parte devido a complexidade da execução das ações relacionadas ao Programa.

As ações de urbanização de assentamentos precários compreendem intervenções complexas, em locais com uma realidade social marcada historicamente pela ausência do poder público. Essas ações demandam planejamento detalhado, envolvendo desde o diagnóstico urbanístico e sócio-ambiental, até a elaboração de projetos multidisciplinares, como os de engenharia, arquitetura, urbanismo, trabalho social e recuperação ambiental das áreas ocupadas. A intervenção deve equacionar a questão fundiária da área desses assentamentos. Essa complexidade nas ações de urbanização de assentamentos precários interfere no tempo de execução dos contratos. Como exemplo, pode-se citar a questão fundiária que prolongando o tempo de contrato, especificamente quando se trata da questão fundiária mesmo tendo as obras já sido concluídas.

A própria realidade que se pretende enfrentar contribui para dificultar o andamento da execução: a deficiência da infraestrutura; a ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; pelos altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações combinados à precariedade construtiva das unidades habitacionais.

Ressalte-se, ainda, o tamanho território brasileiro e a diversidade de realidades locais, que muitas vezes impede a padronização de soluções e encaminhamentos na execução do programa.

2.3.1.1 – Desempenho das ações inseridas na ação UAP - 10S6 - Melhoria das Condições de Habitabilidade

A Tabela I apresenta o resumo geral das operações da ação 10S6 no âmbito do PAC 1.

Tabela I – Resumo geral das operações - Programa 1128, Ação 10S6 (PAC 1)

Descrição	Qtd	% qtd sobre celebrado	VI R\$ milhões	% R\$ sobre celebrado
Total de operações	353	100	2.850,66	100
Contratos cancelados	46	13%	254,95	9%
Contratos cancelados no exercício	31	9%	168,98	6%
Descrição	Qtd	% qtd sobre celebrado	VI R\$ milhões	% R\$ sobre celebrado
Contratos Ativos	307	100	2.595,72	100
Contratos Iniciados no Exercício Proponente	1	0%	7,06	0%
Contratos Início efetivo no Exercício	50	16%	580,86	22%
Contratos Concluídos (Obra Física) no Exercício	12	4%	52,71	2%
Contratos Concluídos no Exercício	5	2%	11,40	0%
Obras Paralisadas no Exercício	27	9%	144,00	5%
Obras Retomadas no Exercício	16	5%	74,80	3%

Na Tabela I, não estão consideradas a seleção de propostas na segunda fase do PAC para atendimento dos municípios classificados nos Grupos 2 e 3, cuja parte da contratação ocorreu no exercício de 2011 e está apresentada na Tabela II. O Grupo 2 abrange municípios entre 50 mil e 70 mil habitantes, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e entre 50 mil e 100 mil habitantes do Sul e Sudeste (G2), e municípios abaixo de 50 mil habitantes estão inseridos no Grupo 3 (G3). Foram selecionados R\$ 1,5 bilhões em recursos, e contratados R\$ 1,3 bilhões, dados de dezembro de 2011, incluindo recursos do FGTS. O resultado da primeira seleção dos recursos do FNHIS, na segunda etapa do PAC está apresentado na Tabela II.

Tabela II – Resumo geral das operações - Programa 1128, Ação 10S6 (PAC 2)

Grupo	Programa	Modalidade	Qtd	Selecionado com MCMV	Selecionado sem MCMV	Qtd	Contratado	%
G2	1128.10S3	Urbanização	43	411,73	178,22	40	364,5	89
	9991.10SJ	Estudos e Projetos	34	11,38	11,38	33	10,52	92
Total G2			77	423,11	189,60	73	375,02	89
G3	1128.10S3	Urbanização	135	959,94	366,32	130	933,54	97
	9991.10SJ	Estudos e Projetos	29	6,62	6,62	25	4,91	74
Total G3			164	966,56	372,94	155	938,45	97
Total			241	1.389,67	562,54	228	1.313,47	95

A situação dos contratos, efetuados por meio de transferências voluntárias com recursos do FNHIS, está demonstrada na Tabela III.

Tabela III – Transferências voluntárias ação 10S6 (não PAC):

Descrição	Quantidade (início 2011)	Quantidade (final 2011)
Total Contratos	182	182
Contratadas em 2011	0	0
Obras Atrasadas	51	50
Obras Concluídas	0	15
Obras Não Iniciadas	46	19
Obras em ritmo Normal	54	49
Obras Iniciadas sem Medição	1	0
Obras Paralisadas no Exercício	30	28
Obras Canceladas/Distratadas	0	21

É importante, também, registrar o número de famílias beneficiadas com as obras concluídas no exercício, bem como a previsão de famílias a serem beneficiadas quando da conclusão dos contratos ativos, conforme estão apresentados nas Tabelas IV.

Tabela IV – UAP – 10S6 – Transferências obrigatórias (PAC)

Descrição	Quantidade	VI R\$ milhões	Famílias beneficiadas
Contratos ativos	307	2.595,72	251.758
Contratos concluídos no exercício	5	11,40	633
Indicador			0,3%

O Quadro III apresenta a execução física das ações realizadas pela UJ. Os dados físicos registrados no SIGPLAN seguiram metodologia acordada com o Ministério do Planejamento e referem-se à proporção das famílias beneficiadas em relação aos recursos desembolsados

Quadro III – Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Pro-grama	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
16	451	1128	10S6	P	1	Família Benef.	24.993	16.693	34.851
16	451	1128	0634	OP	1	Família Benef.	-	852	-

Fonte: Siafi / PPA 2008-2011 / PPA 2012-2015

Cabe destacar que embora as intervenções não estejam totalmente concluídas, várias etapas e metas intermediárias foram finalizadas e entregues à população, já trazendo benefícios à sociedade. Os dados hoje disponíveis em sistemas não captam essas realizações parciais, não sendo possível então uma sistematização das conclusões parciais.

Há ainda uma série de desafios a serem enfrentados pela Secretaria com a finalidade de aprimorar a gestão das ações voltadas a urbanização de assentamentos precários, podendo ser destacadas a necessidade de:

- Dar continuidade aos investimentos em assentamentos precários;
- Garantir continuidade e patamares de investimentos na produção habitacional;
- Estruturar as capacidades do setor público e do setor produtivo da construção civil para o incremento da produção de unidades novas, a fim de atender a demanda demográfica e evitar que novas áreas de precariedade se formem nas cidades;
- Estruturar o sistema de monitoramento e avaliação da política/programas habitacionais;
- Estruturar cadastro único de demanda habitacional;
- Fomentar os municípios para avançarem na implementação dos instrumentos de gestão fundiária indispensáveis para a provisão da moradia, de modo a garantir o acesso à terra urbanizada;
- Assegurar qualidade, inovação tecnológica e sustentabilidade na produção habitacional.

Quadro IV – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 9991		Denominação: Habitação de Interesse Social				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários.						
Objetivos Específicos: Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural						
Gerente: Inês da Silva Magalhães				Responsável: Inês da Silva Magalhães		
Público Alvo: Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
290.173.333,00	285.673.333,00	119.951.254,19	119.951.254,19	0,00	12.266.697,27	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade habitacional	31/12/2005	7.136.137	7136.137	4.886.666	5.111.114
Fórmula de Cálculo do Índice						
Déficit habitacional quantitativo de famílias com renda até 3 salários mínimos: Somatório dos domicílios improvisados, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e domicílios rústicos ocupados por famílias com renda de até 3 salários mínimos.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2000, com atualizações posteriores baseadas nas PNAD. Assim, além dos dados de fato só se confirmarem no próximo Censo, os índices da PNAD apurados em um ano referem-se ao ano anterior. O indicador utilizado no exercício de 2011 refere-se à PNAD, e no caso, a de 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Um problema desse indicador é a perda de validade, haja vista que o déficit habitacional é enfrentado também por outros programas, em especial o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Também apresenta problemas de desagregabilidade na área rural por faixa de renda, uma vez que o déficit habitacional utilizado nos programas é desagregado por faixa de renda: até 3 salários mínimos; somente nas áreas urbanas. Este fato acaba por diminuir a confiabilidade metodológica do indicador, tendo em vista que a replicação da proporção do déficit urbano para o déficit rural carece de maiores subsídios e parâmetros técnicos.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Unidade habitacional	31/12/2005	7.610.299	7.610.299	5.211.361	5.510.420
Fórmula de Cálculo do Índice						
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos: Somatório dos domicílios improvisados, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e domicílios rústicos ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2000, com atualizações posteriores baseadas nas PNAD. Assim, além dos dados de fato só se confirmarem no próximo Censo, os índices da PNAD apurados em um ano referem-se ao ano anterior. O indicador utilizado no exercício de 2011 refere-se à PNAD, e no caso, a de 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Um problema desse indicador é a perda de validade, haja vista que o déficit habitacional é enfrentado também por outros programas, em especial o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Também apresenta problemas de desagregabilidade na área rural por faixa de renda, uma vez que o déficit habitacional utilizado nos programas é desagregado por faixa de renda: até 3 salários mínimos; somente nas áreas urbanas. Este fato acaba por diminuir a confiabilidade metodológica do indicador, tendo em vista que a replicação da proporção do déficit urbano para o déficit rural carece de maiores subsídios e parâmetros técnicos.						

Fonte: SIGPLAN-PAC 29/02/2012

O objetivo deste programa é implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários. As ações desse Programa complementam as ações realizadas no Programa 1128. Dessa forma, o Programa apresenta as dificuldades relatadas para o Programa 1128.

2.3.1.2 – Desempenho das ações inseridas na ação HIS - 10SJ – Apoio à Habitação de Interesse Social

A Tabela V apresenta o resumo geral das operações efetuadas por meio da ação 10SJ na primeira etapa do PAC, enquanto que a Tabela VI traz o resumo geral da seleção com recursos do FNHIS no âmbito da segunda etapa do PAC (PAC 2 2011-2014). No PAC 2, os recursos do FNHIS foram destinados aos Grupos 2 e 3, que abrangem municípios entre 50 mil e 70 mil habitantes, nas regiões Norte, Nordeste e Centro -Oeste, e entre 50 mil e 100 mil habitantes do Sul e Sudeste (G2), e municípios abaixo de 50 mil habitantes (G3).

Tabela V – Resumo geral das operações – Programa 9991, Ação 10SJ (PAC1)

Descrição	Qtd	% qtd sobre celebrado	VI R\$ milhões	% R\$ sobre celebrado
Total de operações	2.053	100	1.362,19	100
Contratos cancelados	681	33%	263,69	19%
Contratos cancelados no exercício	271	13%	110,02	8%
Descrição	Qtd	% qtd sobre celebrado	VI R\$ milhões	% R\$ sobre celebrado
Contratos Ativos	1.372	100	1.098,50	100
Contratos Iniciados no Exercício Proponente	3	0%	0,77	0%
Contratos Inicio efetivo no Exercício	131	10%	158,88	14%
Contratos Concluídos (Obra Física) no Exercício	58	4%	70,81	6%
Contratos Concluídos no Exercício	147	11%	86,11	8%
Obras Paralisadas no Exercício	91	7%	89,13	8%
Obras Retomadas no Exercício	82	6%	60,49	5%

Fonte: SNH/DUAP

Tabela VI – Resumo geral das operações - Programa 9991, Ação 10SJ (PAC 2)

Grupo	Programa	Modalidade	Qtd	Selecionado com MCMV	Selecionado sem MCMV	Qtd	Contratado	%
G2	1128.10S3	Urbanização	43	411,73	178,22	40	364,5	89
	9991.10SJ	Estudos e Projetos	34	11,38	11,38	33	10,52	92
Total G2			77	423,11	189,60	73	375,02	89
G3	1128.10S3	Urbanização	135	959,94	366,32	130	933,54	97
	9991.10SJ	Estudos e Projetos	29	6,62	6,62	25	4,91	74
Total G3			164	966,56	372,94	155	938,45	97
Total			241	1.389,67	562,54	228	1.313,47	95

Fonte: SNH/DUAP

Analisando a Tabela V é possível observar um grande número de obras paralisadas. Os dados disponibilizados pelo agente operador sobre obras paralisadas incluem aquelas sem medição a mais de 90 dias. No entanto, algumas obras, assim como relatado no relatório de gestão consolidado no item 2.3.1.3.1 – Ação 10S3 – Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários, essa classificação pode ser inadequada em grande parte dos casos, pois são contratos que possuem problemas administrativos e não problemas na execução física da obra: reprogramação de projeto, obra concluída com pendências em trabalho social, prestação de contas ou regularização fundiária, pendência em trabalho social ou em prestação de contas. A tabela VII apresenta a descrição resumida da origem da paralisação das obras no exercício de 2011, indicando que cerca de 40% das obras consideradas paralisadas possuem problemas na finalização do contrato e não problemas na execução física da obra (pendências em trabalho social, prestação de contas ou regularização fundiária).

Tabela VII – Situação das obras paralisadas no exercício – Programa 9991 – ação 10SJ (PAC 1)

Descrição do problema resumo	Qtd
Aguardando liberação do Boletim de Medição	12
Apontamento dos órgãos de controle	1
Cancelado-Distratado	2
Problemas com a empresa executora	6
Reprogramação de projeto	22
Rescisão contratual com a empresa executora	7
Pendente em trabalho social ou prestação de contas	22
Pendências para próximas etapas: licença ambiental e comprovação de titularidade de área	2
Problemas na aprovação do projeto ou licitação	3
Obra concluída, pendente em trabalho social, regularização fundiária ou prestação de contas	14
Total	91

Fonte: SNH/DUAP

A situação dos contratos, efetivados por meio de transferências voluntárias na ação 10SJ, está apresentada na Tabela VIII.

Tabela VIII – Transferências voluntárias (não PAC):

Descrição	Quantidade (início 2011)	Quantidade (final 2011)
Total Contratos	344	344
Contratadas em 2011	15	15
Obras Atrasadas	50	62
Obras Concluídas	0	33
Obras Não Iniciadas	199	23
Obras em ritmo Normal	60	104
Obras Iniciadas sem Medição	0	0
Obras Paralisadas no Exercício	20	34
Obras Canceladas/Distratadas	0	73

A Tabela VIII apresenta o número de famílias beneficiadas com as obras concluídas no exercício, bem como a estimativa de famílias a serem beneficiadas quando da conclusão dos contratos ativos.

Tabela IX – HIS – 10SJ – Transferências Obrigatórias (PAC)

Descrição	Quantidade	VI R\$ milhões	Famílias beneficiadas
Contratos ativos	1.372	1.098,50	116.493
Contratos concluídos no exercício	147	86,11	5.935
Indicador			5,1%

O Quadro V apresenta a execução física das ações realizadas pela UJ. Cabe destacar o mesmo comentário realizado para a execução física das ações do Programa 1128, que embora as intervenções não estejam totalmente concluídas, várias etapas e metas intermediárias foram finalizadas e entregues à população, já trazendo benefícios à sociedade.

Quadro V – Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
16	482	9991	10SJ	P	1	Família Benef.	70.347(*)	4.125	14.117
16	482	9991	8875	A	1	Contrato celebrado	400	2	0

Fonte: Siafi / PPA 2008-2011

(*) Apoio com assistência técnica às famílias

2.3.1.3 – Desempenho das ações inseridas na ação 8875 – Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social

A tabela X apresenta o resumo geral das ações de apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social (HIS). Em 2011, não houve seleção para apoio da elaboração de Plano Local de Habitação de Interesse Social. O item 2.5 Indicadores Institucionais, deste documento, apresenta maior detalhamento da execução da ação.

Tabela X – Resumo geral das operações - Programa 9991, Ação 8875

Descrição	Qtd	% qtd sobre celebrado	VI R\$ milhões	% R\$ sobre celebrado
Total de operações	1.878	100	116.82	100
Contratos cancelados	147	8%	7.80	7%
Contratos cancelados no exercício	92	5%	5.05	4%
Descrição	Qtd	% qtd sobre celebrado	VI R\$ milhões	% R\$ sobre celebrado
Contratos Ativos	1.731	100	109.02	100
Contratos Iniciados no Exercício Proponente	3	0%	0.28	0%
Contratos Início efetivo no Exercício	265	15%	16.66	15%
Contratos Concluídos no Exercício	289	17%	20.18	19%
Obras Paralisadas no Exercício				

Fonte: SNH/DUAP

2.4 – Desempenho Orçamentário e Financeiro:

Este tópico do relatório incumbe-se de avaliar o desempenho dos diversos programas contemplados na LOA, detalhados através de ações representadas por projetos, atividades e operações especiais sob a gestão do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social- FNHIS.

2.4.1 – Programação orçamentária da Despesa

Quadro VI – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS	56902	560018

2.4.2 – Programação das Despesas Correntes

Para o exercício de 2011 a Lei Orçamentária Anual fixou para as Despesas Correntes um montante de R\$ 51.500.000,00, conforme pode ser observado no quadro VII. As despesas correntes em 2011 tiveram um aumento de aproximadamente 27% em relação a 2010, fato este justificado pelo incremento no aporte de recursos para diversas ações desta unidade orçamentária.

Quadro VII – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						-	-
	PLOA						50.000.000,00	51.500.000,00
	LOA						56.000.000,00	51.500.000,00
CRÉDITOS	Suplementares						-	-
	Especiais	Abertos					-	-
		Reabertos					-	-
	Extraordinários	Abertos					-	-
		Reabertos					-	-
	Créditos Cancelados						(18.308.407,00)	-
Outras Operações							3.000.000,00	-
Total							40.691.593,00	51.500.000,00

Fonte: Siafi

2.4.3 – Programação de Despesa de Capital

A Lei Orçamentária do exercício de 2011 fixou para as Despesas de Capital um montante de R\$ 660.500.644,00 o qual, ao longo do exercício foi ajustado, por meio de suplementações e cancelamentos de créditos, para um valor de R\$ 656.000.644,00, apresentando um decréscimo correspondente a 0,68% em relação ao montante inicialmente fixado, conforme demonstrado no quadro VIII.

Para a UJ 56902 não será apresentando o Quadro A.2.7 denominado Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, pois a UJ não teve no exercício de 2011 créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ

Quadro VIII – Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-				
	PLOA		659.708.248,00	599.500.000,00				
	LOA		665.331.095,00	660.500.644,00				
CRÉDITOS	Suplementares		-	-				
	Especiais	Abertos	-	-				
		Reabertos	-	-				
	Extraordi-nários	Abertos	-	-				
		Reabertos	-	-				
	Créditos Cancelados		(420.992.000,00)	(4.500.000,00)				
Outras Operações			23.408.407,00	-				
Total			267.747.502,00	656.000.644,00				

Fonte: Fonte: Siafi

2.4.3.1 – Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro IX – Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contin-gência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-		
	PLOA		50.000.000,00	51.500.000,00	659.708.248,00	599.500.000,00		
	LOA		56.000.000,00	51.500.000,00	665.331.095,00	660.500.644,00		
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-			
	Especiais	Abertos	-	-	*			
		Reaber-tos	-	-	-			
	Extraordi-nários	Abertos	-	-	-			
		Reaber-tos	-	-	-			
	Créditos Cancelados		(18.308.407,00)	-	(420.992.000,00)	(4.500.000,00)		
Outras Operações			3.000.000,00	-	23.408.407,00			
Total			40.691.593,00	-	267.747.502,00	656.000.644,00		

Fonte: SIAFI

2.4.4 – Execução Orçamentária da Despesa

Neste item está descrita a execução orçamentária da despesa. As informações relativas à despesa por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ – Quadro A.2.8 não se aplica a UJ.

2.4.4.1 – Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.4.1.1 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

O quadro X analisa a Despesa Corrente, detalhando os elementos de despesas que somados representaram um valor liquidado de R\$ 15.704.604,28, correspondendo a um decréscimo de aproximadamente 45% em relação ao exercício de 2010, fato este justificado por não ter ocorrido seleção para contratação de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

Quadro X – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
3 - Outras Despesas Correntes								
39 - Outros Serv. 3º - PJ	803.683	143.730,39	803.683	143.730,39	-	-	-	-
41 - Contribuições	34.255.608	15.560.873,89	34.255.608	15.560.873,89	-	-	30.270.030	927.292,99

Fonte: SIAFI

2.4.4.1.2 – Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

As Despesas de Capital no exercício de 2011 perfizeram um valor liquidado de R\$ 492.355.249,79, correspondendo aproximadamente três vezes o aporte de recursos efetuado no exercício de 2010, fato este justificado pelas contratações da seleção do PAC 2 nas ações 10S6 – Melhoria das Condições de Habitabilidade e 10SJ - Provisão Habitacional de Interesse Social.

Quadro XI - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos								
39 - Outros Serv. 3º - PJ	1.701.942	862.072,51	1.701.942	862.072,51	-	-	-	-
42 - Auxílios	137.965.976	479.996.356,34	137.965.976	479.996.356,34	-	-	20.568.726	58.477.819,02
92 – Despesas de Exerc. Anteriores	760.012,51	11.496.820,94	760.012,51	11.496.820,94	-	-	760.012,51	

Fonte: Siafi

2.5 – Indicadores Institucionais

2.5.1 - Adesão ao SNHIS

Dentre as iniciativas da SNH para o desenvolvimento institucional de estados e municípios estão ações voltadas para a consolidação do SNHIS. Para tanto a SNH faz o monitoramento constante das obrigações decorrentes das Adesões ao SNHIS e do cumprimento por parte dos municípios e estados, por meio de relatórios encaminhados pela Caixa Econômica Federal. As adesões ao SNHIS começaram em 2006 e, em 2011, o percentual de adesão ao SNHIS alcançou 96,9% (5.391 municípios). Ao final do ano, apenas 174 municípios não haviam aderido ao SNHIS.

O ano de 2011 apresentou uma melhora no cumprimento das obrigações decorrentes dos Termos de Adesão ao SNHIS, fruto das iniciativas de desenvolvimento institucional realizadas pela Secretaria Nacional de Habitação. Dos 5.391 municípios que aderiram ao SNHIS, em dezembro de 2.011, 69,1 % encontravam-se em situação REGULAR, uma melhora sensível se comparada à taxa observada em 2010, quando 63,3 % dos municípios que faziam parte do SNHIS haviam então cumprido as citadas obrigações.

Considerando-se os atrasos, pelos municípios, na conclusão de seus planos, mesmo sob a forma simplificada e, considerando ainda que a oferta do Curso à distância (EAD-PLHIS Simplificado), em função de alguns entraves na negociação com a Instituição Ministrante (UFSC), veio a ocorrer somente em novembro de 2011. o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – CGFNHIS decidiu prorrogar o prazo para entrega dos PLHIS. Esta prorrogação foi decidida da seguinte forma: a) Prazo até 30/06/2012 para os municípios que optarem por elaborar seus planos, conforme a modalidade simplificada e b) Prazo até 31/12/2012, para os entes (municípios e estados) que estão elaborando seus planos pela modalidade completa, com recursos próprios ou do FNHIS.

Vale lembrar que a Resolução CGFNHIS nº. 37 determina que os PLHIS devem ser aprovados no âmbito de seus respectivos Conselhos Gestores dos Fundos Locais de Habitação de Interesse Social, ou de outros conselhos de natureza e finalidade análogas, antes de seu envio.

Particularmente em relação aos municípios que estão realizando seus planos sob a forma simplificada (com data limite de 30/06/2012) e os municípios que estão desenvolvendo sob a forma completa, mas que apresentam indicadores de atraso, este Departamento (DICT-SNH) tem planejado e desenvolvido esforços no sentido de apoiá-los à rápida e satisfatória conclusão.

2.5.2 – Promoção de capacitação dos tomadores de recursos

Na linha da capacitação, duas importantes iniciativas foram adotadas:

a. Realização de treinamento para técnicos dos governos estaduais com o objetivo de capacitar estes agentes criando assim uma rede multiplicadora de conhecimento. Estes atuaram orientando os municípios na elaboração de seus respectivos PLHIS Simplificados. O evento aconteceu em Brasília/DF, nos dias 26 e 27 de outubro de 2011 (quarta e quinta-feira), no Auditório do Ministério das Cidades (térreo). Estiveram presentes 70 técnicos de governos estaduais, representantes dos conselhos relacionados à área habitacional nos estados, técnicos do MCidades e da CAIXA.

b. Realização de curso à distância de distância (EAD), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, oferecidos por meio de plataforma moodle, voltados a gestores públicos e agentes sociais que estão diretamente envolvidos com a elaboração dos Planos Locais de habitação de Interesse Social – PLHIS, na modalidade simplificada. O curso foi realizado no período de 14 de novembro a 18 de dezembro de 2011. Participaram do curso 2.681 alunos, sendo que 1.878 foram certificados.

Os resultados alcançados no EAD/PLHIS estão demonstrados na Figura 1 e Tabela XI.

Tabela XI – Distribuição dos alunos por situação

Situação do aluno	Quantidade
Concluintes	1.878
Participantes	205
Leitores	306
Não acessaram	292
Total de Alunos	2.681

Pode ser observado que o índice de conclusão, com participação na avaliação final e certificação esteve dentro do padrão normal aceito (70%), totalizando 1878 alunos. Outros 205 alunos, correspondente a 8%, participaram até o final, mas não se submeteram a avaliação. No entanto, podem também se deduzir que obtiveram as informações necessárias para a elaboração do PLHIS simplificado, que era o objeto do treinamento. Outros 306 alunos, que corresponde a 11 %, acessaram, abriram os conteúdos, tiveram contato com as informações, mas não participaram de nenhuma atividade interativa oferecida pelo sistema, razão porque são considerados apenas leitores. Finalmente, 292 inscritos não chegaram a acessar o sistema, nem buscaram ajuda para efetuar esta operação, o que nos leva a entender que desistiram após ter realizado suas inscrições. Esta desistência de 11% é considerada dentro dos padrões normais verificados em outros cursos.

A distribuição espacial ou territorial dos alunos concluintes mostra que, com exceção do estado do Acre, todos os demais tiveram participantes e em número proporcional aproximadamente compatível com a própria população dos estados à exceção dos estados do Amazonas e Amapá, que apresentaram um número de concluintes abaixo do esperado. Todavia, os estados do Paraná, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins, tiveram uma participação relativamente grande, se considerarmos a relação com a população dos estados. Os resultados do EAD-PLHIS distribuídos no Território estão apresentados na Figura 1.

A não participação do Acre, embora pareça um fato preocupante, tendo em vista a sua posição geográfica relativamente isolada no contexto brasileiro, pode ser entendida como normal, uma vez que, no estado, restam apenas cinco municípios ainda por entregar o PLHIS. Ainda se

pode observar que destes, apenas um município não tem contrato de repasse deste Ministério, ou seja, os demais estão desenvolvendo o Plano sob a modalidade completa. Talvez seja mais preocupante ainda a situação do Amapá, estado também com relativo isolamento espacial, que contou apenas com dois alunos concluintes, enquanto dos dezesseis municípios do Estado, onze necessitam entregar o Plano, dos quais dez estão sem contrato de repasse. Destes municípios sem contrato, nove necessitariam concluir o PLHIS Simplificado e um município sob a modalidade do PLHIS completo.



Figura 1 – Número de alunos concluintes por estado

2.5.3 – Análise da Execução PLHIS/2011 (municípios)

Como não houve edital de chamada e contratação de repasses aos estados e municípios no ano de 2011, dedicou-se mais especificamente ao acompanhamento de suas evoluções. Ao final do ano de 2011, existiam na carteira da SNH 1.705 contratos de PLHIS ativos. Segue tabela com a situação da execução (nº absoluto e em percentual) em 31 de dezembro de 2011 (Tabela XII) e também, para fins de comparação e de análise de evolução, a tabela com a situação em Janeiro de 2011 (Tabela XIII).

Tabela XII – Contratos ativos por situação – dezembro de 2011

Contratos finalizados	Contratos não iniciados	Contratos em execução	Contratos paralisados	Total
480	371	643	211	1.705
28,2%	21,8%	37,7%	12,3%	100%

Fonte: CAIXA/CAIXA EFETIVIDADE (Posição 29/12/2011)

Tabela XIII – Contratos ativos por situação – janeiro de 2011

Contratos finalizados	Contratos não iniciados	Contratos em execução	Contratos paralisados	Total
204	794	608	188	1794
11,3%	44,3%	33,9%	10,5%	100%

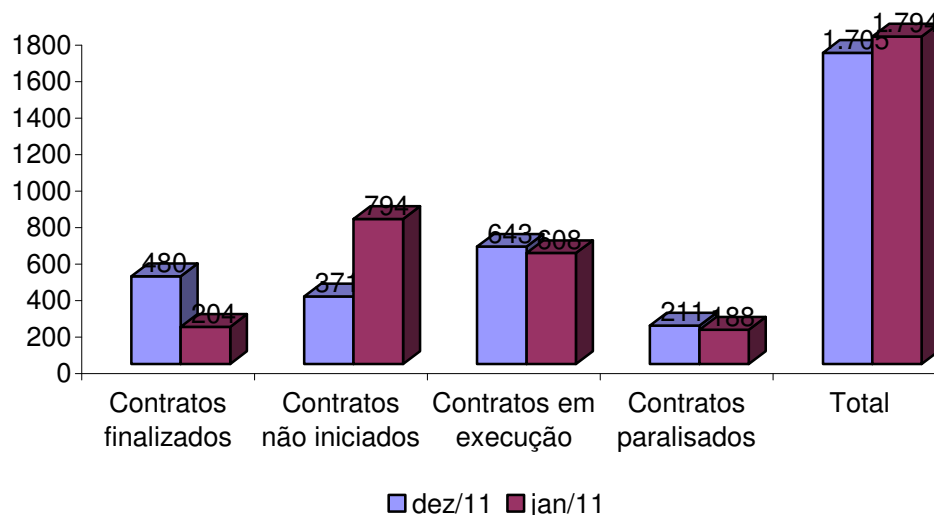
Fonte: CAIXA/CAIXA EFETIVIDADE (Posição 17/01/2011)

Analisando as tabelas apresentadas (Tabelas XII e XIII) pode-se observar a redução no número de contratos ativos. Este fato se deve em virtude da opção dos entes de elaborar seus planos pela metodologia simplificada, cancelando assim seus contratos de repasse, devolvendo aos cofres da união os recursos empenhados para este fim.

Outra constatação que se nota é a melhora no que se refere ao andamento dos contratos. Verifica-se um aumento no número de contratos finalizados, de 204 para 480, um aumento de 135%. Percebe-se também a redução do número de contratos não iniciados, de 794 para 371, uma redução de 53,3%. Podemos ver ainda um aumento do número de contratos em execução, de 608 para 643, uma evolução de 5,8%.

No entanto, pode-se verificar outro fato que requer atenção, que é o aumento do número de contratos paralisados, de 188 para 211, aumento de 12,2%. Este caso requer maior acompanhamento para se apoiar sua conclusão no tempo hábil. Este departamento tem articulado uma série de estratégias para se acompanhar e estimular a sua conclusão ou ainda, que o município opte pela rescisão do contrato de repasse, com a devolução do valor à União e a conseqüente migração para a modalidade do PLHIS simplificado. Entre estes, no entanto, pode haver também um número significativo de municípios que ainda estão negociando seu distrato e sua migração para o modelo simplificado.

A Figura 2 apresenta a situação dos contratos de repasses de apoio à execução dos PLHIS – janeiro de 2011 e dezembro de 2011.



FONTE: DICT/SNH

Figura 2 – Situação dos contratos de repasses de apoio à execução dos PLHIS – janeiro de 2011 e dezembro de 2011

2.5.3.1 Evolução do acesso e cadastramento dos municípios no ambiente digital do PLHIS Simplificado

Diante da opção oferecida aos municípios com população menor que 50000 habitantes ou que não haviam recebido repasse para desenvolver o modelo completo observou-se que a estratégia de se ter buscado realizar um curso a distância EAD específico para o PLHIS Simplificado teve seus efeitos claramente notados. Apesar do formulário eletrônico do PLHIS Simplificado ter sido disponibilizado no site do Ministério das Cidades desde o dia 10 de maio de 2011, os acessos e início de elaboração se intensificaram no período do curso e no período pós-curso.

Foi observado que, até o dia 11 de novembro de 2011, ou seja, até o último dia útil anterior ao início do curso EAD PLHIS Simplificado, 378 municípios haviam iniciado a sua elaboração, desde a data da disponibilização do formulário. Ao final do curso, que ocorreu em 18 de dezembro, este número literalmente dobrou, passando para 756 municípios. E, finalmente, na manhã de 02 de Janeiro de 2012, o número de municípios que havia iniciado a elaboração do Plano no ambiente eletrônico subiu para 805. A Figura 3 apresenta a evolução dos municípios que iniciaram o processo de elaboração do PLHIS Simplificado, no ambiente digital, nos períodos anterior, durante e nos primeiros dias após a oferta do curso EAD.

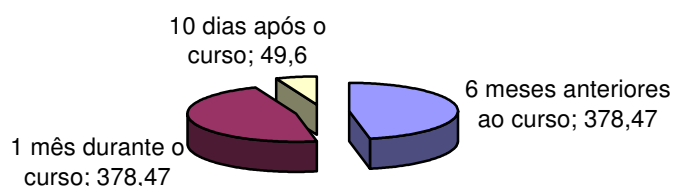


Figura 3 – Evolução dos municípios que iniciaram o processo de elaboração do PLHIS Simplificado, no ambiente digital, nos períodos anterior, durante e nos primeiros dias após a oferta do curso EAD

Estes números citados mostram indicadores favoráveis, uma vez que, nos seis meses em que a plataforma ficou disponibilizada o número foi praticamente igual em relação aos que iniciaram o desenvolvimento durante o período do curso, que foi de apenas um mês. Este resultado mostra um incremento de 500 % na média diária ou mensal de acessos.

Considerando-se os poucos dias úteis (10 dias úteis) entre o fim do curso, dia 19 de dezembro de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2012, o número de municípios que acessaram chegou ao número de 805 municípios, ou seja, um incremento de mais 49 municípios. Apesar de que este índice tenha sido um pouco menor que o desenvolvido durante o período do curso, não resta dúvida de que o resultado foi positivo, dado o período em que este ocorreu (festas de final de ano).

Portanto, espera-se que, ao longo deste primeiro semestre de 2012, com os esforços que este departamento vem desenvolvendo, possa se chegar à totalidade dos municípios brasileiros com Plano Local de Habitação de Interesse Social.

2.5.3.2 Análise da execução PEHIS/2011 (estados)

Conforme o disposto na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, ao assinarem o Termo de Adesão ao SNHIS os estados e o Distrito Federal também se comprometem a elaborar e apresentar seus Planos Estaduais de Habitação de Interesse Social (PEHIS).

Atualmente, apenas os estados de Rondônia e Espírito Santo não possuem contrato de repasse para a elaboração de seus respectivos Planos Estaduais de Habitação de Interesse Social, sendo, o primeiro por não ter pleiteado recursos do FNHIS e o segundo por ter cancelado o contrato firmado no ano de 2008.

A Tabela XIV apresenta a situação, em dezembro de 2011, da execução dos contratos, além de valores de repasse, contrapartida e contratação dos PEHIS nas respectivas Unidades da Federação.

Tabela XIV – Situação dos Planos Estaduais de Habitação de Interesse Social

UF	Repasse R\$	Contrapartida R\$	% Realizado	Situação do contrato
AC	224.957,38	24.569,45	100,0	CONCLUIDA
AL	249.954,35	24.585,00	100,0	CONCLUIDA
AM	249.954,35	27.316,67	100,0	CONCLUIDA
AP	249.954,35	24.585,00	100,0	CONCLUIDA
BA	249.954,35	489.150,00	18,8	NORMAL
CE	249.954,35	500.000,00	88,0	NORMAL
DF	249.954,35	50.000,00	0,0	NAO INICIADA
GO	846.777,98	185.740,00	70,3	NORMAL
MA	1.635.580,40	20.000,00	90,0	ATRASADA
MG	2.538.352,85	307.312,50	98,0	NORMAL
MS	249.954,35	54.150,00	80,1	ATRASADA
MT	249.954,35	54.607,04	70,1	NORMAL
PA	947.544,35	194.430,27	99,3	NORMAL
PB	249.954,35	29.150,00	20,0	ATRASADA
PE	248.356,18	554.975,44	100,0	CONCLUIDA
PI	249.954,35	27.043,50	100,0	CONCLUIDA
PR	249.954,35	61.462,50	34,0	ATRASADA
RJ	249.954,35	858.150,00	15,0	NORMAL
RN	249.954,35	354.150,00	0,0	NAO INICIADA
RR	249.954,35	27.316,67	100,0	CONCLUIDA
RS	249.954,35	92.050,00	45,0	NORMAL
SC	249.154,45	67.200,00	59,4	NORMAL
SE	249.448,85	27.350,00	0,0	NAO INICIADA
SP	249.954,35	754.150,00	29,0	ATRASADA
TO	249.954,35	24.585,00	17,8	PARALISADA

Fonte: CAIXA/ CAIXA EFETIVIDADE (Posição: 29/12/2011)

No âmbito dos contratos de repasse para elaboração dos planos estaduais, cinco estados – Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Pará e Sergipe – firmaram, em 2008, um aditivo de valor com o objeto de promover uma ação de capacitação e apoio à elaboração dos PLHIS em municípios selecionados pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania.

Esta modalidade foi desenvolvida com recursos do FNHIS, no âmbito da ação de Apoio à Elaboração ou Revisão de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS). A ação prevê que os municípios participantes elaborem seus PLHIS a partir das atividades previstas em Plano de Capacitação desenvolvido e implementado pelo governo estadual.

Ainda em relação aos PEHIS, esta Secretaria Nacional de Habitação, por meio do Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica, vem desenvolvendo esforços no sentido de apoiar também os estados, para o atendimento dos prazos de execução de seus Planos Estaduais de Habitação Social. Entre estes esforços, além dos contatos com as Secretarias Estaduais de Habitação e seus departamentos responsáveis sobre a execução do Plano, tem-se realizado também alguns seminários e oficinas com técnicos estaduais. Nos dias 26 e 27 de outubro de 2011, por exemplo, foi

realizada uma reunião com os técnicos das Secretarias de Habitação estaduais, com esta finalidade específica.

Além disso, o monitoramento da evolução do desenvolvimento institucional e das capacidades administrativas dos entes federados tem sido acompanhado e foi também inserido dentro de um sistema de Monitoramento e Avaliação desenvolvido no âmbito da SNH. Este Sistema de Monitoramento que inclui o monitoramento da produção habitacional de interesse social e da urbanização de assentamentos precários, também inclui o acompanhamento do desenvolvimento institucional e, neste período, centraliza ações no monitoramento da situação dos entes federados junto ao SNHIS.

ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

4.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro XII – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	352,21	-	-	352,21
2009	110.145,27	-	-	110.145,27
2008	2.865.122,40	-	1.433.612,93	1.431.509,47
2007	2.329.084,97	-	1.272.516,25	1.056.568,72
Total R\$	5.304.704,85	-	2.706.129,18	2.598.575,67
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	154.097.861,03	(8.422.565,18)	36.443.045,07	109.232.250,78
2009	710.701.301,23	(71.532.892,70)	131.714.393,79	507.454.014,74
2008	265.934.261,49	(19.371.871,60)	57.339.900,33	189.222.489,56
2007	65.875.677,19	(10.933.293,70)	14.929.343,71	40.013.039,78
Total R\$	1.196.609.100,94	(110.260.623,18)	240.426.682,90	845.921.794,86
Observações: Montante total de Restos a pagar processados e não processados: R\$ 1.201.913.805,79; Saldo a pagar em 31/12/2011 de restos a pagar processados e não processados: R\$ 848.520.370,53.				

Fonte SIAFI

4.2 – Análise Crítica

A Secretaria Nacional de Habitação buscou executar a Despesa Extra-Orçamentária no exercício de 2011, mais especificamente os Restos a Pagar (RP), obedecendo a dois critérios específicos, sendo o primeiro a data de emissão das notas de empenho e o segundo, a situação do empenho quanto à sua liquidação e o respectivo atesto por parte dos departamentos responsáveis pela efetiva liberação pagamento.

No exercício de 2011 foram inscritos os Restos a Pagar decorrentes do exercício de 2010 e reinscritos os de exercícios anteriores. Somando-se os RP's processados inscritos e reinscritos o montante final registrado foi de R\$ 5.304.704,85. Já os não processados acumularam um valor de 1.196.609.100,94.

O pagamento total (considerando os rp's processados e não processados) realizado até o final do período correspondeu a R\$ 243.132.812,08, representando 20,23% do montante inicial.

A existência de Restos a Pagar originários do período de 2007 a 2009 é justificada por dois aspectos, sendo o primeiro caracterizado pelo vulto dos contratos firmados, que correspondem a grandes empreendimentos os quais a execução se estendeu por mais de um exercício financeiro, por outro lado, outro fator que prejudicou o processo de quitação dos RP's está ligado à baixa execução das obras por parte dos estados e municípios e também pela a grande quantidade de contratos celebrados em todo país.

Embora o saldo total (RP's processados e não processados) a pagar de R\$ 848.520.370,53 corresponda a 70,60% do montante total inicial inscrito, a perspectiva de que no curto prazo este valor possa ser quitado é alta, considerando-se que tais contratos atualmente se encontram em andamento e que os recursos necessários ao pagamento foram reservados no exercício de competência como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

ITEM 6 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Esse item trata da informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

6.1 – Instrumentos de transferências vigentes no exercício

Os itens 6.1.1 – relação de instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011; 6.1.2 – quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios; 6.1.3 – informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes consta do relatório da Caixa Econômica Federal, UG 560018.

6.2 – Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

As informações correspondentes estão apresentadas no Relatório de Gestão da Caixa Econômica Federal – CAIXA, mandatária da União, documento anexado ao presente Relatório de Gestão do FNHIS, Unidade Gestora 560018.

No que se refere ao ITEM 1, DA PARTE B, deste relatório, apresentamos o seguinte esclarecimento:

A Secretaria Nacional de Habitação tem buscado tempestivamente atender às solicitações da Coordenadoria de Contabilidade do Ministério das Cidades, no sentido de buscar junto à Caixa Econômica Federal a regularização das inconsistências apontadas ao longo do exercício financeiro de 2011.

6.3 – Análise Crítica

Tendo em vista a administração direta da CEF sob a Unidade Gestora 560018, apresentando inclusive Rol de Responsáveis e Contador Responsável próprios, informa-se que os procedimentos de competência desta Secretaria estão sendo adotados e que as providências necessárias à regularização das inconsistências apontadas estão a cargo da Mandatária da União.

As principais dificuldades encontradas na gestão dos contratos e convênios sob gestão da SNH foram descritas no relatório de gestão consolidado. Destacam-se a insuficiência da força de trabalho para o adequado monitoramento dos contratos; precariedade das informações prestadas pela CAIXA e dos mecanismos de controle para aferi-las; falta de governabilidade da SNH no que diz respeito ao baixo desempenho dos tomadores na execução dos contratos.

A SNH tem buscado superar as dificuldades que se encontram sob sua governabilidade contínua investindo na qualificação de seus profissionais; aperfeiçoando o monitoramento dos contratos e o aprimoramento dos sistemas de informação; implementação de critérios para seleção de propostas e procedimentos mais rigorosos para aceitação de projetos; atualização, revisão e elaboração de normativos (os quais podem ser consultados no seguinte endereço eletrônico: <http://www.cidades.gov.br>).

ITEM 7 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

As informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 está apresentada no Anexo VIII.

ITEM 15 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno.

Os Quadros contendo informações referentes ao Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (Quadro A.15.1 do Anexo à Portaria TCU 123/2011) e Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício (Quadro A.15.2 do Anexo à Portaria TCU 123/2011) não se aplicam, pois não foram identificadas deliberações do TCU relativas ao FNHIS.

Quadro XIII – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.2.1	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
01. Altere os Manuais de Contratação passando a exigir na seleção/contratação apresentação de projeto básico, licenciamento ambiental e titularidade da área de intervenção.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
A SNH esclareceu ao órgão de controle interno que, desde 2010, os manuais do Ministério das Cidades já contemplam as alterações recomendadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
As providências adotadas foram acatadas pela Controladoria-Geral da União, conforme ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
As alterações nos manuais demandam trabalho de equipe, com integrantes dos vários setores envolvidos; trata-se de tarefa que foge à rotina de trabalho desses setores, de modo que demanda tempo nem sempre disponível a todos, o que dificulta a análise, proposição e deliberação quanto à sua implementação; por outro lado, os problemas detectados no decorrer dos trabalhos de rotina dos setores envolvidos facilitam a compreensão das alterações que se mostram necessárias.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.2.1	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
02. Estipule valores mínimos do contrato de repasse para cada ação orçamentária, de modo a garantir sua viabilidade de execução.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Em 28/11/2011 foi publicada a Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011, que, em seu Art. 10 proibiu a celebração de convênios com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou, no caso de execução de obras e serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia, nos quais o valor da transferência da União seja inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).			
Síntese dos resultados obtidos			
A CGU considerou implementada a recomendação, com a publicação da referida portaria interministerial, conforme ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A estipulação de valores mínimos do contrato de repasse para cada ação orçamentária, de modo a garantir sua viabilidade de execução, é medida cuja implementação extrapola a alçada da Secretaria Nacional de Habitação e até mesmo do Ministério das Cidades, ficando na dependência de ação conjunta com outras unidades administrativas do governo federal. A instituição do Grupo de Trabalho que elaborou a Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011, veio a contornar a mencionada dificuldade e suprir a necessidade de implementação da providência recomendada.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.2.1	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
03. A contratação do repasse deve ser precedida da comprovação de capacidade técnico-administrativa do proponente para a execução do objeto a ser contratado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
A SNH informou à CGU que, de maneira geral os proponentes que mais necessitam dos recursos financeiros, em decorrência de suas pequenas arrecadações tributárias próprias, são exatamente aqueles que menos dispõem de recursos técnico-administrativos, em razão do que considerou inexecutável e temerária a implementação da recomendação em apreço. Informou ainda que, no preenchimento dos dados da proposta no SICONV, o proponente declara ter capacidade para sua execução. Posteriormente, a CGU verificou e informou que, nos termos do Art. 19 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011, “O proponente credenciado manifestará seu interesse em celebrar instrumentos regulados por esta Portaria mediante apresentação de proposta de trabalho no SICONV, em conformidade com o programa e com as diretrizes disponíveis no sistema, que conterá, no mínimo (...) V - informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto”.			
Síntese dos resultados obtidos			
A CGU considerou atendida a recomendação, conforme ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A adoção da recomendação, nos termos recomendados pelo órgão de controle interno, dificultaria o repasse de recursos públicos, em especial, aos municípios de pequeno e médio porte; a adoção dos critérios por meio dos quais viria a ser aferida comprovação de capacidade técnico-administrativa do proponente se revestiria de enorme dificuldade, tendo em vista a grande diversidade e disparidade existente na organização técnico-administrativa dos municípios brasileiros; por outro lado, far-se-ia necessária a implantação e/ou designação de uma unidade administrativa devidamente especializada e estruturada, com competência legal e técnica para atestar a aludida capacidade técnico-administrativa do proponente.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.2.1	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
04. Monitoramento dos contratos de modo a evitar sua caducidade por expiração de vigência ou por cancelamento de RAP.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Todos os contratos já são monitorados não apenas com o objetivo de evitar sua caducidade, mas, principalmente, visando à consecução de seus respectivos objetos. A SNH providenciou o cancelamento dos contratos assinados até o exercício de 2009, com exceção daqueles cujas obras já se encontravam iniciadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
De um total de 511 contratos ativos em janeiro de 2011, 46 foram concluídos, 203 tiveram suas obras iniciadas e 94 foram cancelados no decorrer do exercício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A eficácia do monitoramento dos contratos é função direta da estruturação e qualificação da equipe incumbida de fazê-lo, bem como da implementação de instrumentos de trabalho eficientes e eficazes; buscando atingir este objetivo, a SNH vem, gradativamente, se estruturando e, ao mesmo tempo, melhorando o monitoramento; a contratação de Analistas e Especialistas em Infraestrutura, a implementação de sistemas de informação – como o SACI - e o treinamento da equipe se destacam dentre os fatores que estão possibilitando à Secretaria dar um salto de qualidade nesta área.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.2.1	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
05. Promover ações de modo a conseguir a liberação de recursos do Tesouro Nacional tão logo a CAIXA o solicite.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
O objeto da recomendação foge à governabilidade da SNH, pois decorre de contingenciamento de recursos por parte da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. A SNH, reiteradamente, esclareceu o fato à CGU, cientificando-a, também, de que ações neste sentido já são promovidas pela Secretaria Executiva do Ministério das Cidades por sua Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração junto àquela unidade administrativa. A CGU informou que está revendo o seu posicionamento acerca da Recomendação, tendo em vista que a mesma dificuldade também foi verificada nas demais Secretarias Finalísticas do Ministério.			
Síntese dos resultados obtidos			
A Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011, estabeleceu critérios para a implementação de contratos em “procedimento simplificado de acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia de pequeno valor” (até R\$ 750.000,00) onde a autorização de início de obra somente poderá ocorrer mediante a liberação de 50% dos recursos em conta vinculada e parcelas posteriores de 30% e 20%, respectivamente, o que veio ao encontro da recomendação em comento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Conforme assinalado acima, a liberação de recursos do Tesouro Nacional extrapola o âmbito de ação da SNH e até mesmo do Ministério das Cidades que, no entanto, tem envidado esforços, por meio de sua Secretaria Executiva, para a agilização e concretização das ações recomendadas.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.2.2	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
01. Altere os Manuais de Contratação passando a exigir na seleção/contratação apresentação de projeto básico, licenciamento ambiental e titularidade da área de intervenção.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
A SNH esclareceu ao órgão de controle interno que, desde 2010, os manuais do Ministério das Cidades já contemplam as alterações recomendadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
As providências adotadas foram acatadas pela CGU, conforme ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
As alterações nos manuais demandam trabalho de equipe, com integrantes dos vários setores envolvidos; trata-se de tarefa que foge à rotina de trabalho desses setores, de modo que demanda tempo nem sempre disponível a todos, o que dificulta a análise, proposição e deliberação quanto à sua implementação; por outro lado, os problemas detectados no decorrer dos trabalhos de rotina dos setores envolvidos facilitam a compreensão das alterações que se mostram necessárias.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.2.2	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
02. Estipule valores mínimos do contrato de repasse para cada ação orçamentária, de modo a garantir sua viabilidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Em 28/11/2011 foi publicada a Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011, que, em seu Art. 10 proibiu a celebração de convênios com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou, no caso de execução de obras e serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia, nos quais o valor da transferência da União seja inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).			
Síntese dos resultados obtidos			
A CGU considerou implementada a recomendação, com a publicação da referida portaria interministerial, conforme ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011, embora entenda que a ampliação ainda não solucionará de maneira completa o problema relativo à governabilidade das pequenas obras.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A estipulação de valores mínimos do contrato de repasse para cada ação orçamentária, de modo a garantir sua viabilidade de execução, é medida cuja implementação extrapola a alçada da Secretaria Nacional de Habitação e até mesmo do Ministério das Cidades, ficando na dependência de ação conjunta com outras unidades administrativas do governo federal. A instituição do Grupo de Trabalho que elaborou a Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011, veio a contornar a mencionada dificuldade e suprir a necessidade de implementação da providência recomendada.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.2.2	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
03. A contratação do repasse deve ser precedida da comprovação de capacidade técnico-administrativa do proponente para a execução do objeto a ser contratado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
A SNH informou à CGU que, de maneira geral os proponentes que mais necessitam dos recursos financeiros, em decorrência de suas pequenas arrecadações tributárias próprias, são exatamente aqueles que menos dispõem de recursos técnico-administrativos, em razão do que considerou inexecutável e temerária a implementação da recomendação em apreço. Informou ainda que, no preenchimento dos dados da proposta no SICONV, o proponente declara ter capacidade para sua execução. Posteriormente, a CGU verificou e informou que, nos termos do Art. 19 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011, “O proponente credenciado manifestará seu interesse em celebrar instrumentos regulados por esta Portaria mediante apresentação de proposta de trabalho no SICONV, em conformidade com o programa e com as diretrizes disponíveis no sistema, que conterá, no mínimo (...) V - informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto”.			
Síntese dos resultados obtidos			
A Controladoria-Geral da União considerou atendida a recomendação, conforme ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A adoção da recomendação, nos termos recomendados pelo órgão de controle interno, dificultaria o repasse de recursos públicos, em especial, aos municípios de pequeno e médio porte; a adoção dos critérios por meio dos quais viria a ser aferida comprovação de capacidade técnico-administrativa do proponente se revestiria de enorme dificuldade, tendo em vista a grande diversidade e disparidade existente na organização técnico-administrativa dos municípios brasileiros; por outro lado, far-se-ia necessária a implantação e/ou designação de uma unidade administrativa devidamente especializada e estruturada, com competência legal e técnica para atestar a aludida capacidade técnico-administrativa do proponente.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.2.2	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
04. Monitoramento dos contratos de modo a evitar sua caducidade por expiração de vigência ou por cancelamento de RAP.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Todos os contratos já são monitorados não apenas com o objetivo de evitar sua caducidade, mas, principalmente, visando à consecução de seus respectivos objetos. A SNH providenciou o cancelamento dos contratos assinados até o exercício de 2009, com exceção daqueles cujas obras já se encontravam iniciadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
As providências adotadas foram acatadas pela Controladoria-Geral da União, conforme ata da reunião de revisão do Plano de Providências Permanente, realizada em 05/12/2011. As bases de dados da SNH indicam que, de um total de 511 contratos ativos em janeiro de 2011, 46 foram concluídos, 203 tiveram suas obras iniciadas e 94 foram cancelados no decorrer do referido exercício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A eficácia do monitoramento dos contratos é função direta da estruturação e qualificação da equipe incumbida de fazê-lo, bem como da implementação de instrumentos de trabalho eficientes e eficazes; buscando atingir este objetivo, a SNH vem, gradativamente, se estruturando e, ao mesmo tempo, melhorando o monitoramento; a contratação de Analistas e Especialistas em Infraestrutura, a implementação de sistemas de informação – como o SACI - e o treinamento da equipe se destacam dentre os fatores que estão possibilitando à Secretaria dar um salto de qualidade nesta área.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.2.2	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
05. Promover ações de modo a conseguir a liberação de recursos do Tesouro Nacional tão logo a CAIXA o solicite.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
O objeto da recomendação foge à governabilidade da SNH, pois decorre de contingenciamento de recursos por parte da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. A SNH, reiteradamente, esclareceu o fato à CGU, dando-lhe, também, ciência de que ações neste sentido já são promovidas pela Secretaria Executiva do Ministério das Cidades por sua Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração junto àquela unidade administrativa. A CGU informou que está revendo o seu posicionamento acerca da Recomendação, tendo em vista que a mesma dificuldade também foi verificada nas demais Secretarias Finalísticas do Ministério.			
Síntese dos resultados obtidos			
A Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011, estabeleceu critérios para a implementação de contratos em “procedimento simplificado de acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia de pequeno valor” (até R\$ 750.000,00) onde a autorização de início de obra somente poderá ocorrer mediante a liberação de 50% dos recursos em conta vinculada e parcelas posteriores de 30% e 20%, respectivamente, o que veio ao encontro da recomendação em comento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Conforme assinalado acima, a liberação de recursos do Tesouro Nacional extrapola o âmbito de ação da SNH e até mesmo do Ministério das Cidades que, no entanto, tem envidado esforços, por meio de sua Secretaria Executiva, para a agilização e concretização das ações recomendadas.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.2.3	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
Reveja a atuação da SNH, adotando procedimentos mais eficazes de forma a obter, na ação de governo, resultados efetivos mais próximos da meta.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Sobre o cumprimento ou não de metas, cumpre esclarecer que na elaboração do PPA 2008/2011, as metas anuais foram estabelecidas com base na perspectiva de benefício de famílias com a contratação dos investimentos e não com a sua conclusão que é quando se dá o efetivo atendimento. No entanto, seguindo orientação da SPI/MP, o número de famílias beneficiadas, para efeitos de preenchimento do campo de realização físico/financeiro do SIGPLAN, passou a ser calculado com base na execução financeira anual, tornando dados de previsão e execução incomparáveis. Sobre esse aspecto, há que se considerar que, a partir de 2007, tanto os valores de execução orçamentária como financeira não refletem mais o conjunto de contratos firmados no exercício, uma vez que estes passaram a ter empenhos plurianuais e as liberações de recursos referem-se tanto à liquidação de empenhos emitidos no exercício como de valores inscritos em restos a pagar. Além disso, conforme já esclarecido à CGU, os resultados efetivos dos programas habitacionais sob gestão do Ministério das Cidades demandam prazos superiores a um ano para se concretizarem. Portanto, o efetivo benefício, calculado a partir da contratação em um determinado exercício, por conta dessa peculiaridade, nunca é alcançado no mesmo exercício, mas em exercícios posteriores; a mesma distorção ocorre se o efetivo benefício for calculado a partir da liberação de recursos, pois esta se refere a etapas de obras contratadas em exercícios anteriores, que não necessariamente se concluem e geram o efetivo benefício naquele ano. Este fato é ainda mais agravado pelo fato das contratações ocorrerem sempre ao final de cada exercício, fazendo com que os empenhos realizados em decorrência das referidas contratações apresentem efetividade nula em relação ao indicador “Número de Famílias Beneficiadas”, uma vez que, quando do empenho (realizado no aludido exercício de contratação) ainda não beneficiou qualquer família. O resultado do referido empenho (e da meta estabelecida a que está vinculado) só será efetivamente realizado cerca de dois a quatro anos depois, com a entrega das unidades habitacionais ou da conclusão das obras de melhoria das condições de habitabilidade das famílias beneficiadas. Por outro lado, as unidades habitacionais do programa entregues num determinado exercício (2011, por exemplo), se relacionam com as metas e empenhos também previstos e realizados em exercícios anteriores e não apenas no exercício de sua conclusão. Para uma efetiva aferição do cumprimento das metas seria necessário, portanto, primeiro, estimar as metas do PPA com base na conclusão de obras por exercício e não na contratação, e, segundo, na fase de execução apurar somente as famílias beneficiadas com a conclusão das obras. Embora mais precisa em relação ao efetivo benefício, o inconveniente dessa metodologia é não associar execução orçamentária/financeira com execução física. Uma alternativa seria o acompanhamento do aporte de recursos previstos e efetivamente aplicados não apenas ao longo de um único exercício, mas de todos os exercícios que foram necessários à sua realização, desde a contratação até a entrega do objeto aos beneficiários.			
Síntese dos resultados obtidos			
Embora tenham sido adotados procedimentos mais eficazes de forma a obter, na ação de governo, resultados efetivos mais próximos da meta, com significativa melhoria destes, o método de comparação utilizado com base nos dados constantes dos sistemas de gestão governamental não permite uma correta leitura do efetivo desempenho da ação de			

governo sob apreço.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A comparação dos dados constantes dos sistemas de gestão governamental utilizados para a aferição do cumprimento das metas se revela como não adequada a esta finalidade, em razão de serem incomparáveis entre si; enquanto as metas anuais do PPA 2008/2011 foram estabelecidas com foco no número de famílias beneficiadas, em função do montante das contratações de investimentos anuais realizadas, o número destas, quando do preenchimento do campo de realização físico/financeiro do SIGPLAN, passou a ser calculado em função das execuções financeiras anuais; acresce ainda que o efetivo benefício das famílias, indicador do cumprimento da meta, em sua quase totalidade só vem a se concretizar em exercício completamente distinto daquele em que se deu a contratação dos investimentos específicos e necessários à sua realização, o que gera distorção no resultado da comparação.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.2.4	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
Reveja a atuação da SNH, adotando procedimentos mais eficazes de forma a obter, na ação de governo, resultados efetivos mais próximos da meta.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Vide resposta ao item imediatamente anterior, que também se aplica ao presente.			
Síntese dos resultados obtidos			
Embora tenham sido adotados procedimentos mais eficazes de forma a obter, na ação de governo, resultados efetivos mais próximos da meta, com significativa melhoria destes, o método de comparação dos dados atualmente sistematizados pelos sistemas de informação governamentais não permitem uma correta leitura do efetivo desempenho da ação de governo sob apreço.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A comparação dos dados constantes dos sistemas de gestão governamental utilizados para a aferição do cumprimento das metas se revela como não adequada a esta finalidade, em razão de serem incomparáveis entre si; enquanto as metas anuais do PPA 2008/2011 foram estabelecidas com foco no número de famílias beneficiadas, em função do montante das contratações de investimentos anuais realizadas, o número destas, quando do preenchimento do campo de realização físico/financeiro do SIGPLAN, passou a ser calculado em função das execuções financeiras anuais; acresce ainda que o efetivo benefício das famílias, indicador do cumprimento da meta, em sua quase totalidade só vem a se concretizar em exercício completamente distinto daquele em que se deu a contratação dos investimentos específicos e necessários à sua realização, o que gera distorção no resultado da comparação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.3.2	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
Sugerimos o estrito cumprimento das recomendações já feitas no Relatório nº 244100 (Contas do Exercício 2009). (Referente à Constatação 4 – Fragilidades na supervisão da execução dos contratos de repasse do Programa 9991, levando a grande número de contratos cujas obras apresentam problemas). As recomendações constantes do referido relatório foram: 1. Criação de uma força-tarefa com servidores experientes com a missão de num prazo razoável, por exemplo 90/120 dias, promover ações de gestão sobre as obras paralisadas e as não iniciadas de exercícios anteriores (2005 a 2008); 2. No caso das obras paralisadas, verificar as que estão nesta situação por contingenciamento de recursos. Promover realocação dos recursos financeiros para a conclusão destas obras; 3. As que estão paralisadas por culpa do conveniente, intimar a Prefeitura, dando-lhe um prazo para a retomada/conclusão da obra. O não atendimento implicará na imediata rescisão do contrato de repasse e instauração de Tomada de Contas Especial - TCE; 4. No caso das obras não iniciadas de anos anteriores a 2009, alocar recursos e intimar a prefeitura, dando um prazo razoável para o início da obra. O não atendimento deverá acarretar a rescisão do contrato de repasse.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Em atendimento às recomendações sob apreço, foram adotadas as seguintes providências: 1. Foi constituído Grupo de Trabalho para melhor acompanhamento e monitoramento de todos os contratos não-PAC; 2. Conforme esclarecido no item 10, o objeto da recomendação foge à governabilidade da SNH, pois decorre de contingenciamento de recursos por parte da Secretaria do Tesouro Nacional – STN; a SNH, reiteradamente, esclareceu o fato à CGU, dando-lhe, também, ciência de que ações neste sentido já são promovidas pela Secretaria Executiva do Ministério das Cidades por sua Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração junto àquela unidade administrativa; por outro lado, o próprio OCI informou estar revendo seu posicionamento acerca deste assunto; 3. e 4. Referidas providências fazem parte da rotina de acompanhamento e monitoramento de todos os contratos, resultando, inclusive, no cancelamento de diversas operações.			
Síntese dos resultados obtidos			
De um total de 511 contratos não PAC ativos em janeiro de 2011, 46 foram concluídos, 203 tiveram suas obras iniciadas e 94 foram cancelados no decorrer do exercício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A falta de pessoal para o adequado monitoramento dos contratos, a precariedade das informações prestadas pela CAIXA e dos mecanismos de controle para aferi-las, a falta de governabilidade da SNH no que diz respeito à liberação de recursos financeiros e o baixo desempenho dos tomadores na execução dos contratos, foram as principais dificuldades encontradas para a adoção das providências recomendadas; as condições detectadas pela CGU, constantes do relatório em referência e que se encontram sob governabilidade da SNH vem sendo contínua e gradativamente eliminadas, com a contratação de profissionais qualificados para monitoramento dos contratos e a implantação de sistemas de informação mais aperfeiçoados.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.3.3	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
Sugerimos o estrito cumprimento das recomendações já feitas no Relatório nº 244100 (Contas do Exercício 2009). (Refere-se à Constatação 5 – Firmados novos contratos de repasse em valor superior a R\$ 7,8 milhões com 4 municípios que tinham obras paralisadas).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Cumpra esclarecer que os contratos apontados pela CGU como tendo sido firmados com “4 municípios que tinham obras paralisadas”, não foram firmados com os municípios, mas com entidades sem fins lucrativos neles sediadas, conforme relação a seguir: 1. O Contrato de Repasse nº 0287027-60 foi firmado com a Associação Estadual das Comunidades Quilombolas, de Assunção do Piauí/PI, e atualmente se encontra na condição de distratado; 2. O Contrato de Repasse nº 0287034-52 foi celebrado com a Associação de Apoio aos Sem Teto do Estado de Pernambuco, de Caruaru/PE; 3. O Contrato de Repasse nº 0286819-20 foi firmado com o Instituto de Apoio e Proteção à Pesquisa, Educação e Cultura, de Rochedo/MS e 4. O Contrato de Repasse nº 0286787-45 foi celebrado com a Associação das Mulheres Organizadas de Teresina, de Teresina/PI.			
Síntese dos resultados obtidos			
Em face do acima exposto, resta prejudicada a constatação e, conseqüentemente, a recomendação do OCI.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Os contratos apontados pela CGU não foram firmados com os municípios, mas com entidades sem fins lucrativos neles sediadas.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108953	1.1.3.4	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a Unidade apresente manifestação definitiva e justificada sobre a possibilidade de implementação ou não das recomendações formuladas no relatório nº 224303, relativo a Auditoria Anual de Contas do exercício 2008. (Refere-se à Constatação 6 – Recomendações da Auditoria do Exercício 2008 pendentes de implementação ou de manifestação sobre a impossibilidade de adoção das medidas recomendadas, conforme segue: 1. Recomendamos que o Ministério estude novos critérios de seleção de propostas, bem como a reformulação das ações em consonância com a real capacidade dos agentes envolvidos absorverem a qualificação técnica e os conhecimentos necessários para que os projetos possam ser executados de forma efetiva, pois o histórico de obras e serviços concluídos ao longo dos 3 últimos anos não tem demonstrado evolução nesse sentido; 2. Recomendamos que sejam estabelecidos procedimentos mais rigorosos quanto a aceitação dos projetos para o início de execução das obras, estabelecendo-se formas mais efetivas de acompanhamento técnico nas fases iniciais da elaboração das propostas; 3. Recomendamos que sejam estabelecidas metas gerenciais concretas quanto ao que se pretende atingir, em que quantidade, quando e de que forma os recursos do FNHIS deverão ser aplicados para que isso ocorra; e 4. Recomendamos que o Ministério das Cidades explicita no Relatório de Gestão o montante das propostas selecionados por emendas parlamentares e das selecionadas por recursos disponíveis para seleção pública a fim de que seja publicizada corretamente a atuação do MCidades quanto à fiel observância das diretrizes do FNHIS).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Habitação			74011
Síntese da providência adotada			
Foram implementadas todas as medidas ao alcance da SNH, tais como: 1 e 2. Melhoria contínua do processo de gestão, como o estabelecimento de novos critérios para seleção de propostas e procedimentos mais rigorosos para aceitação de projetos nos manuais do Ministério das Cidades, que vêm sendo atualizados constantemente, de modo a reduzir ao máximo os problemas constatados nas auditorias; as recomendações foram levadas em consideração na elaboração dos normativos mais recentes e atualmente vigentes, que podem ser consultados no seguinte endereço eletrônico: http://www.cidades.gov.br. 3. Vide “Síntese da providência adotada” relativa ao item 11 retro. 4. Segue uma síntese das contratações efetuadas no exercício 2011 (contratos ativos) no âmbito do FNHIS, que tiveram as seguintes origens e valores de repasses: 1. Operações PAC (Seleção Pública): 254 contratos, com valor de repasse total R\$ 510.756.481,19; 2. Emendas Parlamentares: 15 contratos, com valor de repasse total R\$ 6.803.100,00.			
Síntese dos resultados obtidos			
Os quadros abaixo demonstram a situação dos contratos do FNHIS ativos no início e ao final do exercício de 2011, bem como os resultados obtidos em decorrência das ações empreendidas.			

Contratos FNHIS PAC		
Situação da obra	Jan/2011	Jan/2012
Adiantada	4	5
Atrasada	438	545
Concluída	345	795
Não iniciada	1.697	743
Em andamento normal	638	708
Iniciada sem medição	177	120
Paralisada	420	418
Cancelada/Distratada	0	385
Total	3.719	3.719
Operações contratadas em 2011(*)		254
(*) não iniciadas.		

Contratos FNHIS não-PAC		
Situação da obra	Jan/2011	jan/2012
Atrasada	101	113
Concluída	0	46
Não iniciada	245	42
Em andamento normal	114	153
Iniciada sem medição	1	0
Paralisada	50	63
Cancelada/Distratada	0	94
Total	511	511
Operações contratadas em 2011(*)		15

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Quanto às operações contratadas em 2011, vide as considerações feitas em “Síntese da Providência adotada” do item 11 deste quadro.

Quadro XIV – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa			Código SIORG
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS			560015
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria de Gestão nº 201108914	1.2.5.5	Solicitação de Auditoria nº 201108914/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério das Cidades			42672
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao Ministério das Cidades que altere os manuais de contratação com a inclusão de previsão para que, em caso de constatação de má qualidade da obra ou defeitos construtivos, que ocorra a notificação, pela CAIXA, ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, nominando o Engenheiro Responsável Técnico da obra (construtora) e o Engenheiro Fiscal designado pela Prefeitura.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Executiva			
Justificativa para o seu não cumprimento			
O assunto já foi exaustivamente debatido com representantes do órgão de controle interno, expondo-se a impossibilidade de cumprimento da recomendação tal qual formulada. No entanto, as secretarias nacionais deste Ministério tem procurado alternativas que possibilitem melhor controle sobre a qualidade das obras. Neste sentido foi realizada reunião conjunta objetivando estudo de viabilidade de solução para a recomendação, porém, das alternativas levantadas não se vislumbrou aplicabilidade imediata. Em 08/12/2011, houve nova reunião, dessa feita com a presença de representante da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, na qual foram formuladas sugestões de alternativas para o acompanhamento de obras executadas com qualidade insatisfatória. Houve consenso quanto à necessidade de criação de um grupo de trabalho a fim de detalhar as alternativas sugeridas, o qual seria subordinado à Secretaria Executiva. Aguarda-se, portanto, o exame do assunto e eventual criação, por iniciativa desta, do aludido grupo de trabalho.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
As principais dificuldades na implementação das medidas recomendadas diz respeito à necessidade de diligências ao local das obras, comprovação dos danos e respectivas origens e produção de prova técnica – associada à disponibilidade de recursos necessários a tais atividades -, a tal ponto detalhada e irrefutável que possa justificar a imputação de responsabilidade ao Engenheiro Responsável Técnico da obra e ao Engenheiro Fiscal designado pela Prefeitura.			

ITEM 1 DA PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

A Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada está apresentada no anexo IX

ITEM 33 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

O Demonstrativo das obras atrasadas e as paralisadas ao longo do exercício, contendo no mínimo as seguintes informações: número do contrato de repasse; proponente; objeto, vigência e valor; providências adotadas para o caso das obras atrasadas e paralisadas; resultado advindo dessas providências e posição de cada obra em 31 de dezembro de 2011 – a relação correspondente consta do relatório da Caixa Econômica Federal, UG 560018.

O Anexo I do Relatório de Gestão apresentado pela Caixa Econômica Federal, UG 560018, que conta no Anexo VII deste relatório apresenta o demonstrativo das obras atrasadas e paralisadas ao longo do exercício.

Cabe ressaltar que parte de obras consideradas como atrasadas e paralisadas possuem problemas administrativos e não problemas na execução física da obra: reprogramação de projeto, obra concluída com pendências em trabalho social, prestação de contas ou regularização fundiária, pendência em trabalho social ou em prestação de contas, como já relatado nos itens 2.3.1.2 Desempenho das ações inseridas na ação de Habitação de Interesse Social (HIS) – 10SJ e 2.3.1.3.1 – Ação 10S3 – Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários.

Em relação às providências por parte da SNH para as obras atrasadas e paralisadas ao longo do exercício podem ser destacadas as seguintes ações: nas obras executadas com recursos orçamentários identificados como PAC foram cancelados os contratos assinados até o exercício de 2009, os quais as obras não foram iniciadas.

Para os contratos com recursos orçamentários não PAC foi criado o grupo de trabalho que desenvolveu metodologia de acompanhamento dos contratos de acordo com as características em situações adversas (não iniciadas, paralisadas e atrasadas). Além disso, foram cancelados, por força de decretos, os restos a pagar de contratos assinados nos anos 2007, 2008 e 2009 com obras ainda não iniciadas.

ANEXOS

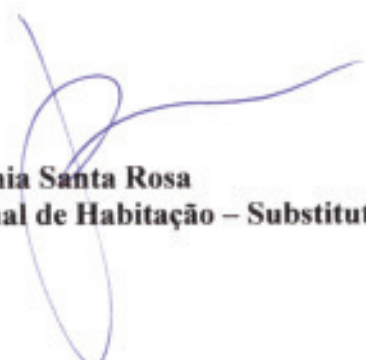
ANEXO VIII – Declaração do responsável pela Unidade Jurisdicionada (56902)

DECLARAÇÃO

Unidade Jurisdicionada: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
Exercício: 2011

As informações referentes aos convênios, contratos de repasses e termos de compromissos estão disponíveis, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV conforme estabelece o artigo 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, observando-se, outrossim, as ressalvas identificadas na declaração do contador.

Brasília, 29 de março de 2012



Júnia Santa Rosa
Secretária Nacional de Habitação – Substituta

**ANEXO IX – Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada
(FNHIS)**



MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA EXECUTIVA
Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade

Declaração do Contador Responsável

Unidade Jurisdicionada: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS

Unidade Gestora Responsável: 560015

Exercício: 2011

Declaro que às informações relativas à execução levantadas por Unidade Gestora Responsável, integram os demonstrativos contábeis do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e consta das demonstrações contábeis desta Unidade Gestora.

Os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanço Patrimonial, previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), da UGR 560015 – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, com base nas Conformidades de Registro de Gestão, registradas por essa unidade, refletem a adequada situação patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, exceto no tocante a:

Unidade Gestora 560018 – CEF / FNHIS:

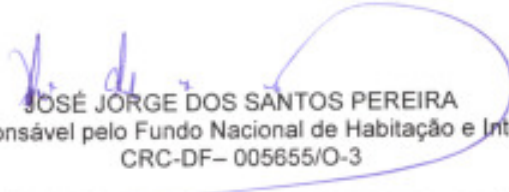
- a) Existência de saldos nas Contas do grupo 19.972.14.00 – Contratos de Repasse, em que se encontram registrados estoques de Contratos de Repasse, cujas vigências expiraram nas situações de A Liberar, A Comprovar e A Aprovar.
- b) Ausência de tempestividade nos registros do SIAFI, causando divergência entre os saldos nas contas contábeis e a situação real dos contratos de repasse.
- c) Ausência dos registros nas contas do grupo 19.962.21.00 – Termo de Compromisso PAC, tendo os valores firmados e a sua execução, realizados em contas de outro grupo contábil.

A responsabilidade pelos demonstrativos da unidade gestora 560018 - Caixa Econômica Federal – FNHIS, cabe a Contadora Lilian Cristina C. Vieira, entretanto por se tratar de uma unidade gestora subordinada ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - UG 560015, esta foi incluída nesta declaração.

Informo que as unidades gestoras foram inquiridas sobre as inconsistências mediante memorando e/ou mensagens SIAFI e que foram lançados no Sistema SIAFI restrições contábeis durante o exercício de 2011 e não regularizadas até o encerramento do exercício.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF 17 de fevereiro de 2012


JOSÉ JORGE DOS SANTOS PEREIRA
Contador Responsável pelo Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social
CRC-DF- 005655/O-3

ANEXO X – RELATÓRIO GESTÃO FNHIS/CEF

Superintendência Nacional de Administração Financeira
Gerência Nacional de Execução Financeira de Programas
SBS Q. 04 Bloco A Lotes 3/4 – Ed. Matriz I 2º andar
70.092.900 - Brasília - DF

80000.007413/2012-04

Ofício nº. 0264/2012/SN Administração Financeira

Brasília, 28 de Fevereiro de 2012.

À
Sua Senhoria o Senhor
Marcos Chagas Gomes
Gerente de Projetos
Ministério das Cidades
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01, lote 01/06, bloco "H"
Ed. Telemundi II - Sala 1103
CEP - 70070.010 - Brasília - DF

Assunto: Prestação de Contas Anual - Exercício 2011
Ref.: Unidade Gestora 560018 - CEF/FNHIS

Senhor Gerente,

1. Com vistas a subsidiar elaboração do Relatório de Gestão previsto na Norma de Execução SFC/CGU/PR nº 2546/2010, de 27/12/2010, na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 01/09/2010, Decisão Normativa TCU nº 108/2010, de 24/11/2010, encaminhamos a Vossa Senhoria as informações pertinentes ao exercício de 2011, da Unidade Gestora 560018 - Gestão 0001 - CEF/FNHIS, conforme abaixo:

- Rol de Responsáveis;
- Relatório de Gestão;
- Informações Contábeis - Declaração do Contador responsável pela UJ;

Atenciosamente,


Ricardo Magno Paula Ramos
Gerente Nacional

Gerência Nacional de Execução Financeira de Programas


Liane Vinagre Klautau
Superintendente Nacional
Superintendência Nacional de Administração Financeira

Recebido 02-03-12
comunicado


MINISTÉRIO DAS CIDADES 01/MAR/2012 16:55

----- Mensagem original -----

Assunto:Relatório de Gestão FNHIS - Ex. 2011

Data:Fri, 4 May 2012 10:22:40 -0300

De:<genef04@caixa.gov.br>

Para:<tibora.fleming@cidadess.gov.br>

CC:<geato01@caixa.gov.br>

À
SNH/MCidades

Prezada Tíborá,

- 1 Em atenção à solicitação de informações datada de 27/04/2012, segue abaixo o posicionamento desta Caixa Econômica Federal quanto a cada item:

- a) As informações constantes do Quadro A.1.4, foram remanejadas para o campo correto, conforme relatório anexo;

Conforme Decisão Normativa nº 117/2011, do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Ministério das Cidades, a Unidade Jurisdicionada, obrigada a constituir processos de contas do exercício de 2011, é essa Secretaria Nacional de Habitação, a qual deve **consolidar as informações** sobre a gestão das unidades de sua estrutura, **incluindo os programas e ações geridos com apoio desta CEF**, e agregando a gestão do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHINS) e do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

- b) As informações solicitadas referem-se a programas de governo sob a responsabilidade da Unidade Jurisdicionada (UJ), e, novamente, esta Caixa Econômica Federal não é uma Unidade Jurisdicionada no âmbito do Ministério das Cidades. Portanto, as informações devem ser prestadas por essa Secretaria, inclusive considerando que esta Instituição Financeira não dispõe dos dados solicitados para o preenchimento dos aludidos quadros.

- c) Análise crítica referente à gestão de restos a pagar:

“Por força de contrato de prestação de serviços firmado entre o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, esta assumiu a administração orçamentária e financeira dos recursos das Unidades Gestoras/Gestão 175004/00001 e 560018/00001, no SIAFI. Contudo, esta CAIXA atua na qualidade de mandatária do Gestor dos recursos, no caso, o Ministério das Cidades, e, portanto, conforme as diretrizes desse Gestor para cada Programa.

Os contratos de repasse são firmados entre o Gestor dos recursos (Ministério das Cidades) e os contratados, que podem ser pessoas jurídicas de direito público (Estados, Municípios, DF e seus entes descentralizados) ou privado (associações, sindicatos, cooperativas, entre outros), conforme propostas selecionadas pelo Gestor dos recursos. Esses contratos, em regra, são assinados apenas nos últimos dias de cada exercício, não havendo tempo hábil para liquidação, no mesmo exercício, dos empenhos a eles correspondentes, resultando na inscrição em restos a pagar da quase totalidade desses empenhos.

Nesse processo, a liquidação e o pagamento dos restos a pagar dependem, então, do cumprimento das exigências legais e técnicas de cada contrato (análise de plano de trabalho, realização de licitações pelo contratado, entre outras), e, atendidas essas formalidades, a relação dos contratos aptos a receber recursos financeiros é submetida pela CAIXA ao Gestor dos recursos, para autorização da emissão das ordens bancárias correspondentes, as quais estão sujeitas à disponibilidade financeira do Gestor.

Feitas essas considerações, e considerando as diversas situações do processo acima descrito, a evolução estratégica do pagamento dos Restos a Pagar, e o impacto da gestão financeira da UJ no exercício, decorrente do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores, somente podem ser avaliados pelo Ministério das Cidades, haja vista ser o Gestor dos recursos.

Quanto às razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP processados e não processados, por mais de um exercício financeiro, baseado nas informações prestadas acima, o repasse de recursos aos beneficiários dos contratos de repasse depende do atendimento de diversas condições pelos próprios beneficiários, os quais, por negligência ou imperícia, não cumprem com as formalidades legais e técnicas que possibilitem esse repasse de recursos, fazendo com que os RP inscritos sejam mantidos por mais de um exercício financeiro. Somado a isso, ressalta-se a necessidade de disponibilidade financeira do Gestor, o qual é responsável por viabilizar os recursos de cada contrato de repasse.”

- d) Conforme informações prestadas abaixo pela Gerência Nacional de Acompanhamento do Desempenho Técnico Operacional de Produtos de Repasse – GEATO.

Atenciosamente

Ricardo Jesuino Monteiro de Abreu

Assistente Executivo Pleno

GN Execução Financeira de Programas

Marluce dos Santos Lima

Gerente Executivo

GN Execução Financeira de Programas

De: GEATO01 - Atend Demandas Fiscal/Controle.

Enviada em: segunda-feira, 30 de abril de 2012 14:42

Para: GENEFO4 - Gerência de Relacionamento Institucional

Cc: GEATO02 - Acomp/Desempenho de Contratos.; GEATO - GN Acomp. Desem. Tec. Operacional; Francisco Eduardo Gomes; Roberto Jesuino Monteiro de Abreu

Assunto: ENC: [Ggest.snh] Fwd: Relatório de Gestão FNHIS - Ex. 2011

À

GENEF04

Senhora Gerente,

1 Em atenção à solicitação abaixo, informamos que as alíneas a, b e c, apontados pelo TCU, não são de competência dessa GEATO, e acreditamos não ser de competência da CAIXA, pois se tratam de informações sobre:

- Item a) apenas transpor os dados de UJ consolidada para UJ agregada;
- Item b) são informações sobre descrição e objetivos dos programas federais, competência do Ministério;

- Item c) diz respeito à gestão de restos a pagar, competência do Ministério.

2 O Item d) não pode ser atendido na forma solicitada pelo TCU dentro do tempo disponível para a elaboração do Relatório de Gestão da TCA, uma vez que implicaria a solicitação de informações pontuais junto a todas as GIDUR. A manifestação constante no Relatório foi:

2.5.3 Obras Atrasadas e/ou Paralisadas

Nos fatores de impacto não é feita a verificação pontual das situações de atraso e/ou paralisação das obras dos contratos. No entanto, as situações citadas são alvo de averiguação por meio de dois critérios: Contratos com início de obra autorizado há mais de 120 dias, sem registro de evolução física e contratos com percentual de obra maior que zero, mas sem registro de evolução física há mais de 120 dias.

Essas situações se devem a uma série de fatores, como, por exemplo:

- Dificuldades/imprevistos na implantação dos projetos;
- Demora dos tomadores na obtenção e encaminhamento de documentos – projetos, licenças, registros, boletins de medição;
- Baixa capacidade de gestão / equipes técnicas insuficientes / descontinuidade administrativa dos Tomadores;
- Dificuldades para realizar a contrapartida;
- Adversidades climáticas;
- Atraso / ausência de repasse.

Att,

ROBERTO JESUINO MONTEIRO DE ABREU

Assit. Executivo Sênior

FRANCISCO EDUARDO GOMES

Gerente Executivo

CAIXA - SUREP/GEATO

(61) 3206-8839 / Fax -(61) 3206-9747

De: GENEFO4 - Gerência de Relacionamento Institucional

Enviada em: sexta-feira, 27 de abril de 2012 18:49

Para: GENEFO2 - OGU - Repasse de Recursos; Roberto Jesuino Monteiro de Abreu

Assunto: ENC: [Ggest.snh] Fwd: Relatório de Gestão FNHIS - Ex. 2011

De: Tibora Monica Strauss Fleming [mailto:tibora.fleming@cidadades.gov.br]

Enviada em: sexta-feira, 27 de abril de 2012 17:22

Para: GENEFO4 - Gerência de Relacionamento Institucional; aeci@cidadades.gov.br; ggest.snh@cidadades.gov.br; Antonio Pereira de Melo; Mirna Quindere Belmino Chaves

Assunto: Fwd: [Ggest.snh] Fwd: Relatório de Gestão FNHIS - Ex. 2011

Prezados Senhores,

De ordem do Senhor Gestor Financeiro da Secretaria Nacional de Habitação, encaminho transcrição parcial da solicitação recebida do Sr. Secretário da 6ª SECEX do TCU, no que concerne ao Relatório de Gestão do FNHIS.

Merece destaque especial, no referido documento, o prazo concedido para reenvio do Relatório de Gestão, consolidado com as alterações demandadas, até o dia 10 de maio próximo. Pedimos a gentileza de enviar o documento com antecedência suficiente para cumprimento do prazo.

Atenciosamente,

Tíhora Mônica Strauss Fleming

Assessora Técnica

(61) 2108-1960

Prezada Sra. Inês da Silva Magalhães

Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades – SNH/MiCi

Em complementação ao *email* enviado em 26/4/2012, solicito a Vossa Senhoria que providencie, no prazo de 15 (quinze) dias, junto aos setores competentes

dessa Unidade Jurisdicionada, o saneamento das informações apontadas a seguir, **não apresentadas** ou **apresentadas em desconformidade** no relatório de gestão da Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades (SNH/MiCi), relativo ao exercício de 2011, **especificamente no que tange à parte do relatório que trata do FNHIS e do FAR.**

...

Além disso, no que tange aos relatórios apresentados pela Caixa Econômica Federal, como Unidade Jurisdicionada agregada à SNH/MiCi, torna-se necessário o saneamento das informações a seguir, por não terem sido apresentadas ou em razão de desconformidade com os normativos do TCU:

I – Relatório relativo ao FNHIS:

- a) Informações sobre a identificação da unidade jurisdicionada, conforme o disposto no Quadro A.1.4 do Anexo da Portaria TCU 123/2011 (obs.: os dados da Caixa devem ser apresentados nos campos destinados aos dados das UJ agregadas e não da UJ consolidadora e agregadora. Há ainda a necessidade de se informar o código do CNAE);
- b) Informações relativas à execução dos programas de governo sob a responsabilidade da UJ, conforme o estabelecido nos Quadros A.2.1 e A.2.2 do Anexo da Portaria TCU 123/2011 (obs.: mesmo que não sejam adotados os modelos desses quadros, todas as informações requeridas devem constar do relatório, conforme art. 2º, § 1º, da mencionada portaria);
- c) Análises críticas referentes à gestão dos restos a pagar de exercícios anteriores e à situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo, conforme o previsto nos itens 4.2 e 6.3 do Anexo da Portaria TCU 123/2011;
- d) Informações relativas às obras atrasadas e as paralisadas ao longo do exercício, contendo também os objetos das obras, as providências adotadas e os respectivos resultados, de modo a atender o previsto na Parte C, item 33, alíneas “c”, “d” e “e”, da DN TCU 108/2010;

...

O relatório de gestão corrigido deve ser encaminhado para o *email* secex-6@tcu.gov.br, até o dia 10/5/2012.

Esclareço que as informações solicitadas decorrem da constatação de lacunas de informações previstas nas disposições da IN TCU 63/2010, da DN TCU 108/2010 e da Portaria TCU 123/2011, que estabelecem normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão de órgãos da Administração Pública Federal.

Informo ainda que a apresentação das informações é de caráter obrigatório e, caso a presente solicitação não seja atendida dentro do prazo estabelecido, será formalizada por meio de diligência, nos termos da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei 8.443, de 16 de julho de 1992).

Caso sejam necessários esclarecimentos adicionais, informo que a 6ª Secex encontra-se à disposição nos seguintes contatos: (61) 3316-5318 (Auditor Federal de Controle Externo Marta Eliane Silveira da Costa – marta_costa@tcu.gov.br) ou (61) 3316-5236 (Auditor Federal de Controle Externo André Geraldo Carneiro de Oliveira – andregc@tcu.gov.br).

Atenciosamente,

Sérgio Ricardo de Mendonça Salustiano

Secretário da 6ª Secretaria de Controle Externo

Tribunal de Contas da União – TCU

----- Mensagem original -----

Assunto:Relatório de Gestão FNHIS - Ex. 2011

Data:Tue, 28 Feb 2012 11:58:55 -0300

De:<genef04@caixa.gov.br>

Para:<marcos.chagas@cidades.gov.br>

Ao Ministério das Cidades

a/c Marcos Chagas

1 A fim de subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da UG 560018/00001 - FNHIS, encaminhamos em anexo, peças para avaliação desse órgão.

1.1 Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos necessários, por meio dos telefones 3206 9824(Leticia) e 3206 9713(Marluce).

Atenciosamente

Marluce dos Santos Lima

Gerente Executivo

GN Execução Financeira de Programas

CAIXA/SUAFI/GENEF

Ricardo Magno Paula Ramos

Gerente Nacional

GN Execução Financeira de Programas

CAIXA/SUAFI/GENEF

MINISTÉRIO DAS CIDADES
FNHIS – FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
ROL DE RESPONSÁVEIS
EXERCÍCIO DE 2011

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA/MCIDADES - FNHIS

FEVEREIRO/2012

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSABILIDADES EMISSAO: 18/01/2012
ORGAO : 56902 - FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL PAGINA : 001
UG : 560018 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FNHIS REF. : 2012
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 095.048.855-00 - JORGE FONTES HEREDA
E-MAIL : PRESI@CAIXA.GOV.BR
ENDERECO : RUA OTAVIO ZAMPOL 46 AP 12 VILA AURORA
MUNICIPIO : 6967 - RIBEIRAO PIRES UF: SP CEP: 09400-000
CARGO : PRESIDENTE DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA PERIODO(S) GESTAO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO 01/Jan/2012 A
28/Mar/2011 DECRETO
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
29/Mar/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEG. DE COMPETENCIA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 122.182.192-04 - LIANE VINAGRE KLAUTAU
E-MAIL : LIANE.KLAUTAU@CAIXA.GOV.BR
ENDERECO : SHIN, QL 11, CONJUNTO 7, CASA 16, LAGO NORTE - BRASILIA UF: DF CEP: 71515-775
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA
CARGO : SUPERINTENDENTE NACIONAL - SUAFI/CAIXA PERIODO(S) GESTAO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO 01/Jan/2012 A
02/Set/2008 PORT. CAIXA
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 595.980.777-72 - MAURICIO BORGES GUIMARAES
E-MAIL : MAURICIO.GUIMARAES@CAIXA.GOV.BR
ENDERECO : SHIN QI 09 CONJ.09 LAGO NORTE BRASILIA DF, UF: DF CEP: 71515-290
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA
CARGO : GERENTE NACIONAL - GEIFI/SUAFI/CAIXA PERIODO(S) GESTAO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO 01/Jan/2012 A
02/Set/2008 PORT. CAIXA
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO
SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 379.563.961-15 - SOFIA VASCONCELOS FEITOSA DE SOUZA
E-MAIL : SOFIA.SOUZA@CAIXA.GOV.BR
ENDERECO : SHVP CHACARA 129 LOTE 4A RUA 10B COLONIA AGRICOLA VICENTE PIRES UF: DF CEP: 72110-800
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA
CARGO : CONSULTOR MATRIZ - CAIXA/SUAFI/GENEF PERIODO(S) GESTAO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO 01/Jan/2012 A
17/Out/2007 PORT. CAIXA
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 284.974.221-04 - MARLUCE DOS SANTOS LIMA
E-MAIL : MARLUCE.LIMA@CAIXA.GOV.BR
ENDERECO : AOS 04 BLOCO A, APT.408 - OCTOGONAL - BRASILIA/ DF UF: DF CEP: 70660-041
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA
CARGO : GERENTE EXECUTIVO - CAIXA/SUAFI/GENEF
-----Continua,...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSABILIDADES EMISSAO: 18/01/2012
ORGAO : 56902 - FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL PAGINA : 002
UG : 560018 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FNHIS REP. : 2012
GESTAO : 00001 - TESOUREIRO NACIONAL
Continuacao...
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
17/Out/2007 PORT.CAIXA 01/Jan/2012 A
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 001 - TIPO: INTERINO
AGENTE : 342.797.411-15 - ANA LUCIA DA PONSECA AZEVEDO DA SILVA
E-MAIL : ANA.AZEVEDO@CAIXA.GOV.BR
ENDERECO : SES Q. 04 LOTES 3/4 - ED MZ I - CAIXA UF: DF CEP: 70092-900
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA
CARGO : GERENTE EXECUTIVO - CAIXA/SUAFI/GENEF
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
15/Jun/2011 PORT. 711/11 01/Jan/2012 A
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 484.418.301-00 - RICARDO MAGNO PAULA RAMOS
E-MAIL : RICARDO.RAMOS@CAIXA.GOV.BR
ENDERECO : SQN 311, BL. H, APTO 203 ASA NORTE - BRASILIA UF: DF CEP: 70757-080
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA
CARGO : GERENTE NACIONAL - CAIXA/SUAFI/GENEF
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
05/Mai/2011 PORT. 478/11 01/Jan/2012 A
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 410.892.271-91 - EUCLIDES MACHADO DA SILVA
E-MAIL : EUCLIDES.SILVA@CAIXA.GOV.BR
ENDERECO : SES Q. 04 LOTES 3/4 ED MATRIZ I CAIXA UF: DF CEP: 70092-900
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA
CARGO : GERENTE EXECUTIVO - CAIXA/SUAFI/GENEF
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
15/Jun/2011 PORT. 714/11 01/Jan/2012 A
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTÁBIL
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 121.852.992-04 - LILIAN CRISTINA CAVALLARE VIEIRA
E-MAIL : LILIAN.VIEIRA@CAIXA.GOV.BR
ENDERECO : SES, LOTE 3, QUADRA 3/4
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70092-900
CARGO : GERENTE EXECUTIVO - CAIXA/SUCON/GECONF
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
15/Jun/2011 PORT. 712/11 01/Jan/2012 A
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 400.297.941-53 - MARIA DO SOCORRO FERREIRA
Continua...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSABILIDADES EMISSAO: 18/01/2012
ORGAO : 56902 - FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL PAGINA : 003
UG : 560018 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FNHIS REF. : 2012
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

Continuacao.....
E-MAIL : MARIA.SOCORRO@CAIXA.GOV.BR
ENDERECO : QUADRA 202, LOTE 10, BLOCO A, APTO.701, AGUAS CLARAS
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 71937-720
CARGO : CONSULTOR INTERNO - CAIXA/SUCON/GECON
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
15/Jun/2011 PORT. 713/11 01/Jan/2012 A
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX ORGAO OU ENTIDADE SUPERV OU GESTORA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 095.048.855-00 - JORGE FONTES HEREDA
E-MAIL : PRESI@CAIXA.GOV.BR
ENDERECO : RUA OTAVIO ZAMPOL 46 AP 12 VILA AURORA
MUNICIPIO : 6967 - RIBEIRAO PIRES UF: SP CEP: 09400-000
CARGO : PRESIDENTE DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
28/Mar/2011 DECRETO 01/Jan/2012 A
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO
29/Mar/2011

R. Ramos

ENCARREGADO DO SETOR

RICARDO MAGNO PAULA RAMOS
Gerente Nacional
Matr. 019.851-8
GN Exec. Financ. de Programas

Luane

DIRIGENTE DA UNIDADE

LUANE VINAGRE KLAUTAU
Superintendente Nacional
Matr. 569.401-3
SN Administracão Financeira

MINISTÉRIO DAS CIDADES
FNHIS – FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2011

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA/MCIDADES - FNHIS

FEVEREIRO/2012

SUMÁRIO

Apresentação	4
1. Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregada ou Consolidada	4
2. Informações sobre a gestão orçamentária e financeira da unidade	5
2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da CAIXA na execução das políticas públicas	5
2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	6
2.3. Programas sob a responsabilidade da CAIXA – Relação dos programas e suas principais ações	7
2.3.1. Programa Habitação de Interesse Social - HIS	7
2.3.1.1. Principais modalidades inseridas no Programa HIS	8
2.3.1.1.1. Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional	8
2.3.1.1.2. Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social - PLHIS	9
2.3.1.1.3. Apoio à Produção Social da Moradia	10
2.3.2. Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários - UAP	11
2.3.2.1. Ação Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	11
2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro	11
2.5. Desempenho Operacional	12
2.5.1. Indicadores de Desempenho	12
2.5.2. Análise do desempenho	13
2.5.3. Obras Atrasadas e/ou Paralisadas	14
2.5.3.1. Demonstrativo Analítico	14
2.5.4. Análise da Execução PLHIS/2011	14
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.	14
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	15
5. Informações sobre recursos humanos da unidade.	15
6. Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.	15
6.1. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	16
6.2. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	16
6.3. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	16
6.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de contratos de repasse.	17
6.5. Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	18
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e no SICONV.	18
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	19
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno,	20

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.	20
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de uso especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.	20
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.	20
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008.	20
14. Informações sobre Renúncia Tributária.	20
15. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações da CGU e do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento.	20
15.1. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações da CGU.	20
15.1.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	20
15.1.2. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	21
15.2. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações da CGU	21
15.2.1. Relatório de cumprimento das recomendações da CGU	21
15.2.2. Situação das recomendações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	21
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, casos exista na estrutura do órgão.	21
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.	21
17.1. Origem dos Recursos	21
17.2. Composição do Investimento	21
17.3. Contratações no Exercício	22
17.4. Empenhados no Exercício	24
17.5. Taxa de administração pelos serviços prestados prevista em Contrato de Prestação de Serviços	25

Apresentação

O presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com os normativos que regem a disciplina, a saber: IN/TCU nº 63/2010, DN/TCU nº 108/2010 e DN/TCU nº 117/2011.

1. Identificação

Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão:		Código SIORG:	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa:			
Denominação abreviada:			
Código SIORG:	Código na LOA:	Código SIAFI:	
Natureza Jurídica:			
Principal Atividade: Bancária – Mandatária/Agente Operadora dos Recursos do OGU		Código CNAE:	
Telefones/Fax de contato:			
E-mail:			
Página na Internet:			
Endereço Postal:			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem:			
Denominação completa: Caixa Econômica Federal/Fundo Nacional de Habitação Interesse Social			
Denominação abreviada: CAIXA/FNHIS			
Código SIORG: 89595	Código na LOA: 56902	Código SIAFI: 560018	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Empresa pública – mandatária/órgão público			
Principal Atividade: Bancária – Mandatária/Agente Operadora dos Recursos do OGU		Código CNAE: 8412-4	
Telefones/Fax de contato:	(61) 3206-9532	(61) 3206-9749	(61)3206-0152
E-mail: genef@caixa.gov.br			

Página na Internet: http://www.caixa.gov.br	
Endereço Postal: SBS, Quadra 4, lotes 3/4, Ed.Matriz I da CAIXA – 2º andar – Brasília/DF - CEP: 70092-900	
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
Normas descritas no item 2.2 deste relatório	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
Normas descritas no item 2.2 deste relatório	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
	Nome
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão

2. Informações sobre a gestão orçamentária da Unidade

2.1. Responsabilidades Institucionais - Papel da CAIXA na execução das políticas públicas.

O papel da CAIXA na administração de operações geridas com recursos do Orçamento Geral da União – OGU iniciou em 1996. Na ocasião foi assinado o primeiro Contrato de Prestação de Serviços com o então Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO, cuja área finalística de atuação com a CAIXA, atualmente, integra o Ministério das Cidades. A operacionalização dos Programas do Governo Federal compreende as seguintes atribuições: análise de projetos, contratação, acompanhamento das obras e aprovação das respectivas prestações de contas.

A ampliação do desempenho da CAIXA, na qualidade de agente operador, evidencia-se ao longo desses anos. Na atualidade prestamos serviços a diversos órgãos do Governo Federal, o que envolve diferentes Programas, Modalidade e Ação de Governo segmentados nas áreas de habitação, infraestrutura, econômica, social, saúde, assistência social, esportiva, rural, turística, urbana, saneamento e segurança pública.

A capilaridade da CAIXA permite que as contratações no âmbito dos Programas que utilizam recursos do OGU alcance todo território nacional.

2.2. Estratégia de atuação da CAIXA na Execução das Políticas Públicas

O MCIDADES vem buscando a melhoria da qualidade de vida da população brasileira por meio de sua atuação na gestão dos Programas Habitação de Interesse Social - HIS e Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários - UAP, e nesse propósito, conta com o apoio técnico e operacional da CAIXA.

Para a operacionalização das Ações e dos Programas foi firmado entre a União, por intermédio do MCIDADES, e a CAIXA os seguintes contratos:

- ✓ **Contrato de Prestação de Serviço 044/2007** - assinado em 20/12/2007, aditado pelo 5º Termo Aditivo, firmado em 28/03/2011, expirando sua vigência em 30/03/2012. O Contrato tem por objeto exclusivo a prestação de serviços pela CONTRATADA, na operacionalização dos repasses de recursos do Orçamento Geral da União direcionado para projetos apoiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal – PAC, enquadrados em Programas e Ações geridos pelo CONTRATANTE, na forma dos instrumentos por ela editados..
- ✓ **Contrato de Prestação de Serviços 21/2011** - assinado em 18/10/2011, com prazo de vigência de 120 vinte dias, contado a partir de sua assinatura, prorrogável por igual período uma única vez. O Contrato objetiva a prestação de serviços pela CONTRATADA, na operacionalização dos Programas geridos pela CONTRATANTE, lastreados com recursos de investimentos, a título de transferência voluntária, transferência financeira para entidades públicas da administração indireta dos Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como ações de custeio vinculadas ao Programa FNNHIS – Assistência Técnica – Entidades Privadas consignados no Orçamento Geral da União, na forma do disposto em instrumentos a serem editados pelo CONTRATANTE..

A legislação, normas, diretrizes e procedimentos operacionais para aplicação dos recursos do Orçamento Geral da União estão definidos, basicamente, IN MCidades nº 81, de 10.12.2010, Lei nº 12.309, de 09.08.2010 Instrução Normativa MCidades nº 35, de 17.06.2010, Portaria MCidades nº 228, de 11.05.2010, Instrução Normativa MCidades nº 60, de 12.11.2009, Resolução CGFNNHINS nº. 28, de 16.10.2009, Portaria MCidades nº. 360, de 17.09.2009, Lei nº 12.017, de 12.08.2009, Instrução Normativa MCidades nº 33, de 09.07.2009, IN MCidades nº 08, de 26.03.2009, IN MCidades nº 47, de 08.10.2008, Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29.05.2008, e suas alterações, Lei nº 11.578, de 26.11.2007, Instrução Normativa MCidades nº 50, de 30.10.2007, Resolução nº 13, de 15.10.2007, Resolução nº 9, de 20.06.2007 do Conselho Curador do FNNHIS, Resolução nº 2, de 24.08.2006, do Conselho Gestor do FNNHIS, Decreto nº. 5.796, de 06.06.2006, Lei nº. 11.124, de 16.06.2005, Lei nº 10.257, de 10.07.2001 e Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

2.3 Programas sob a responsabilidade da CAIXA – Relação dos programas e suas principais ações

2.3.1. Programa Habitação de Interesse Social - HIS

Tipo de programa:	Habitação de Interesse Social
Objetivo Geral	Viabilizar aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até R\$ 1.395,00, o acesso à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos, em localidades urbanas ou rurais, mitigando as desigualdades sociais e contribuindo para a ocupação urbana planejada.
Descrição	As ações destinadas à aquisição ou edificação das unidades habitacionais e requalificação de imóveis devem obedecer aos parâmetros e especificações técnicas do PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida/FAR - Fundo de Arrendamento Residencial
Gerente do Programa	GENEF - Gerência Nacional de Execução Financeira de Programas
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	SUAFI – Superintendência Nacional de Administração Financeira SUREP – Superintendência Nacional de Produtos de Repasse
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Subitem 2.5 e subseqüentes deste relatório
Beneficiários	Famílias com renda mensal de até R\$ 1.395,00

2.3.1.1 Principais modalidades inseridas no Programa HIS

2.3.1.1.1 Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional

Tipo de ação:	Orçamentário
Finalidade	Viabilizar aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até R\$ 1.395,00, o acesso à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos, em localidades urbanas ou rurais, mitigando as desigualdades sociais e contribuindo para a ocupação urbana planejada.
Descrição	Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais - contempla intervenções necessárias à construção ou aquisição de unidades habitacionais em parcelas legalmente definidas de uma área, que venham a dispor, no mínimo, de acesso por via pública e de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica. Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados - objetiva a produção ou aquisição de parcelas legalmente definidas de uma área, em conformidade com as diretrizes de planejamento urbano municipal, dotadas de acesso por via pública e, no seu interior, de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica. Requalificação de Imóveis - oferece solução de moradia adequada a partir de intervenções voltadas ao melhor aproveitamento do espaço urbano, possibilitando a aquisição de imóveis para fins habitacionais, conjugada com a realização de obras e serviços destinados à mudança de uso e/ou reabilitação de prédios existentes, ocupados ou não, visando à produção de unidades habitacionais e usos correlatos, como também à reurbanização, reparcelamento, reconstrução de edificações ou terrenos que resulte em lotes ou unidades habitacionais. Apoio à Prestação de Serviços de Assistência técnica para Habitação de Interesse Social - possibilita a transferência de recursos para estados, Distrito Federal, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos visando melhorar o padrão mínimo de salubridade, segurança e habitabilidade das edificações produzidas no âmbito do processo de autogestão habitacional no país, buscando atender a elevada parcela da produção de habitações que não possuem apoio técnico. As intervenções apoiadas são executadas por meio das modalidades abaixo relacionadas. ▪ Elaboração de Projetos para Produção Habitacional e Urbanização de Assentamentos Precários - prevê a elaboração de projetos técnicos de arquitetura e urbanismo, de engenharia, recuperação ambiental, trabalho social e regularização fundiária necessários para execução de empreendimentos que configurem a urbanização de assentamentos precários ou a produção de habitação de interesse social. Somente os Estados, Distrito Federal e Municípios podem solicitar recursos para elaboração de projetos voltados para a execução de empreendimentos que configurem UAP - Urbanização de Assentamentos Precários. ▪ Assistência Técnica para Melhoria/Conclusão/Construção de Unidades Habitacionais - contempla a contratação de mão de obra especializada para o acompanhamento e a execução de obras de melhoria, conclusão ou construção de unidades habitacionais executadas por famílias de baixa renda, em regime de mutirão, autoconstrução ou autogestão, podendo ser contempladas, exclusivamente famílias que residam em áreas de urbanização consolidada e assentamentos passíveis de regularização urbana ou fundiária.
Coordenador nacional da Ação	MCIDADES
Unidades executoras	GENEF - Gerência Nacional de Execução Financeira de Programas
Competências institucionais requeridas para a execução da Ação	Descritas no subitem 2.1 deste relatório.

2.3.1.1.2 Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social - PLHIS

Tipo de ação:	Orçamentário
Finalidade	Apoiar estados, municípios e o DF na elaboração e revisão de PLHIS, requisito previsto na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e na Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, do Conselho Gestor do FNHIS, para adesão ao SNHIS - - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.
Descrição	O PLHIS deve conter o diagnóstico do setor habitacional, diretrizes, objetivos, linhas programáticas, fontes de recursos, metas e indicadores, que expressem o entendimento dos governos locais e dos agentes sociais, a respeito do planejamento local do setor habitacional e definam um plano de ação para enfrentar seus principais problemas, especialmente no que se refere à habitação de interesse social, com o objetivo de promover o acesso à moradia digna. É elaborado de forma democrática e participativa, em consonância com as Políticas Nacional e Municipal de Habitação e considerando os instrumentos locais do ciclo de gestão orçamentário financeiro, tais como o PPA – Plano Plurianual, a LOA – Lei Orçamentária Anual e a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias da União. A elaboração ou revisão do Plano é desenvolvida em três etapas, prevendo em cada uma delas, como resultado, um produto específico, caracterizando o PLHIS o conjunto dos produtos das etapas 2 e 3. Etapas 1 – Proposta Metodológica - fase inicial estruturadora das duas etapas posteriores que norteia os procedimentos a serem adotados em cada uma delas. O Produto final é uma proposta metodológica elaborada com todos os conteúdos descritos acima e documento declaratório da administração pública municipal que apresente as formas pelas quais foi dada publicidade à sua elaboração. Etapas 2 – Diagnóstico do Setor Habitacional - para a elaboração do Diagnóstico devem ser realizados levantamentos de dados e informações técnicas sobre os seguintes aspectos: inserção regional e características do município, atores sociais e suas capacidades, necessidades habitacionais, oferta habitacional, marcos regulatórios e legais, condições institucionais e administrativas e Programas e ações e recursos para financiamento. O produto final é o Diagnóstico do Setor Habitacional. Etapas 3 – Estratégias de Ação - é considerada a Etapa de Elaboração do Plano de Ação. Para cada problema identificado no Diagnóstico do Setor Habitacional devem ser apresentados os seguintes itens, os quais devem ser discutidos e pactuados com a sociedade: diretrizes e objetivos, programas e ações, metas, recursos e fontes de financiamento, indicadores e monitoramento, avaliação e revisão e desenvolvimento da etapa. O produto final é o conjunto de estratégias de ação elaboradas com todos os conteúdos descritos acima, contendo memória, material comprobatório da participação popular, com lista de presença e fotos, e ainda documento declaratório da administração pública municipal, que apresente as formas pelas quais foi dada publicidade à elaboração das estratégias de ação.
Coordenador nacional da Ação	MCIDADES
Unidades executoras	GENEF - Gerência Nacional de Execução Financeira de Programas
Competências institucionais requeridas para a execução da Ação	Descritas no subitem 2.1 deste relatório.

2.3.1.1.3 Apoio à Produção Social da Moradia

Tipo de ação:	Orçamentário
Finalidade	Apoiar entidades privadas sem fins lucrativos vinculadas ao setor habitacional no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna para famílias de baixa renda em localidades urbanas ou rurais.
Descrição	Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais - contempla intervenções necessárias à construção ou à aquisição de unidades habitacionais em parcelas legalmente definidas de uma área, que venham a dispor, no mínimo, de acesso por via pública e de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica. Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados - é implementada com a produção ou aquisição de parcelas legalmente definidas de uma área, em conformidade com as diretrizes de planejamento urbano municipal, dotadas de acesso por via pública e, no seu interior, de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica. Requalificação de Imóveis - objetiva a aquisição de imóveis, conjugada com a execução de obras e serviços voltados à recuperação e ocupação para fins habitacionais, admitidas ainda obras e serviços necessários à modificação de uso. Podem ser adquiridos somente os imóveis que se encontrem vazios, abandonados ou subutilizados, ou ainda, em estado de conservação ou adensamento que comprometa sua habitabilidade, segurança ou salubridade. Os imóveis devem estar situados em áreas inseridas na malha urbana, dotadas de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos. O proponente deve apresentar manifestação favorável de órgão competente da administração municipal em relação à contribuição do projeto para o desenvolvimento social, econômico ou urbano da área e ainda, com relação à recuperação e ocupação do imóvel para fins habitacionais.
Coordenador nacional da Ação	MCIDADES
Unidades executoras	GENEF - Gerência Nacional de Execução Financeira de Programas
Competências institucionais requeridas para a execução da Ação	Descritas no subitem 2.1 deste relatório.

2.3.2. Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários - UAP

2.3.2.1 Ação Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários

Tipo de Programa:	Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários - UAP
Objetivo Geral	Objetiva apoiar as intervenções necessárias a elevar a qualidade de vida da população localizada em áreas inadequadas à moradia, por meio da implantação de ações necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento infraestrutura e inclusão social. A CAIXA deve incentivar o contratado a candidatar o projeto objeto da proposta ao Selo Casa Azul. Projetos Candidatos ao Selo Casa Azul - Selo Casa Azul CAIXA é um instrumento voluntário e aplicável a todos os empreendimentos habitacionais contratados por meio de financiamento e programas de repasse.
Objetivos Específicos	A ação deve prever obrigatoriamente o atendimento habitacional. Nos projetos integrados de urbanização de assentamentos precários, a regularização fundiária é ação indispensável e deve ser uma etapa desenvolvida paralelamente à execução das obras habitacionais e de infraestrutura, devendo, obrigatoriamente, estar prevista no cronograma físico-financeiro das obras/serviços, podendo ser concluída concomitantemente ao trabalho social. A aquisição ou edificação das unidades habitacionais produzidas com recursos do Contrato de Repasse obedecerá aos parâmetros e especificações técnicas do PMCMV/FAR. As unidades habitacionais produzidas ou adquiridas pelo PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida/FAR - Fundo de Arrendamento Residencial devem ser regularizadas de acordo com os parâmetros e especificações daquele programa.
Gerente do Programa	MCIDADES
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	SUAFI – Superintendência Nacional de Administração Financeira SUREP – Superintendência Nacional de Produtos de Repasse
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Subitem 2.5 e subseqüentes deste relatório
Beneficiários	Prioritariamente famílias de baixa renda.

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

A Caixa Econômica Federal não detém as informações necessárias ao preenchimento deste item.

2.5. Desempenho Operacional

2.5.1. Indicadores de Desempenho

Desde 2002, a SUREP/GEATO identifica e acompanha os pontos críticos do processo OGU por meio do Modelo de Métricas/Fatores de Impacto e Indicadores de Desempenho, ferramenta amplamente reconhecida por prover o processo decisório de informações capazes de orientar a adoção de medidas preventivas e corretivas, visando minimizar a ocorrência de eventos que possam comprometer a atuação da CAIXA na operacionalização dos Programas, bem como de garantir um padrão de desempenho desejado.

Essa sistemática está estruturada da seguinte forma:

Modelo de Métrica – Fatores de Impacto:

- ✓ **Fatores de Alerta/Desempenho do Processo:** visam avaliar a eficiência da CAIXA na gestão do produto; Foram definidos com base nas diretrizes internas, expressas nos normativos em vigor, bem como nas metas qualitativas estabelecidas pela SUREP/GEATO para a operacionalização dos programas do OGU.
- ✓ **Fatores de Conformidade do Processo:** objetivam avaliar o controle dos aspectos legais do produto e seguem o disposto na legislação vigente, também refletida nos normativos internos da CAIXA.

Modelo de Métrica – Indicadores de Desempenho: Objetiva verificar e acompanhar o processo no âmbito da CAIXA quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos esforços empreendidos.

Os quadros abaixo demonstram os resultados observados em dezembro de 2011, relativamente à operacionalização dos contratos de repasse firmados no âmbito desse Gestor:

Modelo de Métricas/Fatores de Impacto:

Classificação	Fator de Impacto	Quant. Ocorrências
Operações OGU Ativas	Total de operações contratadas sem aprovação da prestação de contas final no SIAFI, excluídas as operações distratadas ou canceladas por qualquer motivo - erro de cadastramento, sub-júdice, decisão judicial.	3862
Fatores de Alerta / Desempenho do Processo	CR firmados há mais de 180 dias, sem solução da cláusula suspensiva.	19
	CR em situação “normal” há mais de 120 dias, sem autorização de início de obra.	362
	CR com início de obra autorizado há mais de 120 dias, sem registro de evolução física.	96

	CR (% obra > 0) sem registro de evolução física há mais de 120 dias.	901
	CR com percentual físico executado (% obra realizado) 40% inferior ao previsto no cronograma atual.	37
	CR com tempo de execução maior ou igual ao dobro do previsto na data da contratação.	913
Fatores de Conformidade do Processo	CR com vigência vencida, objeto não concluído e PCF não apresentada.	14
	CR com vigência vencida, objeto concluído e PCF não apresentada.	61
	CR com prazo de análise da PCF pela RSGOV esgotado.	56
	CR com prazo de registro da aprovação da PCF no SIAFI esgotado.	77
	CR sujeitos a TCE sem registro de Notificação ao Tomador, no SIAPF.	826
	CR com registro de Notificação ao Tomador há mais de 60 dias e sem registro de envio do dossiê de TCE à GENEF.	101

Fonte: SIAPF, 31/12/2011

Modelo de Métricas/Indicadores de Desempenho:

Indicador de Desempenho	Aspecto Avaliado	Conceito	Qtd. Ocorrências /Total	Índice Gestor
Prestação de Contas	Efetividade	% de CR com PCF aprovada e registrada no SIAFI em até 90 dias, em relação ao total de operações com PCF aprovada/registrada pela CAIXA.	190/266	76,47%

Fonte: SIAPF, fev/2011.

2.5.2. Análise do Desempenho

Conforme se verifica, 76,47% dos documentos relativos à prestação de contas final são analisados e aprovados pela CAIXA no prazo regulamentar de 90 dias.

O quadro referente aos Fatores de Impacto demonstra o baixo ritmo de execução de grande parte das obras/serviços – 913 contratos com tempo de execução maior ou igual ao dobro do inicialmente previsto.

2.5.3 Obras Atrasadas e/ou Paralisadas

Nos fatores de impacto não é feita a verificação pontual das situações de atraso e/ou paralisação das obras dos contratos. No entanto, as situações citadas são alvo de averiguação por meio de dois critérios: Contratos com início de obra autorizado há mais de 120 dias, sem registro de evolução física e contratos com percentual de obra maior que zero, mas sem registro de evolução física há mais de 120 dias.

Essas situações se devem a uma série de fatores, como, por exemplo:

- Dificuldades/imprevistos na implantação dos projetos;
- Demora dos tomadores na obtenção e encaminhamento de documentos – projetos, licenças, registros, boletins de medição;
- Baixa capacidade de gestão / equipes técnicas insuficientes / descontinuidade administrativa dos Tomadores;
- Dificuldades para realizar a contrapartida;
- Adversidades climáticas;
- Atraso / ausência de repasse.

2.5.3.1 Demonstrativo Analítico

A relação de contratos de repasse inseridos nos critérios citados no item anterior totalizam 997 (Novecentos e noventa e sete) contratos e se encontram no **ANEXO I** deste relatório.

2.5.4 Análise da Execução PLHIS/2011

Seguem nos **ANEXO II** e **ANEXO III** informações sobre o PLHIS ano referência 2011.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelados Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	352,21	-	-	352,21
2009	110.145,27	-	-	110.145,27
2008	2.865.122,40	-	1.433.612,93	1.431.509,47
2007	2.329.084,97	-	1.272.516,25	1.056.568,72
2006	5.327.740,33	-	-	5.327.740,33
TOTAIS	10.632.445,18	0,00	2.706.129,18	7.926.316,00
Observações:				

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelados Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	151.592.235,45	8.422.565,18	36.443.045,07	106.726.625,20
2009	698.088.168,54	71.532.892,70	131.714.393,79	494.840.882,05
2008	262.175.530,32	23.819.571,60	50.746.720,57	187.609.238,15
2007	65.788.054,69	10.933.293,70	14.841.721,21	40.013.039,78
2006	-	-	-	-
TOTAIS	1.177.643.989,00	114.708.323,18	233.745.880,64	829.189.785,18
Observações:				

Fonte: SIAFI 31/12/2011

5. Informações sobre recursos humanos da unidade.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

6.1. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Encaminhamos, no **ANEXO IV**, a relação de contratos de repasse vigentes no exercício.

6.2. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CLEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: FNHIS						
CNPJ: 05.465.986.0006/01						
UG/GESTÃO: 560018/00001						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	161	83	182	17.704.426,58	17.857.610,20	40.816.078,38
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	755	379	512	279.204.379,47	237.793.916,35	475.846.680,45
Totais	916	462	694	296.908.806,05	255.651.526,55	516.662.758,83

Fonte: SIAPF

6.3. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FNHIS					
CNPJ: 05.465.986.0006/01	UG/GESTÃO: 560018/00001				
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	738	1.124.538.367,83	711.686.019,34	412.852.348,49	63,28
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	3140	4.370.243.677,91	1.502.641.443,48	2.867.602.234,43	34,38
Totais	3878	5.494.782.045,74	2.214.327.462,82	3.280.454.582,92	40,29

Fonte: SIAPF

6.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de contratos de repasse.

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: FNHIS					
CNPJ: 05.465.986.0006/01			UG/GESTÃO: 560018/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	-	-	50
		Montante Repassado	-	-	42.694.803,50
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	24
		Montante Repassado	-	-	54.703.197,50
2010	Contas prestadas	Quantidade	-	-	83
		Montante Repassado	-	-	30.434.272,81
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	7
		Montante Repassado	-	-	11.456.250,00
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	130
		Montante Repassado	-	-	42.811.227,71
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	4
		Montante Repassado	-	-	12.092.133,27
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	2
		Montante Repassado	-	-	926.250,00

Fonte: SIAPF

6.5. Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

QUADRO A.6.5 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FNHIS					
CNPJ: 05.465.986.0006/01		UG/GESTÃO: 560018/00001			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas		5
			Contas Não analisadas		2
		Montante repassado (R\$)			9.448.450,00
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		69
			Quantidade Reprovada		1
			Quantidade de TCE		0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		6
Montante repassado (R\$)				2.103.075,00	
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			94
		Quantidade Reprovada			0
		Quantidade de TCE			0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			2
		Montante repassado (R\$)			1.023.750,00
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			133
		Quantidade Reprovada			0
		Quantidade de TCE			0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			2
		Montante repassado			487.500,00
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade			1
		Montante repassado			97.500,00

Fonte: SIAPF

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e no SICONV.

Informações constantes no **ANEXO V**.

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Relativamente ao gerenciamento do cumprimento das disposições da referida lei, declaramos, para fins de comprovação perante o TCU, que todos os empregados da CAIXA são obrigados a apresentar anualmente a esta instituição a Declaração de Bens e Valores em uma das seguintes formas:

- autorizar o acesso, por meio eletrônico, à sua Declaração de Ajuste Anual do IRPF com as respectivas retificações, apresentadas à SRFB, no Ministério da Fazenda; ou
- apresentar anualmente, em envelope lacrado, Formulário de Entrega da Declaração de Bens e Valores, declarando todos os bens e valores.

A Declaração em papel é entregue na unidade de lotação do empregado, que autua o processo e o mantém arquivado em local adequado à preservação do sigilo das informações, trancado sob responsabilidade do gestor da unidade.

A obrigatoriedade de entrega da Declaração de Bens e Valores está disposta em normativo interno desta empresa, MN RH 059 – Declaração de Bens e Valores – Apresentação à CAIXA, cujos registros quanto ao cumprimento constam no Sistema de Recursos Humanos – SISRH.

Em caso de descumprimento da norma, cabe ao gestor da unidade da responsabilidade pela cobrança ao empregado e sujeita o responsável às combinações previstas no Regulamento de pessoal da CAIXA.

As informações relacionadas à entrega das declarações de bens e rendas encontram-se demonstradas no quadro a seguir.

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	*	*	41.893
	Entregaram a DBR	*	*	40.800**
	Não cumpriram a obrigação	*	*	1.093

Fonte: SISRH/CAIXA

* independente da posse, início ou fim de exercício, os detentores de Função Comissionada estão obrigados a disponibilizarem suas respectivas DBR anualmente, conforme descrito abaixo:

** autorizam o acesso, por meio eletrônico, à sua Declaração de Ajuste Anual do IRPF com as respectivas retificações.

- apresentam anualmente, em envelope lacrado, Formulário de Entrega da Declaração de Bens e Valores, declarando todos os bens e valores.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno.

Seguem políticas de controle interno da CAIXA.

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de uso especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

15. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações da CGU e do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento.

15.1. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU.

15.1.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

Os Acórdãos/TCU recebidos no exercício foram respondidos considerando Gestor o Ministério das Cidades, conforme **ANEXO VI** deste Relatório.

15.1.2. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Não houve pendências de atendimento ao TCU no exercício de 2011.

15.2. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações da CGU.

15.2.1. Relatório de cumprimento das recomendações da CGU:

Não houve recomendações da CGU no exercício de 2011. O Gestor não encaminhou o Plano de Providências.

15.2.2. Situação das recomendações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Não houve recomendações da CGU no exercício de 2011. O Gestor não encaminhou o Plano de Providências.

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

17.1. Origem dos Recursos

Os recursos do programa são originários do Orçamento Geral da União e de contrapartida dos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades das respectivas administrações direta e indireta.

17.2. Composição do Investimento

O valor de investimento é composto de todas as parcelas de custos de obras e serviços necessários à execução da proposta, podendo ser integralizadas com recursos provenientes do Orçamento Geral da União e ou da contrapartida, observadas as regras especificadas pelo gestor.

A contrapartida é integralizada com a parcela de recursos próprios do Contratado ou de terceiros com o objetivo de compor o investimento e complementar o valor alocado pela União em conformidade com a legislação vigente.

O percentual mínimo de contrapartida está definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 12.017, 12/08/2009 e orientações específicas do Gestor.

17.3 Contratações no Exercício

Em 2011, foram selecionadas 90 propostas com tramitação pelo SICONV, totalizando R\$ 34.168.777,90 (trinta e quatro milhões, cento e sessenta e oito mil, setecentos e setenta e sete reais e noventa centavos), das quais foram firmados 62 contratos de repasse, no total de R\$ 18.126.109,70 (dezoito milhões, cento e vinte e seis mil, cento e nove reais e setenta centavos).

MINISTÉRIO DAS CIDADES - FNHIS				
PROPOSTAS COM TRAMITAÇÃO PELO SICONV				
SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2011				
CONSOLIDADO BRASIL				
UF	Seleção		Contratação	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
AC	1	394.200,00	-	0
BA	10	1.165.300,00	7	940.300,00
CE	2	440.000,00	2	405.000,00
ES	3	1.903.500,00	2	421.400,00
GO	11	9.250.870,00	6	4.194.850,00
MA	3	2.064.300,00	1	987.600,00
MG	8	1.197.900,00	5	734.400,00
PA	5	3.486.275,00	3	1.708.875,00
PB	1	394.200,00	1	394.200,00
PE	7	912.650,00	6	845.150,00
PI	4	2.020.845,00	1	532.660,00
PR	12	3.292.100,00	11	2.996.800,00
RJ	2	2.141.368,00	-	0
RN	1	122.900,00	-	0
RS	2	294.600,00	1	196.400,00
SC	6	3.240.415,40	5	2.216.420,20
SE	2	135.000,00	2	135.000,00
SP	9	1.120.354,50	8	825.054,50
TO	1	592.000,00	1	592.000,00
TOTAL	90	34.168.777,90	62	18.126.109,70

Fonte: SIAFI 31/12/2011

Quanto ao PAC, foram selecionadas 267 propostas, importando em R\$ 574.751.866,31 (quinhentos e setenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e um centavos). Desse total, foram firmados 232 Termos de Compromisso, totalizando R\$ 523.137.995,41 (quinhentos e vinte e três milhões, cento e trinta e sete mil, novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos).

MINISTÉRIO DAS CIDADES - FNHIS PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC				
SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2011 CONSOLIDADO BRASIL				
UF	Seleção		Contratação	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
AL	7	3.830.200,00	2	2.520.000,00
AM	4	5.935.073,90	3	5.706.721,68
AP	1	10.000.000,00	1	10.000.000,00
BA	27	62.356.633,13	23	59.502.503,13
CE	10	23.984.648,63	9	22.156.204,67
ES	2	16.619.701,72	2	16.619.701,72
GO	2	1.018.379,00	1	862.379,00
MA	5	18.556.657,25	4	18.478.657,25
MG	16	46.647.154,43	15	46.018.270,84
MS	9	14.636.510,89	9	14.636.510,89
MT	4	32.008.121,19	4	32.008.121,19
PA	7	15.723.303,64	6	15.269.208,60
PB	8	14.359.072,63	5	13.731.845,74
PE	25	12.054.322,90	18	6.882.187,85
PI	5	5.479.736,18	4	5.349.736,18
PR	21	29.612.457,83	21	28.635.150,50
RJ	9	52.488.096,48	7	22.671.410,62
RN	4	3.350.750,00	4	3.350.750,00
RO	1	340.000,00	1	268.305,12
RR	1	4.757.800,00	1	4.757.800,00
RS	42	72.627.261,20	38	71.520.898,25
SC	32	69.007.719,26	31	62.923.456,13
SE	1	1.230.000,00	1	1.230.000,00
SP	20	48.744.447,27	18	48.654.357,27
TO	4	9.383.818,78	4	9.383.818,78
TOTAL	267	574.751.866,31	232	523.137.995,41

Fonte: SIAFI 31/12/2011

Os dados supramencionados, referentes às propostas contratadas, poderão ser alterados em virtude do atendimento de eventuais demandas judiciais.

17.4. Empenhados no Exercício

Em 2011 foram empenhados R\$ 507.054.050,87 (Quinhentos e sete milhões, cinqüenta e quatro mil, cinqüenta reais e oitenta e sete centavos), conforme a seguir.

UF	Vr NE
AC	3.589.779,00
AL	4.375.131,00
AM	10.702.909,00
AP	1.991.168,00
BA	31.571.129,43
CE	25.150.764,02
ES	7.008.541,44
GO	22.290.346,67
MA	12.477.115,98
MG	72.260.470,93
MS	3.921.869,42
MT	5.706.930,54
PA	13.031.193,28
PB	10.746.692,46
PE	40.040.350,59
PI	3.250.907,00
PR	37.674.308,90
RJ	37.969.728,02
RN	2.015.250,00
RO	19.681.914,89
RR	3.043.318,84
RS	26.315.377,64
SC	23.534.154,97
SE	11.174.632,90
SP	76.468.875,95
TO	1.061.190,00
TOTAL	507.054.050,87

Fonte: SIAFI 31/12/2011

17.5. Taxa de administração pelos serviços prestados prevista em Contrato de Prestação de Serviços

FNHIS + FNHIS PAC	COBRADO ATÉ 2011	COBRADO EM 2011	TOTAL RECEBIDO ATÉ 2011	RECEBIDO EM 2011	A RECEBER 31/12/11
VALOR TOTAL	23.183.717,82	198.987,67	15.365.090,01	276.403,50	7.818.627,81
OBS: Incluído no total recebido até 2011, recebido em 2011 e a receber 31/12/2011 o valor da atualização monetária.					

Fonte: SIAFI 31/12/2011

Brasília, 28 de Fevereiro de 2012.

Ricardo Magno Paula Ramos

Gerente Nacional de Execução Financeira de Programas - Em Exercício
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto

Liane Vinagre Klautau

Superintendente Nacional de Administração Financeira
Ordenador de Despesas p/ Delegação de Competências - Titular

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DAS OBRAS ATRASADAS E PARALIZADAS NO EXERCÍCIO

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
AC	PM M.LIMA	0255096-30	634482	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	19-set-08	30-mar-12	354.640,00	70.928,00	60.964,54	17,22	
AC	PM PORTO WALTER	0255097-44	650966	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	19-fev-09	30-nov-12	344.750,00	230.258,53	222.243,20	66,79	
AC	PM XAPURI	0257491-66	631093	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	01-jul-08	30-nov-12	196.400,00	39.280,00	18.468,17	9,62	
AC	ESTADO AC	0281077-44	647970	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-08	30-dez-12	1.646.933,17	329.386,63	297.981,48	18,22	
AC	ESTADO AC	0281078-59	647968	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-08	30-dez-12	1.646.933,17	390.652,55	325.510,57	23,72	
AC	ESTADO AC	0281080-91	647971	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-08	30-dez-12	1.646.933,17	329.386,63	6.108,32	0,42	
AC	PM BRASILEIA	0302741-48	658777	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	5.300,00	20	PAC
AC	PM S.R.PURUS	0302744-71	658780	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-jun-12	28.970,00	7.201,94	5.749,00	19,86	PAC
AC	PM BRASILEIA	0306748-09	718966	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-jul-12	493.100,00	73.866,38	70.215,40	14,98	
AL	MACEIO	0176718-74	536213	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-dez-05	22-jun-12	195.000,00	195.000,00	128.023,94	89,98	
AL	MACEIO	0177763-55	536270	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-dez-05	22-jun-12	390.000,00	390.000,00	340.049,41	96,27	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
AL	MACEIO	0179617-10	536683	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-dez-05	22-jun-12	390.000,00	390.000,00	332.152,78	86,98	
AL	MACEIO	0180207-76	536372	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-dez-05	30-jan-13	1.048.125,00	1.048.125,00	1.040.187,69	95,8	
AL	JACARE HOMENS	0230071-13	610346	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-nov-07	30-nov-12	292.500,00	58.500,00		5	
AL	CORURIBE	0233230-91	614530	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-mar-12	700.000,00	700.000,00	641.502,92	88,52	PAC
AL	PM TAQUARANA	0235931-25	614783	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	5.267,27	20	PAC
AL	TEOTONIO VILELA	0235932-39	614782	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	30-jun-12	48.750,00	48.750,00	9.750,00	20	PAC
AL	MACEIO	0237559-55	610371	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	26-dez-07	26-mai-12	9.750.000,00	9.750.000,00	9.415.363,68	96,68	
AL	BOCA DA MATA	0249967-41	623355	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	25-abr-12	493.100,00	493.099,79	386.890,27	78,96	PAC
AL	PALMEIRA INDIOS	0250969-88	623665	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-abr-12	58.640,00	58.316,60		5	PAC
AL	SAO MIGUEL CAMP	0250970-15	632829	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-jun-12	58.640,00	58.316,60	6.761,90	11,53	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
AL	MACEIO	0251148-64	623238	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	30-abr-12	10.623.081,18	10.623.080,69	10.132.580,68	95,4	PAC
AL	ESTADO AL	0251209-01	623432	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	26-fev-12	479.254,00	454.356,62	398.340,76	88,75	PAC
AL	PALMEIRA INDIOS	0251212-58	623433	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	24-abr-12	493.100,00	205.178,91	159.023,04	36,61	PAC
AL	IGACI	0251365-01	624296	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	05-mai-12	493.100,00	345.170,00	296.603,55	97,76	PAC
AL	JEQUIA DA PRAIA	0251366-15	623496	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	27-out-12	477.276,00	473.147,22		0	PAC
AL	PM ARAPIRACA	0270788-13	648418	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-08	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	1.350,00	2,32	PAC
AL	MARECHAL DEODOR	0302758-44	658793	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-jun-12	58.640,00	58.640,00		1,88	PAC
AL	MESSIAS	0302759-59	658794	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	2.681,00	9,68	PAC
AM	ESTADO AM	0187772-70	539232	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-05	30-jun-12	7.800.000,00	7.800.000,00	5.894.000,00	76,85	
AM	PM MANAUS - AM	0192785-24	563031	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	01-jun-06	01-jun-12	8.287.500,00	8.287.500,00	823.690,84	8,93	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
AM	ESTADO AM	0192900-29	563029	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	01-jun-06	29-fev-12	9.750.000,00	9.750.000,00	9.267.990,58	99,73	
AM	ESTADO AM	0192903-52	563028	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	01-jun-06	30-jun-12	9.750.000,00	9.750.000,00	6.201.017,00	66,73	
AM	ESTADO AM	0192904-66	563027	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	01-jun-06	30-jun-12	9.750.000,00	9.750.000,00	6.220.706,70	66,94	
AM	PM CAAPIRANGA	0233233-22	614612	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	31-ago-12	900.000,00	899.999,91	885.788,61	97,19	PAC
AM	PM NOVA OLINDA	0233239-88	614614	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-dez-07	27-nov-12	900.000,00	787.050,00	742.195,61	82,45	PAC
AM	PM MANAUS - AM	0251149-78	623869	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	30-abr-12	10.249.031,66	6.926.338,41	5.893.132,85	59,48	PAC
AM	PM ANORI	0251219-26	624058	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jul-12	493.100,00	245.155,52	242.867,82	62,59	PAC
AM	PM APUI	0251220-55	626011	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-mai-08	20-fev-12	493.100,00	486.344,53	410.407,13	92,69	PAC
AM	PM ATALAIA NORT	0251221-69	626009	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-mai-08	30-jun-12	493.100,00	334.420,42	287.612,32	88,81	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
AM	PM AUTAZES	0251222-73	624047	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	24-jul-12	493.100,00	364.139,14	326.641,18	66,43	PAC
AM	PM CANUTAMA	0251226-19	624448	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	07-abr-12	418.925,00	216.086,58	95.634,60	22,91	PAC
AM	PM ENVIRA	0251229-41	624062	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	25-jul-12	493.100,00	265.823,00	265.823,00	61,98	PAC
AM	PM FONTE BOA	0251230-70	624291	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	27-mar-12	493.100,00	493.099,79	483.830,21	99,48	PAC
AM	PM ITAPIRANGA	0251233-01	624052	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-set-12	418.925,00	418.768,28	370.972,58	93,37	PAC
AM	PM BORBA	0302770-01	658805	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-jan-12	58.640,00	14.660,00	11.568,00	20	PAC
AM	PM CAAPIRANGA	0302771-15	658806	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-jan-13	28.970,00	-	-	0	PAC
AM	PM ITAMARATI	0309507-53	723544	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	31-dez-12	295.300,00	-	-	0,92	
AM	PM ITAMARATI	0309508-67	723540	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	31-dez-12	295.300,00	-	-	0,92	
AM	PM ITAMARATI	0310453-34	723538	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	31-dez-12	295.300,00	17.836,12	-	6,04	
AP	PM MACAPA	0174954-95	541490	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-05	31-out-12	534.215,18	534.214,93	419.284,45	83,25	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
AP	ESTADO AP	0192902-47	562651	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	30-nov-12	9.750.000,00	4.875.000,00		0	
AP	PM LARANJA JARI	0198139-20	579181	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	19-dez-06	31-dez-12	4.875.000,00	679.087,51	660.754,49	13,93	
AP	PM SANTANA	0233244-52	621040	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-set-12	1.500.000,00	114.000,00	41.508,29	2,6	PAC
AP	PM MACAPA	0235940-36	614778	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-out-12	58.640,00	43.980,00	39.244,76	70	PAC
AP	PM OIAPOQUE	0235941-40	626053	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-out-12	19.080,00	19.080,00	19.080,00	20	PAC
BA	ESTADO DA BAHIA	0174959-45	536200	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-dez-05	23-jul-12	861.900,00	861.900,00	598.992,34	66,08	
BA	ESTADO DA BAHIA	0175116-76	536361	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-dez-05	23-jul-12	845.325,00	845.325,00	607.796,78	67,88	
BA	PM LAURO FREITA	0176568-63	536197	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	14-dez-05	21-mar-12	864.955,65	864.955,65	117.693,68	16,19	
BA	PM V.DA ROCA	0184944-72	541608	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-05	05-nov-12	97.500,00	97.500,00	80.809,90	82,88	
BA	PM SALVADOR-BA	0192794-34	563034	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	14-jun-06	04-fev-12	9.750.000,00	9.750.000,00	4.140.494,80	68,58	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
BA	PM F SANTANA-BA	0198498-71	565165	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	06-jul-06	05-mar-12	682.500,00	682.500,00	337.322,31	47,63	
BA	PM PIRITIBA	0225532-80	610342	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	05-mai-12	117.000,00	117.000,00	90.315,80	95,96	
BA	PM AMELIA RODRI	0230091-54	597994	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	11-dez-07	05-mar-12	146.250,00	51.918,75	43.923,36	35,5	
BA	ESTADO DA BAHIA	0233245-67	614637	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	12-mar-12	708.775,43	708.775,43	702.535,26	98,59	PAC
BA	PM ARACY	0233246-71	630434	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-mai-08	05-set-12	700.000,00	699.999,92	634.228,42	93,59	PAC
BA	PM BARREIRAS-BA	0233248-99	605120	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	19-dez-07	05-mai-12	7.280.000,00	6.960.900,86	3.430.029,64	48,16	PAC
BA	ESTADO DA BAHIA	0233249-02	623833	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-abr-08	11-mar-13	692.000,00	34.600,00		0	PAC
BA	ESTADO DA BAHIA	0233251-57	614639	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	12-ago-12	321.508,18	16.075,41		0	PAC
BA	PM ITABERABA	0233264-03	610448	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	05-set-13	1.016.112,38	359.640,00		7,87	PAC
BA	PM ITABUNA-BA	0233265-18	627342	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-nov-12	2.500.000,00	2.500.000,00	1.727.002,37	73	PAC
BA	PM ITAPETINGA	0233268-40	619947	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	30-nov-12	979.682,40	334.828,25	107.261,85	13,41	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
BA	PM NOVA VICOSA	0233275-33	627321	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	09-mai-08	30-nov-12	877.599,84	387.337,15	120.002,42	14,49	PAC
BA	ESTADO DA BAHIA	0233277-52	614644	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	12-mar-13	2.675.000,53	1.061.249,03	1.058.066,18	51,51	PAC
BA	PM S A JESUS-BA	0233279-70	605119	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	21-dez-07	20-jun-12	3.300.000,00	3.299.999,67	1.448.485,89	43,45	PAC
BA	PM ALAGOINHAS	0235944-73	603063	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	14-dez-07	05-mar-12	58.640,00	58.640,00	11.728,00	20	PAC
BA	PM ARATACA	0235947-05	619971	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	28.970,00	28.970,00	2.810,00	10	PAC
BA	PM B CHOCA	0235949-23	619972	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-dez-07	30-abr-12	47.761,00	47.761,00	33.429,30	70	PAC
BA	PM CAIRU	0235955-14	619969	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	22.788,75	22.788,75	4.557,75	20	PAC
BA	PM COR MARIA	0235958-46	614809	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	05-set-12	28.970,00	28.970,00	2.757,94	10	PAC
BA	PM COR JOAO SAA	0235960-89	610554	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	05-set-12	58.640,00	-		20	PAC
BA	PM FIRMINO ALVE	0235964-24	620072	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	28.970,00	28.970,00	18.793,78	65	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
BA	PM IBICARAI-BA	0235967-58	619966	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	58.640,00	58.640,00	26.332,13	45	PAC
BA	PM IGRAPIUNA	0235971-17	619986	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	26.992,00	26.992,00	5.398,40	20	PAC
BA	PM ITAETE	0235977-73	610573	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	05-mar-12	26.992,00	26.992,00	18.894,40	70	PAC
BA	PM ITAGI	0235978-87	619981	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	26.992,00	26.992,00	12.037,50	20	PAC
BA	PM ITAPETINGA	0235981-32	619979	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	44.566,40	74	PAC
BA	PM JAGUAQUARA	0235987-98	619976	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	30-abr-12	46.772,00	46.772,00	32.731,98	70	PAC
BA	PM LAURO FREITA	0235992-62	610570	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	19-dez-07	19-mar-13	55.673,00	55.673,00	9.218,61	19,95	PAC
BA	PM MACAUBAS	0235993-76	620025	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	46.772,00	46.772,00	9.354,40	20	PAC
BA	PM MIRANGABA	0235996-08	620304	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	10-dez-07	05-set-12	28.970,00	28.970,00	5.794,00	20	PAC
BA	PM NILO PECANHA	0235997-12	620073	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	27.486,50	27.486,50	4.397,76	16	PAC
BA	PM OURICANGAS	0235999-30	614801	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	13-dez-07	31-dez-12	28.970,00	7.242,50	5.794,00	20	PAC
BA	PM PAU BRASIL	0236001-99	619989	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	28.970,00	28.970,00	5.203,08	18	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
BA	PM PIRITIBA	0236003-16	610577	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	10-dez-07	05-mar-12	27.486,50	27.486,50	5.497,30	20	PAC
BA	PM TANCREDO NEV	0236004-20	610553	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	05-set-12	28.970,00	28.970,00	2.860,00	9,88	PAC
BA	PM RIO PIRES	0236006-49	619962	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	5.780,00	20	PAC
BA	PM RIO REAL	0236007-54	597995	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	11-dez-07	05-set-12	58.640,00	58.640,00		19,69	PAC
BA	PM SANTANA	0236011-13	619960	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	19.021,43	32,5	PAC
BA	PM TAPEROA	0236017-79	619957	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-abr-12	26.992,00	26.992,00	6.600,00	16	PAC
BA	PM TEOLANDIA	0236018-83	619958	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	28.970,00	28.970,00		20	PAC
BA	PM UBAIRA	0236019-97	619973	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	58.640,00	58.640,00	41.012,00	70	PAC
BA	PM VIT.CONQUIST	0236022-42	619974	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-abr-12	58.640,00	58.640,00	26.738,00	45	PAC
BA	PM B CHOCA	0240764-03	620003	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	19-dez-07	30-abr-12	38.860,00	-		0	PAC
BA	PM JITAUNA	0240797-92	620012	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	38.860,00	38.860,00		0	PAC
BA	PM MORTUGABA	0240802-68	620009	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	38.860,00	38.860,00		0	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
BA	PM S.C.CABRALIA	0240809-36	620010	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	28.970,00	28.970,00	8.871,43	40	PAC
BA	PM S.C.CABRALIA	0240810-65	620011	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	19.080,00	19.080,00	8.156,70	40	PAC
BA	PM VIT.CONQUIST	0240817-33	620005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-abr-12	19.080,00	19.080,00	16.050,90	84,13	PAC
BA	PM VIT.CONQUIST	0241162-45	620002	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-abr-12	28.970,00	28.970,00	21.080,00	72,76	PAC
BA	PM POJUCA	0249742-20	624276	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	05-mar-12	514.865,00	419.306,04	235.246,41	45,92	PAC
BA	PM TANCREDO NEV	0249743-34	624005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	05-set-12	468.375,00	468.374,05	457.925,42	91,1	PAC
BA	PM S.C.CABRALIA	0249748-86	623404	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-nov-12	493.100,00	204.670,24	63.933,27	13,15	PAC
BA	PM TAPEROA	0249758-12	623277	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-nov-12	504.595,52	120.379,04	31.516,83	6,25	PAC
BA	PM TUCANO	0249762-73	623901	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	02-mai-08	05-mar-12	494.035,09	216.930,81	198.029,32	38,91	PAC
BA	PM CAMAMU	0250974-52	623631	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-abr-12	28.970,00	28.970,00	5.783,67	20	PAC
BA	PM REMANSO	0250981-44	624198	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	05-set-12	58.640,00	58.531,21	5.864,00	10	PAC
BA	ESTADO DA BAHIA	0250982-59	624300	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	12-fev-12	245.850,00	114.168,83		18,81	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
BA	PM S.R. CASSIA	0250984-77	624249	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	02-mai-08	05-jun-12	58.640,00	58.536,16		10	PAC
BA	PM STO ESTEVAO	0250985-82	624250	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	05-set-12	48.750,00	48.750,00	21.376,50	43,84	PAC
BA	PM ALAGOINHAS	0251244-30	624039	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	05-mar-13	1.027.104,00	1.027.104,00	711.037,90	95,48	PAC
BA	PM AMELIA RODRI	0251248-78	630459	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	06-mai-08	05-set-13	493.100,00	181.312,87	158.511,22	31,77	PAC
BA	PM ARACY	0251250-21	624443	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-mai-08	05-set-12	537.839,04	508.204,11	445.880,57	85,73	PAC
BA	PM BRUMADO - BA	0251254-68	624445	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-nov-12	492.111,00	130.212,57	103.208,55	21,46	PAC
BA	PM BUERAREMA	0251255-73	624055	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-nov-12	503.042,92	419.990,53	374.547,59	78,49	PAC
BA	PM CIPO	0251258-04	624450	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-mai-08	05-mar-12	493.100,00	191.700,06		15,9	PAC
BA	PM CRISOPOLIS	0251260-46	630481	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-mai-08	05-set-12	493.100,00	49.310,00	49.310,00	19,39	PAC
BA	PM ITAPETINGA	0251272-80	624449	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-nov-12	493.100,00	62.475,77		2,67	PAC
BA	PM JACOBINA - BA	0251273-94	624048	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	05-nov-12	493.100,00	493.099,79	389.529,56	79,58	PAC
BA	PM MATA S JOAO	0251278-44	624097	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	14-abr-12	526.414,97	246.269,01	117.620,36	22,61	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
BA	PM CANAVIEIRAS	0302777-71	658811	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-abr-12	58.640,00	38.640,00		20	PAC
BA	PM JEQUIE - BA	0302785-78	658819	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-abr-12	58.640,00	38.640,00		0	PAC
BA	PM L N SENHORA	0302786-82	658820	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-abr-12	58.640,00	38.640,00		0	PAC
BA	PM MARAU	0302787-96	658821	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-abr-12	28.970,00	9.300,00		0	PAC
BA	PM MUCURI - BA	0302790-41	658823	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-abr-12	58.640,00	38.640,00	8.209,60	14	PAC
BA	PM PARATINGA	0302791-56	658824	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-abr-12	58.640,00	38.640,00		0	PAC
BA	PM S.M.VITORIA	0302793-74	658826	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-abr-12	58.640,00	38.640,00		0	PAC
CE	PM FORTALEZA	0192797-68	562657	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	08-jun-06	30-out-12	7.044.375,00	7.044.375,00	4.485.873,32	65,67	
CE	PM FORTALEZA	0192798-72	562663	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	08-jun-06	30-abr-12	8.254.350,00	8.254.350,00	8.254.350,00	99,73	
CE	PM SOBRAL	0194377-20	572004	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	06-set-06	30-mai-12	292.500,00	292.500,00	238.335,67	83,47	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
CE	PM EUSEBIO	0198505-67	567551	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	22-ago-06	30-jul-12	8.984.625,00	8.984.625,00	7.339.144,57	86,77	
CE	PM CAMOCIM	0233291-36	614654	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	27-dez-07	30-out-12	4.338.768,48	4.338.768,48	4.170.579,88	96,92	PAC
CE	PM CASCAVEL	0233293-55	614572	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	24-dez-07	30-dez-12	705.660,00	699.999,93	185.376,81	26,28	PAC
CE	PM DE GRANJA CE	0233297-92	614571	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	13-dez-07	30-mai-12	704.900,09	704.900,09	529.316,32	91,1	PAC
CE	PM ITAPIOCA	0233300-49	614604	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	30-nov-12	1.349.402,98	571.048,21	311.442,50	23,08	PAC
CE	PM JUAZ. NORTE	0233480-25	614677	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-dez-07	30-out-12	9.500.000,00	9.499.999,05	1.119.100,00	11,79	PAC
CE	ESTADO CE	0233490-40	614554	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	24-dez-07	30-set-12	728.000,00	178.439,80	129.875,20	17,84	PAC
CE	PM UBAJARA	0233491-55	614555	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	13-dez-07	30-set-12	505.435,66	501.572,49	391.546,53	77,59	PAC
CE	PM ARNEIROZ	0236030-49	614727	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-dez-12	28.970,00	28.970,00	5.786,41	20	PAC
CE	PM AURORA	0236031-54	614798	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	14-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00	40.890,91	70	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
CE	PM BREJO SANTO	0236039-36	614805	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	14-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00	11.675,22	20	PAC
CE	PM CARIRE	0236042-83	614804	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-dez-12	28.970,00	28.970,00	5.794,00	20	PAC
CE	PM DEP IRAPUAN	0236048-47	614721	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-dez-12	27.338,15	27.338,15	18.975,57	69,41	PAC
CE	PM FARIAS BRITO	0236050-92	614723	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	14-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00	23.089,04	39,55	PAC
CE	PM GUARAMIRANGA	0236055-42	614790	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-jun-12	28.970,00	28.970,00		0	PAC
CE	PM IBARETAMA	0236058-75	614788	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-dez-12	28.970,00	-		0	PAC
CE	PM JAGUARIBARA	0236068-90	614743	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	14-dez-07	30-jun-12	28.970,00	28.970,00		0	PAC
CE	PM JUCAS	0236073-64	614738	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00	11.434,80	39	PAC
CE	PM MARACANAU	0236076-97	614736	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00		0	PAC
CE	PM MERUOCA	0236078-14	614713	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	14-dez-07	30-mar-12	28.970,00	28.970,00	5.765,00	20	PAC
CE	PM MISSAO VELHA	0236080-57	614717	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	14-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00	40.890,08	70	PAC
CE	PM NOVA OLINDA	0236083-89	614719	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	13-dez-07	30-dez-12	28.970,00	28.970,00	11.393,89	39,34	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
CE	PM OROS	0236084-93	614715	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00	21.767,16	37,13	PAC
CE	PM PACUJA	0236087-25	614705	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-dez-12	28.970,00	28.970,00		0	PAC
CE	PM PARAMBU	0236090-72	614699	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00		0	PAC
CE	PM PEREIRO	0236092-90	614701	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	30-dez-12	27.486,50	27.486,50	12.107,69	44,05	PAC
CE	PM S.L.CURU	0236103-20	614692	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	24-dez-07	30-dez-12	28.970,00	28.970,00		0	PAC
CE	PM SEN. POMPEU	0236104-34	614697	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-dez-07	30-jun-12	58.640,00	58.640,00		0	PAC
CE	PM AMONTADA	0249766-19	624006	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	509.057,04	49.310,00		0,23	PAC
CE	PM MARCO	0249787-64	623992	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	30-jun-12	493.100,00	493.100,00	331.624,27	69,3	PAC
CE	PM MIRAIMA	0249791-23	624001	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	05-mai-08	30-nov-12	493.100,00	493.099,79	311.833,58	63,22	PAC
CE	PM PACATUBA	0249794-56	625999	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-nov-12	520.023,71	520.023,71	458.929,93	85,22	PAC
CE	PM PARACURU	0249795-61	626005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-set-12	493.100,00	433.521,79	370.606,66	75,41	PAC
CE	PM ST. QUITERIA	0250102-03	624218	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	58.640,00	46.912,00		0	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
CE	PM CHOROZINHO	0250994-92	624204	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-ago-12	28.970,00	28.970,00		0	PAC
CE	PM DE GRANJA CE	0250996-10	624205	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	30-dez-12	58.640,00	58.640,00		0	PAC
CE	PM GUAIBUBA	0250997-24	624206	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-abr-08	30-dez-12	38.860,00	38.860,00	27.101,94	69,8	PAC
CE	PM IGUATU	0250998-38	626043	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	11.728,00	20	PAC
CE	PM MASSAPE	0251006-52	624214	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	30-dez-12	58.640,00	58.640,00	20.905,16	35,69	PAC
CE	PM MORRINHOS	0251008-70	626046	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-dez-12	58.640,00	58.640,00	40.776,97	70	PAC
CE	FORQUILHA	0257958-05	630684	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	22-jul-08	30-dez-12	137.060,00	1.055,36		0,77	
CE	ESTADO CE	0270905-37	643557	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-dez-08	30-dez-12	245.850,00	228.714,26	215.770,00	88,03	PAC
CE	PM SOBRAL	0301517-05	658686	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-dez-09	30-dez-12	4.894.150,00	391.593,32	132.142,00	2,67	PAC
CE	PM ARACOIABA	0302800-69	658831	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	22-dez-09	30-dez-12	58.640,00	2.932,00		0	PAC
CE	PM CAUCAIA	0302801-73	658832	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-dez-12	58.640,00	-		20	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
CE	PM ARATUBA	0345209-03	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	23-dez-10	23-jun-12	48.750,00	12.187,50		20	PAC
CE	PM MARTINOPOL E	0345213-64	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-10	27-jun-12	48.750,00	12.187,50	9.613,50	20	PAC
CE	PM PALMACIA	0345217-00	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	23-dez-10	23-jun-12	48.750,00	9.800,00	9.409,00	0	PAC
DF	PM ARINOS	0236184-06	610548	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	24-dez-07	31-mar-12	25.014,00	25.014,00	16.014,00	65,38	PAC
DF	PM UNAI	0236214-64	610596	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-mar-12	48.750,00	48.750,00	13.980,00	40	PAC
DF	PM POSSE	0249839-89	623908	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-mar-12	493.100,00	493.100,00	327.436,71	81,82	PAC
DF	PM A.L.DE GOIAS	0250113-32	624193	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	02-mai-08	31-mar-12	58.640,00	58.591,05		0	PAC
DF	PM CIDADE OCIDE	0250117-70	624192	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-mar-12	58.640,00	58.591,05	53.722,80	70	PAC
DF	PM VILA BOA	0250135-92	624165	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-mar-12	28.970,00	28.970,00	5.774,00	20	PAC
DF	PM PLANALTINA	0302821-12	658851	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-09	31-mar-12	58.640,00	14.560,31	8.548,16	19,83	PAC
DF	PM PARACATU	0302898-38	658914	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-09	31-mar-12	58.640,00	14.660,00	7.040,00	20	PAC
DF	PM IACIARA	0314642-93	722509	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-mar-12	789.800,00	36.646,72	7.898,00	4,64	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
ES	PM CARIACICA	0179944-75	544808	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-05	01-ago-12	648.375,00	648.375,00	482.146,28	72,02	
ES	PM VITORIA	0198511-44	583604	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-06	30-mar-12	487.500,00	487.500,00	185.671,53	38,05	
ES	PM S.G. PALHA	0233503-91	623219	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-ago-12	522.110,88	522.110,88	461.934,82	99,71	PAC
ES	PM ALFREDO CHAV	0236115-65	610551	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-mar-12	28.970,00	28.970,00	20.706,77	20	PAC
ES	PM ICONHA	0236120-38	610537	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-ago-12	18.486,60	18.486,60	3.996,56	20	PAC
ES	PM LINHARES	0236121-42	610534	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-mar-12	58.640,00	58.640,00	39.600,22	19,29	PAC
ES	PM CASTELO	0249808-19	623399	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-nov-12	528.922,20	526.105,57	417.292,15	83,19	PAC
ES	PM ANCHIETA	0250106-40	624486	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-ago-12	58.640,00	58.640,00	39.068,00	48,72	PAC
ES	PM GUARAPARI	0250108-69	623610	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-ago-12	48.750,00	48.750,00	1.830,00	19,79	PAC
ES	PM CARIACICA	0251086-23	625955	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	12-mai-08	30-mar-13	4.976.884,26	-	-	2,05	PAC
ES	PM MIMOSO SUL	0255353-50	634871	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-out-08	30-mar-12	245.850,00	-		2,7	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
ES	PM MONTANHA	0309500-84	723569	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	01-dez-12	146.950,00	-		1,45	
GO	PM ARAGARCAS	0193203-07	587468	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-06	31-jan-12	487.500,00	487.500,00	423.920,97	90,74	
GO	PM GOIANIA	0198513-63	572921	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	03-nov-06	31-ago-12	2.925.000,00	2.925.000,00	2.382.975,02	81,21	
GO	PM GOIANIA	0198514-77	572923	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	03-nov-06	31-ago-12	1.381.455,08	1.381.455,08	1.161.961,41	69,02	
GO	PM ALEXANIA	0210841-01	587567	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-06	31-dez-12	97.500,00	21.381,75	21.381,75	68,09	
GO	PM VARJAO	0210988-77	581382	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-06	28-fev-12	97.500,00	19.500,00	19.500,00	25	
GO	PM PORANGATU	0233309-36	600633	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	18-dez-07	26-fev-12	890.000,00	890.000,00	731.576,78	87,93	PAC
GO	PM SAO SIMAO	0233310-65	614600	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	30-abr-12	300.000,00	199.000,03	164.601,34	81,99	PAC
GO	PM A GOIANIA GO	0233507-37	614558	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-dez-07	30-nov-12	2.110.000,00	421.578,00	30.045,22	1,41	PAC
GO	PM BURITI ALEGR	0233509-56	614556	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	30-nov-12	280.000,00	74.396,00	55.944,00	21,57	PAC
GO	PM CALDAS NOVAS	0233510-84	614557	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	30-nov-12	909.957,50	909.957,50	857.982,12	98,64	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
GO	PM CRIXAS	0233512-01	621031	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jun-12	338.673,84	330.000,00	293.354,08	99,34	PAC
GO	PM AMARALINA	0236139-40	621045	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	5.753,09	20	PAC
GO	PM ANAPOLIS	0236140-79	621046	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-dez-07	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	6.610,00	16,97	PAC
GO	PM A GOIANIA GO	0236141-83	610532	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	30-jun-12	38.860,00	38.860,00	7.772,00	20	PAC
GO	PM B. V. GOIAS	0236143-00	614754	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jan-13	58.640,00	58.640,00	11.466,00	20	PAC
GO	PM BURITI ALEGR	0236144-14	614755	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-dez-07	30-abr-12	28.970,00	28.970,00	5.528,08	10	PAC
GO	PM GOIANDIRA	0236147-47	615498	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	5.790,57	20	PAC
GO	PM GOIANIRA	0236149-66	614751	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-dez-07	31-mar-12	58.640,00	58.640,00	11.727,95	20	PAC
GO	PM HIDROLANDIA	0236150-05	614750	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	31-ago-12	28.970,00	28.970,00	5.761,91	20	PAC
GO	PM INDIARA	0236151-19	614752	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	30-jun-12	28.970,00	10.750,77	7.242,50	32,11	PAC
GO	PM ITABERAI	0236153-37	621047	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	11.728,00	20	PAC
GO	PM ITAJA	0236154-41	610543	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	31-jan-13	28.970,00	28.970,00	19.614,78	70	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
GO	PM MATRINCHA	0236157-75	621057	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	19.866,98	70	PAC
GO	PM MINACU	0236158-89	621056	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	31-dez-12	58.640,00	58.640,00		20	PAC
GO	PM MONTIVIDIU	0236160-20	614760	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	30-nov-12	28.970,00	28.970,00	5.729,62	20	PAC
GO	PM M. DO NORTE	0236161-34	621051	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00		0	PAC
GO	PM NAZARIO	0236162-48	614761	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	30-mar-12	28.970,00	28.970,00		0	PAC
GO	PM NOVA CRIXAS	0236163-53	621050	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	16.706,25	57,81	PAC
GO	PM PORANGATU	0236164-67	600636	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	19-dez-07	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	11.493,33	20	PAC
GO	PM S.LUIZ DO NO	0236165-72	621052	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	5.676,29	20	PAC
GO	PM TEREZOPOLIS	0236168-03	614918	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	6.095,34	20	PAC
GO	PM IPAMERI - GO	0243787-31	615135	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	27-mai-12	1.000.000,00	-		8,41	
GO	PM CACU	0247744-08	615147	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	493.100,00	194.084,16	128.156,69	39,36	
GO	PM ACREUNA A	0249819-48	624637	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-nov-12	493.100,00	417.242,54	259.274,88	49,84	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
GO	PM AMORINOPOLIS	0249822-95	624420	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-abr-12	418.925,00	121.446,36	102.079,20	23,99	PAC
GO	PM ARAGARCAS	0249824-12	624419	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	493.100,00	456.364,05	424.593,37	87,55	PAC
GO	PM GOIANIA	0249831-05	623287	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-mar-12	5.515.591,73	5.515.591,73	4.702.157,30	98,45	PAC
GO	PM MONTIVIDIU	0249836-57	623278	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-jan-13	490.133,00	186.054,49	154.645,57	32,11	PAC
GO	PM NIQUELANDIA	0249837-61	624608	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	08-mai-08	31-dez-12	493.100,00	493.100,00	425.489,14	98,96	PAC
GO	PM ABADIA GOIAS	0250110-00	623608	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	5.687,40	20	PAC
GO	PM ACREUNA A	0250112-28	624719	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	28-mai-12	38.860,00	38.860,00	17.306,16	44,29	PAC
GO	PM CATALAO - GO	0250116-66	623622	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	58.640,00	58.591,05	11.412,16	20	PAC
GO	PM IPORA	0250119-98	624478	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	31-dez-12	58.640,00	58.591,05	7.497,60	16,34	PAC
GO	PM ITUMBIARA	0250121-39	623556	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-dez-12	58.640,00	58.591,05	6.925,68	20	PAC
GO	PM JARAGUA	0250122-43	624477	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-dez-12	58.640,00	58.591,05	11.608,93	20	PAC
GO	PM PIRACANJUBA	0250126-81	624695	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	31-mar-12	58.640,00	58.591,05	7.276,64	0	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
GO	PM SANTA HELENA	0250127-95	631087	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	13-jun-08	30-jun-12	58.640,00	58.591,05		0	PAC
GO	PM S.A.GOIAS	0250128-08	623584	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-nov-12	55.673,00	55.673,00	12.176,56	20	PAC
GO	PM SEN.CANEDO	0250131-55	623585	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-dez-12	58.640,00	58.591,05	10.865,03	20	PAC
GO	PM MUTUNOPOLIS	0250684-44	629041	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	12-mai-12	26.992,00	-		0	PAC
GO	PM S.FCO.GOIAS	0250695-75	624474	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-jun-12	37.673,20	-		0	PAC
GO	PM A GOIANIA GO	0251088-41	623222	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	30-mar-12	4.943.600,00	4.567.392,04	2.092.611,76	82,34	PAC
GO	PM SEN.CANEDO	0251089-56	623223	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	31-jan-13	2.018.482,48	490.894,55	263.293,31	12,47	PAC
GO	PM BURITI ALEGR	0256751-94	631094	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	13-jun-08	31-mai-12	455.221,30	230.448,20	80.609,48	17,73	PAC
GO	PM ITUMBIARA	0264305-48	647948	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-08	31-dez-12	986.907,70	18.751,25		1,9	
GO	PM CALDAS NOVAS	0270804-18	643590	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	16-dez-08	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	11.589,87	20	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
GO	UEMP/GO	0287106-29	714571	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-09	30-abr-12	1.299.719,50	401.093,49	226.880,52	18,25	
GO	UEMP/GO	0287423-69	707535	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-09	30-abr-12	3.848.915,46	1.232.237,84	565.689,96	22,01	
GO	PM ARAGOIANIA	0302811-98	658841	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-mar-12	28.970,00	1.448,50		0	PAC
GO	PM GOIANAPOLIS	0302814-29	658844	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-dez-12	28.970,00	7.300,44	5.851,94	20,2	PAC
GO	PM PIRES DO RIO	0302820-08	658850	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-mar-12	58.640,00	58.640,00		20	PAC
GO	PM RIO VERDE GO	0302822-26	658852	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	23-dez-09	31-out-12	58.640,00	14.660,00	11.266,87	20	PAC
GO	PM S L M BELOS	0302823-30	658853	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-dez-12	58.640,00	2.932,00		0	PAC
GO	PM CAMPINORTE	0306750-54	718967	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-jun-12	690.900,00	21.417,90		3,1	
GO	PM CUMARI	0309529-10	721382	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-out-12	98.200,00	24.451,80	24.451,80	63,25	
GO	PM PARANAIGUARA	0310452-20	723535	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	23-dez-09	30-out-12	196.400,00	140.936,64	117.641,35	71,76	
GO	CIDADES	0310459-90	721379	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-dez-12	394.200,00	5.952,42		1,51	
GO	CIDADES	0310709-15	721391	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-dez-12	295.300,00	12.284,48		4,16	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
GO	PM GOIATUBA	0310712-62	721323	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-abr-12	592.000,00	-		11,24	
GO	PM ITUMBIARA	0317934-95	721430	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	29-fev-12	987.600,00	16.196,64		1,64	
GO	AMETUR	0327339-95	736492	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	10-set-10	30-set-12	88.310,00	30.000,00		0	
GO	PM IPAMERI - GO	0345368-35	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-10	30-mar-12	78.420,00	-		0	PAC
MA	ESTADO MA	0233314-00	614581	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-abr-12	941.622,47	899.999,91	680.345,25	75,74	PAC
MA	ESTADO MA	0233317-33	614582	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-abr-12	941.622,47	899.999,91	582.676,85	64,95	PAC
MA	ESTADO MA	0233319-52	614585	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	28-jun-12	729.939,13	410.126,74	181.557,64	19,95	PAC
MA	ESTADO MA	0233321-94	614587	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-ago-12	624.097,46	293.687,59	108.600,87	19,61	PAC
MA	ESTADO MA	0233325-30	614589	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	941.622,47	179.820,00		1,37	PAC
MA	PM PEDREIRAS	0233326-44	614658	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	26-dez-07	31-mai-12	3.000.000,00	2.999.400,00	2.621.591,95	91,04	PAC
MA	ESTADO MA	0233327-59	614591	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-abr-12	941.621,67	899.999,91	748.393,44	80,76	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
MA	PM S DOMINGOS	0233329-77	614656	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	31-jul-12	2.000.000,00	1.999.999,80	1.604.815,58	80,79	PAC
MA	ESTADO MA	0233333-36	614593	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-ago-12	729.939,13	431.439,69	364.655,53	48,95	PAC
MA	PM BACABAL	0236170-45	614762	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	58.640,00	58.640,00		0	PAC
MA	PM B. JESUS SEL	0236171-50	620301	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	14-dez-07	31-mai-12	28.970,00	21.727,50	19.831,00	70	PAC
MA	ESTADO MA	0249844-53	623254	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-mai-12	516.215,14	51.621,51		0	PAC
MA	PM BURITICUPU	0250136-05	624168	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-mai-08	30-nov-12	58.640,00	58.640,00	44.100,00	76,2	PAC
MA	PM ARARI	0251280-87	626025	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	11-jun-08	31-out-12	493.100,00	493.099,79	18.654,00	16,08	PAC
MA	PM BACABEIRA	0251282-04	626027	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-abr-12	493.100,00	317.704,33	317.704,33	65,02	PAC
MA	PM BACURI	0251283-18	623513	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-jul-12	493.100,00	493.099,79	455.486,88	88,8	PAC
MA	ESTADO MA	0251290-01	623503	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-mai-12	516.215,14	97.248,95		5,94	PAC
MA	PM J. VIEIRAS	0251296-67	626024	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-abr-12	493.100,00	493.099,79	441.889,83	89,8	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
MA	PM MATOES	0251299-99	623471	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-dez-12	493.100,00	493.099,79	408.206,11	83,03	PAC
MA	PM MORROS	0251303-51	626017	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	31-dez-12	493.100,00	108.186,14	58.278,99	11,94	PAC
MA	PM PALMEIRANDIA	0251306-84	626016	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	10-jun-08	31-dez-12	493.100,00	170.703,87	131.430,48	19,88	PAC
MA	PM PERITORO	0251308-01	626019	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	31-mai-12	493.100,00	337.421,16	270.993,59	29,76	PAC
MA	PM PIRAPEMAS	0251309-15	626022	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	10-jun-08	28-set-12	493.100,00	493.099,79	100.234,91	20,72	PAC
MA	PM P.DAS PEDRAS	0251310-43	626021	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	31-mai-12	493.100,00	49.310,00	49.310,00	17,52	PAC
MA	PM P JUSCELINO	0251311-58	626020	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	31-mai-12	506.857,49	407.793,70	54.359,75	14,08	PAC
MA	ESTADO MA	0251316-08	623506	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	28-jun-12	516.215,14	515.960,87	235.408,06	47,75	PAC
MA	ESTADO MA	0251317-12	623493	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-out-12	516.215,14	170.454,24	135.807,54	28,02	PAC
MA	PM SITIO NOVO	0251320-69	626023	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	31-mai-12	251.784,00	44.389,52	31.888,28	12,63	PAC
MA	PM SANTA HELENA	0302833-56	658862	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-out-12	58.640,00	-		20	PAC
MA	PM DE TUNTUM	0314663-59	724569	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-jul-12	641.450,00	385.126,58	377.587,20	60,04	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
MA	PM LAGOA MATO	0317258-14	729055	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-jul-12	394.200,00	16.162,00	15.430,51	4,1	
MG	PM TEOFILO OTON	0177963-73	541508	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	29-dez-05	30-nov-12	146.250,00	146.250,00	78.431,84	54,49	
MG	PM B HORIZONTE	0192815-82	562117	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	30-abr-12	9.750.000,00	9.750.000,00	4.395.366,45	44,21	
MG	PM JABOTICATUBA	0192818-13	563037	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	28-fev-12	409.500,00	409.500,00		0	
MG	PM JUIZ DE FORA	0192819-27	562675	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	30-set-12	7.253.039,63	3.626.519,81	951.374,38	12,4	
MG	PM VARGINHA	0192824-92	568537	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	30-dez-12	580.125,00	580.125,00	534.165,36	88,96	
MG	PM CRISTINA	0193218-74	562993	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	05-jul-06	30-jun-12	292.500,00	292.500,00	289.710,80	74,36	
MG	PM LARANJAL	0193222-33	563838	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	05-jul-06	30-jun-12	292.500,00	292.500,00	243.294,77	98,05	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
MG	PM STA EFIG.MIN	0194535-39	575085	URBANIZACAO, REGULARIZACA O E INTEGRACAO DE ASSENTA	21-nov-06	30-nov-12	97.500,00	19.500,00	19.500,00	60,43	
MG	PM TEOFILO OTON	0198516-96	566614	URBANIZACAO, REGULARIZACA O E INTEGRACAO DE ASSENTA	22-ago-06	30-mar-12	4.272.450,00	4.272.450,00	1.791.667,90	47,96	
MG	PM TIMOTEO	0198517-09	568015	URBANIZACAO, REGULARIZACA O E INTEGRACAO DE ASSENTA	22-ago-06	30-set-12	7.909.675,41	2.581.935,08	380.223,13	9,93	
MG	PM ARGIRITA	0225828-52	595936	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	06-nov-07	30-jun-12	487.500,00	391.218,75	391.218,75	78,21	
MG	PM ARICANDUVA	0225829-66	614521	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jun-12	243.750,00	-		26,75	
MG	PM CANA VERDE	0230075-51	610345	URBANIZACAO, REGULARIZACA O E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	20-set-12	146.250,00	122.864,63	119.790,59	84,01	
MG	PM S.FCO GLORIA	0230076-65	610344	URBANIZACAO, REGULARIZACA O E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	30-mai-12	156.000,00	156.000,00	137.687,71	97,66	
MG	PM LEOPOLDINA	0233522-26	610443	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	31-jul-12	1.069.586,72	1.027.189,95	468.285,19	79,84	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
MG	PM PONTE NOVA	0233531-37	610367	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	31-dez-12	5.499.098,29	4.922.613,56	3.139.875,69	59,81	PAC
MG	PM STA BARBARA	0233890-88	610529	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-abr-12	873.240,80	873.240,80	820.607,16	92,89	PAC
MG	PM BELO VALE	0236188-43	614756	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	29-fev-12	28.970,00	28.970,00	28.900,00	99,77	PAC
MG	PM CEL FABRICIA	0236195-36	614903	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	41.048,00	70	PAC
MG	PM IPATINGA	0236200-02	614900	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-mar-12	58.640,00	11.728,00	10.104,58	70	PAC
MG	PM O.D'AGUA	0236204-48	614901	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	19.080,00	19.080,00		0	PAC
MG	PM UBA	0236212-45	610597	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-mar-12	58.640,00	58.640,00	9.083,33	20	PAC
MG	PM URUCANIA	0236215-79	610600	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	31-mar-12	28.970,00	28.970,00	20.279,00	70	PAC
MG	PM VICOSA	0236216-83	610599	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	7.458,00	13,44	PAC
MG	PM A. DOURADOS	0237302-50	614544	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	27-dez-07	30-mar-12	270.000,00	113.373,00	113.371,66	41,99	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
MG	SED RU	0249855-95	623721	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	295.425,36	295.184,64	256.300,06	93,46	PAC
MG	SED RU	0249857-12	623723	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	494.095,68	493.693,08	457.496,00	93,48	PAC
MG	PM BOM JESUS GA	0249858-26	623910	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	546.737,80	481.060,71	421.029,28	76,02	PAC
MG	PM CARATINGA	0249860-69	623638	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	344.750,00	344.750,00	198.076,63	61,8	PAC
MG	PM SANTANA PARA	0249998-10	624029	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-abr-12	497.045,43	497.045,43	474.212,24	95,78	PAC
MG	SED RU	0250001-86	623728	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	494.095,68	494.095,68	467.469,03	93,97	PAC
MG	PM SARDOA	0250004-17	623917	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-abr-12	423.678,11	423.678,11	421.262,61	99,48	PAC
MG	PM TIMOTEO	0250010-97	624223	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-mar-12	451.304,89	373.113,89	272.298,89	55,63	PAC
MG	PM UBERLANDIA	0250012-14	623408	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-dez-12	2.702.005,96	2.652.289,05	2.617.877,96	99,46	PAC
MG	SED RU	0250013-28	623725	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	05-mai-08	30-jun-12	473.325,00	472.726,60	420.732,91	93,54	PAC
MG	DEF PUBLICA MG	0250069-91	624031	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-mai-08	31-mar-12	96.100,00	96.100,00	-	5,23	PAC
MG	PM PERIQUITO	0250150-93	624164	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-mai-08	30-mar-12	58.640,00	58.640,00	40.040,00	69,52	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
MG	PM CONTAGEM	0251097-53	623658	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	30-jun-12	8.527.283,87	3.954.600,00	3.097.284,00	36,29	PAC
MG	PM C.MARINHO	0251321-73	623498	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-abr-12	418.925,00	78.106,73	33.234,94	3,47	PAC
MG	SED RU	0251330-84	623798	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	494.095,68	493.693,08	434.455,47	93,89	PAC
MG	SED RU	0251332-01	623736	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	05-mai-08	30-jun-12	494.095,68	494.095,68	422.474,39	98,02	PAC
MG	SED RU	0251335-34	623740	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	295.425,36	292.471,11	265.291,98	94	PAC
MG	PM JEQUITINHONH	0251337-53	623507	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-out-12	513.441,44	433.965,45	230.134,11	43,05	PAC
MG	SED RU	0251341-12	623730	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	05-mai-08	30-jun-12	473.325,00	467.976,43	418.925,00	93,87	PAC
MG	PM MANGA	0251343-30	623438	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	538.998,39	26.949,92	10.817,72	3,81	PAC
MG	PM MATIAS CARDO	0251345-50	623487	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	24-jun-12	418.925,00	271.952,35	245.425,21	57,25	PAC
MG	SED RU	0251346-64	623734	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	05-mai-08	30-jun-12	473.325,00	472.726,60	442.770,60	94	PAC
MG	PM PERIQUITO	0251356-91	624101	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-mai-08	12-mar-12	418.925,00	418.924,54	418.924,54	98,6	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
MG	SEDRU	0251361-65	623742	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-mar-12	295.425,36	295.184,64	273.542,00	95,33	PAC
MG	PM STA BARBARA	0251362-79	624102	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	28-fev-12	497.715,70	497.715,70	488.624,39	95,65	PAC
MG	PM SERRO	0270814-33	637252	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	16-dez-08	31-dez-12	58.640,00	58.640,00		0	PAC
MG	PM RIO MANSO	0270817-67	637253	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	15-dez-08	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	58.197,28	99,25	PAC
MG	PM OURO PRETO	0270820-12	637254	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	16-dez-08	31-jul-12	58.640,00	58.640,00	11.340,00	20	PAC
MG	PM ANDRADAS	0302834-60	658863	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-09	30-jun-12	58.640,00	14.660,00	11.728,00	20	PAC
MG	PM BELO ORIENTE	0302838-06	659155	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	24-dez-09	28-fev-12	58.640,00	43.980,00	41.048,00	70	PAC
MG	PM BOCAIUVA	0302839-10	658867	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-mar-12	58.640,00	46.280,00		0	PAC
MG	PM DIVINOPOLIS	0302847-17	658874	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	31-dez-12	58.640,00	46.280,00	7.180,29	12,24	PAC
MG	PM FUNILANDIA	0302851-80	659157	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-mar-12	28.970,00	28.970,00	5.794,00	20	PAC
MG	PM IAPU	0302852-94	658878	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	28-fev-12	28.970,00	7.242,50	5.680,00	20	PAC
MG	PM IBIA	0302853-07	658879	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-jul-12	58.640,00	12.932,00		0	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
MG	PM JABOTICATUBA	0302885-82	659161	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-mar-12	28.970,00	7.152,69	5.700,00	19,69	PAC
MG	PM JOANESIA	0302886-96	658904	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	19.999,00	69,73	PAC
MG	PM LEOPOLDINA	0302890-56	658907	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-09	31-dez-12	58.640,00	46.280,00		0	PAC
MG	PM MANTENA	0302891-60	659163	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-mar-12	58.640,00	46.280,00		0	PAC
MG	PM PARAPEBA	0302899-42	658915	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-mar-12	58.640,00	14.660,00	10.536,50	17,97	PAC
MG	PM PIRAPORA-MG	0302900-73	658916	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-dez-12	58.640,00	2.932,00		0	PAC
MG	PM PIUMHI	0302901-87	658917	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	31-dez-12	58.640,00	45.250,00	41.048,00	70	PAC
MG	PM S.FRANCISCO	0302907-41	658922	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-09	31-dez-12	58.640,00	46.280,00	41.008,00	20	PAC
MG	PM VARGEM ALEGR	0302914-33	658927	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-mar-12	28.970,00	28.970,00	19.880,00	68,65	PAC
MG	PM POMPEU	0345250-23	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-10	31-dez-12	78.420,00	19.605,00	10.047,00	20	PAC
MG	PM S.GONCALO SA	0345257-93	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-10	30-jun-12	48.750,00	12.187,50	9.422,00	20	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
MS	ESTADO MS	0233342-47	610500	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	27-dez-07	30-nov-12	1.700.000,00	1.647.358,79	1.440.627,83	85,34	PAC
MS	PM BELA VISTA	0233344-66	610497	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	31-jan-13	1.200.000,00	1.199.999,88	1.187.009,22	99,57	PAC
MS	ESTADO MS	0233345-71	610396	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	28-fev-12	800.000,00	799.999,92	787.775,09	93,66	PAC
MS	PM NAVIRAI	0233348-02	610495	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	31-jan-13	2.000.000,00	1.900.800,00	1.800.000,00	90,04	PAC
MS	PM PARANAIBA	0233349-16	610406	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jun-12	1.000.000,00	999.999,89	890.528,10	90,95	PAC
MS	PM ALCINOPOLIS	0240853-89	610739	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jan-13	15.124,00	15.124,00	-	24,41	PAC
MS	PM N.ALV. SUL	0240859-43	610743	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jan-13	27.486,50	27.486,50	19.755,65	62,73	PAC
MS	ESTADO MS	0242822-47	610835	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jun-12	4.449.100,00	4.449.100,00	4.426.158,12	99,48	
MS	PM BANDEIRANTES	0249866-23	624720	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-mai-12	295.300,00	231.426,61	186.369,13	71,9	PAC
MS	PM ITAQUIRAI	0249876-48	630488	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-mai-12	493.100,00	493.099,79	484.233,77	97,66	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
MS	PM LADARIO	0250019-84	624645	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-mai-12	493.100,00	486.185,15	456.547,65	95,65	PAC
MS	PM SANTA RITA P	0250026-77	625135	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-set-12	418.925,00	23.442,57		0,16	PAC
MS	PM COXIM	0250158-76	624703	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-nov-12	58.640,00	58.640,00	40.940,00	70	PAC
MS	PM IVINHEMA	0250160-17	624701	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-mai-12	31.937,00	31.937,00	6.387,40	20	PAC
MS	PM CAMPO GRANDE	0251102-28	624601	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	12-mai-08	30-nov-12	2.579.890,00	2.579.890,00	2.559.767,93	99,98	PAC
MS	PM CORUMBA	0251103-32	624743	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	12-mai-08	28-out-12	1.976.600,00	197.993,02	79.984,98	4,04	PAC
MS	PM PARANAIBA	0251105-52	624742	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	12-mai-08	30-dez-12	685.955,00	685.954,25	682.297,92	98,21	PAC
MS	ESTADO MS	0251106-66	625141	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	12-mai-08	31-mai-12	2.343.519,00	2.343.519,00	2.311.824,35	94,96	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
MS	PM NAVIRAI	0301533-08	658702	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-09	30-mai-13	1.482.100,00	597.745,08	258.109,17	20,78	PAC
MT	PM PEIXOTO DE A	0193235-82	563851	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	03-jul-06	31-dez-12	292.500,00	292.500,00	111.629,96	42,28	
MT	PM A.FLORESTA	0233353-89	610405	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	18-dez-07	30-jun-12	800.000,00	799.999,61	795.551,72	97,47	PAC
MT	ESTADO MT	0233356-11	610968	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	18-dez-07	30-abr-12	800.000,00	799.999,92	637.122,22	82,14	PAC
MT	SINFRA	0233357-25	610842	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	19-dez-07	30-jun-12	970.000,00	969.999,91	939.388,10	95,98	PAC
MT	SINFRA	0233360-72	610496	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	19-dez-07	30-jun-12	4.500.000,00	4.500.000,00	4.368.235,07	97,65	PAC
MT	PM CUIABA	0236228-25	614912	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	9.308,00	20	PAC
MT	PM STO ANTONIO	0236232-86	615502	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jun-12	28.970,00	17.948,00	6.643,00	30	PAC
MT	PM ST A LEVERGE	0236233-90	614952	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-jul-12	28.970,00	28.970,00	5.792,50	20	PAC
MT	PM C.GUIMARAES	0250029-08	624739	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-jul-12	493.100,00	492.965,28	449.721,07	91,71	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
MT	PM CUIABA	0250031-40	624740	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-abr-12	1.178.106,37	1.170.554,91	1.062.353,92	90,18	PAC
MT	ESTADO MT	0250033-69	624643	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	493.100,00	493.100,00	486.446,10	98,9	PAC
MT	PM DIAMANTINO	0250034-73	624644	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	493.100,00	493.099,80	485.375,42	97,26	PAC
MT	ESTADO MT	0250038-19	625137	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	493.100,00	493.099,79	440.499,37	92,24	PAC
MT	ESTADO MT	0250039-23	625138	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-dez-12	418.925,00	104.144,76	44.413,75	13,37	PAC
MT	PM PORTO ESPERI	0250040-52	624727	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-jul-12	443.650,00	443.471,77	424.147,49	96,06	PAC
MT	PM POCONO	0251108-84	624737	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	31-ago-12	1.976.600,00	1.976.600,00	1.940.656,49	97,42	PAC
MT	GPEDE	0324887-68	734275	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	02-jul-10	04-jul-12	97.211,00	9.721,10		0	
MT	GPEDE	0324888-72	734280	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	02-jul-10	04-jul-12	97.211,00	9.721,10		0	
MT	PM CANABRAVA NO	0345272-82	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	22-dez-10	14-dez-12	48.750,00	-		0	PAC
PA	PM DE BREVES	0193237-09	563012	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	04-jul-06	30-set-12	487.500,00	487.500,00		0	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PA	PM DE SAO SEBAS	0198522-74	572047	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	25-out-06	30-abr-12	1.365.000,00	1.365.000,00	948.394,07	71,22	
PA	PM ABAETETUBA	0233365-22	614595	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-set-12	1.800.000,00	637.840,64	446.442,04	24,81	PAC
PA	PM BRAGANCA - PA	0233368-55	614675	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-dez-07	30-set-12	5.153.520,00	701.909,42	202.880,62	10,68	PAC
PA	PM CAMETA	0233369-69	625362	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-set-12	1.872.000,00	1.872.000,00	1.538.414,26	82,53	PAC
PA	PM RONDON PARA	0233374-32	614575	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-abr-12	943.490,00	715.637,16	680.332,36	70,85	PAC
PA	PM ALTAMIRA	0236237-36	614908	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-abr-12	58.640,00	58.640,00	11.722,49	20	PAC
PA	PM BELEM	0236239-55	614907	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	08-jun-12	58.640,00	58.640,00		20	PAC
PA	PM BRAGANCA - PA	0236242-00	614904	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-set-12	58.640,00	58.640,00		0	PAC
PA	PM DE CURUCA	0236246-47	610608	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	24-dez-07	30-abr-12	28.970,00	28.970,00	20.279,00	70	PAC
PA	PM DE GOIANESIA	0236247-52	621058	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	11.728,00	20	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PA	PM QUATIPURU	0236258-93	610566	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-set-12	28.970,00	28.970,00	20.279,00	50	PAC
PA	PM S.ARAGUAIA	0236261-48	614813	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-set-12	58.640,00	58.640,00	11.728,00	20	PAC
PA	PM S.F.XINGU	0236264-71	614812	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-set-12	58.640,00	58.640,00	11.728,00	20	PAC
PA	PM TUCUMA	0236265-86	610579	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-abr-12	58.640,00	58.640,00	41.048,08	70	PAC
PA	PM XINGUARA	0236266-90	614811	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	24-dez-07	30-abr-12	58.640,00	58.640,00	11.728,00	20	PAC
PA	ESTADO PA	0240866-36	615051	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	18-jan-13	28.970,00	28.970,00	1.466,25	5,06	PAC
PA	ESTADO PA	0240867-40	615053	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	18-jan-13	28.970,00	6.725,54	2.278,15	7,86	PAC
PA	ESTADO PA	0241187-36	615068	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	18-jan-13	28.970,00	10.200,65	2.752,30	9,5	PAC
PA	ESTADO PA	0241188-40	615052	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	18-jan-13	28.970,00	9.905,48	3.206,02	11,07	PAC
PA	PM AUGUS CORREA	0250044-98	628463	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-jun-08	30-abr-12	540.807,84	89.174,67	55.926,97	10,56	PAC
PA	PM DE BONITO	0250046-16	627314	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-jun-08	30-set-12	493.100,00	294.505,77	64.435,04	32,6	PAC
PA	PM BRAGANCA - PA	0250047-20	624021	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-set-12	2.471.100,00	316.299,24	37.004,60	1,42	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PA	PM C.CARAJAS	0250051-93	628464	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	13-jun-08	30-set-12	479.254,00	-		43,8	PAC
PA	ESTADO PA	0250173-65	623637	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	18-fev-13	935.850,00	928.260,00	928.000,47	99,34	PAC
PA	PM CAPITAO POCO	0250176-98	625412	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-abr-12	58.640,00	58.640,00	11.728,00	20	PAC
PA	PM GARRAFAO DO	0250179-29	628471	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-jun-08	14-abr-12	28.970,00	28.970,00		0	PAC
PA	PM MUANA	0250184-94	629043	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-jun-08	30-abr-12	58.640,00	58.640,00	40.075,05	67,97	PAC
PA	PM RONDON PARA	0250191-87	628469	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	13-jun-08	30-set-12	58.640,00	58.640,00		0	PAC
PA	ESTADO PA	0250235-05	623295	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-dez-12	3.477.633,99	1.306.843,29		0	PAC
PA	PM DE COLARES	0250236-19	627311	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-jun-08	30-set-12	493.100,00	156.200,45	35.662,45	7,4	PAC
PA	PM DE TRACUATEU	0250260-21	625369	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	28-set-12	493.100,00	174.485,46		2,88	PAC
PA	PM ABAETETUBA	0251154-54	628457	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	13-jun-08	30-set-12	1.976.600,00	1.188.924,90	951.136,02	55,15	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PA	ESTADO PA	0251157-87	623645	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	18-set-12	10.327.349,60	7.910.600,00	7.910.600,00	68,88	PAC
PA	PM DE BONITO	0302923-44	658936	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-09	30-abr-12	28.970,00	28.970,00		20	PAC
PA	PM CACHARARI	0302924-59	658937	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	23-dez-09	30-set-12	28.970,00	-		20	PAC
PA	PM CAMETA	0302925-64	658938	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-09	18-abr-12	58.640,00	14.660,00	11.658,08	20	PAC
PA	PM OURILANDIA	0302929-09	658942	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	22-dez-09	02-abr-12	58.640,00	58.640,00	11.250,88	20	PAC
PA	PM SANTA LUZIA	0302932-56	658945	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-09	30-set-12	28.970,00	-		20	PAC
PA	PM S.D.CAPIM	0302934-74	658947	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	14-abr-12	58.640,00	14.660,00		20	PAC
PA	PM DE PIRABAS	0302936-93	658948	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	23-dez-09	30-nov-12	28.970,00	28.970,00	5.794,00	20	PAC
PA	PM DE SOURE	0302937-06	658949	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	23-dez-09	30-abr-12	58.640,00	58.640,00	37.528,19	70	PAC
PB	PM BREJO SANTOS	0225622-79	593917	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-set-07	12-dez-12	117.000,00	2.574,00	2.574,00	2,2	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PB	PM MAMANGUAPE	0233382-39	605124	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	27-dez-07	30-set-12	3.750.000,00	2.924.941,34	2.515.057,44	71,87	PAC
PB	PM PATOS	0233885-13	605131	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-dez-07	31-out-12	10.116.915,46	10.111.229,37	9.681.083,85	88,27	PAC
PB	PM SAPE	0233886-27	614532	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-nov-12	700.000,00	35.000,00	35.000,00	13,67	PAC
PB	PM AGUA BRANCA	0236267-03	605175	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	26-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.279,00	70	PAC
PB	PM ALAGOA NOVA	0236269-21	614947	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	5.786,20	20	PAC
PB	PM ALHANDRA	0236270-50	614936	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.261,21	70	PAC
PB	PM ARACAGI	0236272-78	614938	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	19.929,00	20	PAC
PB	PM AREIA	0236275-00	614937	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	41.796,12	70	PAC
PB	PM BOM SUCESSO	0236283-06	605153	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	26-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.279,00	70	PAC
PB	PM CACHINDIOS	0236287-43	614847	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	13.856,81	62,5	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PB	PM CACIMBA DENT	0236289-62	610583	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.161,45	70	PAC
PB	PM CAJAZEIRAS	0236290-90	610584	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	58.640,00	57.710,00	11.713,60	20	PAC
PB	PM CAJAZEIRINH A	0236291-03	605152	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	31-out-12	28.970,00	28.970,00	20.279,00	70	PAC
PB	PM CARAUBAS	0236294-35	614816	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	18-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.218,47	20	PAC
PB	PM CATOLE ROCHA	0236296-55	605137	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-set-12	48.750,00	48.750,00	9.612,50	20	PAC
PB	PM CONCEICAO	0236297-69	614817	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	20-dez-12	28.970,00	28.970,00	14.677,30	52	PAC
PB	PM CONDADO	0236298-73	605156	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-set-12	28.970,00	28.970,00	20.279,00	70	PAC
PB	PM COREMAS	0236300-16	614854	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	17-dez-12	28.970,00	-		20,01	PAC
PB	PM CRUZ ESPIRIT	0236301-20	614852	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-nov-12	28.970,00	28.970,00	5.643,59	20	PAC
PB	PM EMAS	0236304-53	605155	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-nov-12	28.970,00	28.970,00	20.279,00	70	PAC
PB	PM GUARABIRA- PB	0236308-90	614845	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-set-12	58.640,00	17.592,00	17.592,00	57,5	PAC
PB	PM GURJAO - PB	0236309-03	605148	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	26-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.278,93	70	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PB	PM IGARACY	0236310-31	614844	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-out-12	28.970,00	28.970,00	20.278,20	70	PAC
PB	PM IMACULADA	0236311-45	605150	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-set-12	28.970,00	28.970,00	20.279,00	70	PAC
PB	PM INGA	0236312-50	614842	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	5.669,90	20	PAC
PB	PM ITATUBA	0236315-83	614841	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-set-12	28.970,00	2.897,00	2.897,00	20,01	PAC
PB	PM JACARAU	0236316-97	610582	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-mar-12	28.970,00	28.970,00	5.789,00	19,98	PAC
PB	PM J.SERIDO	0236318-14	614839	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-set-12	28.970,00	2.897,00		0	PAC
PB	PM MONTADAS	0236332-90	614824	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	-		20,01	PAC
PB	PM MONTEIRO	0236334-17	605142	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	26-dez-12	58.640,00	58.640,00	11.417,48	20	PAC
PB	PM OLHO D'AGUA	0236339-69	614827	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	07-dez-12	28.970,00	28.970,00	12.996,40	44,94	PAC
PB	PM PASSAGEM	0236340-97	605139	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-set-12	28.970,00	28.970,00	5.794,00	20	PAC
PB	PM PAULISTA	0236342-14	614819	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-out-12	28.970,00	28.970,00	5.690,18	20	PAC
PB	PM PEDRA LAVRAD	0236343-28	614822	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-set-12	28.970,00	28.970,00	13.019,14	45	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PB	PM PEDRAS FOGO	0236344-32	614823	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	40.997,60	70	PAC
PB	PM PIANCO	0236346-52	610580	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00		0	PAC
PB	PM PICUI	0236347-66	614821	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.048,55	70	PAC
PB	PM POCO DANTAS	0236351-37	605170	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	26-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.279,00	20	PAC
PB	PM QUIXABA	0236356-89	605168	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-set-12	28.970,00	28.970,00	13.036,50	45	PAC
PB	PM REMIGIO	0236357-93	614888	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-out-12	19.080,00	19.080,00	13.330,58	70	PAC
PB	PM RIO TINTO	0236358-06	614887	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	48.750,00	48.750,00	32.213,59	70	PAC
PB	PM SALGADINHO	0236359-10	605169	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-set-12	28.970,00	28.970,00	5.794,00	20	PAC
PB	PM STA CRUZ	0236360-48	614890	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-set-12	28.970,00	2.897,00	2.897,00	20,01	PAC
PB	PM SANTA LUZIA	0236361-53	614896	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	26-dez-12	28.970,00	28.970,00	5.242,72	18,75	PAC
PB	PM SANTA RITA	0236362-67	614897	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-set-12	58.640,00	17.592,00	11.428,57	20	PAC
PB	PM S.TEREZINHA	0236363-71	605171	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-set-12	28.970,00	28.970,00	13.036,50	45	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PB	PM SANTAREM	0236365-90	614885	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-set-12	28.970,00	28.970,00	19.687,81	70	PAC
PB	PM S.J.TIGRE	0236367-17	610591	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-set-12	28.970,00	28.970,00	20.097,09	70	PAC
PB	PM S.J.L.TAPADA	0236368-21	614883	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-out-12	28.970,00	28.970,00	5.706,18	20	PAC
PB	PM S.J.CAIANA	0236369-35	605164	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	26-dez-12	28.970,00	28.970,00	13.036,50	45	PAC
PB	PM SAO JOSE ESP	0236370-64	605163	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	26-dez-12	28.970,00	28.970,00	13.036,50	45	PAC
PB	PM S J SABUGI	0236373-96	605162	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-set-12	28.970,00	8.691,00	5.533,98	20	PAC
PB	PM SAO MAMEDE	0236375-14	605160	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	26-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.279,00	70	PAC
PB	PM S.M.TAIPU	0236376-28	614877	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	19.674,76	20	PAC
PB	PM S.S.UMBUZEIR	0236377-32	614880	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-set-12	28.970,00	28.970,00	5.694,63	20	PAC
PB	PM S.VIC.SERIDO	0236378-46	614879	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.251,60	70	PAC
PB	PM SERRA GRANDE	0236379-51	614876	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-out-12	28.970,00	28.970,00	5.794,00	20	PAC
PB	PM SERTAOZINHO	0236380-89	614881	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.251,70	70	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PB	PM SOLANEA	0236381-93	614878	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-out-12	58.640,00	58.640,00	11.728,00	20	PAC
PB	PM SOLEDADE	0236382-06	614872	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	28.970,00	8.691,00	5.696,91	20	PAC
PB	PM SOUSA	0236383-10	614871	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-nov-12	58.640,00	45.446,00	11.727,62	20	PAC
PB	PM SUME	0236384-24	614873	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-out-12	28.970,00	28.970,00	19.611,65	70,14	PAC
PB	PM TENORIO	0236386-43	605158	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-out-12	28.970,00	28.970,00	5.794,00	70	PAC
PB	PM VARZEA	0236387-58	605159	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	31-out-12	28.970,00	28.970,00	20.279,00	70	PAC
PB	PM V. SERRANA	0236389-76	605157	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	26-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.279,00	70	PAC
PB	PM SERRA BRANCA	0247292-46	615142	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	1.976.600,00	502.254,06	393.615,54	25,41	
PB	ESTADO PB	0249879-71	623914	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	533.168,52	385.094,35	310.090,81	67,19	PAC
PB	PM MARI	0249884-44	623915	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-mai-08	09-dez-12	494.021,99	384.299,71	372.155,52	72,79	PAC
PB	PM CONDE - PB	0250196-37	624177	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-mai-08	09-dez-12	48.750,00	48.750,00		0	PAC
PB	ESTADO PB	0250198-56	624179	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	245.850,00	245.850,00	49.170,00	20	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PB	PM PEDRAS FOGO	0250263-54	623887	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	495.146,82	481.889,56	220.653,76	43,5	PAC
PB	PM S.M.TAIPU	0250267-91	623882	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-mai-08	09-dez-12	418.925,00	292.997,33	71.811,66	16,92	PAC
PB	PM S.VIC.SERIDO	0257883-05	643571	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-08	30-set-12	196.400,00	27.692,40		14,1	
PB	PM CPO DE SANTA	0302942-71	658954	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-jun-12	28.970,00	7.242,50	5.766,89	20	PAC
PB	PM DAMIAO	0302944-99	658956	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-jun-12	28.970,00	13.142,50	5.780,00	20	PAC
PB	PM REMIGIO	0314640-75	721334	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-jun-12	483.210,00	-		10,27	
PB	PM SANTAREM	0315048-29	724762	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-09	30-jun-12	443.650,00	-		8,21	
PB	OSCIP COSTA SOL	0322967-92	732912	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-set-10	29-dez-12	873.865,00	-		0	
PE	PM OLINDA	0192842-13	562678	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	16-fev-12	8.565.960,00	8.565.960,00	8.436.090,75	99,98	
PE	ESTADO PE	0192892-20	563038	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	30-jun-12	9.073.350,00	9.073.350,00	4.905.363,29	53	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PE	PM CARNAUBEIRAS	0193246-10	563017	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	05-jul-06	30-mai-12	292.500,00	146.250,00	146.250,00	68,97	
PE	PM CORRENTES	0212188-33	587686	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-06	29-dez-12	195.000,00	39.000,00	39.000,00	32,84	
PE	PM BELO JARDIM	0233391-40	614607	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-dez-12	900.000,00	899.999,91	701.254,75	81,72	PAC
PE	PM BOM JARDIM	0233393-69	619954	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	30-jun-12	800.000,00	799.999,92	697.679,76	90,58	PAC
PE	PM BUIQUE	0233394-73	610403	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	700.000,00	234.220,00	164.262,44	23,46	PAC
PE	PM ESCADA	0233395-88	614606	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-nov-12	700.000,00	147.190,46	17.857,28	2,99	PAC
PE	ESTADO PE	0233398-19	610491	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-dez-07	02-ago-12	8.914.933,24	451.987,10		0,01	PAC
PE	PM PAUDALHO	0233401-68	614597	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jul-12	702.296,28	542.664,34	475.823,10	72,27	PAC
PE	ESTADO PE	0233402-72	610400	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	28-jun-12	927.067,26	552.841,28	552.841,28	49,24	PAC
PE	ESTADO PE	0233404-90	610493	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-dez-07	19-fev-13	988.805,95	139.817,16	102.601,11	9,14	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PE	PM SURUBIM	0233407-22	614598	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-out-12	740.732,71	699.999,93	165.984,73	44,6	PAC
PE	ESTADO PE	0233408-36	610402	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	27-jun-12	967.546,16	73.977,29		0	PAC
PE	PM AFRANIO	0236390-03	614866	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-dez-07	21-dez-12	28.970,00	28.970,00	5.230,19	19,49	PAC
PE	PM AGUAS BELAS	0236391-17	620502	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	20-dez-12	58.640,00	58.640,00	10.476,60	20	PAC
PE	PM BELO JARDIM	0236396-69	614869	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00		20	PAC
PE	PM BREJINHO	0236401-34	614862	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	31-out-12	28.970,00	28.970,00	5.548,80	70	PAC
PE	PM BREJO M.DEUS	0236402-48	610590	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	17-nov-12	58.640,00	17.592,00	11.619,00	20	PAC
PE	PM CORRENTES	0236412-64	614859	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	29-out-12	28.970,00	28.970,00	5.689,32	20	PAC
PE	PM DORMENTES	0236413-78	619999	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-out-12	28.970,00	28.970,00	5.538,70	20	PAC
PE	PM ITAMARACA-PE	0236417-14	610663	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-dez-12	28.970,00	28.970,00	5.874,00	0	PAC
PE	PM IPUBI	0236419-32	614884	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-dez-07	21-dez-12	28.970,00	28.970,00		19,3	PAC
PE	PM MARAIAL	0236428-43	614944	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	30-dez-12	28.970,00	7.242,50		20	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PE	PM PALMEIRINA	0236436-40	614955	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	18-dez-07	18-dez-12	28.970,00	28.970,00	5.708,74	20	PAC
PE	PM PETROLINA-PE	0236439-73	614929	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	10.319,67	20	PAC
PE	PM QUIPAPA	0236440-00	610623	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	37.786,64	69,21	PAC
PE	PM SALGUEIRO	0236442-28	614927	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00		20	PAC
PE	PM SANHARO	0236443-32	614928	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	30-dez-12	28.970,00	8.691,00	5.794,00	20	PAC
PE	PM ST M B VISTA	0236445-52	614984	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	20-dez-12	56.859,80	56.859,80	10.418,57	19,89	PAC
PE	PM SOLIDAO	0236453-60	614977	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	20-dez-12	28.970,00	7.242,50		20	PAC
PE	PM SURUBIM	0236454-74	619998	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	11.247,87	20	PAC
PE	ESTADO PE	0240891-40	610821	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	28-ago-12	38.860,00	38.860,00	7.772,00	27,27	PAC
PE	ESTADO PE	0240892-55	610808	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	28-ago-12	38.860,00	38.860,00	11.658,00	36,36	PAC
PE	ESTADO PE	0240894-73	610805	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	28-ago-12	38.860,00	38.860,00	7.772,00	27,27	PAC
PE	PM CABO	0250200-90	624246	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-out-12	48.750,00	48.750,00		0	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PE	PM AFRANIO	0250268-04	643589	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-08	31-dez-12	493.100,00	493.100,00	427.110,50	92,86	PAC
PE	ESTADO PE	0250269-18	623884	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-mar-12	584.275,25	584.275,25	507.536,19	96,63	PAC
PE	PM ARACOIABA	0250270-46	624403	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-jun-12	504.947,18	486.176,42	389.781,76	71,25	PAC
PE	ESTADO PE	0250274-83	623931	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	737.870,79	493.115,77	372.939,99	53,98	PAC
PE	ESTADO PE	0250279-33	623928	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	29-set-12	645.713,07	536.522,99	473.653,88	78,09	PAC
PE	ESTADO PE	0250280-62	623930	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	584.282,98	584.090,42	451.745,21	84,11	PAC
PE	ESTADO PE	0250282-80	623929	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	29-fev-12	644.373,79	644.373,79	568.235,34	77,3	PAC
PE	ESTADO PE	0250288-44	623941	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	01-ago-12	584.275,25	584.275,25	494.145,78	95,53	PAC
PE	ESTADO PE	0250296-41	623945	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	653.361,76	653.361,76	580.161,20	81,47	PAC
PE	ESTADO PE	0250297-56	623944	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	25-set-12	584.275,25	584.275,25	222.473,59	94,11	PAC
PE	ESTADO PE	0250301-17	625963	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	29-dez-12	671.805,68	39.414,80		0,82	PAC
PE	ESTADO PE	0250302-21	623876	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	26-ago-12	584.275,25	584.275,25	389.776,57	67,29	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PE	PM RECIFE - PE	0250306-69	630509	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	13-ago-08	30-jun-12	4.590.373,28	4.590.373,28	4.449.100,00	97,58	PAC
PE	ESTADO PE	0250309-91	625962	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	29-dez-12	584.319,09	534.126,31	430.145,47	77,53	PAC
PE	ESTADO PE	0250313-51	623870	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	498.677,79	498.677,79	221.231,86	94,69	PAC
PE	ESTADO PE	0250314-65	623871	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-mar-12	677.755,99	677.755,99	579.219,09	90,38	PAC
PE	ESTADO PE	0250751-62	624115	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	28-ago-12	38.860,00	38.743,20	11.658,00	36,36	PAC
PE	ESTADO PE	0250756-12	624236	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	28-ago-12	38.860,00	38.743,20	31.088,00	27,27	PAC
PE	ESTADO PE	0250766-37	626015	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	28-ago-12	38.860,00	38.743,20	11.658,00	36,36	PAC
PE	ESTADO PE	0250770-98	623947	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	28-ago-12	38.860,00	38.743,20	11.658,00	36,36	PAC
PE	PM CAMARAGIBE	0251161-46	623848	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	29-set-12	1.976.600,00	145.477,76	87.412,62	4,53	PAC
PE	PM JABOATAO	0256776-85	630482	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	13-jun-08	30-ago-12	9.666.722,00	2.507.476,55	1.367.123,05	10,41	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PE	PM AGRESTINA	0302953-11	658964	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-dez-12	58.640,00	44.660,00	11.728,00	20	PAC
PE	PM AGUA PRETA	0302954-25	658965	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	13-dez-13	58.640,00	-		20	PAC
PE	PM ALIANCA	0302955-30	658966	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-09	02-mar-12	58.640,00	14.660,00	7.440,00	20	PAC
PE	PM ALTINHO	0302956-44	659168	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	16-mar-12	58.640,00	58.640,00	10.530,00	20	PAC
PE	PM ARCOVERDE	0302957-59	658967	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-09	30-mar-13	58.640,00	14.660,00	11.568,00	20	PAC
PE	PM BODOCO	0302958-63	658968	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	23-dez-09	15-nov-12	58.640,00	2.932,00		0	PAC
PE	PM FLORESTA PE	0302960-04	658970	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	09-dez-13	58.640,00	58.640,00	40.252,48	70	PAC
PE	PM ITAMBE	0302963-36	658972	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-09	01-mar-13	58.640,00	2.932,00		0	PAC
PE	PM S J EGITO-PE	0302970-29	658979	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-nov-12	58.640,00	52.776,00		20	PAC
PI	PM CRISTINO CAS	0233411-83	597740	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	11-dez-07	12-dez-12	434.291,87	136.801,94	136.801,94	39,95	PAC
PI	PM JOSE FREITAS	0233415-29	597742	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	11-dez-07	30-jun-12	709.946,91	709.946,91	689.443,75	97,69	PAC
PI	PM MONS. GIL	0250206-55	623627	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	30-ago-12	38.860,00	38.860,00	23.316,36	60	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PI	ESTADO PI	0250323-76	623267	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	30-mar-12	435.682,00	418.924,80	347.264,39	76,28	PAC
PI	ESTADO PI	0250325-95	623266	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	31-dez-12	435.682,00	345.808,78	286.553,97	69,9	PAC
PI	PM PAU D'ARCO	0250327-12	623273	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-jul-12	418.925,00	129.531,61		25,92	PAC
PI	PM PAULISTANA	0250328-26	623271	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-dez-12	493.100,00	101.184,12	69.577,55	14,11	PAC
PI	PM PICOS	0250330-69	623269	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-jul-12	493.100,00	493.100,00	424.814,66	94,19	PAC
PI	PM BARRAS	0270834-74	643553	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-08	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	41.048,00	70	PAC
PI	PM OEIRAS - PI	0270835-89	643561	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-08	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	11.295,10	19,26	PAC
PI	PM ALTOS	0270836-93	643594	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-08	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	11.728,00	20	PAC
PI	PM UNIAO	0270837-06	643562	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-08	30-ago-12	58.640,00	58.640,00	11.728,00	20	PAC
PI	PM PIRIPIRI	0270838-10	643563	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-out-08	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	8.551,07	14,58	PAC
PI	PM ACAUA	0302973-52	658982	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-dez-12	28.970,00	1.448,50		0	PAC
PI	PM CONCEICAO DO	0302996-24	659002	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-dez-12	28.970,00	-		0	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PI	PM LAGOA PIAUI	0303004-46	659010	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-dez-12	28.970,00	-		19,62	PAC
PI	PM LAGOA ALEGRE	0345409-21	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-10	31-dez-12	48.750,00	12.187,50	9.409,00	20	PAC
PR	PM C.G.DO SUL	0192866-02	562680	URBANIZACAO, REGULARIZACA O E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	27-jun-12	1.462.500,00	1.462.500,00	942.300,95	54,46	
PR	PM CURITIBA	0192868-20	568534	URBANIZACAO, REGULARIZACA O E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	30-jun-12	936.000,00	935.999,99	905.441,85	98,69	
PR	PM MARINGA	0193251-97	567954	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	05-jul-06	30-abr-12	487.500,00	487.500,00	368.349,80	76,35	
PR	PM CURITIBA	0198527-24	566615	URBANIZACAO, REGULARIZACA O E INTEGRACAO DE ASSENTA	21-ago-06	31-dez-12	780.000,00	780.000,00	702.000,00	95,96	
PR	PM SARANDI- PR	0198529-42	568018	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	14-jul-06	30-jul-12	292.500,00	292.500,00	218.538,52	75,07	
PR	PM A. TAMANDARE	0233423-25	610360	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	2.056.948,93	819.364,00	360.000,00	18,6	PAC
PR	ESTADO PR	0233426-59	610362	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	28-dez-12	1.539.210,44	140.000,00	2.730,00	0,12	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PR	ESTADO PR	0233429-81	625364	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	30-abr-12	2.750.000,00	1.111.000,00	291.544,38	9,34	PAC
PR	PM JACAREZINHO	0233540-48	610450	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-mar-12	592.325,28	592.325,28	550.329,42	98,79	PAC
PR	PM PARANAGUA-PR	0233542-67	629745	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	28-fev-12	1.880.755,42	188.075,54		0	PAC
PR	PM PONTA GROSSA	0233544-85	614661	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	30-mar-13	3.533.296,07	1.162.200,00	325.000,00	8,21	PAC
PR	PM UMUARAMA	0233550-76	602839	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	21-dez-07	30-mai-12	1.322.715,34	1.322.715,34	1.100.407,58	98,87	PAC
PR	PM PONTA GROSSA	0233893-19	614684	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	30-mar-13	3.529.842,57	3.249.999,67	961.590,80	21,43	PAC
PR	PM JABOTI	0236123-61	610539	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	5.786,40	20	PAC
PR	PM JANIOPOLIS	0236124-75	605134	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	19.080,00	19.080,00	12.915,96	67,79	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PR	PM J. TAVORA	0236126-94	610549	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	5.546,18	20	PAC
PR	PM MAMBORE	0236127-07	602851	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	14-dez-07	30-jun-13	19.080,00	19.080,00	10.284,12	70	PAC
PR	PM NOVA CANTU	0236131-68	602848	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	14-dez-07	30-abr-12	19.080,00	19.080,00	12.917,98	67,79	PAC
PR	PM ORTIGUEIRA	0236134-90	610530	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	40.716,20	70	PAC
PR	PM A. TAMANDARE	0236461-67	610661	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	2.276,66	20	PAC
PR	PM GUAPIRAMA	0236474-13	610668	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	5.359,22	20	PAC
PR	PM PIRAQUARA	0236484-38	605183	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	29-fev-12	48.750,00	48.750,00	-	13,08	PAC
PR	PM R BRANCO SUL	0236488-76	631090	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	5.700,00	20	PAC
PR	PM TUNEIRAS DO	0236499-04	602855	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	14-dez-07	30-abr-12	26.992,00	26.992,00	13.567,96	65	PAC
PR	PM IRATI	0240919-66	611129	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	29-fev-12	19.080,00	19.080,00	17.552,70	91,35	PAC
PR	PM ARAPOTI	0249886-64	630441	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	554.096,77	-		0	PAC
PR	ESTADO PR	0249891-37	625374	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-abr-12	550.845,05	550.845,05	547.687,38	99,43	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PR	ESTADO PR	0250331-73	625371	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-abr-12	894.568,16	205.392,85	66.571,98	13,06	PAC
PR	PM G. CARNEIRO	0250342-01	630438	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-mar-12	500.092,99	500.092,99	473.590,54	99,6	PAC
PR	PM IRATI	0250346-48	623262	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-abr-12	535.916,94	535.916,94	462.989,62	97,89	PAC
PR	PM JACAREZINHO	0250347-53	623892	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-mar-12	566.823,35	566.823,35	554.093,40	99,63	PAC
PR	PM LARANJEIRAS	0250349-71	623263	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	25-ago-12	587.685,03	175.071,37	72.584,32	24,79	PAC
PR	PM PARANAVAI-PR	0250356-76	624418	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	29-fev-12	441.569,15	441.569,15	371.634,50	87,93	PAC
PR	PM MAMBORE	0250808-37	627329	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-mar-12	28.970,00	28.970,00	21.051,05	72,93	PAC
PR	PM NOVA CANTU	0250810-70	627330	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	29-fev-12	28.970,00	28.970,00	1.368,40	4,8	PAC
PR	PM PARANAVAI-PR	0250815-20	627324	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-abr-12	30.000,00	30.000,00	21.480,00	71,6	PAC
PR	PM CURITIBA	0251169-29	630436	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	31-dez-13	3.476.361,36	1.279.850,05	308.793,05	16,98	PAC
PR	PM N.OLIMPIA	0255849-38	628476	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	13-jun-08	30-jun-12	295.300,00	168.498,18	167.451,88	57,06	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
PR	PM PEROLA OESTE	0255855-29	631462	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-jul-08	30-mar-12	146.950,00	67.185,54	66.979,81	45,72	
PR	PM BANDEIRANTES	0303021-55	659025	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	31-dez-12	58.640,00	58.640,00		0	PAC
PR	PM CASTRO - PR	0303023-73	659026	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-jun-12	58.640,00	27.814,47		0	PAC
PR	PM GOIO-ERE - PR	0303026-05	659029	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-jun-12	58.640,00	58.640,00		10	PAC
PR	PM MANDIRITUBA	0303032-84	659034	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	29-fev-12	58.640,00	14.660,00	11.712,32	20	PAC
PR	PM QUITANDINHA	0303038-48	659039	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-09	30-jun-12	28.970,00	7.242,50	5.094,49	20	PAC
PR	PM UMUARAMA	0303042-08	659042	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-dez-09	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	39.480,00	70	PAC
PR	PM U.VITORIA	0303043-12	659043	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-09	30-jun-12	58.640,00	14.660,00	9.593,88	20	PAC
PR	UMP/PR	0324889-86	734285	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	02-jul-10	28-mar-12	88.310,00	-		0	
PR	UMP/PR	0327344-69	736465	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	02-jul-10	28-mar-12	88.310,00	-		0	
PR	PM BALSANOVA	0345413-82	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-10	31-dez-12	48.750,00	-		0	PAC
PR	PM ESPIGAO AIG	0345417-28	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-10	20-mar-12	48.750,00	12.187,50	5.768,28	20	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
RJ	ESTADO RJ	0192901-33	568533	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-mai-06	30-dez-12	6.600.000,00	6.600.000,00	3.533.027,60	54,95	
RJ	PM BJ ITABAPOAN	0193255-33	565744	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	04-jul-06	04-abr-12	390.000,00	195.000,00	195.000,00	51,02	
RJ	PM CARMO	0211451-16	587542	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	29-dez-06	23-mar-12	195.000,00	195.000,00	39.000,00	29,04	
RJ	PM PINHEIRAL	0211466-83	587544	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	29-dez-06	01-mar-12	97.500,00	19.500,00	19.499,75	68	
RJ	PM C.GOITACAZES	0233430-18	614640	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	30-jun-12	7.469.160,09	1.474.524,00	-	29,36	PAC
RJ	PM CASIMIRO ABR	0233432-36	610844	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-mai-12	644.800,00	517.225,63	52.361,30	31,56	PAC
RJ	ESTADO RJ	0233438-92	610375	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	30-out-12	1.422.632,22	1.299.999,87	1.033.044,14	60,36	PAC
RJ	PM MAGE - RJ	0233439-05	610504	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	27-dez-07	28-jan-13	10.616.489,90	2.175.318,78	1.062.257,20	20,49	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
RJ	ESTADO RJ	0233441-47	610376	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	29-fev-12	1.253.699,36	325.861,41	175.006,30	8,02	PAC
RJ	PM BJ ITABAPOAN	0233556-30	615495	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jun-12	740.704,53	740.704,53	731.723,60	99,86	PAC
RJ	PM QUATIS	0233563-22	619952	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-dez-07	26-mai-12	220.000,00	38.896,00		12,68	PAC
RJ	PM QUEIMADOS	0233564-36	610479	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-dez-07	30-mai-12	10.843.200,00	10.039.999,99	7.489.348,16	61,61	PAC
RJ	ESTADO RJ	0233567-60	610478	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	26-dez-07	30-mar-12	6.026.915,75	3.171.627,25	1.099.078,95	19,22	PAC
RJ	PM BARRA MANSA	0236504-72	619997	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	31-mar-12	58.640,00	58.640,00	10.786,68	19	PAC
RJ	PM BELFORDROXO	0236505-87	615618	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-dez-07	14-mar-12	58.640,00	58.640,00	25.832,87	48,54	PAC
RJ	PM CABO FRIO	0236507-04	622417	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-mar-12	58.640,00	45.496,35	20.000,00	34,68	PAC
RJ	PM C.GOITACAZES	0236509-22	614963	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	31-dez-12	58.640,00	58.640,00		20	PAC
RJ	PM MARICA	0236515-01	615620	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-dez-07	30-abr-12	58.640,00	58.640,00	11.416,62	20	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
RJ	PM NILOPOLIS-RJ	0236518-33	615621	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-dez-07	31-mar-12	58.640,00	58.640,00	38.995,60	66,5	PAC
RJ	PM N.FRIBURGO	0236519-47	614959	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00		20	PAC
RJ	PM QUATIS	0236521-80	619995	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-jun-12	28.970,00	28.970,00		0	PAC
RJ	PM S.JOSE UBA	0249895-75	623274	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	29-fev-12	305.278,15	305.278,15	296.684,59	98,9	PAC
RJ	PM TANGUA	0249897-93	625991	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-mar-12	493.100,00	161.818,19	28.327,07	12,54	PAC
RJ	ESTADO RJ	0250219-01	625416	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	31-mai-12	245.850,00	189.025,04	159.802,50	15	PAC
RJ	PM S.J. BARRA	0250220-39	624488	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-jun-12	58.640,00	58.640,00		20	PAC
RJ	PM TERESOPOLIS	0250222-58	624188	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	29-fev-12	58.640,00	58.640,00	40.708,26	69,37	PAC
RJ	PM TRES RIOS	0250223-62	624718	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-mar-12	58.640,00	58.640,00	11.627,20	20	PAC
RJ	PM VALENCA	0250224-76	624717	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-jul-12	58.640,00	58.640,00	10.827,20	20	PAC
RJ	PM DUAS BARRAS	0250378-33	623307	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	08-out-12	493.881,25	345.170,00	329.803,51	68,78	PAC
RJ	ESTADO RJ	0250383-07	625984	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	1.183.800,94	197.887,72	81.567,91	4,9	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
RJ	ESTADO RJ	0250391-04	625979	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-abr-12	688.195,66	471.328,21	236.668,66	36,29	PAC
RJ	ESTADO RJ	0250401-21	625373	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	31-mar-12	4.469.638,32	1.784.931,53	926.760,97	14,2	PAC
RJ	PM JAPERI	0251177-26	624603	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	12-mai-08	30-jun-12	8.281.737,35	828.173,74	269.916,06	3,11	PAC
RJ	ESTADO RJ	0251439-85	625987	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	28-fev-12	357.572,54	231.863,46	193.736,65	44,8	PAC
RJ	PM NITEROI	0270848-35	651761	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-08	30-abr-12	48.750,00	48.750,00	9.063,47	20	PAC
RJ	PM PIRAI	0302857-44	658882	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	01-mar-12	58.640,00	14.654,14	11.125,88	19,99	PAC
RJ	PM PORTO REAL	0302858-59	658883	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-mar-12	28.970,00	7.120,83	5.471,55	20	PAC
RJ	PM ARRAIAL CABO	0303044-26	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-mar-12	58.640,00	58.640,00	40.943,47	69,83	PAC
RJ	PM NATIVIDADE	0309519-96	723576	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	31-jan-12	394.200,00	-		0,79	
RJ	F BENTO RUBIAO	0323657-60	733375	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-10	31-ago-12	139.935,80	6.996,79		0	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
RN	PM SERRINHA	0231145-12	610364	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	21-dez-07	10-mai-12	136.500,00	55.255,20	54.575,14	40,48	
RN	PM APODI	0233576-71	610414	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-mar-12	500.000,00	499.999,95	499.327,04	97,76	PAC
RN	PM C. NOVOS /RN	0233580-30	610421	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	20-jun-12	700.000,00	383.880,00	348.156,84	49,84	PAC
RN	PM JOSE MIPIBU	0233588-13	610426	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	28-fev-12	500.000,00	499.999,95	431.672,44	95,16	PAC
RN	PM TOUROS	0233590-56	610428	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	20-jun-12	500.000,00	299.950,00	259.927,39	52,62	PAC
RN	PM CANGUARETA MA	0236530-91	610631	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	20-mai-12	52.706,00	52.706,00		6,39	PAC
RN	PM GOV DIX-SEPT	0236531-04	602853	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-dez-07	20-mai-12	28.970,00	28.970,00	11.268,00	38,93	PAC
RN	PM JUCURUTU	0236532-18	602854	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.243,90	69,87	PAC
RN	PM STO ANTONIO	0236534-36	603064	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-07	20-fev-12	58.640,00	58.640,00	20.648,16	36,66	PAC
RN	PM GOV DIX-SEPT	0237315-07	602843	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-dez-07	20-abr-12	273.000,00	78.705,90	77.223,28	28,83	
RN	PM AREIA BRANCA	0249904-87	623962	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	20-abr-12	493.100,00	493.099,79	358.271,24	73,13	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
RN	PM ARES	0249905-92	625988	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-mai-08	20-jun-12	493.100,00	493.099,79	258.460,05	54,46	PAC
RN	PM CEARA MIRIM	0250227-08	624190	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	10-jun-12	58.640,00	58.640,00	9.413,60	20	PAC
RN	PM JOSE MIPIBU	0250233-87	624186	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-mar-12	58.640,00	58.640,00	11.596,00	19,79	PAC
RN	PM ESP. SANTO	0250406-73	623902	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	20-mar-12	493.100,00	268.788,81	243.481,90	49,51	PAC
RN	PM PEDRO VELHO	0250410-32	623905	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	20-fev-12	493.100,00	493.099,79	431.373,95	86,68	PAC
RN	PM TIBAU DO SUL	0250412-51	624414	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-mai-08	10-abr-12	468.375,00	468.374,05	465.728,39	99,26	PAC
RN	PM TOUROS	0250413-65	623920	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	20-jun-12	493.100,00	303.848,22	276.679,27	56,62	PAC
RN	PM NATAL	0251187-41	624399	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	08-mai-08	28-fev-12	3.572.182,69	1.170.961,48	500.331,76	14,51	PAC
RO	PM PORTO VELHO	0192950-36	562137	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	26-mai-06	30-abr-12	9.750.000,00	9.750.000,00	5.435.244,78	56,96	
RO	PM CACOAL	0233591-60	610427	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	19-dez-07	30-set-12	711.379,37	711.379,37	651.948,58	95,07	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
RO	PM PORTO VELHO	0233594-92	595980	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	08-nov-07	30-jun-12	5.168.567,95	5.167.813,70	4.098.401,84	75,32	PAC
RO	PM PORTO VELHO	0233597-24	595982	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	08-nov-07	30-jun-12	5.448.307,72	4.880.654,16	3.098.159,18	69,66	PAC
RO	PM NOVA BRASILIA	0236539-88	610636	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	19-dez-07	28-fev-12	28.970,00	28.970,00	5.790,00	20	PAC
RO	PM PIMENTA BUEN	0250418-15	630449	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-abr-12	521.719,00	521.719,00	490.505,58	99,88	PAC
RO	PM ARIQUEMES	0251189-60	623225	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	30-jun-12	1.526.262,79	1.470.651,24	365.817,01	33,84	PAC
RO	PM ALVORADA	0302868-74	658890	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	14.607,51	20	PAC
RO	PM PORTO VELHO	0302870-15	658892	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-abr-12	58.640,00	14.660,00	11.728,00	20	PAC
RR	PM BOA VISTA	0192951-40	563042	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	31-mar-12	8.845.908,83	8.845.908,83	8.845.908,82	95,23	
RR	PM MUCAJAI	0230622-76	621025	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	06-jun-12	487.500,00	487.500,00	477.200,39	98,48	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
RR	PM RORAINOPOLIS	0233445-85	614567	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	10-abr-12	900.000,00	290.790,00	285.750,00	39,03	PAC
RR	PM ALTO ALEGRE	0233599-42	614620	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	15-set-12	900.000,00	179.820,00	179.820,00	22,07	PAC
RR	PM CANTA	0233602-91	614621	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	09-fev-12	900.000,00	246.600,00	153.458,56	17,4	PAC
RR	PM BOA VISTA	0233894-23	614685	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-dez-07	30-jun-12	10.000.000,00	9.999.999,99	9.999.999,99	98,63	PAC
RR	PM CARACARAI	0250422-76	632090	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	16-mai-12	493.100,00	234.469,05	202.168,91	42,55	PAC
RR	PM MUCAJAI	0250423-80	628474	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	29-mar-12	394.200,00	394.200,00	388.133,42	98,99	PAC
RR	PM RORAINOPOLIS	0250424-94	629045	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	11-jan-13	493.100,00	493.100,00	478.193,44	99,2	PAC
RS	PM SAO LEOPOLDO	0175020-21	536276	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	21-dez-05	30-dez-12	1.323.332,40	1.323.332,40	469.175,94	35,45	
RS	PM DE GRAMADO	0187632-74	541664	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-05	29-mar-12	975.000,00	975.000,00	724.740,92	90,53	
RS	PM CANOAS - RS	0189017-60	553123	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-05	30-dez-12	975.000,00	975.000,00	455.261,93	46,74	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
RS	PM SAO LEOPOLDO	0192770-59	562666	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	14-jun-06	30-dez-12	1.160.250,00	1.160.250,00	679.491,88	58,56	
RS	PM PELOTAS	0193266-63	563843	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	05-jul-06	30-dez-12	585.000,00	585.000,00	376.638,99	66,99	
RS	PM ROLANTE	0214616-50	584313	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	29-dez-06	30-dez-12	390.000,00	156.000,00	156.000,00	51,05	
RS	PM OSORIO	0225728-47	594227	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	03-out-07	30-dez-12	97.500,00	75.504,00	67.304,19	77,44	
RS	PM SARANDI RS	0225737-59	620497	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-dez-07	31-mar-12	97.500,00	76.908,00	59.707,84	78,88	
RS	PM SAO LEOPOLDO	0230085-76	621027	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-dez-07	30-dez-12	146.250,00	74.529,00	74.224,19	50,96	
RS	PM TAQUARA RS	0230086-80	621026	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	30-dez-12	97.500,00	43.368,00	19.500,00	44,48	
RS	PM ALEGRETE	0233446-99	614565	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-dez-07	30-jun-12	1.087.000,00	1.087.000,00	1.084.826,00	94,8	PAC
RS	PM CACH. SUL	0233447-02	614568	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-dez-07	05-set-12	460.497,40	450.000,00	136.625,75	40,2	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
RS	PM CACHOEIRINHA	0233448-16	614681	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	30-dez-12	10.651.651,74	6.741.870,65	5.029.474,61	38,2	PAC
RS	PM PASSO FUNDO	0233609-60	621039	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	30-ago-12	1.449.797,07	1.449.797,07	1.354.297,01	94,97	PAC
RS	PM URUGUAIANA	0233615-48	605113	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-nov-07	16-fev-12	1.424.757,83	1.424.757,83	1.070.293,83	95	PAC
RS	PM CATUIPE	0236562-86	598002	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	13-dez-07	30-abr-12	23.036,00	23.036,00	4.607,20	20	PAC
RS	PM GIRUA	0236577-52	621061	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	10-dez-07	30-abr-12	28.970,00	28.970,00	5.526,00	20	PAC
RS	PM S.J.NORTE	0236602-68	611124	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	11.262,44	19,21	PAC
RS	PM SAO LEOPOLDO	0236604-86	615007	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00	11.666,20	19,9	PAC
RS	PM SAO LOURENCO	0236605-91	610703	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	11.716,67	19,98	PAC
RS	PM TAPERA - RS	0237319-43	610514	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-mar-12	97.500,00	50.183,25	49.761,24	51,47	
RS	PM ARROIO D SAL	0240951-75	610780	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-dez-12	19.080,00	19.080,00		0	PAC
RS	PM CAPELA SANTA	0240952-89	615101	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	30-dez-12	24.025,00	24.025,00		0	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
RS	PM PANT GRANDE	0241304-50	615504	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-jun-12	24.025,00	5.804,44	4.306,90	19,16	PAC
RS	PM SANTA ROSA	0250449-85	628467	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	30-ago-12	533.700,00	533.112,93	518.336,66	98,87	PAC
RS	PM SAO LEOPOLDO	0250454-61	623445	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	506.738,40	506.738,40	371.104,51	61,33	PAC
RS	PM TUPANCIRETA	0250459-11	624068	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	30-jun-12	596.968,32	596.968,32	539.435,64	99,58	PAC
RS	PM BARRA QUARAI	0250861-91	623656	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-set-12	19.080,00	19.080,00	6.677,98	35	PAC
RS	PM SAO LOURENCO	0250883-59	623478	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	28.970,00	28.970,00	2.912,70	9,23	PAC
RS	PM S.PEDRO SUL	0250885-78	624087	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	30-jun-12	15.124,00	15.124,00	9.537,15	63,06	PAC
RS	PM CANGUCU	0251026-92	623575	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	30-dez-12	48.750,00	48.750,00	9.750,00	20	PAC
RS	PM RIO GRANDE	0251035-02	623578	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	58.640,00	58.640,00	11.728,00	20	PAC
RS	PM ROLANTE	0251036-16	623577	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	56.859,80	56.859,80	39.801,47	40,64	PAC
RS	PM VIAMAO	0251198-71	623232	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	30-dez-12	5.164.219,32	4.943.600,00	2.858.440,21	52,56	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
RS	COOHAB BEMVIVER	0287826-38	728173	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-dez-12	2.120.813,90	244.741,93		6,54	
RS	PM SANTA MARIA	0301574-04	658740	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-dez-09	07-dez-12	8.108.400,00	1.395.455,64	370.769,90	12,21	PAC
RS	PM ALEGRETE	0302873-47	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	16-dez-09	19-fev-12	58.640,00	14.347,66	8.000,00	15,76	PAC
RS	PM BUTIA	0302877-85	658897	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	5.272,40	17,83	PAC
RS	PM DE GRAMADO	0303046-45	659185	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-dez-12	58.640,00	58.640,00		0	PAC
RS	PM J.CASTILHOS	0303051-21	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	18-dez-09	08-mar-12	28.970,00	7.242,50	5.786,00	20	PAC
RS	PM SANTA ROSA	0303060-32	659052	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	15-dez-09	30-mar-12	58.640,00	58.640,00	10.348,80	20	PAC
RS	PM CARAZINHO-RS	0309495-16	724166	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-09	31-mar-12	196.400,00	-	-	20,79	
RS	PM CACAPAVA SUL	0309524-60	721796	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-dez-12	98.200,00	-		3,01	
SC	PM GOV.C. RAMOS	0180500-39	549367	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-dez-05	30-jun-12	97.500,00	97.500,00	24.332,63	25,19	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SC	PM FLORIANOPOL I	0192775-09	559870	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	31-dez-12	1.079.325,00	539.662,50	39.444,94	5,94	
SC	PM JOINVILLE	0192776-13	562129	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	31-dez-12	2.437.500,00	2.437.500,00	-	21,05	
SC	PM CRICIUMA	0193271-36	563844	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	04-jul-06	07-set-12	487.500,00	243.750,00	243.750,00	99,85	
SC	PM URUPEMA	0211566-98	583745	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-06	31-dez-12	48.750,00	9.750,00	9.750,00	87,97	
SC	PM CANOINHAS	0233620-12	610410	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	28-fev-13	1.013.249,84	1.013.249,84	900.000,00	92,9	PAC
SC	PM CHAPECO	0233621-26	610486	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	07-dez-07	31-dez-12	1.700.000,00	1.699.999,94	1.576.436,21	93,9	PAC
SC	PM FLORIANOPOL I	0236633-36	605177	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	23.035,10	32,3	PAC
SC	PM ITAPEMA	0236639-92	599136	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-dez-07	09-mar-12	48.750,00	48.750,00	9.678,31	19,85	PAC
SC	PM PALHOCA-SC	0236644-66	599137	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-dez-07	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	43.487,23	77,02	PAC
SC	PM PORTO BELO	0236648-02	599138	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-dez-07	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	7.197,40	65,56	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SC	PM URUBICI	0236658-39	605212	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-dez-07	30-abr-12	28.970,00	28.970,00	5.766,18	20	PAC
SC	PM PALHOCA-SC	0240970-00	603070	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-dez-07	31-dez-12	28.970,00	1.448,50		0	PAC
SC	ESTADO SC	0249906-05	623963	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-mar-12	531.480,20	531.480,20	391.245,46	82,21	PAC
SC	ESTADO SC	0249910-66	623968	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	28-fev-12	531.480,20	154.725,55	79.366,06	10,84	PAC
SC	ESTADO SC	0249914-01	624027	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	28-fev-12	531.480,20	531.480,20	455.211,36	92	PAC
SC	PM S.BENTO SUL	0249919-53	623409	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	600.463,04	600.463,04	561.291,02	99,63	PAC
SC	PM SAO CARLOS	0249920-81	623350	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-mai-08	31-dez-12	401.123,00	401.123,00	331.369,85	98,95	PAC
SC	ESTADO SC	0250463-72	624064	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	28-fev-12	481.102,40	479.417,95	287.915,70	46,1	PAC
SC	PM ABELARDO LUZ	0250889-13	623374	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	38.860,00	9.715,00	5.712,08	20	PAC
SC	PM ENTRE RIOS	0250895-93	623376	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	28.970,00	28.970,00		22	PAC
SC	PM URUBICI	0250921-12	623383	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	5.283,71	18,76	PAC
SC	PM BIGUACU-SC	0251044-12	624184	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	38.860,00	38.860,00	27.203,26	70	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SC	PM CRICIUMA	0251046-31	623619	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	36.000,34	69,43	PAC
SC	PM JARAGUA SUL	0251050-03	628473	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	30-jun-12	31.932,25	31.932,06	15.298,74	47,91	PAC
SC	PM VIDEIRA	0251071-58	623595	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	33.234,41	65,65	PAC
SC	PM GARUVA	0251121-55	623557	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	10.902,80	43,4	PAC
SC	PM INDAIAL	0251124-87	624697	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	24.025,00	24.025,00	4.805,00	20	PAC
SC	PM SOMBRIO - SC	0270872-47	634744	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-out-08	29-dez-12	58.640,00	58.640,00	36.556,58	64,75	PAC
SC	PM GRAO PARA	0270877-99	643560	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	09-dez-08	30-mar-12	58.640,00	58.640,00	10.668,56	70	PAC
SC	PM AGUAS MORNAS	0303069-29	659057	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-09	31-dez-12	28.970,00	1.448,50		0	PAC
SC	PM ASCURRA	0303072-76	659060	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	23-dez-09	30-out-12	28.970,00	28.970,00	798,50	5	PAC
SC	PM B.BARRA SUL	0303073-80	659175	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	31-mar-12	28.970,00	28.970,00	18.656,72	64,4	PAC
SC	PM BARRA VELHA	0303074-94	659061	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-09	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	7.075,40	24,42	PAC
SC	PM BRUSQUE	0303076-12	659063	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	23-dez-09	30-out-12	58.640,00	58.640,00	2.316,28	5	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SC	PM CAMPO ALEGRE	0303077-26	659176	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-jun-12	28.970,00	1.448,50		0	PAC
SC	PM CANELINHA	0303078-30	659064	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	24-dez-09	31-mar-12	28.970,00	28.970,00		20	PAC
SC	PM H. D OESTE	0303081-87	659067	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	31-mar-12	28.970,00	28.970,00	5.888,21	20	PAC
SC	PM P.GRANDES	0303086-37	657471	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	16-dez-09	30-mar-12	28.970,00	28.970,00	19.865,00	70	PAC
SC	PM RAN QUEIMADO	0303087-41	659072	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	18-dez-09	30-jun-12	28.970,00	7.242,50		20	PAC
SC	PM S.J.BATISTA	0303092-15	659077	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	15-dez-09	15-jun-12	58.640,00	58.640,00		5	PAC
SC	PM SAO JOAQUIM	0303094-33	659079	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-09	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	25.634,83	68,6	PAC
SC	PM SCHROEDER	0303097-67	659082	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	22.645,98	78,17	PAC
SC	PM TIJUCAS	0303098-71	659083	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	22-dez-09	30-jun-12	58.640,00	8.796,00	4.710,00	10	PAC
SC	PM ITAPIRANGA	0314651-15	730514	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-mar-12	196.400,00	16.870,76	16.870,76	8,75	
SC	PM B.J OESTE	0314683-99	730488	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-mar-12	98.200,00	-	-	39,72	
SC	PM SANTIAGO SUL	0321556-01	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	21-out-10	21-dez-12	78.420,00	-		76,43	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SE	PM BARRA COQUEI	0177933-05	549290	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-05	30-mar-12	97.500,00	97.500,00	76.218,88	82,49	
SE	PM ARACAJU	0192779-45	562127	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	14-jun-06	28-fev-13	5.480.294,63	5.480.294,63	2.149.271,85	44,77	
SE	PM S.CRISTOVAO	0192869-34	562124	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	14-jun-06	30-mai-12	975.000,00	975.000,00	686.027,30	61,62	
SE	PM CPO DO BRITO	0211570-58	587545	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	29-dez-06	31-jan-12	195.000,00	-		12,8	
SE	PM TOMAR GERU	0211590-98	587539	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	27-dez-06	28-fev-12	195.000,00	39.000,00	39.000,00	25	
SE	PM N S DS DORES	0230088-07	610365	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	07-dez-07	28-fev-12	195.000,00	35.997,00	27.519,54	18,46	
SE	SEPLAN SE	0233628-96	614626	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	496.434,08	209.743,40	165.496,71	37,25	PAC
SE	PM ITABAIANA	0233630-37	610847	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	24-ago-12	2.000.000,00	1.999.999,80	1.462.530,26	74,58	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SE	SEPLAN SE	0233633-60	614622	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	450.193,30	225.591,86	140.702,13	40,11	PAC
SE	PM BARRA COQUEI	0236661-86	610719	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	10-dez-07	28-mar-12	28.970,00	28.970,00		20	PAC
SE	PM MARUIM	0236664-17	610717	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-dez-07	27-abr-12	28.970,00	28.970,00		20	PAC
SE	PM RIBEIROPOLIS	0236668-55	610687	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-dez-07	27-abr-12	28.970,00	28.970,00	20.237,00	70	PAC
SE	PM TOMAR GERU	0236670-97	610838	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	07-dez-07	25-abr-12	28.970,00	28.970,00	5.719,12	20	PAC
SE	PM CARIRA	0237320-72	610519	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	10-dez-07	30-jun-12	195.000,00	50.000,00		0,01	
SE	PM MURIBECA	0237323-03	610518	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	24-dez-07	30-mar-12	292.500,00	58.500,00	34.028,51	13,54	
SE	SEDURB-ADM DIRE	0249924-26	623347	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	564.355,64	382.376,18		0	PAC
SE	SEDURB-ADM DIRE	0249925-31	624253	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	31-dez-12	565.720,63	493.100,00	104.616,09	31,59	PAC
SE	SEDURB-ADM DIRE	0249927-50	623710	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-dez-12	578.151,33	382.376,98	12.397,25	4,01	PAC
SE	SEDURB-ADM DIRE	0249928-64	623669	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-dez-12	614.674,11	493.100,00	72.916,76	19,92	PAC
SE	SEDURB-ADM DIRE	0249932-23	623341	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-dez-12	440.922,65	418.924,55	99.286,88	27,13	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SE	SEDURB-ADM DIRE	0251202-32	623234	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	30-abr-08	31-dez-12	2.055.664,00	1.976.599,03	1.220.946,45	55,02	PAC
SE	PM TELHA	0265047-41	635049	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	03-nov-08	31-mai-12	493.100,00	164.005,06	163.848,00	33,26	
SE	PM ESTANCIA	0303103-46	659088	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-mai-12	58.640,00	-		20	PAC
SE	PM N.S.SOCORRO	0303106-70	659091	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	29-mai-12	58.640,00	43.980,00	41.048,00	70	PAC
SE	PM ITABAIANA	0314638-32	721324	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-mai-12	493.100,00	-		9,08	
SP	PM GUARULHOS-SP	0175031-51	551047	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-05	30-abr-12	975.000,00	975.000,00	797.336,76	84,28	
SP	PM PIRACICABA	0187588-31	553113	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-05	30-jul-12	682.500,00	682.500,00	257.708,26	49,77	
SP	PM EST. ATIBAIA	0192870-63	567955	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	30-dez-12	5.860.725,00	5.860.725,00	5.349.387,74	88,51	
SP	PM E.T.DE EMBU	0192873-95	565186	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	16-jun-12	7.800.000,00	7.800.000,00	5.483.855,81	75,42	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SP	PM FERR VASCONC	0192874-08	565061	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	16-jun-12	5.460.000,00	5.460.000,00	5.152.395,20	93,74	
SP	PM ITAPEVI	0192879-50	565059	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	16-jun-12	6.953.700,00	6.953.700,00	5.698.567,29	72,45	
SP	PM TABOAO SERRA	0192890-02	565060	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	16-jun-06	16-jun-12	1.176.630,00	1.176.630,00	274.023,48	23,3	
SP	PM CAMPINAS	0192954-73	562138	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	14-jun-06	28-ago-12	9.750.000,00	9.750.000,00	3.143.893,64	91,64	
SP	PM ITANHAEM	0193281-52	570582	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-jun-06	31-mar-12	292.500,00	292.500,00	142.389,00	48,68	
SP	PM DIADEMA	0194762-92	563065	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-jun-06	30-mar-12	292.500,00	292.500,00	288.202,93	77,73	
SP	PM AMERICANA	0198542-13	568719	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-jun-06	22-out-12	780.000,00	780.000,00	14.450,56	52,54	
SP	PM TABOAO SERRA	0198551-36	562713	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-jun-06	28-jun-12	1.151.718,75	430.343,75	430.343,75	31,98	

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SP	PM VINHEDO-SP	0198552-40	573500	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-jul-06	22-fev-12	616.989,75	616.989,75	89.309,48	71,73	
SP	PM PIRACICABA	0225868-43	597355	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	29-nov-07	30-jul-12	97.500,00	62.400,00	60.319,74	64	
SP	PM JAU	0233460-86	605126	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-dez-07	20-ago-12	1.455.109,94	494.300,85	392.391,22	26,57	PAC
SP	PM MOCOCA	0233468-69	602832	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-dez-07	29-jun-12	1.535.460,75	1.199.884,17	845.884,39	42,68	PAC
SP	PM MOGI GUACU	0233469-73	614537	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-mar-12	850.000,00	849.999,91	783.676,36	95	PAC
SP	PM PENAPOLIS	0233470-00	610502	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	27-dez-07	05-dez-12	1.944.000,00	1.799.999,82	534.175,14	34	PAC
SP	PM AMPARO	0233639-24	614667	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-dez-07	27-dez-12	2.033.435,31	1.299.151,45	451.533,75	16,65	PAC
SP	PM ARARAQUARA	0233640-53	602840	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	20-dez-07	31-dez-13	5.423.816,60	4.971.219,60	3.371.474,78	70,64	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SP	PM EST. ATIBAIA	0233644-99	614663	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	31-dez-07	31-out-12	9.379.012,48	1.225.272,95	30.199,77	7,42	PAC
SP	PM SAO CARLOS	0233652-07	610484	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	24-dez-07	16-jun-12	457.600,00	358.163,52	308.166,59	68,46	PAC
SP	PM S.J.BOA VIST	0233653-11	610415	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-nov-07	30-abr-12	1.000.000,00	999.999,90	948.776,66	95,71	PAC
SP	PM V.PAULISTA	0233662-22	614643	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-dez-07	27-abr-12	11.207.223,04	7.376.507,67	7.352.003,24	55,73	PAC
SP	PM BARRA DO TUR	0236681-25	602865	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	18-dez-07	30-jun-12	28.970,00	28.970,00	5.606,42	19,35	PAC
SP	PM BAURU	0236682-39	615019	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	29-fev-12	58.640,00	58.640,00	23.133,44	61,82	PAC
SP	PM DOLCINOPOLIS	0236693-69	610712	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	25-dez-12	19.080,00	19.080,00	5.247,00	27,5	PAC
SP	PM DRACENA	0236694-73	610680	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	30-dez-12	19.080,00	19.080,00	13.066,67	70	PAC
SP	PM FERR VASCONC	0236697-05	605197	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00	11.652,26	20	PAC
SP	PM GUAIMBE	0236698-19	643547	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	13-jun-08	29-fev-12	28.970,00	28.970,00		0	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SP	PM ITARIRI	0236709-40	605191	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	18-dez-07	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	11.243,56	52,09	PAC
SP	PM JACUPIRANGA	0236711-83	605196	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	18-dez-07	30-abr-12	28.079,90	28.079,90	19.745,24	84,4	PAC
SP	PM LORENA	0236713-00	600641	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	18-dez-07	18-jun-12	46.772,00	46.772,00		0	PAC
SP	PM MAUA - SP	0236716-33	630490	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	31-dez-12	58.640,00	58.640,00	41.048,00	70,01	PAC
SP	PM OSVALDO CRUZ	0236721-07	610694	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	31-dez-12	19.080,00	19.080,00		0	PAC
SP	PM S.SALETE	0236734-55	610691	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	28-fev-12	28.970,00	28.970,00	5.794,00	20	PAC
SP	PM S.L.DA SERRA	0236738-92	624497	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-dez-12	28.970,00	28.970,00	20.220,39	70	PAC
SP	PM SOCORRO	0236740-33	615001	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	26-dez-07	12-set-12	46.653,32	46.653,32	8.838,41	18,94	PAC
SP	PM SUZANO	0236741-47	610683	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-dez-12	58.640,00	58.640,00	37.719,49	64,44	PAC
SP	PM DE TANABI	0236742-52	610684	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-abr-12	48.750,00	48.750,00	33.916,67	70	PAC
SP	PM DE URANIA	0236745-85	610695	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	29-jun-12	28.970,00	28.970,00	5.794,00	20	PAC
SP	PM V.PAULISTA	0236746-99	615004	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	07-mai-12	58.640,00	58.640,00	38.116,00	65	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SP	PM BRAG.PAUL	0240983-58	615116	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	24-dez-07	18-ago-12	28.970,00	28.970,00	10.834,76	38,33	PAC
SP	PM ITARIRI	0240992-69	615121	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-07	31-dez-12	24.025,00	24.025,00	5.825,25	25	PAC
SP	PM JUNDIAI	0240993-73	615120	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	27-abr-12	19.080,00	19.080,00	-	8,49	PAC
SP	PM JUNDIAI	0240994-87	615117	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	18-nov-12	19.080,00	19.080,00	-	2,26	PAC
SP	PM MIGUELOPOLIS	0240995-92	615118	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	25-mar-12	28.970,00	28.970,00	11.639,10	30	PAC
SP	PM MOGI CRUZES	0240996-05	619010	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	30-dez-12	38.860,00	1.943,00		17,5	PAC
SP	PM TABOAO SERRA	0241014-42	605221	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	28-jul-12	28.970,00	28.970,00	26.055,94	90,73	PAC
SP	PM TABOAO SERRA	0241015-58	605222	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	28-jul-12	28.970,00	28.970,00	5.384,60	18,59	PAC
SP	PM TABOAO SERRA	0241194-28	605214	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	28-jul-12	19.080,00	19.080,00	11.573,66	60,66	PAC
SP	PM TABOAO SERRA	0241196-47	605226	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	28-jul-12	28.970,00	28.970,00	4.745,87	20,02	PAC
SP	PM ADOLFO	0249935-57	624626	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	25-dez-12	418.925,00	115.731,78	36.529,09	8,72	PAC
SP	PM ALTINOPOLIS	0249937-75	623340	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	24-fev-12	496.415,32	496.415,32	496.415,32	99,56	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SP	PM JALES	0249950-58	624625	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	27-mai-12	528.852,90	512.970,00	458.754,99	88,58	PAC
SP	PM JUNDIAI	0249955-08	630450	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	18-set-12	4.344.486,48	2.790.029,22	1.035.910,72	89,07	PAC
SP	PM LINS	0249961-87	623359	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	20-mai-12	532.380,00	504.376,81	444.402,18	98,63	PAC
SP	PM TABOAO SERRA	0250086-08	623345	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	28.970,00	28.970,00	-	1,33	PAC
SP	PM TABOAO SERRA	0250087-12	623346	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	31-dez-12	28.970,00	28.970,00	-	1,33	PAC
SP	PM V.PAULISTA	0250090-69	630445	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	12-abr-12	38.860,00	38.776,14	8.100,00	32,96	PAC
SP	PM BORBOREMA	0250476-29	623441	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	20-jan-13	443.650,00	113.130,75	60.985,16	15,5	PAC
SP	PM CAMPO JORDAO	0250482-07	623453	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	25-abr-08	26-abr-12	532.548,00	532.548,00		0	PAC
SP	PM DE COLOMBIA	0250488-63	632044	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	13-jun-08	29-jun-12	271.890,00	29.907,90		0	PAC
SP	PM FERNAO	0250497-74	624451	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	20-fev-13	197.135,44	77.868,50	77.868,50	43,88	PAC
SP	ESTADO SP	0250498-88	624057	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	15-dez-12	310.630,00	265.630,00	265.630,00	63,55	PAC
SP	PM GUAIRA	0250499-92	624691	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	25-jun-12	550.710,70	550.710,70	526.262,11	99,47	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SP	PM MOGI GUACU	0250516-02	623534	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-abr-12	535.860,00	184.550,18	117.954,56	29,44	PAC
SP	PM NIPOA	0250518-20	624670	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	25-jun-12	446.617,00	446.616,03	436.615,39	99,61	PAC
SP	PM NOVAIS	0250521-77	624669	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	24-jun-12	354.640,00	354.639,40	354.056,00	99,19	PAC
SP	PM PEDERNEIRAS	0250525-13	623541	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	20-abr-12	493.100,00	493.099,79	489.935,21	99	PAC
SP	PM PEREIRA BARR	0250527-31	624680	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	20-out-12	490.757,23	345.663,37	343.647,50	68,85	PAC
SP	PM POPULINA	0250531-92	624676	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	29-mar-12	511.685,44	511.685,44	497.029,20	99,29	PAC
SP	PM R.CORRENTE	0250540-02	623531	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	22-fev-12	430.890,71	430.890,71	430.890,71	82,62	PAC
SP	PM ROSEIRA	0250545-54	630469	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	25-abr-08	26-abr-12	260.537,41	260.537,41	237.906,76	98,92	PAC
SP	PM SANTANA DA P	0250551-43	624687	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	24-jun-12	406.304,00	406.304,00	332.678,91	98,73	PAC
SP	PM S.J.R.PRETO	0250555-81	624688	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-dez-12	1.122.600,00	255.279,24	165.887,85	15,23	PAC
SP	PM TABATINGA	0250562-73	623325	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	20-set-12	493.100,00	493.099,79	320.465,32	77,36	PAC
SP	PM TAIACU	0250564-91	624615	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	31-mar-12	176.620,00	176.619,59	170.953,14	98,82	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SP	PM DE TANABI	0250565-05	624616	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-abr-12	493.100,00	493.099,79	482.394,33	99,8	PAC
SP	PM TAQUARAL	0250566-19	624618	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	29-fev-12	196.658,71	196.658,71	144.590,61	94,87	PAC
SP	PM T.FRONTEIRAS	0250567-23	624617	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	31-jan-12	354.640,00	354.639,40	330.664,91	99,85	PAC
SP	PM CAJOBI	0250937-93	624628	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	27-jun-12	28.970,00	2.897,00		0	PAC
SP	PM MARILIA	0250953-07	623394	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	20-jul-12	28.970,00	28.970,00	4.335,45	15	PAC
SP	PM RIB DO SUL	0250959-63	623379	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	20-fev-12	28.970,00	28.970,00	6.762,00	23,98	PAC
SP	PM TABOAO SERRA	0250961-04	623381	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	38.860,00	38.787,11	-	4	PAC
SP	PM TABOAO SERRA	0250962-18	623380	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	38.860,00	38.776,14	-	4	PAC
SP	PM TABOAO SERRA	0250963-22	623378	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	38.860,00	38.779,47	1.554,40	4	PAC
SP	PM TABOAO SERRA	0250964-36	623434	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-dez-12	38.860,00	38.776,14	-	4	PAC
SP	PM BIRIGUI	0251074-80	624176	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	27.540,00	60	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SP	PM OSASCO	0251112-43	623858	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	28-abr-08	15-ago-13	12.976.225,50	12.976.225,50	12.799.655,60	97,35	PAC
SP	PM CRAVINHOS	0251126-05	623569	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	20-jun-12	48.750,00	48.750,00	21.844,57	70	PAC
SP	PM HORTOLANDIA	0251129-37	630471	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	30-jun-12	58.640,00	52.989,69	38.089,55	64,95	PAC
SP	PM ITUPEVA	0251131-70	630473	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	29-fev-12	58.640,00	52.366,24	37.709,02	65,55	PAC
SP	PM JARINU	0251133-98	630472	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-abr-08	25-mai-12	28.970,00	28.970,00	5.602,72	20	PAC
SP	PM MARILIA	0251136-20	623591	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-abr-08	29-fev-12	58.640,00	53.364,24	35.318,00	70	PAC
SP	PM CARAPICUIBA	0251203-46	623851	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	12-mai-08	31-jan-14	9.888.600,00	1.626.634,98	810.887,31	6,39	PAC
SP	PM E.T.DE EMBU	0251204-51	623853	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	12-mai-08	31-jan-13	6.266.777,91	1.458.905,90	1.099.284,67	17,45	PAC
SP	PM EMBU-GUACU	0251205-66	623854	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	12-mai-08	28-fev-12	5.141.344,00	531.572,53	128.625,00	2,48	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SP	PM VOTUPORANGA	0270882-63	643577	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	16-dez-08	20-mar-12	46.772,00	46.772,00	32.740,40	70	PAC
SP	PM JAU	0270893-92	647965	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	24-dez-08	30-jul-12	58.640,00	58.640,00	11.320,00	39,3	PAC
SP	PM V.GRANDE PAU	0270901-91	643593	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-dez-08	30-dez-12	58.640,00	58.640,00	11.720,96	20	PAC
SP	ESTADO SP	0270915-53	643584	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	15-dez-08	31-dez-12	245.850,00	245.850,00	-	28,95	PAC
SP	PM JALES	0302978-02	658987	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	14-mar-12	58.640,00	39.625,00	26.911,78	20	PAC
SP	PM OLIMPIA	0302983-77	658990	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-dez-12	58.640,00	2.932,00		0	PAC
SP	PM PALMITAL	0302984-81	658991	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	18-dez-09	30-jun-12	58.640,00	58.640,00	28.985,00	55	PAC
SP	PM REGISTRO SP	0302988-27	658995	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-dez-12	58.640,00	2.932,00		0	PAC
SP	PM BIR. MIRIM	0303116-95	659179	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	30-dez-12	58.640,00	26.295,81		19,72	PAC
SP	PM FRANCA	0303126-19	659108	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	30-dez-09	28-jun-12	58.640,00	58.640,00	9.440,00	20	PAC
SP	PM GUAIRA	0303128-37	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	28-jun-12	58.640,00	14.900,00	11.660,00	20	PAC
SP	PM TAQUARITUBA	0303142-12	659123	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	23-dez-09	29-fev-12	58.640,00	58.640,00	40.943,00	40	PAC

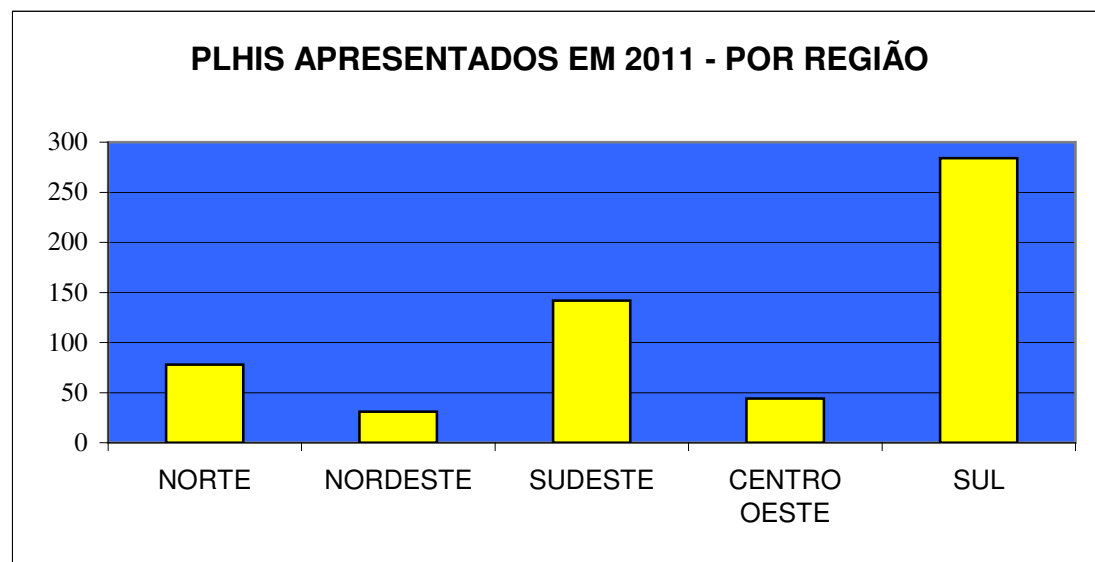
UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
SP	COOPERTETO	0323649-51	733352	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	08-jul-10	28-fev-13	1.467.965,00	146.796,50	5.357,14	0	
SP	USINA	0327345-74	736485	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-nov-10	30-dez-12	43.805,00	30.000,00	29.661,40	67,71	
SP	USINA	0342582-63	748303	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-nov-10	30-dez-12	26.003,00	17.429,81	15.000,00	57,03	
SP	PM IBITINGA	0345330-86	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-dez-10	20-jun-12	78.420,00	17.442,00	7.842,00	0	PAC
SP	PM PIRAJUI	0345341-14	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	22-dez-10	20-jun-12	48.750,00	2.437,50		0	PAC
SP	PM S.C.R. PARDO	0345349-98	000000	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	20-dez-10	20-jun-12	58.640,00	15.864,00		0	PAC
TO	PM FORMOSO	0173743-10	525561	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	19-ago-05	19-mar-12	121.875,00	121.875,00	41.565,85	32,98	
TO	ESTADO TO	0233666-60	610435	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-dez-07	30-nov-12	800.000,00	799.931,67	715.814,59	89,58	PAC
TO	PM DE PALMAS	0233671-33	610469	URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTA	12-dez-07	30-dez-12	9.930.000,00	1.000.944,00	22.741,00	0,43	PAC
TO	PM DIANOPOLIS	0241016-62	610761	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	27-dez-07	27-dez-12	38.860,00	3.886,00		0	PAC
TO	PM PUGMIL	0241029-18	610752	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-07	28-nov-12	19.080,00	4.874,00		0	PAC

UF	Tomador	CR	SIAFI	Programa	Assinatura	Vigência	Vlr Repasse	Vlr Liberado	Vlr Desbloqueado	% Obra	Obs.
TO	ESTADO TO	0251146-45	624496	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	12-mai-08	30-nov-12	245.850,00	245.850,00	43.741,41	17,84	PAC
TO	PM COLINAS TOCA	0256583-59	647944	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	29-dez-08	28-jun-12	295.300,00	295.300,00	151.662,92	52,64	
TO	SALM-TO	0287603-47	728175	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	30-nov-12	877.524,30	877.524,30	805.973,03	94,3	
TO	PM DOIS IRMAOS	0301693-44	715337	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-09	28-mar-12	196.400,00	6.618,68	6.395,94	3,37	
TO	PM MURICILANDIA	0306751-68	718971	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	17-dez-09	17-abr-12	196.400,00	23.351,96	22.605,05	11,89	
TO	PM C.NATIVIDADE	0309522-41	723897	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-mar-12	196.400,00	1.984,00		1,01	
TO	PM DIVINOPOLIS	0309523-56	723896	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	28-dez-09	28-abr-12	295.300,00	45.476,00	43.248,29	15,4	
TO	PM TUPIRATINS	0310228-91	721413	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	31-dez-09	31-dez-12	196.400,00	15.437,04		7,86	

ANEXO I - MUNICÍPIOS QUE APRESENTARAM PLHIS EM 2011 A CAIXA

NORTE		NORDESTE		SUDESTE		CENTRO OESTE		SUL	
UF	Nº PLHIS	UF	Nº PLHIS	UF	Nº PLHIS	UF	Nº PLHIS	UF	Nº PLHIS
AC	17	AL	3	ES	4	GO	9	PR	58
AM	2	BA	4	MG	47	MS	14	RS	138
PA	7	PB	1	RJ	5	MT	21	SC	88
RO	13	PE	12	SP	86				
RR	3	PI	1						
TO	36	RN	10						
TOTAL	78	TOTAL	31	TOTAL	142	TOTAL	44	TOTAL	284
579 PLHIS APRESENTADOS									

REGIÃO	QUANTIDADE
NORTE	78
NORDESTE	31
SUDESTE	142
CENTRO OESTE	44
SUL	284



ANEXO II - COMPARATIVO CONTRATOS 2010 - 2011

CONTRATOS ASSINADOS POR SITUAÇÃO - 2010				
Contratos finalizados	Contratos não iniciados	Contratos em execução	Contratos paralisados	Total
204	794	608	188	1794
11,37%	44,26%	33,89%	10,48%	
Fonte: CAIXA/CAIXA EFETIVIDADE (Posição 17/01/2011)				

CONTRATOS ASSINADOS POR SITUAÇÃO - 2011				
Contratos finalizados	Contratos não iniciados	Contratos em execução	Contratos paralisados	Total
523	351	673	184	1731
29,15%	19,57%	37,51%	10,26%	
Fonte: CAIXA/CAIXA EFETIVIDADE (Posição 31/01/2012)				

ANEXO IV - QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FNHIS									
CNPJ: 05.465.986.0006/01				UG/GESTÃO: 560018/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614954	PM PALMARES/PE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	20/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614955	PM PALMEIRINA/PE	28.970,00	856,32		57.940,00	18/dez/07	18/dez/12	Adimplente
4	614956	PM PARNAMIRIM/PE	28.970,00	842		57.940,00	20/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614957	PM CORUPA/SC	21.058,00	10.242,00		21.058,00	19/dez/07	28/jun/12	Adimplente
4	614958	PM VARRE-SAI/RJ	9.190,00	1.016,14		8.271,00	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614960	PM ITAPERUNA/RJ	58.640,00	11.728,00		58.640,00	28/dez/07	30/ago/12	Adimplente
4	614948	PM GASPAR/SC	58.640,00	8.155,38		58.640,00	18/dez/07	30/out/12	Adimplente
4	614961	PM MACAE/RJ	58.640,00	20.481,42		58.640,00	31/dez/07	31/jul/11	Adimplente
4	614962	PM MIRACEMA/RJ	58.640,00	27.238,78		0	31/dez/07	28/out/11	Adimplente
4	614963	PM C.GOITACAZES/RJ	58.640,00	12.000,00		58.640,00	26/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614966	PM PELOTAS/RS	48.750,00	9.750,00		48.750,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614959	PM N.FRIBURGO/RJ	58.640,00	26.728,00		58.640,00	27/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614952	PM ST A LEVERGE/MT	28.970,00	1.448,50		28.970,00	31/dez/07	31/jul/12	Adimplente
4	614949	PM ITAJAI/SC	58.640,00	10.555,20		58.640,00	18/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614947	PM ALAGOA NOVA/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614946	PM ALAGOA GRAND/PB	28.970,00	1.448,50		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614944	PM MARAIAL/PE	28.970,00	859,23	4.345,50	34.764,00	27/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614942	PM JOAO ALFREDO/PE	58.640,00	1.803,00		117.280,00	31/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	614941	PM JUPI/PE	28.970,00	869,1		66.631,00	21/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614940	PM LAGOA D OURO/PE	28.970,00	800,98		55.043,00	20/dez/07	30/set/11	Adimplente
4	614939	PM ARARA/PB	19.080,00	572,4		38.160,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614938	PM ARACAGI/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	615004	PM V.PAULISTA/SP	58.640,00	10.060,00		58.640,00	27/dez/07	07/mai/12	Adimplente
4	614950	PM ILHOTA/SC	28.970,00	1.030,00		28.970,00	18/dez/07	30/out/12	Adimplente
4	614988	PM GARANHUNS/PE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	20/dez/07	20/dez/12	Adimplente
4	614900	PM IPATINGA/MG	58.640,00	11.728,00		98.063,67	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614937	PM AREIA/PB	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614998	PM C.L.PAULISTA/SP	58.640,00	11.641,67		58.640,00	28/dez/07	23/jun/11	Adimplente
4	615001	PM SOCORRO/SP	46.653,32	16.632,68		46.653,32	26/dez/07	12/set/12	Adimplente
4	615010	PM CACHOEIRINHA/RS	58.640,00	8.301,67		58.640,00	31/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	615015	PM B.CAMBORIU/SC	58.640,00	24.464,99		52.102,71	18/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	615016	PM CAMBORIU/SC	58.640,00	11.493,44		58.640,00	18/dez/07	30/out/11	Adimplente
4	615019	PM BAURU/SP	58.640,00	11.728,00		58.640,00	28/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	614994	PM B BONITA/SP	58.640,00	18.720,34		58.640,00	31/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	615007	PM SAO LEOPOLDO/RS	58.640,00	10.633,33		58.640,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614990	PM TAIÓ/SC	28.970,00	900		28.970,00	18/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614969	PM ARROIO DOS R/RS	28.970,00	847,28		28.970,00	31/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614985	PM STA TEREZINH/PE	28.970,00	869,1		66.631,00	20/dez/07	30/out/11	Adimplente
4	614984	PM ST M B VISTA/PE	56.859,80	2.619,05		56.859,80	20/dez/07	20/dez/12	Adimplente
4	614981	PM VICENCIA -PE/PE	58.640,00	2.932,00		76.513,60	21/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614980	PM TAMANDARÉ/PE	28.970,00	1.030,00		28.970,00	21/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	614978	PM SIRINHAEM/PE	58.640,00	5.260,00		58.640,00	21/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614977	PM SOLIDÃO/PE	28.970,00	866,5	4.345,50	40.558,00	20/dez/07	20/dez/12	Adimplente
4	614993	PM ITANHAEM/SP	58.640,00	11.728,00		58.640,00	18/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614887	PM RIO TINTO/PB	48.750,00	1.462,50		48.750,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614903	PM CEL FABRICIA/MG	58.640,00	11.728,00		58.640,00	27/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614901	PM O.D'ÁGUA/MG	19.080,00	720		19.080,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	615130	PM CARAMBEI/PR	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	30/ago/11	Adimplente
4	614897	PM SANTA RITA/PB	58.640,00	2.932,00		117.280,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614896	PM SANTA LUZIA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	614895	PM POCINHOS/PB	19.080,00	572,4		38.160,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614893	PM POCO J MOURA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614892	PM POMBAL - PB/PB	58.640,00	2.932,00		117.280,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614891	PM PITIMBU/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614890	PM STA CRUZ/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614904	PM BRAGANÇA -PA/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614888	PM REMIGIO/PB	19.080,00	572,4		38.160,00	31/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	614907	PM BELEM/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	08/jun/12	Adimplente
4	614886	PM SAO BENTO/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614885	PM SANTAREM/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614884	PM IPUBI/PE	28.970,00	859,69		28.970,00	21/dez/07	21/dez/12	Adimplente
4	614883	PM S.J.L.TAPADA/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	614882	PM S.J.PIRANHAS/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	04/dez/12	Adimplente
4	614881	PM SERTAOZINHO/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614880	PM S.S.UMBUZEIR/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614879	PM S.VIC.SERIDO/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614878	PM SOLANEA/PB	58.640,00	2.932,00		117.280,00	31/dez/07	30/out/12	Adimplente
4	614877	PM S.M.TAIPU/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614876	PM SERRA GRANDE/PB	28.970,00	1.030,00		57.940,00	31/dez/07	30/out/12	Adimplente
4	614889	PM PUXINANA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614920	PM DE BELEM/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614935	PM APARECIDA/PB	28.970,00	869,1	1.448,50	57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614934	PM OROCO/PE	28.970,00	900		57.940,00	20/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614933	PM OROBO/PE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	20/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	614932	PM LUIS ALVES/SC	28.970,00	1.030,00		28.970,00	18/dez/07	30/out/11	Adimplente
4	614931	PM NAVEGANTES/SC	58.640,00	19.489,53		47.731,65	18/dez/07	31/out/11	Adimplente
4	614929	PM PETROLINA-PE/PE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	20/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614928	PM SANHARO/PE	28.970,00	2.390,00		37.661,00	20/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614927	PM SALGUEIRO/PE	58.640,00	2.586,67		58.640,00	21/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614926	PM DE JACUNDA/PA	58.640,00	6.135,00		58.640,00	26/dez/07	28/fev/11	Adimplente
4	614925	PM IGARAPE MIRI/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	26/dez/07	28/set/12	Adimplente
4	614923	PM BARRA STA RO/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
2	615020	PM IBIA/MG	194.025,00	28.626,64		194.025,00	27/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	614921	PM BARRA SANTAN/PB	28.970,00	869,1		55.043,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614936	PM ALHANDRA/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614919	PM JATAI - GO/GO	58.640,00	2.932,00		58.640,00	21/dez/07	31/mar/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614918	PM TEREZOPOLIS/GO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614917	PM S.J.MANHUACU/MG	28.970,00	3.820,00		28.970,00	27/dez/07	30/ago/11	Adimplente
4	614916	PM CORUMBA/MS	58.640,00	13.958,86		55.668,00	31/dez/07	28/out/11	Adimplente
4	614915	PM ACORIZAL/MT	28.970,00	2.897,00		52.146,00	31/dez/07	01/jul/11	Adimplente
4	614914	PM N S LIVRAMEN/MT	28.970,00	1.448,50		28.970,00	17/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614912	PM CUIABA/MT	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614911	PM DIAMANTINO/MT	58.640,00	13.037,10		57.740,80	31/dez/07	12/jun/11	Adimplente
4	614909	PM TERRA N.NORT/MT	28.970,00	2.897,00		57.940,00	27/dez/07	06/ago/11	Adimplente
4	614908	PM ALTAMIRA/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	26/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614922	PM BAIA TRAICAO/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	615627	PM C MACACU -RJ/RJ	58.640,00	31.360,00		111.416,00	07/dez/07	30/jan/12	Adimplente
4	615121	PM ITARIRI/SP	24.025,00	720,75		50.452,50	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	619950	PM VALENCA - BA/BA	4.200.000,00	210.000,00	1.163.690,06	1.172.254,38	14/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	619949	PM JEQUIE - BA/BA	2.076.637,10	114.955,64	517.705,88	517.705,88	26/dez/07	30/abr/12	Adimplente
2	619942	PM TEOLANDIA/BA	175.500,00	8.775,00		175.500,00	21/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	619014	PM BARRA MANSA/RJ	28.970,00	6.000,00		28.970,00	31/dez/07	20/out/11	Adimplente
4	619013	PM BARRA MANSA/RJ	19.080,00	4.000,00		40.068,00	31/dez/07	20/out/11	Adimplente
4	619012	PM BARRA MANSA/RJ	19.080,00	4.000,00		36.252,00	31/dez/07	20/out/11	Adimplente
4	619011	PM BARRA MANSA/RJ	28.970,00	6.000,00		28.970,00	31/dez/07	22/out/11	Adimplente
4	619010	PM MOGI CRUZES/SP	38.860,00	7.772,00	1.943,00	37.551,40	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	619009	PM RESENDE/RJ	58.640,00	11.728,00		58.640,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	619952	PM QUATIS/RJ	220.000,00	74.743,72	38.896,00	49.896,00	28/dez/07	26/mai/12	Adimplente
4	615658	PM MESQUITA/RJ	58.640,00	29.060,00		58.640,00	07/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	619953	PM PORTO REAL/RJ	5.178.754,37	1.643.746,26	1.728.467,67	4.961.190,89	28/dez/07	28/abr/12	Adimplente
4	615626	PM TIMOTEO/MG	47.058,04	9.411,61		47.058,04	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	615625	PM APUÍ/AM	28.970,00	3.000,00		28.970,00	08/jan/08	30/mar/12	Adimplente
4	615624	PM CASIMIRO ABR/RJ	58.640,00	12.000,00		58.640,00	31/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	615623	PM ITABORAI/RJ	58.640,00	50.000,00		58.640,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	615622	PM GUAPIMIRIM/RJ	58.640,00	20.160,00		58.640,00	17/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	615621	PM NILOPOLIS-RJ/RJ	58.640,00	14.660,00		58.640,00	17/dez/07	31/mar/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	615620	PM MARICA/RJ	58.640,00	11.728,00		58.640,00	12/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	615619	PM ANGRA REIS/RJ	58.640,00	10.833,33		58.640,00	31/dez/07	02/dez/11	Adimplente
4	615618	PM BELFORDROXO/RJ	58.640,00	11.728,00		58.640,00	17/dez/07	14/mar/12	Adimplente
4	615617	PM SAO GONCALO/RJ	58.640,00	80.500,00		58.640,00	26/dez/07	16/abr/12	Adimplente
4	615616	PM SILVA JARDIM/RJ	58.640,00	1.759,20	58.640,00	131.940,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	619008	PM PIRAI/RJ	1.267.683,44	101.525,16	237.944,18	1.259.443,50	28/dez/07	22/fev/12	Adimplente
4	619991	PM ITACURUBA/PE	28.079,90	842,4		30.887,89	31/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	619990	PM IUIU/BA	28.970,00	900		28.970,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	619989	PM PAU BRASIL/BA	28.970,00	869,1		60.837,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	619988	PM PALMAS M ALT/BA	28.970,00	895,98		60.837,00	28/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	619986	PM IGRAPIUNA/BA	26.992,00	2.000,00		59.382,40	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	619985	PM IBOTIRAMA/BA	58.640,00	2.932,00		117.280,00	31/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	619981	PM ITAGI/BA	26.992,00	1.008,00		26.992,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	619979	PM ITAPETINGA/BA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	27/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	619977	PM JITAUNA/BA	38.860,00	3.840,00		73.834,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	619976	PM JAGUAQUARA/BA	46.772,00	4.800,00		46.772,00	27/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	619974	PM VIT.CONQUIST/BA	58.640,00	3.000,00		58.640,00	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	619951	PM VALENCA - BA/BA	5.000.000,00	250.000,00	1.936.861,32	1.936.861,32	14/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	619972	PM B CHOCA/BA	47.761,00	2.388,00		47.761,00	21/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	615613	PM S.PATRICIO/GO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	18/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	619969	PM CAIRU/BA	22.788,75	1.187,00		45.577,50	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	619968	PM BRUMADO - BA/BA	38.860,00	2.000,00		38.860,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	619967	PM CACULE/BA	58.640,00	1.800,00		58.640,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	619966	PM IBICARAI-BA/BA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	619964	PM GUAJERU/BA	28.970,00	927,83		28.970,00	31/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	619962	PM RIO PIRES/BA	28.970,00	900		28.970,00	28/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	619961	PM BOA ESPERANC/MG	58.640,00	10.600,23		58.640,00	20/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	619960	PM SANTANA/BA	58.640,00	3.000,00		58.640,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	619958	PM TEOLANDIA/BA	28.970,00	900		28.970,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	619957	PM TAPEROA/BA	26.992,00	1.400,00		26.992,00	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	619954	PM BOM JARDIM/PE	800.000,00	40.704,95	100.079,92	799.999,92	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	619973	PM UBAIRA/BA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	615081	ESTADO DA BAHIA/BA	28.970,00	53.559,94		0	27/dez/07	12/fev/11	Adimplente
4	615117	PM JUNDIAI/SP	19.080,00	19.816,00		19.080,00	28/dez/07	18/nov/12	Adimplente
4	615116	PM BRAG.PAUL/SP	28.970,00	5.794,00		28.970,00	24/dez/07	18/ago/12	Adimplente
4	615113	PM PORTO FERREI/SP	28.970,00	10.830,00		28.970,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	615112	PM B BONITA/SP	38.860,00	7.780,00		77.720,00	31/dez/07	20/jul/12	Adimplente
4	615101	PM CAPELA SANTA/RS	24.025,00	720,75		24.025,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	615100	PM AMPARO/SP	19.080,00	24.220,00	7.365,42	8.319,42	24/dez/07	24/mai/12	Adimplente
4	615097	ESTADO DA BAHIA/BA	19.080,00	6.947,40		0	26/dez/07	12/fev/11	Adimplente
4	615096	ESTADO DA BAHIA/BA	19.080,00	6.947,40		0	26/dez/07	12/fev/11	Adimplente
4	615094	ESTADO DA BAHIA/BA	19.080,00	3.795,81		0	21/dez/07	12/fev/11	Adimplente
4	615093	ESTADO DA BAHIA/BA	19.080,00	3.795,81		0	21/dez/07	12/fev/11	Adimplente
4	615092	ESTADO DA BAHIA/BA	19.080,00	3.740,92		0	21/dez/07	12/fev/11	Adimplente
4	615615	PM S.J. MERITI/RJ	58.640,00	11.728,00		58.640,00	31/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	615087	ESTADO DA BAHIA/BA	19.080,00	3.795,81		0	21/dez/07	12/fev/11	Adimplente
4	614875	PM VIEIROPOLIS/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	615079	ESTADO DA BAHIA/BA	28.970,00	45.559,94		0	27/dez/07	12/fev/11	Adimplente
4	615074	ESTADO DA BAHIA/BA	19.080,00	3.795,81		0	21/dez/07	12/fev/11	Adimplente
4	615068	ESTADO PA/PA	28.970,00	13.030,00	10.200,65	20.546,15	31/dez/07	18/jan/13	Adimplente
4	615054	PM GURUPA/PA	36.882,00	1.106,46		36.882,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	615053	ESTADO PA/PA	28.970,00	4.030,00	6.725,54	14.071,04	31/dez/07	18/jan/13	Adimplente
4	615052	ESTADO PA/PA	28.970,00	3.830,00	9.905,48	19.500,98	31/dez/07	18/jan/13	Adimplente
4	615051	ESTADO PA/PA	28.970,00	3.334,00		28.970,00	31/dez/07	18/jan/13	Adimplente
4	615031	PM TIMON/MA	19.080,00	1.908,00	5.552,28	12.421,08	21/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	615030	PM BELO VALE/MG	19.080,00	572,4	2.852,46	22.886,46	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	615088	ESTADO DA BAHIA/BA	19.080,00	6.947,40		0	26/dez/07	12/fev/11	Adimplente
4	615026	PM TIMON/MA	19.080,00	1.908,00		9.915,88	21/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	615504	PM PANT GRANDE/RS	24.025,00	720,75	5.804,44	8.206,94	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	615503	PM BJ ITABAPOAN/RJ	28.970,00	13.237,38		0	31/dez/07	31/dez/11	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	615502	PM STO ANTONIO/MT	28.970,00	2.897,00		52.146,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	615501	PM N.IPIXUNA/PA	28.970,00	869,1	26.073,00	55.043,00	26/dez/07	04/dez/11	Adimplente
4	615500	PM ANGELIM/PE	28.970,00	1.000,00		26.073,00	20/dez/07	30/ago/11	Adimplente
4	615498	PM GOIANDIRA/GO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	20/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	615497	PM MILAGRES/CE	58.640,00	3.000,00		58.640,00	14/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	615496	PM SANTIAGO/RS	3.564.000,00	909.435,36		3.694.518,14	06/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	615495	PM BJ ITABAPOAN/RJ	740.704,53	97.361,32		837.396,08	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	615148	TEOTONIO VILELA/AL	4.900.000,00	248.208,61	915.570,92	6.902.820,78	21/dez/07	01/abr/12	Adimplente
4	615118	PM MIGUELOPOLIS/SP	28.970,00	2.030,00	28.970,00	28.970,00	28/dez/07	25/mar/12	Adimplente
4	615120	PM JUNDIAI/SP	19.080,00	3.816,00		38.160,00	28/dez/07	27/abr/12	Adimplente
2	615144	PM MAURILANDIA/GO	493.100,00	89.443,19		493.100,00	31/dez/07	31/jul/12	Adimplente
2	615143	PM S.M.TAIPU/PB	690.900,00	20.727,00		690.900,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
2	615142	PM SERRA BRANCA/PB	1.976.600,00	59.298,00	15.022,17	1.976.600,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
2	615138	PM N S LIVRAMEN/MT	987.600,00	64.194,00		987.600,00	26/dez/07	30/abr/12	Adimplente
2	615137	PM URUOCA/CE	493.100,00	34.259,66		493.100,00	31/dez/07	30/nov/11	Adimplente
2	615136	PM CACERES/MT	3.954.600,00	395.460,00		3.954.600,00	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
2	615135	PM IPAMERI - GO/GO	1.000.000,00	49.887,52		1.000.000,00	31/dez/07	27/mai/12	Adimplente
2	615134	PM CUIABA/MT	3.216.806,00	1.744.798,65		3.216.806,00	31/dez/07	31/ago/12	Adimplente
2	615132	PM B.DO BUGRES/MT	987.600,00	87.258,02		987.600,00	31/dez/07	20/dez/11	Adimplente
4	614836	PM LUCENA/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	12/dez/12	Adimplente
4	615126	PM MACAE/RJ	19.080,00	3.827,63	17.172,00	22.896,00	31/dez/07	31/jul/11	Adimplente
4	615614	PM S.J.VALE RIO/RJ	58.640,00	6.360,00		58.640,00	21/dez/07	31/dez/11	Adimplente
2	615147	PM CACU/GO	493.100,00	167.514,61	95.464,16	493.100,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614711	PM TRAIRI/CE	54.189,50	3.809,50		54.189,50	26/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614752	PM INDIARA/GO	28.970,00	1.448,00	7.853,77	55.043,00	20/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614723	PM FARIAS BRITO/CE	58.640,00	1.800,00		58.640,00	14/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614722	PM CRATEUS/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614721	PM DEP IRAPUAN/CE	27.338,15	900		32.805,78	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614720	PM EUSEBIO/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614719	PM NOVA OLINDA/CE	28.970,00	900		28.970,00	13/dez/07	30/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614718	PM PACAJUS/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614717	PM MISSAO VELHA/CE	58.640,00	3.000,00		58.640,00	14/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614716	PM MULUNGU/CE	28.970,00	946,1	1.448,50	56.491,50	24/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614715	PM OROS/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614714	PM MORAUJO/CE	28.970,00	6.544,70		0	28/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614725	PM CATUNDA/CE	28.970,00	7.975,22		0	28/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614712	PM UBAJARA/CE	28.970,00	1.500,00		28.970,00	26/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614726	PM ACOPIARA/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614710	PM UMARI/CE	28.970,00	900		28.970,00	12/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614709	PM URUOCA/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	21/dez/07	30/ago/12	Adimplente
4	614708	PM TAUÁ/CE	58.640,00	3.000,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614707	PM SERRA/ES	58.640,00	58.640,00		58.640,00	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	614706	PM PACATUBA/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614705	PM PACUJA/CE	28.970,00	3.030,00		28.970,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614704	PM PARACURU/CE	54.189,50	3.000,00		54.189,50	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614703	PM PARAIPABA/CE	54.189,50	3.000,00		54.189,50	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614702	PM PENAFORTE/CE	28.970,00	900		28.970,00	14/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614701	PM PEREIRO/CE	27.486,50	900		27.486,50	27/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614700	PM PIQUET CARN./CE	28.970,00	3.030,00		28.970,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614713	PM MERUOCA/CE	28.970,00	2.030,00		28.970,00	14/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614738	PM JUCAS/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614838	PM LIVRAMENTO/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	19/dez/12	Adimplente
4	614750	PM HIDROLANDIA/GO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	20/dez/07	31/ago/12	Adimplente
4	614749	PM BOA VIAGEM/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614748	PM BARROQUINHA/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614747	PM BEBERIBE/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614746	PM BARRO/CE	27.338,15	900		27.338,15	26/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614745	PM BELA CRUZ/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614744	PM ITATIRA/CE	28.970,00	7.420,59		0	28/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614743	PM JAGUARIBARA/CE	28.970,00	900		28.970,00	14/dez/07	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614742	PM JARDIM/CE	58.640,00	16.601,10		0	24/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614741	PM JATI/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	14/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614724	PM CRATO/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614739	PM JUAZ. NORTE/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614697	PM SEN. POMPEU/CE	58.640,00	3.000,00		58.640,00	12/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614737	PM LIM. DO NORT/CE	58.640,00	3.000,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614736	PM MARACANAU/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614735	PM MAURITI/CE	58.640,00	3.000,00		58.640,00	13/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614734	PM MADALENA/CE	27.338,15	900		27.338,15	24/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614732	PM ALTANEIRA/CE	28.970,00	900		28.970,00	14/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614731	PM ARARIPE/CE	58.640,00	1.800,00		58.640,00	12/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614730	PM ABAIARA/CE	28.970,00	3.042,44		28.970,00	28/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614729	PM ARACATI - CE/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614728	PM ANT DO NORTE/CE	28.970,00	5.198,27		0	14/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	614727	PM ARNEIROZ/CE	28.970,00	869,1		34.764,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614740	PM JAGUARUANA/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614645	ESTADO DA BAHIA/BA	4.680.000,00	3.741.974,42		633.073,44	26/dez/07	12/jan/14	Adimplente
4	614663	PM EST. ATIBAIA/SP	9.379.012,48	1.663.518,71	287.371,70	7.724.244,84	31/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	614662	PM EST. ATIBAIA/SP	5.624.926,88	1.068.031,38	2.000.142,18	5.624.926,88	31/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	614661	PM PONTA GROSSA/PR	3.533.296,07	708.240,17		3.435.250,00	31/dez/07	30/mar/13	Adimplente
4	614660	PM QUISSAMA/RJ	488.280,38	818.736,55		550.702,31	28/dez/07	28/jul/11	Adimplente
4	614659	PM GRAJAU/MA	5.000.000,00	250.000,00		5.602.481,50	28/dez/07	31/mai/12	Adimplente
4	614658	PM PEDREIRAS/MA	3.000.000,00	150.000,00		3.286.318,08	26/dez/07	31/mai/12	Adimplente
4	614657	PM STA LUZIA/MA	3.500.000,00	175.000,00		3.499.999,99	28/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	614656	PM S DOMINGOS/MA	2.000.000,00	113.500,00		2.105.199,80	31/dez/07	31/jul/12	Adimplente
4	614654	PM CAMOCIM/CE	4.338.768,48	228.356,24		4.459.258,02	27/dez/07	30/out/12	Adimplente
4	614653	PM COARI/AM	5.000.000,00	250.000,00	229.000,00	1.624.500,00	13/dez/07	07/out/12	Adimplente
4	614699	PM PARAMBU/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614649	PM PARINTINS/AM	5.000.000,00	250.000,00	1.718.434,16	3.468.434,16	14/dez/07	23/mai/12	Adimplente
4	614666	PM BOA VISTA/RR	10.000.000,00	1.494.948,79		11.455.662,81	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614644	ESTADO DA BAHIA/BA	2.675.000,53	194.963,54	1.061.249,03	1.809.706,58	31/dez/07	12/mar/13	Adimplente
4	614643	PM V.PAULISTA/SP	11.207.223,04	2.960.943,47	997.194,83	11.698.895,42	28/dez/07	27/abr/12	Adimplente
4	614642	PM PATROCINIO/MG	1.296.000,07	245.723,30	96.000,19	1.770.720,07	20/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	614641	PM PATOS DE MIN/MG	1.560.000,00	240.000,00		3.291.184,92	28/dez/07	31/jul/12	Adimplente
4	614640	PM C.GOITACAZES/RJ	7.469.160,09	3.103.740,14		3.132.596,79	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614639	ESTADO DA BAHIA/BA	321.508,18	234.812,82	16.075,41	32.150,82	28/dez/07	12/ago/12	Adimplente
4	614638	ESTADO DA BAHIA/BA	3.782.613,08	3.468.419,23	664.172,39	1.234.292,26	28/dez/07	30/mai/12	Adimplente
4	614637	ESTADO DA BAHIA/BA	708.775,43	1.490.868,24		898.018,47	31/dez/07	04/jun/12	Adimplente
4	614636	PM URUCARA/AM	900.000,00	74.825,00		844.461,57	26/dez/07	05/mai/11	Adimplente
4	614631	PM PATO BRANCO/PR	787.741,11	242.331,00		1.252.524,28	19/dez/07	19/jun/11	Adimplente
4	614651	PM HUMAITA/AM	2.700.000,00	135.000,00	2.093.836,51	3.136.051,53	27/dez/07	27/jun/12	Adimplente
4	614681	PM CACHOEIRINHA/RS	10.651.651,74	5.332.059,61	2.820.249,41	9.490.987,78	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614753	PM CORUMBAIBA/GO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	20/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	614696	PM QUIXELO/CE	28.970,00	1.448,50		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614695	PM QUIXERAMOBIM/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614694	PM REDENCAO/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	24/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614693	PM SALITRE/CE	28.970,00	6.047,90		0	14/dez/07	30/ago/11	Adimplente
4	614692	PM S.L.CURU/CE	28.970,00	900		28.970,00	24/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614691	PM SABOEIRO/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
2	614687	PM GOIANIA/GO	975.000,00	337.500,00		975.000,00	21/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	614685	PM BOA VISTA/RR	10.000.000,00	1.960.002,29		12.646.930,28	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614684	PM PONTA GROSSA/PR	3.529.842,57	699.606,43		5.523.049,67	31/dez/07	30/mar/13	Adimplente
4	614664	PM B.CAMBORIU/SC	4.222.385,56	3.356.927,36		705.130,50	18/dez/07	30/out/12	Adimplente
4	614665	PM BOA VISTA/RR	3.160.000,00	158.000,00		3.160.000,00	28/dez/07	31/mai/12	Adimplente
4	614680	PM JUNDIAI/SP	2.359.020,03	538.530,04	873.834,89	2.952.420,03	31/dez/07	18/fev/12	Adimplente
4	614679	PM LIM. DO NORT/CE	3.000.000,00	451.856,96	969.017,22	2.479.678,91	28/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	614677	PM JUAZ. NORTE/CE	9.500.000,00	2.218.730,32		9.499.999,05	28/dez/07	30/out/12	Adimplente
4	614676	ESTADO PA/PA	6.914.577,44	557.466,69		9.707.202,16	31/dez/07	18/jun/12	Adimplente
4	614675	PM BRAGANCA -PA/PA	5.153.520,00	290.280,00		1.065.747,93	28/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614674	ESTADO PA/PA	4.214.543,00	3.208.977,63	2.783,86	2.349.409,61	31/dez/07	18/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614672	PM SOBRAL/CE	7.600.887,90	2.311.331,86		7.704.272,67	05/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614670	PM VARZEA ALEGR/CE	3.697.565,61	446.348,42	280.570,03	3.944.967,61	24/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614669	PM STA CRUZ SUL/RS	1.298.720,00	246.800,00		1.339.748,61	07/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614668	PM PAROBE/RS	10.563.089,27	1.369.633,91	3.346.952,08	12.601.012,09	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614667	PM AMPARO/SP	2.033.435,31	680.152,96	567.307,29	2.033.435,31	28/dez/07	27/dez/12	Adimplente
4	614698	PM PIRES FERREI/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	26/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614683	PM UBERLANDIA/MG	2.376.000,00	550.435,11	266.267,09	1.474.936,62	31/dez/07	30/jul/12	Adimplente
4	614825	PM MONTE HOREBE/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614751	PM GOIANIRA/GO	58.640,00	1.800,00		58.640,00	21/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	614837	PM MAMANGUAPE/PB	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	06/dez/11	Adimplente
4	620304	PM MIRANGABA/BA	28.970,00	1.500,00		28.970,00	10/dez/07	05/set/12	Adimplente
4	614835	PM J.TAVORA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614834	PM MASSARANDUBA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	30/out/12	Adimplente
4	614833	PM MARIZOPOLIS/PB	28.970,00	869,1		55.043,00	31/dez/07	30/set/11	Adimplente
4	614832	PM MATINHAS/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614829	PM NATUBA/PB	26.101,90	783,06		52.203,80	31/dez/07	30/out/12	Adimplente
4	614828	PM NAZAREZINHO/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614839	PM J.SERIDO/PB	28.970,00	869,1		55.043,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614826	PM N.FLORESTA/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614840	PM ITAPOROROCA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614824	PM MONTADAS/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614823	PM PEDRAS FOGO/PB	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614822	PM PEDRA LAVRAD/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614821	PM PICUI/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614820	PM PEDRO REGIS/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614819	PM PAULISTA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	614818	PM CAPIM/PB	28.970,00	869,1		55.043,00	31/dez/07	12/dez/12	Adimplente
4	614817	PM CONCEICAO/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	20/dez/12	Adimplente
4	614816	PM CARAUBAS/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	18/dez/12	Adimplente
4	614815	PM SANTAREM -PA/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	27/dez/07	02/dez/11	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614814	PM DE SANTA MAR/PA	58.640,00	1.759,20		58.640,00	26/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614827	PM OLHO D'AGUA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	07/dez/12	Adimplente
4	614852	PM CRUZ ESPIRIT/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	614873	PM SUME/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	614872	PM SOLEDADE/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614871	PM SOUSA/PB	58.640,00	2.932,00	27.267,60	117.280,00	31/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	614869	PM BELO JARDIM/PE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	21/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614868	PM AMARAJI/PE	28.970,00	869,1		28.970,00	20/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	614866	PM AFRANIO/PE	28.970,00	805,45		28.970,00	21/dez/07	21/dez/12	Adimplente
4	614865	PM ARARIPINA/PE	58.640,00	2.852,39		58.640,00	20/dez/07	20/dez/12	Adimplente
4	614864	PM CABROBO/PE	51.188,82	2.561,18		51.188,82	20/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614862	PM BREJINHO/PE	28.970,00	832,84		60.837,00	20/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	614861	PM BONITO/PE	58.640,00	2.932,00	14.660,00	93.824,00	20/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614860	PM CARNAUBEIRAS/PE	24.519,50	735,58		49.039,00	21/dez/07	30/jul/12	Adimplente
4	619992	PM SALGADINHO/PE	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	614854	PM COREMAS/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	17/dez/12	Adimplente
4	614811	PM XINGUARA/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	24/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614851	PM CAAPORA/PB	28.970,00	869,1	1.448,50	57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614850	PM BORBOREMA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614848	PM CABACEIRAS/PB	28.970,00	869,1		63.720,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614847	PM CACH INDIOS/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614846	PM F.MARTINHO/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614845	PM GUARABIRA-PB/PB	58.640,00	2.932,00		117.280,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614844	PM IGARACY/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	614843	PM ESPERANCA-PB/PB	58.640,00	2.932,00	26.948,27	117.280,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614842	PM INGA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614841	PM ITATUBA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614859	PM CORRENTES/PE	28.970,00	853,4		28.970,00	20/dez/07	29/out/12	Adimplente
4	614765	PM QUITERIANOPO/CE	27.486,50	900		27.486,50	27/dez/07	30/ago/12	Adimplente
4	614778	PM MACAPA/AP	58.640,00	2.932,00	43.980,00	102.620,00	31/dez/07	31/out/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614777	PM SANTANA/AP	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614776	PM IRAUCUBA/CE	56.859,80	2.910,00		56.859,80	04/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614775	PM IRACEMA/CE	27.486,50	900		27.486,50	18/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614774	PM IPUEIRAS/CE	55.376,30	3.000,00		55.376,30	26/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614773	PM ITAICABA/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614772	PM ITAITINGA/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614771	PM ITAPIPOCA/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	20/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614770	PM VARJOTA/CE	2.267,00	22.733,00		2.267,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614769	PM VARZEA ALEGR/CE	58.640,00	3.000,00		58.640,00	17/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614768	PM SOLONOPOLE/CE	28.970,00	900		28.970,00	18/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614813	PM S.ARAGUAIA/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614766	PM SOBRAL/CE	58.640,00	42.463,45		58.640,00	20/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614782	TEOTONIO VILELA/AL	48.750,00	5.000,00		48.750,00	20/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614764	PM POTENGI/CE	28.970,00	900		28.970,00	13/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614763	PM PORTEIRAS/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614762	PM BACABAL/MA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614761	PM NAZARIO/GO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	20/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	614760	PM MONTIVIDIU/GO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	20/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	614759	PM DE MINEIROS/GO	55.813,93	2.790,70		55.813,93	28/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	614757	PM CAPELINHA/MG	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614756	PM BELO VALE/MG	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	614755	PM BURITI ALEGR/GO	28.970,00	900		28.970,00	21/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614754	PM B. V. GOIAS/GO	58.640,00	1.759,20		58.640,00	31/dez/07	30/jan/13	Adimplente
4	614767	PM TABUL. NORTE/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614797	PM BARBALHA/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614874	PM TAVARES/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614810	PM PEDRAO/BA	28.970,00	3.000,00		26.073,00	31/dez/07	05/mar/12	Adimplente
4	614809	PM COR MARIA/BA	28.970,00	1.448,50		57.940,00	31/dez/07	05/set/12	Adimplente
4	614807	PM CARIUS/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614806	PM CANINDE/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614805	PM BREJO SANTO/CE	58.640,00	3.000,00		58.640,00	14/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614804	PM CARIRE/CE	28.970,00	3.030,00		28.970,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614803	PM CARIRIACU/CE	58.640,00	13.940,84		0	26/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	614802	PM CAMPOS SALES/CE	58.640,00	2.960,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614801	PM OURICANGAS/BA	28.970,00	900	7.242,50	57.940,00	13/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614800	PM VERA CRUZ-BA/BA	26.003,00	3.000,00		26.003,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614779	PM PARINTINS/AM	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	20/dez/12	Adimplente
4	614798	PM AURORA/CE	58.640,00	3.000,00		58.640,00	14/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614795	PM GEN. SAMPAIO/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614794	PM FORTIM/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614792	PM HORIZONTE/CE	55.673,00	2.783,65		55.673,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614791	PM IBIAPINA/CE	28.970,00	2.030,00		28.970,00	17/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614790	PM GUARAMIRANGA/CE	28.970,00	900		28.970,00	26/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614789	PM HIDROLANDIA/CE	27.486,50	900		27.486,50	12/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614788	PM IBARETAMA/CE	28.970,00	869,1		57.940,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614787	PM GUARACIABA/CE	58.640,00	3.910,00		58.640,00	13/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614786	PM ICO/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	14/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614784	PM PORTEL/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	27/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614783	PM TAQUARANA/AL	28.970,00	1.030,00		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614812	PM S.F.XINGU/PA	58.640,00	2.932,00		117.280,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614799	PM BAIXIO/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	623553	PM DE SABINO/SP	489.111,72	43.074,00	287.239,76	622.258,67	30/abr/08	20/mar/12	Adimplente
4	623531	PM R.CORRENTE/SP	430.890,71	30.563,99		495.254,86	30/abr/08	22/fev/12	Adimplente
4	623569	PM CRAVINHOS/SP	48.750,00	1.456,31		48.750,00	30/abr/08	20/jun/12	Adimplente
4	623567	PM ITURAMA/MG	28.970,00	2.530,00		28.970,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623566	PM CONGONHAS/MG	58.640,00	39.529,73		46.261,32	30/abr/08	30/set/11	Adimplente
4	623565	PM BRAS. MINAS/MG	58.640,00	1.759,20		58.640,00	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623564	PM IBIRITE/MG	58.640,00	6.600,00		58.640,00	05/mar/08	30/dez/12	Adimplente
4	623563	ESTADO MA/MA	1.616.400,00	20.000,00	1.323.155,68	1.982.592,24	30/abr/08	28/jun/12	Adimplente
4	623577	PM ROLANTE/RS	56.859,80	2.940,20		56.859,80	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	623556	PM ITUMBIARA/GO	58.640,00	3.000,00		67.393,15	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623578	PM RIO GRANDE/RS	58.640,00	2.932,00		58.640,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623545	PM LORENA/SP	574.736,44	261.045,93		574.736,44	25/abr/08	25/ago/11	Adimplente
4	623543	PM PENAPOLIS/SP	512.824,00	29.586,00	266.981,39	478.572,57	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623542	PM PARAGUACU PT/SP	88.310,00	2.728,78		92.392,36	30/abr/08	31/dez/11	Adimplente
4	623541	PM PEDERNEIRAS/SP	493.100,00	76.049,67		690.562,53	30/abr/08	20/abr/12	Adimplente
4	623540	PM PIRAJUI/SP	493.100,00	93.129,95		542.902,28	30/abr/08	20/abr/12	Adimplente
4	623539	PM PONGAI/SP	176.619,59	7.934,13		176.619,59	30/abr/08	20/out/11	Adimplente
4	623538	PM MARILIA/SP	493.099,79	70.711,62		194.723,00	30/abr/08	20/mai/11	Adimplente
4	623537	PM MATAO/SP	549.511,99	398.915,42	189.268,99	549.511,99	30/abr/08	28/dez/12	Adimplente
4	623534	PM MOGI GUACU/SP	535.860,00	64.140,00	70.947,86	385.819,20	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623533	PM PRAIA GRANDE/SP	236.229,84	71.931,45		236.229,84	30/abr/08	30/jun/11	Adimplente
4	620302	PM IGARAPE GRAN/MA	28.970,00	869,1		57.940,00	07/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	623557	PM GARUVA/SC	28.970,00	1.030,00		28.970,00	29/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623595	PM VIDEIRA/SC	58.640,00	5.680,09		58.640,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623610	PM GUARAPARI/ES	48.750,00	9.750,00		48.750,00	30/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	623609	PM ARACRUZ/ES	48.750,00	27.512,14		0	30/abr/08	30/ago/11	Adimplente
4	623608	PM ABADIA GOIAS/GO	28.970,00	1.500,00		28.970,00	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623607	PM PAPANDUVA/SC	28.970,00	5.238,55		25.163,74	30/abr/08	30/jun/11	Adimplente
4	623605	PM S.BENTO SUL/SC	58.640,00	18.000,00		58.640,00	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623604	PM S M D'OESTE/SC	38.860,00	1.200,00		38.860,00	30/abr/08	30/set/12	Adimplente
4	623600	PM TRES MARIAS/MG	28.970,00	3.030,00		28.970,00	30/abr/08	30/out/11	Adimplente
4	623599	PM TUBARAO/SC	58.640,00	5.864,00		58.640,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623575	PM CANGUCU/RS	48.750,00	13.300,00		48.750,00	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623596	PM C. PAULISTA/SP	58.640,00	1.281,55		58.640,00	25/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623530	PM QUINTANA/SP	470.866,55	143.948,00	110.700,73	572.705,51	30/abr/08	20/jun/12	Adimplente
4	623591	PM MARILIA/SP	58.640,00	5.864,00		53.364,24	30/abr/08	29/fev/12	Adimplente
4	623589	PM PIRAJU/SP	58.640,00	17.578,91	5.275,76	135.076,00	30/abr/08	30/jun/11	Adimplente
4	623588	PM LIMEIRA/SP	58.640,00	11.728,00	6.273,76	58.640,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623587	PM JUQUITIBA/SP	58.640,00	7.574,28	6.273,76	58.640,00	30/abr/08	30/jun/11	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	623586	PM JANDIRA/SP	58.640,00	39.260,00		58.640,00	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623585	PM SEN.CANEDO/GO	58.640,00	2.932,00		67.393,15	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623584	PM S.A.GOIAS/GO	55.673,00	2.850,00		55.673,00	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	623579	ESTADO RS/RS	245.850,00	92.050,00		267.276,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623597	PM LAGARTO/SE	58.640,00	2.932,00		29.240,00	08/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	623446	PM SAO GABRIEL/RS	543.173,93	152.192,35	27.478,10	635.083,61	30/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	623532	PM PR. EPITACIO/SP	489.183,50	51.816,50	199.096,64	585.904,64	29/abr/08	05/abr/12	Adimplente
4	623462	PM PIRATINI/RS	446.755,55	23.513,45	114.844,64	355.182,91	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623460	PM NOVA PRATA/RS	565.173,00	258.354,56		736.635,63	30/abr/08	30/out/11	Adimplente
4	623459	PM PANT GRANDE/RS	493.100,00	14.793,00	251.573,95	635.287,22	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623458	PM IGREJINHA/RS	560.552,92	355.589,49	232.168,40	560.552,92	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623455	PM C. PAULISTA/SP	493.100,00	14.792,96	215.016,61	384.719,55	25/abr/08	10/out/12	Adimplente
4	623454	PM CACAPAVA/SP	493.100,00	75.821,35		680.997,05	25/abr/08	21/out/11	Adimplente
4	623453	PM CAMPO JORDAO/SP	532.548,00	442.172,00	483.238,00	728.260,00	25/abr/08	26/abr/12	Adimplente
4	623452	PM TRAMANDAI/RS	521.770,00	338.189,69	108.632,51	108.632,51	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623451	PM ABELARDO LUZ/SC	493.100,00	195.583,74		591.553,76	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623449	PM SAPIRANGA/RS	512.824,00	194.425,35	493.100,00	512.824,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623467	PM QUARAI/RS	501.312,53	27.735,06		680.490,30	30/abr/08	16/mar/12	Adimplente
4	623447	PM DE S.MARCOS/RS	158.950,00	47.368,92		161.658,55	29/abr/08	31/mar/11	Adimplente
4	623468	PM PORTO ALEGRE/RS	2.213.793,68	4.533.231,84	316.313,68	2.213.793,68	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623445	PM SAO LEOPOLDO/RS	506.738,40	41.226,60		506.738,40	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623444	PM SAO BORJA/RS	518.741,20	238.787,18	134.039,80	480.494,62	30/abr/08	17/abr/12	Adimplente
4	623442	PM BAURU/SP	1.035.233,06	321.242,11	472.066,28	1.430.147,74	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623441	PM BORBOREMA/SP	443.650,00	14.382,25		113.130,75	30/abr/08	20/jan/13	Adimplente
4	623440	PM ASSIS/SP	542.928,01	91.020,16		195.712,00	30/abr/08	05/abr/11	Adimplente
4	623438	PM MANGA/MG	538.998,39	89.616,59	26.949,92	74.435,68	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623437	PM LIMEIRA OEST/MG	535.461,57	383.612,25		700.447,57	29/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623436	PM J. PINHEIRO/MG	493.100,00	201.733,84	103.659,96	690.063,88	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623434	PM TABOAO SERRA/SP	38.860,00	11.140,00		64.655,60	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623433	PALMEIRA INDIOS/AL	493.100,00	29.430,00	299.421,99	373.386,99	30/abr/08	24/abr/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	623448	PM VACARIA/RS	519.446,88	212.827,62		758.093,71	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623496	JEQUIA DA PRAIA/AL	477.276,00	14.761,11		473.147,22	30/abr/08	27/out/12	Adimplente
4	623515	PM P.JUSCELINO/MG	38.860,00	8.313,43		0	29/abr/08	02/nov/11	Adimplente
4	623514	PM BARREIRINHAS/MA	493.100,00	30.692,41		0	30/abr/08	31/mai/11	Adimplente
4	623513	PM BACURI/MA	493.100,00	16.900,00		664.942,79	30/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	623512	PM RIO PARANAIB/MG	493.100,00	235.456,89	126.677,39	126.677,39	29/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	623511	PM PINTOPOLIS/MG	432.687,02	22.773,00	267.331,93	310.600,63	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623507	PM JEQUITINHONH/MG	513.441,44	30.512,16		433.965,45	30/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	623506	ESTADO MA/MA	516.215,14	34.672,72	62.500,57	648.898,14	30/abr/08	28/jun/12	Adimplente
4	623505	PM SANTA INES/MA	977.710,00	61.723,19		1.221.748,77	30/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	623503	ESTADO MA/MA	516.215,14	203.334,86	47.938,95	345.483,79	30/abr/08	31/mai/12	Adimplente
4	623502	PM CAXIAS - MA/MA	2.219.894,00	110.994,70		2.417.722,81	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623500	ESTADO MA/MA	516.215,14	203.334,86	222.861,54	710.938,14	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623465	PM ROSARIO SUL/RS	329.779,14	17.356,80		158.227,20	29/abr/08	09/abr/12	Adimplente
4	623498	PM C.MARINHO/MG	418.925,00	97.206,41	36.214,23	225.457,76	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623619	PM CRICIUMA/SC	58.640,00	12.000,00		58.640,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623493	ESTADO MA/MA	516.215,14	34.672,72	23.632,73	404.901,48	30/abr/08	31/out/12	Adimplente
4	623490	PM M. A. MINAS/MG	561.060,00	153.176,62		684.114,85	30/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	623488	PM MONTALVANIA/MG	493.100,00	25.000,00	36.637,33	178.679,20	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623487	PM MATIAS CARDO/MG	418.925,00	14.662,35	177.191,51	418.925,00	30/abr/08	24/jun/12	Adimplente
4	623486	PM GUAPORE/RS	28.970,00	5.163,40		28.400,00	30/abr/08	30/out/11	Adimplente
4	623484	PM F.VILA NOVA/RS	38.860,00	10.000,00		73.834,00	29/abr/08	30/dez/11	Adimplente
4	623478	PM SAO LOURENCO/RS	28.970,00	3.519,10		55.043,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623474	PM N. RODRIGUES/MA	418.925,00	12.567,75	59.067,96	418.925,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623473	PM ESTRELA/RS	28.970,00	30.126,88		55.043,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623471	PM MATOES/MA	493.100,00	24.655,00		493.099,79	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623470	PM ITAQUI/RS	578.287,78	411.877,60	382.949,86	577.032,50	30/abr/08	29/jul/12	Adimplente
4	623499	PM ARAME/MA	468.375,00	28.699,44		458.914,02	30/abr/08	29/fev/12	Adimplente
4	623847	PM PAULISTA -PE/PE	9.361.482,87	492.709,63	3.028.553,64	13.676.952,45	30/abr/08	29/set/12	Adimplente
4	623862	PM FORTALEZA/CE	5.897.055,00	369.480,00		5.897.055,00	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	623860	PM JOAO PESSOA/PB	7.317.200,00	365.860,00		8.476.636,31	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623859	PM ERECHIM/RS	2.325.201,34	698.171,74	359.243,60	2.374.853,63	30/abr/08	30/out/11	Adimplente
4	623858	PM OSASCO/SP	12.976.225,50	6.203.563,64		14.072.341,11	28/abr/08	15/ago/13	Adimplente
4	623856	PM MAUA - SP/SP	10.679.688,00	1.969.161,80	2.978.810,87	5.844.631,22	12/mai/08	31/jan/14	Adimplente
4	623855	PM SANTO ANDRE/SP	3.850.384,64	2.659.833,69	901.141,79	1.950.908,42	12/mai/08	31/dez/12	Adimplente
4	623854	PM EMBU-GUACU/SP	5.141.344,00	939.339,04	531.572,53	788.639,73	12/mai/08	28/fev/12	Adimplente
4	623853	PM E.T.DE EMBU/SP	6.266.777,91	1.324.492,98	118.442,11	2.049.236,38	12/mai/08	31/jan/13	Adimplente
4	623852	PM FERR VASCONC/SP	5.343.600,00	600.000,00	773.435,15	4.178.218,36	28/abr/08	29/jun/12	Adimplente
4	623851	PM CARAPICUIBA/SP	9.888.600,00	2.804.538,68	1.626.634,98	2.340.697,75	12/mai/08	31/jan/14	Adimplente
4	623866	PM MARANGUAPE/CE	789.800,00	51.422,08		833.254,99	30/abr/08	30/nov/11	Adimplente
4	623848	PM CAMARAGIBE/PE	1.976.600,00	98.830,00		412.121,10	30/abr/08	29/set/12	Adimplente
4	623868	PM TABATINGA/AM	1.976.600,00	83.400,00		2.758.449,03	29/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	623846	PM CEL FABRICIA/MG	5.171.554,40	341.931,60	248.733,90	2.010.698,91	12/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	623843	ESTADO DA BAHIA/BA	547.661,69	224.598,52		547.661,69	29/abr/08	11/mar/13	Adimplente
4	623841	PM CHAPADINHA/MA	1.976.600,00	232.059,44	377.728,26	674.218,26	07/mai/08	28/set/12	Adimplente
4	623839	PM ITABUNA-BA/BA	4.943.600,00	247.180,00		4.943.599,94	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	623838	ESTADO DA BAHIA/BA	2.212.054,87	465.646,37		1.145.180,81	29/abr/08	11/mar/13	Adimplente
4	623837	PM VARGINHA/MG	590.000,00	385.987,15	114.696,00	567.285,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623836	PM ALFENAS/MG	5.941.351,18	2.733.572,40	25.399,49	12.983.082,80	30/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	623833	ESTADO DA BAHIA/BA	692.000,00	211.780,94	34.600,00	69.200,00	28/abr/08	11/mar/13	Adimplente
4	623800	SEDRO/MG	242.350,00	98.263,89		242.350,00	30/abr/08	30/set/12	Adimplente
4	623799	SEDRO/MG	494.095,68	587.303,30	269.651,00	511.321,68	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623798	SEDRO/MG	494.095,68	519.111,97	237.135,32	620.692,27	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623850	PM PALHOCA-SC/SC	5.169.344,00	94.453,95	474.545,78	1.250.464,31	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623889	ESTADO PE/PE	533.791,78	172.300,18	357.213,46	533.791,78	30/abr/08	30/jul/12	Adimplente
4	623906	PM MONTANHAS/RN	493.100,00	27.793,00		98.060,00	30/abr/08	10/dez/11	Adimplente
4	623905	PM PEDRO VELHO/RN	493.100,00	30.887,96		687.822,79	29/abr/08	20/fev/12	Adimplente
4	623902	PM ESP. SANTO/RN	493.100,00	14.793,00	44.200,72	488.166,81	29/abr/08	20/mar/12	Adimplente
4	623901	PM TUCANO/BA	494.035,09	26.001,85	124.776,87	437.864,93	02/mai/08	05/mar/12	Adimplente
4	623900	PM CHAVAL/CE	517.686,01	74.253,39		929.282,10	28/abr/08	30/nov/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	623899	PM CRATO/CE	548.313,27	180.115,73	111.381,34	221.044,00	29/abr/08	30/set/12	Adimplente
4	623898	PM BEBERIBE/CE	493.100,00	41.053,47	110.723,32	487.618,80	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623897	PM BELA CRUZ/CE	501.648,78	105.931,43		696.372,04	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623896	PM S.F.ITABAPOA/RJ	512.933,60	29.750,40		617.913,59	30/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	623895	PM STO.A.PADUA/RJ	493.100,00	39.931,25		625.036,85	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	623893	PM J ALEGRE-PR/PR	545.682,76	125.250,76	215.196,01	644.302,76	09/mai/08	31/jul/12	Adimplente
4	623864	PM IGUATU/CE	2.016.603,57	463.915,14	474.473,97	1.712.527,49	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623890	ESTADO PE/PE	641.099,78	401.682,92	43.464,66	641.099,78	30/abr/08	29/set/12	Adimplente
4	623742	SEDRO/MG	295.425,36	344.638,10	21.642,64	295.425,36	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	623887	PM PEDRAS FOGO/PB	495.146,82	30.718,88		495.146,82	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623884	ESTADO PE/PE	584.275,25	136.762,88		584.275,25	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	623882	PM S.M.TAIPU/PB	418.925,00	12.567,81	251.104,83	418.925,00	09/mai/08	09/dez/12	Adimplente
4	623878	ESTADO PE/PE	584.275,25	136.762,88		657.887,14	30/abr/08	30/set/12	Adimplente
4	623877	ESTADO PE/PE	386.665,03	190.982,52	308.876,85	328.210,10	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623876	ESTADO PE/PE	584.275,25	136.762,88	306.100,73	584.275,25	30/abr/08	26/ago/12	Adimplente
4	623874	ESTADO PE/PE	493.100,00	1.025.748,38		236.106,38	30/abr/08	29/nov/12	Adimplente
4	623872	ESTADO PE/PE	666.032,16	259.398,25	520.383,37	632.793,15	30/abr/08	29/jan/13	Adimplente
4	623871	ESTADO PE/PE	677.755,99	306.034,96		728.590,31	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	623870	ESTADO PE/PE	498.677,79	119.629,18	230.842,89	498.677,79	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623869	PM MANAUS - AM/AM	10.249.031,66	540.647,48		8.631.163,57	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623892	PM JACAREZINHO/PR	566.823,35	177.071,71		604.490,15	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	623632	PM S.C.CABRALIA/BA	28.970,00	1.030,00		28.970,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623654	ESTADO PI/PI	28.970,00	6.622,01		0	28/abr/08	31/mar/11	Adimplente
4	623648	PM CANDIOTA RS/RS	418.925,00	12.504,30	259.360,26	444.771,59	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623647	PM ARROI.GRANDE/RS	494.209,47	26.011,03		494.209,47	30/abr/08	30/jul/12	Adimplente
4	623646	PM OURO VER OES/PR	493.100,00	84.680,85	197.223,62	639.949,14	30/abr/08	30/dez/11	Adimplente
4	623645	ESTADO PA/PA	10.327.349,60	8.114.810,86		9.296.381,83	30/abr/08	18/set/12	Adimplente
4	623642	PM TEOFILLO OTON/MG	500.722,74	33.034,31		872,27	30/abr/08	30/out/11	Adimplente
4	623641	PM TUPACIGUARA/MG	493.100,00	180.852,14		398.153,29	30/abr/08	30/jul/12	Adimplente
4	623640	PM C.GAUCHA/MG	418.925,00	19.544,85		418.925,00	30/abr/08	26/set/11	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	623638	PM CARATINGA/MG	344.750,00	129.790,00		344.750,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623637	ESTADO PA/PA	935.850,00	194.430,27		1.865.724,84	30/abr/08	18/fev/13	Adimplente
4	623797	SEDUR/MG	196.090,20	170.837,79	176.481,18	204.534,17	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623659	PM CODO/MA	2.051.152,80	111.829,20		2.051.152,80	30/abr/08	31/mai/12	Adimplente
4	623631	PM CAMAMU/BA	28.970,00	2.987,00		28.970,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623627	PM MONS. GIL/PI	38.860,00	1.165,80		38.860,00	29/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	623625	PM CURRALINHOS/PI	28.970,00	869,1		28.970,00	28/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623624	PM PICOS/PI	58.640,00	2.932,00		58.640,00	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623623	PM PEDRO II/PI	58.640,00	2.932,00		58.640,00	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623622	PM CATALAO - GO/GO	58.640,00	3.000,00		67.393,15	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623621	PM ARMAZEM/SC	24.025,00	725		24.025,00	30/abr/08	25/mar/12	Adimplente
4	623430	PM DUMONT/SP	418.925,00	15.075,00		419.016,40	30/abr/08	29/fev/12	Adimplente
4	623710	SEDURB-ADM DIRE/SE	578.151,33	127.576,99		382.376,98	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623740	SEDUR/MG	295.425,36	346.458,64	18.929,11	295.425,36	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623738	SEDUR/MG	515.069,54	587.008,55	366.662,87	561.745,12	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623736	SEDUR/MG	494.095,68	587.008,24	36.599,68	505.325,05	05/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	623735	SEDUR/MG	204.766,32	252.306,61	12.665,52	168.192,25	30/abr/08	30/jun/11	Adimplente
4	623734	SEDUR/MG	473.325,00	757.580,37	53.801,60	473.325,00	05/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	623730	SEDUR/MG	473.325,00	757.805,62	49.051,43	473.325,00	05/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	623729	SEDUR/MG	494.095,68	426.426,10	444.686,11	571.280,13	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623728	SEDUR/MG	494.095,68	587.017,33		494.095,68	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623727	SEDUR/MG	515.069,54	613.151,63	405.988,10	563.228,88	05/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	623725	SEDUR/MG	473.325,00	739.341,23	53.801,60	473.325,00	05/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	623656	PM BARRA QUARAI/RS	19.080,00	16.520,00		19.080,00	30/abr/08	30/set/12	Adimplente
4	623721	SEDUR/MG	295.425,36	335.221,75	128.848,92	316.434,68	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623658	PM CONTAGEM/MG	8.527.283,87	1.982.971,91		6.405.337,12	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623673	PM G.VALADARES/MG	1.027.216,52	83.898,81		0	30/abr/08	30/ago/11	Adimplente
4	623669	SEDURB-ADM DIRE/SE	614.674,11	182.361,17		493.100,00	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623668	SEDURB-ADM DIRE/SE	515.046,97	71.608,02		534.727,93	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623666	SEDURB-ADM DIRE/SE	592.453,82	200.907,47		0	30/abr/08	29/jun/11	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	623665	PALMEIRA INDIOS/AL	58.640,00	6.000,00		128.844,60	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623663	PM TEOFILO OTON/MG	58.640,00	2.932,00		58.640,00	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	623662	PM RIB. NEVES/MG	58.640,00	6.515,55		58.640,00	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623661	PM PATOS DE MIN/MG	512.824,00	41.447,18		741.023,23	30/abr/08	31/dez/11	Adimplente
4	623660	PM VILA NOVA/MA	1.976.600,00	149.823,25	421.215,06	1.984.994,68	30/abr/08	28/jun/12	Adimplente
4	623796	PM RIO NEGRINHO/SC	58.640,00	1.491,27		58.640,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623723	SEDRO/MG	494.095,68	587.202,00	36.197,08	494.095,68	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	621058	PM DE GOIANESIA/PA	58.640,00	1.759,20		134.872,00	26/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	623255	ESTADO MA/MA	437.414,28	27.733,93	353.474,48	602.399,78	30/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	623221	PM ITAPEMIRIM/ES	874.268,39	111.402,59	210.406,28	1.401.740,98	30/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	623220	PM COLATINA/ES	1.874.986,16	112.479,24		2.864.266,16	30/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	623219	PM S.G. PALHA/ES	522.110,88	33.166,32	310.544,80	522.110,88	30/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	623218	PM BARRAS/PI	700.000,00	54.721,18		699.999,92	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623047	PM P.KUBITSCHKE/MG	38.860,00	6.944,57		0	25/abr/08	28/jun/11	Adimplente
4	622417	PM CABO FRIO/RJ	58.640,00	12.000,00	45.496,35	117.280,00	31/dez/07	31/mar/12	Adimplente
2	621077	PM RIALMA/GO	493.100,00	18.405,75	340.929,34	493.100,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
2	621074	PM B. GONCALVES/RS	78.420,00	25.000,00		78.420,00	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente
2	621068	PM CAROEBE/RR	487.500,00	14.625,00		487.500,00	28/dez/07	18/out/11	Adimplente
4	623223	PM SEN.CANEDO/GO	2.018.482,48	106.235,92		697.101,81	30/abr/08	31/jan/13	Adimplente
4	621059	PM S.L.ANAUA/RR	27.981,00	4.141,38		44.769,60	28/dez/07	13/dez/11	Adimplente
4	623224	PM ARAME/MA	774.965,00	23.248,95		560.358,94	30/abr/08	31/out/12	Adimplente
4	621057	PM MATRINCHA/GO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	621056	PM MINACU/GO	58.640,00	2.932,00		58.640,00	26/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	621055	PM TAQUARAL/GO	28.970,00	869,1		28.970,00	26/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	621054	PM DE COLARES/PA	28.970,00	869,1		28.970,00	26/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	621053	PM S.D.Araguaia/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	26/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	621052	PM S.LUIZ DO NO/GO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	621051	PM M. DO NORTE/GO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	621050	PM NOVA CRIXAS/GO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	26/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	621049	PM CRIXAS/GO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	621048	PM ITAPACI/GO	28.970,00	9.054,14		0	20/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	621047	PM ITABERAÍ/GO	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	621061	PM GIRUA/RS	28.970,00	870		28.970,00	10/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	623239	PM PRAIA GRANDE/SP	4.548.000,00	1.909.738,22	1.312.098,00	4.496.041,88	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623432	ESTADO AL/AL	479.254,00	47.925,40	45.197,33	454.356,62	30/abr/08	26/fev/12	Adimplente
4	623253	ESTADO GO/GO	493.100,00	98.620,00		687.979,33	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	623252	ESTADO MA/MA	516.215,14	57.587,86	179.485,42	725.807,72	30/abr/08	31/ago/12	Adimplente
4	623251	PM CANDOÍ/PR	498.993,65	221.368,44		689.229,36	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	623250	PM CAPANEMA/PR	493.100,00	35.783,81		722.931,43	30/abr/08	30/ago/11	Adimplente
4	623249	PM CATANDUVAS/PR	493.100,00	83.579,20	106.915,46	393.036,58	30/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	623248	PM CHOPINZINHO/PR	514.897,12	62.210,26		626.829,12	30/abr/08	30/mai/11	Adimplente
4	623245	PM VARGEM GRANDE/MA	506.857,49	32.347,36	114.223,38	506.857,49	30/abr/08	29/fev/12	Adimplente
4	623244	PM AMARANTE/PI	493.100,00	21.687,69	105.674,98	493.100,00	30/abr/08	31/dez/11	Adimplente
4	623243	ESTADO PI/PI	512.824,00	29.586,00		512.824,00	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623222	PM A GOIANIA-GO/GO	4.943.600,00	939.814,94		5.345.241,20	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	623241	ESTADO PI/PI	2.082.864,00	159.396,00		1.976.600,00	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	621043	PM SAPIRANGA/RS	2.381.539,16	332.308,73	221.539,36	3.438.060,06	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	623238	MACEIO/AL	10.623.081,18	3.824.301,48	3.711.704,07	11.125.586,43	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623237	PM P NACIONAL/TO	1.976.600,00	98.830,00		2.652.794,52	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623235	PM RIO BRANCO/AC	4.943.600,00	247.180,00		5.441.200,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623234	SEDURB-ADM DIRE/SE	2.055.664,00	118.596,00		4.155.777,96	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623233	PM ARACAJU/SE	4.369.924,00	252.111,00	1.620.367,82	3.643.642,63	30/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	623232	PM VIAMAO/RS	5.164.219,32	330.928,97		5.164.219,32	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623231	PM TAQUARA - RS/RS	4.935.632,00	720.664,58	833.928,96	3.071.885,28	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623229	PM PIRIPIRI/PI	1.977.145,15	104.060,27		197.714,52	29/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623228	PM FLORIANO/PI	1.976.600,00	98.830,00		242.726,48	29/abr/08	31/jul/13	Adimplente
4	623227	ESTADO PI/PI	2.055.664,00	118.596,00	447.245,59	1.223.258,75	29/abr/08	31/dez/11	Adimplente
4	623225	PM ARIQUEMES/RO	1.526.262,79	473.802,77	714.800,37	1.700.545,79	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623242	PM CANAVIEIRA/PI	478.265,00	17.773,74	122.284,31	478.265,00	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	620010	PM S.C.CABRALIA/BA	28.970,00	1.448,50		28.970,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	620299	PM TIMON/MA	58.640,00	5.864,00		58.640,00	14/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	620298	PM RAPOSA/MA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	14/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	620297	PM PRESID.DUTRA/MA	58.640,00	2.932,00		117.280,00	13/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	620296	PM DE VIANA/MA	56.662,00	2.838,00		56.662,00	13/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	620073	PM NILO PECANHA/BA	27.486,50	1.425,00		27.486,50	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	620072	PM FIRMINO ALVE/BA	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	620026	PM MALHADA/BA	28.970,00	900		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	620025	PM MACAUBAS/BA	46.772,00	2.338,60		46.772,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	621046	PM ANAPOLIS/GO	58.640,00	3.000,00		58.640,00	21/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	620011	PM S.C.CABRALIA/BA	19.080,00	920		19.080,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614630	ESTADO DA BAHIA/BA	963.299,67	728.119,37	518.698,87	518.698,87	26/dez/07	12/ago/12	Adimplente
4	620009	PM MORTUGABA/BA	38.860,00	1.943,00		81.606,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	620007	PM VIT.CONQUIST/BA	19.080,00	1.000,00		41.905,40	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	620005	PM VIT.CONQUIST/BA	19.080,00	1.000,00		39.226,57	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	620002	PM VIT.CONQUIST/BA	28.970,00	1.500,00		57.940,00	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	620001	PM TRES PONTAS/MG	32.266,34	6.453,27		32.266,33	31/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	619999	PM DORMENTES/PE	28.970,00	831,56		55.043,00	31/dez/07	30/out/12	Adimplente
4	619998	PM SURUBIM/PE	58.640,00	2.819,02		58.640,00	20/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	619997	PM BARRA MANSA/RJ	58.640,00	11.728,00		58.640,00	28/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	619996	PM B.PIRAI/RJ	48.750,00	9.750,00		48.750,00	28/dez/07	28/mar/12	Adimplente
4	619995	PM QUATIS/RJ	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	619994	PM LAGOA GRANDE/PE	28.970,00	869,1		115.880,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	620012	PM JITAUNA/BA	38.860,00	3.840,00		38.860,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
2	621025	PM MUCAJAI/RR	487.500,00	14.625,00		487.500,00	28/dez/07	06/jun/12	Adimplente
4	623256	PM C.DOS ALVES/PI	493.100,00	21.687,69		493.099,79	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	621042	PM ST ANGELO-RS/RS	864.000,00	295.936,00	317.865,60	1.183.109,16	27/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	621040	PM SANTANA/AP	1.500.000,00	960.016,54	114.000,00	238.650,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	621039	PM PASSO FUNDO/RS	1.449.797,07	624.492,68		1.752.197,07	27/dez/07	30/ago/12	Adimplente
4	621038	PM LAJEADO/RS	491.400,00	109.092,60		55.773,08	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	621036	PM IJUI - RS/RS	709.195,14	567.438,10	295.308,86	814.993,43	27/dez/07	30/ago/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	621032	PM CAMAQUA - RS/RS	1.457.963,94	1.120.397,06	897.480,27	1.386.002,62	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	621031	PM CRIXAS/GO	338.673,84	34.695,38		395.516,46	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	621030	PM CAMPO BOM/RS	404.796,75	241.729,75	404.796,75	423.358,43	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	621029	PM CRUZ ALTA/RS	2.329.598,96	561.440,83	274.892,68	3.048.567,45	28/dez/07	30/ago/12	Adimplente
2	621028	PM RORAINOPOLIS/RR	487.500,00	14.625,00	390.000,00	487.500,00	28/dez/07	29/abr/12	Adimplente
4	620300	PM ALDEIAS ALTA/MA	26.003,00	7.029,26		0	14/dez/07	30/nov/11	Adimplente
2	621026	PM TAQUARA - RS/RS	97.500,00	40.816,80	23.868,00	97.500,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	620301	PM B. JESUS SEL/MA	28.970,00	869,1	21.727,50	57.940,00	14/dez/07	31/mai/12	Adimplente
4	620504	PM CONSTANTINA/RS	28.970,00	1.690,00		28.970,00	21/dez/07	30/mar/11	Adimplente
4	620502	PM AGUAS BELAS/PE	58.640,00	2.730,00		117.280,00	20/dez/07	20/dez/12	Adimplente
4	620499	PM CEL FABRICIA/MG	11.165.056,33	3.177.324,45		11.619.102,64	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
2	620497	PM SARANDI RS/RS	97.500,00	28.648,66	49.266,75	97.500,00	21/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	620309	PM VILA NOVA/MA	28.970,00	2.530,00		28.970,00	14/dez/07	28/jun/12	Adimplente
4	620308	PM PACO LUMIAR/MA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	13/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	620307	PM IMPERATRIZ/MA	58.640,00	3.158,00		117.280,00	13/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	620306	PM PEDREIRAS/MA	58.640,00	2.960,00		58.640,00	14/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614592	ESTADO MA/MA	729.939,13	44.908,69		991.169,70	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	620303	PM COELHO NETO/MA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	13/dez/07	31/mai/12	Adimplente
4	621045	PM AMARALINA/GO	28.970,00	900		28.970,00	26/dez/07	31/dez/12	Adimplente
2	621027	PM SAO LEOPOLDO/RS	146.250,00	50.748,41	45.279,00	146.250,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	623346	PM TABOAO SERRA/SP	28.970,00	8.530,00		54.657,70	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623254	ESTADO MA/MA	516.215,14	203.334,86		259.374,37	30/abr/08	31/mai/12	Adimplente
4	623360	PM FAX GUEDES/SC	488.155,00	668.626,98	247.369,26	441.362,05	30/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	623359	PM LINS/SP	532.380,00	203.138,92	64.151,79	560.360,50	30/abr/08	20/mai/12	Adimplente
4	623357	PM LIMEIRA/SP	493.100,00	795.192,50	183.088,03	587.134,17	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623355	BOCA DA MATA/AL	493.100,00	20.159,76		493.099,79	30/abr/08	25/abr/12	Adimplente
4	623353	ESTADO AC/AC	493.100,00	155.855,10		559.200,90	30/abr/08	28/jan/11	Adimplente
4	623351	PM XAXIM - SC/SC	404.090,00	102.960,94	17.012,19	102.517,63	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	623350	PM SAO CARLOS/SC	401.123,00	149.666,93		401.123,00	07/mai/08	31/dez/12	Adimplente
4	623362	PM CAMPO JORDAO/SP	38.860,00	9.889,82		28.348,00	25/abr/08	26/out/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	623347	SEDURB-ADM DIRE/SE	564.355,64	106.883,45		382.376,18	30/abr/08	31/dez/11	Adimplente
4	623363	PM CAMPO JORDAO/SP	38.860,00	8.203,13		28.348,00	25/abr/08	26/out/12	Adimplente
4	623345	PM TABOAO SERRA/SP	28.970,00	8.530,00		54.657,70	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623344	PM S.R.DE LIMA/SE	418.925,00	12.567,75		290.662,00	30/abr/08	27/out/11	Adimplente
4	623343	PM N S DS DORES/SE	493.100,00	22.707,77		388.760,11	30/abr/08	27/abr/12	Adimplente
4	623342	SEDURB-ADM DIRE/SE	550.809,96	271.003,47		0	30/abr/08	29/jun/11	Adimplente
4	623341	SEDURB-ADM DIRE/SE	440.922,65	32.996,47		566.482,55	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623340	PM ALTINOPOLIS/SP	496.415,32	34.107,38		496.415,32	30/abr/08	24/fev/12	Adimplente
4	623339	PM JABOTICABAL/SP	536.337,22	117.851,42		536.337,22	30/abr/08	24/nov/11	Adimplente
4	623338	PM JACAREI/SP	592.656,21	151.650,90		751.584,65	28/abr/08	29/abr/11	Adimplente
4	623336	PM JAU/SP	551.916,70	93.336,59		0	30/abr/08	20/abr/12	Adimplente
4	623334	PM FRAIBURGO-SC/SC	38.860,00	7.940,00		38.860,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623394	PM MARILIA/SP	28.970,00	2.897,00		55.043,00	30/abr/08	20/jul/12	Adimplente
4	619993	PM MOREILANDIA/PE	28.970,00	1.370,77	7.242,50	57.940,00	20/dez/07	20/dez/12	Adimplente
4	623429	PM D. CORREGOS/SP	544.376,88	76.915,31	55.699,20	409.860,73	30/abr/08	20/nov/12	Adimplente
4	623428	PM ALCOBACA/BA	465.408,00	23.600,00		465.408,00	30/abr/08	30/nov/11	Adimplente
4	623417	PM DE PALMAS/TO	987.600,00	539.307,82		2.377.249,41	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	623411	PM JOINVILLE/SC	1.397.565,80	614.948,70		2.555.624,79	29/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623409	PM S.BENTO SUL/SC	600.463,04	163.121,74	21.556,62	600.463,04	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623408	PM UBERLANDIA/MG	2.702.005,96	534.915,70	196.976,23	2.702.005,96	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623406	PM VITORIA/ES	1.524.608,42	805.512,63	479.549,79	1.524.608,42	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	623405	PM ITAPEMIRIM/ES	593.699,74	150.899,60	53.891,93	241.746,80	30/abr/08	30/ago/13	Adimplente
4	623404	PM S.C.CABRALIA/BA	493.100,00	24.655,00		204.670,24	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	623399	PM CASTELO/ES	528.922,20	96.517,62	164.766,30	735.234,55	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	623325	PM TABATINGA/SP	493.100,00	116.650,37	443.789,79	518.216,08	30/abr/08	20/set/12	Adimplente
4	623383	PM URUBICI/SC	28.970,00	869,1	28.970,00	28.970,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623381	PM TABOAO SERRA/SP	38.860,00	11.140,00		68.762,40	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623380	PM TABOAO SERRA/SP	38.860,00	11.140,00		64.655,60	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623379	PM RIB DO SUL/SP	28.970,00	1.030,00		55.043,00	30/abr/08	20/fev/12	Adimplente
4	623378	PM TABOAO SERRA/SP	38.860,00	11.140,00		60.346,12	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	623377	PM PORTO FERREI/SP	28.970,00	10.830,00		28.970,00	30/abr/08	31/dez/11	Adimplente
4	623376	PM ENTRE RIOS/SC	28.970,00	1.030,00		28.970,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623374	PM ABELARDO LUZ/SC	38.860,00	1.165,80	9.715,00	13.601,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623365	PM BAURU/SP	28.970,00	7.771,15		55.043,00	30/abr/08	20/jun/11	Adimplente
4	623400	PM COLATINA/ES	508.537,66	37.815,62		734.669,06	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	623268	PM GUAIRA/PR	538.071,27	267.512,42	108.521,90	715.242,57	30/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	623286	ESTADO GO/GO	491.122,00	114.621,71		684.965,58	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	623285	PM SETE LAGOAS/MG	516.792,60	255.742,60	177.880,01	516.792,60	30/abr/08	27/jun/12	Adimplente
4	623281	PM B HORIZONTE/MG	5.685.601,34	2.393.090,13	236.570,93	5.525.541,33	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623280	PM V. MEARIM/MA	493.100,00	36.278,26		194.723,00	30/abr/08	31/mai/11	Adimplente
4	623278	PM MONTIVIDIU/GO	490.133,00	25.977,05	186.054,49	210.561,14	30/abr/08	31/jan/13	Adimplente
4	623277	PM TAPEROA/BA	504.595,52	29.111,28		120.379,04	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	623276	PM TEOLANDIA/BA	478.265,00	24.250,00		123.225,91	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	623274	PM S.JOSE UBA/RJ	305.278,15	29.426,18	20.056,77	421.690,15	29/abr/08	29/fev/12	Adimplente
4	623273	PM PAU D'ARCO/PI	418.925,00	19.325,00	259.063,22	280.009,47	30/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	623272	PM AMPERE/PR	493.099,79	55.535,03		518.154,71	30/abr/08	30/dez/11	Adimplente
4	623332	ESTADO PI/PI	19.080,00	4.361,33		0	28/abr/08	31/mar/11	Adimplente
4	623269	PM PICOS/PI	493.100,00	24.655,00		493.100,00	30/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	623289	PM NATIVIDADE/RJ	493.100,00	24.547,58		687.822,79	25/abr/08	25/jan/12	Adimplente
4	623267	ESTADO PI/PI	435.682,00	25.135,50		458.169,18	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623266	ESTADO PI/PI	435.682,00	25.135,50		348.109,92	29/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623265	ESTADO PI/PI	435.682,00	25.135,50	16.757,46	449.825,57	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623264	PM MONS. GIL/PI	493.100,00	14.793,00		684.368,17	29/abr/08	31/dez/11	Adimplente
4	623263	PM LARANJEIRAS/PR	587.685,03	258.779,81	29.795,63	399.178,62	30/abr/08	25/ago/12	Adimplente
4	623262	PM IRATI/PR	535.916,94	106.786,91	16.861,34	535.916,94	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623261	ESTADO PA/PA	558.955,14	109.685,24		559.065,14	30/abr/08	18/abr/12	Adimplente
4	623260	ESTADO PI/PI	435.682,00	25.135,50	16.757,01	435.682,00	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623259	PM DEMERVAL LOB/PI	488.976,04	25.735,58	274.952,96	436.414,57	29/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623258	ESTADO PI/PI	435.682,00	25.135,50		435.682,00	29/abr/08	31/dez/11	Adimplente
4	623257	ESTADO PI/PI	435.682,00	25.135,50		445.948,49	29/abr/08	31/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	623271	PM PAULISTANA/PI	493.100,00	14.793,00	101.184,12	125.839,12	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623305	PM VARGEM G.SUL/SP	28.970,00	5.408,72		26.600,00	30/abr/08	30/abr/11	Adimplente
4	623431	PENEDO/AL	493.100,00	24.655,00	49.310,00	517.755,00	30/abr/08	28/fev/13	Adimplente
4	623322	ESTADO PI/PI	28.970,00	6.408,59		0	28/abr/08	31/mar/11	Adimplente
4	623318	ESTADO PI/PI	28.970,00	6.622,01		0	28/abr/08	31/mar/11	Adimplente
4	623317	ESTADO PI/PI	28.970,00	6.622,01		0	28/abr/08	31/mar/11	Adimplente
4	623315	ESTADO PI/PI	28.970,00	6.622,01		0	28/abr/08	31/mar/11	Adimplente
4	623314	ESTADO PI/PI	28.970,00	6.622,01		0	28/abr/08	31/mar/11	Adimplente
4	623311	PM PALMAS - PR/PR	508.883,27	44.443,90	102.373,18	555.055,59	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623310	ESTADO PI/PI	28.970,00	6.622,01		0	28/abr/08	31/mar/11	Adimplente
4	623309	ESTADO PA/PA	765.556,43	408.684,64		904.245,42	30/abr/08	18/abr/12	Adimplente
4	623308	ESTADO PA/PA	512.824,00	144.913,86	57.339,33	514.437,83	30/abr/08	18/jul/12	Adimplente
4	623287	PM GOIANIA/GO	5.515.591,73	1.116.687,54		8.427.200,63	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	623288	ESTADO GO/GO	491.122,00	147.955,99		684.965,58	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	623301	PM DE PALMAS/TO	3.886,00	429,13		34.974,00	29/abr/08	30/nov/11	Adimplente
4	623297	PM DE PALMAS/TO	3.886,00	452,26		34.974,00	29/abr/08	30/nov/11	Adimplente
4	623296	PM PTE ALTA TO/TO	28.970,00	1.513,07	14.088,91	56.491,50	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	623295	ESTADO PA/PA	3.477.633,99	1.509.800,99		1.306.843,29	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623294	PM REALEZA - PR/PR	493.100,00	34.414,05		503.139,27	30/abr/08	27/mai/11	Adimplente
4	623292	PM TOLEDO/PR	552.672,42	156.643,72		507.721,91	30/abr/08	30/abr/11	Adimplente
4	623328	ESTADO PI/PI	28.970,00	6.622,01		0	28/abr/08	31/mar/11	Adimplente
4	623307	PM DUAS BARRAS/RJ	493.881,25	38.852,75		478.808,90	30/abr/08	08/out/12	Adimplente
4	597741	PM ELESBAO VELO/PI	400.000,00	12.000,00		488.736,96	11/dez/07	13/dez/11	Adimplente
4	596331	PM OEIRAS - PI/PI	700.000,00	35.000,00		731.265,00	22/nov/07	31/jul/12	Adimplente
4	599133	PM CAMPO MAIOR/PI	700.693,87	36.878,62		820.693,74	14/dez/07	07/dez/11	Adimplente
4	598036	PM BARROCAS/BA	28.970,00	900		28.970,00	10/dez/07	05/set/12	Adimplente
4	598002	PM CATUIPE/RS	23.036,00	960		23.036,00	13/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	597999	PM ARIQUEMES/RO	58.640,00	2.932,00		58.640,00	12/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	597997	PM CRISOPOLIS/BA	33.915,00	1.750,00		33.915,00	11/dez/07	05/set/12	Adimplente
4	597995	PM RIO REAL/BA	58.640,00	6.000,00		58.640,00	11/dez/07	05/set/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	597994	PM AMELIA RODRI/BA	146.250,00	4.387,50	22.668,75	146.250,00	11/dez/07	05/mar/12	Adimplente
4	597748	PM ESPERANTINA/PI	2.280.000,00	270.000,00		3.007.620,00	12/dez/07	20/dez/12	Adimplente
4	597746	PM BLUMENAU/SC	58.640,00	13.360,00		58.640,00	07/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	597744	PM UNIAO/PI	700.693,87	36.878,62		700.693,87	11/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	599137	PM PALHOCA-SC/SC	58.640,00	11.728,00		58.640,00	17/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	597742	PM JOSE FREITAS/PI	709.946,91	37.365,63	9.946,98	709.946,91	11/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	599138	PM PORTO BELO/SC	28.970,00	1.030,00		28.970,00	17/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	597740	PM CRISTINO CAS/PI	434.291,87	51.437,81		255.481,94	11/dez/07	12/dez/12	Adimplente
4	597459	PM NOVA SOURE/BA	33.915,00	1.750,00		33.915,00	10/dez/07	05/mar/12	Adimplente
4	597360	PM FLORIANO/PI	58.640,00	2.932,00		58.640,00	06/dez/07	12/dez/12	Adimplente
4	597359	PM PIRACICABA/SP	1.800.000,00	360.000,00		1.794.936,98	03/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	597358	ESTADO PI/PI	931.600,68	58.399,32		936.000,00	07/dez/07	31/jul/12	Adimplente
4	597357	ESTADO PI/PI	936.000,00	73.232,59		899.999,91	07/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	597356	ESTADO PI/PI	728.000,00	42.000,00		699.999,93	07/dez/07	31/dez/12	Adimplente
2	597355	PM PIRACICABA/SP	97.500,00	19.500,00		97.500,00	29/nov/07	30/jul/12	Adimplente
2	610342	PM PIRITIBA/BA	117.000,00	10.000,00	24.137,10	234.000,00	27/dez/07	05/mar/12	Adimplente
4	597743	PM SIMPLICIO ME/PI	500.000,00	15.000,00		281.700,00	11/dez/07	12/dez/12	Adimplente
4	602848	PM NOVA CANTU/PR	19.080,00	572,4		19.080,00	14/dez/07	30/abr/12	Adimplente
2	602843	PM GOV DIX-SEPT/RN	273.000,00	14.060,00	24.105,90	546.000,00	21/dez/07	20/abr/12	Adimplente
4	602841	PM TANGARA SERR/MT	4.000.000,00	400.000,00		6.421.839,43	14/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	602840	PM ARARAQUARA/SP	5.423.816,60	635.724,91		6.325.953,54	20/dez/07	31/dez/13	Adimplente
4	602839	PM UMUARAMA/PR	1.322.715,34	516.805,11		1.619.415,34	21/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	602837	PM MANDAGUARI/PR	557.120,60	190.482,29		581.450,64	21/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	602834	PM SINOP/MT	1.199.999,32	127.009,09		1.272.590,78	14/dez/07	14/jun/11	Adimplente
4	602833	PM MATAO/SP	1.374.802,05	1.026.429,81	834.310,13	1.334.068,16	17/dez/07	28/dez/12	Adimplente
4	602832	PM MOCOCA/SP	1.535.460,75	503.191,13		2.054.284,17	17/dez/07	29/jun/12	Adimplente
2	602831	PM ITAREMA/CE	97.500,00	13.333,00		97.500,00	26/nov/07	30/ago/12	Adimplente
4	599136	PM ITAPEMA/SC	48.750,00	19.250,00		48.750,00	17/dez/07	09/mar/12	Adimplente
4	600647	PM CAMPO JORDAO/SP	38.860,00	15.544,00		68.436,35	17/dez/07	12/jun/12	Adimplente
4	595982	PM PORTO VELHO/RO	5.448.307,72	496.615,44		11.509.141,34	08/nov/07	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	600641	PM LORENA/SP	46.772,00	9.354,40		46.772,00	18/dez/07	18/jun/12	Adimplente
4	600636	PM PORANGATU/GO	58.640,00	2.932,00		58.640,00	19/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	600634	PM IPORA/GO	280.000,00	18.721,22	133.142,49	278.407,61	17/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	600633	PM PORANGATU/GO	890.000,00	44.500,00		890.000,00	18/dez/07	26/fev/12	Adimplente
4	600632	PM GOIANESIA/GO	690.000,00	90.000,00		1.126.341,97	18/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	600051	PM FRCO BELTRAO/PR	1.170.695,93	243.986,20		1.215.204,23	12/dez/07	12/mar/11	Adimplente
4	599139	PM S. BONIFACIO/SC	28.970,00	980		28.970,00	17/dez/07	31/dez/12	Adimplente
2	602829	PM MARCO/CE	136.500,00	7.909,44		136.500,00	26/nov/07	30/nov/12	Adimplente
2	583984	PM NS REMEDIOS/PI	243.750,00	14.186,01		243.750,00	26/dez/06	30/jun/12	Adimplente
4	596332	PM PEDRO II/PI	700.000,00	35.000,00		347.550,00	22/nov/07	31/dez/12	Adimplente
2	587542	PM CARMO/RJ	195.000,00	12.815,22		195.000,00	29/dez/06	23/mar/12	Adimplente
2	587539	PM TOMAR GERU/SE	195.000,00	9.750,00		195.000,00	27/dez/06	28/fev/12	Adimplente
2	587520	PM SAO JERONIMO/RS	403.065,00	32.196,11		806.130,00	29/dez/06	30/dez/11	Adimplente
2	587479	PM BEBERIBE/CE	97.500,00	22.571,25		97.310,67	29/dez/06	30/jun/11	Adimplente
2	587468	PM ARAGARCAS/GO	487.500,00	40.873,95		487.500,00	27/dez/06	31/jan/12	Adimplente
2	585798	PM LAJE/BA	89.374,99	8.915,63		89.374,99	28/dez/06	05/mai/12	Adimplente
2	584337	PM DEMERVAL LOB/PI	390.000,00	11.700,00		390.000,00	29/dez/06	31/dez/12	Adimplente
2	584336	PM PESQUEIRA/PE	390.000,00	18.993,60		390.000,00	29/dez/06	30/mar/11	Adimplente
2	584313	PM ROLANTE/RS	390.000,00	48.080,00		390.000,00	29/dez/06	30/dez/12	Adimplente
2	587545	PM CPO DO BRITO/SE	195.000,00	10.000,00		195.000,00	29/dez/06	30/out/12	Adimplente
2	583985	PM RIBEIRO GONC/PI	97.500,00	3.016,00		97.500,00	26/dez/06	31/dez/12	Adimplente
2	587552	PM COREAU/CE	97.500,00	3.929,25		97.500,00	28/dez/06	30/jul/12	Adimplente
2	583757	PM PICUI/PB	351.000,00	37.467,07		557.072,10	28/dez/06	30/mar/12	Adimplente
2	583753	PM SERRA GRANDE/PB	136.500,00	4.407,00		136.500,00	28/dez/06	30/out/12	Adimplente
2	583750	PM PORANGATU/GO	268.125,00	16.806,20		268.125,00	29/dez/06	28/abr/12	Adimplente
2	583745	PM URUPEMA/SC	48.750,00	8.422,90		48.750,00	29/dez/06	31/dez/12	Adimplente
2	583736	PM OROBO/PE	195.000,00	22.356,44		195.000,00	28/dez/06	31/dez/11	Adimplente
2	583708	JACARE HOMENS/AL	195.000,00	7.309,82		195.000,00	27/dez/06	09/set/12	Adimplente
2	583706	AGUA BRANCA/AL	243.750,00	10.770,00		243.750,00	29/dez/06	01/ago/11	Adimplente
2	583705	LIMOEIRO ANADIA/AL	292.500,00	24.577,71		234.000,00	30/dez/06	30/jan/11	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	583605	PM VIANA/ES	380.250,00	31.816,60		380.250,00	15/dez/06	01/nov/12	Adimplente
2	583604	PM VITORIA/ES	487.500,00	1.800.264,21		487.500,00	29/dez/06	30/mar/12	Adimplente
2	584011	PM SANTA MARIA/RS	487.500,00	97.500,00		487.500,00	29/dez/06	29/mar/12	Adimplente
2	590028	PM TEOLANDIA/BA	234.000,00	7.020,00		234.000,00	29/dez/06	30/abr/12	Adimplente
4	595981	PM PORTO VELHO/RO	5.800.000,00	1.915.523,98	2.965.764,72	6.842.148,66	08/nov/07	30/nov/12	Adimplente
4	595980	PM PORTO VELHO/RO	5.168.567,95	925.073,96	67.813,70	5.665.111,96	08/nov/07	30/jun/12	Adimplente
4	595978	PM PORTO VELHO/RO	5.367.724,46	2.588.956,89	1.658.610,88	5.559.946,46	08/nov/07	30/jun/12	Adimplente
4	595977	PM ICARA - SC/SC	1.650.000,00	225.000,00	619.245,00	1.911.209,00	07/nov/07	30/jun/12	Adimplente
4	595975	PM PORTO VELHO/RO	3.450.000,00	182.967,48	546.384,63	3.464.773,95	08/nov/07	30/jun/12	Adimplente
2	595936	PM ARGIRITA/MG	487.500,00	472.483,00	116.609,99	487.500,00	06/nov/07	30/jun/12	Adimplente
2	595935	PM PAULISTA/PB	126.750,00	6.054,08	9.620,33	126.750,00	31/out/07	31/out/12	Adimplente
4	595615	PM ARARANGUA/SC	1.956.494,50	855.558,60		2.157.231,64	07/nov/07	30/ago/12	Adimplente
2	594759	PM PALMAS - PR/PR	195.000,00	137.965,28	90.577,50	195.000,00	18/out/07	18/ago/12	Adimplente
2	594227	PM OSORIO/RS	97.500,00	49.450,00	23.234,25	97.500,00	03/out/07	30/dez/12	Adimplente
2	593917	PM BREJO SANTOS/PB	117.000,00	4.124,41	2.574,00	117.000,00	12/set/07	12/dez/12	Adimplente
2	587544	PM PINHEIRAL/RJ	97.500,00	11.716,18		97.500,00	29/dez/06	01/mar/12	Adimplente
2	593583	PM MONTADAS/PB	136.500,00	15.411,60		136.500,00	29/ago/07	29/dez/11	Adimplente
4	602854	PM JUCURUTU/RN	28.970,00	896		28.970,00	21/dez/07	31/dez/12	Adimplente
2	589849	PM ITAPETINGA/BA	585.000,00	68.770,00		585.000,00	27/dez/06	30/nov/11	Adimplente
2	589523	PM JITAUNA/BA	487.500,00	70.403,86		478.621,46	20/dez/06	31/mar/11	Adimplente
2	589356	PM BOQUIRA/BA	292.500,00	15.394,74		292.500,00	01/dez/06	30/abr/12	Adimplente
2	589341	PM BOQUIRA/BA	195.000,00	10.263,24		195.000,00	01/dez/06	30/nov/12	Adimplente
2	588911	PM HIDROLINA/GO	121.875,00	5.282,07		121.875,00	29/dez/06	30/jun/12	Adimplente
2	588872	PM BONITO/BA	146.250,00	14.055,32		140.661,22	29/dez/06	05/mai/12	Adimplente
2	587781	PM SANTAREM -PA/PA	487.500,00	135.276,73		487.500,00	28/dez/06	29/fev/12	Adimplente
2	587696	PM PINHEIRO PRE/SC	97.500,00	24.002,15		97.500,00	22/dez/06	22/mar/11	Adimplente
2	587692	PM ARACAJU/SE	3.900.000,00	2.306.625,38		3.900.000,00	29/dez/06	28/fev/13	Adimplente
2	587686	PM CORRENTES/PE	195.000,00	10.647,21		195.000,00	29/dez/06	29/dez/12	Adimplente
2	587567	PM ALEXANIA/GO	97.500,00	11.136,57		97.500,00	29/dez/06	31/dez/12	Adimplente
2	593916	PM PEDRA LAVRAD/PB	175.500,00	43.209,08	40.470,30	175.500,00	24/set/07	19/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	605165	PM IPOJUCA/PE	58.640,00	122.246,29		0	28/dez/07	28/ago/11	Adimplente
4	602851	PM MAMBORE/PR	19.080,00	572,4		19.080,00	14/dez/07	30/jun/13	Adimplente
4	605177	PM FLORIANOPOLI/SC	58.640,00	11.728,00		58.640,00	26/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	605175	PM AGUA BRANCA/PB	28.970,00	869,1		55.043,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605174	PM A.BARAUNAS/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605173	PM MORENO - PE/PE	58.640,00	3.000,00		58.640,00	28/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	605172	PM B.VENTURA/PB	28.970,00	869,1		58.026,91	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605171	PM S.TEREZINHA/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	605170	PM POCO DANTAS/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605169	PM SALGADINHO/PB	28.970,00	869,1		72.946,46	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	605168	PM QUIXABA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	605181	PM MACHADINHO/RO	55.673,00	2.783,65		55.673,00	14/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	605166	PM JABOATAO/PE	53.245,45	93.081,68		53.245,45	28/dez/07	28/mai/11	Adimplente
4	605164	PM S.J.CAIANA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605163	PM SAO JOSE ESP/PB	28.970,00	869,1		55.043,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605162	PM S J SABUGI/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	605161	PM S.J. PRINCES/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	605160	PM SAO MAMEDE/PB	28.970,00	869,1		66.631,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605159	PM VARZEA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	605158	PM TENORIO/PB	28.970,00	869,1		60.837,00	26/dez/07	30/out/12	Adimplente
4	605157	PM V. SERRANA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605156	PM CONDADO/PB	28.970,00	869,1		64.429,28	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	605155	PM EMAS/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	605154	PM DIAMANTE/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	22/dez/12	Adimplente
4	605167	PM S.MANGUEIRA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	605200	PM IGUAPE/SP	58.640,00	11.728,00		58.640,00	18/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614595	PM ABAETETUBA/PA	1.800.000,00	709.708,36	457.840,64	880.920,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	605442	PM PRIN ISABEL/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	605234	PM TAPEJARA/PR	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	605226	PM TABOAO SERRA/SP	28.970,00	10.000,00		28.970,00	28/dez/07	28/jul/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	605222	PM TABOAO SERRA/SP	28.970,00	6.000,00		28.970,00	28/dez/07	28/jul/12	Adimplente
4	605221	PM TABOAO SERRA/SP	28.970,00	66.810,00		28.970,00	28/dez/07	28/jul/12	Adimplente
4	605214	PM TABOAO SERRA/SP	19.080,00	4.000,00		19.080,00	28/dez/07	28/jul/12	Adimplente
4	605212	PM URUBICI/SC	28.970,00	869,1		28.970,00	07/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	605211	PM CARAPICUIBA/SP	58.640,00	14.460,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	605210	PM DIADEMA/SP	58.640,00	40.689,64		58.640,00	28/dez/07	30/jul/11	Adimplente
4	605180	PM PIMENTA BUEN/RO	33.915,00	7.735,65		33.465,10	14/dez/07	31/jan/12	Adimplente
4	605151	PM CACIMBA DE A/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605198	PM GUARULHOS-SP/SP	58.640,00	66.016,92		58.640,00	26/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	605197	PM FERR VASCONC/SP	58.640,00	14.660,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	605196	PM JACUPIRANGA/SP	28.079,90	842,4		28.079,90	18/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	605193	PM OSASCO/SP	58.640,00	80.000,00		58.640,00	28/dez/07	28/dez/11	Adimplente
4	605191	PM ITARIRI/SP	28.970,00	870		28.970,00	18/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	605189	PM ITAQUAQUECET/SP	58.640,00	12.000,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	605188	PM IVAI/PR	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	605186	PM I. MARTINS/PR	24.025,00	5.000,00		24.025,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	605183	PM PIRAQUARA/PR	48.750,00	9.750,00		48.750,00	28/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	603070	PM PALHOCA-SC/SC	28.970,00	5.794,00	1.448,50	2.897,00	21/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	605119	PM S A JESUS-BA/BA	3.300.000,00	165.000,00		5.397.741,67	21/dez/07	20/jun/12	Adimplente
4	605118	PM S SEBASTIAO/SP	1.181.480,00	1.022.443,36	198.059,28	375.281,28	28/dez/07	29/jun/13	Adimplente
4	605117	PM GUAIRA/PR	563.825,42	244.462,87	211.159,69	661.921,42	29/dez/07	29/set/12	Adimplente
4	605116	ESTADO SP/SP	10.491.959,63	5.237.939,45		13.967.459,63	26/dez/07	15/dez/12	Adimplente
4	605115	PM LARANJA JARI/AP	1.000.000,00	71.168,73		99.800,00	27/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	605114	PM SANTA TER IT/PR	604.622,40	136.556,01		659.271,56	31/dez/07	08/mar/12	Adimplente
4	605113	PM URUGUAIANA/RS	1.424.757,83	540.570,94		1.554.798,82	30/nov/07	16/fev/12	Adimplente
4	605112	PM S.B.CAMPO/SP	15.585.813,57	9.608.955,01	4.287.645,53	12.223.399,44	26/dez/07	28/dez/12	Adimplente
4	605109	PM MONTEIRO/PB	500.000,00	25.000,00	25.000,00	108.650,00	27/dez/07	27/dez/12	Adimplente
4	605108	PM SAO BENTO/PB	503.576,70	51.569,02		480.951,14	27/dez/07	27/dez/11	Adimplente
4	605106	PM SANTA RITA/PB	1.500.000,00	75.000,00	482.197,75	848.315,23	28/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	605153	PM BOM SUCESSO/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	605122	PM SAO ROQUE/SP	4.298.400,00	1.514.230,50	955.533,80	2.834.847,89	21/dez/07	19/nov/12	Adimplente
4	603068	PM RAN QUEIMADO/SC	19.080,00	920		19.080,00	21/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	603066	PM PARANAVAI-PR/PR	58.640,00	11.728,00		58.640,00	14/dez/07	29/abr/12	Adimplente
4	603064	PM STO ANTONIO/RN	58.640,00	1.759,20		117.280,00	20/dez/07	20/fev/12	Adimplente
4	603063	PM ALAGOINHAS/BA	58.640,00	12.000,00		58.640,00	14/dez/07	05/mar/12	Adimplente
4	603062	PM INHUMAS/GO	58.640,00	2.932,00		58.640,00	19/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	603061	PM ASSIS CHATEA/PR	257.739,82	82.181,86		253.974,07	21/dez/07	21/nov/11	Adimplente
4	603060	PM SARANDI-PR/PR	1.080.000,00	200.000,00		1.080.000,00	19/dez/07	19/mai/12	Adimplente
4	602865	PM BARRA DO TUR/SP	28.970,00	900		28.970,00	18/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	602855	PM TUNEIRAS DO/PR	26.992,00	809,76		26.992,00	14/dez/07	30/abr/12	Adimplente
2	581437	PM PORTO GRANDE/AP	214.500,00	18.032,14		214.500,00	29/dez/06	30/nov/11	Adimplente
2	605104	MACEIO/AL	487.500,00	91.925,66		487.500,00	27/dez/07	27/jul/12	Adimplente
4	605137	PM CATOLE ROCHA/PB	48.750,00	2.437,50		48.750,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	602853	PM GOV DIX-SEPT/RN	28.970,00	1.030,00	28.970,00	57.940,00	17/dez/07	20/mai/12	Adimplente
4	605150	PM IMACULADA/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	605149	PM FAGUNDES/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605148	PM GURJAO - PB/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605147	PM ITAPORANGA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605146	PM MANAIRA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605145	PM MAE D'AGUA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605143	PM MATUREIA/PB	28.970,00	869,1	28.970,00	57.940,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605142	PM MONTEIRO/PB	58.640,00	2.932,00		117.280,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605141	PM NOVA OLINDA/PB	28.970,00	869,1		55.043,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	605140	PM PATOS/PB	58.640,00	2.932,00		58.640,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605120	PM BARREIRAS-BA/BA	7.280.000,00	420.000,00		8.840.000,86	19/dez/07	05/mai/12	Adimplente
4	605138	PM CATINGUEIRA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	26/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	605121	PM FOZ IGUACU/PR	3.219.961,34	457.524,52		2.017.980,00	29/dez/07	29/out/13	Adimplente
4	605136	PM LAJE/BA	58.640,00	10.000,00		58.640,00	27/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	605135	PM LARANJA JARI/AP	58.640,00	2.932,00		100.860,80	27/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	605134	PM JANIOPOLIS/PR	19.080,00	572,4		19.080,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	605131	PM PATOS/PB	10.116.915,46	1.226.791,27	511.230,33	10.523.740,84	28/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	605130	PM ARAPIRACA/AL	8.320.000,00	480.000,00		9.262.463,68	26/dez/07	22/mai/12	Adimplente
4	605128	PM LINS/SP	5.814.083,78	1.221.125,66		5.863.311,58	28/dez/07	20/ago/12	Adimplente
4	605126	PM JAU/SP	1.455.109,94	232.664,91		1.368.243,60	28/dez/07	20/ago/12	Adimplente
4	605125	PM PERUIBE/SP	12.496.321,11	5.851.596,23		5.063.900,00	28/dez/07	30/jun/13	Adimplente
4	605124	PM MAMANGUAPE/PB	3.750.000,00	187.500,00	240.665,66	3.112.441,34	27/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	605152	PM CAJAZEIRINHA/PB	28.970,00	869,1		55.043,00	26/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	605139	PM PASSAGEM/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
2	562676	PM RAUL SOARES/MG	1.482.000,00	106.721,69		1.482.000,00	13/jun/06	31/jul/12	Adimplente
2	563042	PM BOA VISTA/RR	8.845.908,83	1.452.571,20		8.845.908,83	16/jun/06	31/mar/12	Adimplente
2	562716	PM VIT.CONQUIST/BA	6.137.034,30	306.852,00		6.137.034,30	30/jun/06	30/abr/12	Adimplente
2	562713	PM TABOAO SERRA/SP	1.151.718,75	506.250,00		1.151.718,75	28/jun/06	28/jun/12	Adimplente
2	562686	PM RIO BRANCO/AC	4.602.000,00	601.650,52		4.602.000,00	14/jun/06	31/out/12	Adimplente
2	562684	PM CANOAS - RS/RS	7.044.375,00	2.180.562,03		7.044.375,00	16/jun/06	30/dez/12	Adimplente
2	562683	PM PARANAGUA-PR/PR	798.688,80	247.776,11		798.688,80	16/jun/06	30/set/12	Adimplente
2	562682	PM LONDRINA/PR	1.950.000,00	545.512,97		1.950.000,00	12/jun/06	31/dez/11	Adimplente
2	562681	PM SANTOS/SP	9.067.500,00	13.642.418,94		9.067.500,00	16/jun/06	16/jun/12	Adimplente
2	562680	PM C.G.DO SUL/PR	1.462.500,00	364.750,95		1.462.500,00	16/jun/06	27/jun/12	Adimplente
2	562679	PM OLINDA/PE	9.258.795,00	4.505.382,83		37.035.180,00	16/jun/06	16/mar/12	Adimplente
2	562992	PM ITAMONTE/MG	292.500,00	90.441,42		292.500,00	05/jul/06	30/jun/11	Adimplente
2	562677	PM OURO PRETO/MG	585.000,00	343.827,63		585.000,00	16/jun/06	30/jun/12	Adimplente
2	562993	PM CRISTINA/MG	292.500,00	248.797,25		292.500,00	05/jul/06	30/jun/12	Adimplente
2	562675	PM JUIZ DE FORA/MG	7.253.039,63	2.500.237,34		7.253.039,63	16/jun/06	30/set/12	Adimplente
2	562673	PM ANAPOLIS/GO	9.628.125,00	6.147.273,68		9.628.125,00	16/jun/06	30/jun/12	Adimplente
2	562672	PM SOBRAL/CE	5.582.850,00	2.826.416,26		5.582.850,00	13/jun/06	30/nov/12	Adimplente
2	562671	PM SERRA/ES	9.594.731,25	2.368.046,72		9.594.731,25	16/jun/06	01/set/12	Adimplente
2	562670	PM ITABUNA-BA/BA	9.750.000,00	487.500,00		9.750.000,00	14/jun/06	30/nov/12	Adimplente
2	562667	PM PORTO ALEGRE/RS	1.578.276,63	279.019,04		1.578.276,63	14/jun/06	30/dez/12	Adimplente
2	562666	PM SAO LEOPOLDO/RS	1.160.250,00	870.453,80		1.160.250,00	14/jun/06	30/dez/12	Adimplente
2	562665	PM FORTALEZA/CE	7.259.850,00	1.291.006,77		14.519.700,00	08/jun/06	30/abr/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	562663	PM FORTALEZA/CE	8.254.350,00	1.828.292,69		16.508.700,00	08/jun/06	30/abr/12	Adimplente
2	562662	PM FORTALEZA/CE	6.199.050,00	3.181.267,42		12.398.100,00	08/jun/06	30/abr/12	Adimplente
2	562678	PM OLINDA/PE	8.565.960,00	1.201.268,65		25.697.880,00	16/jun/06	16/fev/12	Adimplente
2	563017	PM CARNAUBEIRAS/PE	292.500,00	15.445,25		292.500,00	05/jul/06	30/mai/12	Adimplente
2	583497	PM S.B.CAMPO/SP	780.000,00	806.248,79		780.000,00	28/dez/06	24/jun/12	Adimplente
2	563037	PM JABOTICATUBA/MG	409.500,00	14.299,00		409.500,00	16/jun/06	28/fev/12	Adimplente
2	563036	PM LAURO FREITA/BA	6.653.205,00	1.920.024,42		-1.330.641,00	14/jun/06	04/fev/11	Adimplente
2	563034	PM SALVADOR-BA/BA	9.750.000,00	487.500,00		9.750.000,00	14/jun/06	04/fev/13	Adimplente
2	563032	PM MANAUS - AM/AM	9.750.000,00	487.500,00		9.750.000,00	01/jun/06	01/jun/12	Adimplente
2	563031	PM MANAUS - AM/AM	8.287.500,00	2.154.231,10		8.287.500,00	01/jun/06	01/jun/12	Adimplente
2	563030	ESTADO DA BAHIA/BA	3.762.525,00	4.282.360,06		3.762.525,00	14/jun/06	20/out/12	Adimplente
2	563029	ESTADO AM/AM	9.750.000,00	975.000,00		9.750.000,00	01/jun/06	29/fev/12	Adimplente
2	563028	ESTADO AM/AM	9.750.000,00	975.000,00		9.750.000,00	01/jun/06	30/jun/12	Adimplente
2	563027	ESTADO AM/AM	9.750.000,00	975.000,00		9.750.000,00	01/jun/06	30/jun/12	Adimplente
2	563026	PM BELEM/PA	7.988.360,85	839.142,93		7.988.360,85	16/jun/06	08/dez/12	Adimplente
2	562988	PM CAMPOS GERAIS/MG	97.500,00	24.375,00		97.500,00	05/jul/06	30/dez/11	Adimplente
2	562659	PM ARAPIRACA/AL	7.800.000,00	853.185,85		7.800.000,00	16/jun/06	24/fev/11	Adimplente
2	563016	PM POMBAL - PB/PB	390.000,00	19.500,00		702.000,00	05/jul/06	05/dez/12	Adimplente
2	563015	PM PATOS/PB	682.500,00	70.046,50		682.500,00	05/jul/06	05/jul/12	Adimplente
2	563014	PM DE CABEDELO/PB	682.500,00	206.654,52		1.365.000,00	05/jul/06	05/dez/12	Adimplente
2	563012	PM DE BREVES/PA	487.500,00	37.000,00		487.500,00	04/jul/06	30/set/12	Adimplente
2	563011	PM HORTOLANDIA/SP	975.000,00	1.333.489,36		1.950.000,00	30/jun/06	30/dez/13	Adimplente
2	563009	PM CEARA MIRIM/RN	390.000,00	56.567,23		382.928,29	23/jun/06	10/fev/11	Adimplente
2	563008	PM MACAIBA - RN/RN	394.875,00	30.102,00		394.875,00	16/jun/06	07/dez/11	Adimplente
2	563000	PM DE VIANA/MA	292.500,00	30.731,67		584.800,00	04/jul/06	31/ago/12	Adimplente
2	562998	PM IMPERATRIZ/MA	877.500,00	47.125,00		877.500,00	05/jul/06	29/fev/12	Adimplente
2	562997	PM PENALVA/MA	292.500,00	88.303,96		0	05/jul/06	30/set/11	Adimplente
2	562995	PM TURVOLANDIA/MG	243.750,00	61.751,71		292.500,00	05/jul/06	30/jun/12	Adimplente
2	563019	PM FEIRA NOVA/PE	292.500,00	104.024,71		0	04/jul/06	28/fev/11	Adimplente
2	559865	PM VALPARAISO/GO	9.262.500,00	3.298.971,13		9.262.500,00	16/jun/06	30/mar/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	562123	PM CUBATAO/SP	7.800.000,00	18.984.247,15		7.800.000,00	16/jun/06	31/dez/12	Adimplente
2	562122	PM CUBATAO/SP	7.800.000,00	18.776.179,74		7.800.000,00	16/jun/06	31/dez/12	Adimplente
2	562121	PM JOAO PESSOA/PB	9.750.000,00	3.998.959,45		19.500.000,00	13/jun/06	30/jul/11	Adimplente
2	562120	PM C. GRANDE/PB	4.300.627,50	1.577.193,87		4.300.627,50	13/jun/06	13/dez/12	Adimplente
2	562119	PM J.TAVORA/PB	448.500,00	17.890,98		448.500,00	13/jun/06	02/jan/12	Adimplente
2	562118	PM C. GRANDE/PB	3.033.517,50	1.102.963,04		3.033.517,50	13/jun/06	13/dez/12	Adimplente
2	562117	PM B HORIZONTE/MG	9.750.000,00	1.950.000,00		9.750.000,00	16/jun/06	30/abr/12	Adimplente
2	559879	PM C.DOS ALVES/PI	487.500,00	27.500,00		487.500,00	16/jun/06	01/dez/11	Adimplente
2	559878	PM CAMPO MAIOR/PI	858.000,00	66.721,82		858.000,00	16/jun/06	31/dez/12	Adimplente
2	559876	PM VARZEA GRAND/MT	7.312.500,00	750.000,00		7.312.500,00	16/jun/06	30/abr/12	Adimplente
2	559873	PM NAVIRAI/MS	8.076.997,50	636.931,47		8.076.997,50	16/jun/06	29/jun/11	Adimplente
2	562661	PM RECIFE - PE/PE	8.238.789,98	11.825.419,93		8.238.789,98	16/jun/06	31/dez/12	Adimplente
2	559870	PM FLORIANOPOLI/SC	1.079.325,00	736.530,20		1.079.325,00	16/jun/06	31/dez/12	Adimplente
2	562127	PM ARACAJU/SE	5.480.294,63	361.619,15		5.480.294,63	14/jun/06	28/fev/13	Adimplente
2	559435	PM MACAE/RJ	6.532.500,00	4.169.822,15		0	02/jun/06	02/mar/11	Adimplente
2	559872	PM CUIABA/MT	9.750.000,00	780.000,00		9.750.000,00	16/jun/06	31/ago/12	Adimplente
2	562213	PM MAGE - RJ/RJ	9.750.000,00	1.950.000,00		9.750.000,00	07/jun/06	05/mar/12	Adimplente
2	563048	PM S.J.R.PRETO/SP	877.500,00	627.000,00		877.500,00	28/jun/06	31/dez/12	Adimplente
2	562658	MACEIO/AL	7.611.108,16	1.116.653,73		7.611.108,16	16/jun/06	31/jul/12	Adimplente
2	562657	PM FORTALEZA/CE	7.044.375,00	3.113.822,01		14.088.750,00	08/jun/06	30/out/12	Adimplente
2	562654	PM RECIFE - PE/PE	9.426.521,33	5.245.613,46		9.426.521,33	16/jun/06	31/dez/12	Adimplente
2	562653	PM PAULISTA -PE/PE	9.018.750,00	4.703.290,71		34.271.250,00	16/jun/06	27/jun/12	Adimplente
2	562652	PM SAO VICENTE/SP	9.750.000,00	2.500.000,00		9.750.000,00	16/jun/06	31/dez/11	Adimplente
2	562651	ESTADO AP/AP	9.750.000,00	6.701.386,11		14.625.000,00	16/jun/06	30/nov/12	Adimplente
2	562649	PM CHAPADINHA/MA	965.250,00	48.262,50		965.250,00	16/jun/06	31/mai/12	Adimplente
2	562648	PM SAO LUIS/MA	9.077.250,00	661.829,02		16.339.050,00	13/jun/06	30/nov/12	Adimplente
2	562647	PM SAO LUIS/MA	9.077.250,00	759.487,58		16.339.050,00	13/jun/06	30/dez/12	Adimplente
2	562643	PM ARARAQUARA/SP	1.657.500,00	817.800,11		1.657.500,00	30/jun/06	19/jun/12	Adimplente
2	562124	PM S.CRISTOVAO/SE	975.000,00	54.000,00		975.000,00	14/jun/06	30/mai/13	Adimplente
2	562125	PM N.S.SOCORRO/SE	4.095.000,00	463.503,57		4.095.000,00	14/jun/06	28/ago/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	562138	PM CAMPINAS/SP	9.750.000,00	1.940.000,00		19.500.000,00	14/jun/06	28/ago/12	Adimplente
2	562137	PM PORTO VELHO/RO	9.750.000,00	3.052.154,92		19.500.000,00	26/mai/06	30/abr/12	Adimplente
2	562135	PM SANTOS/SP	8.872.500,00	11.970.426,50		8.872.500,00	16/jun/06	16/jun/12	Adimplente
2	562134	PM GUARUJA/SP	9.750.000,00	4.835.355,30		9.750.000,00	16/jun/06	16/out/12	Adimplente
2	562133	PM GUARUJA/SP	2.008.035,80	1.394.645,86		2.008.035,80	16/jun/06	05/jun/12	Adimplente
2	562132	PM DE PALMAS/TO	9.555.000,00	3.094.424,43		9.555.000,00	16/jun/06	30/nov/12	Adimplente
2	562131	PM CONTAGEM/MG	1.170.000,00	1.225.527,55		1.170.000,00	16/jun/06	09/fev/12	Adimplente
2	562130	PM B HORIZONTE/MG	5.237.561,36	2.260.028,37		5.237.561,36	16/jun/06	30/dez/12	Adimplente
2	562129	PM JOINVILLE/SC	2.437.500,00	650.000,00		4.874.500,00	16/jun/06	31/dez/12	Adimplente
2	562128	PM ITABI/SE	331.500,00	9.945,00		331.500,00	14/jun/06	30/abr/12	Adimplente
2	562660	MACEIO/AL	9.009.091,00	1.326.341,20		9.009.091,00	16/jun/06	02/abr/12	Adimplente
2	562639	PM VITORIA/ES	1.598.000,00	3.679.430,73		1.598.000,00	29/jun/06	30/mar/12	Adimplente
2	568540	PM BELEM/PA	8.658.000,00	2.300.886,15		8.658.000,00	16/jun/06	08/dez/12	Adimplente
2	563038	ESTADO PE/PE	9.073.350,00	8.779.648,74		9.073.350,00	16/jun/06	30/jun/12	Adimplente
2	570587	PM OURO BRANCO/MG	195.000,00	128.055,69		195.000,00	04/out/06	31/out/12	Adimplente
2	570582	PM ITANHAEM/SP	292.500,00	112.181,63		292.500,00	29/jun/06	31/mar/12	Adimplente
2	570243	PM ANANINDEUA/PA	9.750.000,01	7.569.608,33		9.750.000,01	29/set/06	28/fev/13	Adimplente
2	568719	PM AMERICANA/SP	780.000,00	156.000,00		780.000,00	30/jun/06	22/out/12	Adimplente
2	568718	PM CAUCAIA/CE	487.500,00	229.090,67		0	14/ago/06	30/nov/11	Adimplente
2	568717	PM ESTEIO/RS	129.760,31	20.242,61		129.760,31	06/set/06	30/dez/12	Adimplente
2	568677	PM TERESINA/PI	8.687.250,00	3.463.106,09		8.687.250,00	12/jun/06	30/ago/12	Adimplente
2	568573	PM SAO VICENTE/SP	438.750,00	87.750,00		438.750,00	29/jun/06	30/set/11	Adimplente
2	568572	PM SAO VICENTE/SP	682.500,00	170.625,00		682.500,00	29/jun/06	31/mar/11	Adimplente
2	571252	PM COREMAS/PB	107.250,00	3.217,50		214.500,00	26/set/06	30/set/12	Adimplente
2	568542	PM TERESINA/PI	5.791.500,00	808.500,00		5.791.500,00	12/jun/06	30/ago/12	Adimplente
2	571586	PM MACHADOS/PE	195.000,00	10.725,00		195.000,00	19/jul/06	30/mar/11	Adimplente
2	568539	PM BELEM/PA	7.988.360,85	798.836,08		7.988.360,85	16/jun/06	08/dez/12	Adimplente
2	568538	PM BELEM/PA	7.988.360,85	798.836,08		7.988.360,85	16/jun/06	08/dez/12	Adimplente
2	568537	PM VARGINHA/MG	580.125,00	760.463,65		580.125,00	16/jun/06	30/dez/12	Adimplente
2	568535	PM CHAPECO/SC	4.129.125,00	1.806.254,19		4.129.125,00	13/jun/06	31/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	568534	PM CURITIBA/PR	936.000,00	181.333,24		936.000,00	16/jun/06	30/jun/12	Adimplente
2	568533	ESTADO RJ/RJ	6.600.000,00	1.320.000,00		9.240.000,00	30/mai/06	30/dez/12	Adimplente
2	568530	PM CON ARAGUAIA/PA	390.000,00	20.526,31		390.000,00	29/jun/06	30/abr/12	Adimplente
2	568037	PM VILA MARIA/RS	120.900,00	17.172,66		120.900,00	04/set/06	30/jun/12	Adimplente
2	568018	PM SARANDI-PR/PR	292.500,00	81.000,00		292.500,00	14/jul/06	30/jul/12	Adimplente
2	568015	PM TIMOTEO/MG	7.909.675,41	1.581.935,08		7.909.675,41	22/ago/06	30/set/12	Adimplente
2	567961	PM ENG. BELTRAO/PR	195.000,00	5.858,64		195.000,00	14/jul/06	30/abr/12	Adimplente
2	568544	PM CURITIBA/PR	867.750,00	1.468.900,79		867.750,00	16/jun/06	30/jun/12	Adimplente
2	574235	PM B.DO BUGRES/MT	1.377.334,88	68.866,74		1.377.334,88	08/nov/06	30/jun/12	Adimplente
2	610343	PM PORTO WALTER/AC	292.500,00	8.775,00		292.500,00	31/dez/07	30/jul/11	Adimplente
2	581382	PM VARJAO/GO	97.500,00	12.280,00		195.000,00	28/dez/06	28/fev/12	Adimplente
2	581381	PAO DE ACUCAR/AL	292.500,00	14.625,00		292.500,00	22/dez/06	03/mar/13	Adimplente
2	581335	PM PORTO GRANDE/AP	273.000,00	34.657,41		273.000,00	29/dez/06	30/nov/11	Adimplente
2	579191	PM B.J.DE GOIAS/GO	97.500,00	570		97.500,00	21/dez/06	10/jun/12	Adimplente
2	579171	PM LARANJA JARI/AP	487.500,00	36.250,76		487.500,00	19/dez/06	31/dez/12	Adimplente
2	575161	PM N S LIVRAMEN/MT	331.500,00	9.945,00		331.500,00	28/nov/06	28/fev/12	Adimplente
2	575107	PM TENORIO/PB	195.000,00	10.735,43		195.000,00	22/nov/06	31/dez/12	Adimplente
2	575085	PM STA EFIG.MIN/MG	97.500,00	2.925,00		97.500,00	21/nov/06	30/nov/12	Adimplente
2	571251	PM S.JOAO CAIUA/PR	146.250,00	108.704,22		146.250,00	15/set/06	28/fev/11	Adimplente
2	574237	PM PARNAIBA/PI	682.500,00	473.018,37		1.365.000,00	22/nov/06	31/dez/12	Adimplente
2	567957	PM ST ANGELO-RS/RS	928.200,00	536.966,24		928.128,13	14/jun/06	30/jan/11	Adimplente
2	573500	PM VINHEDO-SP/SP	616.989,75	123.397,95		1.233.979,50	31/jul/06	21/jun/12	Adimplente
2	572924	PM ITAPETININGA/SP	877.500,00	514.755,81		877.500,00	29/set/06	31/mar/11	Adimplente
2	572923	PM GOIANIA/GO	1.381.455,08	978.905,64		1.381.455,08	03/nov/06	31/ago/12	Adimplente
2	572921	PM GOIANIA/GO	2.925.000,00	4.205.229,87		2.925.000,00	03/nov/06	31/ago/12	Adimplente
2	572919	PM CRUZ ESPIRIT/PB	146.250,00	11.987,50		146.250,00	10/out/06	10/dez/11	Adimplente
2	572291	PM SANTANA/AP	487.500,00	35.681,00		487.500,00	01/nov/06	30/nov/11	Adimplente
2	572277	PM CRISTALINA/GO	5.362.500,00	748.995,71		5.362.500,00	29/jun/06	31/mar/12	Adimplente
2	572047	PM DE SAO SEBAS/PA	1.365.000,00	80.523,84		1.365.000,00	25/out/06	30/abr/12	Adimplente
2	572029	PM ITAPIPOCA/CE	487.500,00	36.562,50		487.500,00	22/set/06	30/jul/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	572004	PM SOBRAL/CE	292.500,00	57.500,00		292.500,00	06/set/06	30/mai/12	Adimplente
2	571626	PM ST A LEVERGE/MT	292.500,00	8.775,00		292.500,00	11/out/06	31/jul/12	Adimplente
2	575083	PM SANTA RITA/PB	585.000,00	35.025,00		585.000,00	30/nov/06	30/set/12	Adimplente
2	563894	PM VILHENA/RO	585.000,00	44.771,64		585.000,00	30/jun/06	30/out/12	Adimplente
2	565063	PM NOVA IGUACU/RJ	9.710.360,16	2.623.281,49		9.710.360,16	08/jun/06	18/mai/12	Adimplente
2	565062	PM SANTO ANDRE/SP	8.346.000,00	3.531.000,00		8.346.000,00	16/jun/06	16/jun/12	Adimplente
2	565061	PM FERR VASCONC/SP	5.460.000,00	2.761.377,74		5.460.000,00	16/jun/06	16/jun/12	Adimplente
2	565060	PM TABOAO SERRA/SP	1.176.630,00	517.200,00		1.176.630,00	16/jun/06	16/jun/12	Adimplente
2	565059	PM ITAPEVI/SP	6.953.700,00	6.295.090,27		6.953.700,00	16/jun/06	16/jun/12	Adimplente
2	565058	PM GUARULHOS-SP/SP	8.287.500,00	7.012.738,66		8.287.500,00	16/jun/06	16/dez/12	Adimplente
2	565057	PM OSASCO/SP	9.516.000,00	6.602.999,19		28.548.000,00	16/jun/06	16/set/11	Adimplente
2	565056	PM ITAP SERRA/SP	6.513.000,00	5.789.511,55		6.513.000,00	16/jun/06	30/dez/12	Adimplente
2	565055	PM SAO PAULO/SP	9.750.000,00	2.545.000,00		9.750.000,00	26/jun/06	30/out/11	Adimplente
2	565054	PM SAO PAULO/SP	9.945.000,00	2.002.000,00		9.945.000,00	26/jun/06	30/out/11	Adimplente
2	564204	PM BOTUCATU/SP	877.500,00	925.633,95		0	04/jul/06	03/jul/11	Adimplente
2	565186	PM E.T.DE EMBU/SP	7.800.000,00	1.675.879,34		7.800.000,00	16/jun/06	16/jun/12	Adimplente
2	563858	PM BLUMENAU/SC	1.098.825,00	475.806,97		1.098.825,00	16/jun/06	31/dez/12	Adimplente
2	563857	PM SAO VICENTE/SP	9.458.475,00	5.730.907,22		9.458.475,00	16/jun/06	16/jun/12	Adimplente
2	563853	PM IGUABA GRAND/RJ	292.500,00	89.548,82		292.500,00	05/jul/06	23/dez/12	Adimplente
2	563852	PM SAQUAREMA/RJ	292.500,00	58.500,00		292.500,00	05/jul/06	26/fev/12	Adimplente
2	563851	PM PEIXOTO DE A/MT	292.500,00	16.304,28		292.500,00	03/jul/06	31/dez/12	Adimplente
2	563850	PM RONDONOPOLIS/MT	585.000,00	241.339,92		585.000,00	03/jul/06	31/jul/12	Adimplente
2	563845	PM INDAIAL/SC	390.000,00	420.771,79		390.000,00	05/jul/06	31/mar/12	Adimplente
2	563844	PM CRICIUMA/SC	487.500,00	222.225,73		487.500,00	04/jul/06	07/set/12	Adimplente
2	563843	PM PELOTAS/RS	585.000,00	175.500,00		585.000,00	05/jul/06	30/dez/12	Adimplente
2	563838	PM LARANJAL/MG	292.500,00	288.538,70		292.500,00	05/jul/06	30/jun/12	Adimplente
2	563065	PM DIADEMA/SP	292.500,00	219.579,05		292.500,00	30/jun/06	30/mar/12	Adimplente
2	564206	PM V. REDONDA/RJ	975.000,00	1.425.812,29		975.000,00	16/jun/06	30/mar/12	Adimplente
2	567151	PM NITEROI/RJ	1.502.865,00	462.446,12		1.502.865,00	08/jun/06	28/fev/12	Adimplente
2	583476	PM R BACAMARTE/PB	195.000,00	5.850,00		195.000,00	28/dez/06	30/set/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	567956	PM CASCAVEL -PR/PR	1.950.000,00	602.681,29		1.950.000,00	14/jun/06	08/ago/12	Adimplente
2	567955	PM EST. ATIBAIA/SP	5.860.725,00	2.132.726,38		5.860.725,00	16/jun/06	30/dez/12	Adimplente
2	567954	PM MARINGA/PR	487.500,00	375.031,15		487.500,00	05/jul/06	30/abr/12	Adimplente
2	567561	PM GURINHATA/MG	204.750,00	19.865,55		204.750,00	02/ago/06	31/jul/12	Adimplente
2	567552	PM JOAO PESSOA/PB	2.925.000,00	677.555,27		2.925.000,00	28/ago/06	28/dez/12	Adimplente
2	567551	PM EUSEBIO/CE	8.984.625,00	449.231,25		8.984.625,00	22/ago/06	30/jul/12	Adimplente
2	567529	PM MACAPARANA/PE	292.500,00	231.520,38		292.500,00	31/ago/06	30/out/12	Adimplente
2	567496	PM GUARACIABA/CE	97.500,00	17.204,39		97.500,00	07/ago/06	30/nov/12	Adimplente
2	567482	PM T.PORTELA/RS	281.775,00	38.653,88		281.775,00	16/jun/06	30/mai/12	Adimplente
2	565065	PM QUEIMADOS/RJ	8.135.857,08	2.084.517,09		14.644.542,74	16/jun/06	17/jul/12	Adimplente
2	567224	PM ARAUCARIA/PR	585.000,00	352.481,38		585.000,00	22/ago/06	31/out/12	Adimplente
2	565165	PM F SANTANA-BA/BA	682.500,00	251.090,80		682.500,00	06/jul/06	05/mar/12	Adimplente
2	567148	PM BEBERIBE/CE	292.500,00	159.908,40		585.000,00	04/jul/06	30/dez/12	Adimplente
2	566615	PM CURITIBA/PR	780.000,00	745.880,90		780.000,00	21/ago/06	31/dez/12	Adimplente
2	566614	PM TEOFILLO OTON/MG	4.272.450,00	221.814,57		4.272.450,00	22/ago/06	30/mar/12	Adimplente
2	566613	PM CURITIBA/PR	2.437.500,00	542.002,65		2.437.500,00	21/ago/06	30/jun/12	Adimplente
2	566499	PM PIRAQUARA/PR	975.000,00	227.187,53		975.000,00	04/jul/06	12/out/12	Adimplente
2	566498	PM A. TAMANDARE/PR	419.250,00	83.850,00		419.250,00	04/jul/06	30/nov/12	Adimplente
2	566495	PM CAICO/RN	390.000,00	29.250,00		381.029,52	04/jul/06	20/fev/11	Adimplente
2	566493	PM MORADA NOVA/CE	487.500,00	43.193,04		487.500,00	04/jul/06	30/nov/12	Adimplente
2	566492	PM CASCAVEL/CE	438.750,00	52.158,96		438.750,00	04/jul/06	30/ago/12	Adimplente
2	566491	PM JUAZ. NORTE/CE	780.000,00	569.461,45		780.000,00	04/jul/06	30/abr/12	Adimplente
2	565744	PM BJ ITABAPOAN/RJ	390.000,00	78.000,00		390.000,00	04/jul/06	04/abr/12	Adimplente
4	610723	PM BARBACENA/MG	38.860,00	41.501,58		0	28/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	610702	PM S.V. PALMAR/RS	58.640,00	11.728,00		58.640,00	27/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	610761	PM DIANOPOLIS/TO	38.860,00	1.165,80		38.860,00	27/dez/07	27/dez/12	Adimplente
4	610752	PM PUGMIL/TO	19.080,00	573	4.874,00	24.908,00	28/dez/07	28/nov/12	Adimplente
4	610751	PM DE PALMAS/TO	3.886,00	429,13		34.974,00	31/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	610750	PM DE PALMAS/TO	3.886,00	403,86		42.746,00	28/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	610743	PM N.ALV. SUL/MS	27.486,50	824,6		52.224,35	31/dez/07	30/jan/13	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	610742	PM PONTA PORA/MS	19.080,00	954	19.080,00	19.080,00	31/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	610741	ESTADO MS/MS	38.860,00	3.886,00		38.860,00	31/dez/07	29/dez/12	Adimplente
4	610739	PM ALCINOPOLIS/MS	15.124,00	3.453,72	15.124,00	15.124,00	31/dez/07	30/jan/13	Adimplente
4	610734	PM ST A LEVERGE/MT	19.080,00	1.908,00		1.908,00	31/dez/07	14/ago/11	Adimplente
4	610732	PM NOVA LIMA-MG/MG	19.080,00	4.170,23		17.172,00	31/dez/07	31/mai/11	Adimplente
4	610779	PM CIDREIRA/RS	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	610726	PM ARINOS/MG	19.080,00	572,4		38.160,00	28/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610780	PM ARROIO D SAL/RS	19.080,00	572,4		19.080,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	610722	PM BARBACENA/MG	19.080,00	6.784,18		0	28/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	610720	PM CARIRA/SE	28.970,00	869,1		28.970,00	10/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610719	PM BARRA COQUEI/SE	28.970,00	900		28.970,00	10/dez/07	28/mar/12	Adimplente
4	610718	PM XAXIM - SC/SC	28.970,00	895,98		28.970,00	31/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	610717	PM MARUIM/SE	28.970,00	869,1		57.940,00	07/dez/07	27/abr/12	Adimplente
4	610716	PM ARACAJU/SE	58.640,00	3.086,32		58.640,00	10/dez/07	25/fev/12	Adimplente
4	610713	PM BOMBINHAS/SC	28.970,00	1.030,00		60.837,00	31/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	610712	PM DOLCINOPOLIS/SP	19.080,00	1.520,00		19.080,00	28/dez/07	25/dez/12	Adimplente
4	610704	PM S.J.MISSOES/RS	28.970,00	1.030,00		28.970,00	31/dez/07	31/dez/11	Adimplente
2	610340	PM NOVA PRATA I/PR	146.250,00	38.250,69	41.067,00	146.250,00	31/dez/07	31/ago/12	Adimplente
4	610729	PM FORMOSO/MG	17.102,00	513,06	8.551,00	16.246,90	31/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610817	ESTADO PE/PE	28.970,00	2.897,00		28.970,00	28/dez/07	28/ago/12	Adimplente
4	610840	PM CONGONHAS/MG	3.080.447,25	1.192.831,22	1.280.854,62	3.080.447,25	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610839	PM ALVARES MACH/SP	24.519,50	7.378,73		0	28/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	610838	PM TOMAR GERU/SE	28.970,00	869,1		28.970,00	07/dez/07	25/abr/12	Adimplente
2	610836	PM ORTIGUEIRA/PR	493.100,00	113.386,15		493.100,00	28/dez/07	31/dez/12	Adimplente
2	610835	ESTADO MS/MS	4.449.100,00	470.983,37		4.449.100,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610831	PM S J PATROCIN/PR	19.080,00	1.670,00		38.160,00	31/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	610825	PM GONC AMARAN/RN	19.080,00	954	19.080,00	19.080,00	28/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	610823	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.860,00	28/dez/07	28/ago/12	Adimplente
4	610822	ESTADO PE/PE	28.970,00	2.897,00		28.970,00	28/dez/07	28/ago/12	Adimplente
4	610821	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.860,00	28/dez/07	28/ago/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	610820	ESTADO PE/PE	28.970,00	2.897,00		28.970,00	28/dez/07	28/ago/12	Adimplente
4	610772	PM AMERICANA/SP	28.970,00	5.960,00		55.043,00	28/dez/07	15/dez/11	Adimplente
4	610818	ESTADO PE/PE	28.970,00	2.897,00		28.970,00	28/dez/07	28/ago/12	Adimplente
4	610700	PM P NACIONAL/TO	58.640,00	2.932,00		58.640,00	27/dez/07	27/dez/11	Adimplente
4	610816	ESTADO PE/PE	28.970,00	2.897,00		28.970,00	28/dez/07	28/ago/12	Adimplente
4	610814	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.860,00	28/dez/07	28/ago/12	Adimplente
4	610810	PM PAULISTA -PE/PE	19.080,00	954		19.080,00	31/dez/07	31/ago/11	Adimplente
4	610808	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.860,00	28/dez/07	28/ago/12	Adimplente
4	610806	ESTADO PE/PE	28.970,00	2.897,00		28.970,00	28/dez/07	28/ago/12	Adimplente
4	610805	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.860,00	28/dez/07	28/ago/12	Adimplente
4	610804	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.860,00	28/dez/07	28/ago/12	Adimplente
4	610797	PM PENAPOLIS/SP	38.860,00	7.772,00		3.886,00	27/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610794	PM AVARE/SP	38.860,00	6.030,00	1.943,00	3.886,00	31/dez/07	20/fev/12	Adimplente
4	610819	ESTADO PE/PE	28.970,00	2.897,00		28.970,00	28/dez/07	28/ago/12	Adimplente
4	610643	PM SERINGUEIRAS/RO	28.970,00	869,1		28.970,00	19/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610703	PM SAO LOURENCO/RS	58.640,00	11.716,66		58.640,00	27/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610659	PM QUATRO BARRA/PR	53.695,00	3.305,00		53.695,00	24/dez/07	22/set/11	Adimplente
4	610657	PM PINHALAO/PR	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610655	PM S J. TRIUNFO/PR	28.970,00	14.771,37		0	28/dez/07	30/mai/12	Adimplente
4	610650	PM VILHENA/RO	58.640,00	2.932,00		58.640,00	20/dez/07	30/nov/11	Adimplente
2	610649	PM MACEDONIA/SP	493.100,00	44.400,00	114.300,58	493.100,00	31/dez/07	23/jun/12	Adimplente
4	610648	PM COLATINA/ES	55.673,00	9.537,00		55.673,00	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610647	PM R.ALVES/AC	28.970,00	870		56.595,00	21/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	610646	PM SAO FRANCISC/RO	28.970,00	4.422,19		27.191,80	20/dez/07	30/jan/12	Adimplente
4	610661	PM A. TAMANDARE/PR	58.640,00	11.728,00		58.640,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610644	PM THEOBROMA/RO	28.970,00	869,1		57.940,00	20/dez/07	30/mar/11	Adimplente
4	610662	PM CAMARAGIBE/PE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	28/dez/07	27/abr/12	Adimplente
4	610642	PM ROLIM MOURA/RO	58.640,00	15.039,42		36.968,00	19/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610641	PM PRES MEDICI/RO	58.640,00	1.759,20		58.640,00	19/dez/07	30/out/11	Adimplente
4	610636	PM NOVA BRASILA/RO	28.970,00	1.030,00		28.970,00	19/dez/07	28/fev/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	610635	PM JARU/RO	58.640,00	2.932,00		117.280,00	19/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610633	PM TOMAZINA/PR	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610632	PM URAI - PR/PR	28.970,00	841,76		28.970,00	28/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610631	PM CANGUARETAMA/RN	52.706,00	6.000,00		52.706,00	20/dez/07	20/mai/12	Adimplente
4	610629	PM COSTA MARQUE/RO	28.970,00	869,1		60.837,00	19/dez/07	30/abr/11	Adimplente
4	610645	PM SANTA LUZIA/RO	28.970,00	5.287,45		28.073,90	31/dez/07	31/ago/11	Adimplente
4	610683	PM SUZANO/SP	58.640,00	15.000,00		58.640,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	610697	PM SAO BENTO/TO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610696	PM TOCANTINOPOL/TO	43.805,00	9.167,83		43.500,00	27/dez/07	27/dez/11	Adimplente
4	610695	PM DE URANIA/SP	28.970,00	3.030,00		28.970,00	28/dez/07	29/jun/12	Adimplente
4	610694	PM OSVALDO CRUZ/SP	19.080,00	3.816,00		19.080,00	28/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610693	PM PEDREIRA/SP	58.640,00	11.728,00		58.640,00	19/dez/07	10/mar/12	Adimplente
4	610692	PM PENAPOLIS/SP	58.640,00	9.800,00		58.640,00	27/dez/07	20/jun/12	Adimplente
4	610691	PM S.SALETE/SP	28.970,00	3.030,00		28.970,00	28/dez/07	28/fev/12	Adimplente
4	610690	PM POCO REDONDO/SE	58.640,00	6.000,00		58.640,00	10/dez/07	30/set/11	Adimplente
4	610689	PM N S DS DORES/SE	43.805,00	1.314,00		43.805,00	20/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610688	PM STO AMARO BR/SE	24.025,00	720,75		48.050,00	07/dez/07	29/mar/12	Adimplente
4	610687	PM RIBEIROPOLIS/SE	28.970,00	869,1		28.970,00	07/dez/07	27/abr/12	Adimplente
4	610660	PM TRIUNFO/PE	28.970,00	869,1		60.837,00	20/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610684	PM DE TANABI/SP	48.750,00	9.750,00		48.750,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610843	SINFRA/MT	1.000.000,00	200.000,00	696.832,37	1.100.355,39	19/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610681	PM FERNANDOPOLI/SP	58.640,00	19.340,00		58.640,00	31/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	610680	PM DRACENA/SP	19.080,00	3.816,00		19.080,00	27/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	610679	PM CERRITO/RS	28.970,00	7.827,39		0	31/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	610676	PM ASSIS/SP	58.640,00	11.728,00		58.640,00	27/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610674	PM LUIZIANIA/SP	28.970,00	1.030,00		28.970,00	28/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610670	PM IMBAU/PR	28.970,00	4.117,37		28.970,00	28/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	610669	PM IBAITI/PR	58.640,00	11.301,68		58.640,00	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610668	PM GUAPIRAMA/PR	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610667	PM ARAUCARIA/PR	58.640,00	13.296,60		58.640,00	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	610663	PM ITAMARACA-PE/PE	28.970,00	10.130,00		28.970,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	610685	PM DIANOPOLIS/TO	28.970,00	6.215,74		0	27/dez/07	27/dez/11	Adimplente
4	614581	ESTADO MA/MA	941.622,47	62.433,71		1.416.079,91	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610841	PM BARBACENA/MG	5.270.984,62	984.587,19	791.075,77	6.322.200,47	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614593	ESTADO MA/MA	729.939,13	44.908,69	60.110,54	815.486,65	31/dez/07	31/ago/12	Adimplente
4	623910	PM BOM JESUS GA/MG	546.737,80	80.456,69	73.577,03	481.060,71	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	614591	ESTADO MA/MA	941.621,67	62.434,51		899.999,91	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614590	ESTADO MA/MA	523.985,99	35.978,98		638.648,24	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	614589	ESTADO MA/MA	941.622,47	171.188,76		446.850,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614587	ESTADO MA/MA	624.097,46	36.146,18		491.487,59	31/dez/07	31/ago/12	Adimplente
4	614586	ESTADO MA/MA	729.941,64	44.912,46	21.022,32	821.921,64	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614585	ESTADO MA/MA	729.939,13	133.520,87	228.470,68	1.077.489,13	31/dez/07	28/jun/12	Adimplente
4	614584	ESTADO MA/MA	941.622,47	83.244,94	41.622,56	1.092.936,47	31/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	614597	PM PAUDALHO/PE	702.296,28	36.962,96	272.771,88	639.862,14	31/dez/07	30/jul/12	Adimplente
4	614582	ESTADO MA/MA	941.622,47	104.056,18		1.167.029,91	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614598	PM SURUBIM/PE	740.732,71	61.099,07		909.667,93	31/dez/07	30/out/12	Adimplente
4	614579	PM BURITICUPU/MA	204.250,00	17.789,95		340.745,80	26/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	614578	PM DE JACUNDA/PA	950.040,00	97.484,50		1.079.377,39	28/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	614577	ESTADO PA/PA	949.154,38	85.691,29		1.880.102,29	31/dez/07	18/jun/12	Adimplente
4	614576	PM MARITUBA/PA	2.300.000,00	115.000,00		996.360,00	28/dez/07	30/abr/13	Adimplente
4	614575	PM RONDON PARA/PA	943.490,00	65.235,00	303.621,35	809.986,17	26/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614574	PM IBIAPINA/CE	507.921,80	26.732,73		634.313,95	14/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614573	PM CRATO/CE	1.459.739,44	89.609,15	20.976,11	259.643,51	24/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614572	PM CASCAVEL/CE	705.660,00	37.140,00		913.350,00	24/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614571	PM DE GRANJA CE/CE	704.900,09	37.100,00		704.900,09	13/dez/07	30/mai/12	Adimplente
4	614569	PM CANINDE/CE	900.000,00	156.444,08	84.242,56	361.499,68	28/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	614568	PM CACH. SUL/RS	460.497,40	82.453,00		518.264,00	07/dez/07	05/set/12	Adimplente
4	614583	PM BACABAL/MA	936.000,00	63.564,98		936.000,00	31/dez/07	31/mai/12	Adimplente
4	614612	PM CAAPIRANGA/AM	900.000,00	45.000,00		2.060.369,91	28/dez/07	31/ago/12	Adimplente
4	614628	PM NAVEGANTES/SC	801.053,02	130.722,37		1.144.440,00	18/dez/07	30/out/11	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614627	SEPLAN SE/SE	441.300,62	61.950,92		198.600,00	31/dez/07	26/dez/12	Adimplente
4	614626	SEPLAN SE/SE	496.434,08	144.651,12	129.823,40	442.291,38	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614625	SEPLAN SE/SE	449.618,46	74.427,69		277.202,91	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614624	SEPLAN SE/SE	483.328,12	144.147,90		118.680,00	31/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	614623	SEPLAN SE/SE	443.557,33	78.892,11		118.680,00	31/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	614622	SEPLAN SE/SE	450.193,30	75.289,96		225.591,86	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	614621	PM CANTA/RR	900.000,00	27.000,00		513.630,00	28/dez/07	07/ago/12	Adimplente
4	614620	PM ALTO ALEGRE/RR	900.000,00	27.000,00		555.660,00	28/dez/07	15/set/12	Adimplente
4	614619	SEPLAN SE/SE	761.609,46	125.936,74		207.690,00	31/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	614616	PM RIO CLARO/SP	1.993.753,04	290.629,56	536.319,57	1.894.348,67	14/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	614614	PM NOVA OLINDA/AM	900.000,00	45.000,00	124.110,00	966.870,00	17/dez/07	27/nov/12	Adimplente
4	614564	PENEDO/AL	800.000,00	40.000,00		1.037.360,00	20/dez/07	28/nov/11	Adimplente
4	614611	PM MAUES/AM	900.000,00	97.103,00	113.846,59	1.167.029,91	13/dez/07	06/dez/12	Adimplente
4	614610	ESTADO AM/AM	2.200.000,00	1.887.152,06		2.199.999,78	12/dez/07	08/nov/12	Adimplente
4	614609	PM CAMBORIU/SC	226.800,00	30.347,36		83.265,00	18/dez/07	30/out/11	Adimplente
4	614608	PM S.F.XINGU/PA	900.000,00	108.725,00	194.580,00	900.000,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614607	PM BELO JARDIM/PE	900.000,00	45.000,00		957.509,91	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614606	PM ESCADA/PE	700.000,00	35.021,92		147.190,46	31/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	614604	PM ITAPIPOCA/CE	1.349.402,98	74.104,46	441.048,21	918.245,69	20/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	614602	PM MONTIVIDIU/GO	350.000,00	10.500,00		418.298,00	27/dez/07	31/jan/13	Adimplente
4	614601	PM JATAI - GO/GO	1.790.000,00	89.500,00		1.952.821,87	27/dez/07	31/out/12	Adimplente
4	614600	PM SAO SIMAO/GO	300.000,00	13.151,79	88.365,14	300.000,00	27/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	614615	PM C.L.PAULISTA/SP	383.709,94	63.952,72		103.845,00	31/dez/07	25/abr/11	Adimplente
4	610967	ESTADO MT/MT	1.100.000,00	196.134,77	443.449,97	1.978.969,92	19/dez/07	30/jun/12	Adimplente
2	614521	PM ARICANDUVA/MG	243.750,00	24.366,14		243.750,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	611129	PM IRATI/PR	19.080,00	3.816,00		19.080,00	31/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	611124	PM S.J.NORTE/RS	58.640,00	1.759,20		58.640,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	611123	PM CANOAS - RS/RS	58.640,00	11.960,00		58.640,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	611122	PM IRATI/PR	58.640,00	12.000,00		58.640,00	31/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	611121	PM F.R.GRANDE/PR	58.640,00	11.728,00		58.640,00	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	611120	PM CONGONHINHAS/PR	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	611119	PM PONTA GROSSA/PR	58.145,50	11.629,00		58.145,50	28/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	611118	PM S.J.PINHAIS/PR	58.640,00	12.000,00		58.640,00	31/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	614567	PM RORAINOPOLIS/RR	900.000,00	27.000,00		708.707,00	28/dez/07	10/abr/12	Adimplente
4	610968	ESTADO MT/MT	800.000,00	110.023,30		1.276.697,92	18/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610966	ESTADO MT/MT	1.030.000,00	185.919,69	228.367,48	1.030.000,00	19/dez/07	31/ago/12	Adimplente
4	610945	PM B. DO SUL/PR	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	610944	PM A.FRIA/BA	27.486,50	1.500,00		27.486,50	14/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610942	PM MESQUITA/RJ	6.480.000,00	720.000,00		2.990.717,12	28/dez/07	31/mai/12	Adimplente
4	610850	PM I.D AJUDA/SE	58.640,00	7.360,60		57.968,00	10/dez/07	28/fev/11	Adimplente
4	610848	ESTADO PE/PE	3.524.068,96	937.037,66	1.307.220,62	2.974.012,17	28/dez/07	28/fev/12	Adimplente
4	610847	PM ITABAIANA/SE	2.000.000,00	100.000,00		2.581.999,80	31/dez/07	24/ago/12	Adimplente
4	610846	PM S.B.D'OESTE/SP	2.484.000,00	1.406.486,72	999.605,63	3.243.695,99	19/dez/07	27/jun/12	Adimplente
4	610845	ESTADO AC/AC	5.200.000,00	1.843.259,52		5.865.844,09	19/dez/07	30/out/12	Adimplente
4	610844	PM CASIMIRO ABR/RJ	644.800,00	244.857,34		793.150,00	28/dez/07	30/mai/12	Adimplente
2	611084	PM GUAIRA/PR	195.000,00	115.259,02	33.052,50	195.000,00	31/dez/07	31/mar/13	Adimplente
2	614544	PM A. DOURADOS/MG	270.000,00	75.233,85	113.373,00	270.000,00	27/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610842	SINFRA/MT	970.000,00	97.000,00		1.314.381,07	19/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614563	PM ITAREMA/CE	514.952,33	30.200,49		777.030,33	14/dez/07	30/ago/12	Adimplente
4	614562	ESTADO DA BAHIA/BA	450.000,00	1.158.534,78	405.045,00	450.000,00	26/dez/07	12/ago/12	Adimplente
4	614558	PM A GOIANIA-GO/GO	2.110.000,00	1.655.800,00		1.054.538,00	21/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	614557	PM CALDAS NOVAS/GO	909.957,50	47.892,50		1.099.345,49	27/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	614556	PM BURITI ALEGR/GO	280.000,00	11.384,15	18.452,00	337.624,00	27/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	614555	PM UBAJARA/CE	505.435,66	26.601,88	1.572,54	505.438,66	13/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614554	ESTADO CE/CE	728.000,00	63.478,82	178.439,80	251.239,80	24/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	614553	PM SAO BENEDITO/CE	518.153,63	27.271,24		248.250,00	14/dez/07	30/set/11	Adimplente
4	614552	PM MATA S JOAO/BA	780.000,00	616.459,19		108.945,11	21/dez/07	20/dez/12	Adimplente
4	614548	PM QUIXERAMOBIM/CE	705.223,73	37.117,04	197.596,11	849.468,25	24/dez/07	28/fev/12	Adimplente
2	614522	PM ITUMBIARA/GO	975.000,00	398.448,00	396.000,00	975.000,00	21/dez/07	31/jan/13	Adimplente
2	614545	PM RIO PARANAIB/MG	487.500,00	115.302,10	104.178,75	487.500,00	10/dez/07	31/jul/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	614523	PM B.PINHAL/RS	97.500,00	30.705,36	69.644,25	97.500,00	28/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614543	PM NOVO ORIENTE/CE	3.000.000,00	154.000,00		1.687.300,00	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	614539	PM CASTRO - PR/PR	1.218.066,39	207.099,58	404.763,46	1.237.314,03	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614537	PM MOGI GUACU/SP	850.000,00	477.607,32		850.000,00	31/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	614534	ESTADO CE/CE	728.000,00	61.907,64	591.271,28	688.635,72	24/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	614533	PM BOA VIAGEM/CE	829.256,89	227.591,68		207.690,00	24/dez/07	28/jun/11	Adimplente
4	614532	PM SAPE/PB	700.000,00	150.106,87	35.000,00	165.690,00	31/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	614531	ATALAIA/AL	500.000,00	27.884,65		149.900,00	28/dez/07	26/fev/12	Adimplente
4	614530	CORURIBE/AL	700.000,00	97.633,50		700.000,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
2	614526	PM CRUZ ESPIRIT/PB	292.500,00	16.306,87	95.940,00	292.500,00	31/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	614565	PM ALEGRETE/RS	1.087.000,00	489.438,15	56.524,00	1.394.844,36	07/dez/07	30/jun/12	Adimplente
2	614547	PAULO JACINTO/AL	195.000,00	15.539,32	66.904,50	195.000,00	20/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610429	PM ASSIS/SP	342.771,25	104.473,42		111.020,00	27/dez/07	20/jun/12	Adimplente
4	610490	PM ABREU E LIMA/PE	2.625.892,11	266.656,31	198.780,03	3.367.642,11	28/dez/07	20/jun/12	Adimplente
4	610450	PM JACAREZINHO/PR	592.325,28	243.439,80	41.995,86	648.692,28	31/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610448	PM ITABERABA/BA	1.016.112,38	174.168,58		449.639,00	20/dez/07	05/set/13	Adimplente
4	610444	PM JOAO MONLEVA/MG	1.349.915,63	224.873,45		1.199.999,37	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610443	PM LEOPOLDINA/MG	1.069.586,72	304.573,51		1.300.149,62	26/dez/07	31/jul/12	Adimplente
4	610441	PM PALHOCA-SC/SC	1.188.000,00	258.941,91	69.720,62	1.148.596,94	28/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610440	PM ESTANCIA/SE	713.322,10	144.853,72		479.951,46	31/dez/07	26/jan/12	Adimplente
4	610435	ESTADO TO/TO	800.000,00	94.400,00		799.931,67	12/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	610434	ESTADO TO/TO	1.800.000,00	220.000,00		1.799.999,43	12/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	610433	PM VOTORANTIM/SP	1.620.000,00	345.090,92		2.013.529,00	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610452	ESTADO RJ/RJ	696.931,16	457.314,80	29.446,34	1.240.709,47	26/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	610430	PM S.DIAS/SE	570.160,25	80.641,01		273.075,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610453	ESTADO RJ/RJ	1.892.855,77	439.283,66	292.855,93	4.210.378,56	26/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610428	PM TOUROS/RN	500.000,00	30.650,00		313.100,00	28/dez/07	20/jun/12	Adimplente
4	610427	PM CACOAL/RO	711.379,37	68.645,68		711.379,37	19/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	610426	PM JOSE MIPIBU/RN	500.000,00	26.500,00		502.475,52	28/dez/07	28/fev/12	Adimplente
4	610424	PM GONC AMARAN/RN	1.000.000,00	54.000,00		999.999,90	20/dez/07	30/ago/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	610423	PM ROLIM MOURA/RO	800.000,00	38.862,50		800.000,00	19/dez/07	28/fev/12	Adimplente
4	610421	PM C. NOVOS /RN/RN	700.000,00	35.000,00	256.060,00	453.880,00	28/dez/07	20/jun/12	Adimplente
4	610420	PM PEDRO VELHO/RN	300.000,00	9.000,00		567.029,97	28/dez/07	20/fev/12	Adimplente
4	610419	ESTADO RN/RN	167.111,11	10.666,67	17.368,66	175.967,99	28/dez/07	10/jun/12	Adimplente
4	610417	PM MOSSORO - RN/RN	1.555.992,00	120.518,00		1.602.236,49	28/dez/07	20/mai/11	Adimplente
4	610416	PM MACAIBA - RN/RN	700.000,00	37.000,00		881.441,93	28/dez/07	20/jul/12	Adimplente
4	610431	PM BARRETOS/SP	1.500.000,00	292.430,36		1.741.149,37	28/dez/07	29/mar/12	Adimplente
2	610471	MACEIO/AL	3.900.000,00	925.250,38		3.900.000,00	27/dez/07	27/jul/12	Adimplente
4	610487	PM AMERICANA/SP	1.814.400,00	898.610,26		342.384,00	19/dez/07	21/mar/12	Adimplente
4	610486	PM CHAPECO/SC	1.700.000,00	464.628,46		1.699.999,94	07/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610484	PM SAO CARLOS/SP	457.600,00	70.400,00		364.672,97	24/dez/07	16/jun/12	Adimplente
4	610482	PM NOVA LIMA-MG/MG	10.800.000,00	1.200.000,00		1.284.464,30	31/dez/07	29/dez/12	Adimplente
4	610481	PM JUIZ DE FORA/MG	2.440.800,00	271.200,00	560.242,87	1.414.522,87	28/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610480	PM OURO PRETO/MG	8.748.000,00	972.000,00	773.596,71	2.157.453,78	27/dez/07	30/ago/12	Adimplente
4	610479	PM QUEIMADOS/RJ	10.843.200,00	1.204.800,00		14.313.023,99	28/dez/07	30/mai/12	Adimplente
4	610478	ESTADO RJ/RJ	6.026.915,75	670.373,62		4.190.853,25	26/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610475	PM NATAL/RN	9.756.997,51	673.800,25	150.879,00	9.693.227,12	28/dez/07	20/mar/12	Adimplente
4	610474	PM CANGUARETAMA/RN	1.100.000,00	102.766,83		326.370,00	28/dez/07	20/jun/11	Adimplente
4	610451	PM PETROPOLIS/RJ	2.306.033,98	1.690.187,72	115.301,70	1.221.823,87	10/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610472	PM VALPARAISO/GO	7.191.500,00	483.500,00		7.306.543,42	31/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610413	PM ACU - RN/RN	700.000,00	62.688,74		1.113.739,93	28/dez/07	20/fev/11	Adimplente
4	610470	PM DE TANABI/SP	3.500.000,00	207.667,42	1.006.959,70	4.731.820,12	28/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610469	PM DE PALMAS/TO	9.930.000,00	4.634.606,89		4.401.218,00	12/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	610468	PM SUMARE/SP	1.944.000,00	628.413,13	1.216.204,86	2.893.307,53	19/dez/07	19/set/12	Adimplente
4	610467	PM UBATUBA/SP	211.033,01	57.349,51	102.707,61	212.695,24	31/dez/07	29/abr/12	Adimplente
4	610466	PM TIMOTEO/MG	1.511.245,23	466.867,84	361.501,21	1.317.068,36	17/dez/07	30/mai/12	Adimplente
4	610464	PM PIRAPORA -MG/MG	933.739,58	64.146,86		920.646,11	27/dez/07	26/jan/11	Adimplente
4	610462	ESTADO RJ/RJ	1.738.831,80	535.740,83	70.298,64	1.765.133,77	26/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	610461	ESTADO RJ/RJ	2.178.297,14	879.292,46	584.732,02	2.439.212,27	26/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610460	ESTADO PR/PR	760.369,74	240.554,61	280.150,62	868.688,07	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	610457	PM CICERO DANTA/BA	527.965,20	41.947,80	105.645,84	400.148,05	18/dez/07	05/set/12	Adimplente
4	610456	PM EUCLIDE CUNH/BA	977.962,22	204.191,50		546.120,00	28/dez/07	05/mar/12	Adimplente
4	610473	PM N.GAMA/GO	4.782.456,54	813.759,31	201.097,74	4.845.669,91	27/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610356	PM P NACIONAL/TO	799.999,92	208.945,53		849.060,06	27/dez/07	27/dez/11	Adimplente
4	610378	ESTADO RJ/RJ	1.138.328,36	445.437,37	67.066,95	1.138.328,36	26/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	610377	ESTADO RJ/RJ	526.548,45	399.849,44		832.757,94	26/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610376	ESTADO RJ/RJ	1.253.699,36	1.285.176,01		325.861,41	26/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	610375	ESTADO RJ/RJ	1.422.632,22	582.098,43		1.685.709,87	26/dez/07	30/out/12	Adimplente
2	610374	PM S.DOMINGOS/BA	145.518,75	36.396,05	3.798,04	145.518,75	28/dez/07	05/mar/12	Adimplente
2	610371	MACEIO/AL	9.750.000,00	1.348.632,13		9.750.000,00	26/dez/07	26/mai/12	Adimplente
4	610367	PM PONTE NOVA/MG	5.499.098,29	748.647,43		9.208.952,56	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
2	610365	PM N S DS DORES/SE	195.000,00	8.901,36	35.997,00	195.000,00	07/dez/07	28/fev/12	Adimplente
2	610364	PM SERRINHA/RN	136.500,00	5.190,00	27.955,20	136.500,00	21/dez/07	10/mai/12	Adimplente
2	610363	PM MIRA ESTRELA/SP	97.500,00	11.432,19		97.500,00	23/nov/07	29/jul/11	Adimplente
4	610362	ESTADO PR/PR	1.539.210,44	367.707,76		158.498,10	28/dez/07	28/dez/12	Adimplente
4	610415	PM S.J.BOA VIST/SP	1.000.000,00	257.763,40		1.648.675,00	29/nov/07	30/abr/12	Adimplente
4	610360	PM A. TAMANDARE/PR	2.056.948,93	1.027.784,60	264.384,00	928.249,95	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610382	PM JEREMOABO/BA	697.261,10	70.891,65		654.689,85	05/dez/07	05/set/12	Adimplente
4	610355	ESTADO AC/AC	1.872.559,48	331.367,94		3.209.064,53	19/dez/07	28/set/12	Adimplente
2	610354	PM MACEDONIA/SP	97.500,00	6.537,50		97.500,00	23/nov/07	29/jul/11	Adimplente
2	610353	PM S.J. MERITI/RJ	487.500,00	145.420,61		390.000,00	28/dez/07	25/jun/11	Adimplente
2	610352	ESTADO MT/MT	1.462.500,00	180.296,94		1.462.500,00	06/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610350	PM TEOFILO OTON/MG	1.563.783,87	95.675,81		1.665.025,10	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610349	PM TATUI - SP/SP	1.637.138,83	295.696,20		1.663.467,83	31/dez/07	20/jul/12	Adimplente
4	610348	PM ITAUNA/MG	2.034.432,46	801.648,69		417.216,25	31/dez/07	31/out/11	Adimplente
2	610346	JACARE HOMENS/AL	292.500,00	11.625,86		292.500,00	30/nov/07	30/nov/12	Adimplente
2	610345	PM CANA VERDE/MG	146.250,00	23.776,12	25.754,63	146.250,00	31/dez/07	20/set/12	Adimplente
2	610344	PM S.FCO GLORIA/MG	156.000,00	139.606,44		156.000,00	31/dez/07	30/mai/12	Adimplente
4	610361	ESTADO PR/PR	1.980.000,00	617.699,62	1.082.186,52	1.980.000,00	28/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	610398	PM SORRISO/MT	1.200.000,00	165.119,98		1.529.522,88	18/dez/07	17/mai/11	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	610491	ESTADO PE/PE	8.914.933,24	1.222.399,87	451.987,10	897.733,76	28/dez/07	02/ago/12	Adimplente
4	610412	PM CAICO/RN	700.000,00	53.137,50		621.913,31	28/dez/07	20/mai/12	Adimplente
4	610410	PM CANOINHAS/SC	1.013.249,84	169.874,76	113.249,93	1.327.652,59	31/dez/07	28/fev/13	Adimplente
4	610409	PM SIDROLANDIA/MS	700.000,00	128.032,16		907.689,93	31/dez/07	28/fev/12	Adimplente
4	610408	PM BARRA GARCAS/MT	1.100.000,00	133.188,10		1.133.932,07	17/dez/07	05/fev/11	Adimplente
4	610407	ESTADO MS/MS	900.000,00	98.490,53		899.999,91	27/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	610406	PM PARANAIBA/MS	1.000.000,00	162.696,04		1.238.224,89	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610405	PM A.FLORESTA/MT	800.000,00	115.947,30		911.745,85	18/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610404	ESTADO PE/PE	1.726.221,97	845.872,60	766.180,54	1.668.800,09	28/dez/07	28/mar/12	Adimplente
4	610403	PM BUIQUE/PE	700.000,00	31.953,57		269.220,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610402	ESTADO PE/PE	967.546,16	401.319,24	73.977,29	170.731,91	28/dez/07	27/jun/12	Adimplente
4	610380	PM ITAPEVA - SP/SP	975.289,31	112.933,97		1.286.069,39	31/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610400	ESTADO PE/PE	927.067,26	340.600,90	246.468,93	811.428,79	28/dez/07	28/jun/12	Adimplente
4	610381	PM LIMEIRA/SP	1.800.000,00	998.989,47	833.400,00	2.131.024,28	14/dez/07	14/jun/12	Adimplente
4	610397	ESTADO MS/MS	980.000,00	102.900,61		1.009.632,90	27/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	610396	ESTADO MS/MS	800.000,00	81.839,53		871.731,96	26/dez/07	28/fev/12	Adimplente
4	610395	ESTADO MS/MS	980.000,00	102.900,61		980.000,00	27/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	610392	ESTADO MS/MS	900.000,00	131.968,90		881.094,33	26/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	610391	PM B HORIZONTE/MG	6.964.660,56	2.196.990,83	609.111,92	7.595.728,71	27/dez/07	28/fev/12	Adimplente
4	610390	PM POMBAL - PB/PB	513.599,13	36.423,95	91.826,64	513.599,13	31/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	610389	PM S.ARAGUAIA/PA	938.038,24	57.909,71		1.638.164,21	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610387	ESTADO RJ/RJ	354.723,12	154.084,67	148.228,01	357.644,36	26/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	610386	ESTADO RJ/RJ	1.405.703,16	340.401,24		390.655,00	26/dez/07	30/jan/12	Adimplente
4	610385	PM CASTELO/ES	822.088,29	43.267,81	225.566,84	1.270.160,93	31/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	610383	PM P AFONSO-BA/BA	1.634.434,79	201.652,18	939.636,56	3.654.789,43	12/dez/07	05/set/12	Adimplente
4	610414	PM APODI/RN	500.000,00	51.114,41		499.999,95	28/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610401	ESTADO PE/PE	1.469.716,88	801.598,32	298.073,90	483.274,62	28/dez/07	28/abr/12	Adimplente
4	610571	PM LAPAO/BA	28.970,00	1.530,00		57.940,00	27/dez/07	05/mai/12	Adimplente
4	610489	PM ARCOVERDE/PE	3.050.806,76	148.793,86	47.117,07	2.596.578,88	31/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	610586	PM PORTO UNIAO/SC	58.640,00	12.284,62		54.077,50	31/dez/07	30/dez/11	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	610584	PM CAJAZEIRAS/PB	58.640,00	2.932,00	57.710,00	117.280,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610583	PM CACIMBA DENT/PB	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610582	PM JACARAU/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610581	PM MOGEIRO/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610580	PM PIANCO/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610579	PM TUCUMA/PA	58.640,00	3.710,00		58.640,00	26/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610578	PM JACOBINA -BA/BA	58.640,00	3.000,00		58.640,00	10/dez/07	05/set/13	Adimplente
4	610577	PM PIRITIBA/BA	27.486,50	1.500,00		27.486,50	10/dez/07	05/mar/12	Adimplente
4	610576	PM CON JACUIPE/BA	55.673,00	2.850,00		55.673,00	28/dez/07	05/nov/12	Adimplente
4	610588	PM CONGO/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610573	PM ITAETE/BA	26.992,00	900		26.992,00	26/dez/07	05/mar/12	Adimplente
4	610589	PM BUIQUE/PE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	21/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	610570	PM LAURO FREITA/BA	55.673,00	3.000,00		55.673,00	19/dez/07	19/mar/13	Adimplente
4	610569	PM BARREIRAS-BA/BA	52.706,00	7.294,00		52.706,00	21/dez/07	05/mar/12	Adimplente
4	610568	PM AMELIA RODRI/BA	28.970,00	900		28.970,00	27/dez/07	05/set/12	Adimplente
4	610567	PM N.TIMBOTEUA/PA	28.970,00	869,1		28.970,00	26/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610566	PM QUATIPURU/PA	28.970,00	869,1		28.970,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	610564	PM M.THAUMATURG/AC	28.970,00	870		28.970,00	21/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610563	PM PLACIDO CAST/AC	28.970,00	870		28.970,00	21/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610562	PM PORTO WALTER/AC	28.970,00	870		28.970,00	31/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	610561	PM M.LIMA/AC	28.970,00	870		28.970,00	24/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610560	PM FEIJO/AC	58.640,00	2.932,00		58.640,00	21/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610559	PM PORTO ACRE/AC	28.970,00	870		28.970,00	21/dez/07	30/dez/11	Adimplente
4	610575	PM IRAQUARA/BA	27.486,50	8.553,07		0	28/dez/07	05/nov/11	Adimplente
4	610602	PM CARATINGA/MG	58.640,00	11.728,00		58.640,00	21/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	614629	PM ITUIUTABA/MG	1.931.114,38	646.671,56		1.931.114,38	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610623	PM QUIPAPA/PE	58.640,00	1.637,95		117.280,00	20/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610622	PM S.CRUZ/PE	28.970,00	930		28.970,00	20/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	610621	PM MAE DO RIO/PA	28.970,00	1.448,50		28.970,00	26/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	610619	PM DE MAGALHAES/PA	28.970,00	869,1		28.970,00	26/dez/07	30/set/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	610618	PM BANANEIRAS/PB	58.640,00	1.759,20		58.640,00	31/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	610616	PM SABARA/MG	58.640,00	18.360,00		58.640,00	31/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610615	PM CASSILANDIA/MS	38.860,00	1.165,80		38.860,00	26/dez/07	29/dez/12	Adimplente
4	610612	PM MARACAJU/MS	52.706,00	2.635,30		52.706,00	26/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610608	PM DE CURUCA/PA	28.970,00	1.448,50		28.970,00	24/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610587	PM PIRATUBA/SC	28.970,00	3.000,00		28.970,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610556	PM XAPURI/AC	28.970,00	870		28.970,00	21/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610601	PM CONTAGEM/MG	58.640,00	72.968,72		58.640,00	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610600	PM URUCANIA/MG	28.970,00	3.030,00		28.970,00	28/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610599	PM VICOSA/MG	58.640,00	7.958,33		58.640,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610597	PM UBA/MG	58.640,00	9.083,33		58.640,00	31/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610596	PM UNAI/MG	48.750,00	9.750,00		48.750,00	31/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610595	PM NOVA LIMA-MG/MG	48.750,00	9.750,00		87.750,00	27/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610594	PM RIO DOCE/MG	28.970,00	3.030,00		28.970,00	26/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	610592	PM S.J.RAMOS/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	610591	PM S.J.TIGRE/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	30/set/12	Adimplente
4	610590	PM BREJO M.DEUS/PE	58.640,00	2.904,77		76.232,00	20/dez/07	17/nov/12	Adimplente
4	610605	PM FORMOSO/MG	26.003,00	780,09		52.006,00	31/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610503	PM ITU/SP	1.876.800,00	115.200,00	101.910,24	195.750,24	31/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	610525	PM CAPIXABA/AC	28.970,00	870		28.970,00	21/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610524	PM CRUZ. DO SUL/AC	58.640,00	14.981,26		58.640,00	21/dez/07	30/jul/11	Adimplente
2	610522	ESTADO MS/MS	195.000,00	19.500,00		195.000,00	27/dez/07	28/out/12	Adimplente
2	610519	PM CARIRA/SE	195.000,00	6.949,35		195.000,00	10/dez/07	30/jun/12	Adimplente
2	610518	PM MURIBECA/SE	292.500,00	10.170,37		292.500,00	24/dez/07	30/mar/12	Adimplente
2	610514	PM TAPERA - RS/RS	97.500,00	18.304,28	30.683,25	97.500,00	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente
2	610513	PM MORRINHOS DO/RS	97.500,00	35.617,25	97.500,00	97.500,00	06/dez/07	30/dez/12	Adimplente
4	610512	PM SANTANA PARA/MG	5.000.000,00	474.772,95	27.387,88	5.655.000,00	27/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610511	PM PEDRO AFONSO/TO	26.992,00	809,76		53.984,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610507	PM NITEROI/RJ	6.525.956,54	1.748.934,80		3.481.040,21	21/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610558	PM TARAUAACA/AC	58.640,00	2.932,00		58.640,00	24/dez/07	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	610504	PM MAGE - RJ/RJ	10.616.489,90	1.314.940,16		2.175.318,78	27/dez/07	28/jan/13	Adimplente
4	610528	PM EPITACIOLAND/AC	28.970,00	6.940,43		28.970,00	21/dez/07	30/jul/11	Adimplente
4	610502	PM PENAPOLIS/SP	1.944.000,00	216.000,00		2.403.289,82	27/dez/07	05/dez/12	Adimplente
4	610501	PM MAIRINQUE/SP	1.620.000,00	180.000,00		167.832,00	31/dez/07	24/dez/12	Adimplente
4	610500	ESTADO MS/MS	1.700.000,00	174.050,36		1.682.368,43	27/dez/07	30/nov/12	Adimplente
4	610499	ESTADO MS/MS	2.500.000,00	260.775,22		2.600.863,18	26/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	610498	SINFRA/MT	4.500.000,00	450.000,00		5.968.666,54	19/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610497	PM BELA VISTA/MS	1.200.000,00	36.000,00		1.341.010,10	31/dez/07	31/jan/13	Adimplente
4	610496	SINFRA/MT	4.500.000,00	450.000,00		4.960.797,26	19/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610495	PM NAVIRAI/MS	2.000.000,00	740.951,85	107.600,00	1.993.200,00	31/dez/07	31/jan/13	Adimplente
4	610494	ESTADO PE/PE	5.294.948,53	1.176.169,58	475.058,78	2.819.274,10	28/dez/07	28/abr/12	Adimplente
4	610493	ESTADO PE/PE	988.805,95	133.208,93	12.466,49	327.589,94	28/dez/07	19/fev/13	Adimplente
4	610492	ESTADO PE/PE	10.866.309,53	2.526.464,29	2.936.783,88	8.296.035,32	28/dez/07	27/dez/12	Adimplente
4	610505	PM ITABORAI/RJ	10.800.000,00	2.202.249,58	785.160,00	1.929.252,87	21/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610542	PM S A JESUS-BA/BA	55.673,00	4.327,00		55.673,00	28/dez/07	05/set/12	Adimplente
4	610627	PM ARARUNA/PB	28.970,00	869,1		57.940,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	610555	PM CRAVOLANDIA/BA	27.486,50	855		27.486,50	21/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610554	PM COR JOAO SAA/BA	58.640,00	1.759,20		117.280,00	27/dez/07	05/set/12	Adimplente
4	610553	PM TANCREDO NEV/BA	28.970,00	900		28.970,00	28/dez/07	05/set/12	Adimplente
4	610552	PM CARIACICA/ES	57.584,39	42.415,61		57.584,39	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610551	PM ALFREDO CHAV/ES	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610550	PM JATAIZINHO/PR	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610549	PM J. TAVORA/PR	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610548	PM ARINOS/MG	25.014,00	986		25.014,00	24/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610546	PM BARBACENA/MG	58.640,00	17.690,07		117.280,00	31/dez/07	30/jun/11	Adimplente
4	610545	PM BURITIS/MG	19.080,00	2.150,00		19.080,00	28/dez/07	31/mar/12	Adimplente
4	610526	PM BUJARI/AC	28.970,00	870		28.970,00	21/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	610543	PM ITAJA/GO	28.970,00	1.448,00		28.970,00	20/dez/07	31/jan/13	Adimplente
4	610527	PM ASSIS BRASIL/AC	28.970,00	870		28.970,00	26/dez/07	30/out/11	Adimplente
4	610539	PM JABOTI/PR	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	610538	PM PONTO BELO/ES	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610537	PM ICONHA/ES	18.486,60	1.413,40		18.486,60	31/dez/07	30/ago/12	Adimplente
4	610536	PM GOV LINDEMBE/ES	28.970,00	1.448,50		28.970,00	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610535	PM C DA BARRA/ES	48.750,00	17.422,47		0	31/dez/07	30/nov/11	Adimplente
4	610534	PM LINHARES/ES	58.640,00	2.932,00		58.640,00	31/dez/07	30/mar/12	Adimplente
4	610533	PM PARANAGUA-PR/PR	48.750,00	9.750,00		48.750,00	24/dez/07	29/fev/12	Adimplente
4	610532	PM A GOIANIA-GO/GO	38.860,00	8.190,00		38.860,00	20/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610531	PM V.VALERIO/ES	28.970,00	1.448,50	20.496,28	57.940,00	31/dez/07	30/ago/12	Adimplente
4	610530	PM ORTIGUEIRA/PR	58.640,00	11.728,00		58.640,00	28/dez/07	30/jun/12	Adimplente
4	610529	PM STA BARBARA/MG	873.240,80	135.076,33	3.425,68	880.487,38	31/dez/07	30/abr/12	Adimplente
4	610557	PM RIO BRANCO/AC	58.640,00	15.336,29		58.068,00	20/dez/07	31/dez/11	Adimplente
4	610544	PM BURITIZEIRO/MG	58.640,00	2.932,00	2.932,00	117.280,00	31/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	659314	PM PETROPOLIS/RJ	58.640,00	10.000,00	19.603,84	58.640,00	31/dez/09	30/mai/12	Adimplente
4	659175	PM B.BARRA SUL/SC	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	666772	PM SANTA ROSA/RS	122.225,00	24.460,00		48.050,00	14/dez/10	30/jul/12	Adimplente
4	659325	PM GUAIRA/SP	58.640,00	1.200,00	14.900,00	58.640,00	31/dez/09	28/jun/12	Adimplente
4	659322	PM S LIVRAMENTO/RS	58.640,00	4.800,00		64.504,00	16/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659321	PM PANAMBI - RS/RS	58.640,00	1.640,00		58.640,00	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	659320	PM PAL.MISSOES/RS	58.640,00	3.360,00		76.232,00	30/dez/09	31/dez/11	Adimplente
4	659319	PM J.CASTILHOS/RS	28.970,00	600	7.242,50	28.970,00	18/dez/09	08/mar/12	Adimplente
4	659318	PM ARRAIAL CABO/RJ	58.640,00	1.200,00	58.640,00	64.504,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	659317	PM ALEGRETE/RS	58.640,00	4.800,00	14.347,66	58.640,00	16/dez/09	19/ago/12	Adimplente
4	666774	PM BARRO PRETO/BA	87.419,90	1.784,08		48.750,00	31/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	659315	PM QUEIMADOS/RJ	58.640,00	4.800,00	15.620,00	58.640,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	666775	PM CAMAMU/BA	185.521,00	6.479,00		48.050,00	22/dez/10	30/nov/12	Adimplente
4	659187	PM VOTORANTIM/SP	58.640,00	4.640,00		58.640,00	23/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	659186	PM ITINGA DO MA/MA	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659185	PM DE GRAMADO/RS	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659183	PM TIJUCAS SUL/PR	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/dez/11	Adimplente
4	659181	PM C. MAGRO/PR	58.640,00	1.200,00	14.381,88	58.640,00	30/dez/09	29/fev/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	659180	PM LAPA/PR	58.640,00	1.200,00	35.704,55	58.640,00	29/dez/09	29/fev/12	Adimplente
4	659179	PM BIR. MIRIM/SP	58.640,00	1.200,00	26.295,81	29.227,81	30/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	659178	PM BEBEDOURO/SP	58.640,00	4.800,00		58.640,00	31/dez/09	14/mar/12	Adimplente
4	659177	PM JOACABA/SC	58.640,00	1.800,00	14.660,00	58.640,00	30/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	659316	PM SAQUAREMA/RJ	58.640,00	4.691,20		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	666802	ESTADO PE/PE	290.701,15	32.300,10		137.838,77	30/dez/10	29/dez/12	Adimplente
4	666801	PM GLORIA GOITA/PE	1.482.100,00	30.246,94		737.209,93	31/dez/10	16/jun/13	Adimplente
4	666800	PM GRUPIARA/MG	270.575,00	23.599,80		131.855,39	30/dez/10	30/jul/12	Adimplente
4	666799	PM B HORIZONTE/MG	320.025,00	80.006,25		154.540,58	14/set/10	30/set/12	Adimplente
4	666798	PM BACABAL/MA	369.475,00	18.473,75		181.877,03	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666797	PM XANXERE/SC	443.650,00	110.912,50	22.182,50	90.551,77	22/out/10	28/fev/12	Adimplente
4	666796	PM URUSSANGA/SC	616.725,00	154.181,25		34.745,32	04/ago/10	08/ago/12	Adimplente
4	666795	PM TAIO/SC	171.650,00	42.912,50		17.666,17	03/nov/10	30/nov/12	Adimplente
4	666794	PM SIDEROPOLIS/SC	231.015,00	57.753,75		17.343,39	29/jun/10	29/jun/12	Adimplente
4	666793	PM S M D'OESTE/SC	88.310,00	18.242,00	72.829,26	88.310,00	20/set/10	20/dez/12	Adimplente
4	666792	PM S.J.BATISTA/SC	295.300,00	73.825,00		6.993,72	10/set/10	10/jun/12	Adimplente
4	666773	PM GUARATINGA/BA	1.482.100,00	74.105,00		48.050,00	27/dez/10	30/nov/11	Adimplente
4	666789	PM BACABAL/MA	369.475,00	18.473,75		181.848,84	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666787	PM RIB.PRETO/SP	116.093,20	29.023,30		48.050,00	07/dez/10	02/dez/13	Adimplente
4	666786	PM BAURU/SP	97.211,00	24.303,00		48.750,00	16/set/10	20/nov/12	Adimplente
4	666785	PM SUZANO/SP	88.310,00	11.690,01		48.750,00	31/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666783	PM IGARATA/SP	48.750,00	4.240,00	2.437,50	48.750,00	13/jul/10	31/mar/12	Adimplente
4	666782	PM RIB.PRETO/SP	493.100,00	123.275,00		48.050,00	07/dez/10	02/dez/13	Adimplente
4	666781	PM OLIMPIA/SP	369.475,00	73.895,00		48.050,00	31/dez/10	20/jun/12	Adimplente
4	666780	PM ALCINOPOLIS/MS	369.475,00	32.128,26		48.050,00	29/dez/10	30/out/12	Adimplente
4	666779	PM ARROIO TIGRE/RS	367.497,00	30.000,00		48.050,00	29/jul/10	13/ago/12	Adimplente
4	666778	PM ARROIO TIGRE/RS	364.530,00	30.000,00		48.050,00	29/jul/10	13/ago/12	Adimplente
4	666777	PM EST. ATIBAIA/SP	310.135,00	78.750,00		48.050,00	17/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666776	PM SAG.FAMILIA/RS	196.400,00	17.100,00		48.050,00	31/dez/10	28/fev/12	Adimplente
4	666790	PM DE SOURE/PA	1.420.267,72	14.346,14		707.561,42	17/dez/10	30/abr/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	659108	PM FRANCA/SP	58.640,00	4.800,00		58.640,00	30/dez/09	28/jun/12	Adimplente
4	659176	PM CAMPO ALEGRE/SC	28.970,00	600	1.448,50	28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659123	PM TAQUARITUBA/SP	58.640,00	1.360,00		58.640,00	23/dez/09	31/ago/12	Adimplente
4	659122	PM SERRANA/SP	58.640,00	1.200,00		58.640,00	30/dez/09	30/ago/12	Adimplente
4	659120	PM S.PARNAIBA/SP	58.640,00	19.960,00		58.640,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659119	PM JAGUARIUNA/SP	58.640,00	1.200,00		58.640,00	28/dez/09	28/dez/11	Adimplente
4	659118	PM JABOTICABAL/SP	58.640,00	4.800,00		58.640,00	29/dez/09	27/fev/12	Adimplente
4	659117	PM ITATIBA/SP	58.640,00	40.000,00		58.640,00	30/dez/09	30/jul/12	Adimplente
4	659115	PM ITAPETININGA/SP	58.640,00	4.800,00		58.640,00	23/dez/09	31/jul/12	Adimplente
4	659114	PM DE ITAI/SP	58.640,00	1.200,00		58.640,00	23/dez/09	24/mai/11	Adimplente
4	659126	PM VALINHOS/SP	58.640,00	6.160,00		58.640,00	28/dez/09	28/dez/11	Adimplente
4	659111	PM GUARIBA/SP	58.623,60	1.196,40		76.210,68	23/dez/09	25/nov/11	Adimplente
4	659105	PM COTIA/SP	58.640,00	4.800,00		58.640,00	30/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	659104	PM COSMOPOLIS/SP	58.640,00	4.860,00	46.410,00	58.640,00	30/dez/09	30/dez/11	Adimplente
4	659103	PM CASA BRANCA/SP	58.640,00	1.200,00		86.804,79	18/dez/09	15/ago/11	Adimplente
4	659102	PM CARAGUATATUB/SP	58.640,00	12.200,00		58.640,00	23/dez/09	29/abr/12	Adimplente
4	659101	PM CAPIVARI/SP	58.640,00	1.200,00	58.640,00	64.504,00	28/dez/09	28/dez/11	Adimplente
4	659100	PM CAJATI/SP	58.640,00	1.200,00	58.640,00	64.498,14	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659099	PM CAJAMAR/SP	58.640,00	20.000,00		58.640,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659097	PM ARACATUBA/SP	58.640,00	11.728,00		58.640,00	18/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659096	PM ANDRADINA/SP	58.640,00	6.760,00		58.640,00	23/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	666916	PM IBIUNA - SP/SP	78.420,00	6.819,13	58.815,00	78.420,00	27/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	659160	PM ITAOBIM/MG	58.640,00	6.880,23		0	31/dez/09	30/out/11	Adimplente
4	659173	PM PUTINGA/RS	28.970,00	2.000,00	21.727,50	28.970,00	15/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	659172	PM GUAR MISSOES/RS	28.970,00	2.930,00		28.970,00	30/dez/09	28/fev/12	Adimplente
4	659170	PM MONTE ALTO/SP	58.640,00	967,76		58.640,00	31/dez/09	20/abr/12	Adimplente
4	659169	PM MONGAGUA/SP	58.640,00	12.000,00		64.504,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659168	PM ALTINHO/PE	58.640,00	2.345,60		58.640,00	31/dez/09	16/mar/12	Adimplente
4	659167	PM S SEBASTIAO/PB	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659166	PM S.J.GOIABAL/MG	28.970,00	1.030,00		57.940,00	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	659165	PM S J VARGINHA/MG	28.970,00	1.847,78		0	30/dez/09	31/dez/11	Adimplente
4	659164	PM DE RAPOSOS/MG	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659163	PM MANTENA/MG	58.640,00	12.710,00		46.280,00	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	659125	PM UBATUBA/SP	58.640,00	5.743,71		70.493,47	23/dez/09	30/jun/11	Adimplente
4	659161	PM JABOTICATUBA/MG	28.970,00	1.000,00	7.152,69	28.970,00	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	666805	PM PARANAVAI-PR/PR	1.111.225,00	2.205.612,50		550.140,08	29/dez/10	30/jun/13	Adimplente
4	659159	PM CAROEBE/RR	28.970,00	1.030,00		28.970,00	30/dez/09	10/jun/12	Adimplente
4	659158	PM SAO FIDELIS/RJ	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/set/12	Adimplente
4	659157	PM FUNILANDIA/MG	28.970,00	1.158,00		28.970,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	659155	PM BELO ORIENTE/MG	58.640,00	1.200,00	43.980,00	58.640,00	24/dez/09	28/fev/12	Adimplente
4	659154	PM S.FELIPE/BA	58.640,00	2.500,00		58.640,00	31/dez/09	05/set/12	Adimplente
4	659151	PM ITAMARATI/AM	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/jan/13	Adimplente
4	659150	PM SENA MADUREI/AC	58.640,00	3.304,49	41.048,00	58.640,00	31/dez/09	30/out/11	Adimplente
4	659147	PM PARNAMIRIM/RN	8.949.050,00	373.000,00		3.698.060,12	30/dez/09	20/dez/12	Adimplente
4	659129	PM SAO MIGUEL/TO	28.970,00	1.030,00		28.970,00	22/dez/09	22/dez/12	Adimplente
4	659162	PM JOAO MONLEVA/MG	58.640,00	4.800,00		58.640,00	31/dez/09	30/out/12	Adimplente
4	666874	PM DE QUEIMADAS/PB	76.046,40	2.351,95		76.046,40	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666803	PM IMBITUVA/PR	221.125,00	19.228,26		107.701,54	24/dez/10	31/out/13	Adimplente
4	666886	PM SERRA TALHAD/PE	78.420,00	3.500,00		78.420,00	30/dez/10	09/dez/12	Adimplente
4	666885	PM PAUDALHO/PE	78.420,00	3.267,50		78.420,00	29/dez/10	08/fev/13	Adimplente
4	666884	PM JOAQUIM NABU/PE	48.750,00	5.000,00		48.750,00	30/dez/10	17/fev/12	Adimplente
4	666883	PM IBIMIRIM/PE	78.420,00	4.000,00		78.420,00	28/dez/10	18/jul/13	Adimplente
4	666882	PM GOIANA/PE	78.420,00	3.500,00		78.420,00	28/dez/10	01/dez/12	Adimplente
4	666881	PM GLORIA GOITA/PE	70.508,00	1.438,94		70.508,00	30/dez/10	16/out/12	Adimplente
4	666880	PM ESCADA/PE	78.420,00	3.580,00		78.420,00	29/dez/10	04/jul/13	Adimplente
4	666879	PM CONDADO/PE	78.420,00	1.600,41		78.420,00	30/dez/10	03/out/12	Adimplente
4	666878	PM CARUARU/PE	78.420,00	5.580,00		78.420,00	27/dez/10	01/dez/12	Adimplente
4	666877	PM CANHOTINHO/PE	74.464,00	5.536,00		74.464,00	29/dez/10	02/dez/12	Adimplente
4	666875	PM BETANIA/PE	48.750,00	2.000,00	12.187,50	48.750,00	30/dez/10	02/dez/12	Adimplente
4	666889	PM AMARANTE/PI	48.750,00	2.031,25	2.437,50	48.750,00	29/dez/10	31/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	666873	PM ITABAIANA/PB	75.453,00	2.263,59	14.836,00	75.453,00	30/dez/10	30/dez/13	Adimplente
4	666872	PM G.BRAVO/PB	28.970,00	592		28.970,00	28/dez/10	28/dez/12	Adimplente
4	666871	PM DE AROEIRAS/PB	48.750,00	995		48.750,00	28/dez/10	28/dez/12	Adimplente
4	666870	PM S.G.Araguaia/PA	76.442,00	3.057,78		76.442,00	27/dez/10	30/abr/12	Adimplente
4	666869	PM S.F.MARANHAO/MA	48.750,00	1.507,75		48.750,00	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666868	PM PENALVA/MA	76.837,60	2.376,45		76.837,60	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666867	PM PARNARAMA/MA	78.420,00	2.425,40		78.420,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666866	PM PARAIBANO/MA	43.805,00	2.195,00		43.805,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666865	PM MONCAO/MA	78.420,00	3.200,00		78.420,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666864	PM BAYEUX/PB	78.420,00	1.960,50		78.420,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666863	PM PAULO RAMOS/MA	48.750,00	1.507,75		48.750,00	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666876	PM BEZERROS/PE	78.420,00	4.000,00		78.420,00	24/dez/10	01/dez/12	Adimplente
4	658859	PM MARACACUME/MA	28.970,00	600		28.970,00	23/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	666914	PM D. CORREGOS/SP	58.640,00	5.099,13	15.200,00	58.640,00	22/dez/10	20/jun/12	Adimplente
4	666913	PM APIAI/SP	78.420,00	6.819,13	58.815,00	78.420,00	23/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666912	PM AGUAI/SP	58.640,00	14.660,00	17.592,00	58.640,00	30/dez/10	30/jul/12	Adimplente
4	666911	PM TOBIAS BARRE/SE	78.420,00	1.680,00		78.420,00	31/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666910	PM CACAPAVA SUL/RS	78.420,00	1.580,00	19.605,00	78.420,00	23/dez/10	23/dez/12	Adimplente
4	666909	PM S.F.ITABAPOA/RJ	78.420,00	3.267,50		78.420,00	24/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666908	PM RIO FLORES/RJ	48.750,00	4.300,00		48.750,00	29/dez/10	30/mai/12	Adimplente
4	666907	PM RIO CLARO/RJ	48.750,00	4.239,13	2.437,50	48.750,00	29/dez/10	29/mai/12	Adimplente
4	666906	PM JAPERI/RJ	78.420,00	6.819,13		78.420,00	27/dez/10	24/out/12	Adimplente
4	666905	PM ITATIAIA/RJ	68.530,00	8.470,00		68.530,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666887	PM TABIRA/PE	78.420,00	1.700,00		78.420,00	28/dez/10	13/jul/13	Adimplente
4	666903	PM SANTA TER IT/PR	48.750,00	2.000,00		48.750,00	31/dez/10	31/ago/12	Adimplente
4	666859	ST LUZIA NORTE/AL	48.750,00	1.508,00		48.750,00	24/dez/10	24/set/12	Adimplente
4	666901	PM MATINHOS-PR/PR	78.420,00	6.900,00	19.605,00	78.420,00	24/dez/10	31/out/12	Adimplente
4	666900	PM FOZ JORDAO/PR	48.750,00	2.000,00	19.087,50	48.750,00	22/dez/10	30/set/12	Adimplente
4	666899	PM ESPIGAO A IG/PR	48.750,00	588,6	12.187,50	48.750,00	20/dez/10	20/dez/12	Adimplente
4	666898	PM DR. CAMARGO/PR	43.498,41	3.900,00	43.498,41	43.498,41	16/dez/10	30/jun/13	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	666896	PM CAMBE/PR	78.420,00	6.820,00		78.420,00	28/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	666895	PM Balsa Nova/PR	48.750,00	11.250,00		48.750,00	29/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666894	PM TERESINA/PI	78.420,00	6.819,13		78.420,00	29/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666893	PM S.BRAZ PIAUI/PI	48.750,00	1.507,73		48.750,00	28/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666892	PM PAULISTANA/PI	78.420,00	3.267,50		78.420,00	22/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666891	PM LAGOA ALEGRE/PI	48.750,00	1.507,73	12.187,50	48.750,00	28/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666890	PM BOM JESUS/PI	76.837,60	3.201,57	19.209,40	76.837,60	20/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666904	PM S.A.PLATINA/PR	48.750,00	5.000,00		48.750,00	29/dez/10	29/mar/12	Adimplente
4	666817	PM FAX GUEDES/SC	295.300,00	552.000,00		13.435,00	21/out/10	28/fev/12	Adimplente
4	666830	PM OLIVEIRA/MG	740.350,00	64.380,00		368.048,37	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666829	PM SANTIAGO SUL/SC	78.420,00	7.000,00		6.773,43	21/out/10	21/dez/12	Adimplente
4	666828	PM MORRO FUMACA/SC	107.390,00	26.847,50		9.119,00	23/jun/10	23/jun/12	Adimplente
4	666827	PM MIRIM DOCE/SC	245.850,00	21.378,26		13.380,00	13/set/10	30/set/12	Adimplente
4	666826	PM MELEIRO/SC	409.035,00	35.568,26		29.256,00	09/jul/10	09/jun/12	Adimplente
4	666825	PM MATOS COSTA/SC	245.850,00	22.000,00		23.075,00	23/set/10	28/fev/12	Adimplente
4	666824	PM MAFRA/SC	493.100,00	42.878,26		28.468,00	14/jun/10	30/dez/12	Adimplente
4	666823	PM MAFRA/SC	52.706,00	4.583,13	4.483,70	52.706,00	14/jun/10	30/jun/12	Adimplente
4	666822	PM JOACABA/SC	740.350,00	504.700,00		28.193,57	23/set/10	28/fev/12	Adimplente
4	666821	PM ICARA - SC/SC	690.900,00	172.725,00		18.057,59	30/jun/10	30/jun/12	Adimplente
4	666820	PM H. D OESTE/SC	740.350,00	119.657,04		71.535,00	20/set/10	28/fev/12	Adimplente
4	666818	PM GASPAR/SC	369.475,00	92.368,75		13.481,87	09/ago/10	30/out/12	Adimplente
4	666833	PM MORRO FUMACA/SC	78.420,00	19.605,00		6.265,50	23/jun/10	23/jun/12	Adimplente
4	666816	PM FAX GUEDES/SC	295.300,00	462.890,00		13.270,00	21/out/10	28/fev/12	Adimplente
4	666815	PM CALMON/SC	221.125,00	25.000,00		20.382,50	02/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	666814	PM CALMON/SC	295.300,00	816.000,00		49.242,02	02/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	666813	PM BRACO NORTE/SC	740.350,00	185.087,50		138.270,00	29/jun/10	29/jun/12	Adimplente
4	666812	PM B.BARRA SUL/SC	52.706,00	5.294,00	3.770,00	9.088,04	16/jun/10	30/mar/12	Adimplente
4	666811	PM RIO JANEIRO/RJ	3.751.855,00	937.963,75		1.874.719,54	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666810	PM PARATY/RJ	394.200,00	34.278,26		195.008,19	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666809	PM PARATY/RJ	740.350,00	84.650,00		355.993,08	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	666808	PM NITEROI/RJ	163.268,50	32.653,70		72.490,41	31/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666807	PM NITEROI/RJ	265.630,00	53.126,00		110.779,80	31/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666806	PM PARANAÍ-PR/PR	97.211,00	24.302,75		45.337,39	29/dez/10	30/jun/13	Adimplente
4	659092	PM S.R.DE LIMA/SE	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	666819	PM GASPAR/SC	245.850,00	61.462,50		9.210,90	09/ago/10	30/out/12	Adimplente
4	666845	COITE DO NOIA/AL	48.750,00	1.508,00		48.750,00	23/dez/10	23/set/12	Adimplente
4	666804	PM MEDIANEIRA/PR	443.650,00	9.000,00		219.527,03	22/jul/10	22/jul/12	Adimplente
4	666858	QUEBRANGULO/AL	34.496,04	1.302,50		34.496,04	24/dez/10	24/set/12	Adimplente
4	666857	PENEDO/AL	74.464,00	4.000,00		74.464,00	24/dez/10	24/set/12	Adimplente
4	666856	PASSO CAMARAGIB/AL	48.750,00	1.508,00		48.750,00	24/dez/10	24/set/12	Adimplente
4	666855	OLHO D GRANDE/AL	28.970,00	896		28.970,00	24/dez/10	24/set/12	Adimplente
4	666854	MARAGOGI/AL	78.420,00	2.426,00		78.420,00	24/dez/10	24/set/12	Adimplente
4	666853	LIMOEIRO ANADIA/AL	76.837,60	2.377,00		76.837,60	24/dez/10	24/set/12	Adimplente
4	666852	LAGOA DA CANOA/AL	38.860,00	1.600,00		38.860,00	23/dez/10	23/set/12	Adimplente
4	666851	JACARE HOMENS/AL	46.772,00	2.000,00		46.772,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666850	IGREJA NOVA/AL	78.420,00	2.426,00		78.420,00	23/dez/10	23/set/12	Adimplente
4	666849	IGACI/AL	78.420,00	2.426,00		78.420,00	23/dez/10	23/set/12	Adimplente
4	666848	IBATEGUARA/AL	47.266,50	1.462,00		47.266,50	23/dez/10	23/set/12	Adimplente
4	666831	PM DE ROMARIA/MG	369.475,00	32.200,22		183.681,84	30/dez/10	30/jul/12	Adimplente
4	666846	COLONIA LEOPOLD/AL	75.255,20	4.745,00		75.255,20	23/dez/10	23/set/12	Adimplente
4	666832	PM IRITUIA/PA	64.574,00	3.406,00		30.350,75	30/dez/10	30/abr/12	Adimplente
4	666844	CAMPO ALEGRE/AL	78.420,00	2.426,00		78.420,00	20/dez/10	20/set/12	Adimplente
4	666843	BELEM/AL	48.750,00	1.508,00		48.750,00	23/dez/10	23/set/12	Adimplente
4	666842	BARRA S MIGUEL/AL	48.750,00	1.507,73		48.750,00	20/dez/10	20/set/12	Adimplente
4	666841	BARRA S ANTONIO/AL	48.750,00	2.500,00		48.750,00	20/dez/10	20/set/12	Adimplente
4	666839	PM FORTIM/CE	109.862,50	4.758,00		53.940,47	20/dez/10	20/jun/12	Adimplente
4	666838	CAMPO ALEGRE/AL	88.310,00	2.500,00		42.934,68	30/jun/10	18/jun/12	Adimplente
4	666837	PM S.C.DO SUL/SC	245.850,00	21.378,26		9.262,70	16/dez/10	30/out/13	Adimplente
4	666836	PM PONTE ALTA D/SC	369.475,00	36.947,50		33.538,14	15/set/10	30/out/12	Adimplente
4	666834	PM NOVA TRENTO/SC	122.225,00	30.556,25		98.050,00	12/nov/10	12/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	666860	PM PTE ALTA TO/TO	28.970,00	2.030,00	28.970,00	28.970,00	27/dez/10	27/jun/12	Adimplente
4	666847	DOIS RIACHOS/AL	48.750,00	1.508,00		48.750,00	23/dez/10	23/set/12	Adimplente
4	658928	PM VESPASIANO/MG	58.640,00	4.800,00		58.640,00	29/dez/09	30/out/12	Adimplente
4	658915	PM PARAOPÉBA/MG	58.640,00	1.466,00	14.660,00	46.912,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	658940	PM IGARAPÉ ACU/PA	58.640,00	1.200,00		58.640,00	24/dez/09	30/set/12	Adimplente
4	658939	PM DE CONCORDIA/PA	58.640,00	1.200,00		58.640,00	24/dez/09	31/ago/12	Adimplente
4	658938	PM CAMETA/PA	58.640,00	6.360,00	14.660,00	58.640,00	29/dez/09	18/abr/12	Adimplente
4	658937	PM CACHARARI/PA	28.970,00	11.000,00		28.970,00	23/dez/09	30/set/12	Adimplente
4	658936	PM DE BONITO/PA	28.970,00	600	28.970,00	28.970,00	29/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658935	PM PRIM. LESTE/MT	58.640,00	1.200,00	58.640,00	58.640,00	31/dez/09	31/ago/12	Adimplente
4	658934	PM JUINA/MT	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	05/dez/11	Adimplente
4	658933	PM CACERES/MT	58.640,00	2.400,00	14.660,00	58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658932	PM R. VERDE MT/MS	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	30/abr/13	Adimplente
4	658931	PM R. DO R. PARDO/MS	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	30/mar/11	Adimplente
4	658944	PM S. ISABEL/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	29/dez/09	30/set/12	Adimplente
4	658929	PM ANASTACIO/MS	58.640,00	2.340,00	38.640,00	58.640,00	31/dez/09	30/abr/13	Adimplente
4	658945	PM SANTA LUZIA/PA	28.970,00	600		28.970,00	28/dez/09	30/set/12	Adimplente
4	658927	PM VARGEM ALEGRE/MG	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	658926	PM TRES CORACÓE/MG	58.640,00	6.360,93	13.390,00	58.640,00	31/dez/09	30/dez/11	Adimplente
4	658925	PM SÃO LOURENÇO/MG	58.640,00	1.200,00	29.320,00	58.640,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658924	PM S.J. DEL REI/MG	58.640,00	6.103,05	13.390,00	57.150,00	30/dez/09	30/set/11	Adimplente
4	658923	PM SÃO GOTARDO/MG	58.640,00	977,82		58.640,00	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	658922	PM S. FRANCISCO/MG	58.640,00	4.800,00		58.640,00	29/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658921	PM STO. A. MONTE/MG	58.640,00	1.200,00	14.660,00	18.987,63	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658920	PM SANTANA PARA/MG	58.640,00	1.200,00	12.360,00	70.000,00	30/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	658919	PM S.R. SAPUCAI/MG	58.640,00	1.360,00	14.660,00	58.640,00	28/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658918	PM SACRAMENTO/MG	58.640,00	1.188,00		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658917	PM PIUMHI/MG	58.640,00	1.360,00		46.912,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658959	PM S. FRANCISCO/PB	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658972	PM ITAMBE/PE	58.640,00	1.144,72	2.932,00	58.640,00	28/dez/09	01/mar/13	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	658971	PM GRAVATA/PE	58.640,00	20.400,00		58.640,00	31/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658970	PM FLORESTA -PE/PE	58.640,00	1.178,00		58.640,00	30/dez/09	09/dez/13	Adimplente
4	658969	PM BOM CONSELHO/PE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	23/dez/09	23/dez/13	Adimplente
4	658968	PM BODOCO/PE	58.640,00	1.189,40	2.932,00	5.864,00	23/dez/09	15/nov/12	Adimplente
4	658967	PM ARCOVERDE/PE	58.640,00	2.410,00	14.660,00	35.184,00	28/dez/09	30/mar/13	Adimplente
4	658966	PM ALIANCA/PE	58.640,00	5.360,00	14.660,00	58.640,00	28/dez/09	02/mar/12	Adimplente
4	658965	PM AGUA PRETA/PE	58.640,00	1.718,45		58.640,00	31/dez/09	13/dez/13	Adimplente
4	658964	PM AGRESTINA/PE	58.640,00	1.360,00	44.660,00	47.592,00	31/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658963	PM ABREU E LIMA/PE	58.640,00	2.400,00		58.640,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658962	PM UMBUZEIRO/PB	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658942	PM OURILANDIA/PA	58.640,00	2.345,60		58.640,00	22/dez/09	02/abr/12	Adimplente
4	658960	PM SAPE/PB	58.640,00	1.200,00		58.640,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658914	PM PARACATU/MG	58.640,00	4.800,00	14.660,00	58.640,00	29/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	658958	PM S.HELENA/PB	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658957	PM DONA INES/PB	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658956	PM DAMIAO/PB	28.970,00	600	13.142,50	28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658955	PM CUI TE/PB	58.640,00	1.200,00	26.260,00	58.640,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658954	PM CPO DE SANTA/PB	28.970,00	600	7.242,50	28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658953	PM BARRA S.MIGU/PB	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658952	PM BARAUNA/PB	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658950	PM TUCURUI/PA	58.640,00	5.864,00		58.640,00	30/dez/09	30/dez/11	Adimplente
4	658949	PM DE SOURE/PA	58.640,00	8.000,00		58.640,00	23/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658948	PM DE PIRABAS/PA	28.970,00	5.000,00	23.176,00	28.970,00	23/dez/09	30/nov/12	Adimplente
4	658947	PM S.D.CAPIM/PA	58.640,00	2.932,00	14.660,00	58.640,00	30/dez/09	14/abr/12	Adimplente
4	658946	PM SANTAREM NOV/PA	28.970,00	869,1		28.970,00	29/dez/09	30/set/12	Adimplente
4	658961	PM SOBRADO/PB	28.970,00	600	1.448,50	28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658872	PM CORREGO NOVO/MG	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/out/11	Adimplente
4	658916	PM PIRAPORA -MG/MG	58.640,00	6.160,00	2.932,00	58.640,00	30/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658884	PM VASSOURAS/RJ	58.640,00	5.864,00	2.932,00	58.640,00	30/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658883	PM PORTO REAL/RJ	28.970,00	600	7.120,83	28.970,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	658882	PM PIRAI/RJ	58.640,00	1.200,00	14.654,14	58.640,00	30/dez/09	01/mar/12	Adimplente
4	658881	PM ITAJUBA/MG	58.640,00	4.502,00		58.640,00	29/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658879	PM IBIA/MG	58.640,00	2.000,00	12.932,00	15.864,00	31/dez/09	31/jul/12	Adimplente
4	658878	PM IAPU/MG	28.970,00	600	7.242,50	28.970,00	30/dez/09	28/fev/12	Adimplente
4	658877	PM FORMIGA/MG	58.640,00	4.800,00		45.250,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658876	PM FLORESTAL/MG	28.970,00	6.030,00	7.242,50	28.970,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658875	PM ELOI MENDES/MG	58.640,00	1.200,00	13.390,00	58.640,00	31/dez/09	30/dez/11	Adimplente
4	658886	PM EXTREMOZ/RN	58.640,00	1.200,00		58.640,00	30/dez/09	10/mai/12	Adimplente
4	658873	PM CURVELO/MG	58.640,00	6.000,00		58.640,00	29/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658887	ESTADO RN/RN	245.850,00	354.150,00		245.850,00	30/dez/09	20/dez/12	Adimplente
4	658871	PM CORINTO - MG/MG	58.640,00	4.710,00		58.640,00	29/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658870	PM CONSELH.PENA/MG	58.640,00	1.360,00		58.640,00	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	658869	PM CAMPESTRE/MG	58.640,00	1.200,00		58.640,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658868	PM CAETE/MG	58.640,00	4.700,00	25.842,65	58.640,00	29/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	658867	PM BOCAIUVA/MG	58.640,00	1.860,00		58.640,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	658866	PM BALDIM/MG	28.970,00	1.030,00		28.970,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	658865	PM ARAXA/MG	58.640,00	4.800,00		58.640,00	31/dez/09	30/jul/12	Adimplente
4	658864	PM ARAGUARI/MG	58.640,00	4.800,00		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658863	PM ANDRADAS/MG	58.640,00	1.200,00	14.660,00	58.640,00	27/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658862	PM SANTA HELENA/MA	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	31/out/12	Adimplente
4	658861	PM PALMEIRANDIA/MA	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	623908	PM POSSE/GO	493.100,00	58.926,00		493.320,00	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	658874	PM DIVINOPOLIS/MG	58.640,00	29.568,00		58.640,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658900	PM CARAA/RS	28.970,00	580	28.970,00	30.418,50	30/dez/09	30/dez/11	Adimplente
4	658912	PM OURO BRANCO/MG	58.640,00	10.000,00		46.280,00	18/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658911	PM OLIVEIRA/MG	58.640,00	1.360,00		52.318,61	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658910	PM NOVA SERRANA/MG	58.640,00	4.800,00		58.640,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658909	PM MUTUM/MG	58.640,00	6.000,00		58.640,00	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	658908	PM MINAS NOVAS/MG	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/out/12	Adimplente
4	658907	PM LEOPOLDINA/MG	58.640,00	1.200,00		46.280,00	29/dez/09	31/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	658905	PM J. PINHEIRO/MG	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	31/jul/12	Adimplente
4	658904	PM JOANESIA/MG	28.970,00	1.030,00		28.970,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658903	PM ESPUMOSO/RS	28.970,00	1.000,00	7.242,50	17.382,00	30/dez/09	28/fev/12	Adimplente
4	658885	PM APODI/RN	58.640,00	3.360,00		58.640,00	30/dez/09	10/mai/12	Adimplente
4	658975	PM PANELAS/PE	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658899	PM CAPELA SANTA/RS	28.970,00	1.274,78		28.508,20	30/dez/09	30/dez/11	Adimplente
4	658897	PM BUTIA/RS	28.970,00	538		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658895	PM ARARICA/RS	28.970,00	2.207,51		28.508,20	30/dez/09	30/dez/11	Adimplente
4	658894	PM ALTO ALEGRE/RS	28.970,00	1.028,24	28.970,00	52.934,50	14/dez/09	30/dez/11	Adimplente
4	658893	PM S.J.BALIZA/RR	28.970,00	1.030,00		28.970,00	30/dez/09	10/jun/12	Adimplente
4	658892	PM PORTO VELHO/RO	58.640,00	61.360,00	14.660,00	58.640,00	30/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658891	PM CACAULANDIA/RO	28.970,00	1.030,00		28.970,00	30/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658890	PM ALVORADA/RO	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658889	PM ALTO PARAISO/RO	28.970,00	600	20.279,00	28.970,00	30/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	658888	PM PARELHAS/RN	28.970,00	3.000,00		28.970,00	30/dez/09	10/mar/12	Adimplente
4	658902	PM ERECHIM/RS	58.640,00	4.800,00		58.640,00	30/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	659045	PM JACUIZINHO/RS	28.970,00	1.000,00		28.970,00	30/dez/09	30/dez/11	Adimplente
4	658973	PM ITAPISSUMA/PE	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659057	PM AGUAS MORNAS/SC	28.970,00	600	1.448,50	28.970,00	28/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659056	PM AGROLANDIA/SC	28.970,00	600		28.970,00	23/dez/09	30/out/12	Adimplente
4	659053	PM TRES PASSOS/RS	58.640,00	1.360,00		58.640,00	21/dez/09	28/fev/12	Adimplente
4	659052	PM SANTA ROSA/RS	58.640,00	5.500,00		58.640,00	15/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	659051	PM SALTO JACUI/RS	28.970,00	600	7.242,50	44.903,50	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659050	PM PROGRESSO-RS/RS	28.970,00	571,4	21.040,91	28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659049	PM MORRINHOS DO/RS	28.970,00	1.830,00	21.727,50	28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659048	PM MAQUINE/RS	28.970,00	2.123,69		28.880,60	30/dez/09	30/dez/11	Adimplente
4	659059	PM APIUNA/SC	28.970,00	600		28.970,00	23/dez/09	30/out/12	Adimplente
4	659046	PM JAGUARAO/RS	58.640,00	1.360,00	14.443,03	58.640,00	30/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	659060	PM ASCURRA/SC	28.970,00	600		28.970,00	23/dez/09	30/out/12	Adimplente
4	659044	PM GUAIBA/RS	58.640,00	10.000,00	58.640,00	58.640,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	659043	PM U.VITORIA/PR	58.640,00	4.800,00	14.660,00	58.640,00	29/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659042	PM UMUARAMA/PR	58.640,00	6.000,00		58.640,00	17/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659041	PM UBIRATA/PR	58.640,00	1.360,00		58.640,00	17/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659040	PM T.PARANA/PR	28.970,00	600	25.432,78	28.970,00	29/dez/09	28/fev/12	Adimplente
4	659039	PM QUITANDINHA/PR	28.970,00	600	7.242,50	28.970,00	29/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659038	PM PRUDENTOPOLI/PR	58.640,00	1.200,00	10.418,79	58.640,00	29/dez/09	28/mar/12	Adimplente
4	659036	PM MEDIANEIRA/PR	58.640,00	2.560,00		58.640,00	16/dez/09	28/jun/12	Adimplente
4	659034	PM MANDIRITUBA/PR	58.640,00	1.200,00	14.660,00	58.640,00	30/dez/09	29/fev/12	Adimplente
4	659033	PM LONDRINA/PR	58.640,00	7.845,09		58.640,00	29/dez/09	31/dez/11	Adimplente
4	659047	PM MAMPITUBA/RS	28.970,00	600	28.970,00	28.970,00	30/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	659076	PM S.AMARO IMP./SC	28.970,00	600		28.970,00	22/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659091	PM N.S.SOCORRO/SE	58.640,00	7.586,56	43.980,00	58.640,00	31/dez/09	29/mai/12	Adimplente
4	659088	PM ESTANCIA/SE	58.640,00	6.160,00		58.640,00	31/dez/09	30/mai/12	Adimplente
4	659083	PM TIJUCAS/SC	58.640,00	1.200,00	8.796,00	58.640,00	22/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659082	PM SCHROEDER/SC	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659081	PM S.P.ALCANTAR/SC	28.970,00	600		28.970,00	22/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659080	PM SAO JOSE/SC	58.640,00	141.360,00		58.640,00	24/dez/09	24/dez/12	Adimplente
4	659079	PM SAO JOAQUIM/SC	58.640,00	1.200,00		58.640,00	29/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659058	PM ANGELINA/SC	28.970,00	600	7.242,50	28.970,00	21/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659077	PM S.J.BATISTA/SC	58.640,00	1.200,00		58.640,00	15/dez/09	15/jun/12	Adimplente
4	659030	PM IBIPORA - PR/PR	58.640,00	2.360,00	58.640,00	58.640,00	29/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	659074	PM RIO CEDROS/SC	28.970,00	600	28.970,00	28.970,00	23/dez/09	30/out/12	Adimplente
4	659073	PM RIO DO SUL/SC	58.640,00	4.800,00	5.864,00	43.980,00	23/dez/09	30/out/12	Adimplente
4	659072	PM RAN QUEIMADO/SC	28.970,00	600	7.242,50	28.970,00	18/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659070	PM NOVA TRENTO/SC	28.970,00	600		28.970,00	22/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659069	PM ITAIOPOLIS/SC	28.970,00	600	16.669,34	28.970,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659067	PM H. D OESTE/SC	28.970,00	21.030,00		28.970,00	30/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	659065	PM D.PEDRINHO/SC	28.970,00	600		31.867,00	21/dez/09	30/out/12	Adimplente
4	659064	PM CANELINHA/SC	28.970,00	600		28.970,00	24/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	659063	PM BRUSQUE/SC	58.640,00	4.800,00		58.640,00	23/dez/09	30/out/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	659062	PM BENEDITO NOV/SC	28.970,00	600	2.897,00	28.970,00	21/dez/09	30/out/12	Adimplente
4	659061	PM BARRA VELHA/SC	28.970,00	600		28.970,00	29/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659078	PM SJ ITAPERIU/SC	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658987	PM JALES/SP	58.640,00	1.200,00	39.625,00	58.640,00	31/dez/09	14/mar/12	Adimplente
4	659001	PM CAST. PIAUI/PI	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659000	PM BURITI MONTE/PI	28.970,00	600	7.108,50	28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658999	PM BETANIA PIAU/PI	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658998	PM BENEDITINOS/PI	28.970,00	600	1.448,50	28.970,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658997	PM S R VITERBO/SP	58.640,00	1.195,60		58.640,00	28/dez/09	22/fev/12	Adimplente
4	658995	PM REGISTRO -SP/SP	58.640,00	4.800,00	2.932,00	58.640,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658994	PM PIRAPOZINHO/SP	58.640,00	1.818,00	15.023,60	58.640,00	18/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658993	PM PEREIRA BARR/SP	58.640,00	1.200,00	14.900,00	58.640,00	31/dez/09	25/dez/12	Adimplente
4	658992	PM PARAGUACU PT/SP	58.640,00	4.700,00	14.660,00	58.640,00	18/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658991	PM PALMITAL/SP	58.640,00	1.200,00		58.640,00	18/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658990	PM OLIMPIA/SP	58.640,00	12.000,00	2.932,00	58.640,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659032	PM JAGUARIAIVA/PR	58.640,00	1.200,00	14.058,00	58.640,00	30/dez/09	30/dez/11	Adimplente
4	658988	PM L. PAULISTA/SP	58.640,00	1.199,20		58.640,00	23/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	659004	PM ELESBAO VELO/PI	28.970,00	600	28.970,00	28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658986	PM ANG. PIAUI/PI	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658985	PM ALTO LONGA/PI	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658984	PM AGUA BRANCA/PI	28.970,00	600		28.970,00	28/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658983	PM AGRICOLANDIA/PI	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658982	PM ACAUA/PI	28.970,00	630	1.448,50	28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658981	PM TIMBAUBA-PE/PE	58.640,00	2.450,00		58.640,00	31/dez/09	05/jun/12	Adimplente
4	658980	PM S.LOUR.MATA/PE	58.640,00	2.400,00		58.640,00	31/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658979	PM S J EGITO-PE/PE	58.640,00	2.400,00		52.776,00	31/dez/09	30/nov/12	Adimplente
4	658978	PM S.C. CAPIBAR/PE	58.640,00	2.439,22		58.640,00	23/dez/09	30/dez/13	Adimplente
4	658977	PM RECIFE - PE/PE	58.640,00	2.400,00		58.640,00	30/dez/09	29/dez/12	Adimplente
4	658976	PM PETROLANDIA/PE	58.640,00	2.000,00		58.640,00	23/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	666917	PM ILHABELA/SP	78.420,00	3.600,00	19.605,00	78.420,00	29/dez/10	31/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	658989	PM MOCOCA/SP	58.640,00	4.800,00	2.932,00	58.640,00	30/dez/09	28/jun/12	Adimplente
4	659016	PM PALMEIRAIS/PI	28.970,00	1.448,50		28.970,00	28/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658974	PM MACAPARANA/PE	58.640,00	1.180,00	14.660,00	58.640,00	23/dez/09	08/jun/12	Adimplente
4	659029	PM GOIO-ERE -PR/PR	58.640,00	4.691,20		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659028	PM CHOPINZINHO/PR	28.970,00	2.112,20		19.816,00	23/dez/09	19/fev/12	Adimplente
4	659027	PM CERRO AZUL/PR	28.970,00	600		28.970,00	29/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659026	PM CASTRO - PR/PR	58.640,00	4.800,00	27.814,47	58.640,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659025	PM BANDEIRANTES/PR	58.640,00	1.200,00		58.640,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659024	PM ARAPOTI/PR	58.640,00	1.200,00	14.660,00	58.640,00	29/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659022	PM VALENCA/PI	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659021	PM SAO GONCALO/PI	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	23/nov/11	Adimplente
4	659020	PM S FRA PIAUI/PI	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659019	PM REGENERACAO/PI	28.970,00	600		28.970,00	28/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659002	PM CONCEICAO DO/PI	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659017	PM PIO IX/PI	28.970,00	1.200,00		28.970,00	21/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659003	PM D.INOCENCIO/PI	28.970,00	900		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659015	PM PADRE MARCOS/PI	28.970,00	1.200,00		28.970,00	22/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659014	PM M.CHAPEU PIA/PI	28.970,00	900	7.242,50	28.970,00	29/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659013	PM M. HIPOLITO/PI	28.970,00	1.200,00		28.970,00	21/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659012	PM MASSAPE PIAUI/PI	28.970,00	1.200,00		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659011	PM MADEIRO/PI	28.970,00	900	12.775,23	28.970,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659010	PM LAGOA PIAUI/PI	28.970,00	900		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659009	PM JUREMA/PI	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659008	PM JOAQUIM PIRE/PI	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659007	PM JAICOS/PI	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659006	PM I.DO PIAUI/PI	28.970,00	600		28.970,00	28/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659005	PM GILBUES/PI	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	659031	PM IMBITUVA/PR	58.640,00	1.200,00	2.932,00	58.640,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	659018	PM DE PORTO/PI	28.970,00	900	7.211,40	28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
2	668340	ESTADO RJ/RJ	214.500,00	537.098,28		214.500,00	31/out/11	31/mai/13	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	668394	PM ROSARIO SUL/RS	209.040,00	0		209.040,00	24/out/11	09/out/12	Adimplente
2	671084	PM BIGUACU-SC/SC	31.200,00	73.050,37		31.200,00	30/ago/11	30/nov/12	Adimplente
2	671083	PM MAFRA/SC	70.200,00	0		70.200,00	12/ago/11	31/mar/13	Adimplente
2	671082	PM CARAZINHO-RS/RS	190.000,00	139.563,39		190.000,00	17/ago/11	30/ago/12	Adimplente
2	671081	PM TUBARAO/SC	390.000,00	0		390.000,00	13/set/11	13/fev/14	Adimplente
2	671080	PM PORTO FELIZ/SP	702.000,00	6.191,58		172.380,00	01/set/11	19/set/13	Adimplente
2	671079	PM VACARIA/RS	97.500,00	0		97.500,00	18/ago/11	28/fev/13	Adimplente
2	671061	PM S.B.CAMPO/SP	22.557.470,87	475.209,77		4.881.376,88	02/jun/11	30/dez/12	Adimplente
2	671037	PM NITEROI/RJ	375.000,00	0		37.500,00	12/ago/11	30/jul/12	Adimplente
2	670788	ESTADO PE/PE	189.935,66	0		189.935,66	21/out/11	21/mai/12	Adimplente
2	670784	PM NAVEGANTES/SC	90.090,00	0		90.090,00	31/out/11	30/out/13	Adimplente
2	671086	ESTADO PE/PE	487.380,07	0		487.380,07	30/set/11	30/mai/12	Adimplente
2	668407	PM APARECIDA/SP	57.720,00	0		57.720,00	28/out/11	31/out/13	Adimplente
2	671087	PM ITAPEMA/SC	462.000,00	0		462.000,00	30/ago/11	30/nov/13	Adimplente
2	668393	PM S.F.XINGU/PA	797.940,00	0		797.940,00	28/out/11	28/out/12	Adimplente
2	668387	ESTADO PE/PE	33.150,00	118.579,57		33.150,00	21/out/11	21/mai/12	Adimplente
2	668386	ESTADO PE/PE	160.290,00	11.686,48		160.290,00	21/out/11	21/mai/12	Adimplente
2	668349	ESTADO PE/PE	60.840,00	38.362,75		60.840,00	21/out/11	21/mai/12	Adimplente
2	668348	ESTADO PE/PE	41.340,00	53.866,12		41.340,00	21/out/11	21/mai/12	Adimplente
2	668347	ESTADO PE/PE	74.490,00	34.869,62		74.490,00	21/out/11	21/mai/12	Adimplente
2	668346	ESTADO PE/PE	26.910,00	65.882,19		26.910,00	21/out/11	21/mai/12	Adimplente
2	668345	PM ICO/CE	1.000.000,00	0		1.000.000,00	31/out/11	30/out/13	Adimplente
2	668344	PM PESQUEIRA/PE	124.800,00	0		124.800,00	31/out/11	14/dez/13	Adimplente
2	668343	PM S.FCO.DO SUL/SC	475.800,00	0		475.800,00	26/out/11	18/out/13	Adimplente
2	668342	PM VALENCA/RJ	97.500,00	28.126,64		97.500,00	31/out/11	31/jul/12	Adimplente
4	666915	PM IBITINGA/SP	78.420,00	6.819,13	17.442,00	78.420,00	17/dez/10	20/jun/12	Adimplente
2	668408	PM BODOCO/PE	124.020,00	0		124.020,00	31/out/11	15/dez/13	Adimplente
2	671100	ESTADO PE/PE	43.290,00	51.950,27		43.290,00	30/set/11	30/mai/12	Adimplente
2	671164	PM STO.A.PADUA/RJ	117.000,00	0		11.700,00	18/jul/11	31/jan/13	Adimplente
2	671151	PM COLINAS TOCA/TO	5.456.000,00	0		620.347,20	31/ago/11	31/dez/13	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	671085	PM CAMPO MOURAO/PR	159.900,00	0		159.900,00	31/ago/11	30/mar/14	Adimplente
2	671101	ESTADO PE/PE	19.500,00	68.459,85		19.500,00	30/set/11	30/mar/12	Adimplente
2	671099	PM PARACATU/MG	87.750,00	11.927,08		87.750,00	17/out/11	30/jun/13	Adimplente
2	671098	PM LAGUNA/SC	464.490,00	0		464.490,00	22/ago/11	04/jan/13	Adimplente
2	671097	ESTADO PE/PE	173.324,71	0		173.324,71	30/set/11	30/mar/12	Adimplente
2	671096	PM ITUPEVA/SP	39.780,00	0		1.989,00	19/ago/11	19/ago/14	Adimplente
2	671095	PM GARÇA/SP	250.000,00	0		250.000,00	31/ago/11	20/set/12	Adimplente
2	671094	PM OLÍMPIA/SP	234.000,00	0		234.000,00	19/ago/11	20/fev/14	Adimplente
2	671093	PM S.F.ITABAPOA/RJ	800.000,00	0		80.000,00	29/jun/11	20/dez/12	Adimplente
2	671092	ESTADO PE/PE	614.180,50	0		614.180,50	30/set/11	30/mar/12	Adimplente
2	671091	PM CACH. SUL/RS	42.900,00	3.432,00		42.900,00	06/out/11	09/out/13	Adimplente
2	671090	ESTADO PE/PE	117.780,00	256.172,40		117.780,00	30/set/11	30/mar/12	Adimplente
2	671089	PM CARAGUATATUB/SP	313.950,00	0		313.950,00	29/set/11	31/out/13	Adimplente
2	671088	PM DE JACUNDA/PA	290.850,00	0		290.850,00	31/ago/11	31/ago/12	Adimplente
2	671147	PM CORONEL VIVI/PR	812.002,62	155.617,05		81.200,26	30/ago/11	30/ago/15	Adimplente
2	668339	PM MEDIANEIRA/PR	78.000,00	0		78.000,00	21/out/11	21/out/13	Adimplente
4	666986	PM TRINDADE DO/RS	48.750,00	1.250,00	48.750,00	48.750,00	23/dez/10	31/jul/12	Adimplente
4	666973	PM GURUPA/PA	48.750,00	1.950,00		48.750,00	27/dez/10	30/abr/12	Adimplente
4	666998	PM MAJ. GERCINO/SC	48.750,00	4.239,13		48.750,00	29/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666995	PM IPUMIRIM/SC	48.750,00	4.250,00	12.187,50	48.750,00	29/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	666992	PM CAPAO ALTO/SC	48.750,00	4.240,00	12.187,50	48.750,00	21/dez/10	13/fev/13	Adimplente
4	666991	PM CAMPO BELO/SC	48.750,00	2.032,00		48.750,00	16/dez/10	15/fev/13	Adimplente
4	666990	PM BOM RETIRO/SC	48.750,00	4.240,00	35.616,75	48.750,00	17/dez/10	19/ago/12	Adimplente
4	666989	PM ANITAPOLIS/SC	26.992,00	2.347,13		26.992,00	28/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666987	PM V.ALEGRE/RS	48.750,00	1.250,00		48.750,00	23/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667001	PM PONTE ALTA/SC	48.750,00	4.240,00		48.750,00	22/dez/10	30/nov/12	Adimplente
4	666985	PM SERAF.CORREA/RS	48.750,00	994,9	12.187,50	48.750,00	20/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666984	PM SANTA MARIA/RS	78.420,00	10.000,00		78.420,00	24/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666983	PM NOVA PRATA/RS	73.475,00	1.500,00		73.475,00	20/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666982	PM N.ALVARADA/RS	24.025,00	2.500,00		24.025,00	30/dez/10	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	666980	PM IJUI - RS/RS	78.420,00	10.000,00		78.420,00	22/dez/10	30/jul/12	Adimplente
4	666979	PM C. BARBOSA/RS	68.530,00	1.398,57	17.132,50	68.530,00	20/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666978	PM CAPAO DO LEA/RS	78.420,00	6.819,13	3.921,00	78.420,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666977	PM CAPAO CANOA/RS	58.640,00	14.660,00	2.932,00	58.640,00	30/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666976	PM PRAINHA/PA	78.420,00	3.136,80		78.420,00	27/dez/10	30/abr/12	Adimplente
4	666975	PM MARABA/PA	78.420,00	6.273,60		78.420,00	30/dez/10	31/dez/12	Adimplente
2	668341	PM JANAUBA/MG	879.450,00	0		879.450,00	28/out/11	28/fev/13	Adimplente
4	666988	PM ANITA GARIBA/SC	48.750,00	4.240,00		48.750,00	16/dez/10	30/nov/12	Adimplente
4	667014	PM QUIXADA/CE	78.420,00	3.268,00		78.420,00	24/dez/10	24/jun/12	Adimplente
4	667027	PM BELA V.MINAS/MG	48.750,00	4.239,13		48.750,00	27/dez/10	30/jan/13	Adimplente
4	667026	PM ACUCENA/MG	48.750,00	2.050,00		48.750,00	31/dez/10	30/jan/13	Adimplente
4	667025	PM VARGEM GRAND/MA	78.420,00	2.425,40		78.420,00	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667024	PM SAO LUIS/MA	78.420,00	71.580,00		78.420,00	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667023	PM S DOMINGOS/MA	78.420,00	3.200,00		78.420,00	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667022	PM SANTA RITA/MA	78.420,00	2.425,40		78.420,00	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667021	PM STA LUZIA/MA	78.420,00	2.425,40		78.420,00	30/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667018	PM ECOPORANGA/ES	78.420,00	3.580,00		78.420,00	29/dez/10	30/ago/12	Adimplente
4	667017	PM C.ITAPEMIRIM/ES	58.640,00	11.360,00		58.640,00	30/dez/10	30/ago/12	Adimplente
4	667015	PM S.CARIRI/CE	48.750,00	2.031,25		48.750,00	30/dez/10	06/dez/12	Adimplente
4	666972	PM DE ALMEIRIM/PA	58.640,00	6.360,00		58.640,00	27/dez/10	30/abr/12	Adimplente
4	667013	PM PALMACIA/CE	48.750,00	2.031,25	9.800,00	48.750,00	23/dez/10	23/jun/12	Adimplente
4	667012	PM PACOTI/CE	48.750,00	2.031,25	24.900,00	48.750,00	27/dez/10	27/dez/12	Adimplente
4	667010	PM MUCAMBO/CE	48.750,00	2.031,25	12.187,50	48.750,00	23/dez/10	23/dez/12	Adimplente
4	667009	PM MARTINOPOLE/CE	48.750,00	1.950,00	12.187,50	48.750,00	27/dez/10	27/jun/12	Adimplente
4	667007	PM POCO VERDE/SE	78.420,00	1.680,00		78.420,00	31/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	667004	PM ITABAIANA/SE	78.420,00	3.200,00		78.420,00	23/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	667003	PM S.J.CERRITO/SC	48.750,00	4.240,00	33.187,50	48.750,00	17/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667002	PM S.FCO.DO SUL/SC	78.420,00	15.684,00		78.420,00	27/dez/10	30/mar/12	Adimplente
4	667016	PM URUBURETAMA/CE	78.420,00	3.267,50		78.420,00	24/dez/10	24/jun/12	Adimplente
4	666930	PM RIB. GRANDE/SP	47.761,00	2.800,00	47.761,00	47.761,00	23/dez/10	30/abr/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	666974	PM DE IPIXUNA/PA	78.420,00	3.136,80		78.420,00	30/dez/10	30/abr/12	Adimplente
4	666942	PM ARAGUACEMA/TO	48.750,00	2.032,00	47.940,75	48.750,00	28/dez/10	28/fev/12	Adimplente
4	666941	PM ANANAS/TO	48.750,00	2.032,00	12.036,38	48.750,00	30/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666940	PM TIETE/SP	58.640,00	14.660,00	25.238,66	58.640,00	23/dez/10	28/jun/12	Adimplente
4	666939	PM TAQUARIVAI/SP	48.750,00	4.239,14	2.437,50	48.750,00	23/dez/10	28/jun/12	Adimplente
4	666938	PM SETE BARRAS/SP	48.750,00	1.021,00	47.000,00	48.750,00	30/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666937	PM SAO ROQUE/SP	78.420,00	19.580,00	78.420,00	78.420,00	23/dez/10	30/mar/12	Adimplente
4	666936	PM S.J.BOA VIST/SP	58.640,00	14.660,00		58.640,00	30/dez/10	30/jun/13	Adimplente
4	666935	PM SANTO ANDRE/SP	78.420,00	19.605,00		78.420,00	29/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666934	PM S.C.R. PARDO/SP	58.640,00	21.360,00	15.864,00	58.640,00	20/dez/10	20/jun/12	Adimplente
4	666933	PM S PIRAPORA/SP	69.766,25	6.066,64	52.324,69	69.766,25	23/dez/10	29/fev/12	Adimplente
4	666944	PM ARAPOEMA/TO	47.513,75	1.980,00	37.459,84	47.513,75	30/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666931	PM RIB PIRES/SP	78.420,00	19.605,00		78.420,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666945	PM JAGUARE/ES	73.475,00	3.061,46		73.475,00	29/dez/10	30/ago/12	Adimplente
4	666929	PM POTIM/SP	75.453,00	3.520,00	3.772,65	75.453,00	29/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666928	PM POA/SP	78.420,00	20.000,00		78.420,00	29/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666926	PM PIRAJUI/SP	48.750,00	4.239,13	2.437,50	48.750,00	22/dez/10	20/jun/12	Adimplente
4	666925	PM PEDERNEIRAS/SP	78.420,00	6.819,13	35.289,00	78.420,00	22/dez/10	20/jun/12	Adimplente
4	666924	PM MOGI GUACU/SP	78.420,00	19.605,00		78.420,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666923	PM MIRASSOL/SP	48.750,00	15.000,00		48.750,00	31/dez/10	20/jun/12	Adimplente
4	666921	PM MAIRINQUE/SP	77.431,00	19.357,75	69.687,90	77.431,00	23/dez/10	28/jun/12	Adimplente
4	666920	PM JARDINOPOLIS/SP	40.000,00	10.000,00	12.000,00	78.420,00	28/dez/10	30/mar/12	Adimplente
4	666919	PM ITARARE/SP	78.420,00	7.580,00	19.605,00	78.420,00	23/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666918	PM IPERO/SP	78.420,00	6.819,13	19.605,00	78.420,00	27/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666932	PM ROSEIRA/SP	48.750,00	4.200,00	12.937,50	48.750,00	22/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666958	PM ESPERANTINOP/MA	48.750,00	1.508,00	12.187,50	48.750,00	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666971	PM VARZEA GRAND/MT	56.662,00	4.927,13		56.662,00	24/dez/10	18/dez/12	Adimplente
4	666970	PM SAO FELIX/MT	48.750,00	4.239,13	48.750,00	48.750,00	24/dez/10	14/dez/12	Adimplente
4	666969	PM POCONE/MT	78.420,00	3.267,50	3.921,00	78.420,00	30/dez/10	17/dez/12	Adimplente
4	666968	PM PEIXOTO DE A/MT	58.640,00	5.099,13	14.660,00	58.640,00	15/dez/10	16/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	666967	PM CANABRAVA NO/MT	48.750,00	2.031,25		48.750,00	22/dez/10	14/dez/12	Adimplente
4	666966	PM CAMPO VERDE/MT	58.640,00	5.100,00	14.660,00	58.640,00	13/dez/10	16/dez/12	Adimplente
4	666965	PM CAMPO N.PARE/MT	78.420,00	19.605,00	19.605,00	78.420,00	14/dez/10	13/dez/12	Adimplente
4	666964	PM A.FLORESTA/MT	78.420,00	6.819,13	19.605,00	78.420,00	13/dez/10	18/dez/12	Adimplente
4	666963	PM MATINHA/MA	76.837,60	3.201,60	19.209,40	76.837,60	30/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	666962	PM ITAP. MIRIM/MA	78.420,00	3.267,50		78.420,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666961	PM ICATU/MA	76.837,60	2.377,00		76.837,60	31/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666943	PM ARAGUAINA/TO	75.255,20	9.744,80		75.255,20	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	666959	PM GOV N FREIRE/MA	75.947,50	2.500,00	18.986,88	75.947,50	30/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	667030	PM DIAMANTINA/MG	78.420,00	800		78.420,00	29/dez/10	30/dez/13	Adimplente
4	666957	PM CODO/MA	78.420,00	2.425,36		78.420,00	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666956	PM CIDELANDIA/MA	48.750,00	2.031,25		48.750,00	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666955	PM CARATUPERA/MA	48.750,00	1.508,00	12.187,50	48.750,00	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666954	PM BOM JARDIM/MA	76.837,60	2.376,45	19.209,40	76.837,60	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666953	PM ARARI/MA	76.837,60	3.201,60	19.209,40	76.837,60	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	666952	PM LUZIANIA/GO	78.420,00	22.600,00		78.420,00	30/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	666951	PM IPAMERI - GO/GO	78.420,00	3.500,00		78.420,00	31/dez/10	30/mar/12	Adimplente
4	666950	PM VILA VELHA/ES	78.420,00	20.000,00		78.420,00	30/dez/10	30/ago/12	Adimplente
4	666949	PM VIANA/ES	78.420,00	6.819,13		78.420,00	30/dez/10	30/ago/12	Adimplente
4	666948	PM SAO MATEUS/ES	78.420,00	6.819,13		78.420,00	29/dez/10	30/ago/12	Adimplente
4	666946	PM NOVA VENECIA/ES	78.420,00	6.819,13		78.420,00	29/dez/10	30/ago/12	Adimplente
4	666960	PM GRACA ARANHA/MA	48.750,00	1.507,75		48.750,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	667099	PM RIACHAO NEVE/BA	48.750,00	1.462,50		48.750,00	30/dez/10	05/jul/12	Adimplente
4	667028	PM BETIM/MG	78.420,00	21.000,00		78.420,00	30/dez/10	30/dez/13	Adimplente
4	667111	PM BATURITE/CE	78.420,00	3.268,00		78.420,00	23/dez/10	23/dez/12	Adimplente
4	667110	PM ARATUBA/CE	48.750,00	2.032,00	12.187,50	48.750,00	23/dez/10	23/jun/12	Adimplente
4	667109	PM ALTO SANTO/CE	78.420,00	3.334,00	3.921,00	78.420,00	22/dez/10	13/jun/12	Adimplente
4	667108	PM WENCESLAU GU/BA	78.420,00	8.000,00		78.420,00	16/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667107	PM VALENTE/BA	78.420,00	3.136,80		78.420,00	22/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667106	PM VALENCA - BA/BA	78.420,00	10.000,00		78.420,00	28/dez/10	30/mar/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	667105	PM UNA/BA	78.420,00	2.400,00		78.420,00	14/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667104	PM TEOFILANDIA/BA	78.420,00	3.136,80		78.420,00	21/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667103	PM S.FCO.CONDE/BA	68.530,00	10.000,00		68.530,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	667102	PM S.DOMINGOS/BA	48.750,00	1.950,00		48.750,00	22/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667113	PM J.JERICOACOA/CE	48.750,00	2.031,25		48.750,00	24/dez/10	24/jun/12	Adimplente
4	667100	PM RUY BARBOSA/BA	74.464,00	2.978,56		74.464,00	30/dez/10	05/jul/12	Adimplente
4	667114	PM PINDARE MIRI/MA	78.420,00	4.000,00	19.605,00	78.420,00	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667098	PM PRADO/BA	76.442,00	2.000,00		76.442,00	28/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667097	PM PLANALTO/BA	78.420,00	5.000,00	58.815,00	78.420,00	16/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667096	PM NOVA VICOSA/BA	78.420,00	2.000,00		78.420,00	27/dez/10	30/mar/12	Adimplente
4	667095	PM NAZARE/BA	78.420,00	3.267,50		78.420,00	29/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	667094	PM MUNDO NOVO/BA	48.750,00	1.950,00		48.750,00	30/dez/10	05/jul/12	Adimplente
4	667093	PM MIGUEL CALMO/BA	55.771,90	2.230,88		55.771,90	30/dez/10	05/jul/12	Adimplente
4	667092	PM LENCOIS/BA	46.772,00	1.870,88		46.772,00	22/dez/10	05/mar/12	Adimplente
4	667091	PM ITORORO/BA	48.750,00	2.000,00	12.187,50	48.750,00	16/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667090	PM ITAPICURU/BA	78.420,00	2.352,60		78.420,00	30/dez/10	05/jul/12	Adimplente
4	667089	PM ITANHEM/BA	73.475,00	3.750,00	11.021,25	73.475,00	27/dez/10	30/nov/12	Adimplente
4	667088	PM ITAMBE/BA	68.530,00	2.800,00		68.530,00	20/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667087	PM ITAGIMIRIM/BA	43.805,00	5.000,00		43.805,00	15/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667101	PM SANTO AMARO/BA	78.420,00	3.136,80		78.420,00	30/dez/10	05/set/12	Adimplente
4	667132	PM CAST. BRANCO/SC	295.300,00	190.000,00		76.523,72	30/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667907	MIRASSOL DOESTE/MT	78.420,00	6.819,13	36.057,52	78.420,00	20/dez/10	07/dez/12	Adimplente
2	667725	PM PETROPOLIS/RJ	805.000,00	0		80.500,00	25/jul/11	31/out/12	Adimplente
4	667142	PM FUNDAO/ES	47.167,60	4.101,53		47.167,60	29/dez/10	30/ago/12	Adimplente
4	667141	TANQUE D'ARCA/AL	48.750,00	1.508,00		48.750,00	28/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667140	PM APAR.TABOADO/MS	70.508,00	6.132,00		70.508,00	24/dez/10	30/out/12	Adimplente
4	667139	PM PINGO D'AGUA/MG	27.981,00	1.165,88		27.981,00	30/dez/10	30/jan/13	Adimplente
4	667137	PM PASSO DE TOR/SC	28.376,60	2.468,00	13.252,15	28.376,60	23/dez/10	16/jun/12	Adimplente
4	667136	PM FLORES CUNHA/RS	78.420,00	2.000,00	11.919,84	78.420,00	28/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667135	PM BABACULANDIA/TO	38.860,00	2.340,00		38.860,00	29/dez/10	29/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	667112	PM COREAU/CE	78.420,00	2.426,00	15.900,00	78.420,00	22/dez/10	22/dez/12	Adimplente
4	667133	PM ITAMBE/PR	48.750,00	4.240,00	12.602,50	48.750,00	23/dez/10	30/jun/13	Adimplente
4	667084	PM GUARATINGA/BA	78.420,00	4.000,00		78.420,00	27/dez/10	30/mar/12	Adimplente
4	667131	PM CATANDUVAS/SC	1.482.100,00	508.000,00	471.159,59	1.048.329,57	21/set/10	21/dez/12	Adimplente
4	667130	PM CUBATAO/SP	453.540,00	400.000,00		48.050,00	30/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	667127	PM CUBATAO/SP	453.540,00	400.000,00		48.050,00	30/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	667123	PM COMODORO/MT	48.750,00	4.239,13	30.887,50	48.750,00	20/dez/10	07/dez/12	Adimplente
4	667122	PM C.GUIMARAES/MT	48.750,00	4.250,00	48.750,00	48.750,00	20/dez/10	08/dez/12	Adimplente
4	667121	PM CANARANA/MT	48.750,00	4.239,13	48.750,00	48.750,00	15/dez/10	01/dez/12	Adimplente
4	667120	PM ERVAL SECO/RS	221.125,00	19.300,00		48.050,00	31/dez/10	28/fev/12	Adimplente
4	667119	PM MONGAGUA/SP	196.400,00	17.078,27		48.050,00	30/nov/10	17/dez/12	Adimplente
4	667118	PM SANTOS/SP	260.141,05	65.035,27		48.050,00	20/dez/10	07/dez/13	Adimplente
4	667117	PM SAO VICENTE/SP	259.696,00	25.969,60		48.050,00	20/dez/10	31/dez/13	Adimplente
4	667116	PM PINHEIRO/MA	78.420,00	3.267,50		78.420,00	29/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667115	PM PEDRO ROSARI/MA	78.420,00	3.200,00	19.605,00	78.420,00	31/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667134	PM BRODOSQUI/SP	48.750,00	13.239,00		48.750,00	29/dez/10	30/abr/12	Adimplente
4	667042	PM POMPEU/MG	78.420,00	5.767,00	19.605,00	78.420,00	31/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	667055	PM BONITO/MS	48.750,00	5.000,00		48.750,00	23/dez/10	30/out/12	Adimplente
4	667054	PM AQUIDAUANA/MS	78.420,00	6.820,00		78.420,00	24/dez/10	30/out/12	Adimplente
4	667053	PM UBERABA/MG	78.420,00	19.605,00		78.420,00	30/dez/10	30/jul/12	Adimplente
4	667052	PM TUPACIGUARA/MG	76.837,60	6.681,53		76.837,60	30/dez/10	30/jul/12	Adimplente
4	667051	PM TAIÓBEIRAS/MG	63.585,00	2.650,00		63.585,00	27/dez/10	30/jan/13	Adimplente
4	667050	PM SETE LAGOAS/MG	78.420,00	6.274,00		78.420,00	21/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	667049	PM S.GONCALO SA/MG	48.750,00	4.240,00	12.187,50	48.750,00	30/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667048	PM S.GON.RIO AB/MG	48.750,00	16.250,00		48.750,00	27/dez/10	30/jan/13	Adimplente
4	667047	PM S.FCO GLORIA/MG	48.750,00	1.950,00		48.750,00	29/dez/10	30/mai/12	Adimplente
4	667046	PM S.BRAS SUAC./MG	24.025,00	5.000,00		24.025,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
4	667045	PM RIO PARANAIB/MG	48.750,00	4.240,00		48.750,00	29/dez/10	30/jul/12	Adimplente
4	667086	PM IRECE - BA/BA	78.420,00	4.000,00		78.420,00	22/dez/10	05/mai/12	Adimplente
4	667043	PM PONTE NOVA/MG	68.530,00	5.921,00		68.530,00	28/dez/10	30/mai/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	667058	PM TERENOS/MS	48.750,00	3.900,00		48.750,00	24/dez/10	30/out/12	Adimplente
4	667041	PM PEQUERI/MG	48.750,00	4.239,13		48.750,00	28/dez/10	30/mai/12	Adimplente
4	667040	PM M.S.DE MINAS/MG	58.640,00	6.000,00	5.864,00	58.640,00	31/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	667039	PM MTE.CARMELO/MG	78.420,00	6.819,13		78.420,00	30/dez/10	30/jul/12	Adimplente
4	667038	PM MATOZINHOS/MG	78.420,00	6.400,00		78.420,00	28/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	667037	PM MATEUS LEME/MG	78.420,00	6.820,00		78.420,00	31/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	667036	PM MANHUMIRIM/MG	43.805,00	3.809,13		43.805,00	30/dez/10	30/jan/13	Adimplente
4	667035	PM JANAUBA/MG	55.673,00	3.000,00		55.673,00	29/dez/10	30/dez/13	Adimplente
4	667034	PM ITAPAGIPE/MG	48.750,00	51.287,00		48.750,00	29/dez/10	30/jul/12	Adimplente
4	667033	PM ITAMBACURI/MG	8.201,00	341,7		8.201,00	27/dez/10	30/jan/13	Adimplente
4	667032	PM ESPERA FELIZ/MG	78.420,00	3.262,27		78.420,00	28/dez/10	30/mai/12	Adimplente
4	667031	PM ENTRE FOLHAS/MG	48.750,00	4.239,13		48.750,00	31/dez/10	30/jan/13	Adimplente
4	658858	PM J. VIEIRAS/MA	28.970,00	600		28.970,00	24/dez/09	30/nov/11	Adimplente
4	667044	PM PRATA/MG	78.420,00	6.820,00		78.420,00	30/dez/10	30/jul/12	Adimplente
4	667070	PM BUERAREMA/BA	78.420,00	2.400,00		78.420,00	24/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667029	PM CARMO DE MIN/MG	48.750,00	4.240,00		48.750,00	28/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667083	PM GUANAMBI/BA	78.420,00	3.200,00		78.420,00	28/dez/10	30/nov/12	Adimplente
4	667082	PM GANDU - BA/BA	78.420,00	4.580,00	13.331,40	78.420,00	16/dez/10	30/nov/12	Adimplente
4	667081	PM FORM.R.PRETO/BA	48.750,00	1.950,00		48.750,00	23/dez/10	05/mai/12	Adimplente
4	667080	PM EUNAPOLIS/BA	78.420,00	8.000,00		78.420,00	15/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667079	PM EUCLIDE CUNH/BA	78.420,00	2.352,60		78.420,00	23/dez/10	05/mai/12	Adimplente
4	667078	PM CURACA/BA	73.475,00	2.939,00		73.475,00	30/dez/10	05/set/12	Adimplente
4	667077	PM CORRENTINA/BA	78.420,00	1.580,00		78.420,00	30/dez/10	30/mar/12	Adimplente
4	667076	PM C. DE FEIRA/BA	78.420,00	3.136,80		78.420,00	23/dez/10	05/mai/12	Adimplente
4	667075	PM CICERO DANTA/BA	50.728,00	1.522,00		50.728,00	28/dez/10	05/jul/12	Adimplente
4	667074	PM CARINHANHA/BA	78.420,00	4.000,00		78.420,00	30/dez/10	30/mar/12	Adimplente
4	667073	PM CARAVELAS-BA/BA	48.750,00	11.250,00		48.750,00	30/dez/10	30/mar/12	Adimplente
4	667056	PM CAMAPUA/MS	48.750,00	11.250,00		48.750,00	23/dez/10	30/out/12	Adimplente
4	667071	PM CPO FORMOSO/BA	78.420,00	3.136,80		78.420,00	30/dez/10	05/jul/12	Adimplente
4	667057	PM MIRANDA/MS	78.420,00	8.000,00		78.420,00	21/dez/10	30/out/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	667069	PM BARRA - BA/BA	78.420,00	2.352,60		78.420,00	29/dez/10	05/jul/12	Adimplente
4	667068	PM BAIXA GRANDD/BA	78.420,00	3.136,80		78.420,00	22/dez/10	31/mar/12	Adimplente
4	667067	PM ARATUIPE/BA	43.805,00	1.825,21		43.805,00	30/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	667066	PM TABATINGA/AM	78.420,00	3.267,50		78.420,00	31/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	667065	PM S.G.CACHOEIR/AM	78.420,00	3.267,50		78.420,00	31/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	667064	PM HUMAITA/AM	78.420,00	3.267,50		78.420,00	31/dez/10	31/dez/12	Adimplente
4	667063	PM VICOSA/AL	49.538,73	1.533,00		49.538,73	24/dez/10	24/set/12	Adimplente
4	667062	SATUBA/AL	48.750,00	2.000,00		48.750,00	24/dez/10	24/set/12	Adimplente
4	667061	SAO SEBASTIAO/AL	78.420,00	3.200,00		78.420,00	24/dez/10	24/set/12	Adimplente
4	667060	SAO JOSE TAPERA/AL	67.145,40	2.077,00		67.145,40	24/dez/10	24/set/12	Adimplente
4	667059	PM AGUA BOA/MT	48.750,00	4.239,13		48.750,00	15/dez/10	03/dez/12	Adimplente
4	667085	PM IRARA/BA	76.837,60	3.162,40	10.864,84	76.837,60	28/dez/10	05/jul/12	Adimplente
4	667072	PM CANARANA/BA	78.420,00	3.186,80		78.420,00	30/dez/10	05/set/12	Adimplente
4	624617	PM T.FRONTEIRAS/SP	354.640,00	14.260,00		354.640,00	12/mai/08	31/jan/12	Adimplente
4	624595	PM STOS. DUMONT/MG	600.000,00	9.623,46		861.359,22	12/mai/08	31/jan/12	Adimplente
4	624640	PM CANDIDO RODR/SP	423.890,00	37.647,62		0	12/mai/08	30/dez/11	Adimplente
4	624638	PM ANGELICA/MS	418.925,00	38.985,07		418.925,00	12/mai/08	30/mai/11	Adimplente
4	624637	PM ACREUNA A/GO	493.100,00	120.370,42		493.100,00	12/mai/08	30/nov/12	Adimplente
4	624628	PM CAJOBI/SP	28.970,00	869,1		28.970,00	12/mai/08	27/jun/12	Adimplente
4	624626	PM ADOLFO/SP	418.925,00	19.722,52		818.534,30	12/mai/08	25/dez/12	Adimplente
4	624625	PM JALES/SP	528.852,90	53.639,35	17.839,80	568.039,80	12/mai/08	27/mai/12	Adimplente
4	624624	PM ITU/SP	512.824,00	138.767,14	164.193,66	512.824,00	25/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	624622	PM AMER. CAMPOS/SP	429.352,50	146.701,50	139.105,73	515.110,28	12/mai/08	25/fev/12	Adimplente
4	624621	PM ITAPETININGA/SP	415.690,00	34.384,00		571.752,00	12/mai/08	28/fev/11	Adimplente
4	624620	PM ITAPEVA - SP/SP	536.421,53	64.982,29	98.135,12	499.462,09	25/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	624618	PM TAQUARAL/SP	196.658,71	32.548,69		196.658,72	12/mai/08	29/fev/12	Adimplente
4	624643	ESTADO MT/MT	493.100,00	50.000,00		767.855,32	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624616	PM DE TANABI/SP	493.100,00	62.113,79		687.822,79	12/mai/08	30/abr/12	Adimplente
4	624615	PM TAIACU/SP	176.620,00	43.860,20	119.286,62	459.698,00	12/mai/08	31/mar/12	Adimplente
4	624612	PM RESENDE/RJ	578.088,98	164.158,75	243.188,17	400.388,76	12/mai/08	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	624608	PM NIQUELANDIA/GO	493.100,00	91.967,87		591.720,00	08/mai/08	31/dez/12	Adimplente
4	624607	PM CARACOL/MS	418.925,00	36.431,10		466.245,07	12/mai/08	30/nov/11	Adimplente
4	624605	PM IGUAATEMI/MS	464.419,00	21.555,34		464.419,00	12/mai/08	30/mai/11	Adimplente
4	624604	PM ELDORADO/MS	493.100,00	29.248,65		687.823,00	12/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	624603	PM JAPERI/RJ	8.281.737,35	4.642.635,12		1.494.025,41	12/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	624602	PM BARRA MANSÁ/RJ	1.876.585,59	1.186.108,00	115.410,01	815.939,41	12/mai/08	21/jul/12	Adimplente
4	624601	PM CAMPO GRANDE/MS	2.579.890,00	210.927,27		2.652.325,07	12/mai/08	30/nov/12	Adimplente
4	624600	PM UBERABA/MG	5.234.988,44	3.745.011,56		6.156.109,75	30/abr/08	28/fev/12	Adimplente
4	624405	PM BREJINHO/RN	493.100,00	16.000,00		603.538,78	08/mai/08	10/fev/12	Adimplente
4	624619	PM VOTUPORANGA/SP	594.626,03	189.680,92		594.626,03	12/mai/08	28/abr/12	Adimplente
4	624670	PM NIPOA/SP	446.617,00	112.911,23	76.736,08	623.495,70	12/mai/08	25/jun/12	Adimplente
4	624690	PM GUAPIARA/SP	490.000,00	17.754,46		377.692,00	30/abr/08	30/mai/12	Adimplente
4	624688	PM S.J.R.PRETO/SP	1.122.600,00	202.500,00		334.827,52	12/mai/08	30/dez/12	Adimplente
4	624687	PM SANTANA DA P/SP	406.304,00	77.496,00		406.304,00	12/mai/08	24/jun/12	Adimplente
4	624682	PM ITAJOBÍ/SP	493.100,00	70.385,40	84.759,71	493.100,00	12/mai/08	24/jun/12	Adimplente
4	624681	PM MACEDONIA/SP	418.925,00	21.075,00		583.910,04	12/mai/08	23/jun/12	Adimplente
4	624680	PM PEREIRA BARR/SP	490.757,23	25.829,33		399.977,48	12/mai/08	20/out/12	Adimplente
4	624678	PM MIRASSOL/SP	687.871,61	292.157,42	380.123,76	747.454,40	12/mai/08	25/jul/12	Adimplente
4	624677	PM MERIDIANO/SP	418.925,00	13.000,00	162.853,79	418.925,00	12/mai/08	29/abr/12	Adimplente
4	624676	PM POPULINA/SP	511.685,44	51.376,24		810.461,25	12/mai/08	29/mar/12	Adimplente
4	624673	PM TURMALINA/SP	346.098,85	18.215,73	247.849,57	346.098,85	12/mai/08	25/mar/12	Adimplente
4	624641	PM ZACARIAS/SP	269.185,38	58.739,06		364.502,67	12/mai/08	29/jul/11	Adimplente
4	624515	PM CAMACAN - BA/BA	58.640,00	3.000,00		70.264,16	31/mar/08	30/abr/12	Adimplente
4	624669	PM NOVAIS/SP	354.640,00	11.000,00		354.640,00	12/mai/08	24/jun/12	Adimplente
4	624667	PM RIB. GRANDE/SP	385.749,52	62.440,28		370.951,88	30/abr/08	28/fev/11	Adimplente
4	624657	ESTADO MS/MS	38.860,00	3.886,00		38.860,00	12/mai/08	30/ago/12	Adimplente
4	624654	PM ST ANGELO-RS/RS	500.345,72	75.478,85	256.877,49	607.870,65	30/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	624653	PM BARRETOS/SP	544.901,82	77.702,72		847.919,89	12/mai/08	30/mar/12	Adimplente
4	624650	PM APARECIDA D'/SP	451.333,12	23.754,38		451.333,12	12/mai/08	24/jun/12	Adimplente
4	624648	PM FER PRESTES/SP	359.170,00	70.748,96	247.868,54	359.170,00	12/mai/08	31/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	624646	PM MUNDO NOVO/MS	493.100,00	47.452,99	82.835,79	181.455,79	12/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	624645	PM LADARIO/MS	493.100,00	58.872,21	272.327,68	614.501,22	12/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	624644	PM DIAMANTINO/MT	493.100,00	64.792,99		500.613,22	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624672	PM NOVA CANAA P/SP	361.066,50	19.003,50	75.281,57	238.412,21	12/mai/08	27/jun/12	Adimplente
4	624427	PM GOV LINDEMBE/ES	480.592,42	47.996,13	303.493,84	496.692,93	09/mai/08	30/nov/12	Adimplente
4	624448	PM CANUTAMA/AM	418.925,00	18.825,00		216.086,58	12/mai/08	07/abr/12	Adimplente
4	624446	PM ARAMARI/BA	504.448,36	68.490,40	97.816,36	386.966,16	12/mai/08	05/mar/13	Adimplente
4	624445	PM BRUMADO - BA/BA	492.111,00	75.451,23	35.235,15	492.111,00	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	624444	PM B CHOCA/BA	493.100,00	14.793,00	240.572,03	608.122,68	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	624443	PM ARACY/BA	537.839,04	67.108,57		646.868,26	09/mai/08	05/set/12	Adimplente
4	624440	PM IGUAI/BA	493.100,00	21.059,83		493.100,00	28/abr/08	30/nov/11	Adimplente
4	624437	ESTADO TO/TO	394.200,00	47.400,00	77.552,38	459.089,03	12/mai/08	30/nov/12	Adimplente
4	624436	ESTADO TO/TO	295.300,00	41.108,80		0	12/mai/08	30/nov/11	Adimplente
4	624435	PM S.A.AVENTURE/MG	450.218,21	53.823,12		436.330,74	30/abr/08	30/abr/11	Adimplente
4	624431	PM TIMON/MA	19.080,00	1.908,00	954	5.361,48	29/abr/08	31/mai/12	Adimplente
4	624450	PM CIPO/BA	493.100,00	24.655,00	191.700,06	241.010,06	09/mai/08	05/jul/13	Adimplente
4	624428	PM MUCURICI/ES	434.317,50	23.088,75	15.223,18	599.303,00	12/mai/08	30/ago/12	Adimplente
4	624451	PM FERNAO/SP	197.135,44	30.773,16		106.216,58	30/abr/08	20/fev/13	Adimplente
4	624426	PM IBIRACU/ES	265.630,00	13.297,61	26.891,88	13.281,50	09/mai/08	30/nov/11	Adimplente
4	624422	PM ALEXANDRIA/RN	493.100,00	19.263,86		493.099,79	08/mai/08	20/mai/11	Adimplente
4	624420	PM AMORINOPOLIS/GO	418.925,00	62.518,81	121.446,36	302.086,82	12/mai/08	30/abr/12	Adimplente
4	624419	PM ARAGARCAS/GO	493.100,00	29.214,71	214.202,64	503.235,95	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624418	PM PARANAVAI-PR/PR	441.569,15	137.719,52	167.870,85	619.880,95	30/abr/08	29/ago/12	Adimplente
4	624417	PM CAMBUCI/RJ	479.254,00	142.854,58		1.237.283,86	12/mai/08	12/jun/12	Adimplente
4	624414	PM TIBAU DO SUL/RN	468.375,00	19.190,82		515.211,55	07/mai/08	10/abr/12	Adimplente
4	624413	PM MIRACEMA/RJ	493.100,00	231.290,39		576.135,85	12/mai/08	30/dez/12	Adimplente
4	624411	PM JAUPACI/GO	418.925,00	48.000,00		179.891,05	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	624410	PM DOVERLANDIA/GO	418.925,00	15.000,00		480.822,42	12/mai/08	31/dez/12	Adimplente
4	624408	PM PIRANHAS/GO	493.100,00	17.473,92	56.410,64	608.600,33	30/abr/08	31/dez/11	Adimplente
4	625968	PM BAIA FORMOSA/RN	295.300,00	14.429,56		295.879,79	07/mai/08	12/out/11	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	624429	PM PONTO BELO/ES	142.005,00	6.379,15		134.768,93	12/mai/08	30/mar/13	Adimplente
4	624508	PM MARATAIZES/ES	58.640,00	7.360,00		70.368,00	12/mai/08	30/ago/12	Adimplente
4	624498	PM S.B.CAMPO/SP	58.640,00	21.260,00	18.640,00	58.640,00	12/mai/08	29/ago/11	Adimplente
4	624497	PM S.L.DA SERRA/SP	28.970,00	869,1		28.970,00	12/mai/08	30/dez/12	Adimplente
4	624496	ESTADO TO/TO	245.850,00	24.585,00		245.850,00	12/mai/08	30/nov/12	Adimplente
4	624493	PM ABADIANIA/GO	28.970,00	1.500,00		28.970,00	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	624492	PM ALEXANIA/GO	58.640,00	1.762,00		116.197,80	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	624490	PM MOSSORO - RN/RN	52.706,00	7.294,00		52.706,00	12/mai/08	20/dez/11	Adimplente
4	624489	PM MACAIBA - RN/RN	58.640,00	2.932,00		58.640,00	08/mai/08	10/jan/12	Adimplente
4	624488	PM S.J. BARRA/RJ	58.640,00	1.759,20		58.640,00	12/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	624449	PM ITAPETINGA/BA	493.100,00	161.980,29		244.033,00	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	624486	PM ANCHIETA/ES	58.640,00	2.932,00		58.640,00	12/mai/08	30/ago/12	Adimplente
4	624695	PM PIRACANJUBA/GO	58.640,00	1.800,00		67.393,15	12/mai/08	31/mar/12	Adimplente
4	624484	PM JUARA/MT	55.564,21	1.373,49		55.564,21	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624483	PM GUARANTA NOR/MT	48.641,21	2.500,00		48.641,21	30/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	624482	PM S M ARAGUAIA/GO	58.640,00	2.810,00		67.393,15	30/abr/08	31/dez/11	Adimplente
4	624481	PM OURO PRETO/RO	58.640,00	2.932,00		58.640,00	12/mai/08	30/mar/12	Adimplente
4	624480	PM URUACU/GO	58.640,00	1.759,20		67.393,15	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624479	PM TRINDADE -GO/GO	58.640,00	3.000,00		180.174,20	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624478	PM IPORA/GO	58.640,00	3.000,00		79.121,15	12/mai/08	31/dez/12	Adimplente
4	624477	PM JARAGUA/GO	58.640,00	1.759,20		79.121,15	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	624476	PM ITAPURANGA/GO	58.640,00	1.760,00		79.121,15	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	624458	PM ST A LEVERGE/MT	38.860,00	1.165,80	1.943,00	3.886,00	30/abr/08	14/out/11	Adimplente
4	624456	PM AXIXA/MA	493.100,00	53.070,84		589.601,57	29/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	624452	PM JUIZ DE FORA/MG	2.622.900,00	227.700,00	1.080.050,46	2.622.900,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624487	PM NOVA VENEZA/SC	28.970,00	900		28.970,00	12/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	625377	ESTADO PR/PR	398.116,36	91.917,55	175.151,28	462.346,13	30/abr/08	31/mai/12	Adimplente
4	624691	PM GUAIRA/SP	550.710,70	86.416,06		746.422,70	12/mai/08	25/jun/12	Adimplente
4	625390	ESTADO RJ/RJ	28.970,00	5.794,00		55.043,00	05/mai/08	06/mai/11	Adimplente
4	625389	ESTADO RJ/RJ	38.860,00	7.772,00		73.834,00	05/mai/08	28/fev/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	625388	ESTADO RJ/RJ	38.860,00	16.938,74		34.974,00	12/mai/08	12/mai/11	Adimplente
4	625387	ESTADO RJ/RJ	7.212,00	3.314,84		6.490,80	08/mai/08	08/mar/11	Adimplente
4	625386	ESTADO RJ/RJ	21.453,60	4.290,72		40.761,84	12/mai/08	28/fev/12	Adimplente
4	625385	ESTADO RJ/RJ	38.860,00	17.924,42		34.974,00	12/mai/08	12/fev/11	Adimplente
4	625384	ESTADO RJ/RJ	26.992,00	5.398,40		51.284,80	12/mai/08	28/fev/12	Adimplente
4	625383	ESTADO RJ/RJ	33.915,00	6.783,00		64.438,50	12/mai/08	08/nov/11	Adimplente
4	625382	ESTADO PR/PR	629.240,16	272.280,33	227.548,53	562.155,98	30/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	625381	ESTADO PR/PR	578.384,00	194.531,77		793.940,19	30/abr/08	30/out/11	Adimplente
4	625392	ESTADO RJ/RJ	19.080,00	4.391,11		17.172,00	08/mai/08	08/mai/11	Adimplente
4	625378	ESTADO PR/PR	537.311,34	93.639,70		686.554,33	30/abr/08	30/out/11	Adimplente
4	625393	ESTADO RJ/RJ	28.970,00	5.794,00		55.043,00	05/mai/08	28/fev/12	Adimplente
4	625376	ESTADO PR/PR	410.516,75	136.524,93	26.674,69	122.694,57	30/abr/08	28/out/13	Adimplente
4	625375	ESTADO PR/PR	587.052,02	161.697,03	308.975,88	587.052,02	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	625374	ESTADO PR/PR	550.845,05	86.617,57	196.509,47	639.190,39	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	625373	ESTADO RJ/RJ	4.469.638,32	2.056.329,53	411.206,73	2.008.413,44	12/mai/08	31/mar/12	Adimplente
4	625372	ESTADO PR/PR	392.171,66	83.000,48	16.890,24	81.046,19	30/abr/08	28/out/13	Adimplente
4	625371	ESTADO PR/PR	894.568,16	950.593,94		273.197,94	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	625370	ESTADO PR/PR	532.548,00	59.387,63	2.021,47	474.155,73	30/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	625369	PM DE TRACUATEU/PA	493.100,00	24.309,84		174.485,46	12/mai/08	28/set/12	Adimplente
4	625367	PM LONDRINA/PR	2.919.719,49	1.327.023,81	1.785.116,50	3.586.291,47	12/mai/08	31/dez/12	Adimplente
4	625365	PM PARELHAS/RN	641.450,00	50.000,00	88.274,64	820.627,35	29/mai/08	20/abr/12	Adimplente
4	625364	ESTADO PR/PR	2.750.000,00	529.472,26		1.111.000,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	625363	PM ARAUCARIA/PR	7.841.457,88	1.060.066,09	1.614.567,01	5.409.986,80	30/abr/08	28/ago/13	Adimplente
4	625379	ESTADO PR/PR	703.369,15	393.381,85	268.844,23	703.369,15	30/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	625413	PM MAGE - RJ/RJ	58.640,00	13.478,50		58.640,00	12/mai/08	31/ago/12	Adimplente
4	658860	PM N. RODRIGUES/MA	28.970,00	730	28.970,00	28.970,00	22/dez/09	29/fev/12	Adimplente
4	625965	PM DE VIANA/MA	493.100,00	14.793,00		1.040.094,02	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente
4	625964	PM ANAPURUS/MA	493.100,00	14.793,00	145.020,71	625.526,05	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente
4	625963	ESTADO PE/PE	671.805,68	268.058,52	39.414,80	406.424,49	30/abr/08	29/dez/12	Adimplente
4	625962	ESTADO PE/PE	584.319,09	136.828,64		543.823,74	30/abr/08	29/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	625957	PM MARACANAU/CE	5.427.563,14	725.944,70		4.943.600,00	12/mai/08	30/nov/12	Adimplente
4	625955	PM CARIACICA/ES	4.976.884,26	1.351.801,15		599.714,55	12/mai/08	30/mar/13	Adimplente
4	625953	PM NILOPOLIS-RJ/RJ	5.163.315,56	329.573,33	65.057,77	1.079.132,95	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente
4	625950	PM TANGUA/RJ	2.273.300,00	232.790,41	208.461,60	322.126,61	30/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	625417	PM RIO JANEIRO/RJ	58.640,00	25.131,43		58.640,00	12/mai/08	30/mar/12	Adimplente
4	625416	ESTADO RJ/RJ	245.850,00	858.150,00	37.183,04	245.850,00	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente
4	625391	ESTADO RJ/RJ	14.135,00	2.827,00		26.856,50	08/mai/08	08/ago/12	Adimplente
4	625414	PM ANANINDEUA/PA	58.640,00	2.932,00		58.317,90	12/mai/08	31/dez/11	Adimplente
4	625140	ESTADO MT/MT	418.925,00	62.151,38	67.992,35	524.961,76	30/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	625412	PM CAPITAO POCO/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	12/mai/08	30/abr/12	Adimplente
4	625411	PM PARAGOMINAS/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	12/mai/08	22/fev/11	Adimplente
4	625409	PM DUQUE CAXIAS/RJ	58.640,00	13.360,00		58.640,00	12/mai/08	30/abr/12	Adimplente
4	625408	PM PRES VENCESL/SP	507.639,37	39.783,22		0	27/mai/08	05/jan/12	Adimplente
4	625407	ESTADO RJ/RJ	15.915,20	3.183,04		30.238,88	08/mai/08	07/mai/12	Adimplente
4	625406	ESTADO RJ/RJ	28.970,00	5.794,00		55.043,00	08/mai/08	28/fev/12	Adimplente
4	625405	ESTADO RJ/RJ	18.882,20	3.776,44		35.876,18	12/mai/08	28/fev/12	Adimplente
4	625403	ESTADO RJ/RJ	28.970,00	13.362,59		26.073,00	08/mai/08	08/jan/11	Adimplente
4	625402	ESTADO RJ/RJ	28.970,00	5.794,00		55.043,00	08/mai/08	13/dez/11	Adimplente
4	625397	ESTADO RJ/RJ	28.970,00	5.794,00		55.043,00	08/mai/08	29/mar/12	Adimplente
4	625396	PM SANTANA/AP	501.236,15	248.592,14	110.160,53	497.630,30	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	625394	ESTADO RJ/RJ	11.168,00	2.233,60		21.219,20	05/mai/08	28/fev/12	Adimplente
4	625415	ESTADO RJ/RJ	28.970,00	5.794,00		55.043,00	08/mai/08	30/dez/11	Adimplente
4	624709	PM VILA RICA/MT	26.003,00	3.000,00		26.003,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624723	PM IVINHEMA/MS	493.100,00	39.659,08	232.210,85	476.853,90	12/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	624722	PM BELA VISTA/MS	493.100,00	27.048,90	220.628,08	714.277,39	12/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	624721	PM APAR.TABOADO/MS	464.419,00	24.828,59	136.367,75	464.419,00	12/mai/08	30/mar/12	Adimplente
4	624720	PM BANDEIRANTES/MS	295.300,00	29.692,88	53.837,60	261.545,06	12/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	624719	PM ACREUNA A/GO	38.860,00	2.000,00		38.860,00	12/mai/08	28/mai/12	Adimplente
4	624718	PM TRES RIOS/RJ	58.640,00	5.864,00		58.640,00	12/mai/08	30/mar/12	Adimplente
4	624717	PM VALENCA/RJ	58.640,00	5.864,00		58.640,00	12/mai/08	30/jul/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	624715	PM MIG. PEREIRA/RJ	58.640,00	1.759,20		58.640,00	12/mai/08	31/dez/12	Adimplente
4	624714	PM PARATY/RJ	58.640,00	33.288,45		0	12/mai/08	30/nov/11	Adimplente
4	624713	PM CURITIBANOS/SC	28.970,00	749,21		28.970,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624712	PM ITUPORANGA/SC	58.640,00	1.759,20		58.640,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	625362	PM CAMETA/PA	1.872.000,00	108.000,00		2.106.000,23	12/mai/08	30/set/12	Adimplente
4	624710	PM PARANAIBA/MS	31.400,22	2.664,78		31.399,97	12/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	624726	PM SAO GABRIEL/MS	493.100,00	52.870,77		493.742,74	12/mai/08	28/fev/12	Adimplente
4	624708	PM TANGARA SERR/MT	48.750,00	7.527,00		48.750,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624707	PM POMERODE/SC	58.640,00	2.932,00	11.728,00	70.368,00	30/abr/08	30/nov/11	Adimplente
4	624706	PM TIMBO/SC	58.640,00	1.759,20		58.640,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624705	PM BELA VISTA/MS	53.695,00	1.610,85		53.695,00	12/mai/08	30/mai/11	Adimplente
4	624704	PM N ANDRADINA/MS	48.750,00	4.875,00		48.750,00	12/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	624703	PM COXIM/MS	58.640,00	2.932,00		58.640,00	12/mai/08	30/nov/12	Adimplente
4	624702	PM DOURADOS/MS	58.640,00	2.932,00		58.640,00	12/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	624701	PM IVINHEMA/MS	31.937,00	958,11		31.937,00	12/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	624700	PM JARDIM/MS	58.640,00	1.759,20		58.640,00	12/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	624697	PM INDAIAL/SC	24.025,00	25.975,00		24.025,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624404	PM LOANDA/PR	493.100,00	175.457,56	88.348,38	730.042,35	30/abr/08	30/mai/12	Adimplente
4	624711	PM P E LACERDA/MT	58.585,60	4.948,87		58.585,60	30/abr/08	29/fev/12	Adimplente
4	624744	PM TABAPUA/SP	496.588,75	26.136,25	49.166,86	1.280.964,75	12/mai/08	27/dez/12	Adimplente
4	624692	PM RIOLANDIA/SP	458.274,34	123.519,06		624.248,84	12/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	625139	ESTADO MT/MT	493.100,00	52.007,44		690.917,47	30/abr/08	08/abr/11	Adimplente
4	625138	ESTADO MT/MT	418.925,00	49.625,15		269.735,76	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	625137	ESTADO MT/MT	493.100,00	53.577,79		493.099,79	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	625136	ESTADO MT/MT	418.925,00	49.625,15		584.516,30	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	625135	PM SANTA RITA P/MS	418.925,00	127.193,67	23.442,57	64.664,79	12/mai/08	30/set/12	Adimplente
4	625131	PM RONDOLANDIA/MT	26.992,00	809,76	26.992,00	26.992,00	30/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	625127	ESTADO MT/MT	418.925,00	49.625,15		207.484,50	30/abr/08	08/dez/11	Adimplente
4	625126	ESTADO MT/MT	493.100,00	51.939,73		597.159,27	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	625125	ESTADO MT/MT	493.100,00	51.939,73		551.680,06	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	625124	PM RIO FLORES/RJ	508.313,37	223.470,93	315.203,18	416.865,86	12/mai/08	10/abr/12	Adimplente
4	625123	ESTADO MS/MS	418.925,00	61.766,90		402.132,30	12/mai/08	30/mai/11	Adimplente
4	624724	PM R.VERDE MT/MS	468.375,00	58.483,31	217.326,00	533.619,63	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente
4	625119	PM PARACAMBI/RJ	4.671.550,00	569.550,00	1.327.902,77	2.794.769,47	12/mai/08	22/jun/12	Adimplente
4	624725	PM ROCHEDO/MS	418.925,00	20.733,30	87.957,27	623.914,93	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente
4	624743	PM CORUMBA/MS	1.976.600,00	104.031,58	197.993,02	918.195,96	12/mai/08	28/out/12	Adimplente
4	624742	PM PARANAIBA/MS	685.955,00	36.580,00		685.955,00	12/mai/08	30/dez/12	Adimplente
4	624741	PM CANABRAVA NO/MT	418.925,00	49.625,15		458.629,39	30/abr/08	31/ago/12	Adimplente
4	624740	PM CUIABA/MT	1.178.106,37	285.759,56	679.284,55	1.237.011,69	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624739	PM C.GUIMARAES/MT	493.100,00	51.022,75		519.077,78	30/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	624738	PM PATROCINIO/MG	539.350,28	115.625,70	46.250,28	643.545,65	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624737	PM POCONÉ/MT	1.976.600,00	330.352,36		3.978.891,23	30/abr/08	31/ago/12	Adimplente
4	624736	PM BARRA GARCAS/MT	1.976.600,00	223.805,80		3.890.897,64	30/abr/08	12/fev/11	Adimplente
4	624729	PM SANTA FE DO/SP	493.100,00	14.762,50		542.813,01	12/mai/08	23/fev/12	Adimplente
4	624728	PM SANTA CLARA/SP	431.836,96	22.728,26	165.499,28	431.836,96	12/mai/08	25/jul/12	Adimplente
4	624727	PM PORTO ESPER/MT	443.650,00	55.129,19		517.045,21	30/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	625141	ESTADO MS/MS	2.343.519,00	296.872,02		3.236.632,74	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente
4	625120	ESTADO MS/MS	2.223.850,00	279.806,38		2.223.850,00	12/mai/08	30/mai/11	Adimplente
4	624019	PM SR BONFIM-BA/BA	530.035,82	55.403,72	9.646,65	531.864,38	30/abr/08	05/mar/12	Adimplente
4	624004	PM SAL MARGARID/BA	610.625,72	176.288,59	215.153,11	459.683,58	30/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	624040	PM AMARGOSA/BA	509.372,98	26.809,10	16.273,19	593.981,98	30/abr/08	05/set/12	Adimplente
4	624039	PM ALAGOINHAS/BA	1.027.104,00	59.256,00	301.198,98	1.151.420,74	30/abr/08	05/mar/13	Adimplente
4	624037	PM IRECE - BA/BA	512.820,00	29.580,00	7.463,81	512.930,00	30/abr/08	05/jul/12	Adimplente
4	624031	DEF PUBLICA MG/MG	96.100,00	113.815,46		172.980,00	09/mai/08	31/mar/12	Adimplente
4	624030	PM S.GON.RIO AB/MG	557.357,38	602.888,07		687.685,51	29/abr/08	29/fev/12	Adimplente
4	624029	PM SANTANA PARA/MG	497.045,43	31.890,70		497.045,43	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624028	PM ITAPEMA/SC	539.966,26	249.240,95	360.697,46	643.952,50	30/abr/08	26/mar/12	Adimplente
4	624027	ESTADO SC/SC	531.480,20	59.053,80	9.417,93	629.902,40	30/abr/08	28/fev/12	Adimplente
4	624026	ESTADO SC/SC	531.480,20	59.053,80	175.159,97	714.650,97	30/abr/08	28/fev/12	Adimplente
4	624025	ESTADO SC/SC	531.480,20	59.053,80	218.217,90	494.725,80	30/abr/08	28/fev/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	624043	PM S.G.CACHOEIR/AM	493.100,00	21.900,00	229.048,90	555.185,24	30/abr/08	30/jul/12	Adimplente
4	624021	PM BRAGANCA -PA/PA	2.471.100,00	123.555,00		316.299,24	30/abr/08	30/set/12	Adimplente
4	624047	PM AUTAZES/AM	493.100,00	21.900,00		376.876,33	30/abr/08	24/jul/12	Adimplente
4	624018	FORQUILHA/CE	501.504,57	26.394,98		580.122,96	29/abr/08	30/mar/13	Adimplente
4	624016	PM CRUZ/CE	514.544,68	32.167,01		514.544,68	06/mai/08	30/abr/12	Adimplente
4	624015	PM URUOCA/CE	495.035,12	38.815,38		537.272,49	29/abr/08	30/nov/11	Adimplente
4	624014	PM UMIRIM/CE	503.282,92	26.488,58		584.264,00	30/abr/08	30/set/12	Adimplente
4	624013	PM SOBRAL/CE	1.565.100,00	124.500,00		1.482.100,00	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624012	PM QUIXADA/CE	530.223,60	55.685,40		530.223,60	30/abr/08	30/jan/13	Adimplente
4	624011	PM S.G.AMARANTE/CE	493.100,00	43.152,74	126.108,95	546.576,59	29/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	624010	PM PIQUET CARN./CE	574.504,94	127.708,15		436.142,75	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624009	PM SANT. ACARAU/CE	514.472,57	40.121,84	214.895,31	667.595,01	05/mai/08	30/mar/13	Adimplente
4	624008	PM PARAMOTI/CE	494.563,35	26.029,65	89.070,86	604.564,47	29/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	624006	PM AMONTADA/CE	509.057,04	26.792,48		106.435,77	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624407	PM CARNAUBAIS/RN	493.100,00	16.000,00	24.655,00	432.939,61	12/mai/08	30/jan/12	Adimplente
4	624024	ESTADO SC/SC	531.480,20	59.053,80	180.695,38	704.137,96	30/abr/08	28/fev/12	Adimplente
4	624062	PM ENVIRA/AM	493.100,00	21.900,00		370.009,02	30/abr/08	25/jul/12	Adimplente
4	624084	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	624081	PM LAG VERMELHA/RS	455.518,00	259.258,78	173.432,65	550.009,38	28/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	624074	PM PASSO FUNDO/RS	535.245,12	63.217,67		535.245,12	28/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	624073	PM FONTOURA XAV/RS	504.581,42	171.677,38	408.458,66	798.550,56	28/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	624072	PM IBIRUBA/RS	471.661,00	118.793,90		555.975,80	28/abr/08	30/jun/11	Adimplente
4	624069	ESTADO SC/SC	531.480,20	59.053,80	125.750,64	531.702,00	30/abr/08	28/fev/12	Adimplente
4	624068	PM TUPANCIRETA/RS	596.968,32	155.802,48	2.507,27	792.680,32	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624067	PM BIRIGUI/SP	580.796,88	131.545,33	417.418,72	580.906,88	30/abr/08	05/mar/12	Adimplente
4	624066	PM ANDRADINA/SP	511.901,56	113.608,34		0	30/abr/08	05/mai/11	Adimplente
4	624065	ESTADO SC/SC	531.480,20	59.053,80	341.735,72	475.420,05	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624042	PM S.P. OLIVENC/AM	493.100,00	21.900,00		98.510,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624063	PM IRANDUBA/AM	493.100,00	21.900,00	304.530,41	493.100,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624001	PM MIRAIMA/CE	493.100,00	14.793,00	288.831,23	521.545,36	05/mai/08	30/nov/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	624061	PM JOAO MONLEVA/MG	526.902,69	216.723,56		526.902,69	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624060	JUNQUEIRO/AL	493.100,00	44.597,00	311.772,18	612.050,02	09/mai/08	05/jun/12	Adimplente
4	624058	PM ANORI/AM	493.100,00	21.900,00		439.878,52	30/abr/08	30/jul/12	Adimplente
4	624057	ESTADO SP/SP	310.630,00	568.224,73	260.476,78	492.965,35	12/mai/08	15/dez/12	Adimplente
4	624056	PM DRACENA/SP	241.261,29	21.523,74		93.611,90	30/abr/08	31/mai/11	Adimplente
4	624055	PM BUERAREMA/BA	503.042,92	26.782,38	121.686,08	470.294,82	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	624054	PM MANICORE/AM	493.100,00	29.850,47		194.723,00	30/abr/08	30/jan/12	Adimplente
4	624053	PM LABREA/AM	493.100,00	29.850,47		0	29/abr/08	26/set/11	Adimplente
4	624052	PM ITAPIRANGA/AM	418.925,00	18.825,00		498.311,78	30/abr/08	30/set/12	Adimplente
4	624051	PM JUAZEIRO/BA	1.976.600,00	325.031,23	368.635,90	402.238,10	30/abr/08	05/nov/13	Adimplente
4	624050	PM ITAPE/BA	493.100,00	25.000,00	95.957,26	369.626,89	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	624048	PM JACOBINA -BA/BA	493.100,00	25.000,00		493.099,79	30/abr/08	05/nov/12	Adimplente
4	624064	ESTADO SC/SC	481.102,40	93.199,38	430.206,85	800.192,28	30/abr/08	28/fev/12	Adimplente
4	623925	PM SANTA LUZIA/PA	490.133,00	46.466,84		49.013,30	30/abr/08	30/set/13	Adimplente
4	624005	PM TANCREDO NEV/BA	468.375,00	18.735,00		518.854,34	30/abr/08	05/set/12	Adimplente
4	623937	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.695,13	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	623936	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	623935	PM PAULISTA -PE/PE	28.970,00	1.448,50		28.970,00	30/abr/08	30/jul/11	Adimplente
4	623934	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	623933	PM CABO/PE	1.201.994,25	335.972,03	552.815,53	1.585.155,40	30/abr/08	30/mai/12	Adimplente
4	623932	ESTADO PE/PE	307.112,00	539.260,21	307.111,28	307.111,28	30/abr/08	30/set/12	Adimplente
4	623931	ESTADO PE/PE	737.870,79	367.156,19	72.123,61	578.466,92	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623930	ESTADO PE/PE	584.282,98	136.774,47	113.641,81	584.090,42	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623929	ESTADO PE/PE	644.373,79	226.910,69		644.373,79	30/abr/08	29/fev/12	Adimplente
4	623928	ESTADO PE/PE	645.713,07	228.919,60	115.530,83	645.713,07	30/abr/08	29/set/12	Adimplente
4	623941	ESTADO PE/PE	584.275,25	157.796,86	114.810,09	584.275,25	30/abr/08	01/ago/12	Adimplente
4	623926	ESTADO PE/PE	584.275,25	136.762,88	72.479,65	540.827,11	30/abr/08	29/set/12	Adimplente
4	623942	ESTADO PE/PE	584.275,25	281.667,91	584.275,25	613.489,01	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623924	PM SANTAREM NOV/PA	418.925,00	38.595,71	20.946,25	83.072,83	30/abr/08	30/set/12	Adimplente
4	623923	PM CON ARAGUAIA/PA	493.100,00	14.793,00	131.231,97	493.100,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	623922	PM UMUARAMA/PR	547.599,67	81.749,50	89.477,79	550.858,96	30/abr/08	30/jul/12	Adimplente
4	623921	PM ALTA FLOREST/RO	502.794,20	42.417,24		502.794,20	30/abr/08	30/set/11	Adimplente
4	623920	PM TOUROS/RN	493.100,00	15.328,20	7.988,22	349.829,35	30/abr/08	20/jun/12	Adimplente
4	623918	PM ALVORADA/RO	493.100,00	15.250,52		558.609,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623917	PM SARDOA/MG	423.678,11	24.912,92		589.652,61	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623916	PM LUCENA/PB	493.100,00	23.434,66		164.314,75	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623915	PM MARI/PB	494.021,99	26.001,16	2.690,90	433.701,91	09/mai/08	09/dez/12	Adimplente
4	623914	ESTADO PB/PB	533.168,52	378.017,39	120.621,97	449.279,24	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623912	ESTADO PB/PB	526.942,88	317.130,45	231.896,57	553.290,03	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623927	ESTADO PE/PE	646.232,59	229.698,88		100.821,17	30/abr/08	25/set/12	Adimplente
4	623964	PM ACU - RN/RN	493.100,00	47.531,59		493.099,79	29/abr/08	20/jun/11	Adimplente
4	623992	PM MARCO/CE	493.100,00	24.706,60	370.748,62	526.569,89	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623991	PM MASSAPE/CE	493.100,00	22.277,82		687.823,00	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623990	PM J.JERICOACOA/CE	493.100,00	21.419,33		551.940,42	29/abr/08	28/fev/12	Adimplente
4	623989	PM ITAPIPOCA/CE	1.042.424,87	82.237,30	344.498,16	678.337,99	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	623988	PM HORIZONTE/CE	512.249,07	32.035,55		681.226,48	30/abr/08	30/dez/11	Adimplente
4	623984	PM FLORIANOPOLI/SC	38.860,00	3.886,00	2.797,92	24.168,12	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623983	PM FLORIANOPOLI/SC	38.860,00	10.251,65	2.925,23	38.860,00	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623982	PM FLORIANOPOLI/SC	38.860,00	6.690,00	26.343,08	32.172,08	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623980	PM FLORIANOPOLI/SC	38.860,00	13.877,08	4.901,88	6.844,88	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623979	PM FLORIANOPOLI/SC	38.860,00	17.969,41	18.819,90	34.408,95	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	623972	ESTADO SC/SC	38.860,00	7.772,00		38.860,00	30/abr/08	31/dez/11	Adimplente
4	623940	PM PAULISTA -PE/PE	28.970,00	1.448,50		28.970,00	30/abr/08	30/ago/11	Adimplente
4	623966	ESTADO SC/SC	531.480,20	59.053,80	175.117,27	1.363.061,02	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	624087	PM S.PEDRO SUL/RS	15.124,00	4.374,00		15.124,00	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623963	ESTADO SC/SC	531.480,20	59.053,80	316.655,90	866.277,65	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	623962	PM AREIA BRANCA/RN	493.100,00	27.793,00		621.752,79	29/abr/08	20/abr/12	Adimplente
4	623953	PM VILHENA/RO	524.684,14	160.780,22		524.684,14	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623952	PM SANTA LUZIA/RO	493.100,00	251.700,63		244.033,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	623950	PM SAO PAULO/SP	5.289.236,60	4.833.526,19	179.751,47	6.657.250,95	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	623949	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	623948	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	623947	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	623946	ESTADO PE/PE	709.151,41	324.077,11	72.433,84	398.182,55	30/abr/08	29/out/12	Adimplente
4	623945	ESTADO PE/PE	653.361,76	284.944,07		653.361,76	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623944	ESTADO PE/PE	584.275,25	267.220,69		584.275,25	30/abr/08	25/set/12	Adimplente
4	623968	ESTADO SC/SC	531.480,20	59.053,80	81.892,93	963.999,76	30/abr/08	28/fev/12	Adimplente
4	624217	PM PORTO FOLHA/SE	58.640,00	2.960,00	15.000,00	46.912,00	30/abr/08	25/jun/12	Adimplente
4	624085	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	624240	PM JI-PARANA/RO	1.976.600,00	103.830,00	1.023.238,48	1.789.568,07	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624239	PM CACOAL/RO	1.976.600,00	691.491,80	965.019,57	2.224.134,26	30/abr/08	30/mar/13	Adimplente
4	624236	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	624227	PM ORTIGUEIRA/PR	493.100,00	83.537,24	38.560,42	156.149,41	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente
4	624226	PM MANOEL RIBAS/PR	496.387,87	101.015,43	55.581,60	595.007,87	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624224	ESTADO PE/PE	682.658,65	359.586,78	78.658,61	682.658,65	30/abr/08	28/fev/12	Adimplente
4	624223	PM TIMOTEO/MG	451.304,89	85.657,34	240.385,12	407.442,49	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	624222	PM SAPEACU/BA	528.953,57	53.780,36	115.648,76	528.953,57	30/abr/08	05/mar/13	Adimplente
4	624221	ESTADO DA BAHIA/BA	927.448,98	804.589,96	46.372,45	185.489,80	29/abr/08	11/mar/13	Adimplente
4	624220	PM S A JESUS-BA/BA	493.100,00	25.952,60		493.100,00	30/abr/08	05/set/12	Adimplente
4	624243	PM PARACATU/MG	493.100,00	74.214,07		493.099,79	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	624218	PM ST. QUITERIA/CE	58.640,00	1.759,20		70.368,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624244	PM STA BARBARA/MG	58.640,00	1.759,20		58.640,00	30/abr/08	31/jan/12	Adimplente
4	624215	PM MOMBACA/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624214	PM MASSAPE/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624213	PM MARCO/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624212	PM MARANGUAPE/CE	58.640,00	4.000,00		58.640,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624211	PM L.MANGABEIRA/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624210	PM JAGUARIBE/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624209	PM ITAREMA/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624208	PM IPU/CE	58.640,00	2.360,00		58.640,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	624207	PM INDEPENDENCI/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624206	PM GUAIUBA/CE	38.860,00	1.170,00		38.860,00	28/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624205	PM DE GRANJA CE/CE	58.640,00	2.925,00		58.640,00	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624204	PM CHOROZINHO/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	30/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	624219	PM S.F.ITABAPOA/RJ	2.138.400,00	244.543,53	21.218,27	1.725.034,03	30/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	624289	ESTADO DA BAHIA/BA	492.598,56	145.290,53	24.629,93	24.629,93	29/abr/08	12/out/11	Adimplente
4	624403	PM ARACOIABA/PE	504.947,18	28.155,26		504.947,18	12/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	624402	PM TIMON/MA	2.569.944,00	173.687,96		8.780.059,00	29/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	624401	PM MACAE/RJ	10.688.600,00	4.295.110,93	3.904.544,69	16.063.794,07	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624399	PM NATAL/RN	3.572.182,69	188.009,61		1.170.961,48	08/mai/08	28/fev/12	Adimplente
4	624337	PM B CHOCA/BA	900.000,00	213.870,20	31.776,62	361.389,14	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	624336	PM LINHARES/ES	1.773.050,80	146.041,24		504.390,00	12/mai/08	30/ago/11	Adimplente
4	624335	PM MUNIZ FREIRE/ES	423.341,90	125.012,86		145.112,87	06/mai/08	30/ago/13	Adimplente
4	624334	PM JOAO NEIVA/ES	267.032,28	25.548,43		26.703,23	12/mai/08	30/nov/11	Adimplente
4	624333	PM S.J.PINHAIS/PR	1.556.076,54	202.164,13		0	30/abr/08	31/out/11	Adimplente
4	624300	ESTADO DA BAHIA/BA	245.850,00	489.150,00		222.764,55	29/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	624299	PM POUSO ALEGRE/MG	40.838,00	4.083,80		40.838,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624241	ESTADO DA BAHIA/BA	552.458,14	138.263,37		55.245,81	29/abr/08	11/mar/13	Adimplente
4	624291	PM FONTE BOA/AM	493.100,00	21.900,00		591.719,79	30/abr/08	27/mar/12	Adimplente
4	624201	PM AQUIRAZ/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624287	PM S.SEBATIAO U/AM	418.925,00	18.825,00	78.632,22	346.660,44	30/abr/08	30/jul/12	Adimplente
4	624282	ESTADO DA BAHIA/BA	590.643,77	665.027,62		59.064,38	29/abr/08	11/mar/13	Adimplente
4	624280	ESTADO SP/SP	11.835.600,00	10.338.000,00	1.578.042,20	5.185.250,00	12/mai/08	15/dez/12	Adimplente
4	624279	ESTADO PE/PE	1.455.110,14	1.554.277,72	1.455.110,14	1.625.374,68	30/abr/08	29/dez/12	Adimplente
4	624276	PM POJUCA/BA	514.865,00	32.647,49		419.306,04	30/abr/08	05/mar/12	Adimplente
4	624253	SEDURB-ADM DIRE/SE	565.720,63	108.930,95		493.100,00	12/mai/08	31/dez/12	Adimplente
4	624252	SEDURB-ADM DIRE/SE	376.394,87	160.962,13		0	09/mai/08	29/jun/11	Adimplente
4	624250	PM STO ESTEVAO/BA	48.750,00	2.500,00		48.750,00	30/abr/08	05/set/12	Adimplente
4	624249	PM S.R. CASSIA/BA	58.640,00	1.759,20		58.536,16	02/mai/08	05/jun/12	Adimplente
4	624248	JUNQUEIRO/AL	58.640,00	3.000,00		128.197,80	09/mai/08	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	624246	PM CABO/PE	48.750,00	61.215,00		48.750,00	30/abr/08	30/out/12	Adimplente
4	624245	PM ARACOIABA/PE	48.750,00	11.469,90		0	30/abr/08	28/jun/11	Adimplente
4	624296	IGACI/AL	493.100,00	30.000,00		493.100,00	12/mai/08	05/mai/12	Adimplente
4	624115	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	624168	PM BURITICUPU/MA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	07/mai/08	30/nov/12	Adimplente
4	624167	PM VALPARAISO/GO	58.640,00	2.932,00		67.442,10	30/abr/08	31/mai/11	Adimplente
4	624166	PM AIMORES/MG	58.640,00	2.000,00		70.140,84	30/abr/08	30/out/11	Adimplente
4	624165	PM VILA BOA/GO	28.970,00	1.500,00		28.970,00	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	624164	PM PERIQUITO/MG	58.640,00	1.800,00		58.640,00	07/mai/08	30/mar/12	Adimplente
4	624163	PM NOVO ORIENTE/CE	58.640,00	1.760,00		58.640,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624162	PM PENTECOSTE/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624161	PM PEDRA BRANCA/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624160	PM RERIUTABA/CE	28.970,00	869,1		28.970,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624159	PM CRISTALINA/GO	58.640,00	2.932,00		115.719,15	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	624158	ESTADO SP/SP	6.731.600,00	18.520.899,70	3.716.257,74	5.000.456,55	12/mai/08	15/dez/12	Adimplente
4	624203	PM ACARAU - CE/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624118	PM TRES PONTAS/MG	32.266,34	6.494,57	1.613,32	1.613,31	30/abr/08	30/dez/11	Adimplente
4	624106	PM ICATU/MA	28.970,00	869,1	5.402,91	8.777,91	07/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	624105	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	624104	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	624102	PM STA BARBARA/MG	497.715,70	39.575,04		516.413,28	30/abr/08	28/fev/12	Adimplente
4	624101	PM PERIQUITO/MG	418.925,00	15.137,19		583.910,04	07/mai/08	12/mar/12	Adimplente
4	624100	PM ITAMONTE/MG	488.155,00	65.455,90		579.509,40	30/abr/08	30/dez/11	Adimplente
4	624098	PM CHAPADINHA/MA	1.002.648,58	60.194,31	110.360,29	110.360,29	07/mai/08	31/dez/12	Adimplente
4	624097	PM MATA S JOAO/BA	526.414,97	310.657,41		246.269,01	30/abr/08	14/abr/12	Adimplente
4	624094	PM DE DONA EUZE/MG	466.028,83	274.253,75	326.220,19	489.330,27	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	624091	PM ICATU/MA	493.100,00	34.545,14		194.723,00	07/mai/08	31/mai/11	Adimplente
4	624090	PM NOVA LIMA-MG/MG	609.014,27	478.061,56	37.284,37	248.328,31	12/mai/08	29/dez/12	Adimplente
4	625969	PM CANGUARETAMA/RN	473.320,00	15.000,00		374.882,45	07/mai/08	20/mar/12	Adimplente
4	624155	PM MAUA - SP/SP	1.089.947,00	854.750,41	67.251,45	483.264,65	12/mai/08	31/jan/14	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	624185	PM RIO BONITO/RJ	58.640,00	18.760,00		58.640,00	30/abr/08	12/mar/12	Adimplente
4	624086	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	624200	PM AMONTADA/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624199	PM P AFONSO-BA/BA	58.640,00	10.546,15		0	30/abr/08	05/nov/11	Adimplente
4	624198	PM REMANSO/BA	58.640,00	3.000,00		58.531,21	30/abr/08	05/set/12	Adimplente
4	624197	PM JUAZEIRO/BA	58.640,00	2.932,00		58.536,16	30/abr/08	05/set/12	Adimplente
4	624194	PM ARAPONGAS/PR	58.640,00	11.728,00	4.885,66	54.085,66	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	624193	PM A.L.DE GOIAS/GO	58.640,00	2.932,00		115.719,15	02/mai/08	31/mar/12	Adimplente
4	624192	PM CIDADE OCIDE/GO	58.640,00	5.277,60		115.719,15	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	624191	PM TANGUA/RJ	58.640,00	1.759,20		58.640,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624190	PM CEARA MIRIM/RN	58.640,00	2.932,00		58.640,00	30/abr/08	10/jun/12	Adimplente
4	624188	PM TERESOPOLIS/RJ	58.640,00	11.728,00		58.640,00	30/abr/08	29/fev/12	Adimplente
4	624169	PM MACHADO/MG	58.640,00	3.118,60		58.640,00	30/abr/08	31/dez/11	Adimplente
4	624186	PM JOSE MIPIBU/RN	58.640,00	6.000,00		58.640,00	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	624171	PM N.GAMA/GO	58.640,00	2.400,00		115.719,15	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	624184	PM BIGUACU-SC/SC	38.860,00	18.323,36		38.860,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624183	ESTADO SC/SC	245.058,80	67.200,00		278.423,91	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	624182	PM TAMBORIL/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	29/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624181	PM VICOSA CEARA/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624180	D. FEDERAL/DF	245.850,00	50.000,00		422.862,00	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	624179	ESTADO PB/PB	245.850,00	29.150,00		245.850,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624178	PM JOAO PESSOA/PB	58.640,00	2.932,00		58.640,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624177	PM CONDE - PB/PB	48.750,00	1.462,50		48.750,00	09/mai/08	09/dez/12	Adimplente
4	624176	PM BIRIGUI/SP	58.640,00	5.100,00		58.640,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	624173	PM S.A.DESCOBER/GO	58.640,00	2.932,00		115.719,15	02/mai/08	31/mar/12	Adimplente
4	624202	PM CAMOCIM/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	30/abr/08	30/dez/12	Adimplente
4	624187	PM TOUROS/RN	58.640,00	1.850,00		58.640,00	30/abr/08	31/dez/11	Adimplente
2	647973	ESTADO AC/AC	1.646.932,68	182.992,52		1.646.932,68	30/dez/08	30/dez/11	Adimplente
4	651761	PM NITEROI/RJ	48.750,00	98.950,00		48.750,00	31/dez/08	30/abr/12	Adimplente
2	651492	PM D.FELICIANO/RS	98.200,00	7.488,00	27.800,42	98.200,00	30/dez/08	30/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	651346	PM NATAL/RN	55.673,00	3.000,00		55.673,00	16/dez/08	30/dez/12	Adimplente
4	651340	PM ALFENAS/MG	58.640,00	6.516,00		58.640,00	17/dez/08	30/dez/11	Adimplente
4	651294	PM BOA VISTA/RR	58.640,00	3.086,32		117.280,00	03/nov/08	10/mai/12	Adimplente
2	650968	PM PORTO WALTER/AC	196.400,00	9.476,61	186.736,88	196.400,00	19/fev/09	30/jul/12	Adimplente
2	652915	PM CRUZ ALTA/RS	98.200,00	120.072,28		117.840,00	11/set/08	29/fev/12	Adimplente
2	650966	PM PORTO WALTER/AC	344.750,00	10.662,37	230.258,53	344.750,00	19/fev/09	30/nov/12	Adimplente
4	649591	ESTADO RR/RR	245.850,00	27.316,67	221.265,00	491.700,00	11/dez/08	28/mar/12	Adimplente
4	649081	PM ALTA FLOREST/RO	58.640,00	1.813,60		58.640,00	15/dez/08	30/abr/12	Adimplente
4	649038	PM COROMANDEL/MG	58.640,00	1.815,00		58.640,00	19/nov/08	14/jul/12	Adimplente
4	648420	ESTADO AM/AM	245.850,00	27.316,67	122.925,00	516.285,00	21/nov/08	14/fev/12	Adimplente
4	648419	DELMIRO GOUVEIA/AL	58.640,00	3.000,00		240.424,00	31/dez/08	30/jun/12	Adimplente
4	648418	PM ARAPIRACA/AL	58.640,00	5.864,00		117.280,00	31/dez/08	30/jun/12	Adimplente
4	648417	PM TUCANO/BA	58.640,00	2.932,00		70.368,00	31/dez/08	05/set/12	Adimplente
2	647978	ESTADO RR/RR	394.200,00	443.446,30		315.360,00	24/dez/08	16/dez/11	Adimplente
2	647977	ESTADO PE/PE	1.976.600,00	391.482,00	203.589,80	1.976.600,00	31/dez/08	31/jul/12	Adimplente
4	643560	PM GRAO PARA/SC	58.640,00	1.759,20		58.640,00	09/dez/08	30/mar/12	Adimplente
4	651132	PM NOVA ODESSA/SP	58.640,00	6.039,83		58.200,00	15/dez/08	31/mar/11	Adimplente
4	658703	PM RONDONOPOLIS/MT	2.965.600,00	328.190,04	477.261,64	625.541,64	24/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658702	PM NAVIRAI/MS	1.482.100,00	35.000,00	597.745,08	1.206.810,19	31/dez/09	30/mai/13	Adimplente
4	658699	PM CAMPO GRANDE/MS	4.251.300,00	654.965,50	2.962.730,97	4.808.484,34	31/dez/09	30/mar/13	Adimplente
4	658698	ESTADO MS/MS	1.901.436,00	335.547,53	32.095,58	846.626,41	31/dez/09	30/mar/13	Adimplente
4	658697	ESTADO MS/MS	1.482.100,00	261.547,06	778.250,71	1.725.886,03	31/dez/09	30/mar/13	Adimplente
4	658695	SEC EST OBRAS P/MG	11.075.400,00	2.823.235,44		4.838.195,57	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	658692	PM TIMON/MA	5.052.390,00	441.573,94	4.548.411,00	5.053.650,00	21/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658691	PM SAO LUIS/MA	4.775.470,00	980.619,18	526.256,79	1.625.092,44	31/dez/09	31/mai/12	Adimplente
4	658690	PM A.L.DE GOIAS/GO	9.394.100,00	1.518.349,15	3.706.911,86	7.416.641,95	31/dez/09	31/out/12	Adimplente
4	658686	PM SOBRAL/CE	4.894.150,00	360.996,35	391.593,32	881.008,32	30/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658680	PM LUIS EDUARDO/BA	4.943.600,00	395.488,00	1.161.698,61	1.161.698,61	23/dez/09	05/set/13	Adimplente
4	652018	PM BUGRE/MG	58.640,00	1.813,61		58.640,00	16/dez/08	30/jun/12	Adimplente
4	658677	PM CAMACARI-BA/BA	13.478.670,00	1.172.058,20		2.176.805,21	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	647972	ESTADO AC/AC	1.646.934,66	419.625,10	331.527,95	1.646.934,66	30/dez/08	30/dez/12	Adimplente
4	657478	PM IBATE/SP	58.640,00	2.590,00		58.640,00	16/dez/09	16/dez/11	Adimplente
4	657475	PM GARCA/SP	58.640,00	4.730,24		57.440,00	14/dez/09	29/mar/11	Adimplente
4	657474	PM BARIRI/SP	58.640,00	1.200,00		58.640,00	11/dez/09	25/mar/12	Adimplente
4	657473	PM TREZE MAIO/SC	28.970,00	600		28.970,00	16/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	657472	PM TREVISÓ/SC	28.970,00	2.591,72		28.970,00	16/dez/09	16/dez/11	Adimplente
4	657471	PM P.GRANDES/SC	28.970,00	600		28.970,00	16/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	657470	PM IMARUI - SC/SC	28.970,00	600	21.975,00	28.970,00	16/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	657469	PM DE GRAVATAL/SC	28.970,00	600		31.867,00	16/dez/09	16/dez/11	Adimplente
4	654179	PM BARRA GARCAS/MT	9.888.600,00	625.096,55	494.430,00	1.666.229,10	19/nov/09	31/out/12	Adimplente
4	658679	PM ITABUNA-BA/BA	14.833.600,00	1.289.878,26	914.825,33	1.979.530,35	18/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	643578	PM LINS/SP	58.640,00	5.401,40		58.640,00	29/dez/08	29/fev/12	Adimplente
4	643593	PM V.GRANDE PAU/SP	58.640,00	8.000,00		58.640,00	17/dez/08	30/dez/12	Adimplente
4	643591	PM S.J.R.PRETO/SP	58.640,00	59.648,00		58.640,00	17/dez/08	31/dez/11	Adimplente
4	643590	PM CALDAS NOVAS/GO	58.640,00	3.087,00		58.640,00	16/dez/08	30/jun/12	Adimplente
4	643589	PM AFRANIO/PE	493.100,00	15.247,55		493.100,00	31/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	643584	ESTADO SP/SP	245.850,00	754.150,00		516.285,00	15/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	643583	ESTADO PI/PI	245.850,00	27.043,50	64.206,54	442.530,00	29/dez/08	31/dez/11	Adimplente
4	643582	ESTADO GO/GO	836.180,00	185.740,00	473.194,26	1.658.720,00	16/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	643581	PM LENÇÓIS PTA./SP	48.750,00	8.567,05		85.583,00	16/dez/08	20/ago/11	Adimplente
2	643994	PM XAXIM - SC/SC	146.950,00	63.829,16	79.573,43	146.950,00	03/set/08	30/jun/12	Adimplente
4	643579	PM BARRETOS/SP	58.640,00	6.515,56		58.640,00	16/dez/08	29/mar/12	Adimplente
4	643995	PM BOA VISTA/RR	4.943.600,00	584.550,37		4.943.600,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	643577	PM VOTUPORANGA/SP	46.772,00	9.354,00		46.772,00	16/dez/08	20/mar/12	Adimplente
4	643576	PM ITAUNA/MG	58.640,00	16.360,00	14.660,00	117.280,00	31/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	643575	PM GOIATUBA/GO	58.640,00	1.814,00		58.640,00	16/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	643574	PM CAPITAO ENEA/MG	493.100,00	54.412,00	375.646,41	457.816,93	31/dez/08	30/dez/12	Adimplente
2	643572	PM S.VIC.SERIDO/PB	295.300,00	15.313,84	27.787,73	295.300,00	30/dez/08	30/set/12	Adimplente
2	643571	PM S.VIC.SERIDO/PB	196.400,00	11.089,00	27.692,40	196.400,00	30/dez/08	30/set/12	Adimplente
4	643568	PM PAINS/MG	573.171,99	250.653,93	447.799,84	573.171,99	31/dez/08	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	643565	PM MARAU/RS	196.400,00	77.161,78	38.003,52	196.400,00	18/jul/08	30/jun/12	Adimplente
4	643563	PM PIRIPIRI/PI	58.640,00	3.078,60		58.640,00	26/out/08	31/dez/12	Adimplente
4	643562	PM UNIAO/PI	58.640,00	1.811,98		58.640,00	26/dez/08	30/ago/12	Adimplente
4	625966	PM COLOMBO/PR	564.594,27	178.735,68		56.459,43	30/abr/08	30/jan/12	Adimplente
4	643580	PM E.T.DE EMBU/SP	28.970,00	3.300,00		28.970,00	17/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	647956	ESTADO PR/PR	245.850,00	61.462,50	100.859,27	442.530,00	31/dez/08	31/dez/12	Adimplente
2	647971	ESTADO AC/AC	1.646.933,17	413.859,08		1.646.933,17	30/dez/08	30/dez/12	Adimplente
2	647970	ESTADO AC/AC	1.646.933,17	492.968,89		1.646.933,17	30/dez/08	30/dez/12	Adimplente
2	647969	ESTADO AC/AC	1.646.933,17	446.982,44	324.939,92	1.646.933,17	30/dez/08	30/dez/12	Adimplente
2	647968	ESTADO AC/AC	1.646.933,17	434.589,83	61.265,92	1.646.933,17	30/dez/08	30/dez/12	Adimplente
4	647967	ESTADO MT/MT	245.850,00	54.607,04	166.634,30	491.700,00	24/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	647966	ESTADO MS/MS	245.850,00	54.150,00		737.550,00	12/dez/08	30/nov/12	Adimplente
4	647965	PM JAU/SP	58.640,00	6.515,56		58.640,00	24/dez/08	30/jul/12	Adimplente
4	647964	PM COLOMBO/PR	58.640,00	11.728,00		58.640,00	26/dez/08	29/fev/12	Adimplente
4	647963	PM BARRA GARCAS/MT	58.640,00	3.086,32		58.640,00	30/dez/08	31/jul/12	Adimplente
4	647962	PM NAVIRAI/MS	58.640,00	2.932,00		58.640,00	12/dez/08	30/mai/12	Adimplente
4	643594	PM ALTOS/PI	58.640,00	1.811,98		58.640,00	30/dez/08	31/dez/12	Adimplente
2	647958	PM IPAMERI - GO/GO	195.015,40	67.237,48	15.640,24	195.015,40	31/dez/08	23/ago/12	Adimplente
4	658712	ESTADO PE/PE	8.405.100,00	3.439.577,63		1.447.506,70	11/dez/09	28/fev/13	Adimplente
4	647955	PM CONTENDA/PR	58.640,00	1.814,00		58.640,00	26/dez/08	29/fev/12	Adimplente
4	647951	MACEIO/AL	58.640,00	513.242,50		117.280,00	29/dez/08	29/mar/12	Adimplente
2	647949	ESTADO RJ/RJ	7.019.115,40	1.853.361,64		5.615.292,32	31/dez/08	30/dez/11	Adimplente
2	647948	PM ITUMBIARA/GO	986.907,70	86.500,00	18.751,25	986.907,70	31/dez/08	31/dez/12	Adimplente
2	647945	PM DIADEMA/SP	98.200,00	47.056,31	25.748,04	98.200,00	31/dez/08	26/dez/12	Adimplente
2	647944	PM COLINAS TOCA/TO	295.300,00	12.265,49	195.636,25	295.300,00	29/dez/08	28/jun/12	Adimplente
2	647942	ESTADO PE/PE	295.300,00	189.740,87	160.584,14	295.300,00	31/dez/08	30/set/12	Adimplente
2	647941	PM JARDIM/MS	493.100,00	33.624,05	87.525,25	493.100,00	30/dez/08	30/mai/12	Adimplente
4	658815	PM CRUZ ALMAS/BA	58.640,00	2.400,00		58.640,00	22/dez/09	05/set/12	Adimplente
4	658704	PM ANANINDEUA/PA	5.457.880,00	1.537.260,44		669.772,36	30/dez/09	15/dez/12	Adimplente
4	658827	PM S. RAMALHO/BA	58.640,00	1.200,00		56.640,00	29/dez/09	30/abr/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	658826	PM S.M.VITORIA/BA	58.640,00	1.360,00		38.640,00	31/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658825	PM RIACHO SANT./BA	58.640,00	1.759,20		38.640,00	30/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658824	PM PARATINGA/BA	58.640,00	1.200,00		38.640,00	30/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658823	PM MUCURI - BA/BA	58.640,00	1.360,00		38.640,00	31/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658822	PM MONTE SANTO/BA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	29/dez/09	05/set/12	Adimplente
4	658821	PM MARAU/BA	28.970,00	1.448,50		9.300,00	30/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658820	PM L N SENHORA/BA	58.640,00	1.200,00		38.640,00	31/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658819	PM JEQUIE - BA/BA	58.640,00	2.400,00		38.640,00	30/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658830	PM UBAITABA/BA	58.640,00	5.800,00		58.640,00	30/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658817	PM IPIRA-BA/BA	58.640,00	2.400,00	14.162,00	58.640,00	28/dez/09	05/set/12	Adimplente
4	658831	PM ARACOIABA/CE	58.640,00	1.760,00	2.932,00	58.640,00	22/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658814	PM CONDE/BA	58.640,00	1.200,00		58.640,00	30/dez/09	05/mar/12	Adimplente
4	658813	PM CON COITE/BA	58.640,00	2.400,00		58.640,00	30/dez/09	05/set/12	Adimplente
4	658812	PM CATU/BA	58.640,00	1.200,00		58.640,00	29/dez/09	05/mai/12	Adimplente
4	658811	PM CANAVIEIRAS/BA	58.640,00	2.400,00		38.640,00	30/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658810	PM ARACY/BA	58.640,00	2.400,00		58.640,00	28/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658808	PM MAUES/AM	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	31/jan/13	Adimplente
4	658807	PM ITAPIRANGA/AM	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/jan/13	Adimplente
4	658806	PM CAAPIRANGA/AM	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/jan/13	Adimplente
4	658805	PM BORBA/AM	58.640,00	1.200,00	14.660,00	20.524,00	31/dez/09	31/jul/12	Adimplente
4	658804	PM B.CONSTANT/AM	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	31/jan/13	Adimplente
4	658803	PM UNIAO PALMAR/AL	58.640,00	2.400,00		58.640,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658818	PM ITABELA/BA	58.640,00	2.400,00		38.640,00	31/dez/09	30/abr/12	Adimplente
4	658844	PM GOIANAPOLIS/GO	28.970,00	1.448,00	7.300,44	28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658857	PM CAROLINA/MA	58.640,00	1.200,00	14.660,00	58.640,00	23/dez/09	28/set/12	Adimplente
4	658856	PM ARAPE/MA	58.640,00	1.200,00	22.283,20	58.640,00	23/dez/09	28/jun/12	Adimplente
4	658855	PM AMARANTE/MA	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/nov/11	Adimplente
4	658854	PM AFONSO CUNHA/MA	28.970,00	730	28.970,00	28.970,00	31/dez/09	29/fev/12	Adimplente
4	658853	PM S L M BELOS/GO	58.640,00	1.200,00	2.932,00	58.640,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658852	PM RIO VERDE-GO/GO	58.640,00	2.400,00	8.796,00	58.640,00	23/dez/09	31/out/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	658851	PM PLANALTINA/GO	58.640,00	4.800,00	14.560,31	58.640,00	29/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	658850	PM PIRES DO RIO/GO	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	658849	PM PIRENOPOLIS/GO	58.640,00	1.360,00		58.640,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658848	PM N.VENEZA/GO	28.970,00	600		28.970,00	23/dez/09	31/dez/11	Adimplente
4	658829	PM UAUÁ/BA	58.640,00	1.360,00		58.640,00	28/dez/09	05/set/12	Adimplente
4	658845	PM JUSSARA/GO	28.970,00	900		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658800	SAO BRAS/AL	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658843	PM CATURAI/GO	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658842	PM BONFINOPOLIS/GO	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	30/nov/11	Adimplente
4	658841	PM ARAGOIANIA/GO	28.970,00	1.030,00	1.448,50	28.970,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	658840	PM CASTELO/ES	58.640,00	1.200,00		58.640,00	30/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	658839	PM B.S.FRANCISC/ES	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente
4	658838	PM TIANGUA/CE	58.640,00	2.400,00		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658837	PM SAO BENEDITO/CE	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658836	PM SANT. ACARAU/CE	58.640,00	1.200,00	2.932,00	58.640,00	31/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658835	PM OCARA/CE	58.640,00	1.813,61	58.640,00	58.640,00	22/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658834	PM ITAPAJÉ/CE	58.640,00	2.443,33	44.910,00	58.640,00	31/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658833	PM CHORO/CE	28.970,00	1.030,00	7.242,50	28.970,00	08/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658832	PM CAUCAIA/CE	58.640,00	2.445,00		58.640,00	31/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658846	PM NEROPOLIS/GO	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	31/dez/11	Adimplente
4	658744	PM RIO NEGRINHO/SC	1.234.850,00	64.923,48	182.634,31	704.881,13	30/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658769	PM RIO JANEIRO/RJ	27.660.930,00	3.010.064,78	2.734.265,98	27.660.930,00	31/dez/09	30/abr/13	Adimplente
4	658766	PM OLINDA/PE	22.429.120,00	1.180.480,00	2.507.117,06	10.967.028,73	31/dez/09	16/fev/14	Adimplente
4	658765	PM RIB. NEVES/MG	29.441.130,00	2.560.098,26	2.808.583,42	5.002.774,69	31/dez/09	31/mar/13	Adimplente
4	658764	PM G.V.ALADARES/MG	49.448.600,00	4.299.878,26	3.891.604,82	21.156.292,82	31/dez/09	30/out/12	Adimplente
4	658763	PM B HORIZONTE/MG	35.207.000,00	3.061.478,26		4.899.970,86	31/dez/09	28/fev/13	Adimplente
4	658762	PM FORTALEZA/CE	20.639.030,00	12.666.930,63	1.031.951,50	2.563.367,53	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658761	PM MANAUS - AM/AM	22.181.870,00	2.464.652,22	1.600.521,80	2.709.615,30	30/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658760	PM DE PALMAS/TO	8.088.620,00	1.431.021,50	105.430,82	3.819.118,29	18/dez/09	18/dez/12	Adimplente
4	658753	PM OSASCO/SP	16.762.150,00	3.920.456,94	1.296.082,20	5.889.026,81	31/dez/09	28/fev/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	658752	PM OSASCO/SP	9.839.150,00	3.754.986,55	2.649.499,18	8.079.640,78	31/dez/09	30/jun/13	Adimplente
4	658749	PM CARAPICUIBA/SP	14.368.770,00	3.769.766,40	3.472.580,75	4.922.032,73	31/dez/09	31/dez/13	Adimplente
4	658802	TRAIPU/AL	58.640,00	1.200,00		58.640,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658745	PM S.BENTO SUL/SC	4.943.600,00	851.948,53	247.180,00	914.071,64	30/dez/09	28/fev/12	Adimplente
4	658773	PM S.B.CAMPO/SP	19.818.160,00	39.710.768,75	10.846.898,19	12.805.514,21	29/dez/09	29/dez/12	Adimplente
4	658741	PM V.ALEGRE/RS	295.300,00	85.757,59	269.313,60	322.859,78	30/dez/09	30/ago/12	Adimplente
4	658740	PM SANTA MARIA/RS	8.108.400,00	705.078,00	366.601,88	2.611.715,64	30/dez/09	07/dez/12	Adimplente
4	658736	PM MUCAJAI/RR	8.899.600,00	181.624,50	3.914.072,06	8.899.600,00	24/dez/09	10/jun/12	Adimplente
4	658735	PM BOA VISTA/RR	14.833.600,00	618.066,67	5.902.548,86	14.833.600,00	28/dez/09	12/jun/12	Adimplente
4	658734	PM NATAL/RN	8.464.440,00	736.038,26	598.415,75	1.868.081,75	30/dez/09	28/fev/12	Adimplente
4	658729	PM QUEIMADOS/RJ	2.965.600,00	272.119,56		148.280,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
4	658727	ESTADO RJ/RJ	9.255.640,00	2.448.360,00	9.255.640,00	11.901.157,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658722	PM S.J.PINHAIS/PR	7.069.950,00	1.988.157,60	705.735,00	1.424.066,12	31/dez/09	31/jan/14	Adimplente
4	658721	PM S J PATROCIN/PR	499.034,00	20.794,00	24.951,70	133.978,21	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658719	PM LONDRINA/PR	14.833.600,00	3.708.400,00	3.883.436,48	24.924.228,00	29/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658717	PM CURITIBA/PR	4.943.600,00	429.878,26	493.100,00	1.470.756,59	28/dez/09	30/out/12	Adimplente
4	658747	PM ARACAJU/SE	16.613.800,00	1.121.580,23	3.405.829,00	5.839.750,70	30/dez/09	30/mar/13	Adimplente
4	658786	CORURIBE/AL	58.640,00	2.400,00		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658710	PM JOAO PESSOA/PB	9.275.420,00	386.475,83		927.542,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658799	SANTANA IPANEMA/AL	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658798	PILAR/AL	58.640,00	1.360,00		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658797	PIACABUCU/AL	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	26/out/12	Adimplente
4	658796	PAO DE ACUCAR/AL	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658795	OLHO D FLORES/AL	28.970,00	1.030,00		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658794	MESSIAS/AL	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658793	MARECHAL DEODOR/AL	58.640,00	1.200,00		58.640,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658792	MAJOR IZIDORO/AL	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658791	JEQUIA DA PRAIA/AL	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	28/jun/12	Adimplente
4	658790	JARAMATAIA/AL	28.970,00	1.030,00		28.970,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658789	FELIZ DESERTO/AL	28.970,00	1.030,00		28.970,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	658770	PM PORTO VELHO/RO	24.674.150,00	986.966,00	10.438.873,44	33.389.725,38	28/dez/09	30/dez/12	Adimplente
4	658787	ESTRELA ALAGOAS/AL	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658772	PM MAUA - SP/SP	49.448.600,00	4.299.878,26	2.829.767,47	10.796.373,82	31/dez/09	28/fev/12	Adimplente
4	658785	CAPELA/AL	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658784	CAJUEIRO/AL	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658783	BOCA DA MATA/AL	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658782	ATALAIA/AL	58.640,00	3.360,00		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658781	AGUA BRANCA/AL	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658780	PM S.R.PURUS/AC	28.970,00	600	7.201,94	28.970,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658779	PM MANOEL URBAN/AC	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658778	PM JORDAO/AC	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	31/dez/11	Adimplente
4	658777	PM BRASILEIA/AC	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	658776	PM ACRELANDIA/AC	28.970,00	870	28.970,00	28.970,00	31/dez/09	30/dez/11	Adimplente
4	658774	PM S.B.CAMPO/SP	21.954.400,00	31.227.413,41	15.401.011,60	20.262.229,79	29/dez/09	29/dez/12	Adimplente
4	658801	SAO JOSE LAJE/AL	58.640,00	1.360,00		58.640,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
4	658788	FEIRA GRANDE/AL	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
4	627324	PM PARANAVAI-PR/PR	30.000,00	3.333,33		30.000,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	626054	PM COROATA/MA	58.640,00	11.728,00		58.640,00	12/mai/08	31/dez/12	Adimplente
4	628459	PM PRIMAVERA/PA	493.100,00	14.793,00	23.520,87	397.783,77	09/jun/08	30/set/12	Adimplente
4	628457	PM ABAETETUBA/PA	1.976.600,00	922.751,32	796.371,94	1.978.883,04	13/jun/08	30/set/12	Adimplente
4	627342	PM ITABUNA-BA/BA	2.500.000,00	125.000,00		2.500.000,00	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	627341	PM IPIAU - BA/BA	700.000,00	42.000,00	168.034,49	418.672,35	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	627338	PM ITAMARAJU-BA/BA	900.000,00	45.000,00		899.999,90	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	627337	PM VARGEM ALTA/ES	558.676,82	88.015,24		96.850,38	13/jun/08	30/ago/13	Adimplente
4	627336	PM BELA VISTA C/PR	493.100,00	193.756,91		182.052,52	13/jun/08	13/dez/12	Adimplente
4	627335	PM VENANCIO AIR/RS	1.378.842,24	236.355,61		1.505.341,41	13/jun/08	30/dez/12	Adimplente
4	627333	PM CAMPO MOURAO/PR	58.640,00	5.864,00		58.640,00	30/abr/08	30/mai/12	Adimplente
4	627332	PM COLORADO/PR	58.640,00	1.759,20	4.554,34	58.640,00	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	628463	PM AUGUS CORREA/PA	540.807,84	71.561,76	37.479,28	115.022,36	09/jun/08	30/abr/12	Adimplente
4	627329	PM MAMBORE/PR	28.970,00	869,1		28.970,00	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	628467	PM SANTA ROSA/RS	533.700,00	158.356,27		567.939,53	29/abr/08	30/ago/12	Adimplente
4	627323	PM PARANAÍ-PR/PR	18.091,00	1.809,10		18.091,00	30/abr/08	29/fev/12	Adimplente
4	627321	PM NOVA VICOSA/BA	877.599,84	66.687,16	299.577,17	443.603,09	09/mai/08	30/nov/12	Adimplente
4	627320	PM GUANAMBI/BA	1.700.000,00	89.473,68	433.167,09	2.215.648,09	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	627318	PM SEROPEDICA/RJ	58.640,00	6.360,00		58.640,00	13/jun/08	30/jun/12	Adimplente
4	627317	PM SUMARE/SP	58.640,00	6.360,00	5.275,76	58.640,00	30/abr/08	27/set/11	Adimplente
4	627314	PM DE BONITO/PA	493.100,00	94.393,00	196.190,09	343.815,77	09/jun/08	30/set/12	Adimplente
4	627313	PM B J TOCANTIN/PA	493.100,00	14.793,00	24.655,00	81.953,22	09/jun/08	30/set/13	Adimplente
4	627312	PM DE CURUCA/PA	493.100,00	145.793,00	17.110,93	381.215,97	09/jun/08	30/set/12	Adimplente
4	627311	PM DE COLARES/PA	493.100,00	94.793,00	106.890,45	180.855,45	09/jun/08	30/set/12	Adimplente
4	627310	PM CASIMIRO ABR/RJ	622.938,68	340.433,15	83.107,68	182.568,79	13/jun/08	28/fev/12	Adimplente
4	627309	PM SUMARE/SP	5.141.344,00	520.225,00	1.592.614,32	5.141.344,00	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	643561	PM OEIRAS - PI/PI	58.640,00	1.811,98		58.640,00	26/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	627330	PM NOVA CANTU/PR	28.970,00	869,1		28.970,00	30/abr/08	29/fev/12	Adimplente
4	628480	PM NOVA PONTE/MG	577.127,18	169.179,21		577.127,18	18/jun/08	31/jul/11	Adimplente
4	630435	PM CAMBORIU/SC	1.249.987,88	293.866,09		0	30/abr/08	30/nov/12	Adimplente
4	630434	PM ARACY/BA	700.000,00	32.594,80		773.840,12	09/mai/08	05/set/12	Adimplente
4	629910	PM ITANHAEM/SP	10.280.000,00	2.069.055,41	1.285.000,00	21.263.820,00	18/dez/07	31/dez/12	Adimplente
4	629745	PM PARANAGUA-PR/PR	1.880.755,42	452.019,70		188.075,54	30/abr/08	28/fev/12	Adimplente
2	629743	PM B. GONCALVES/RS	196.400,00	38.223,00	140.524,20	212.800,00	25/jul/08	29/fev/12	Adimplente
4	629338	PM SATIRO DIAS/BA	493.100,00	119.945,56	73.107,63	493.100,00	30/mai/08	05/set/12	Adimplente
4	629045	PM RORAINOPOLIS/RR	493.100,00	14.793,00		493.100,00	30/abr/08	11/jan/13	Adimplente
4	629043	PM MUANA/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	09/jun/08	30/abr/12	Adimplente
4	629040	PM CANITAR/SP	26.003,00	8.497,00		26.003,00	13/jun/08	20/fev/12	Adimplente
4	628484	PM CANAPOLIS/MG	486.000,00	325.968,21	111.455,20	544.757,40	17/jun/08	30/jul/12	Adimplente
4	628462	PM ALTO PARAISO/GO	418.925,00	31.010,03		487.615,85	30/abr/08	30/dez/11	Adimplente
4	628481	PM BOM SUCESSO/PR	531.556,00	57.684,00	152.777,09	647.974,66	13/jun/08	29/fev/12	Adimplente
4	626053	PM OIAPOQUE/AP	19.080,00	954		57.240,00	12/mai/08	30/out/12	Adimplente
4	628479	PM GRUPIARA/MG	379.671,10	41.042,39		379.671,10	13/jun/08	31/jul/11	Adimplente
4	628478	PM CARNEIRINHO/MG	545.611,00	157.430,82	86.133,66	545.611,00	13/jun/08	31/jul/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	628477	PM S.J.IVAI/PR	196.400,00	75.141,70	52.203,12	196.400,00	13/jun/08	15/dez/12	Adimplente
2	628476	PM N.OLIMPIA/PR	295.300,00	28.719,89	50.378,18	295.300,00	13/jun/08	30/jun/12	Adimplente
4	628474	PM MUCAJAI/RR	394.200,00	20.822,20	2.026,67	499.755,78	30/abr/08	29/mar/12	Adimplente
4	628473	PM JARAGUA SUL/SC	31.932,25	24.461,22		31.932,06	29/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	628472	PM IRITUIA/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	09/jun/08	30/jun/11	Adimplente
4	628471	PM GARRAFAO DO/PA	28.970,00	1.448,50		28.970,00	09/jun/08	14/abr/12	Adimplente
4	628470	PM DE NOVA ESPE/PA	58.640,00	21.160,00		58.640,00	13/jun/08	30/jun/11	Adimplente
4	628469	PM RONDON PARA/PA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	13/jun/08	30/set/12	Adimplente
4	628468	PM PRES VARGAS/MA	493.100,00	45.950,75	154.040,19	493.099,92	13/jun/08	29/fev/12	Adimplente
4	628483	PM ARAPORA/MG	535.860,00	339.388,13		535.860,00	13/jun/08	28/jun/11	Adimplente
4	625988	PM ARES/RN	493.100,00	19.138,91		591.719,79	07/mai/08	20/jun/12	Adimplente
4	626055	ESTADO RJ/RJ	652.172,48	288.258,72		122.869,00	12/mai/08	30/jan/12	Adimplente
4	626011	PM APUÍ/AM	493.100,00	21.900,00		493.100,00	27/mai/08	20/fev/12	Adimplente
4	626010	PM CAREIRO CAST/AM	493.100,00	33.990,20		593.025,78	12/mai/08	04/jan/12	Adimplente
4	626009	PM ATALAIA NORT/AM	493.100,00	21.900,00		493.100,00	28/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	626007	PM FORTIM/CE	578.268,23	144.780,04	93.829,15	180.569,38	12/mai/08	30/out/12	Adimplente
4	626005	PM PARACURU/CE	493.100,00	24.655,00	335.998,34	436.592,28	12/mai/08	30/set/12	Adimplente
4	626001	PM MERUOCA/CE	493.100,00	31.629,42		104.883,48	12/mai/08	30/dez/12	Adimplente
4	625999	PM PACATUBA/CE	520.023,71	40.385,57		714.783,32	12/mai/08	30/nov/12	Adimplente
4	625998	ESTADO CE/CE	512.824,00	38.663,65	271.113,01	392.130,49	12/mai/08	30/dez/12	Adimplente
4	625992	ESTADO RJ/RJ	652.170,55	277.487,51		0	30/abr/08	30/ago/11	Adimplente
4	626013	PM LUIS DOMINGU/MA	418.925,00	21.425,00		119.526,06	11/jun/08	28/jun/12	Adimplente
4	625989	PM S.J.VALE RIO/RJ	493.100,00	123.949,60	105.778,76	155.088,76	30/abr/08	30/jan/12	Adimplente
4	626014	PM MATOES NORTE/MA	418.925,00	12.568,00		528.863,04	10/jun/08	29/fev/12	Adimplente
4	625987	ESTADO RJ/RJ	357.572,54	218.022,81	75.705,88	357.572,54	30/abr/08	28/fev/12	Adimplente
4	625986	ESTADO RJ/RJ	2.672.803,18	2.951.110,10	315.311,07	1.046.429,44	30/abr/08	31/mai/12	Adimplente
4	625985	ESTADO RJ/RJ	642.324,89	588.138,26	446.936,83	713.078,81	30/abr/08	30/set/12	Adimplente
4	625984	ESTADO RJ/RJ	1.183.800,94	310.619,92	17.383,36	298.251,24	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	625982	ESTADO RJ/RJ	686.414,68	478.768,17		285.617,14	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	625980	ESTADO RJ/RJ	3.216.641,90	1.142.048,84	542.918,20	3.216.641,90	30/abr/08	31/mai/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	625979	ESTADO RJ/RJ	688.195,66	313.412,49	233.826,21	587.951,17	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	625978	ESTADO RJ/RJ	687.400,71	635.542,94	556.213,63	739.263,69	30/abr/08	30/set/12	Adimplente
4	625977	ESTADO RJ/RJ	673.767,37	318.473,06	259.181,25	457.629,95	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	625976	ESTADO RJ/RJ	717.672,77	804.103,69	160.126,67	765.365,08	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
4	625975	PM RIO BONITO/RJ	495.338,49	92.047,01	323.077,37	495.338,49	30/abr/08	28/fev/12	Adimplente
4	625971	PM RIO JANEIRO/RJ	3.327.422,00	842.400,00	548.044,71	3.443.220,81	12/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	625991	PM TANGUA/RJ	493.100,00	100.089,74	161.818,19	235.783,19	30/abr/08	30/mar/12	Adimplente
4	626027	PM BACABEIRA/MA	493.100,00	27.100,00		512.427,33	12/mai/08	30/abr/12	Adimplente
4	626051	PM SAO LUIS/MA	725.515,00	36.275,75	466.206,80	572.204,54	12/mai/08	31/dez/12	Adimplente
4	626050	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	626048	PM VIANA/ES	9.991.051,92	736.577,88	198.562,30	6.324.021,01	12/mai/08	30/nov/12	Adimplente
4	626046	PM MORRINHOS/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	12/mai/08	30/dez/12	Adimplente
4	626045	PM CRUZ/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	12/mai/08	30/dez/12	Adimplente
4	626044	PM CASCAVEL/CE	58.640,00	2.932,00		70.368,00	12/mai/08	30/ago/12	Adimplente
4	626043	PM IGUATU/CE	58.640,00	2.932,00		58.640,00	12/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	626042	PM CEDRO/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	12/mai/08	30/dez/12	Adimplente
4	626041	PM ASSARE/CE	40.838,00	10.784,30		16.335,20	12/mai/08	30/dez/11	Adimplente
4	626040	PM S.G.AMARANTE/CE	58.640,00	1.759,20		58.640,00	12/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	626039	ESTADO AP/AP	245.850,00	24.585,00		418.940,85	30/abr/08	31/jul/12	Adimplente
4	626012	PM MONCAO/MA	493.100,00	14.793,00	329.045,63	657.796,86	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente
4	626037	PM RUSSAS/CE	58.640,00	2.932,00		70.368,00	08/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	630439	PM A. TAMANDARE/PR	570.956,49	232.740,03	28.547,82	184.285,20	30/abr/08	31/dez/12	Adimplente
4	626026	PM CANTANHEDE/MA	493.100,00	28.686,00		593.453,62	12/mai/08	30/abr/12	Adimplente
4	626025	PM ARARI/MA	493.100,00	14.793,00		687.933,00	11/jun/08	31/out/12	Adimplente
4	626024	PM J. VIEIRAS/MA	493.100,00	21.900,00		687.932,79	12/mai/08	30/abr/12	Adimplente
4	626023	PM SITIO NOVO/MA	251.784,00	15.559,00	44.389,52	56.978,72	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente
4	626022	PM PIRAPEMAS/MA	493.100,00	14.793,00		684.666,95	10/jun/08	28/set/12	Adimplente
4	626021	PM P.DAS PEDRAS/MA	493.100,00	27.100,00		244.033,00	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente
4	626020	PM P JUSCELINO/MA	506.857,49	26.676,71		602.104,80	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente
4	626019	PM PERITORO/MA	493.100,00	27.100,00	149.771,81	360.226,89	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	626018	PM OLINDA NOVA/MA	493.100,00	27.100,00	121.681,79	352.970,21	12/mai/08	31/mai/12	Adimplente
4	626017	PM MORROS/MA	493.100,00	14.793,00		292.504,73	12/mai/08	31/dez/12	Adimplente
4	626016	PM PALMEIRANDIA/MA	493.100,00	53.127,78	121.393,87	195.358,87	10/jun/08	31/dez/12	Adimplente
4	626015	ESTADO PE/PE	38.860,00	3.886,00		38.743,20	30/abr/08	28/ago/12	Adimplente
4	626038	PM SANTA CRUZ/RN	58.640,00	6.000,00		58.640,00	30/abr/08	20/out/11	Adimplente
4	636652	PM GOIANESIA/GO	58.640,00	3.086,31		58.640,00	27/nov/08	31/dez/12	Adimplente
4	630436	PM CURITIBA/PR	3.476.361,36	617.792,03		1.279.850,05	30/abr/08	31/dez/13	Adimplente
4	637260	PM S.T PATRULHA/RS	58.640,00	9.967,27		100.059,00	15/dez/08	30/dez/11	Adimplente
4	637255	PM ITABIRITO/MG	58.640,00	1.806,00		117.280,00	15/dez/08	28/fev/11	Adimplente
4	637254	PM OURO PRETO/MG	58.640,00	6.300,00		117.280,00	16/dez/08	31/jul/12	Adimplente
4	637253	PM RIO MANSO/MG	58.640,00	1.813,61		117.280,00	15/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	637252	PM SERRO/MG	58.640,00	1.813,61		117.280,00	16/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	636653	PM CAPIVARI SC/SC	58.640,00	1.813,61		58.640,00	21/nov/08	30/dez/12	Adimplente
4	636547	ESTADO AC/AC	221.125,00	24.569,45		442.250,00	18/nov/08	30/nov/11	Adimplente
4	636344	PM TRES PONTAS/MG	58.640,00	21.648,66		58.640,00	28/nov/08	31/dez/11	Adimplente
4	635794	PM COLIDER/MT	58.640,00	6.345,99		57.086,39	14/nov/08	02/mai/11	Adimplente
2	635049	PM TELHA/SE	493.100,00	48.625,29	65.385,06	493.100,00	03/nov/08	31/mai/12	Adimplente
2	634872	PM I.D AJUDA/SE	493.100,00	31.900,00	171.253,63	493.100,00	30/out/08	30/abr/12	Adimplente
2	634871	PM MIMOSO SUL/ES	245.850,00	103.337,78		245.850,00	29/out/08	30/mar/12	Adimplente
4	634745	PM ARARANGUA/SC	58.640,00	5.864,00		58.640,00	27/out/08	30/jun/12	Adimplente
4	634744	PM SOMBRIO - SC/SC	58.640,00	1.759,20		105.552,00	27/out/08	29/dez/12	Adimplente
4	638802	PM P.DAS PEDRAS/MA	58.640,00	3.086,32		117.280,00	17/dez/08	30/nov/11	Adimplente
4	643557	ESTADO CE/CE	245.850,00	500.000,00	54.959,26	442.530,00	17/dez/08	30/dez/12	Adimplente
4	643554	PM JOSE FREITAS/PI	58.640,00	1.811,98		58.640,00	29/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	643553	PM BARRAS/PI	58.640,00	1.811,98		58.640,00	26/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	643552	PM ESPERANTINA/PI	58.640,00	1.811,98		58.640,00	26/dez/08	30/jun/12	Adimplente
4	643551	PM SR BONFIM-BA/BA	58.640,00	2.932,00		58.640,00	11/dez/08	05/mar/12	Adimplente
2	643550	PM JOAO DOURADO/BA	295.300,00	14.765,00	123.730,70	295.300,00	26/dez/08	05/set/12	Adimplente
2	643549	PM S.F. PAULA/RS	196.400,00	190.097,97	151.679,72	196.400,00	31/dez/08	30/jul/12	Adimplente
4	643548	PM JOAQUIM NABU/PE	522.898,20	54.652,48	522.898,20	522.898,20	31/dez/08	30/nov/13	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	643547	PM GUAIMBE/SP	28.970,00	869,1		28.970,00	13/jun/08	29/fev/12	Adimplente
4	640124	PM CAMPO MAIOR/PI	58.640,00	1.811,98		58.640,00	22/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	638805	PM CHAPADINHA/MA	58.640,00	3.086,31		58.640,00	16/dez/08	30/nov/11	Adimplente
4	637263	SEDURB-ADM DIRE/SE	245.850,00	27.350,00		1.471.090,00	16/dez/08	28/fev/12	Adimplente
4	638803	PM RIB.PRETO/SP	58.640,00	17.400,27		58.035,12	15/dez/08	28/jun/11	Adimplente
2	634482	PM M.LIMA/AC	354.640,00	10.968,27		354.640,00	19/set/08	30/mar/12	Adimplente
4	638801	PM MATOES/MA	58.640,00	3.086,31		58.640,00	15/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	638800	PM CAXIAS - MA/MA	58.640,00	3.087,00		58.640,00	17/dez/08	30/nov/12	Adimplente
2	638799	PM JAGUARIBE/CE	987.600,00	79.835,00		987.600,00	15/dez/08	30/dez/12	Adimplente
4	637870	SEDRU/MG	2.509.350,00	307.312,50	186.930,00	5.416.518,00	16/dez/08	31/dez/11	Adimplente
4	637698	PM SARZEDO/MG	58.640,00	1.813,60		58.640,00	16/dez/08	31/dez/12	Adimplente
4	637696	PM MANGA/MG	58.640,00	1.813,61		58.640,00	16/dez/08	30/jun/12	Adimplente
4	637695	PM FORMOSA/GO	58.640,00	3.086,32		58.640,00	17/dez/08	31/mar/12	Adimplente
4	637445	PM MARTINOPOLIS/SP	58.640,00	1.800,00		117.280,00	16/dez/08	31/dez/11	Adimplente
4	637444	PM PRES VENCESL/SP	43.805,00	15.195,00		87.610,00	16/dez/08	05/jan/12	Adimplente
4	637443	PM T. SAMPAIO/SP	58.640,00	1.800,00		117.280,00	16/dez/08	30/jun/12	Adimplente
4	637442	PM PR. EPITACIO/SP	58.640,00	7.360,00		117.280,00	16/dez/08	30/jun/12	Adimplente
4	638804	PM GRAJAU/MA	58.640,00	11.436,44		58.640,00	16/dez/08	29/fev/12	Adimplente
4	630459	PM AMELIA RODRI/BA	493.100,00	24.655,00	101.627,91	267.112,27	06/mai/08	05/set/13	Adimplente
4	630480	PM PORTO VELHO/RO	1.878.236,83	240.085,86		1.402.597,70	12/mai/08	30/nov/12	Adimplente
4	630477	PM CONSTANTINA/RS	480.070,22	127.278,21		634.021,98	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	630476	PM S SEBASTIAO/SP	58.640,00	18.960,00		53.364,24	25/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	630474	PM S.B.D'OESTE/SP	58.640,00	11.360,00	5.275,76	58.640,00	30/abr/08	30/jul/11	Adimplente
4	630473	PM ITUPEVA/SP	58.640,00	15.000,00		52.366,24	29/abr/08	29/fev/12	Adimplente
4	630472	PM JARINU/SP	28.970,00	869,1		28.970,00	29/abr/08	25/mai/12	Adimplente
4	630471	PM HORTOLANDIA/SP	58.640,00	5.864,00	623,45	55.921,69	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	630470	PM F.MORATO/SP	58.640,00	5.864,00	6.273,76	58.640,00	29/abr/08	21/set/11	Adimplente
4	630469	PM ROSEIRA/SP	260.537,41	25.772,07		260.537,41	25/abr/08	26/abr/12	Adimplente
4	630468	PM PIQUETE/SP	500.729,61	37.907,79		500.729,61	25/abr/08	18/abr/12	Adimplente
2	634743	PM ITAPAGIPE/MG	98.200,00	58.169,77	2.651,40	98.200,00	19/set/08	31/jul/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	630461	PM GUAJARA/AM	493.100,00	21.900,00	2.564,12	493.100,00	12/mai/08	12/dez/12	Adimplente
4	630483	PM HORTOLANDIA/SP	1.027.104,00	75.350,89	612.354,31	906.448,70	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	630458	PM IPIRA-BA/BA	493.100,00	24.655,00		493.099,79	07/mai/08	05/set/12	Adimplente
4	630456	PM RIO REAL/BA	526.930,24	65.485,52		770.963,24	08/mai/08	05/set/12	Adimplente
4	630453	PM TAMBAU/SP	19.080,00	2.000,00		20.988,00	12/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	630450	PM JUNDIAI/SP	4.344.486,48	1.124.404,73	2.003.077,50	5.909.544,48	30/abr/08	18/set/12	Adimplente
4	630449	PM PIMENTA BUEN/RO	521.719,00	77.300,00		521.719,00	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	630448	PM AMERICANA/SP	508.709,76	175.299,52	105.099,44	181.405,90	30/abr/08	30/abr/13	Adimplente
4	630447	PM AMPARO/SP	678.127,31	369.314,35	422.136,77	770.948,56	30/abr/08	01/mai/12	Adimplente
4	630446	PM V.PAULISTA/SP	632.151,50	216.619,67		244.033,00	29/abr/08	29/mar/11	Adimplente
4	630445	PM V.PAULISTA/SP	38.860,00	6.700,00		38.776,14	30/abr/08	12/abr/12	Adimplente
4	630443	PM RIO AZUL/PR	563.018,30	104.877,46	464.946,87	563.018,30	12/mai/08	06/abr/12	Adimplente
4	630441	PM ARAPOTI/PR	554.096,77	91.495,15		70.364,68	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	623909	PM BURITINOPOLI/GO	418.925,00	35.986,29		502.612,60	30/abr/08	31/mai/11	Adimplente
4	630464	PM CAMPINAS/SP	2.553.487,04	2.872.266,13	432.226,91	786.140,21	30/abr/08	30/abr/12	Adimplente
4	631090	PM R BRANCO SUL/PR	58.640,00	10.000,00		58.640,00	12/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	630438	PM G. CARNEIRO/PR	500.092,99	65.503,03		529.992,39	30/abr/08	31/mar/12	Adimplente
2	634360	PM VACARIA/RS	196.400,00	68.590,88	75.437,24	196.400,00	11/set/08	30/nov/11	Adimplente
2	634359	PM COTIPORA/RS	196.400,00	49.121,41	88.596,40	196.400,00	12/set/08	30/abr/12	Adimplente
2	634358	PM COTIPORA/RS	98.200,00	19.368,82	22.428,88	98.200,00	12/set/08	30/abr/12	Adimplente
4	632829	SAO MIGUEL CAMP/AL	58.640,00	2.932,00		140.492,60	12/mai/08	30/jun/12	Adimplente
4	632828	SAO MIGUEL CAMP/AL	479.254,00	24.473,09		527.055,86	12/mai/08	19/set/12	Adimplente
4	632090	PM CARACARAÍ/RR	493.100,00	15.250,52	31.361,16	453.397,05	30/abr/08	16/mai/12	Adimplente
4	632044	PM DE COLOMBIA/SP	271.890,00	14.310,00		29.907,90	13/jun/08	29/jun/12	Adimplente
2	631462	PM PEROLA OESTE/PR	146.950,00	12.755,39	37.795,54	146.950,00	30/jul/08	30/dez/12	Adimplente
4	631094	PM BURITI ALEGR/GO	455.221,30	15.932,75	139.403,94	259.346,08	13/jun/08	31/mai/12	Adimplente
2	631093	PM XAPURI/AC	196.400,00	22.137,11		196.400,00	01/jul/08	30/nov/12	Adimplente
4	630481	PM CRISOPOLIS/BA	493.100,00	14.793,00		830.719,00	09/mai/08	05/set/12	Adimplente
2	631091	PM EPITACIOLAND/AC	196.400,00	8.540,93	102.658,28	196.400,00	01/jul/08	30/mar/12	Adimplente
4	630482	PM JABOATAO/PE	9.666.722,00	2.251.408,73		3.487.078,25	13/jun/08	30/ago/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	631089	PM ADRIANOPOLIS/PR	48.750,00	1.500,00		48.750,00	30/abr/08	30/jun/12	Adimplente
4	631088	PM S.MATEUS SUL/PR	58.640,00	1.759,20		54.085,66	30/abr/08	30/dez/11	Adimplente
4	631087	PM SANTA HELENA/GO	58.640,00	1.759,20		67.393,15	13/jun/08	30/jun/12	Adimplente
2	631082	ESTADO AC/AC	493.100,00	265.772,17		708.338,15	24/jun/08	30/mar/11	Adimplente
2	631081	PM BRASILEIA/AC	196.400,00	15.516,71	157.120,00	196.400,00	18/jun/08	28/abr/12	Adimplente
2	630684	FORQUILHA/CE	137.060,00	7.941,80	1.055,36	137.060,00	22/jul/08	30/dez/12	Adimplente
4	630509	PM RECIFE - PE/PE	4.590.373,28	1.265.303,53		4.590.373,28	13/ago/08	30/jun/12	Adimplente
4	630490	PM MAUA - SP/SP	58.640,00	15.000,00		58.640,00	12/mai/08	31/dez/12	Adimplente
4	630489	PM ITUPEVA/SP	556.232,16	94.698,24		244.033,00	29/abr/08	29/ago/12	Adimplente
4	630488	PM ITAQUIRAI/MS	493.100,00	35.572,77		661.458,79	12/mai/08	30/mai/12	Adimplente
4	630485	PM GIRUA/RS	188.488,00	30.805,20		262.275,80	29/abr/08	30/ago/12	Adimplente
2	631092	PM SENA MADUREI/AC	245.850,00	31.241,00		245.850,00	01/jul/08	30/jul/12	Adimplente
2	0352508-61	PM ITAPETINGA/BA	331.500,00	0		331.500,00	31/out/11	31/out/13	Adimplente
2	0352474-66	PM MURIAE - MG/MG	319.800,00	0		319.800,00	25/nov/11	30/jan/13	Adimplente
2	0352458-63	PM IBIUNA - SP/SP	1.000.000,00	0		1.000.000,00	25/nov/11	20/nov/13	Adimplente
2	0352455-30	PM BARRA GARCAS/MT	900.000,00	37.807,98		700.000,00	30/ago/11	05/ago/13	Adimplente
2	0352438-10	PM B CHOCA/BA	100.000,00	0		100.000,00	31/out/11	31/out/13	Adimplente
2	0352436-93	PM RIACHO SANT./BA	171.600,00	0		171.600,00	31/out/11	31/out/13	Adimplente
4	0345431-03	PM S.M. GOSTOSO/RN	48.750,00	1.510,00		48.750,00	27/dez/10	10/jun/12	Adimplente
4	0345430-90	PM MACAU/RN	78.420,00	3.580,00		78.420,00	23/dez/10	20/jun/12	Adimplente
4	0345290-03	PM CAXIAS SUL/RS	78.420,00	106.580,00		156.840,00	30/dez/10	30/jun/12	Adimplente
4	0321535-45	PM JOSE MIPIBU/RN	125.439,25	5.226,64		61.076,06	24/dez/10	10/jun/12	Adimplente
2	718968	PM DOIS VIZINHO/PR	295.300,00	170.887,54	145.110,42	295.300,00	31/dez/09	31/out/12	Adimplente
2	711376	COOPERHAF/SC	384.551,32	3.968,68	334.756,17	371.951,30	29/dez/09	31/dez/11	Adimplente
2	721393	CIDADES/GO	394.200,00	142.442,91	6.031,26	394.200,00	31/dez/09	30/nov/12	Adimplente
2	721391	CIDADES/GO	295.300,00	123.678,32	12.284,48	295.300,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
2	721382	PM CUMARI/GO	98.200,00	17.666,65	24.451,80	98.200,00	31/dez/09	30/out/12	Adimplente
2	721381	CIDADES/GO	295.300,00	123.678,32	12.284,48	295.300,00	31/dez/09	30/nov/12	Adimplente
2	721379	CIDADES/GO	394.200,00	142.442,91	5.952,42	394.200,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
2	721335	PAULO JACINTO/AL	789.800,00	25.200,00	31.592,00	789.800,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	721334	PM REMIGIO/PB	483.210,00	70.627,16		483.210,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	721324	PM ITABAIANA/SE	493.100,00	34.381,92		493.100,00	31/dez/09	31/mai/12	Adimplente
2	721323	PM GOIATUBA/GO	592.000,00	23.680,00		592.000,00	30/dez/09	30/abr/12	Adimplente
2	718971	PM MURICILANDIA/TO	196.400,00	5.281,72	23.351,96	196.400,00	17/dez/09	17/abr/12	Adimplente
2	721405	PM ARAPONGAS/PR	690.900,00	155.433,07		690.900,00	31/dez/09	31/jul/11	Adimplente
2	718969	PM PONTO BELO/ES	117.280,00	4.486,85		117.280,00	31/dez/09	01/dez/12	Adimplente
2	721410	PM TARTARUGALZI/AP	888.700,00	319.696,70		888.700,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
2	718967	PM CAMPINORTE/GO	690.900,00	139.777,65	21.417,90	690.900,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	718966	PM BRASILEIA/AC	493.100,00	10.900,00	73.866,38	493.100,00	31/dez/09	30/jul/12	Adimplente
2	718455	PM TAPEJARA RS/RS	295.300,00	80.694,40	195.104,61	295.300,00	30/dez/09	28/fev/12	Adimplente
2	718452	PM MANOEL URBAN/AC	493.100,00	10.900,00	9.319,59	493.100,00	29/abr/10	30/jul/12	Adimplente
2	718442	PM SENA MADUREI/AC	987.600,00	20.156,75	15.209,04	987.600,00	30/dez/09	30/dez/12	Adimplente
2	717825	PM SANT BOA VIS/RS	198.000,00	59.028,98		196.400,00	24/dez/09	10/ago/12	Adimplente
2	717820	PM PEDRA GRANDE/RN	98.200,00	2.300,00	13.522,14	98.200,00	29/dez/09	20/jul/12	Adimplente
2	717589	PM ERECHIM/RS	987.600,00	579.170,03	396.422,63	987.600,00	30/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	715337	PM DOIS IRMAOS/TO	196.400,00	6.075,00	6.618,68	196.400,00	28/dez/09	28/mar/13	Adimplente
2	714571	UEMP/GO/GO	1.299.719,50	13.280,50	197.817,36	1.013.182,66	29/dez/09	30/abr/12	Adimplente
2	714565	AAHPRUMS-ASS.AP/MS	877.524,30	78.349,57	153.830,01	369.801,44	31/dez/09	30/abr/13	Adimplente
2	718970	PM CHAPADA AREI/TO	295.300,00	10.700,00	163.596,20	295.300,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
2	723530	PM ARRAIAS/TO	394.200,00	35.003,45		394.200,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
2	723558	PM VICOSA/AL	344.750,00	33.895,56	1.516,90	344.750,00	31/dez/09	10/jan/13	Adimplente
2	723556	CAMPO ALEGRE/AL	394.200,00	21.841,96	68.196,60	394.200,00	31/dez/09	05/jan/13	Adimplente
2	723554	JACARE HOMENS/AL	394.200,00	93.735,88	7.371,54	394.200,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
2	723552	ANADIA/AL	394.200,00	12.000,00	36.148,14	394.200,00	31/dez/09	26/dez/12	Adimplente
2	723551	JARAMATAIA/AL	146.950,00	31.931,74		146.950,00	31/dez/09	30/dez/12	Adimplente
2	723547	PM GROAIRAS/CE	295.300,00	16.607,50	6.732,84	295.300,00	31/dez/09	31/ago/12	Adimplente
2	723544	PM ITAMARATI/AM	295.300,00	12.304,14		295.300,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
2	723540	PM ITAMARATI/AM	295.300,00	12.304,14		295.300,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
2	723538	PM ITAMARATI/AM	295.300,00	12.304,14	17.836,12	295.300,00	30/dez/09	31/dez/12	Adimplente
2	723537	PM S.GUIOMARD/AC	987.600,00	20.400,00	11.949,96	987.600,00	31/dez/09	29/jun/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	723536	JEQUIA DA PRAIA/AL	493.100,00	104.482,76		493.100,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
2	721396	PM TEL BORBA/PR	493.100,00	190.477,21		493.100,00	31/dez/09	30/ago/12	Adimplente
2	723532	PM ABADIA GOIAS/GO	196.400,00	8.600,00		196.400,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	711372	ASS AMOR THE/PI	4.354.744,46	43.987,32	785.918,37	2.751.082,46	18/dez/09	30/jul/12	Adimplente
2	722509	PM IACIARA/GO	789.800,00	51.901,30	36.646,72	789.800,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
2	722508	PM VICOSA/AL	987.600,00	113.366,98		987.600,00	31/dez/09	10/jan/13	Adimplente
2	722507	PM S.GUIOMARD/AC	789.800,00	20.200,00		789.800,00	31/dez/09	29/jun/12	Adimplente
2	721806	PM VACARIA/RS	146.950,00	33.470,12	49.639,77	146.950,00	31/dez/09	30/abr/13	Adimplente
2	721799	PM IBIRUBA/RS	98.200,00	48.050,00	83.794,06	98.200,00	30/dez/09	30/mar/12	Adimplente
2	721796	PM CACAPAVA SUL/RS	98.200,00	56.241,53		98.200,00	31/dez/09	30/dez/12	Adimplente
2	721453	PM R.A.D'OESTE/PR	196.400,00	145.649,80	165.899,08	196.400,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	721449	PM PINDARE MIRI/MA	499.999,85	15.000,00		986.200,00	31/dez/09	30/nov/11	Adimplente
2	721445	OLHO D FLORES/AL	295.300,00	50.412,01	7.234,85	295.300,00	31/dez/09	26/dez/12	Adimplente
2	721430	PM ITUMBIARA/GO	987.600,00	86.000,00	16.196,64	987.600,00	31/dez/09	28/fev/13	Adimplente
2	721413	PM TUPIRATINS/TO	196.400,00	50.700,21	15.437,04	196.400,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
2	721412	PM DE TUNTUM/MA	493.100,00	36.014,00		493.100,00	31/dez/09	30/nov/12	Adimplente
2	723535	PM PARANAIGUARA/GO	196.400,00	83.452,96	140.936,64	196.400,00	23/dez/09	30/out/12	Adimplente
2	711381	COOPERHAB/RS	1.178.843,40	84.000,08		116.624,12	30/dez/09	03/fev/12	Adimplente
2	711369	ASASTEST/PE	2.296.358,54	1.409.894,46		229.635,85	31/dez/09	30/dez/13	Adimplente
2	710730	PM PINDORAMA/TO	196.400,00	6.074,22	16.910,04	196.400,00	29/dez/09	29/jun/12	Adimplente
2	710181	PM ANHEMBI/SP	730.460,00	40.306,97	108.400,27	730.460,00	21/dez/09	20/abr/14	Adimplente
2	707546	IAPPEC MS/MS	877.524,30	150.000,00	98.809,24	255.815,45	31/dez/09	30/ago/12	Adimplente
2	707541	CMP/BR-SE/SE	4.404.595,00	1.689.956,82		3.850.160,92	29/dez/09	30/mai/13	Adimplente
2	707535	UEMP/GO/GO	3.848.915,46	39.084,54	611.407,78	3.071.030,06	29/dez/09	30/abr/12	Adimplente
2	705475	FECH/RN	482.363,42	4.872,36	282.713,20	482.363,42	30/dez/09	20/jan/12	Adimplente
2	705382	PROVIDA-PROJ.VI/MS	384.551,32	44.000,00	116.134,50	351.784,62	31/dez/09	30/mar/13	Adimplente
2	705372	A.INDIGENA PUXA/SP	877.524,00	100.000,00	457.365,51	784.720,79	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente
2	723571	PM S.G. PALHA/ES	245.850,00	48.382,11	25.519,23	245.850,00	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente
2	733375	F BENTO RUBIAO/RJ	139.935,80	1.413,49	6.996,79	13.993,58	31/dez/10	31/ago/12	Adimplente
2	723562	PM S.J. PARAUNA/GO	196.400,00	131.576,69	8.130,96	196.400,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	736466	ASS MORADORES/PR	1.438.295,00	14.550,00	181.656,66	343.506,69	02/jul/10	28/mai/14	Adimplente
2	736465	UMP/PR/PR	88.310,00	900		10.831,00	02/jul/10	28/mar/12	Adimplente
2	736464	AHBC/SC	1.111.925,00	13.075,00		100.000,00	01/jul/10	31/dez/12	Adimplente
2	735983	UMP BA/BA	87.320,00	1.000,00		57.940,00	23/dez/10	10/dez/12	Adimplente
2	734285	UMP/PR/PR	88.310,00	900		10.831,00	02/jul/10	28/mar/12	Adimplente
2	734280	GEPEDE/MG	97.211,00	981,93		73.970,00	02/jul/10	04/jul/12	Adimplente
2	734275	GEPEDE/MG	97.211,00	981,93		73.970,00	02/jul/10	04/jul/12	Adimplente
2	734230	C T M/TO	741.050,00	7.500,00		28.270,00	27/jul/10	27/jul/11	Adimplente
2	734228	C T M/TO	741.050,00	7.500,00		28.270,00	27/jul/10	27/nov/11	Adimplente
2	734227	SALM-TO/TO	370.175,00	3.750,00		28.270,00	01/jul/10	01/jul/11	Adimplente
2	736485	USINA/SP	43.805,00	500	30.000,00	43.805,00	17/nov/10	30/dez/12	Adimplente
2	733376	HABITAT/PE	741.050,00	15.126,46	192.450,69	511.250,40	12/ago/10	30/nov/12	Adimplente
2	736492	AMETUR/DF	88.310,00	9.000,00	30.000,00	30.000,00	10/set/10	30/set/12	Adimplente
2	733374	INSTITUTO SOMA/SP	488.855,00	5.000,00	24.442,75	133.557,95	02/jul/10	20/out/13	Adimplente
2	733373	INSTITUTO SOMA/SP	763.005,80	7.994,20	159.438,15	362.775,64	02/jul/10	20/abr/13	Adimplente
2	733371	ACOMAR/MG	66.057,50	6.605,70	12.735,89	48.970,00	02/jun/10	30/jun/12	Adimplente
2	733354	FECH/RN	126.139,25	1.750,00		28.270,00	30/dez/10	06/dez/11	Adimplente
2	733353	FECH/RN	59.826,80	800		28.970,00	30/dez/10	06/dez/11	Adimplente
2	733352	COOPERTETO/SP	1.467.965,00	32.035,00	146.796,50	302.267,00	08/jul/10	28/fev/13	Adimplente
2	733351	COOPERTETO/SP	488.855,00	11.145,00		28.270,00	29/jul/10	30/abr/13	Adimplente
2	733349	INST.SABARENSE/MG	858.238,80	8.669,08		28.270,00	29/jun/10	30/jul/12	Adimplente
2	733337	INST.SABARENSE/MG	157.829,00	1.594,23		28.970,00	29/jun/10	30/jul/12	Adimplente
2	732912	OSCIP COSTA SOL/PB	873.865,00	8.850,00		87.386,50	27/set/10	29/dez/12	Adimplente
2	732904	UCES-UNIAO CAMP/PB	2.814.203,87	208.268,69	395.114,22	1.449.778,32	01/jul/10	01/mai/13	Adimplente
2	732836	AFAE ROSA/CE	888.700,00	75.490,00	138.050,00	253.546,11	22/jun/10	22/set/12	Adimplente
2	733382	ACOMAR/MG	69.808,00	6.980,80	3.490,40	6.980,80	02/jun/10	30/dez/11	Adimplente
2	749125	UEMP/GO/GO	493.100,00	6.900,00		351.058,00	10/dez/10	30/abr/12	Adimplente
2	761949	NUHAC/MG	91.800,00	1.000,00		91.800,00	29/dez/11	31/dez/12	Adimplente
2	761939	IDES/BA	90.000,00	909,09		90.000,00	29/dez/11	30/nov/13	Adimplente
2	761935	IGRAPIUNA/BA	90.000,00	909,09		90.000,00	29/dez/11	30/nov/13	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	761934	IGRAPIUNA/BA	90.000,00	909,09		90.000,00	29/dez/11	30/nov/13	Adimplente
2	761932	AGENCIA/BA	60.000,00	1.000,00		60.000,00	29/dez/11	30/nov/13	Adimplente
2	761931	IDES/BA	90.000,00	909,09		90.000,00	29/dez/11	30/nov/13	Adimplente
2	761736	COOHABEL/MG	148.500,00	1.500,00		148.500,00	29/dez/11	31/dez/12	Adimplente
2	761725	UMMP/CN/GO	443.650,00	6.350,00		443.650,00	28/dez/11	30/jun/13	Adimplente
2	761723	COHABC-SP/SP	225.000,00	2.272,73		225.000,00	28/dez/11	28/dez/15	Adimplente
2	761716	UMP BA/BA	225.000,00	2.500,00		225.000,00	31/dez/11	30/nov/13	Adimplente
2	749733	UEMP/GO/GO	146.950,00	3.050,00		30.000,00	10/dez/10	30/abr/12	Adimplente
2	736467	ASS MORADORES/PR	1.082.255,00	11.100,00	134.307,85	230.226,14	02/jul/10	28/mai/14	Adimplente
2	749126	ASMARNO 43/TO	741.050,00	7.486,00		168.750,00	15/set/10	15/set/12	Adimplente
2	732758	C T M/TO	888.700,00	9.000,00	45.590,31	206.356,14	27/jul/10	27/jul/12	Adimplente
2	748401	SANTA MARIA PA/PA	66.057,50	1.348,11		30.000,00	24/dez/10	28/set/12	Adimplente
2	748303	USINA/SP	26.003,00	300	17.429,81	34.576,19	17/nov/10	30/dez/12	Adimplente
2	748251	AS D S COMB POB/SE	888.700,00	31.976,77	872.436,79	888.700,00	02/set/10	30/set/12	Adimplente
2	747868	SOC LUTA MORADI/SP	179.092,50	1.825,00		30.000,00	24/dez/10	30/out/12	Adimplente
2	747867	SOC LUTA MORADI/SP	493.800,00	7.200,00		30.000,00	30/dez/10	30/dez/12	Adimplente
2	747866	PM NAO-ME-TOQUE/RS	98.200,00	93.116,88		98.200,00	04/ago/10	30/ago/12	Adimplente
2	747865	PM F.WESTPHALEN/RS	493.100,00	24.400,00		493.100,00	07/dez/10	31/dez/12	Adimplente
2	746855	PM IRACEMA OEST/PR	295.300,00	15.600,00		295.300,00	24/ago/10	24/jun/14	Adimplente
2	745739	PM PORTO GRANDE/AP	770.020,00	15.918,32		770.020,00	31/dez/10	31/mar/13	Adimplente
2	740532	PM R.A.D'OESTE/PR	196.400,00	38.952,29		196.400,00	02/dez/10	30/jun/13	Adimplente
2	740529	PM ANAHY/PR	245.850,00	163.261,00		245.850,00	11/ago/10	11/ago/12	Adimplente
2	736493	AMETUR/DF	88.310,00	9.000,00		30.000,00	17/dez/10	30/set/12	Adimplente
2	749702	COLINA/PE	88.310,00	909		30.000,00	31/dez/10	01/set/12	Adimplente
2	724570	PM CACEQUI/RS	196.400,00	25.000,00	15.083,52	196.400,00	31/dez/09	04/out/12	Adimplente
2	728170	SOC LUTA MORADI/SP	789.800,00	90.200,00	192.632,22	294.911,32	31/dez/09	30/abr/12	Adimplente
2	728111	SOC LUTA MORADI/SP	779.712,20	100.287,80	151.809,97	211.457,95	31/dez/09	30/abr/12	Adimplente
2	728107	SOC LUTA MORADI/SP	743.032,66	136.967,34	158.634,56	332.061,30	31/dez/09	30/abr/12	Adimplente
2	728080	SOC LUTA MORADI/SP	1.757.833,00	420.167,00	624.030,72	1.372.440,46	31/dez/09	31/out/12	Adimplente
2	727718	PM ESPERANTINA/TO	196.400,00	6.074,22	12.923,48	196.400,00	31/dez/09	31/mar/13	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	727717	ESTRELA ALAGOAS/AL	245.850,00	5.017,35		491.700,00	31/dez/09	30/set/12	Adimplente
2	727716	PM PEDRINOPOLIS/MG	149.917,00	52.158,54	16.116,08	149.917,00	31/dez/09	31/jul/12	Adimplente
2	727709	JARAMATAIA/AL	196.400,00	4.014,88	41.852,84	196.400,00	31/dez/09	30/dez/12	Adimplente
2	727708	TRAIPU/AL	394.200,00	12.191,75	47.304,00	394.200,00	31/dez/09	23/dez/12	Adimplente
2	727706	PM S.GUOMARD/AC	493.100,00	10.900,00	11.538,54	493.100,00	31/dez/09	29/jun/12	Adimplente
2	727705	PM OUROESTE/SP	592.000,00	329.385,64		592.000,00	31/dez/09	20/mar/12	Adimplente
2	732787	SALM-TO/TO	888.700,00	9.000,00		136.920,00	17/jun/10	17/out/12	Adimplente
2	724761	PM BERN BATISTA/PB	146.950,00	4.544,85		146.950,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	728175	SALM-TO/TO	877.524,30	9.000,00	431.390,95	877.524,30	31/dez/09	30/nov/12	Adimplente
2	724569	PM DE TUNTUM/MA	641.450,00	40.224,00	385.126,58	641.450,00	31/dez/09	31/jul/12	Adimplente
2	724552	ESTADO MT/MT	3.049.665,00	338.851,67		3.049.665,00	31/dez/09	08/dez/11	Adimplente
2	724173	PM CIRIACO/RS	196.400,00	28.728,75	126.206,64	196.400,00	30/dez/09	30/mar/12	Adimplente
2	724169	PM LAG VERMELHA/RS	146.950,00	33.995,30	146.950,00	146.950,00	30/dez/09	31/mar/12	Adimplente
2	724166	PM CARAZINHO-RS/RS	196.400,00	55.641,26		196.400,00	29/dez/09	31/mar/12	Adimplente
2	724163	PM PEJUCARA RS/RS	146.950,00	35.918,64	5.936,78	146.950,00	31/dez/09	30/ago/12	Adimplente
2	724155	PM M. DE MELLO/PR	295.300,00	75.362,12	50.319,12	295.300,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	723897	PM C.NATIVIDADE/TO	196.400,00	23.609,53	1.984,00	196.400,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
2	723896	PM DIVINOPOLIS/TO	295.300,00	17.700,00	45.476,00	295.300,00	28/dez/09	28/abr/12	Adimplente
2	723895	PM CRUZ ALTA/RS	98.200,00	32.498,10	52.232,58	98.200,00	30/dez/09	30/abr/12	Adimplente
2	723576	PM NATIVIDADE/RJ	394.200,00	11.826,00		394.200,00	30/dez/09	31/jan/12	Adimplente
2	724762	PM SANTAREM/PB	443.650,00	27.644,38		443.650,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	729142	PM CONCEICAO/PB	196.400,00	11.695,60		196.400,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	723569	PM MONTANHA/ES	146.950,00	6.900,00		146.950,00	31/dez/09	01/dez/12	Adimplente
2	730523	PM MACIEIRA/SC	98.200,00	34.134,15		98.200,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
2	730520	PM AGROLANDIA/SC	98.200,00	53.311,62	24.726,76	98.200,00	31/dez/09	30/out/12	Adimplente
2	730518	PM PENHA/SC	146.950,00	33.050,00		146.950,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
2	730517	PM LEBON REGIS/SC	98.200,00	19.096,60		98.200,00	31/dez/09	30/nov/12	Adimplente
2	730516	PM MODELO/SC	98.200,00	54.983,36	8.867,46	196.400,00	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente
2	730515	PM PINHEIRO PRE/SC	98.200,00	6.162,48	80.190,12	98.200,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
2	730514	PM ITAPIRANGA/SC	196.400,00	114.145,43	16.870,76	196.400,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	730513	PM ROLANDIA -PR/PR	295.300,00	59.405,34	28.525,98	295.300,00	31/dez/09	25/jul/12	Adimplente
2	730511	PM GUARANIACU/PR	98.200,00	42.903,26		98.200,00	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
2	730501	PM PEDRA BRANCA/PB	592.000,00	47.128,62	57.720,00	592.000,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	730490	PM BANDEIRANTE/SC	98.200,00	16.474,22	69.928,22	98.200,00	31/dez/09	31/mar/12	Adimplente
2	728171	SOC LUTA MORADI/SP	779.712,20	100.287,80	164.051,44	222.529,86	31/dez/09	30/abr/12	Adimplente
2	730488	PM B.J OESTE/SC	98.200,00	22.605,18		98.200,00	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente
2	728173	COOHAB BEMVIVER/RS	2.120.813,90	21.422,37	455.562,61	873.332,20	31/dez/09	30/dez/12	Adimplente
2	729141	PM UMBUZEIRO/PB	98.200,00	17.869,80		98.200,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	729135	PM UMBUZEIRO/PB	98.200,00	17.869,80		98.200,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	729134	PM LIVRAMENTO/PB	196.400,00	31.804,91		196.400,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	729055	PM LAGOA MATO/MA	394.200,00	12.061,85	16.162,00	394.200,00	31/dez/09	31/jul/12	Adimplente
2	728346	PM SERRA/ES	344.750,00	93.260,58	130.522,35	344.750,00	31/dez/09	30/mar/12	Adimplente
2	728343	PM MARILAC/MG	690.900,00	22.532,85	85.188,34	690.900,00	04/fev/10	30/mai/12	Adimplente
2	728205	UAMA-UNIAO ASSO/RS	877.524,30	8.863,88		836.492,43	31/dez/09	30/set/11	Adimplente
2	728190	ACHABPOPMC/RO	879.380,70	10.987,30		262.554,21	31/dez/09	30/nov/11	Adimplente
2	728186	AECQQ TE/PI	349.338,96	10.646,14		33.673,90	31/dez/09	31/dez/12	Adimplente
2	728183	AHAR - ALFENAS/MG	844.293,90	275.474,46	94.476,49	136.691,18	31/dez/09	01/jan/12	Adimplente
2	728178	AMPRO CURUCA/PA	888.700,00	81.064,05	234.350,19	402.669,97	30/dez/09	30/set/12	Adimplente
2	732759	SALM-TO/TO	888.700,00	9.000,00		145.920,00	10/jun/10	10/out/12	Adimplente
2	730489	PM BARRA QUARAI/RS	98.200,00	115.390,90	2.680,86	98.200,00	31/dez/09	30/jun/12	Adimplente
2	761950	HABITAR/MG	360.000,00	4.000,00		360.000,00	30/dez/11	31/dez/12	Adimplente
4	614953	PM POXOREO/MT	28.970,00	5.280,95		28.003,00	31/dez/07	09/jun/11	Concluído
4	614951	PM SINOP/MT	43.805,00	6.751,77		42.609,75	31/dez/07	14/jul/11	Concluído
4	614967	PM L.DO SUL/RS	28.970,00	6.036,91		26.694,22	31/dez/07	30/jun/11	Concluído
4	615006	PM SAO GABRIEL/RS	58.640,00	17.060,68		37.260,06	21/dez/07	30/mar/11	Concluído
4	615009	PM BARRA QUARAI/RS	20.069,00	22.786,49		16.113,51	21/dez/07	30/jun/11	Concluído
4	614979	PM TACARATU/PE	28.970,00	2.591,49		57.075,00	21/dez/07	30/dez/11	Concluído
4	614976	PM SERTANIA/PE	58.640,00	10.737,00		57.233,54	21/dez/07	02/dez/11	Concluído
4	614973	PM GRAVATAI/RS	58.640,00	18.322,93		51.135,83	31/dez/07	30/dez/11	Concluído
4	614972	PM JAGUARI/RS	28.970,00	7.797,62		28.870,00	18/dez/07	01/mar/12	Concluído

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614970	PM HERVAL/RS	28.970,00	7.396,87		28.961,17	31/dez/07	30/dez/11	Concluído
4	614899	PM PATOS DE MIN/MG	58.640,00	21.236,60		58.264,17	21/dez/07	31/dez/11	Concluído
4	614913	PM B.DO BUGRES/MT	58.640,00	5.357,12		58.640,00	31/dez/07	20/out/11	Concluído
4	615069	PM B.DO BUGRES/MT	19.080,00	2.019,10		19.080,00	31/dez/07	20/jun/11	Concluído
2	615146	PM DE APORE/GO	987.600,00	65.758,79		971.346,94	31/dez/07	31/mar/11	Concluído
4	614682	PM DE PALMAS/TO	19.430,00	3.765,10		19.430,00	27/dez/07	30/nov/11	Concluído
4	614831	PM DE MATARACA/PB	28.970,00	2.273,91		28.590,57	31/dez/07	31/dez/11	Concluído
4	614830	PM MARI/PB	48.750,00	4.301,02		48.750,00	31/dez/07	31/dez/11	Concluído
4	614849	PM C. GRANDE/PB	58.640,00	13.292,49		58.297,98	31/dez/07	31/dez/11	Concluído
4	614758	PM BARAO DE COC/MG	58.640,00	17.069,54		53.600,00	31/dez/07	30/mar/11	Concluído
4	623571	PM GUAPORE/RS	43.805,00	9.054,10		32.000,00	30/abr/08	30/mar/11	Concluído
4	623570	PM CAMAQUA - RS/RS	58.640,00	13.409,84		39.523,81	29/abr/08	30/dez/11	Concluído
4	623560	PM IMBITUBA/SC	48.750,00	8.315,06		37.501,00	28/abr/08	30/jun/11	Concluído
4	623558	PM ICARA - SC/SC	58.640,00	7.204,72		58.240,80	29/abr/08	30/jan/11	Concluído
4	623613	PM MAFRA/SC	58.640,00	11.922,47		47.272,72	30/abr/08	30/abr/11	Concluído
4	623603	PM SAO L.OESTE/SC	58.640,00	11.243,83		58.640,00	30/abr/08	30/abr/11	Concluído
4	623601	PM SAO LUDGERO/SC	28.079,90	5.851,81		19.387,60	30/abr/08	29/jul/11	Concluído
4	623593	PM PIRATINI/RS	14.135,00	2.434,60		14.029,13	29/abr/08	30/dez/11	Concluído
4	623583	PM GUAIRA/PR	58.640,00	8.021,60	4.554,34	57.840,00	30/abr/08	30/dez/11	Concluído
4	623582	PM DOIS VIZINHO/PR	39.000,00	25.348,12		51.215,00	30/abr/08	28/jun/11	Concluído
4	623435	PM SAMPAIO/TO	28.970,00	4.166,89		55.043,00	30/abr/08	30/out/11	Concluído
4	623614	PM ORLEANS/SC	58.640,00	15.990,93		30.725,00	30/abr/08	31/dez/11	Concluído
4	623635	PM SERTAOZINHO/SP	38.860,00	27.749,36		38.860,00	30/abr/08	18/jun/11	Concluído
4	623633	PM GURUPI/TO	46.277,50	36.689,78		46.277,50	30/abr/08	30/abr/11	Concluído
4	623630	PM VENANCIO AIR/RS	58.640,00	11.733,82		43.978,55	29/abr/08	30/dez/11	Concluído
4	623628	PM DE TEUTONIA/RS	48.750,00	8.652,66		41.553,40	30/abr/08	30/dez/11	Concluído
4	623634	PM GUARAI/TO	27.783,20	4.825,44		27.783,20	30/abr/08	30/jan/12	Concluído
4	623617	PM JOINVILLE/SC	58.640,00	39.066,04		58.640,00	29/abr/08	27/jun/11	Concluído
4	623672	PM GUIMARANIA/MG	418.925,00	57.680,29		583.909,58	30/abr/08	30/jul/11	Concluído
4	623664	ESTADO AL/AL	245.850,00	35.694,39		665.689,78	30/abr/08	30/abr/11	Concluído

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	621062	PM COLORADO/RS	28.970,00	5.424,74		27.630,90	28/dez/07	30/mar/11	Concluído
4	623247	PM CLEVELANDIA/PR	512.815,45	61.001,26		571.410,01	30/abr/08	31/mar/11	Concluído
4	620507	PM SARANDI RS/RS	28.970,00	5.014,89		27.158,00	20/dez/07	31/ago/11	Concluído
4	623356	ESTADO AC/AC	493.100,00	211.174,13		679.937,78	30/abr/08	28/jan/11	Concluído
4	623354	ESTADO AC/AC	493.100,00	118.411,87		687.369,68	30/abr/08	28/fev/11	Concluído
4	623349	PM S.DOMINGOS/SC	482.221,00	74.923,69	36.889,90	482.461,20	30/abr/08	30/set/11	Concluído
4	623337	PM ITAPIRA - SP/SP	443.650,00	260.260,30		801.371,25	30/abr/08	31/jan/11	Concluído
4	623348	PM XANXERE/SC	408.046,00	126.074,75		433.804,20	30/abr/08	31/jan/11	Concluído
4	623413	PM ESPERANTINA/TO	295.300,00	23.907,80		291.290,17	30/abr/08	30/abr/11	Concluído
4	623361	PM FRAIBURGO-SC/SC	493.100,00	246.608,19	46.647,26	511.394,01	30/abr/08	30/jun/11	Concluído
4	623391	PM JACAREI/SP	28.970,00	4.138,98		36.861,43	28/abr/08	29/abr/11	Concluído
4	623370	PM BAURU/SP	28.970,00	5.719,31		53.723,00	30/abr/08	20/jun/11	Concluído
4	623282	PM ASSIS CHATEA/PR	315.185,57	54.633,81		318.517,72	30/abr/08	30/ago/11	Concluído
4	623324	PM DE APORE/GO	418.925,00	19.317,34		520.671,06	30/abr/08	31/jul/11	Concluído
4	623306	PM MS TOCANTINS/TO	28.970,00	3.137,14		55.043,00	29/abr/08	29/jun/11	Concluído
4	623303	PM FORMOSO/TO	28.970,00	1.385,19		48.443,63	30/abr/08	30/abr/11	Concluído
2	597739	PM IRACEMA OEST/PR	146.250,00	44.831,04		146.250,00	11/dez/07	11/mar/11	Concluído
4	600646	PM CACADOR - SC/SC	58.640,00	17.892,48		36.732,80	18/dez/07	18/dez/11	Concluído
4	600644	PM ST ANGELO-RS/RS	58.640,00	21.506,49		58.640,00	12/dez/07	30/abr/11	Concluído
4	600642	PM CAMPO JORDAO/SP	58.640,00	31.600,21		58.640,00	10/dez/07	03/jun/11	Concluído
4	600638	PM CHAPECO/SC	58.640,00	15.062,39		58.372,00	18/dez/07	18/ago/11	Concluído
4	600635	PM CONCORDIA/SC	270.000,00	161.737,01		269.326,06	18/dez/07	18/dez/11	Concluído
4	605176	PM LAGES/SC	38.860,00	14.213,59		27.574,00	07/dez/07	30/jun/11	Concluído
4	605182	PM NOVA MAMORE/RO	56.640,00	11.939,96		54.150,00	14/dez/07	30/mar/11	Concluído
4	605223	PM PINDAMONHANG/SP	19.080,00	15.615,22		19.593,50	31/dez/07	29/jun/11	Concluído
4	605202	PM PORANGABA/SP	28.970,00	2.719,10		57.940,00	14/dez/07	30/abr/11	Concluído
4	605187	PM FOZ IGUACU/PR	58.640,00	21.727,03		57.600,00	29/dez/07	29/mar/11	Concluído
4	605184	PM CASCAVEL -PR/PR	58.640,00	27.589,88		54.346,94	29/dez/07	29/mar/11	Concluído
4	605208	PM TATUI - SP/SP	58.640,00	21.388,47		50.000,00	14/dez/07	30/jun/11	Concluído
2	605103	PM AMETISTA DO/RS	97.500,00	16.032,16	31.941,00	97.111,50	28/dez/07	31/dez/11	Concluído

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	602861	PM C.DO OESTE/PR	28.970,00	3.287,56		22.659,20	14/dez/07	28/fev/11	Concluído
4	605133	PM MARINGA/PR	58.640,00	17.190,03		51.321,25	28/dez/07	16/set/11	Concluído
2	562685	PM B.PINHAL/RS	195.000,00	151.573,87		195.000,00	14/jun/06	30/dez/11	Concluído
2	562664	PM MARACANAU/CE	4.387.500,00	899.443,63		4.338.569,26	13/jun/06	30/jan/11	Concluído
2	563018	PM CABO/PE	438.750,00	854.389,48		877.500,00	23/jun/06	30/jun/11	Concluído
2	562637	PM JAGUAQUARA/BA	487.500,00	38.121,68		487.500,00	30/jun/06	31/mar/11	Concluído
2	562164	PM NOVA CANTU/PR	292.500,00	23.482,70		292.500,00	16/jun/06	30/mai/11	Concluído
2	570230	PM S SEBASTIAO/PB	195.000,00	28.302,68		195.000,00	28/ago/06	31/out/12	Concluído
2	575086	PM SAO MIGUEL I/PR	195.000,00	54.343,29		195.000,00	24/nov/06	24/fev/11	Concluído
2	564506	PM NOVA IGUACU/RJ	5.145.414,30	2.501.634,52		4.522.666,59	08/jun/06	22/mai/11	Concluído
2	567959	PM PATO BRANCO/PR	458.749,20	438.518,06		458.749,20	12/jun/06	28/jun/11	Concluído
2	567958	PM DOIS VIZINHO/PR	487.500,00	148.343,11		975.000,00	12/jun/06	12/abr/11	Concluído
2	567248	PM TANGUA/RJ	975.000,00	442.438,10		1.727.725,82	24/ago/06	30/jun/11	Concluído
4	610721	PM VIAMAO/RS	58.640,00	19.330,42		43.325,00	27/dez/07	30/dez/11	Concluído
4	610799	PM CAMPINAS/SP	19.080,00	33.792,51		7.141,41	26/dez/07	24/jun/11	Concluído
4	610656	PM CHARQUEADAS/RS	58.640,00	19.347,06		51.583,33	27/dez/07	30/dez/11	Concluído
4	610654	PM DOM PEDRITO/RS	58.640,00	18.545,39		56.392,08	28/dez/07	30/dez/11	Concluído
4	610639	PM VALE PARAISO/RO	28.970,00	3.422,97		28.080,90	19/dez/07	30/abr/11	Concluído
4	610638	PM N HAMBURGO/RS	58.640,00	20.784,15		56.408,33	28/dez/07	30/dez/11	Concluído
4	610634	PM TAPEJARA/PR	28.970,00	4.046,05		28.630,90	31/dez/07	30/mai/11	Concluído
4	610675	PM GUARUJA/SP	58.640,00	18.597,06		57.126,35	18/dez/07	30/set/11	Concluído
4	614588	PM SJ RIBAMAR/MA	1.000.000,00	135.716,56		1.025.748,21	24/dez/07	30/abr/11	Concluído
4	614599	PM SEN.CANEDO/GO	1.790.000,00	203.653,20		1.789.999,02	27/dez/07	31/mar/11	Concluído
4	611126	PM BERTIOGA/SP	58.640,00	20.959,07		57.540,46	18/dez/07	31/mar/11	Concluído
4	611089	PM DE DOIS IRMA/RS	58.640,00	10.866,19		57.391,26	31/dez/07	30/dez/11	Concluído
4	610447	PM JANAUBA/MG	1.211.560,34	73.226,11	85.017,73	1.235.351,60	27/dez/07	28/mai/11	Concluído
4	610628	PM CEL FREITAS/SC	28.970,00	6.059,16		27.125,90	21/dez/07	30/ago/11	Concluído
4	610614	PM CAMPO GRANDE/MS	58.640,00	7.772,75		58.568,00	31/dez/07	30/dez/11	Concluído
4	610603	PM G.VALADARES/MG	46.772,00	12.110,73		33.386,00	19/dez/07	30/mar/11	Concluído
4	610593	PM MURIAE - MG/MG	58.640,00	21.207,46		57.500,00	31/dez/07	31/mai/11	Concluído

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	659324	PM S.F.ASSIS/RS	28.970,00	1.399,99		28.250,00	16/dez/09	02/set/11	Concluído
4	659323	PM SANTIAGO/RS	58.640,00	15.044,08		58.640,00	18/dez/09	09/mar/11	Concluído
4	659184	PM FARROUPILHA/RS	58.640,00	7.149,25		55.049,79	28/dez/09	30/jun/11	Concluído
4	659182	PM QUEDAS IGUAC/PR	58.640,00	2.732,30		37.436,00	23/dez/09	23/mai/11	Concluído
4	659174	PM TAQUARI/RS	58.640,00	3.509,26		64.504,00	30/dez/09	30/dez/11	Concluído
4	659121	PM S.J.R.PARDO/SP	58.640,00	4.902,44		33.275,72	18/dez/09	18/jul/11	Concluído
4	659127	PM VARGEM G.SUL/SP	58.640,00	2.604,25		37.400,00	18/dez/09	18/mar/11	Concluído
4	659107	PM E.S.PINHAL/SP	58.640,00	3.171,73		42.300,00	18/dez/09	18/out/11	Concluído
4	659113	PM INDAIATUBA/SP	58.640,00	58.457,72		58.640,00	28/dez/09	28/dez/11	Concluído
4	659171	PM RIB. BRANCO/SP	28.970,00	1.266,65		37.661,00	23/dez/09	31/mar/11	Concluído
4	659128	PM COLINAS TOCA/TO	58.640,00	3.987,09		48.645,00	31/dez/09	31/mar/12	Concluído
4	658901	PM CRUZEIRO SUL/RS	28.970,00	830,84		24.304,00	30/dez/09	30/dez/11	Concluído
4	658898	PM C.BORGES/RS	28.970,00	2.649,01		28.970,00	15/dez/09	30/dez/11	Concluído
4	658896	PM BOQ DO LEAO/RS	28.970,00	2.005,98		28.970,00	30/dez/09	30/dez/11	Concluído
4	659054	PM VACARIA/RS	58.640,00	6.299,31		47.165,40	28/dez/09	30/jul/11	Concluído
4	659037	PM PALMAS - PR/PR	58.640,00	2.906,77		37.436,00	23/dez/09	23/mai/11	Concluído
4	659035	PM MARIALVA/PR	58.640,00	4.411,19		58.640,00	17/dez/09	30/jun/12	Concluído
4	624642	PM SAO MIGUEL/TO	295.300,00	18.808,73		289.168,19	05/mai/08	05/mai/11	Concluído
4	624666	PM RIB. BRANCO/SP	546.735,98	117.949,66		521.488,57	30/abr/08	28/fev/11	Concluído
4	624485	PM SORRISO/MT	34.904,00	7.593,46		34.500,00	30/abr/08	17/out/11	Concluído
4	624500	PM MANDAGUARI/PR	544.508,60	189.586,78		561.433,31	30/abr/08	30/set/11	Concluído
4	624491	PM GONC AMARAN/RN	58.640,00	8.461,36		51.968,00	07/mai/08	10/jul/11	Concluído
4	624698	PM SALTO - SP/SP	48.750,00	11.586,25		47.772,73	12/mai/08	28/fev/11	Concluído
4	624083	PM IBIPORA - PR/PR	28.970,00	4.684,43		9.728,06	09/mai/08	31/jul/11	Concluído
4	623955	PM IBIPORA - PR/PR	28.970,00	4.468,91		10.312,18	09/mai/08	31/jul/11	Concluído
4	624172	PM PE. BERNARDO/GO	57.156,50	11.347,42		56.156,50	02/mai/08	30/mar/11	Concluído
4	624189	PM ACU - RN/RN	58.640,00	15.486,03		55.520,00	29/abr/08	20/abr/11	Concluído
4	624174	PM CACOAL/RO	58.640,00	14.652,72		56.868,00	30/abr/08	30/jun/11	Concluído
4	651570	PM PARAISO TOCA/TO	54.684,00	3.425,92		108.992,75	12/dez/08	12/dez/11	Concluído
4	651494	PM GUARAPUAVA/PR	58.640,00	11.409,16		94.598,00	21/nov/08	30/set/11	Concluído

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	651342	PM ARARAS - SP/SP	58.640,00	6.138,80		55.249,20	23/dez/08	23/jun/11	Concluído
4	651341	PM VARGINHA/MG	58.640,00	18.920,70		58.640,00	17/dez/08	30/jun/11	Concluído
4	650848	PM MATA S JOAO/BA	58.640,00	6.246,18		58.640,00	31/dez/08	13/mai/11	Concluído
4	657479	PM ITAPIRA - SP/SP	58.640,00	4.418,38		43.444,45	16/dez/09	16/mar/11	Concluído
4	657477	PM DESCALVADO/SP	58.640,00	2.053,91		51.254,26	16/dez/09	27/mar/11	Concluído
4	657476	PM RIO CLARO/SP	58.640,00	7.600,00		75.293,76	16/dez/09	31/dez/11	Concluído
4	653096	PM ALTEROSA/MG	493.100,00	22.111,90		493.100,00	18/dez/08	30/jun/11	Concluído
4	643592	PM TABOAO SERRA/SP	58.640,00	9.875,84		58.640,00	17/dez/08	18/mar/11	Concluído
2	643587	PM S.J.DIVINO/MG	98.200,00	8.095,74		98.200,00	31/dez/08	30/jun/11	Concluído
4	647961	PM SAO BORJA/RS	48.750,00	9.934,82		48.750,00	16/dez/08	17/jun/11	Concluído
4	647959	PM CACH. SUL/RS	58.640,00	10.473,50		58.636,11	18/dez/08	08/mar/11	Concluído
4	643558	PM MOGI MIRIM/SP	58.640,00	8.876,62		46.800,00	16/dez/08	16/mar/11	Concluído
4	629740	PM ARACARIGUAMA/SP	19.080,00	1.122,42		18.446,60	12/mai/08	31/dez/11	Concluído
2	628475	PM GOIO-ERE -PR/PR	295.300,00	87.449,41		295.300,00	13/jun/08	30/ago/11	Concluído
4	637262	PM SAO CARLOS/SP	58.640,00	10.448,97		115.718,00	16/dez/08	15/jan/11	Concluído
4	637261	PM ITAPEVA - SP/SP	58.640,00	12.486,54		102.905,30	16/dez/08	30/jun/11	Concluído
4	637257	PM E VELHA - RS/RS	28.970,00	4.464,15		50.300,30	15/dez/08	30/dez/11	Concluído
4	637256	PM GLORINHA/RS	58.640,00	7.848,00		94.433,00	15/dez/08	30/dez/11	Concluído
4	637088	PM AREIA BRANCA/RN	48.750,00	8.135,72		95.552,50	12/dez/08	20/abr/11	Concluído
4	637266	PM ARROIO D SAL/RS	58.640,00	7.247,46		97.440,00	15/dez/08	30/dez/11	Concluído
4	637267	PM S.DIAS/SE	58.640,00	10.040,58		116.016,54	16/dez/08	30/jun/11	Concluído
2	636343	PM ITAGUAJE/PR	196.400,00	47.932,05		196.399,95	14/nov/08	30/mai/11	Concluído
4	636342	PM XANXERE/SC	58.640,00	13.357,47		58.640,00	03/dez/08	03/dez/11	Concluído
4	636341	PM URUGUAIANA/RS	46.772,00	45.152,38		46.772,00	17/nov/08	16/fev/11	Concluído
4	636748	PM S.F. PAULA/RS	48.750,00	6.158,72		97.444,00	25/nov/08	30/mar/11	Concluído
4	637697	PM B HORIZONTE/MG	58.640,00	33.054,72		70.368,00	16/dez/08	30/mar/11	Concluído
2	632045	PM C.CACHOEIRA/MG	146.950,00	39.307,92	114.767,95	146.950,00	30/jul/08	30/dez/11	Concluído
4	615033	PM CHAPADINHA/MA	38.860,00	1.943,00		38.860,00	27/dez/07	30/nov/11	Excluído
4	614733	PM SEABRA/BA	55.673,00	2.931,00		111.346,00	13/dez/07	05/set/11	Excluído
4	614632	PM GUARAPUAVA/PR	1.954.915,83	370.319,04		537.027,00	31/dez/07	06/mar/11	Excluído

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasso	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	614781	PM JAPURA/AM	8.885,00	760		17.390,00	31/dez/07	31/dez/12	Excluído
4	623626	PM CORRENTE/PI	43.805,00	9.904,74		0	28/abr/08	31/mar/11	Excluído
2	620024	PM TANHACU/BA	156.000,00	4.680,00		156.000,00	31/dez/07	30/nov/11	Excluído
2	620023	PM B.JESUS SERR/BA	97.705,50	9.770,55		195.411,00	31/dez/07	30/abr/12	Excluído
4	623302	PM DE PALMAS/TO	38.860,00	1.943,00		42.746,00	29/abr/08	30/nov/11	Excluído
4	623300	PM DE PALMAS/TO	38.860,00	1.943,00		42.746,00	29/abr/08	30/nov/11	Excluído
4	623299	PM DE PALMAS/TO	28.970,00	1.448,50		28.970,00	30/abr/08	30/nov/11	Excluído
4	623298	PM DE PALMAS/TO	28.970,00	1.448,50		28.970,00	30/abr/08	30/nov/11	Excluído
2	597354	PM S J SABUGI/PB	126.750,00	3.802,50		253.500,00	05/dez/07	05/dez/11	Excluído
2	602844	PM S.J. PARAUNA/GO	146.250,00	12.471,56		292.500,00	18/dez/07	31/out/11	Excluído
2	605129	PM LUIS EDUARDO/BA	341.250,00	24.869,20		682.500,00	26/dez/07	05/jul/11	Excluído
2	579181	PM LARANJA JARI/AP	4.875.000,00	258.860,82	304.087,51	9.750.000,00	19/dez/06	31/dez/12	Excluído
2	567534	LIMOEIRO ANADIA/AL	146.250,00	4.387,50		146.250,00	05/jul/06	30/jan/11	Excluído
2	610793	PM ITAGUACU/ES	108.379,00	72.160,91		216.758,00	31/dez/07	30/nov/11	Excluído
2	614524	ESTADO AM/AM	487.500,00	73.125,00		975.000,00	28/dez/07	30/dez/11	Excluído
4	610625	PM OURICURI/PE	58.640,00	2.932,00		117.280,00	20/dez/07	31/out/11	Excluído
2	614542	PM MANAUS - AM/AM	975.000,00	97.500,00		1.950.000,00	18/dez/07	31/dez/11	Excluído
2	614540	ESTADO AM/AM	485.062,50	73.125,00		970.125,00	28/dez/07	30/dez/11	Excluído
4	610422	PM JARU/RO	755.692,83	39.773,31		149.850,00	19/dez/07	30/jun/11	Excluído
4	610351	PM ITABIRA/MG	2.236.572,21	666.317,70		0	31/dez/07	30/abr/11	Excluído
2	610515	PM RIO BANANAL/ES	48.750,00	41.500,74		97.500,00	31/dez/07	30/nov/11	Excluído
4	659093	PM SANTANA SAO/SE	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	30/nov/11	Excluído
4	666788	PM CASTELO/ES	146.950,00	12.778,26		140.085,76	06/out/10	30/nov/11	Excluído
4	666784	PM FARROUPILHA/RS	74.958,50	6.518,13		48.750,00	09/set/10	30/out/11	Excluído
4	659124	PM TUPA/SP	58.640,00	5.100,00		58.640,00	30/dez/09	05/jun/11	Excluído
4	659095	PM ADAMANTINA/SP	58.640,00	11.728,00		58.640,00	18/dez/09	31/dez/11	Excluído
4	659156	PM DIONISIO/MG	28.970,00	3.130,00		28.970,00	31/dez/09	30/out/11	Excluído
4	659152	PM M CHAPEU-BA/BA	58.640,00	1.200,00		58.640,00	30/dez/09	05/nov/11	Excluído
4	666888	PM TAQUARITINGA/PE	70.508,00	3.000,00		70.508,00	21/dez/10	14/dez/12	Excluído
4	666862	PM VISC RIO BRA/MG	53.695,00	4.669,13		53.695,00	28/dez/10	30/mai/12	Excluído

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	666902	PM RIO BONITO I/PR	48.750,00	2.000,00		48.750,00	23/dez/10	30/set/12	Excluído
4	666897	PM CANTAGALO/PR	48.750,00	1.950,00		48.750,00	22/dez/10	30/set/12	Excluído
4	666861	PM MUTUIPE/BA	78.420,00	3.136,80		156.840,00	22/dez/10	31/mar/12	Excluído
4	666840	PM PENTECOSTE/CE	245.850,00	10.263,75		238.985,78	23/dez/10	23/jun/12	Excluído
4	666835	PM ORLEANS/SC	493.100,00	123.275,00		90.455,56	02/set/10	02/set/12	Excluído
4	659094	PM UBAUBA/SE	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/nov/11	Excluído
4	658930	PM COSTA RICA/MS	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	30/mar/13	Excluído
4	658880	PM IPABA/MG	28.970,00	869,1		28.970,00	31/dez/09	30/out/11	Excluído
4	658913	PM OURO FINO/MG	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/dez/11	Excluído
4	658906	PM JUATUBA/MG	28.970,00	6.600,00		28.970,00	30/dez/09	31/dez/11	Excluído
4	659055	PM XANGRI-LA/RS	28.970,00	600		28.970,00	30/dez/09	30/dez/11	Excluído
4	659090	PM N.S.GLORIA/SE	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/nov/11	Excluído
4	659089	PM ITABAIANINHA/SE	58.640,00	1.200,00		58.640,00	31/dez/09	30/nov/11	Excluído
4	659087	PM C.DE S.JOAO/SE	28.970,00	600		28.970,00	31/dez/09	30/nov/11	Excluído
4	659086	PM CAPELA/SE	58.640,00	1.200,00		58.640,00	11/dez/09	30/nov/11	Excluído
4	659075	PM RODEIO - SC/SC	28.970,00	600		28.970,00	21/dez/09	16/out/12	Excluído
4	659023	PM ANDIRA/PR	58.640,00	1.200,00		58.640,00	24/dez/09	31/dez/11	Excluído
4	666997	PM LEOBERTO LEA/SC	48.750,00	4.239,13		48.750,00	24/dez/10	30/nov/13	Excluído
4	666996	PM IRANI/SC	48.750,00	4.250,00		97.500,00	29/dez/10	31/mar/12	Excluído
4	666994	PM FAX GUEDES/SC	48.750,00	12.187,50		48.750,00	29/dez/10	31/mar/12	Excluído
4	666993	PM CAXAMBU SUL/SC	18.091,00	1.909,00		18.091,00	29/dez/10	31/mar/12	Excluído
4	667000	PM PASSOS MAIA/SC	48.750,00	4.239,13		97.500,00	29/dez/10	31/mar/12	Excluído
4	666981	PM M.REDONDO/RS	48.750,00	4.239,13		97.500,00	30/dez/10	30/dez/11	Excluído
4	667020	PM IUNA/ES	76.442,00	6.647,13		76.442,00	29/dez/10	30/nov/11	Excluído
4	667019	PM IBATIBA/ES	76.442,00	6.647,13		76.442,00	30/dez/10	30/nov/11	Excluído
4	666999	PM MARAVILHA-SC/SC	33.222,70	2.888,93		66.445,40	29/dez/10	31/mar/12	Excluído
4	667011	PM NOVA RUSSAS/CE	78.420,00	3.270,00		156.840,00	27/dez/10	27/dez/12	Excluído
4	667008	PM PROPRIA/SE	78.420,00	1.700,00		78.420,00	29/dez/10	31/dez/12	Excluído
4	667006	PM NEOPOLIS/SE	48.750,00	1.250,00		48.750,00	29/dez/10	31/dez/12	Excluído
4	667005	PM LARANJEIRAS/SE	78.420,00	6.580,00		78.420,00	22/dez/10	31/dez/12	Excluído

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	666927	PM PITANGUEIRAS/SP	78.420,00	6.819,13		78.420,00	29/dez/10	24/dez/11	Excluído
4	666922	PM MIRANDOPOLIS/SP	78.420,00	6.819,13		78.420,00	30/dez/10	05/abr/13	Excluído
4	666947	PM PIUMA/ES	48.750,00	4.239,13		48.750,00	30/dez/10	30/nov/11	Excluído
4	667143	PM MARECHAL FLO/ES	48.750,00	4.240,00		48.750,00	30/dez/10	30/dez/11	Excluído
4	667138	PM SEARA/SC	48.750,00	12.187,50		97.500,00	29/dez/10	31/mar/12	Excluído
4	624597	PM CRISOLITA/MG	38.860,00	1.165,80		38.860,00	30/abr/08	30/ago/11	Excluído
2	650967	PM ANAURILANDIA/MS	196.400,00	17.273,91		392.800,00	31/dez/08	30/mai/12	Excluído
2	651161	PM COSTA RICA/MS	146.950,00	17.849,67		293.900,00	16/dez/08	28/out/11	Excluído
2	652658	PM NOVO HORIZON/SC	98.200,00	124.587,93		196.400,00	28/ago/08	31/dez/11	Excluído
2	647976	PM SERRINHA/RN	142.005,00	6.595,00		284.010,00	30/dez/08	10/ago/11	Excluído
2	643564	PM RIO BANANAL/ES	98.200,00	43.997,32		196.400,00	30/dez/08	30/mar/12	Excluído
2	647950	PM PINDARE MIRI/MA	512.880,00	15.862,26		512.880,00	31/dez/08	30/set/11	Excluído
2	647947	PM JOAO PESSOA/PB	394.200,00	28.453,65		1.172.600,00	18/dez/08	18/set/11	Excluído
2	647943	PM SAO BORJA/RS	196.400,00	45.067,12		392.800,00	11/dez/08	17/jul/12	Excluído
2	644390	ESTADO PA/PA	740.350,00	445.795,28		740.350,00	19/dez/08	18/mai/11	Excluído
4	658828	PM SERRINHA/BA	58.640,00	2.400,00		58.640,00	22/dez/09	05/set/11	Excluído
4	658809	PM AMARGOSA/BA	58.640,00	1.200,00		58.640,00	21/dez/09	05/set/12	Excluído
4	658847	PM NIQUELANDIA/GO	58.640,00	5.864,00		58.640,00	31/dez/09	31/dez/11	Excluído
2	634870	PM JOAO NEIVA/ES	196.400,00	10.815,44		392.800,00	29/out/08	30/mar/12	Excluído
4	630475	PM GUAJARA-MIRI/RO	14.135,00	766,18		0	12/mai/08	30/abr/11	Excluído
2	634742	PM PLACIDO CAST/AC	196.400,00	25.058,44		392.800,00	27/ago/08	30/jul/11	Excluído
4	614652	PM MANACAPURU/AM	10.073.731,93	709.756,00		12.524.820,82	27/dez/07	30/jun/12	Inadimplência Suspensa
4	620295	PM TUCURUI/PA	5.096.000,00	294.000,00		4.854.489,22	14/dez/07	30/jun/12	Inadimplência Suspensa
4	619947	PM ITAPETINGA/BA	979.682,40	119.523,59		382.867,25	27/dez/07	30/nov/12	Inadimplente
4	619971	PM ARATACA/BA	28.970,00	869,1		28.970,00	28/dez/07	30/abr/12	Inadimplente
4	615145	PM DE VIANA/MA	2.056.666,36	108.245,60		3.408.650,37	21/dez/07	31/out/12	Inadimplente
4	614690	PM TIANGUA/CE	714.933,53	37.628,08		787.001,00	26/dez/07	30/out/12	Inadimplente
2	585784	PM MESQUITA/RJ	682.500,00	984.161,26		682.500,00	29/dez/06	06/mai/12	Inadimplente
2	583707	MARAGOGI/AL	292.500,00	19.087,50		292.500,00	29/dez/06	20/ago/11	Inadimplente
4	624679	PM MAIRINQUE/SP	517.426,86	36.490,30		384.655,90	25/abr/08	20/nov/12	Inadimplente

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	624671	PM NOVA CAMPINA/SP	478.592,24	126.635,48		478.992,24	30/abr/08	28/fev/11	Inadimplente
4	624651	PM B.ANTONINA/SP	354.640,00	11.096,63		354.639,40	30/abr/08	31/ago/11	Inadimplente
4	626000	PM MULUNGU/CE	418.925,00	130.109,14	114.736,30	378.660,86	12/mai/08	30/ago/12	Inadimplente

ANEXO V - QUADRO A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Ricardo Magno Paula Ramos**, CPF nº 484.418.301-00, **Gerente Nacional (Responsável pelos Atos de Gestão Financeira)**, exercido na **UG 560018 - CEF/ Ministério das Cidades - FNHIS**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Ressalvo que esta Caixa Econômica Federal não é órgão integrante do Sistema de Serviços Gerais – SISG, da Administração Pública Federal, e, conforme arts. 2º e 8º do Decreto nº 1.094/94, está dispensada da alimentação de dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

Ricardo Magno Paula Ramos

484.418.301-00

Gestor Financeiro/UG 560018 - CEF/ Ministério das Cidades - FNHIS

ANEXO VI – Recomendações de Órgãos de Controle**15.2.1. RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

GESTOR	Ministério das Cidades – Sorteios e Plano de Providências
Apontamentos/Recomendações CGU	Resposta CAIXA
28º Sorteio de Municípios	Atendimento complementar por meio do ofício: 2082/2011/SN de Repasses, de 03/10/2011, remetido à CONJUR.
30º Sorteio de Municípios	Atendido por meio do ofício nº 0092/2011/SUREP/GEATO, de 13/01/2011, remetido à SNH.
31º Sorteio de Municípios	Atendimento complementar por meio dos ofícios: 0025/2011, de 04 de janeiro de 2011; 0204/2011/SUREP/GEATO, de 01/02/2011; 0522/2011/SN de Repasses, de 21/03/2011, 0880/2011/SN de Repasses, de 27/04/2011, remetidos à SNH; 0879/2011/SN de Repasses, de 27/04/2011, encaminhado à CONJUR.
32º Sorteio de Municípios	Atendido por meio do ofício nº 0550/2011/SN de Repasses, de 24/03/2011, remetido à CONJUR; 0741/2011/SN de Repasses, de 08/04/2011, expedido à SNH;
33º Sorteio de Municípios	Atendido por meio do ofício nº 0269/2011/SUREP/GEATO, de 14/02/2011, 0342/2011/SUREP/GEATO, de 21/02/2011, remetido à SNH; 0697/2011/SN de Repasses, de 05/04/2011, expedido à CONJUR;
1º Sorteio PAC	Atendimento complementar por meio do ofício: 0570/2011/SN de Repasses, de 25/03/2011, remetido à SNH;
1º Sorteio Especial - PAC	Atendimento complementar por meio do ofício: 0570/2011/SN de Repasses, de 25/03/2011, 0981/2011/SN de Repasses, de 05/01/2011, remetido à SNH;
2º Sorteio PAC	Atendimento complementar por meio do ofício: 1062/2011/SN de Repasses, de 16/05/2011, remetido à SNH.
Plano de Providências	Não foi apresentado pelo Gestor.

MINISTÉRIO DAS CIDADES
FNHIS – FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2011

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA/MCIDADES - FNHIS

FEVEREIRO/2012

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FNHIS			560018
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	08 FEV 2012
Contador Responsável	Lilian Cristina Cavallare Vieira	CRC nº	11791/DF


 Lilian Cristina Cavallare Vieira
 Contador Responsável
 CRC nº 11791/DF
 Data: 08/02/2012



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	560018/00001 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FNHIS	EMISSION	20/01/2012	PAGINA	1
ORÇAO SUPERIOR	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES				

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	20.389.463,65	15.447.331,73	DESPESAS CORRENTES	15.560.873,89	34.225.608,56
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	127,63	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.560.873,89	34.225.608,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.389.463,65	15.447.204,10	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.466.251,99	31.496.088,56
DEDUÇÕES DA RECEITA	-598.230,07	-220.477,85	OUTRAS DESPESAS	11.094.621,90	2.729.520,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	61.092.253,29	24.275.778,07	DESPESAS DE CAPITAL	491.493.177,28	138.775.988,55
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	59.895.793,15	23.534.823,27	INVESTIMENTOS	491.493.177,28	138.775.988,55
SUB-REPASSE RECEBIDO	59.895.793,15	23.534.823,27	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	90.879.283,23	17.563.061,56
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	59.895.793,15	23.534.823,27	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	90.879.283,23	17.563.061,56
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.196.460,14	740.955,70	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	69.891.587,51	1.895.379,61
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	0,00	300.000,00	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	20.987.695,72	15.667.681,95
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	300.000,00	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	3.309.864,04	3.589.033.492,76
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	1.196.460,14	440.955,70	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.259.937.410,94	1.165.836.287,12
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	3.826.913.892,72	3.740.045.518,58	VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.259.937.410,94	1.165.836.287,12
VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.165.836.287,12	1.348.333.561,82	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.188.374.035,45	1.377.441.953,31
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.165.836.287,12	1.348.333.561,82	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	10.632.445,18	5.337.350,33
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.399.667.892,12	1.295.338.445,25	FORNECEDORES	10.520.420,07	5.337.350,33
FORNECEDORES	10.410.256,53	10.632.445,18	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	112.017,11	0,00
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	9.310.618,32	10.520.420,07	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.177.643.989,00	1.372.104.602,98
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	313.286,29	112.017,11	RPS NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	97.601,27	0,00
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	786.351,92	0,00	OUTROS DEBITOS	861.552.600,80	1.045.755.252,33
RESTOS A PAGAR	1.389.063.106,99	1.284.608.398,80	BAIXA DE DIREITOS	860.856.769,46	1.045.596.287,73
NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.274.354.783,81	1.177.643.989,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	860.856.769,46	1.045.596.287,73
CANCELADO	114.708.323,18	106.964.409,80	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	695.831,34	158.964,60
OUTROS DEBITOS	194.528,60	97.601,27	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	695.831,34	158.964,60
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	598.230,07	61.363,33			
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	598.230,07	61.363,33			
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	1.260.811.483,41	1.096.312.148,18			
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.260.810.809,47	1.092.627.009,81			
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.260.810.809,47	1.092.627.009,81			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	673,94	3.685.138,37			
EXERCÍCIOS ANTERIORES	673,94	0,00			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	0,00	3.685.138,37			
INGRESSOS	3.907.797.381,59	3.779.548.151,43	DISPÊNDIOS	3.907.797.381,59	3.779.548.151,43

LIANE VINAGRE KLAUTAU
Superintendente Nacional
Matr. 569.401-3
SN Administração Financeira

Ricardo Magalhães
Gerente Nacional
Matr. 019.891-8
GN Exec. Financ. de Programas

1 - Assessoria de Planejamento
2 - Assessoria de Controle Interno
3 - Assessoria de Controle Externo
4 - Assessoria de Gestão de Recursos Humanos
5 - Assessoria de Gestão de Tecnologia da Informação
6 - Assessoria de Gestão de Materiais
7 - Assessoria de Gestão de Serviços
8 - Assessoria de Gestão de Infraestrutura
9 - Assessoria de Gestão de Comunicação Social
10 - Assessoria de Gestão de Relações Públicas
11 - Assessoria de Gestão de Arquivo e Documentação
12 - Assessoria de Gestão de Biblioteca
13 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural
14 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Histórico
15 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Arqueológico
16 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Ambiental
17 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Imaterial
18 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Científico
19 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Artístico
20 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Literário
21 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Musical
22 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cinematográfico
23 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Teatral
24 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Circulante
25 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Imóvel
26 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Móvel
27 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Bibliográfico
28 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Iconográfico
29 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Fotográfico
30 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Audiovisual
31 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Digital
32 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Eletrônico
33 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Virtual
34 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Intelectual
35 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Imaterial
36 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Material
37 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Tangível
38 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Intangível
39 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Imaterial
40 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Material
41 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Tangível
42 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Intangível
43 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Imaterial
44 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Material
45 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Tangível
46 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Intangível
47 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Imaterial
48 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Material
49 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Tangível
50 - Assessoria de Gestão de Patrimônio Cultural Intangível



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	560018/00001 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FNHIS	EMISSION	20/01/2012	PAGINA	1
ORGAO SUPERIOR	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES				

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	2011	TÍTULOS	2011
ATIVO FINANCEIRO	1.259.937.410,94	PASSIVO FINANCEIRO	1.284.959.568,94
CREDITOS EM CIRCULACAO	1.259.937.410,94	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.284.959.568,94
LIMITE DE SAQUE C/VINC DE PAGAMENTO	1.298.083,43	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	10.604.785,13
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	1.258.639.327,51	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	9.310.618,32
ATIVO NAO FINANCEIRO	-1.243.102.126,68	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	194.328,60
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-1.243.102.126,68	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	313.286,29
CREDITOS EM CIRCULACAO	-1.243.102.126,68	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICOMV	786.351,92
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-1.258.639.327,51	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.274.354.783,81
DIVERSOS RESPONSABILIS	495.282,46	A LIQUIDAR	1.274.354.783,81
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	15.041.918,37	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-1.274.354.783,81
ATIVO REAL	16.835.284,26	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-1.274.354.783,81
		RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-1.274.354.783,81
		PASSIVO REAL	10.604.785,13
		PATRIMONIO LIQUIDO	6.230.499,13
		PATRIMONIO/CAPITAL	66.096.826,62
		PATRIMONIO	66.096.826,62
		RESULTADO DO PERIODO	-59.866.327,49
		SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	16.835.284,26
		SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-76.701.611,75
		PASSIVO COMPENSADO	3.522.021.935,58
ATIVO COMPENSADO	3.522.021.935,58	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	2.982.458.257,23
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	3.522.021.935,58	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	3.522.021.935,58
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	580.578.347,95	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	580.578.347,95
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.941.443.587,63		2.941.443.587,63
ATIVO	3.538.857.219,84	PASSIVO	3.538.857.219,84

RICARDO MAGNO PAULA RAMOS
Gerente Nacional
Matr. 019.891-8
rjn Exec. Financ. de Programas

LIANE VINAGRE KUNH
Superintendente Nacional
Matr. 559.401-3
SN Administração Financeira



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS			EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	360018/00001 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - FNEIS			2011	DEZ(TECHADO)
ORGÃO SUPERIOR	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES			EMISSÃO	PÁGINA
				20/01/2012	1

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
ORÇAMENTARIAS	530.109.188,34	190.732.995,72	ORÇAMENTARIAS	507.054.051,17	172.951.597,11
RECEITAS CORRENTES	20.389.465,65	15.447.331,73	DESPESAS CORRENTES	15.560.873,89	34.225.608,56
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	127,63	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.560.873,89	34.225.608,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.389.465,65	15.447.204,10	DESPESAS DE CAPITAL	491.493.177,28	138.725.988,55
DEDUÇÕES DA RECEITA	-598.230,07	-220.477,85	INVESTIMENTOS	491.493.177,28	138.725.988,55
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	59.895.793,15	23.534.823,27	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	2.563.920.912,72	2.596.737.005,64
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	59.895.793,15	23.534.823,27	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	90.879.283,23	17.563.061,56
SUB-REPASSE RECEBIDO	59.895.793,15	23.534.823,27	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	69.891.587,51	1.895.379,61
MUTUOS ATIVAS	450.422.159,61	151.971.318,57	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	20.987.695,72	15.667.681,95
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	3.124.789,20	379.083,12	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.473.041.629,49	2.489.173.944,08
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	3.124.789,20	379.083,12	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	2.121.759.222,55	2.142.962.130,05
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	447.297.379,41	151.592.235,45	BAIXA DE DIREITOS	2.121.759.222,55	2.142.962.130,05
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	2.480.999.448,06	2.488.799.635,55	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	351.282.406,94	346.211.814,03
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.794.690,21	802.319,03	SUPERÁVIT	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	598.230,07	361.363,33			
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	1.196.460,14	440.955,70			
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.479.204.757,85	2.487.997.316,52			
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	2.364.495.760,73	2.377.347.768,35			
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	2.364.495.760,73	2.377.347.768,35			
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	114.708.997,12	110.649.548,17			
RESULTADO PATRIMONIAL	59.866.327,49	155.971,48			
DÉFICIT	59.866.327,49	155.971,48			
VARIAÇÕES ATIVAS	3.070.974.963,89	2.679.688.602,75	VARIAÇÕES PASSIVAS	3.070.974.963,89	2.679.688.602,75

Quilente
LUANE VINAGRE KLAUTAU
Superintendente Nacional
Matr. 569.401-3
CN Administração Financeira

Rafael
RICARDO MAGNO PAULA RAMOS
Gerente Nacional
Matr. 019.891-6
GN Exec. Financ. de Programaz

RECEITA PATRIMONIAL
360018/00001 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - FNEIS
20/01/2012
1



RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACAO	TÍTULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	507.054.051,17	507.054.051,17	0,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	15.560.873,89	15.560.873,89	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	15.560.873,89	15.560.873,89	0,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	491.493.177,28	491.493.177,28	0,00
					INVESTIMENTOS	0,00	491.493.177,28	491.493.177,28	0,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	507.054.051,17	507.054.051,17	0,00
TOTAL					TOTAL	0,00	507.054.051,17	507.054.051,17	0,00
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	507.054.051,17	-507.054.051,17	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	507.054.051,17	-507.054.051,17	TOTAL GERAL	0,00	507.054.051,17	507.054.051,17	0,00

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
 CENSO DE 2000 - CENSO DE POVAÇÃO
 CENSO DE 2000 - CENSO DE POVAÇÃO
 CENSO DE 2000 - CENSO DE POVAÇÃO

Richard

RICARDO MAGNO PAULA RAMOS
Gerente Nacional
Matr. 019.891-6
CN Exec. Finance.

Carla
LIANE VINAGRE Nacional
Superintendente Financeira
Matr. 559.401-3
SN Administração Financeira



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	560018/00001 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - FINEIS	2011	DEZ(FECHADO)
ORÇAO SUPERIOR	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES	EMISSÃO	PÁGINA
		20/01/2012	1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS
			2011
			2010
			CREDITOS EM CIRCULACAO
			CREDITOS A RECEBER
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP
			RECURSOS EM CIRCULACAO
			OBRIGACOES A PAGAR
			FORNECEDORES
			CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR
			TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR
			CONTRATO DE REPASSE A PAGAR-SICONV
			RESTOS A PAGAR
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR
			CREDITOS DIVERSOS
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO
	0,00	0,00	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
			0,00
			0,00

[Handwritten signature]
RUBEN DE OLIVEIRA
Gerente Nacional
Matr. 019.851-8
GN Exec. Financ. de Programas

[Handwritten signature]
RICARDO MAGNO PAULINO
Gerente Nacional
Matr. 019.851-8
GN Exec. Financ. de Programas

[Handwritten signature]
LIANE VINAGRE KLAUTAU
Superintendente Nacional
Matr. 569.401-3
SN Administração Financeira



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Adriano
LIANE VINAGRE KLAUTAU
Superintendente Nacional
Matr. 569.401-3
SN Administração Financeira

ANEXO XI – Relatório de Gestão FAR/CEF

Gerência Nacional de Seguros e Fundos Habitacionais
SBS Quadra 4 Lotes 3/4
Ed. Matriz I - 13º andar
70.092-900 - Brasília - DF

80000.011189/2012-47

Ofício nº 221/2012 Seguros e Fundos Habitacionais

Brasília, 29 de março de 2012

A Sua Senhoria a Senhora
Inês da Silva Magalhães
Secretária Nacional de Habitação
Ministério das Cidades
SAUS, Quadra 01, lote 1/6 - 11º andar - sala nº 1101
Edifício Telemundi II
70.070-010 - Brasília - DF

Assunto: Encaminha prestação de contas do FAR – exercício 2011

Senhora Secretária,

1. Encaminhamos, em anexo, para conhecimento e providências dessa Secretaria Nacional de Habitação, processo de Prestação de Contas do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, correspondente ao exercício de 2011.
2. Por oportuno, esclarecemos que o aludido processo de contas foi constituído em consonância com os procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 63/2010, nas Decisões Normativas nºs 108/2010 e 117/2011, e na Portaria nº 123/2011, todas editadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, bem como em obediência às instruções constantes na Portaria nº 2.546/2010, da Controladoria-Geral da União – CGU.
3. Colocamo-nos à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais julgados cabíveis.

Atenciosamente,



JUAREZ LOPES DE OLIVEIRA
Gerente Executivo



JAILDO DUTRA FONSECA
Gerente Nacional – Em exercício
Gerência Nacional de Seguros e Fundos Habitacionais

----- Mensagem original -----

Assunto:ENCAMINHA: RG FAR 2011

Data:Fri, 4 May 2012 09:59:16 -0300

De:<GESEF@caixa.gov.br>

Para:<tibora.fleming@cidadades.gov.br>

CC:<marcos.chagas@cidadades.gov.br>, <aeci@cidadades.gov.br>, <luis.taques@cidadades.gov.br>, <marta_costa@tcu.gov.br>, <GESEF@caixa.gov.br>, <sufus@caixa.gov.br>, <audre02@caixa.gov.br>, <audre09@caixa.gov.br>, <gesef03@caixa.gov.br>

Ao

Ministério das Cidades

A/C da Assessora Técnica Tibora Mônica Strauss Fleming

Senhora Assessora

1 A propósito dos questionamentos apresentados pela equipe técnica do TCU, identificados na mensagem adiante dirigida a esse Ministério das Cidades, relativamente ao FAR, prestamos os seguintes esclarecimentos:

O FAR é um fundo financeiro privado com o objetivo exclusivo de segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários destinados ao PAR e ao PMCMV - Recursos FAR, para atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra e venda direta.

O FAR tem escrituração contábil própria, destacada da instituição gestora (CAIXA), cujas demonstrações financeiras estão sujeitas às normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Oportuno registrar ainda que os demonstrativos contábeis (balanços, balancetes, demonstração do resultado do exercício, demonstração de fluxo de caixa e demonstração das mutações do patrimônio líquido do FAR) seguem o regime de contabilidade fixado pela Lei nº 6.404, de 1976, e não pela Lei nº 4.320, de 1964.

1.1 Itens “a”, “b” e “c”: embora não constem no Relatório de Gestão tais quadros, uma vez que não é possível identificar a descrição dos campos exigidos pela Portaria TCU 123/2011, ressalte-se que as informações relativas aos aludidos itens estão dispostas no Relatório de Gestão (vide tabelas 1, 2 e 3 do RG);

1.2 Item “d”: considerando a natureza jurídica do FAR consoante o ANEXO II, PARTE B da DN TCU 108/2010 **“g) outros fundos que, em razão de previsão legal, devam prestar contas ao Tribunal, incluindo os órgãos e entidades supervisores ou gestores e os bancos operadores desses fundos”**, cumpre frisar que o item “6. informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse (...)” previsto no ANEXO II, PARTE A da DN TCU 108/2010, **não se aplica ao FAR**.

1.3 Item “e” - quadros A.15.3 e A.15.4 da Portaria TCU 123: cumpre esclarecer que as providências adotadas relativas a tais pontos, narradas no Relatório de Gestão do FAR, por serem conclusivas, entendemos que dispensam manifestação acerca do quesito **“análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/impactaram a adoção de providências pelo gestor”**, prevista naquela Portaria.

1.4 Item “f” – declaração do contador (...): considerando que a referida UJ adota o regime contábil previsto na Lei nº 6.404/76, assim também como a sua natureza jurídica prevista no ANEXO II, PARTE B da DN TCU 108/2010, é importante ressaltar que tal declaração **não se aplica ao FAR**.

2 Por derradeiro, a propósito de todo esse relato, entendemos que não há necessidade de retificação do Relatório de Gestão da citada UJ, referente ao exercício de 2011, ao tempo em que nos colocamos à disposição para prestar eventuais esclarecimentos, se necessários.

Atenciosamente

Juarez Lopes Oliveira

Gerente Executivo

Cássia Regina Alves P. Martins

Gerente Nacional – Substituta Eventual

Gerência Nacional de Seguros e Fundos Habitacionais

Jucemar José Imperatori

Superintendente Nacional

Superintendência Nacional de Fundos de Governo

De: SUFUS - SN Fundos de Governo

Enviada em: sexta-feira, 27 de abril de 2012 17:53

Para: Rudimar Balen; Juarez Lopes de Oliveira

Cc: Jucemar Jose Imperatori

Assunto: ENCAMINHA: RG FAR 2011

Prezados Gestores: Rudimar e Juarez

c/c Senhor SN Jucemar para conhecimento.

1 Segue a mensagem do MCIDADES, abaixo descrita, para **reenvio antes do dia 10/05**, do Relatório de Gestão do FAR 2011, objeto do assunto em questão, com alterações demandadas.

Atenciosamente

Erlene Maria Lima

Secretária Executiva

SN Fundos de Governo

De: Tibora Monica Strauss Fleming [mailto:tibora.fleming@cidadades.gov.br]

Enviada em: sexta-feira, 27 de abril de 2012 17:09

Para: SUFUS - SN Fundos de Governo; GESEF - GN Seguros e Fundos Habitacionais; Luis Carlos de Oliveira Taques; Nelson Carpes Neiva; ggest.snh@cidadades.gov.br; aeci@cidadades.gov.br

Assunto: Fwd: [Ggest.snh] Fwd: RG FAR 2011

Prezados Senhores,

De ordem do Senhor Gestor Financeiro da Secretaria Nacional de Habitação, encaminho transcrição parcial da solicitação recebida do Sr. Secretário da 6ª SECEX do TCU, no que concerne ao Relatório de Gestão do FAR.

Merece destaque especial, no referido documento, o prazo concedido para reenvio do Relatório de Gestão, consolidado com as alterações demandadas, até o dia 10 de maio próximo. Pedimos a gentileza de enviar o documento com antecedência suficiente para cumprimento do prazo.

Atenciosamente,

Tíhora Mônica Strauss Fleming

Assessora Técnica

(61) 2108-1960

Prezada Sra. Inês da Silva Magalhães

Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades – SNH/MiCi

Em complementação ao *email* enviado em 26/4/2012, solicito a Vossa Senhoria que providencie, no prazo de 15 (quinze) dias, junto aos setores competentes dessa Unidade Jurisdicionada, o saneamento das informações apontadas a seguir, **não apresentadas** ou **apresentadas em desconformidade** no relatório de gestão da Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades (SNH/MiCi), relativo ao exercício de 2011, **especificamente no que tange à parte do relatório que trata do FNHIS e do FAR.**

...

Além disso, no que tange aos relatórios apresentados pela Caixa Econômica Federal, como Unidade Jurisdicionada agregada à SNH/MiCi, torna-se necessário o saneamento das informações a seguir, por não terem sido apresentadas ou em razão de desconformidade com os normativos do TCU:

...

II – Relatório referente ao FAR:

- a) Informações correspondentes à execução dos programas de governo sob a responsabilidade da UJ, e à execução física das ações realizadas pela UJ, com correspondentes análises críticas, segundo o disposto nos Quadros A.2.1 e A.2.2 do Anexo da Portaria 123/2011, ou informação de que os mencionados quadros e análises não se aplicam à UJ;
- b) Informações relativas à programação orçamentária da despesa, e correspondente análise crítica, quando for o caso, nos moldes estabelecidos nos Quadros A.2.3,

- A.2.4, A.2.5, A.2.6 e A.2.7 do Anexo da Portaria TCU 123/2011, ou comentário sobre a não aplicabilidade desses quadros à UJ;
- c) Informações referentes à execução orçamentária da despesa, e correspondentes análises críticas, quando for o caso, conforme o previsto nos Quadros A.2.8, A.2.9, A.2.10, A.2.11, A.2.12 e A.2.13 do Anexo da Portaria TCU 123/2011, ou informação de que os citados quadros não se aplicam à UJ;
 - d) Informações sobre as transferências realizadas com recursos do FAR, mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, conforme Quadros A.6.1, A.6.2, A.6.3, A.6.4 e A.6.5 do Anexo da Portaria TCU 123/2011, bem como a análise crítica prevista no item 6.3 do mencionado anexo;
 - e) Informações sobre as recomendações do OCI, tanto no que diz respeito ao cumprimento dessas, como à situação daquelas que permanecem pendentes de atendimento ao final do exercício, nos moldes previstos nos Quadros A.15.3 e A.15.4 do Anexo da Portaria TCU 123/2011 (obs.: mesmo que não seja adotado o modelo do quadro, devem ser apresentadas todas as informações ali requeridas, segundo art. 2º, § 1º, da mencionada portaria);
 - f) Declaração do contador responsável pela UJ, conforme um dos modelos apresentados no item 17.1 do Anexo da Portaria TCU 123/2011.

O relatório de gestão corrigido deve ser encaminhado para o *email* secex-6@tcu.gov.br, até o dia 10/5/2012.

Esclareço que as informações solicitadas decorrem da constatação de lacunas de informações previstas nas disposições da IN TCU 63/2010, da DN TCU 108/2010 e da Portaria TCU 123/2011, que estabelecem normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão de órgãos da Administração Pública Federal.

Informo ainda que a apresentação das informações é de caráter obrigatório e, caso a presente solicitação não seja atendida dentro do prazo estabelecido, será formalizada por meio de diligência, nos termos da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei 8.443, de 16 de julho de 1992).

Caso sejam necessários esclarecimentos adicionais, informo que a 6ª Secex encontra-se à disposição nos seguintes contatos: (61) 3316-5318 (Auditor Federal de Controle Externo Marta Eliane Silveira da Costa – marta_costa@tcu.gov.br) ou (61) 3316-5236 (Auditor Federal de Controle Externo André Geraldo Carneiro de Oliveira – andregc@tcu.gov.br).

Atenciosamente,

Sérgio Ricardo de Mendonça Salustiano

Secretário da 6ª Secretaria de Controle Externo

Tribunal de Contas da União – TCU

----- Mensagem original -----

Assunto:RG FAR 2011

Data:Thu, 29 Mar 2012 15:58:13 -0300

De:[<sufus@caixa.gov.br>](mailto:sufus@caixa.gov.br)

Para:[<marcos.chagas@cidadess.gov.br>](mailto:marcos.chagas@cidadess.gov.br)

CC:[<luis.taques@cidadess.gov.br>](mailto:luis.taques@cidadess.gov.br), [<sufus01@caixa.gov.br>](mailto:sufus01@caixa.gov.br),
[<nelson.neiva@cidadess.gov.br>](mailto:nelson.neiva@cidadess.gov.br)

À

Secretaria Nacional de Habitação

A/C Marcos Chagas

Prezado Marcos

1 Segue anexo arquivo contendo o Relatório de Gestão do FAR, exercício de 2011, acompanhado das respectivas demonstrações contábeis e do parecer da auditoria independente, para fins de encaminhamento ao TCU, via portal eletrônico, em consonância com o previsto na IN 63/2010 e DN 108, ambas editadas pelo TCU.

2 Solicitamos ainda o obséquio de nos encaminhar cópia do recibo de envio ao TCU.

3 Colocamo-nos à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais cabíveis.

Atenciosamente

Gislene Nascimento Elias

Assistente Executivo

Juarez Lopes Oliveira

Gerente Executivo

Tel 3206.6747

Rudimar Balén

Superintendente Nacional – S.E.

SN Fundos e Seguros Habitacionais

**MINISTÉRIOS DAS CIDADES
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL
(FAR)**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

MARÇO/2012

**MINISTÉRIO DAS CIDADES
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL
(FAR)**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010 e 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 2.546/2010).

Brasília, 03/2012

SUMÁRIO

1	Informações de identificação da unidade jurisdicionada.	11
2	Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira, considerando o atingir os objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas	12
2.1	Responsabilidades institucionais da unidade.....	12
2.1.1	Competência institucional.....	12
2.1.2	Objetivos estratégicos	12
2.2	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	13
2.2.1	Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	13
2.2.2	Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório da gestão.....	13
2.3	Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	14
2.3.1	Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	14
2.3.1.1	Do arrendamento residencial com opção de compra no PAR.....	14
2.3.1.2	Da venda direta aos beneficiários do PMCMV	14
2.3.2	Execução física das ações realizadas pela UJ	16
2.3.2.1	Do arrendamento residencial com opção de compra no PAR.....	16
2.3.2.2	Da venda direta aos beneficiários do PMCMV	16
2.4	Desempenho orçamentário e financeiro.....	17
2.4.1	Indicadores Institucionais	17
2.4.1.1	Indicador de rentabilidade da carteira do FAR (IRCA).....	17
2.4.1.2	Indicador de desempenho da antecipação da opção de compra dos imóveis do FAR (IDAI).....	18
2.4.1.3	Indicador de desempenho social referente às unidades habitacionais do FAR para arrendamento no âmbito do PAR (ISUH).....	18
2.4.1.4	Indicador de desempenho social referente às unidades habitacionais do FAR para arrendamento no âmbito do PMCMV (ISUH).....	19
3	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.	20
4	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	20
5	Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:.....	20
6	Informações sobre transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, vigentes no exercício de referência.	20
7	Informações atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV	21

8	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	21
9	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ contemplando os seguintes aspectos:.....	21
	a) Ambiente de controle;	21
	b) Avaliação de risco;	21
10	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras (IN nº 1/2010 e Port. 2/2010, do MPOG), e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis (Dec. nº 5.940/2006).....	21
11	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros	21
12	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:.....	21
13	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	22
14	Informações sobre Renúncia Tributária.....	22
15	Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a UJ se vincula ou as justificativas para o não cumprimento	22
15.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	22
15.1.1	Descrição da deliberação 1	22
15.2	Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento ao final do exercício.....	22
15.3	Recomendações da CGU atendidas no exercício.....	22
15.3.1	Descrição da recomendação 1	22
15.4	Recomendações da CGU pendentes de atendimento ao final do exercício	23
15.4.1	Descrição da recomendação 1	23
15.4.2	Descrição da recomendação 2	24
16	Informações sobre tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento	24
16.1	Descrição da recomendação 1	24
16.2	Descrição da recomendação 2	25
16.3	Descrição de Recomendação 3	26
16.4	Descrição da Recomendação 4.....	27
16.5	Descrição da Recomendação 5.....	27
17	Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.	28

17.1	Principais projetos e operações no exercício	28
17.1.1	Da venda direta aos beneficiários do PMCMV	28
17.1.2	Do arrendamento residencial com opção de compra no PAR.....	30
17.2	Número de operações e valores aplicados por programa e por UF.....	30
17.2.1	Aquisição de unidades para arrendamento residencial com opção de compra.....	30
17.2.2	Aquisição de unidades para venda direta aos beneficiários do PMCMV	31
17.3	Número de operações e valores dos investimentos, dos incentivos e dos recursos liberados e aprovados no exercício em relação ao total do programa/setor econômico e ao total por UF.....	32
17.4	Legislação pertinente	32
17.5	Remuneração do banco operador.....	34
17.6	Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	38
17.6.1	Avaliação do equilíbrio econômico-financeiro do FAR	38
17.6.2	Resultados financeiros da disponibilidade – receita financeira	39
17.6.3	Rendas de arrendamento	41
17.6.4	Desimobilização patrimonial – arrendamento	41
17.6.5	Desimobilização patrimonial – venda direta	43
17.6.6	Empréstimos do FGTS	43
17.6.7	Ações judiciais.....	46
17.6.8	Despesas com Manutenção e Conservação dos Imóveis	47
18	Demonstrações Contábeis	47
18.1	Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas	47
18.2	Parecer da Auditoria Independente	48
19	Conteúdo específico por UJ ou grupo de unidades afins.....	48
20	Resultados e conclusões	48

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CCFGTS	Conselho Curador do FGTS
CDHU/SP	Companhia de Desenvolvimento Urbano de São Paulo
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CGU	Controladoria-Geral da União
CMN	Conselho Monetário Nacional
CONRES	Cadastro Informativo de Pessoas Físicas e Jurídicas com Relacionamento com a CAIXA
DN	Decisão Normativa
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GCI	Gestão de Créditos Imobiliários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IN	Instrução Normativa
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Intervivos
NPC	Norma e Procedimento da Contabilidade
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RG	Relatório de gestão
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPF	Sistema de Acompanhamento de Programas de Fomento
SNH	Secretaria Nacional de Habitação
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UF	Unidade da Federação
VEC	Valor Estimado de Condenação
VHMC	Valor Histórico Médio de Condenação

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Título

Tabela 1: Execução Orçamentária PAR.....	14
Tabela 2 Execução Orçamentária PMCMV - 1ª Fase.....	15
Tabela 3 Execução Orçamentária PMCMV - 2ª Fase.....	16
Tabela 4 Benchmarking Rentabilidade das Aplicações do FAR	18
Tabela 5 Empreendimentos Adquiridos em 2011, Destinados à Venda Direta aos Beneficiários do PMCMV.....	29
Tabela 6 Total de Empreendimentos Adquiridos para Arrendamento com Opção de Compra	31
Tabela 7 Carteira de Empreendimento PAR 31/12/2011.....	31
Tabela 8 Empreendimentos adquiridos para venda direta aos beneficiários do PMCMV, totalizados por UF	32
Tabela 9 Total das despesas administrativas.....	35
Tabela 10 Demonstrativo do cálculo da taxa de administração dos imóveis.....	36
Tabela 11 Demonstrativo do cálculo da taxa de risco de inadimplência e ociosidade	37
Tabela 12 Demonstrativo do cálculo da taxa de acompanhamento de obras.....	37
Tabela 13 Demonstrativo da posição da carteira do FAR em 31/12/2010.	39
Tabela 14 Demonstrativo da rentabilidade da carteira de títulos do FAR, acumulada no exercício	40
Tabela 15 Demonstrativo do ressarcimento dos valores desembolsados para pagamento de obras destinadas ao PMCMV	40
Tabela 16 Receitas de arrendamento no exercício 2011	41
Tabela 17 Receitas com a antecipação da opção de compra dos imóveis arrendados.....	42
Tabela 18 Percentual de adesão ao exercício antecipado da opção de compra do imóvel arrendado	42
Tabela 19 Demonstrativo da evolução do contrato de empréstimo do FGTS nº. 85.614-23, firmado em 01/06/1999.	44
Tabela 20 Demonstrativo da evolução do contrato de empréstimo do FGTS nº. 166.450-45, firmado em 28/05/2004.	44
Tabela 21 Demonstrativo da evolução do contrato de empréstimo do FGTS nº. 175.258-90, firmado em 28/07/2005.	45
Tabela 22 Demonstrativo da evolução do contrato de empréstimo do FGTS nº. 193.537-32, firmado em 25/05/2006.	45
Tabela 23 Demonstrativo da evolução do contrato de empréstimo do FGTS nº. 216.249-52, firmado em 01/02/2007.	46
Tabela 24 Demonstrativo da evolução do contrato de empréstimo do FGTS nº. 254.019-64, firmado em 02/05/2008.	46
Tabela 25 Despesas de manutenção e conservação dos imóveis arrendados	47

Organograma Funcional

O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) é um fundo financeiro com a finalidade exclusiva de segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários destinados ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - Recursos FAR, que atendem a necessidade de moradia da população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra e venda direta e alienação direta.

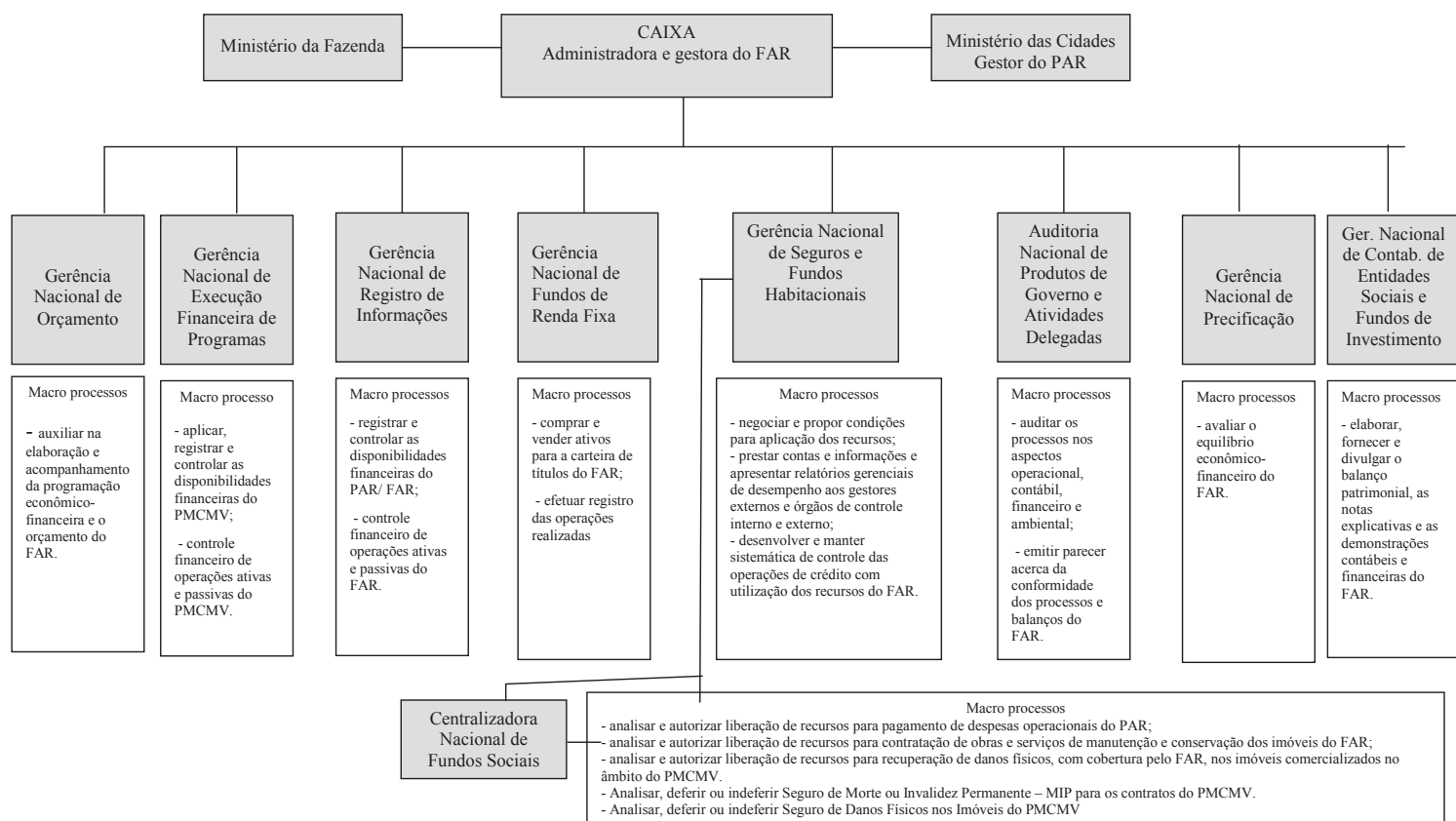
Esta inserido no contexto das políticas públicas, em especial, nos esforços do Governo Federal para criar mecanismo de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais para as famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 no âmbito do PMCMV e renda mensal de até R\$ 2.200,00, no caso do PAR.

É administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente pela Caixa Econômica Federal, por meio da Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loterias. O PAR é gerido pelo Ministério das Cidades e executado pela Caixa Econômica Federal, e o PMCMV é gerido pelo Ministério das Cidades e executado pelas Instituições Financeiras Oficiais Federais.

Atualmente operam junto ao FAR como Instituições Financeiras oficiais Federais a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

A Administradora está autorizada a realizar todas as operações, praticar os atos que se relacionem com o objeto do FAR e exercer os direitos inerentes à propriedade fiduciária dos bens e direitos integrantes do patrimônio do fundo, bem assim transigir, desde que observadas às diretrizes, regras e condições definidas pela Lei nº. 10.188/2001, por seu Estatuto, ou por Portarias do Ministério das Cidades.

A remuneração da CAIXA pelas atividades de administração do Fundo e a operacionalização dos programas é definida pelos Ministérios da Fazenda, Cidades e Planejamento Orçamento e Gestão.



Introdução

Este Relatório de Gestão do FAR organiza-se conforme as normas gerais editadas pela IN TCU nº. 63/2010, os procedimentos operacionais estabelecidos pela DN TCU nº. 108/2010, combinados com as orientações constantes na Portaria TCU nº. 123/2011 ao normalizar o conjunto de itens de informações solicitados.

De acordo com as supracitadas normas, este Relatório apresenta três partes fundamentais, frente às responsabilidades e o desempenho do Fundo no exercício de 2011. A primeira parte, denominada responsabilidades institucionais da unidade, dispõe tanto sobre os aspectos legais, inerentes às responsabilidades do FAR, quanto sobre as estratégias de ação.

As demais partes, ao abordarem as estratégias de atuação e o desempenho operacional do Fundo, demonstram a distribuição e execução orçamentária, resultado das aplicações, benefícios sociais gerados, e despesas pagas pelo FAR nos programas.

Do rol de itens da DN nº. 108/2010, não se aplicam à natureza jurídica do Fundo:

- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores;
- Recursos humanos na unidade;
- Registros no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV;
- Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras (IN nº 1/2010 e Port. 2/2010, do MPOG), e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis (Dec. nº 5.940/2006);
- Gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros;
- Utilização de cartões de pagamento do governo federal; e,
- Renúncia Tributária.

A estratégia estabelecida para o exercício de 2011 foi o atendimento das metas estabelecidas para os beneficiários do PMCMV, criado por meio da Medida Provisória nº. 459/2009, convertida na Lei nº. 11.977, de 07/07/2009, alterada pela Lei nº. 12.242, de 16/06/2011.

A União foi autorizada a transferir recursos para o FAR, até o limite de R\$ 16,5 bilhões, para aquisição de unidades habitacionais destinadas à alienação sem prévio arrendamento aos beneficiários do PMCMV com renda de até R\$1.600,00.

Como principais medidas para o exercício de 2012, os planos e projetos do FAR têm os seguintes objetivos:

- Implantar Plano de ação para incentivar os arrendatários a se habilitarem ao exercício antecipado da opção de compra dos imóveis arrendados;
- Implantar Grupo de Trabalho para mapeamento dos empreendimentos do PAR com indicação de problemas, visando propor soluções e cronograma das ações necessárias para as regularizações.
- Publicar manual de procedimentos operacionais do FAR no PMCMV.

1 Informações de identificação da unidade jurisdicionada.

Poder e Órgão de vinculação ou de supervisão	Ministério das Cidades		
Nome completo	Fundo de Arrendamento Residencial		
Denominação abreviada	FAR		
Código SIORG	Não se aplica		
Código na LOA	Não se aplica		
Situação operacional	Ativa		
Natureza jurídica	Outros fundos que, em razão de previsão legal, devam prestar contas ao Tribunal, incluindo os órgãos e entidades supervisoras ou gestores e os bancos operadores desses fundos		
Principal atividade econômica	Habitação de Interesse Social	Código CNAE:	
Telefones/fax de contato	(061)3206-9052	(061)3206-8960	(061)2108-1929
E-mail	gesef@caixa.gov.br e snh@Cidades.gov.br		
Página na internet	www.fazenda.gov.br www.Cidades.gov.br www.caixa.gov.br		
Endereço postal	Gestão do FAR Caixa Econômica Federal SBS Quadra 04 – Lotes 3 e 4 – 13º. Andar Edifício Sede Matriz I - Brasília-DF CEP 70.092-900 Telefones: (61) 3206-9052 /3206-8960 Fax-símile: (61) 3206-8662 Gestão do PAR e PMCMV Ministério das Cidades Secretaria Nacional de Habitação Esplanada dos Ministérios, BL. A – 3º andar - Brasília - DF CEP: 70.060-901 Telefone: (61) 2108-1929, 2108-1912 Fax- símile: (61) 2108-1431		
Normas de criação e normas relacionadas à gestão e estrutura da UJ	Lei nº. 10.188/2001 modificada pelas Leis nº. 10.859/2004, nº. 11.474/2007 e 12.424/2011 regulamentada pelo Decreto nº. 5.435/2005 alterado pelo Decreto nº. 6.819/2009. Lei nº. 11.977/2009, modificada pela Lei nº. 12.249/2010 e Lei nº. 12.424 e regulamentada pelo Decreto nº. 7.499/2011. Portarias do Ministério das Cidades nº. 493/2007, nº. 258/2008, nº. 153/2010, nº. 229/2010, nº. 368/2010, nº 177/2011, nº. 465/2011 e nº. 610/2011, Portaria Interministerial Cidades e Fazenda nº. 684/2007, Portaria Interministerial Planejamento Orçamento e Gestão, Fazenda e Cidades nº. 561/2011.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da UJ	Não há manuais		
Códigos e nomes das Unidades Gestoras no Sistema SIAFI	Nome	Código	
	Não se aplica	Não se aplica	

2 Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira, considerando o atingir os objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade.

2.1.1 Competência institucional

O FAR é um fundo financeiro com a finalidade exclusiva de segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários destinados ao PAR e ao PMCMV - Recursos FAR que atendem a necessidade de moradia da população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra e venda direta.

Cabe à CAIXA o papel de Agente Gestor do FAR, representada pela Vice-Presidência de Fundos de Governo.

A gestão do PAR e do PMCMV - Recursos FAR competem ao Ministério das Cidades enquanto a operacionalização do PAR fica sob a responsabilidade da CAIXA e a operacionalização do PMCMV fica sob a responsabilidade das instituições financeiras oficiais federais.

2.1.2 Objetivos estratégicos

O FAR é um fundo financeiro de operação estruturada, que tem por objetivo captar recursos e aplicar na aquisição de unidades habitacionais. É suportado com as receitas financeiras obtidas na aplicação dos recursos disponíveis e o retorno das prestações de arrendamento e parcelamentos.

Além do capital próprio e repasses do Orçamento Geral da União (OGU), o FAR obtém recursos em operações de empréstimo junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que são aplicados na aquisição de empreendimentos a construir, concluídos, em construção e para reforma.

Em 2009, por meio da Medida Provisória nº. 459, de 25/03/2009, convertida na Lei nº. 11.977, de 07/07/2009, foi criado o PMCMV e autorizada à transferência de recursos do OGU para o FAR, até o limite de R\$ 14 bilhões, com o objetivo de aquisição de unidades habitacionais destinadas à alienação sem prévio arrendamento aos beneficiários do PMCMV com renda de até 3 salários mínimos.

O valor previsto na Lei 11.977/2009 foi alterado pela Lei nº. 12.424, de 16/06/2011, para R\$ 16,5 bilhões e a renda foi estipulada em R\$ 1.600,00 pelo Decreto nº. 7.499/2011, de 16/06/2011.

Para alcance das metas do PMCMV, por meio da Lei nº. 11.974, de 06/07/2009, e da Lei nº. 12.424, de 16/06/2011, foram destinados ao FAR R\$ 9,463 bilhões, por meio da Lei 12.465/2011.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Em 2011, a CAIXA, na qualidade de agente executor dos Programas suportados com recursos do FAR, atuou na busca da satisfação das metas estabelecidas para atendimento dos beneficiários do PMCMV.

Até 31/12/2011, foi registrada a aquisição de 1.499 empreendimentos totalizando 486.965 unidades habitacionais, no valor total de R\$ 21.559.422.642,41.

2.2.2 Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório da gestão

Durante o ano de 2011 para o cumprimento do plano de ação de estruturação de planos para incentivar os arrendatários a se habilitarem ao exercício antecipado da opção de compra dos imóveis arrendados, foram realizadas pesquisas qualitativa e quantitativa junto aos arrendatários. Com o objetivo de aferir o interesse do arrendatário em antecipar a opção de compra do imóvel, bem como a percepção quanto às condições e suas regras envolvendo 1.313 arrendatários participantes do Programa.

O resultado da pesquisa demonstra que existe um forte interesse na aquisição antecipada, que os arrendatários estão satisfeitos com o Programa de Arrendamento Residencial e pretendem continuar morando no imóvel, no entanto é necessário intensificar a divulgação e informações sobre as condições de compra e venda do produto.

Durante o ano de 2012 serão desenvolvidas ações de divulgação pela área de Marketing da CAIXA, visando dar publicidade do produto, sensibilizando o arrendatário para a aquisição antecipada do imóvel.

Para facilitar o acesso do arrendatário a compra do imóvel será contratada empresas especializadas na venda de imóveis e a remuneração pelos serviços prestados de forma escalonada de acordo com a quantidade de unidades vendidas em um mesmo empreendimento.

Referente à otimização da liberação de valores para contratação de obras e serviços de manutenção e conservação dos imóveis do FAR, com vinculação ao contrato de aquisição do empreendimento no SIAPF, não foi possível a finalização da ação, tendo em vista a necessidade de ajustes tecnológicos e a priorização do PMCMV.

Em relação à meta de criação de controle de recuperação de valores desembolsados pelo FAR para pagamento de despesas de responsabilidade de ex-arrendatários e a inclusão dos devedores no CONRES, foram realizadas as alterações de sistemas necessários e normatização quanto à inclusão no cadastro. A inclusão dos devedores será iniciada em 2012.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Os recursos do FAR são aplicados na aquisição de unidades habitacionais para arrendamento com opção de compra no âmbito do PAR ou alienação aos beneficiários do PMCMV.

A gestão dos programas compete ao Ministério das Cidades.

2.3.1.1 Do arrendamento residencial com opção de compra no PAR

Por meio da Portaria nº. 266/2008, alterada pela Portaria nº. 630/2008, o Ministério das Cidades definiu a alocação por UF do montante de R\$ 1 bilhão para aplicação, a partir de JUN/2008, na aquisição de unidades residenciais destinadas ao arrendamento e, ao mesmo tempo, autorizou o remanejamento de recursos entre Unidades da Federação (UF) em função dos níveis da demanda qualificada para contratação.

Tabela 1: Execução Orçamentária PAR

Valores em R\$			
Região	UF	Orçamento	Realizado
Norte	AC	7.100.000	
	AM	-	
	AP	5.000.000	
	PA	20.000.000	
	RO	20.000.000	21.856.121
	RR	5.000.000	
	TO	5.000.000	
Total N		62.100.000	21.856.121
Nordeste	AL	5.000.000	619.668
	BA	70.000.000	39.634.909
	CE	40.000.000	415.203
	MA	-	
	PB	15.000.000	
	PE	15.000.000	
	PI	45.000.000	34.336.771
	RN	15.000.000	8.223.795
	SE	15.000.000	
Total NE		220.000.000	83.230.347
Centro Oeste	DF	30.000.000	
	GO	40.000.000	4.278.518
	MS	40.000.000	19.278.000
	MT	130.000.000	142.843.000
Total CO		240.000.000	166.399.518
Sudeste	ES	18.000.000	
	MG	70.000.000	
	RJ	131.000.000	29.996
	SP	133.900.000	47.758.773
Total SE		352.900.000	47.788.769
Sul	PR	45.000.000	32.936.000
	RS	60.000.000	10.706.501
	SC	20.000.000	
Total S		125.000.000	43.642.501
Total Brasil		1.000.000.000	362.917.256
Fonte: SIAPF DEZ/2011			

Atualmente o programa está suspenso em virtude das demandas estarem direcionadas ao PMCMV.

2.3.1.2 Da venda direta aos beneficiários do PMCMV

Por meio da Portaria do Ministério das Cidades nº 093, de 24/02/2010, revogada pela Portaria nº. 325, de 7/07/2011, revogada pela Portaria nº. 465, de 03/10/2011 foi definida a alocação dos recursos transferidos pela União ao FAR.

Esclarecemos que a distribuição de recursos entre as unidades da Federação definidas no Anexo II da Portaria nº. 93, teve como referência o valor de R\$14 bilhões, que posteriormente foi elevado a R\$ 16,5 bilhões pela Lei 12.424/2011.

A distribuição entre UF foi efetuada de acordo com a estimativa do déficit habitacional para famílias com renda de até três salários mínimos, considerando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2008 e suas atualizações.

Tabela 2 Execução Orçamentária PMCMV - 1ª Fase

Valores em R\$ 1.000,00

Região	UF	Orçamento 2009/2010	Realizado
Norte	AC	53.486	73.047
	AM	299.209	246.299
	AP	60.384	62.309
	PA	721.785	796.693
	RO	120.100	41.862
	RR	38.268	67.782
	TO	145.735	85.752
Total N		1.438.967	1.373.744
Nordeste	AL	294.388	887.779
	BA	1.199.097	2.752.496
	CE	767.746	601.659
	MA	1.083.861	1.364.515
	PB	315.087	126.672
	PE	668.077	1.190.895
	PI	333.094	437.282
	RN	279.232	345.698
	SE	167.828	41.003
Total NE		5.108.410	7.747.998

Região	UF	Orçamento 2009/2010	Realizado
Centro Oeste	DF	216.873	0
	GO	389.085	535.955
	MS	167.974	139.495
	MT	185.347	413.358
Total CO		959.279	1.088.808
Sudeste	ES	235.024	244.602
	MG	1.268.772	1.392.902
	RJ	1.041.538	1.148.792
	SP	2.369.981	2.188.530
Total SE		4.915.315	4.974.826
Sul	PR	594.999	732.025
	RS	695.280	706.078
	SC	287.750	362.338
Total S		1.578.029	1.800.441
			0
Total Brasil		14.000.000	16.985.818

Fonte: SIAPF DEZ/2011

Tabela 3 Execução Orçamentária PMCMV - 2ª Fase

Valores em R\$ 1.000,00

Região	UF	Meta Física 2011/2014	Realizado
Norte	AC	3.348	423
	AM	18.117	5.884
	AP	2.350	2.148
	PA	41.269	6.310
	RO	5.136	219
	RR	2.586	
	TO	7.131	2.464
Total N		79.937	17.448
Nordeste	AL	13.021	3.845
	BA	68.247	3.217
	CE	36.547	432
	MA	39.468	
	PB	17.900	1.488
	PE	43.609	1.966
	PI	13.616	3.686
	RN	14.436	1.111
	SE	11.835	544
Total NE		258.679	16.289

Região	UF	Meta Física 2011/2014	Realizado
Centro Oeste	DF	17.956	
	GO	30.677	3.025
	MS	12.860	4.289
	MT	11.493	
Total CO		72.986	7.314
Sudeste	ES	13.691	684
	MG	84.857	8.162
	RJ	76.710	18.183
	SP	182.146	10.696
Total SE		357.404	37.725
Sul	PR	35.334	4.113
	RS	35.555	1.238
	SC	20.105	752
Total S		90.994	6.103
Total Brasil		860.000	84.879

Fonte: SIAPF DEZ/2011

Com a publicação da Portaria nº. 325/2011 do Ministério das Cidades, posteriormente alterada pela Portaria nº. 465/2011, foi estipulado meta em unidades habitacionais para a 2ª fase do PMCMV em 860.000 unidades.

A CAIXA realizou a contratação dos projetos analisados e aprovados até 31/12/2011 totalizando **486.965** unidades habitacionais.

2.3.2 Execução física das ações realizadas pela UJ

2.3.2.1 Do arrendamento residencial com opção de compra no PAR

Em MAI/2008, foi contratado com o FGTS, nos termos da Resolução do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS) nº. 559, de 18/04/2008, empréstimo no montante de R\$ 3 bilhões, sendo prevista a aquisição de 100 mil unidades habitacionais até 30/04/2011.

A aquisição de novas unidades para fins de arrendamento foi suspensa a partir do mês de março de 2009, após a criação do PMCMV.

Em 29/12/2010, foram alteradas as condições de retorno ao FGTS dos R\$ 3 bilhões do empréstimo realizada ao Fundo. Os recursos não aplicados no PAR até 02/05/2011 devem ser retornados ao FGTS em três parcelas anuais.

2.3.2.2 Da venda direta aos beneficiários do PMCMV

A Lei nº. 11.977, de 07/07/2009, alterada pela Medida Provisória nº. 514, de 01/12/2010, em seu artigo 18, autorizou a União a transferir R\$ 16,5 bilhões para o

FAR com a finalidade de aquisição de unidades habitacionais para fins de alienação sem prévio arrendamento aos beneficiários do PMCMV.

2.4 Desempenho orçamentário e financeiro

Segue apenso a este relatório, conforme item 18, o demonstrativo da execução orçamentária do exercício 2011, emitido pela Superintendência Nacional de Monitoramento e Avaliação de Resultados da Vice-Presidência de Controle e Risco.

2.4.1 Indicadores Institucionais

2.4.1.1 Indicador de rentabilidade da carteira do FAR (IRCA)

Mede a rentabilidade da carteira do FAR aplicada em títulos públicos federais e operações compromissadas.

Medição:	Resultado da divisão entre o valor da cota do Patrimônio Líquido no final do período e o valor da cota do Patrimônio Líquido no início do período.
Descrição:	Acompanhamento da rentabilidade da carteira do FAR.
Objetivo:	Medir a rentabilidade da disponibilidade de recursos do FAR aplicada em títulos públicos federais e operações compromissadas.
Dimensão:	Valor / financeira
Periodicidade:	Anual
Resultado:	> zero é melhor

$$IRCA_{2011} = \frac{VCPf}{VCPi}$$

$$IRCA_{2011} = \frac{R\$ 5,937317}{R\$ 5,338509}$$

$$IRCA_{2011} = 11,21676483\%$$

Onde:

IRCA	Indicador de rentabilidade da carteira do FAR.
VCPf	Valor da cota do Patrimônio Líquido no final do período
VCPi	Valor da cota do Patrimônio Líquido no início do período.

Entende-se por Patrimônio Líquido a soma algébrica dos recursos disponíveis, o valor da Carteira e os valores a receber (lucros, dividendos, bonificações, reversão de valores provisionados, entre outros), menos as Exigibilidades (provisões).

O valor da Carteira é constituído pelos títulos que a integram atualizados até a data de referência e total das operações compromissadas.

A comparação da rentabilidade da Carteira do FAR com a rentabilidade da Poupança e a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acumuladas no mesmo período, permite avaliar a performance do Fundo conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4 Benchmarking Rentabilidade das Aplicações do FAR

ANO	Carteira do FAR	CDI		POUPANÇA TR + 6% a.a.	
	(a)	(b)	[c = (a/b)]	(d)	[e = (a/d)]
2008	12,28%	12,36%	99,35%	7,72%	159,07%
2009	9,94%	9,98%	99,56%	6,33	156,98%
2010	9,70%	9,70%	100%	6,90%	140,65%
2011	11,22%	11,64%	96,39%	6,82%	164,52%

Fonte: SISFIN – 31/12/2010, BACEN

2.4.1.2 Indicador de desempenho da antecipação da opção de compra dos imóveis do FAR (IDAI)

Mede a quantidade de imóveis alienados por meio do exercício antecipado da opção de compra. Esse indicador de desempenho está em consonância com as determinações dos Acórdãos TCU nº. 700/2007 e 210/2008.

Medição:	Resultado da divisão entre quantidade de unidades alienadas / quantidade de unidades com alienação prevista.
Descrição:	Acompanhamento da antecipação de compra dos imóveis do FAR.
Objetivo:	Avaliar a eficácia e a efetividade do plano de ação adotado pela CAIXA na contratação das operações de alienação dos imóveis
Dimensão:	Quantidade de unidades por UF / eficácia / efetividade.
Periodicidade:	Anual
Resultado:	Quanto maior melhor

$$IDAI_{2011} = \frac{QUA}{QUAp}$$

$$IDAI_{2011} = \frac{11.773}{131.053}$$

$$IDAI_{2011} = 8,98338840\%$$

Onde:

IDAI ₂₀₁₁	Indicador de desempenho da antecipação de compras dos imóveis do FAR
QUA	Quantidade de unidades alienadas
QUAp	Quantidade de unidades alienadas previstas

O baixo desempenho alcançado é atribuído, provavelmente, à expectativa dos arrendatários de obter a propriedade dos imóveis em condições mais favoráveis, tendo em vista as condições oferecidas aos beneficiários do PMCMV.

2.4.1.3 Indicador de desempenho social referente às unidades habitacionais do FAR para arrendamento no âmbito do PAR (ISUH)

Mede o cumprimento das metas físicas estabelecidas quanto à quantidade de unidades habitacionais previstas para aquisição com os recursos alocados.

Medição:	Resultado da divisão entre quantidade de moradias adquiridas/ quantidade de moradias prevista.
Descrição:	Acompanhamento da meta estabelecida.
Objetivo:	Avaliar a eficácia e a efetividade do plano de ação adotado pela CAIXA na contratação das operações do PAR .
Dimensão:	Quantidade / eficácia / efetividade
Periodicidade:	Anual
Resultado:	> zero é melhor

Em 01/05/2008, foram liberados R\$ 3 bilhões do empréstimo contratado com o FGTS em conformidade com a Resolução do CCFGTS nº. 559, de 18/04/2008, para aplicação no âmbito do PAR até 30/04/2011, sendo prevista a aquisição de 100.000 unidades habitacionais.

Dos recursos alocados pelo Ministério das Cidades, por meio da Portaria nº. 266/2008, alterada pela Portaria nº. 630/2008, no montante de R\$ 1 bilhão, foram aplicados R\$ 499 mil, que viabilizaram a aquisição de 12.870 unidades habitacionais e término de obras de unidades adquiridas em outros exercícios.

$$ISUH_{2008/2011} = \frac{QUHa}{QUHp}$$

$$ISUH_{2008/2011} = \frac{12.870}{100.000}$$

$$ISUH_{2008/2011} = 12,87 \%$$

Onde:

ISUH	Indicador de desempenho social referente às unidades habitacionais do FAR
QUHa	Quantidade de unidades habitacionais adquiridas
QUHp	Quantidade de unidades habitacionais previstas

2.4.1.4 Indicador de desempenho social referente às unidades habitacionais do FAR para arrendamento no âmbito do PMCMV (ISUH)

Mede o cumprimento das metas físicas estabelecidas quanto à quantidade de unidades habitacionais previstas para aquisição com os recursos alocados.

Medição:	Resultado da divisão entre quantidade de moradias adquiridas/ quantidade de moradias prevista.
Descrição:	Acompanhamento da meta estabelecida.
Objetivo:	Avaliar a eficácia e a efetividade do plano de ação adotado pela CAIXA na contratação das operações do PAR.
Dimensão:	Quantidade / eficácia / efetividade
Periodicidade:	Anual
Resultado:	> zero é melhor

Em 2011 foi estipulado, conforme Portaria MCidades nº 325, revogada pela Portaria MCidades nº. 465, as metas de contratação para a 2ª fase do Programa Minha Casa Minha Vida com recursos FAR.

Para aplicação no âmbito do FAR até 31/12/2014, foi prevista a aquisição de 860.000 unidades habitacionais.

$$ISUH_{2011/2014} = \frac{QUHa}{QUHp}$$

$$ISUH_{2011/2014} = \frac{84.879}{860.000}$$

$$ISUH_{2011/2014} = 9,697\%$$

O desempenho alcançado abaixo do esperado é atribuído, provavelmente, ao início das contratações terem se iniciado efetivamente em agosto, tendo em vista a publicação da lei 12.424, em 16/06/2011. .

Onde:

ISUH	Indicador de desempenho social referente às unidades habitacionais do FAR
QUHa	Quantidade de unidades habitacionais adquiridas
QUHp	Quantidade de unidades habitacionais previstas

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

5 Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

- a) Composição do quadro de servidores ativos;
- b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;
- c) Composição do quadro de estagiários;
- d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;
- e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;
- f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

A UJ utiliza a estrutura de Recursos Humanos da CAIXA.

6 Informações sobre transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, vigentes no exercício de referência.

O Fundo não recebeu recursos transferidos de outra UJ no exercício 2011.

7 Informações atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

8 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

Segue anexo documento intitulado INFORME fornecido pela Unidade de Gestão de Pessoas da CAIXA, contendo informações acerca do cumprimento da Lei nº 8.730/1993.

9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ contemplando os seguintes aspectos:

- a) Ambiente de controle;
- b) Avaliação de risco;
- c) Procedimentos de controle;
- d) Informação e Comunicação;
- e) Monitoramento.

A UJ utiliza a estrutura de controles internos da CAIXA. Segue anexo o quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da CAIXA fornecido pela Caixa Econômica Federal, contendo informações a respeito dos aspectos de controle interno desta Empresa.

10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras (IN nº 1/2010 e Port. 2/2010, do MPOG), e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis (Dec. nº 5.940/2006).

Esta UJ segue os critérios de sustentabilidade ambiental adotados pela CAIXA. Segue anexo o Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, elaborado pelas Unidades da Caixa Econômica Federal gestoras dos processos de aquisição de bens e materiais de TI.

11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

- a) Planejamento da área;
- b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;
- c) Segurança da informação;

- d) Desenvolvimento e produção de sistemas;
- e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

A UJ utiliza a estrutura da TI da CAIXA.

Segue anexo o quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada fornecido pela Caixa Econômica Federal, contendo informações a respeito da gestão da TI desta Empresa.

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

14 Informações sobre Renúncia Tributária

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

15 Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a UJ se vincula ou as justificativas para o não cumprimento

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Acórdão 894/2011 – 1ª Camara.

15.1.1 Descrição da deliberação 1

Não há determinações do TCU para o período.

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento ao final do exercício

Ao final de 2011, conforme consta do Relatório nº 201108914, não restaram recomendações do TCU pendentes de atendimento pela CAIXA.

15.3 Recomendações da CGU atendidas no exercício

Número do Relatório de Auditoria nº. 201108958.

15.3.1 Descrição da recomendação 1

Ausência de regulamentação sobre a remuneração da caixa pela prestação de serviços de administração de obras, contratação e administração das operações de parcelamento aos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV

Recomenda-se:

Ao Ministério das Cidades que faça gestão junto ao Ministério da Fazenda no intuito de agilizar a regulamentação que trata da remuneração da CAIXA no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Providências adotadas:

Foi publicada em 28/12/2011, a Portaria Interministerial nº. 561, assinada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e das Cidades que regulamenta a remuneração da CAIXA pela prestação de serviços de administração de obras, contratação e administração das operações de parcelamento aos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV

15.4 Recomendações da CGU pendentes de atendimento ao final do exercício

Número do relatório de Auditoria: 244.129 e 201108958

15.4.1 Descrição da recomendação 1

Redução de 33,48% nas receitas de desmobilização patrimonial em 2009 em relação ao exercício de 2008.

Recomenda-se:

- 1) Promova ações que aumentem as vendas antecipadas aos arrendatários;
- 2) Diligencie junto aos governos locais para a obtenção da isenção do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Intervivos (ITBI), de competência municipal, nas operações de alienação do FAR; e,
- 3) Diligencie junto aos Tribunais de Justiça Estaduais para obter a isenção ou a redução substancial nas despesas de escritura e registro dos imóveis alienados pelo FAR aos arrendatários.

Providências adotadas:

- Setor responsável pela implementação:

SNH do Ministério das Cidades; e,

Vice-Presidência de Governo

- Síntese das providências adotadas:

Diante dos baixos índices de adesão dos arrendatários ao exercício antecipado da opção de compra dos imóveis arrendados e a incerteza quanto às causas, a CAIXA decidiu por licitar a contratação de uma “Pesquisa de interesse” a ser realizada em 2011.

Durante o ano de 2011, foram realizadas pesquisas qualitativas e quantitativas junto aos arrendatários com o objetivo de aferir o interesse do arrendatário em antecipar a opção de compra do imóvel, bem como a percepção quanto às condições e suas regras envolvendo 1.313 arrendatários participantes do Programa.

O resultado da pesquisa demonstrou que existe um forte interesse na aquisição antecipada, que os arrendatários estão satisfeitos com o Programa de Arrendamento Residencial e pretendem continuar morando no imóvel, no entanto é necessário intensificar a divulgação e informações sobre as condições de compra e venda do produto.

Para facilitar o acesso do arrendatário a compra do imóvel será contratada empresas especializadas na venda de imóveis e a remuneração pelos serviços prestados de forma escalonada de acordo com a quantidade de unidades vendidas em um mesmo empreendimento

Relativamente às recomendações da CGU para diligenciar junto aos governos locais e tribunais de justiça estadual para obtenção de isenção/redução de ITBI e despesas de registro, a CAIXA empreendeu ações nesse sentido quando o produto foi lançado em meados de 2008 com resultado positivo em várias regiões. Tais procedimentos encontram-se também inseridos no escopo das atividades do novo modelo de operacionalização do produto em desenvolvimento.

15.4.2 Descrição da recomendação 2

Aquisição de unidades habitacionais para venda direta aos beneficiários do programa está em desacordo com o déficit habitacional urbano em cada UF.

Recomenda-se:

Atuar nos Estados com níveis insatisfatórios de contratação, sobretudo no Amazonas, no Ceará, em Sergipe e no Distrito Federal de forma a atingir as metas previstas no Programa;

Providências adotadas

Tal recomendação será tratada no plano de providencias permanente do Ministério das Cidades.

16 Informações sobre tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento

Número do Relatório da Auditoria: RA GOVFR121(CONTB)-001, emitido em 02/03/2012.

16.1 Descrição da recomendação 1

O Regulamento do FAR foi constituído em 01/04/1999, com base na Medida Provisória nº 1.823 de 29/04/1999 e registrado em cartório em 01/06/1999.

Segundo o art. 9º, inciso I do Regulamento, é vedado ao gestor, no exercício específico de suas funções e/ou utilizando-se dos recursos do fundo, conceder empréstimos, adiantamentos ou créditos sob qualquer outra modalidade.

O Regulamento prevê, ainda, em seu art. 10, parágrafo único, que as disponibilidades financeiras do Programa, enquanto não constituídas em ativos imobiliários, serão alocadas, pelo FAR, em aplicações financeiras e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado que propiciem equilíbrio econômico-financeiro à sustentação dos projetos.

Constatamos que o gestor do FAR, por força de disposição contida na Lei nº 11.977/09, concedeu adiantamento ao Tesouro Nacional para o PMCMV, no valor de

R\$ 6,04 bilhões, conforme balancete de 31/12/11, o que contraria o previsto em seu regulamento.

Recomendação

Alterar o Regulamento do FAR de forma a contemplar o disposto na legislação vigente.

Providências adotadas:

A proposta de revisão do Regulamento do FAR está em curso desde outubro de 2011 e contempla um conjunto de adequações necessárias, em especial, as decorrentes do PMCMV que possibilitou ao FAR operar por meio de dois programas: o PAR e o PMCMV.

Com a publicação da Medida Provisória 561, de 08/03/2012, que estabelece que a União poderá integralizar cotas no FAR, o Fundo terá que ser constituído em cotas, ou seja, convertido em cotas e, por conseguinte, serão estabelecidas algumas competências na Assembléia de cotistas.

Ressalta-se que a utilização de recursos do FAR para contratações de operações habitacionais no âmbito do PMCMV, não se enquadra como empréstimo, antecipações ou créditos, considerando que as unidades habitacionais se constituem em patrimônio do fundo. O art. 82-A da Lei 11.977, de 2009 (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011), estabeleceu que enquanto não efetivado o aporte de recursos, pela União, e caso o agente operador do FAR tenha utilizado disponibilidades do fundo em contratações no âmbito do PMCMV, o FAR terá direito ao ressarcimento das quantias desembolsadas, devidamente atualizadas pela taxa Selic.

A previsão para adequação do Regulamento ou adaptação em Estatuto é de que ocorra até 30/06/2012.

16.2 Descrição da recomendação 2

Subconta 4.9.9.92.92.32 - Repasse MIP a Classificar

A subconta registra os valores recebidos de cobertura de Seguro de Morte e Invalidez Permanente (MIP) referente aos contratos de arrendamento do FAR a serem baixados pelo Sistema Integrado de Administração da Carteira Imobiliária (SIACI), o saldo em 31/12/2011 é de R\$ 1.103.947,88.

Nos casos de sinistro de Contrato de Arrendamento Residencial, a seguradora é responsável pela continuidade do pagamento das taxas de arrendamento, mensalmente, até completar o prazo contratado e eventual saldo residual.

Como pode ser verificado no Sistema de Valores a Transferir (SIVAT), a seguradora repassa ao FAR valores de cobertura de MIP, que segundo informações dessa unidade, representam a totalidade das taxas e do saldo residual do período do arrendamento residencial.

Os cálculos dos repasses não são ratificados, tampouco os procedimentos de baixa das taxas ou do saldo residual são realizados, situação que pode gerar prejuízo ao FAR ou à CAIXA.

Recomendações

Conferir os cálculos dos valores de cobertura de seguros enviados pela seguradora.

Registrar os valores das taxas e saldo residual, quando for o caso, nos contratos de arrendamentos recebidos da seguradora, conforme rotina descrita em norma interna.

Providências adotadas:

Cabe esclarecer que os valores apurados pela Seguradora são estimados e não definitivos, com ciência das áreas envolvidas (FAR, CAIXA e Seguradora). São estimados através de cálculo aproximado, em que a Seguradora apura o saldo devedor através da multiplicação do valor da prestação vigente na data do sinistro pelo prazo remanescente do contrato, sem atualização monetária.

Tal valor será retificado através de conciliação dos valores a ser realizada através de processamento especial, um dos escopos da demanda tecnológica 38477, 64106 e 68901, abertas pela CAIXA para adequação do SIACI à rotina de Sinistros MIP-PAR, estando previsto nesse evento a devolução de recursos à Seguradora, caso seja verificado o repasse a maior, ou a complementação dos recursos pela Seguradora, caso o repasse tenha sido insuficiente.

Não há data prevista para o processamento especial.

16.3 Descrição de Recomendação 3

Subconta 4.9.9.92.92.39 - Valores a Devolver MIP

A subconta, segundo descrição no SINAF, tem como função registrar valores a devolver à seguradora, relativos ao seguro MIP, recebidos em duplicidade, o saldo em 31/12/2011 é de R\$ 3.559.754,51.

Constatamos que os lançamentos na subconta não configuram duplicidade de recebimento de cobertura de sinistros de contrato de arrendamento, mas sim, coberturas de contratos de financiamentos habitacionais e de materiais de construção direcionados indevidamente para essa unidade.

Recomendações

Identificar a origem dos contratos de financiamento habitacional e materiais de construção e repassá-los às unidades responsáveis.

Comunicar o fato ao gestor do SIACI para que este identifique a inconsistência e a corrija.

Realizar o expurgo dos valores e devolver à seguradora, caso exista cobertura em duplicidade de contratos de Arredamento Residencial.

Providências Adotadas:

Os valores a devolver foram repassados a CAIXA em dezembro/2011, tendo sido repassado R\$ 1.224.296,29.

O valor de R\$ 1.224.296,29, corresponde à diferença entre o valor creditado indevidamente na conta 4.9.9.92.92.32 (R\$ 3.559.754,51) e valor de indenização MIP devido ao FAR, (R\$ 2.335.458,22).

O acerto contábil da referida conta será efetuado no exercício de 2012.

16.4 Descrição da Recomendação 4

Subconta 1.9.8.10.10.13 – Imóveis a Alienar e Subconta 2.2.2.10.10.11 - Imóveis em Curso – PMCMV - FAR

As normas de constituição do FAR e seu Regulamento determinam que a escrituração contábil do Fundo siga o padrão do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Contudo, este plano contábil não prevê em sua estrutura títulos contábeis para classificação de operações de compra e venda direta de imóveis..

No balancete de DEZ 11, as subcontas apresentavam os saldos R\$ 801.213.973,54 e R\$ 3.673.953.939,19, respectivamente.

Por falta dessa previsão normativa de enquadramento, a GECON vem classificando os imóveis adquiridos/construídos disponíveis para venda na subconta 1.9.8.10.10.13, do subgrupo Bens Não de Uso Próprio, e os imóveis em construção, destinados para venda, na subconta 2.2.2.10.10.11 - Imóveis em Curso – PMCMV – FAR, do subgrupo Imobilizado de Uso.

Recomendação

Solicitar ao Poder Executivo alteração na legislação do FAR para flexibilização das normas contábeis aplicadas ao Fundo.

Providências Adotadas

Foi solicitada ao Ministério das Cidades a alteração da legislação, por meio de Comunicação Eletrônica encaminhada em 16/02/2012.

16.5 Descrição da Recomendação 5

Subcontas 2.2.2.10.10.08 – Imóveis em Curso – FAR e 2.2.2.10.10.11 - Imóveis em Curso – PMCMV – FAR

Constatamos diferenças entre os valores constantes dos relatórios contábeis e operacionais nas análises relativas às subcontas 2.2.2.10.10.08 – Imóveis em Curso – FAR e 2.2.2.10.10.11 - Imóveis em Curso – PMCMV – FAR.

O saldo operacional do relatório CER 38.3 em DEZ 11 foi de R\$ 8.427.407.131,02 e o saldo contábil de R\$ 8.235.763.331,78, o que ocasionou uma diferença de R\$ 191.643.799,24 relativas às subcontas em análise.

Para saneamento dessa diferença, encontravam-se em andamento 4 demandas SISOL, sob os números 511713, 704639, 714334 e 334843.

Porém, na consulta ao SISOLWEB, verificamos que os SISOL 714334 e 334843 apresentam status implantado; entretanto, sem ter sido alcançada a efetiva ação corretiva.

Além da situação acima, constatamos que os saldos operacionais discriminados no relatório operacional CER SB.38.3 não segregam as operações relativas aos imóveis do FAR e do PMCMV, para que os saldos contábeis reflitam também a segregação dos recursos e das operações, o que denota fragilidade nos controles operacionais.

Recomendação

Efetuar os acertos no relatório operacional relativos às divergências apontadas entre os saldos contábeis e operacionais, para que os saldos contábeis reflitam os saldos das operações do Programa de Arrendamento Residencial e do Programa Minha Casa Minha Vida de forma segregada.

Providências Adotadas

Informamos que foram identificadas diferenças entre as contas operacionais e contábeis no âmbito do Programa MCMV – Recursos FAR, as quais se encontram em tratamento, com o levantamento das ocorrências que podem ter ocasionado as referidas situações.

Ressaltamos que foram agendadas reuniões com vistas à identificação de todas as situações para que na sequência, se tenha condições de realizar os acertos necessários, os quais serão regularizados ainda nesse semestre.

17 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

17.1 Principais projetos e operações no exercício

17.1.1 Da venda direta aos beneficiários do PMCMV

Em 2011, foi registrada a aquisição de **84.879** unidades habitacionais pelo valor total de R\$ **4.573.604.302**, localizadas em 406 municípios brasileiros, destinados à venda direta aos beneficiários do PMCMV.

Tabela 5 Empreendimentos Adquiridos em 2011, Destinados à Venda Direta aos Beneficiários do PMCMV

Região	UF	Valor Total Aplicado	Qtde Emp.	UH
Norte	AC	20.832.739,83	1	423
	AM	299.140.000,00	2	5.884
	AP	117.812.000,00	1	2.148
	PA	322.689.235,11	6	6.310
	RO	10.511.257,88	1	219
	RR			
	TO	121.166.742,20	5	2.464
Total N		892.151.975	16	17.448
Nordeste	AL	183.678.379,97	11	3.845
	BA	171.410.568,77	9	3.217
	CE	21.167.576,37	1	432
	MA			
	PB	77.748.000,00	3	1.488
	PE	88.614.047,76	5	1.966
	PI	186.802.810,68	4	3.686
	RN	53.070.074,34	5	1.111
	SE	26.112.000,00	2	544
Total NE		808.603.458	40	16.289

Valores em R\$ 1,00

Região	UF	Valor Total Aplicado	Qtde Emp.	UH
Centro Oeste	DF			
	GO	153.071.705,70	12	3.025
	MS	216.166.833,37	6	4.289
	MT			
Total CO		369.238.539	18	7.314
Sudeste	ES	34.680.000,00	2	684
	MG	424.798.052,81	23	8.162
	RJ	1.101.017.615,81	46	18.183
	SP	629.902.267,59	25	10.696
Total SE		2.190.397.936	96	37.725
SUL	PR	210.923.038,15	23	4.113
	RS	61.409.356,04	6	1.238
	SC	40.880.000,00	3	752
Total S		313.212.394	32	6.103
Total Brasil		4.573.604.302	202	84.879

Fonte: SIAPF - DEZ/2011

UH: Unidades Habitacionais

O público alvo das operações de alienação são as pessoas físicas com renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00, desde que o proponente não seja proprietário ou promitente comprador de imóvel residencial ou detentor de financiamento habitacional em qualquer localidade do país, e não tenha recebido benefícios de natureza habitacional, oriundos de recursos orçamentários da União.

Os desembolsos realizados em 2011 para pagamento das parcelas de obras e serviços das unidades habitacionais totalizaram R\$ 6.457.024.475,58.

Até 31/12/2011, foram concluídos 470 empreendimentos com 128.687 unidades habitacionais e contratada a alienação de 103.049 unidades.

A alienação é realizada por meio de venda direta aos beneficiários, selecionados de acordo com os critérios definidos pelo Ministério das Cidades, e o pagamento é parcelado em 120 meses, sendo as prestações equivalentes a no máximo 10% da renda familiar e no mínimo, R\$ 50,00, independentemente do valor do imóvel.

A subvenção econômica é concedida nas prestações dos financiamentos, ao longo de 120 meses. Conforme § 3º, artigo 6º da Lei 11.977/2009.

As operações são garantidas pela alienação fiduciária dos imóveis e, nos casos de morte ou invalidez permanente, será dada quitação.

A cobertura dos danos físicos durante a vigência do contrato, sem cobrança de contribuição do beneficiário, fica sob a responsabilidade do FAR. O montante dos recursos que ficará segregado para suportar estas despesas ainda não foi regulamentado pelo Ministério das Cidades.

17.1.2 Do arrendamento residencial com opção de compra no PAR

Em 2011, não foram adquiridas unidades habitacionais para arrendamento. Os projetos recebidos pela CAIXA foram direcionados para atendimento dos beneficiários do PMCMV.

Os desembolsos realizados em 2011 para pagamento das obras e serviços em unidades habitacionais adquiridas em exercícios anteriores totalizaram R\$ 1.740.215,47.

17.2 Número de operações e valores aplicados por programa e por UF

17.2.1 Aquisição de unidades para arrendamento residencial com opção de compra

Foi registrada no período entre 1999 e 2011, a aquisição de 273.145 unidades habitacionais pelo montante de R\$ 7.363.576.255,02, distribuídas em 1.735 empreendimentos localizados em 238 municípios brasileiros, gerando cerca de 702 mil empregos e beneficiando uma população estimada em 1.102 mil pessoas.

Dentre as 273.145 unidades adquiridas, conta-se 3.939 unidades alienadas à Companhia de Desenvolvimento Urbano de São Paulo (CDHU/SP), 134 unidades a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 200 unidades a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, 180 unidades destratadas e ainda, 4.107 unidades transferidas para o atendimento de demandas dos beneficiários do PMCMV, conforme detalhado no item 17.6.5.

O contrato distratado refere-se ao empreendimento Guaianazes localizado no Estado de São Paulo foi firmado em 20/08/2002 relativo à aquisição de um empreendimento com 180 unidades, localizado em São Paulo, em face de a ocupação irregular (invasão por terceiros) de parte da área destinada à construção ter inviabilizado o início das obras. Os vendedores renunciaram a eventuais direitos pleiteados nas ações judiciais em andamento.

Tabela 6 Total de Empreendimentos Adquiridos para Arrendamento com Opção de Compra

Região	UF	Valor Total Aplicado	Qtde Emp.	UH
Norte	AC	36.597.513,37	9	1.314
	AM	1.432.768,00	1	64
	AP	4.676.650,00	1	160
	PA	55.370.307,40	15	2.186
	RO	78.193.598,28	13	2.708
	RR	20.221.771,59	2	600
	TO	28.762.623,06	13	1.212
Total N		225.255.231,70	54	8.244
Nordeste	AL	192.777.826,52	46	8.556
	BA	544.510.043,82	104	21.219
	CE	282.122.431,80	91	11.238
	MA	262.357.957,67	60	10.311
	PB	51.136.584,23	21	2.243
	PE	131.377.700,68	36	5.571
	PI	178.892.371,05	62	8.102
	RN	66.920.436,79	15	2.693
	SE	167.769.288,56	49	8.095
Total NE		1.877.244.972,69	484	78.028

Região	UF	Valor Total Aplicado	Qtde Emp.	UH
Centro Oeste	DF	66.878.465,61	15	2.383
	GO	113.791.503,74	25	4.077
	MS	231.981.776,35	89	9.227
	MT	441.700.431,31	57	15.748
Total CO		854.352.177,01	186	31.435
Sudeste	ES	132.832.178,62	23	5.636
	MG	647.595.463,20	179	26.147
	RJ	730.240.096,20	132	23.147
	SP	1.810.519.843,20	385	60.161
Total SE		3.321.187.581,22	719	115.091
SUL	PR	392.293.552,13	129	14.180
	RS	543.453.640,89	115	20.091
	SC	149.169.430,95	48	6.076
Total S		1.084.916.623,97	292	40.347

Total Brasil	7.363.576.255,02	1.735	273.145

Fonte: SIAPF - DEZ/2009

UH: Unidades Habitacionais

Tabela 7 Carteira de Empreendimento PAR 31/12/2011

Valores em R\$ 1,00

Região	UF	Valor Total Aplicado	Qtde Emp.	UH
Norte	AC	36.597.513,37	9	1.314
	AM	1.432.768,00	1	64
	AP	4.676.650,00	1	160
	PA	55.370.307,40	15	2.186
	RO	80.073.007,21	13	2.708
	RR	20.221.771,59	2	600
	TO	28.762.623,06	13	1.212
Total N		227.134.640,63	54	8.244
Nordeste	AL	192.158.158,09	46	8.556
	BA	544.510.043,82	104	21.219
	CE	282.122.431,80	91	11.238
	MA	262.357.957,67	60	10.311
	PB	51.136.584,23	21	2.243
	PE	131.377.700,68	36	5.571
	PI	178.892.371,05	62	8.102
	RN	66.920.436,79	15	2.693
	SE	167.769.288,56	49	8.095
Total NE		1.877.244.972,69	484	78.028

Região	UF	Valor Total Aplicado	Qtde Emp.	UH
Centro Oeste	DF	58.479.466,52	14	2.156
	GO	113.791.503,74	25	4.077
	MS	231.981.776,35	89	9.227
	MT	441.700.431,31	57	15.748
Total CO		845.953.177,92	185	31.208
Sudeste	ES	132.832.178,62	23	5.636
	MG	647.595.463,20	179	26.147
	RJ	543.576.667,07	114	18.933
	SP	1.654.818.807,37	360	56.042
Total SE		2.978.823.116,26	676	106.758
Sul	PR	392.293.552,13	129	14.180
	RS	543.453.640,89	115	20.091
	SC	149.169.430,95	48	6.076
Total S		1.084.916.623,97	292	40.347

Total Brasil	7.014.072.531,47	1.691	264.585

Fonte: SIAPF - DEZ/2011

UH: Unidades Habitacionais

17.2.2 Aquisição de unidades para venda direta aos beneficiários do PMCMV

As operações de aquisição de unidades habitacionais para atendimento aos beneficiários do PMCMV, iniciadas em 2009, registram a aquisição de 489.455

unidades habitacionais pelo montante de R\$ 21.681.142.499,66, distribuídas em 1.510 empreendimentos localizados em 452 municípios brasileiros, gerando cerca de 2,06 milhões de empregos e beneficiando uma população estimada em 1, 987 milhões de pessoas.

Tabela 8 Empreendimentos adquiridos para venda direta aos beneficiários do PMCMV, totalizados por UF

					Valores em R\$				
Região	UF	Valor Total Aplicado	Qtde Emp.	UH	Região	UF	Valor Total Aplicado	Qtde Emp.	UH
Norte	AC	93.879.739,83	11	2.296	Centro Oeste	DF	-	-	-
	AM	545.439.000,00	8	11.785		GO	689.026.302,81	48	16.359
	AP	180.120.965,63	3	3.662		MS	389.596.053,62	26	8.446
	PA	1.119.382.644,11	52	26.259		MT	413.358.468,33	28	10.799
	RO	52.373.624,70	7	1.235	Total CO		1.491.980.824,76	102	35.604
	RR	67.782.000,00	6	1.674	Sudeste	ES	279.281.893,78	19	6.668
	TO	206.918.491,90	14	4.686		MG	1.817.699.887,29	137	41.547
Total N		2.265.896.466,17	101	51.597		RJ	2.249.809.994,82	124	41.226
Nordeste	AL	1.084.457.104,15	49	26.230		SP	2.851.421.011,95	217	56.945
	BA	2.923.907.011,03	180	68.332	Total SE		7.198.212.787,84	497	146.386
	CE	622.826.203,75	59	14.370	SUL	PR	956.098.499,00	116	21.046
	MA	1.364.515.057,80	99	36.384		RS	767.486.996,52	77	17.280
	PB	233.066.986,56	13	5.291		SC	403.218.161,06	49	8.800
	PE	1.279.508.744,38	94	31.163	Total S		2.126.803.656,58	242	47.126
	PI	624.084.776,13	39	15.497					
	RN	398.768.281,37	30	9.912	Total Brasil		21.681.142.499,66	1.510	489.455
	SE	67.114.599,14	5	1.563					
Total NE		8.598.248.764,31	568	208.742					

Fonte: SIAPF - DEZ/2011

UH: Unidades Habitacionais

17.3 Número de operações e valores dos investimentos, dos incentivos e dos recursos liberados e aprovados no exercício em relação ao total do programa/setor econômico e ao total por UF

Desde a criação do FAR, em 1999, R\$ 29.044.718.754,68 foram aplicados na aquisição de 762.600 unidades habitacionais que propiciaram a geração de cerca de 2,733 milhões de empregos e beneficiaram aproximadamente, 3,061 milhões de pessoas.

O numero de operações e valores contratados no exercício de 2011 e desde a criação do Fundo, são informados, segregados por UF, nos itens 17.1 e 17.2.

De 1999 até 2011, o montante desembolsado para aplicação na aquisição de imóveis alcançou R\$ 20.107.974.203,99.

17.4 Legislação pertinente

No exercício de 2011, foram publicados os seguintes atos normativos:

- Lei 12.424/2011 - Altera a Lei nº 11.977, de 7/07/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12/02/2001, 6.015, de 31/12/1973, 6.766, de 19/12/1979, 4.591, de 16/12/1964, 8.212, de 24/07/ 1991, e 10.406, de 10/01/2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24/08/2001; e dá outras providências.

- Lei nº. 12.418, de 09/06/2011, Altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 01/10/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos 3% (três por cento) das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos
- Decreto 7.499/2011 - regulamenta dispositivos da lei nº 11.977, de 07/07/2009, que dispõe sobre o programa minha casa, minha vida, e dá outras providências.
- Portaria Ministério das Cidades nº. 59, de 16/02/2011 - Dispõe sobre aquisição e alienação de imóveis, sem prévio arrendamento, no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial - PAR e do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.
- Portaria Ministério das Cidades nº. 177, de 04/04/2011 – Altera a Portaria nº 493, de 04/10/2007, que estabelece as diretrizes gerais para aplicação dos recursos e implementação do programa de arrendamento residencial – par, e dá outras providências.
- Portaria Ministério das Cidades 325, de 07/07/2011 - dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao fundo de arrendamento residencial – FAR, no âmbito do programa nacional de habitação urbana, PNHU, integrante do programa minha casa minha vida – PMCMV e revoga a Portaria MCidades nº. 093/2010.
- Portaria Ministério das Cidades nº 465, de 03/10/2011 - dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao fundo de arrendamento residencial – FAR, no âmbito do programa nacional de habitação urbana, PNHU, integrante do programa minha casa minha vida – PMCMV e revoga a Portaria MCidades nº. 325/2011.
- Portaria Ministério das Cidades nº 546, de 23/11/2011 - Altera a Portaria MCIDADES nº 59, de 16/02/2011, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.
- Portaria Ministério das Cidades, Portaria nº 547, de 28/11/2011 - Dispõe sobre as diretrizes gerais do programa minha casa, minha vida para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, no âmbito do programa nacional de habitação urbana – PNHU.
- Portaria Ministério das Cidades, Portaria nº- 609, de 23/12/2011 - Homologa o resultado da oferta pública de recursos do PMCMV em municípios com população limitada a 50 mil habitantes
- Portaria Ministério das Cidades nº 610, de 26/12/2011 - dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do programa minha casa minha vida e revoga a Portaria MCidades nº. 140/2010.
- Portaria Interministerial nº 531, de 10/11/2011 - dispõe sobre as condições da oferta pública de recursos no âmbito do programa minha casa, minha vida em

municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, integrante do programa nacional de habitação urbana - PNHU, para os fins que especifica.

- Portaria Interministerial nº 561, de 28/12/2011 - define a remuneração da Caixa Econômica Federal, pelas atividades exercidas no âmbito do programa nacional de habitação urbana – PNHU, subprograma minha casa minha vida – PMCMV, originados do aporte de recursos da união ao fundo de arrendamento residencial – FAR, nos termos do art. 2º, inciso ii, e do art. 18 da lei nº 11.977, de 07/07/2009.
- Portaria Interministerial nº 617, de 29/12/2011 - Dá nova redação ao art. 3º da Portaria Interministerial nº 409, 31/08/2011, que dispõe sobre as operações de crédito com recursos do fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS, contratadas no âmbito do programa nacional de habitação urbana - PNHU, integrante do programa minha casa, minha vida - PMCMV. Em 2011, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou a destinação de imóveis da União ao FAR. A doação ou cessão (sob regime de aforamento) caracterizar-se-á após a assinatura dos contratos e publicação dos respectivos extratos.
- Portaria Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão nº. 326, de 01/09/2011 – doação do imóvel da união com área de 561,00m², localizado à Rua Frederico Von Martius, lote 48, quadra 09, vila monumento, município de São Paulo, estado de São Paulo, matriculado sob nº 189.388, do cartório de registro de imóveis do 6º ofício daquela comarca.
- Portaria Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão nº. 327, de 01/09/2011 – doação do imóvel da união constituído por terreno de 392,00m² de área e um edifício de 3 pavimentos que totaliza 1.111,18m² de área construída, localizado à rodovia Carlos Lindemberg, nº 94 edifício Boecha, bairro Jaburina, município de vila velha, estado do espírito santo, registrado sob a matrícula nº 18.406, livro nº 2, do cartório do 1º ofício da 1ª zona daquela comarca.

17.5 Remuneração do banco operador

A remuneração da CAIXA pela prestação de serviços de gestão do FAR e execução do PAR é fixada na Portaria Interministerial Cidades e Fazenda de nº. 684, de 19/12/2007, conforme segue:

Pelas atividades exercidas nas operações de arrendamento residencial:

- 15% incidente sobre o valor da arrecadação prevista da taxa de arrendamento, contada a partir da data do primeiro arrendamento inclusive, na condição de responsável pelo risco de inadimplência e ociosidade;
- 1,2% incidente sobre o valor contratado a partir de 10/05/2004, devida mensalmente, a razão de 1/12, a título de ressarcimento de despesas de acompanhamento das obras; e,
- 15% incidente sobre o valor da arrecadação prevista da taxa de arrendamento, a título de administração dos imóveis.

Pelas atividades exercidas nas operações de alienação por meio do exercício antecipado da opção de compra do imóvel arrendado:

- R\$ 25,59 devidos mensalmente, por operação de alienação com pagamento parcelado, a título de cobertura dos custos de administração do contrato;
- R\$ 196,07 por operação de alienação contratada, a título de cobertura dos custos de contratação – intermediação de crédito;
- 2% incidente sobre o fluxo de prestações mensais das operações de alienação com pagamento parcelado, a título de taxa de garantia de adimplência e cobrança - performance;

A título de taxa de administração do FAR, a remuneração da CAIXA, na qualidade de Agente Gestor, corresponde a 0,3% a.a. incidente sobre as disponibilidades do Fundo.

A remuneração da CAIXA pela prestação de serviços de administração de obras, contratação e administração das operações de parcelamento aos beneficiários do PMCMV foi regulamentada pelos Ministérios do Planejamento Orçamento e Gestão, da Fazenda e das Cidades em 28/12/2011 e define a remuneração da CAIXA, conforme se segue:

- R\$ 16,09 (dezesseis reais e nove centavos), devidos mensalmente pelo prazo de até dezoito meses, por operação a ser formalizada com o beneficiário final, a título de cobertura dos custos com a análise e contratação do projeto e acompanhamento da execução das obras;
- R\$ 196,07 (cento e noventa e seis reais e sete centavos), por operação de alienação da unidade habitacional com o beneficiário final, a título de cobertura dos custos de originação do contrato; e
- R\$ 15,63 (quinze reais e sessenta e três centavos), devidos mensalmente pelo prazo de até cento e vinte meses, por operação de alienação com pagamento parcelado, a título de cobertura dos custos de administração e cobrança do contrato.

As remunerações previstas no caput são extensivas a todas as operações contratadas entre 14 de abril de 2009 até a data da publicação desta Portaria, sendo seus respectivos valores atualizados com base na taxa SELIC da data devida até seu efetivo pagamento.

As despesas administrativas do FAR no exercício totalizaram R\$ 308.979.782,92.

Tabela 9 Total das despesas administrativas

Despesas administrativas	Valores em R\$		
	2009	2010	2011
Administração das disponibilidades financeiras	19.895.595,38	13.505.251,41	2.666.935,54
Taxa de risco de inadimplência e ociosidade	74.453.574,34	78.508.352,40	81.485.985,71
Taxa de administração da carteira imobiliária	74.467.634,81	78.520.306,07	81.496.443,69
Taxa de acompanhamento de obras	4.889.516,45	204.240,09	29.178,15
Taxa de Intermediação de Crédito - Parcelamento	496.449,24	473.509,05	569.779,42
Taxa Operacional Mensal - Parcelamento	1.405.223,67	1.684.947,96	1.937.265,36
Taxa de Performance - Parcelamento	179.007,83	219.531,82	257.952,24
Taxa de Administração Agente Financeiro PMCMV	-	-	140.536.242,81
Total	175.787.001,72	173.118.148,80	308.979.782,92

Fonte: Balancete FAR – 2011

A Taxa de Administração do Agente Financeiro CAIXA, refere-se ao período de 2009 a 2011 foi provisionado no balanço do FAR, aguardando nota técnica com os analíticos discriminando para validação pelo Agente Gestor e o efetivação do pagamento.

A remuneração da CAIXA pela administração de imóveis correspondente a 15% do valor previsto da arrecadação de taxas de arrendamento, apurada contrato a contrato, considerando apenas duas casas decimais, sem arredondamento.

A provisão para o mês seguinte é constituída considerando a renda apropriada no último dia útil do mês do contrato vigente mais a renda do último dia do mês até a data de vencimento do contrato vigente.

Tabela 10 Demonstrativo do cálculo da taxa de administração dos imóveis

Taxa de administração da carteira imobiliária - arrendamento						Valores em R\$
	Receitas de arrendamento recebidas	Taxa devida	Reversão da Provisão	Provisão para mês seguinte	Acertos de meses anteriores	Valores efetivamente pagos
	ΣA	$B = \Sigma (A * 15\%)$	C	D	E	$F = B - C + D + E$
JAN	44.386.909,72	6.656.883,03	6.196.126,95	6.208.674,22	(100,32)	6.669.329,98
FEV	44.624.176,42	6.692.472,75	6.208.674,22	6.247.202,05	5.366,02	6.736.366,60
MAR	44.783.521,71	6.716.373,14	6.247.202,05	6.269.974,14	(6.441,13)	6.732.704,10
ABR	44.962.459,23	6.743.212,36	6.269.974,14	6.299.505,48	(2.307,72)	6.770.435,98
MAI	45.163.097,95	6.773.310,36	6.299.505,48	6.320.775,17	(4,31)	6.794.575,74
JUN	45.213.793,06	6.780.912,04	6.320.775,17	6.338.933,95	(7.326,61)	6.791.744,21
JUL	45.355.433,66	6.802.156,09	6.338.933,95	6.360.966,22	(1.170,77)	6.823.017,59
AGO	45.389.795,43	6.807.311,78	6.360.966,22	6.365.748,37	(434,06)	6.811.659,87
SET	45.455.616,05	6.817.186,70	6.365.748,37	6.377.890,16	(994,10)	6.828.334,39
OUT	45.550.126,44	6.831.367,13	6.377.890,16	6.393.819,59	(557,71)	6.846.738,85
NOV	45.568.111,73	6.834.061,54	6.393.819,59	6.395.538,75	(334,07)	6.835.446,63
DEZ	45.649.481,21	6.846.258,37	6.395.538,75	6.408.002,47	(2.632,34)	6.856.089,75
Total	542.102.522,61	81.301.505,29	75.775.155,05	75.987.030,57	16.937,12	81.496.443,69

Fonte: Balancetes do FAR - 2011

A remuneração da CAIXA para cobertura do risco de inadimplência e ociosidade equivale a 15% do valor previsto da arrecadação de taxas de arrendamento, contada a partir da data do primeiro arrendamento, inclusive, apuradas contrato a contrato, considerando apenas duas casas decimais, sem arredondamento.

A provisão para o mês seguinte é constituída considerando a renda apropriada no último dia útil do mês do contrato vigente mais a renda do último dia do mês até a data de vencimento do contrato vigente.

Tabela 11 Demonstrativo do cálculo da taxa de risco de inadimplência e ociosidade

Taxa de risco de inadimplência e ociosidade						Valores em R\$
	Receitas de arrendamento recebidas	Taxa devida	Reversão da Provisão	Provisão para mês seguinte	Acertos de meses anteriores	Valores efetivamente pagos
	ΣA	$B = \Sigma (A * 15\%)$	C	D	E	$F = B - C + D + E$
JAN	44.386.909,72	6.656.883,03	6.641.063,14	6.652.221,23	(114,92)	6.667.926,20
FEV	44.624.176,42	6.692.472,75	6.652.221,23	6.690.245,85	5.380,62	6.735.877,99
MAR	44.783.521,71	6.716.373,14	6.690.245,85	6.711.772,26	(6.441,13)	6.731.458,42
ABR	44.962.459,23	6.743.212,36	6.711.772,26	6.740.348,38	(2.307,72)	6.769.480,76
MAI	45.163.097,95	6.773.310,36	6.740.348,38	6.760.831,74	3,91	6.793.797,63
JUN	45.213.793,06	6.780.912,04	6.760.831,74	6.777.609,05	(7.326,61)	6.790.362,74
JUL	45.355.433,66	6.802.156,09	6.777.609,05	6.798.875,28	(1.170,77)	6.822.251,55
AGO	45.389.795,43	6.807.311,78	6.798.875,28	6.802.608,89	(434,06)	6.810.611,33
SET	45.455.616,05	6.817.186,70	6.802.608,89	6.813.789,46	(994,10)	6.827.373,17
OUT	45.550.126,44	6.831.367,13	6.813.789,46	6.829.606,62	(557,71)	6.846.626,58
NOV	45.568.111,73	6.834.061,54	6.829.606,62	6.830.886,16	(334,07)	6.835.007,01
DEZ	45.649.481,21	6.846.258,37	6.830.886,16	6.842.472,46	(2.632,34)	6.855.212,33
Total	542.102.522,61	81.301.505,29	81.049.858,06	81.251.267,38	16.928,90	81.485.985,71

Fonte: Balancetes do FAR - 2011

A remuneração pelo acompanhamento de obras é fixada em 1,2% sobre o valor dos empreendimentos contratados a partir do dia 10/05/2004, paga em 12 parcelas mensais a partir do mês em que ocorrer a contratação.

A apuração do valor devido é realizada no último dia útil de cada mês e repassada à CAIXA até o 5º dia útil do mês subsequente.

Tabela 12 Demonstrativo do cálculo da taxa de acompanhamento de obras

Mês de referência	Taxa de Acompanhamento de Obras
Jan/11	-
Fev/11	10.724,02
Mar/11	10.706,63
Abr/11	-
Mai/11	-
Jun/11	-
Jul/11	-
Ago/11	5.413,08
Set/11	2.334,42
Out/11	-
Nov/11	-
Dez/11	-
Total Repassado	29.178,15

Fonte: Balancetes do FAR - 2011

17.6 Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas

17.6.1 Avaliação do equilíbrio econômico-financeiro do FAR

A avaliação do equilíbrio do FAR é realizada utilizando modelo de precificação baseado no Método de Fluxo de Caixa que consiste na projeção de entradas e saídas de capital de acordo com a estrutura econômico-financeira prevista, considerando prazos, sistemas de amortização e taxas de juros pactuados e a projeção dos indicadores financeiros de mercado que remuneram empréstimos e disponibilidades financeiras.

Foram utilizadas na análise as despesas e receitas apresentadas a seguir:

Parâmetros considerados:

- Despesas com remuneração da CAIXA pelos serviços prestados conforme estabelecido na Portaria Interministerial Cidades e Fazenda nº. 684/2007;
- Taxas de arrendamento dos imóveis adquiridos com os recursos orçamentários alocados até 2007, equivalentes a 0,5% e 0,7% do valor de aquisição;
- Taxas de arrendamento equivalentes a 0,6% do valor da unidade habitacional (especificação mínima) e 50% com taxas de 0,8% (especificação padrão) para os imóveis adquiridos com os recursos alocados em 2008
- Devolução ao FGTS, dos recursos emprestados em 2008 e não aplicados, conforme detalhado no item 17.6.6
- Alienação do estoque de imóveis com 05 anos ou mais de arrendamento, com pagamento do valor de compra e venda à vista ou parcelado em até 120 meses, sem a incidência de juros remuneratórios.

Foram simuladas quatro hipóteses de antecipação de compra futura, considerando o prazo de 05 anos da contratação da operação CE arrendamento: a histórica, a pessimista, a básica e a otimista.

Cenários avaliados:

Hipóteses de antecipação futura	Permanecem no arrendamento	Opção de compra à vista	Opção de compra parcelada
Histórico	93,75%	1,25%	5%
Pessimista	90%	2%	8%
Básico	70%	5%	25%
Otimista	50%	10%	40%

As operações contratadas para a modalidade de venda direta aos beneficiários do PMCMV não foram consideradas nesta avaliação tendo em vista a previsão de repasse da totalidade dos recursos necessários aos desembolsos para pagamento das obras e serviços pela União.

Resultados constantes na tabela seguinte foram estimados considerando os parâmetros acima descritos e projeções macroeconômicas que incluem cenários previstos para o SELIC em queda até 2019 e a partir daí, 8% a.a. até o final das projeções.

Cenário	Resultado projetado para 2028	Valores em VPL posicionados em MAR/2012
Histórico	-4.828.736.896,45	-3.391.940.162,28
Pessimista	-4.690.868.111,10	-3.304.439.732,99
Básico	-4.069.778.955,73	-2.923.997.494,99
Otimista	-3.350.525.433,85	-2.455.260.662,91

As estimativas realizadas demonstraram que, prevalecendo para os anos futuros o percentual de adesão ao exercício antecipado da opção de compra verificado até 2011, o Fundo não terá recursos suficientes para suportar os subsídios necessários à faixa de renda a que se destina o PAR.

Caso os desembolsos das obras e serviços contratados até dezembro de 2011 mantenham o cronograma previsto e, não haja novos aportes de recursos pela União a tendência é, que a conta do FAR fique negativa a partir de agosto de 2012, considerando a posição do saldo em 31/12/2011.

17.6.2 Resultados financeiros da disponibilidade – receita financeira

As disponibilidades financeiras do FAR, enquanto não constituídas em ativos imobiliários, são aplicadas em títulos públicos do Tesouro Nacional e Operações Compromissadas.

Na data base 31/12/2011, o Patrimônio Líquido da Carteira de Títulos totalizou R\$ 150.119.736,39 e apresentou a rentabilidade acumulada no exercício de 11,22%, apurada segundo os critérios descritos no subitem 2.4.3.1.

Tabela 13 Demonstrativo da posição da carteira do FAR em 31/12/2010.

		Valores em R\$	
Aplicação dos recursos da Carteira 72		Valores em R\$	% Carteira
a	Re vendas a Liquidar - Carteiras de Terceiros -	150.123.008,62	
a.1	LFT – vencimento 07/03/2013	150.058.153,74	99,96%
a.2	NTN-B – vencimento 15/05/2011	64.854,88	0,04%
b	Saldo de provisões*	-3.586,36	-0,0024%
c	Saldo em conta	314,13	
e=(a+b+c)	Total da Carteira	150.119.736,39	

Fonte: SISFIN – 30/12/2011

*A remuneração da CAIXA é calculada e apropriada a cada dia útil decorrido e paga, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente.

Tabela 14 Demonstrativo da rentabilidade da carteira de títulos do FAR, acumulada no exercício

Valores em R\$

Mês	Saldo da Carteira (investimentos) ¹	Valor da cota ¹	Rendas sobre aplicações de TPF ²	Rendas sobre depósitos na CAIXA ²	Rendas sobre aplicação em operações Bancadas ²	Taxa de administração ²
03/01/2011	1.309.169.347,16	5,340599				17.427,52
JAN	1.068.282.829,43	5,383221	0,00	3.025.284,38	9.700.983,87	369.959,86
FEV	1.230.785.355,91	5,427376	0,00	1.385.152,82	12.502.427,79	393.610,61
MAR	639.017.554,85	5,475882	0,00	1.640.331,34	8.232.761,29	270.704,81
ABR	646.719.631,27	5,520602	0,00	1.559.235,01	7.702.964,18	250.929,02
MAI	402.330.789,31	5,573732	0,00	1.918.145,66	5.610.341,20	201.085,89
JUN	428.106.400,43	5,625622	0,00	2.692.249,51	5.775.754,00	222.905,49
JUL	231.783.927,92	5,678651	0,00	1.851.409,94	3.677.421,10	143.835,72
AGO	608.919.718,11	5,739437	0,00	2.867.178,43	8.719.331,36	296.815,72
SET	212.339.934,48	5,792202	0,00	1.707.318,97	3.420.177,36	139.099,20
OUT	102.214.373,08	5,834434	0,00	2.188.010,91	2.310.230,49	119.378,19
NOV	306.540.559,75	5,883284	0,00	2.049.960,47	4.327.119,87	168.352,70
DEZ	150.123.008,62	5,937317	0,00	-1.428.702,43	929.737,96	90.258,33
Total	150.123.008,62	5,937317	0,00	18.430.290,63	63.208.266,60	90.258,33

Fonte: 1- SISFIN; 2- Balancete 2011

O orçamento da União para 2011, aprovado por meio da Lei nº. 12.465, prevê a transferência de R\$ 9, 463 bilhões para o FAR.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) registrou empenhos no SIAFI, em favor da CAIXA, totalizando R\$ 16.288.923.653,49, tendo sido repassados ao FAR

, até 31/12/2011, o montante de R\$ 7.427.858.362,67, que foram destinados para ressarcimento dos valores desembolsados pelo FAR e pagamento da atualização, conforme prevê o parágrafo 2º do artigo 18 da Lei nº. 11.977/2009.

Tabela 15 Demonstrativo do ressarcimento dos valores desembolsados para pagamento de obras destinadas ao PMCMV

Valores em R\$

Data	Valores repassados ao FAR	Valor ressarcimento FAR	Pagamento atualização monetária
19/01/2011	600.000.000,00	560.379.610,78	39.620.389,22
31/01/2011	400.000.000,00	375.033.958,83	24.966.041,17
05/04/2011	700.000.000,00	649.396.146,55	50.603.853,45
09/05/2011	200.000.000,00	184.892.383,95	15.107.616,05
01/06/2011	400.000.000,00	368.610.990,64	31.389.009,36
07/06/2011	300.000.000,00	277.268.236,89	22.731.763,11
15/06/2011	66.000.000,00	60.964.553,85	5.035.446,15
06/04/2011	200.000.000,00	183.862.285,35	16.137.714,65
01/08/2011	1.100.000.000,00	1.010.247.405,07	89.752.594,93
05/10/2011	500.000.000,00	453.106.645,32	46.893.354,68
31/10/2011	710.000.000,00	643.375.104,57	66.624.895,43
14/12/2011	300.000.000,00	270.110.987,70	29.889.012,30
27/12/2011	300.000.000,00	270.261.153,35	29.738.846,65
TOTAL	5.776.000.000,00	5.307.509.462,85	468.490.537,15

Fonte: GESEF

O montante de R\$ 5.134.065.290,82 encontra-se registrado no SIAFI, como “RESTOS A PAGAR”.

17.6.3 Rendas de arrendamento

Em 2011, o valor contábil das receitas de arrendamento apresentou elevação de 3,91% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 560 milhões, sendo que 3,01% foram repassados pela CAIXA ao FAR, a título de rendas de imóveis não arrendados.

Tabela 16 Receitas de arrendamento no exercício 2011

Valores em R\$

	2010	2011		
	Rendas de arrendamento	Imóveis arrendados	Imóveis não arrendados	Rendas de arrendamento
Mês		(a)	(b)	[c = (a + b)]
JAN	43.663.010,51	44.366.584,62	1.931.249,99	46.297.834,61
FEV	44.232.514,50	44.608.979,98	835.485,02	45.444.465,00
MAR	44.639.803,39	44.773.959,73	1.323.092,54	46.097.052,27
ABR	44.577.695,90	44.942.977,23	1.445.040,11	46.388.017,34
MAI	44.686.969,78	45.157.001,34	5.515.165,94	50.672.167,28
JUN	44.989.186,63	45.187.038,60	-308.864,77	44.878.173,83
JUL	45.294.324,05	45.339.270,53	1.169.016,23	46.508.286,76
AGO	46.001.019,94	45.369.521,51	1.322.653,58	46.692.175,09
SET	44.065.335,23	45.441.648,00	1.276.666,56	46.718.314,56
OUT	45.574.408,82	45.541.281,30	1.334.664,25	46.875.945,55
NOV	45.569.481,91	45.553.263,84	1.327.305,76	46.880.569,60
DEZ	46.280.001,11	45.621.679,49	1.618.484,38	47.240.163,87
Total	539.573.751,77	497.536.621,55	16.858.709,60	560.693.165,76

Fonte: Balancete FAR

A inadimplência das operações de arrendamento não impacta nos resultados do Fundo porque é suportada pela CAIXA na condição de responsável pelo risco de crédito das operações de arrendamento.

17.6.4 Desimobilização patrimonial – arrendamento

Até 31/12/2011, 11.773 arrendatários exerceram antecipadamente a opção de compra do imóvel arrendado. A arrecadação no exercício atingiu o montante de R\$ 41,30 milhões, sendo 42,04% com pagamento à vista e 57,96% com pagamento parcelado.

Tabela 17 Receitas com a antecipação da opção de compra dos imóveis arrendados

Valores em R\$ 1,00

Mês	Total 2010	Receita de Alienação de imóveis a Vista ¹			Receita de contratos de parcelamento (b)	Total 2010 [c = (a + b)]
		FGTS	Rec. Prop.	Total (a)		
JAN	3.506.649,60	699.381	1.123.164	1.822.546	1.941.794,29	3.764.340,00
FEV	2.452.912,69	870.205	1.123.052	1.993.257	1.691.241,82	3.684.499,11
MAR	3.523.631,52	475.821	748.615	1.224.436	1.571.400,88	2.795.836,91
ABR	3.826.356,49	896.773	1.130.514	2.027.287	1.784.837,81	3.812.125,16
MAI	4.457.855,74	1.256.006	1.029.355	2.285.361	1.958.732,76	4.244.093,50
JUN	3.307.233,28	1.061.580	1.095.386	2.156.966	1.971.111,54	4.128.077,64
JUL	3.755.390,08	1.093.078	1.207.427	2.300.505	1.378.194,14	3.678.699,10
AGO	3.684.008,94	1.423.509	1.670.760	3.094.268	2.606.603,04	5.700.871,22
SET	4.311.554,28	959.996	995.607	1.955.603	1.689.348,97	3.644.952,39
OUT	1.292.051,94	189.998	442.088	632.086	30.143,63	662.230,05
NOV	3.234.129,62	900.124	1.268.128	2.168.253	0,00	2.168.252,66
DEZ	3.954.698,55	622.753	814.132	1.436.885	128.819,95	1.565.704,70
Total	41.306.473	10.449.226	12.648.228	23.097.454	16.752.228,83	39.849.682,44

Fonte: (¹)-Balancete 2011; (²) - Agente Financeiro

Em conformidade com a Resolução do CCFGTS nº. 533/2007, os valores recebidos à vista pelo FAR são utilizados para amortização do saldo devedor dos contratos de empréstimo do FGTS, a começar pelo mais antigo.

A criação do PMCMV, o qual propicia a aquisição da casa própria em condições mais favoráveis e a expectativa de que a CAIXA, no futuro, ofereça condições melhores/descontos nas aquisições, provavelmente, influenciaram os resultados alcançados.

Tabela 18 Percentual de adesão ao exercício antecipado da opção de compra do imóvel arrendado

UF	QUAp	QUA	%
AC	681	6	0,88
AL	5.273	222	4,21
AM	49	14	28,57
BA	11.218	758	6,76
CE	4.628	581	12,55
DF	723	382	52,84
ES	3.437	935	27,20
GO	873	215	24,63
MA	4.895	300	6,13
MG	13.462	1907	14,17
MS	3.752	577	15,38
MT	5.280	546	10,34
PA	1.383	188	13,59
Subtotal	55.654	6.631	11,91

UF	QUAp	QUA	%
SubTotal	55.654	6.631	
PB	1.158	241	20,81
PE	3.219	37	1,15
PI	5.358	317	5,92
PR	6.032	1013	16,79
RJ	9.530	296	3,11
RN	1.041	157	15,08
RO	1.348	69	5,12
RS	8.864	440	4,96
SC	3.868	465	12,02
SE	6.179	671	10,86
SP	28.018	1378	4,92
TO	783	58	7,41
Total	131.052	11.773	8,98

QUA – Quantidade de Unidades Alienadas

QUAp – Quantidade de Unidades com Alienação prevista

17.6.5 Desimobilização patrimonial – venda direta

A Medida Provisória nº. 350/2007, convertida na Lei nº. 11.474/2007, editada no âmbito do PAC autorizou a alienação dos imóveis sem prévio arrendamento e a desimobilização patrimonial do FAR.

O Ministério das Cidades, por meio da Portaria nº. 493/2007, regulamentou a alienação de imóveis em produção ou concluídos diretamente aos Estados, Distrito Federal e Municípios ou respectivos órgãos da administração direta ou indireta, ou às pessoas físicas, público-alvo do Programa.

Em 30/12/2008, foram alienadas para a CDHU/SP, 3.939 unidades habitacionais, distribuídas em 24 empreendimentos, com pagamento à vista, pelo montante de R\$ 177.234.783,80.

Foi assumido junto à CDHU/SP, o compromisso de entrega dos imóveis em condições de habitabilidade, o que implicou na realização de reparos/recuperação de alguns empreendimentos.

Até 31/12/2011, foram entregues 22 empreendimentos, sendo que 02 estão invadidos.

Em 30/12/2009, foi alienado o empreendimento denominado Vivendas do Paraíso, localizado na Zona Norte do Município do Rio de Janeiro/RJ, constituído por 200 unidades habitacionais, pelo valor de R\$ 9,6 milhões.

A entrega do empreendimento, nas condições em que se encontrava, foi efetivada em JAN/2010, após a transferência dos recursos pela SEMH/RJ.

Devido a fortes chuvas ocorridas no Estado do Rio de Janeiro em abril de 2010, que provocaram diversas perdas humanas e materiais, foi proposto pelo Governo daquele Estado e aceito pelo Ministério das Cidades, a transferência de 16 empreendimentos, totalizando 3.880 unidades habitacionais, adquiridos no âmbito do PAR, em construção ou concluídos e não arrendados, para alienação às famílias atingidas pela calamidade nas condições do PMCMV.

Considerando que as unidades foram adquiridas com recursos onerosos obtidos em operações de empréstimo do FGTS e que a receita esperada com os imóveis é vinculada aos contratos, foi realizada amortização do saldo devedor, no montante de R\$ 194 milhões, utilizando os recursos recebidos da União para aplicação no PMCMV.

O valor unitário das unidades transferidas foi fixado em R\$ 50.000,00 tendo como referência o valor médio praticado no PMCMV para o Estado do Rio de Janeiro.

Em 2011 foi transferido ao PMCMV, o empreendimento Bela Vista, composto de 227 unidades habitacionais, localizado na cidade de Formosa/GO.

17.6.6 Empréstimos do FGTS

Os valores devidos ao FGTS ao final do exercício de 2011 pelos empréstimos concedidos ao FAR totalizam R\$ 7 7.191.182.920,85 discriminados nas tabelas adiante.

Em cumprimento ao que determina a Resolução do CCFGTS nº. 533/2007, de 01/07/2007, os recursos pagos à vista quando da alienação dos imóveis com pagamento à vista e transferência para atendimento aos beneficiários do PMCMV, no montante de R\$ 43.027.750,36 foram destinados para amortização do contrato de empréstimo nº. 85.614-23, firmado em 1999.

Em 14/12/2010, foi aprovada pelo CCFGTS a Resolução nº. 648 que alterou as condições para devolução dos recursos não aplicados, devidamente atualizados pela taxa apurada no SELIC, em 03 parcelas anuais com vencimento em 2011, 2012 e 2013.

Tabela 19 Demonstrativo da evolução do contrato de empréstimo do FGTS nº. 85.614-23, firmado em 01/06/1999.

Contrato de empréstimo nº. 85.614-23							Valor em R\$
Mês	Correção Monetária	Amortização	Prestação		Risco de crédito	Amortização extraordinária	Dívida Vincenda $G = G_{(N-1)} + A - B - C - F$
			Principal	Juros			
	A	B	C	D	E	F	
Jan	2.378.093,30	2.378.093,30	7.760.530,47	5.644.346,50	282.217,32	1.705.501,55	1.681.459.824,44
Fev	1.202.482,61	1.202.482,61	7.711.759,16	5.608.874,36	280.443,72	2.702.817,79	1.671.045.247,49
Mar	875.917,16	875.917,16	7.662.531,76	5.573.070,55	278.653,53	2.922.849,95	1.660.459.865,78
Abr	2.013.159,23	2.013.159,23	8.648.317,65	5.541.576,75	277.078,84	12.763.949,11	1.639.047.599,02
Mai	605.044,07	605.044,07	8.529.604,18	5.465.508,81	273.275,44	2.603.130,18	1.627.914.864,66
Jun	2.556.577,18	2.556.577,18	8.481.842,92	5.434.904,81	271.745,24	3.498.632,48	1.615.934.389,26
Jul	1.800.911,76	1.800.911,76	9.416.982,78	5.392.451,00	269.622,55	3.225.906,96	1.603.291.499,52
Ago	1.971.200,82	1.971.200,82	9.344.378,69	5.350.875,67	267.543,78	3.728.348,07	1.590.218.772,76
Set	3.302.649,10	3.302.649,10	9.276.031,57	5.311.738,07	265.586,90	4.360.711,77	1.576.582.029,42
Out	1.582.211,98	1.582.211,98	9.186.636,15	5.260.547,47	263.027,37	2.017.857,06	1.565.377.536,21
Nov	970.814,27	970.814,27	9.117.854,76	5.221.161,17	261.058,06	1.287.265,74	1.554.972.415,71
Dez	1.003.123,36	1.003.123,36	9.057.473,61	5.186.585,13	259.329,26	2.210.779,70	1.543.704.162,40

Fonte: SIAPF

Tabela 20 Demonstrativo da evolução do contrato de empréstimo do FGTS nº. 166.450-45, firmado em 28/05/2004.

Contrato de empréstimo nº. 166.450-45					Valores em R\$
Mês	Correção Monetária	Prestação		Risco de crédito	Dívida Vincenda
		Principal	Juros		
	A	B	C	D	$E = E_{(N-1)} + A - B$
Jan	1.129.745,57	4.624.408,73	3.486.804,18	134.107,85	800.022.710,29
Fev	572.016,17	4.627.715,18	3.469.243,81	133.432,45	795.967.011,28
Mar	417.086,61	4.630.140,10	3.450.997,76	132.730,68	791.753.957,79
Abr	959.605,80	4.635.751,83	3.435.092,11	132.118,93	788.077.811,76
Mai	290.800,77	4.637.462,43	3.416.263,99	131.394,77	783.731.150,10
Jun	1.230.457,76	4.644.743,24	3.401.500,30	130.826,93	780.316.864,62
Jul	869.273,04	4.649.917,49	3.385.139,93	130.197,69	776.536.220,17
Ago	954.363,03	4.655.632,23	3.369.125,86	129.581,76	772.834.950,97
Set	1.604.405,35	4.665.297,33	3.355.903,88	129.073,23	769.774.058,99
Out	772.083,33	4.669.976,62	3.339.033,28	128.424,36	765.876.165,70
Nov	474.843,17	4.672.872,01	3.320.854,37	127.725,17	761.678.136,86
Dez	491.282,43	4.675.886,01	3.302.734,15	127.028,24	757.493.533,28

Fonte: SIAPF

Tabela 21 Demonstrativo da evolução do contrato de empréstimo do FGTS nº. 175.258-90, firmado em 28/07/2005.

Contrato de empréstimo nº. 175.258-90					Valores em R\$
Mês	Correção Monetária	Prestação		Risco de crédito	Dívida Vincenda
		Principal	Juros		
	A	B	C	D	$E = E_{(N-1)} + A - B$
Jan	1.181.740,44	4.500.961,59	3.647.279,21	140.279,97	837.178.855,44
Fev	598.582,82	4.504.179,78	3.630.368,90	139.629,57	833.273.258,48
Mar	436.635,08	4.506.539,97	3.612.742,87	138.951,65	829.203.353,59
Abr	1.004.994,48	4.512.001,89	3.597.569,51	138.368,06	825.696.346,18
Mai	304.682,01	4.513.666,82	3.579.337,79	137.666,84	821.487.361,37
Jun	1.289.735,00	4.520.753,28	3.565.367,42	137.129,52	818.256.343,09
Jul	911.537,63	4.525.789,40	3.549.727,48	136.527,98	814.642.091,32
Ago	1.001.195,15	4.531.351,59	3.534.454,24	135.940,55	811.111.934,88
Set	1.683.868,36	4.540.758,68	3.522.115,15	135.465,97	808.255.044,56
Out	810.679,76	4.545.313,06	3.505.951,47	134.844,29	804.520.411,26
Nov	498.802,60	4.548.131,15	3.488.416,59	134.169,87	800.471.082,71
Dez	516.303,87	4.551.064,70	3.470.945,34	133.497,90	796.436.321,88

Fonte: SIAPF

Tabela 22 Demonstrativo da evolução do contrato de empréstimo do FGTS nº. 193.537-32, firmado em 25/05/2006.

Contrato de empréstimo nº. 193.537-32					Valores em R\$
Mês	Correção Monetária	Prestação		Risco de crédito	Dívida Vincenda
		Principal	Juros		
	A	B	C	D	$E = E_{(N-1)} + A - B$
Jan	1.220.345,73	4.412.060,67	3.766.429,13	144.862,66	864.763.891,89
Fev	618.306,11	4.415.215,30	3.749.989,52	144.230,37	860.966.982,70
Mar	451.146,59	4.417.528,87	3.732.811,89	143.569,69	857.000.600,42
Abr	1.038.684,74	4.422.882,91	3.718.170,24	143.006,55	853.616.402,25
Mai	314.984,52	4.424.514,96	3.700.369,34	142.321,90	849.506.871,81
Jun	1.333.725,62	4.431.461,44	3.686.975,92	141.806,77	846.409.135,99
Jul	942.899,84	4.436.398,09	3.671.858,82	141.225,34	842.915.637,74
Ago	1.035.943,33	4.441.850,43	3.657.123,52	140.658,60	839.509.730,64
Set	1.742.822,19	4.451.071,71	3.645.427,73	140.208,76	836.801.481,12
Out	839.311,83	4.455.536,13	3.629.776,77	139.606,80	833.185.256,82
Nov	516.574,80	4.458.298,56	3.612.707,94	138.950,31	829.243.533,06
Dez	534.862,10	4.461.174,17	3.595.706,38	138.296,40	825.317.220,99

Fonte: SIAPF

Tabela 23 Demonstrativo da evolução do contrato de empréstimo do FGTS nº. 216.249-52, firmado em 01/02/2007.

Contrato de empréstimo nº. 216.249-52					Valores em R\$
Mês	Correção Monetária	Prestação		Risco de crédito	Dívida Vincenda
		Principal	Juros		
	A	B	C	D	$E = E_{(N-1)} + A - B$
Jan	815.257,24	2.818.722,11	2.516.179,27	96.776,13	577.838.033,01
Fev	413.154,15	2.820.737,50	2.505.755,14	96.375,20	575.430.449,66
Mar	301.525,48	2.822.215,56	2.494.838,56	95.955,33	572.909.759,58
Abr	694.366,63	2.825.636,09	2.485.617,88	95.600,69	570.778.490,12
Mai	210.617,31	2.826.678,75	2.474.286,13	95.164,85	568.162.428,68
Jun	892.014,90	2.831.116,63	2.465.902,59	94.842,41	566.223.326,95
Jul	630.772,82	2.834.270,50	2.456.367,77	94.475,68	564.019.829,27
Ago	693.180,38	2.837.753,82	2.447.089,71	94.118,83	561.875.255,83
Set	1.166.453,03	2.843.644,99	2.439.847,41	93.840,28	560.198.063,87
Out	561.878,61	2.846.497,17	2.429.959,75	93.459,99	557.913.445,31
Nov	345.906,30	2.848.262,00	2.419.123,86	93.043,23	555.411.089,61
Dez	358.240,18	2.850.099,13	2.408.333,76	92.628,22	552.919.230,66

Fonte: SIAPF

Tabela 24 Demonstrativo da evolução do contrato de empréstimo do FGTS nº. 254.019-64, firmado em 02/05/2008.

Contrato de empréstimo nº. 254.019-64					Valores em R\$
Mês	Correção Monetária	Prestação		Risco de crédito	Dívida Vincenda
		Principal	Juros		
	A	B	C	D	$E = E_{(N-1)} + A - B$
Jan	3.986.881,08	12.848.896,25	12.304.959,64	473.267,68	2.826.757.174,97
Fev	2.021.131,15	12.858.083,21	12.258.039,33	471.463,05	2.815.920.222,91
Mar	1.475.541,83	12.864.820,84	12.208.714,98	469.565,96	2.804.530.943,90
Abr	3.399.091,54	12.880.413,01	12.167.696,82	467.988,34	2.795.049.622,43
Mai	1.031.373,53	12.885.165,88	12.116.350,98	466.013,50	2.783.195.830,08
Jun	4.369.616,90	12.905.395,59	12.079.450,27	464.594,24	2.774.660.051,39
Jul	3.090.971,51	12.919.772,20	12.036.921,10	462.958,50	2.764.831.250,70
Ago	3.397.977,65	12.935.650,60	11.995.659,99	461.371,54	2.755.293.577,75
Set	5.719.989,44	12.962.505,01	11.964.392,12	460.168,93	2.748.051.062,18
Out	2.756.295,02	12.975.506,40	11.920.165,21	458.467,89	2.737.831.850,80
Nov	1.697.455,56	12.983.551,21	11.871.293,66	456.588,22	2.726.545.755,15
Dez	1.758.622,10	12.991.925,61	11.822.652,30	454.717,40	2.715.312.451,64

Fonte: SIAPF

17.6.7 Ações judiciais

Para o exercício de 2011, a área jurídica da CAIXA procedeu à classificação das ações judiciais considerando a Norma e Procedimento de Contabilidade (NPC) nº. 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), aprovada pela Resolução CMN nº. 3.535/2008.

De acordo com o controle jurídico, posicionado em 31/12/2011, foram classificadas 25 ações do FAR, sendo 3 como relevantes por apresentarem classificação de risco remota (Valor Estimado de Condenação - VEC de R\$ 0,01), e 22 ações consideradas rotineiras e classificadas como prováveis, sendo que destas o provisionamento foi realizado tendo por base o Valor Histórico Médio de Condenação (VHMC). Considerando que não houve condenação no período, o provisionamento em 2011 foi nulo.

Entretanto, a Unidade Jurídica acompanha sistematicamente essas ações e repassa, mensalmente, à Unidade Contábil os valores para fins de registros em contas de controle de compensação a título de informação para o Gestor do Fundo.

17.6.8 Despesas com Manutenção e Conservação dos Imóveis

A partir da publicação da Portaria nº. 231/2004 foi autorizado o provisionamento de 15% do valor das taxas de arrendamento para cobertura de tais despesas.

No exercício de 2011, as despesas de manutenção e conservação dos imóveis, líquidas das despesas recuperadas, totalizaram R\$ 28.075.612,90.

Tabela 25 Despesas de manutenção e conservação dos imóveis arrendados

Despesas de Manutenção e Conservação dos Imóveis	Valores em R\$		
	Valores em 2010	Valores em 2011	%
Taxas e Impostos	980.516,96	777.469,43	2,77%
Seguros – DFI	8.305.728,58	8.527.236,52	30,37%
Taxas Condominiais	8.520.002,36	8.674.100,98	30,90%
Água/Energia Elétrica/Gás	402.613,48	141.283,25	0,50%
Ocupação/Desocupação de Imóveis	342.097,56	357.290,73	1,27%
Reparos e Benfeitorias Imóveis do FAR	3.130.393,97	8.162.272,96	29,07%
Vigilância	16.551.697,49	7.536.427,09	26,84%
Recuperação de Despesas Diversas	-4.044.502,56	-6.100.468,06	-21,73%
Total	34.188.547,84	28.075.612,90	100,00%

Fontes: Balancetes do FAR - 2011

O aumento das despesas de reparos e benfeitorias decorre das autorizações de utilização de recursos do FAR em anos anteriores e contratadas e pagas em 2011.

Este aumento também pode ser atribuído a idade dos imóveis e ao grande número de vícios construtivos assumidos pelo FAR.

Salientamos que cabe as construtoras a responsabilidade pela recuperação de danos físicos caracterizados como vício de construção ou falha na elaboração/execução do projeto, observados os prazos previstos em lei.

No caso das construtoras e/ou responsável técnico não assumirem suas possíveis responsabilidades, seja por decisão gerencial ou em decorrência de dificuldades financeiras, falência, concordata ou extinção, e o dano resultante do vício de construção afetar a solidez da edificação ou implique em prejuízos financeiros em decorrência do agravamento, o FAR assume o reparo do dano, mediante o ajuizamento de ação com vistas a obter o ressarcimento das despesas incorridas pela construtora e/ou responsável técnico.

18 Demonstrações Contábeis

18.1 Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas

Segue anexa a documentação relativa às demonstrações contábeis, composta das seguintes peças: Voto ao Conselho Diretor; Notas Explicativas; Balancete Mensal; Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração de

Fluxo de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração das Variações Patrimoniais; Proposta Orçamentária e Execução Orçamentária.

18.2 Parecer da Auditoria Independente

Segue apenso a este relatório o Parecer dos auditores independentes, emitido pela *PriceWaterHouseCoopers* (PWC), datado de 28/03/2012.

19 Conteúdo específico por UJ ou grupo de unidades afins

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

20 Resultados e conclusões

Desde a criação do FAR, em 1999, R\$ 29.044.718.754,68 foram aplicados na aquisição de 762.600 unidades habitacionais que propiciaram a geração de cerca de 2,733 milhões de empregos e beneficiaram aproximadamente, 3,061 milhões de pessoas.

O montante desembolsado até 31/12/2011 foi de R\$ 14.340.135.448,85.

Em aproximadamente 3 anos o número de unidades habitacionais destinadas à venda direta aos beneficiários do PMCMV superou em 79,19% do total de unidades adquiridas ao longo de 10 anos para fins de arrendamento no âmbito do PAR.

Até 31/12/2011, 11.773 arrendatários exerceram antecipadamente a opção de compra dos imóveis arrendados, que representa 8,98% do público alvo.

Para 2012, está prevista a implantação de plano de ação para incentivar os arrendatários a se habilitarem ao exercício antecipado da opção de compra dos imóveis arrendados.

FABIO FERREIRA CLETO
Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias

JORGE FONTES HEREDA
Presidente

INFORME – Cumprimento Lei nº 8.730/93

Relativamente ao gerenciamento do cumprimento das disposições da referida lei, declaramos, para fins de comprovação perante o TCU, que todos os empregados da CAIXA são obrigados a apresentar anualmente a esta Instituição a Declaração de Bens e Valores em uma das seguintes formas:

- autorizar o acesso, por meio eletrônico, à sua Declaração de Ajuste Anual do IRPF com as respectivas retificações, apresentas à SRFB, do Ministério da Fazenda; ou

- apresentar anualmente, em envelope lacrado, Formulário de Entrega da Declaração de Bens e Valores, declarando todos os bens e valores.

A Declaração em papel é entregue na unidade de lotação do empregado, que autua processo e o mantém arquivado em local adequado à preservação do sigilo das informações, trancado sob responsabilidade do gestor da unidade.

A obrigatoriedade de entrega da Declaração de Bens e Valores está disposta em normativo interno desta Empresa, MN RH059 – Declaração de Bens e Valores – Apresentação à CAIXA, cujos registros quanto ao cumprimento constam no Sistema de Recursos Humanos – SISRH.

Em caso de descumprimento da norma, cabe ao gestor da unidade a responsabilidade pela cobrança ao empregado e sujeita o responsável às cominações previstas no Regulamento de Pessoal da CAIXA.

As informações relacionadas à entrega das declarações de bens e rendas encontram-se demonstradas no Quadro anexo.

Brasília, 02 de fevereiro de 2012.


JOÃO ACÁCIO PEREIRA
Gerente Nacional – S.E.
GN Relações do Trabalho e Provimento

Estrutura de controles internos da CAIXA

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da CAIXA

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da CAIXA percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela CAIXA são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da CAIXA é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da CAIXA na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da CAIXA.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela CAIXA.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da CAIXA estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da CAIXA.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da CAIXA a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da CAIXA, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					x
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais					x

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da CAIXA, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela CAIXA são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela CAIXA possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela CAIXA são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para CAIXA é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela CAIXA são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à CAIXA é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da CAIXA, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da CAIXA, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da CAIXA é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da CAIXA tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da CAIXA tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x

Considerações Gerais:

1. A avaliação do item 4 partiu da consulta ao Manual Normativo.

1.1. Para os itens 16 e 18 do questionário, a avaliação foi realizada com base nas informações encaminhadas pelos Gestores das Unidades da Matriz, por meio do Relatório de Controles Internos da Unidade.

1.2. O item 28 foi avaliado a partir da existência da atividade de Monitoramento do Sistema de

Controles Internos.

2 Para os demais itens, a avaliação foi realizada com na percepção da área de Controle Institucional, frente às diretrizes existentes e informações institucionais disponíveis.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da CAIXA.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da CAIXA, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da CAIXA.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da CAIXA, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da CAIXA.

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Os editais e termos de referências da CAIXA já prevêem compromissos aos licitantes no que se refere no uso e destinação sustentável dos recursos naturais, busca de maior eficiência em equipamentos, não utilização de mão-de-obra escrava e vedação ao trabalho infantil.					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. Obs: Consideramos a utilização de métodos construtivos diferenciados (steel frame e pré-fabricados) para novas agências.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). A CAIXA, após diversos estudos sobre as questões ambientais, decidiu quando da contratação das empresas de limpeza, que elas passassem a fornecer produtos comprovadamente biodegradáveis e que não agredam a natureza. A CAIXA controla o cumprimento dessa regra específica.				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Os editais e termos de referências já contemplam práticas sustentáveis de destinação de resíduos sólidos. A CAIXA também tem incentivado a eficiência conquistando assim a obtenção da Etiqueta INMETRO/PROCEL em suas edificações. A CAIXA prioriza a compra de equipamentos que já possuam o Selo PROCEL (mini-splits, geladeiras, microondas, como exemplos). Quanto aos demais fornecedores, certificações ambientais são desejáveis, mas não exigidas em licitações. Para as contratações de equipamentos de tecnologia são exigidas certificações ROHS e EPEAT. Ambas tratam respectivamente de restrição quanto ao uso de materiais pesados na fabricação dos equipamentos de TI e a biodegradação dos equipamentos para redução de danos no meio ambiente.				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? A CAIXA tem priorizado a utilização de produtos e equipamentos economizadores, tais como, torneiras com retorno automático, lâmpadas T5 e eletrodomésticos que apresentam os melhores índices de eficiência energética dentro de cada categoria de acordo com as diretrizes do PROCEL.					X

Nas unidades etiquetadas com o Selo INMETRO/PROCEL há uma economia estimada em 12% em água e 25% em energia.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? O papel adquirido pela CAIXA para uso em impressoras de escritório é certificado no processo produtivo (FSC). No processo gráfico realizado por empresas terceirizadas, como por exemplo, envelopes, faturas de cartão de crédito, revistas, agendas, folheterias, calendários, dentre outros, é utilizado papel reciclado.				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? A CAIXA solicita, em suas licitações de serviços de transporte de empregados, veículos modelo zero quilômetro, flex, com catalisadores e que venham de fábrica já com as regras estipuladas pelo CONATRAN e pelos órgãos fiscalizadores quanto aos índices aceitos de motores mais eficientes e menos poluentes.				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. As unidades contratadas/construídas pela CAIXA, obrigatoriamente devem possuir itens de sustentabilidade, que incluem a utilização de tecnologias que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. Obs: Para consolidar o processo de coleta seletiva, a CAIXA constituiu a Comissão Nacional e Comissões Regionais, para atuarem com atribuições estratégicas, em nível nacional e operacional nas regiões de abrangência, tendo como membros, representantes da área de pessoas, logística, desenvolvimento urbano e rede. Também, foi publicado o Manual Normativo interno sobre os procedimentos da coleta seletiva com premissas, princípios, diretrizes e normas para instruir a realização da coleta nas unidades, alinhadas às legislações pertinentes. Assim, a CAIXA está desenvolvendo atividades de coleta seletiva adequadas ao modelo ambiental estabelecido pela Empresa, à dinâmica do trabalho e às estratégias de negócio existentes nas unidades.				X	

Em 2011 a CAIXA iniciou o processo de credenciamento das cooperativas/associações de catadores e também a licitação para aquisição de coletores e contêineres necessários à adequada execução da coleta seletiva na CAIXA, que se encontra em curso, em todo o país. Alguns municípios não possuem associações ou cooperativas de catadores. Nesses casos, a CAIXA tem orientado aos gestores das unidades, com o apoio da comissão regional, a fomentar a organização de catadores e a implantação da coleta seletiva, por meio da interlocução com outras entidades como prefeitura, ONG, secretarias, etc. Para capacitar os empregados a CAIXA disponibilizou o Curso Coleta Seletiva CAIXA, além disso, promoveu vários encontros, conferências, peças teatrais, a fim de sensibilizar o público interno para o tema. Promoveu ajuste contratual, prevendo capacitação periódica dos prestadores de serviço de limpeza sobre o tema.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? No ano de 2011 foi aperfeiçoado o sistema de gerenciamento de consumo de água e energia, objetivando mensurar o consumo individualizado das unidades e orientado aos gestores sobre a importância do consumo consciente. Na política de construção/locação de unidades é determinada a observação de diversos itens que contribuem para a redução de insumos de água, energia, entre outros relacionados à sustentabilidade. O piloto do projeto Outsourcing de Impressão foi implantado em 5 Estados proporcionando a redução do consumo de energia, tonner e papel. Envio de email marketing a todos os empregados com dicas para redução do consumo de energia, no âmbito da Campanha Caixa Mais Sustentável.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? A CAIXA visando promover a conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais realizou: Disponibilizou na Universidade CAIXA, ambiente de educação à distância, acessível a todos os empregados da empresa os cursos: Conhecendo a Responsabilidade Social Empresarial; Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial; Responsabilidade Ambiental nos Negócios, Auditoria Ambiental e Coleta Seletiva Solidária CAIXA. No ano de 2011, 49.982 pessoas foram treinadas nos cursos de educação socioambiental. Em 2011 o Projeto Quintas Ambientais promoveu 6 encontros na Matriz da empresa em Brasília, com o objetivo de disseminar conhecimentos e discutir com os empregados temas voltados para preservação ambiental e sustentabilidade. Ao todo participaram dos encontros 611 empregados. Reedição da Campanha Nós Fazemos que teve como objetivo reconhecer e valorizar as equipes da CAIXA que trabalham as ações propostas, baseadas nas 7 dimensões CAIXA de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e nos princípios do Desenvolvimento Sustentável (DS), a seguir relacionadas: Valores, Transparência e Governança; Público Interno; Meio Ambiente; Relacionamento com Fornecedores; Clientes; Comunidade; Governo e sociedade.					X

Treinamento de 49 engenheiros e arquitetos da empresa em Etiquetagem Energética RTQ-C, para construção de novas unidades da empresa com a certificação do INMETRO/PROCEL para edifícios comerciais. Capacitação de técnico para atuar na avaliação socioambiental de clientes Pessoa Jurídica, no Curso <i>Análisis de Riesgos Ambientales y Sociales (ARAS)</i>, promovido pela Iniciativa de Finanças do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI).					
Considerações Gerais: Devido à sua vocação social, produtos utilizados pela CAIXA tais como revestimentos e pisos precisam apresentar boa durabilidade. Por isso, a CAIXA define em seus padrões que todos os produtos e soluções técnicas aplicadas em suas unidades precisam possuir alto desempenho e atender às normas técnicas específicas. Além disso, os padrões desenvolvidos têm que resistir o tempo necessário para a depreciação do patrimônio. De uma forma geral, os contratos da CAIXA relacionados a obras ou serviços de engenharia exigem em seu escopo que as soluções definidas sejam eficientes. Em determinados itens, enfatizamos a importância de utilização de materiais e técnicas regionais, reduzindo o impacto relacionado ao transporte. Além disso, a CAIXA desenvolveu novos padrões de edificação com a utilização de sistemas construtivos industrializados, que têm reduzido o desperdício e permite a reutilização ou reciclagem de grande parte dos materiais utilizados. A CAIXA, em suas contratações de bens e serviços adota critérios de sustentabilidade quanto aos insumos e materiais utilizados para a execução dos serviços, tais como uso de madeiras e papéis oriundos de manejo florestal, necessidade de manutenção e regulação dos veículos automotores pelas empresas contratadas a fim de que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente (PROCONVE), e a destinação correta de combustíveis e lubrificantes e peças substituídas, como pneus e câmaras.					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ITEM 12 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. Considerações: Informamos que as áreas de TI elaboram as suas licitações baseadas em contratação de Serviços e de Aplicativos de Negócio, geralmente realizados em ambiente externo à CAIXA, sem nenhuma visibilidade interna sobre o quantitativo de pessoas envolvidas na realização das atividades objeto do contrato, inviabilizando assim o fornecimento das informações baseadas em quantitativo de pessoal terceirizado. Muito embora, ainda haja a necessidade de parte dos serviços serem realizadas em ambiente interno à CAIXA, o acompanhamento da qualidade, o controle das atividades e dos resultados, bem como a remuneração associada às entregas, são realizados através de indicadores de performance e ferramentas de monitoração e de gestão, sempre através da interação com preposto da terceirizada alocado exclusivamente para este fim. Devido uma nova estruturação da área de tecnologia da informação, houve a redução dos servidores Caixa de 6.179 informado no ano de 2010 para atuais 2.948 servidores.	Servidores Caixa: 2.948				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. Considerações: Conforme informado no Quesito 4 desta tabela, sobre a impossibilidade do levantamento da quantidade de pessoal terceirizado atuando nas atividades de TI da CAIXA, informamos que a obtenção do percentual de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ requer uma análise profunda, não sendo disponível no para este relatório.	Vide considerações à esquerda.				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais					

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DIRETOR Nº 5864/2012 #20

Dispõe sobre as Demonstrações Contábeis e a Execução Orçamentária do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, referentes ao exercício de 2011.

O Conselho Diretor da Caixa Econômica Federal, em reunião realizada em 27 de março de 2012, em atendimento ao Art. 24, inciso V, alínea "b" e "c", do Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, e no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º **Aprovar** as Demonstrações Contábeis e a Execução Orçamentária do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, referentes ao exercício de 2011.

Art. 2º **Apresentar** a matéria para:

I - deliberação do Conselho de Administração, conforme dispõe o Art. 18, inciso XI, alínea "e" do Estatuto da CAIXA;

II - análise do Conselho Fiscal, conforme dispõe o Art. 42, inciso IV do Estatuto da CAIXA.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Brasília, 27 de março de 2012.



JORGE FONTES HEREDA
Presidente

Brasília,

Ao
CONSELHO DIRETOR

Ementa: Submete à apreciação as Demonstrações Contábeis e a Execução Orçamentária do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, referentes ao exercício de 2011.

Senhor Presidente,
Senhores Vice-Presidentes,

- 1 Em cumprimento ao disposto no art. 24, inciso V, alíneas “b” e “c” do Estatuto da CAIXA, submetemos à apreciação desse Conselho, com o voto favorável do Vice-Presidente signatário à sua aprovação, e posterior encaminhamento para os fins previstos no art. 18, inciso XI, alínea “e”, e art. 42 daquele instrumento legal as Demonstrações Contábeis e a Execução Orçamentária do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, referentes ao exercício de 2011.
- 2 O FAR foi constituído com base no VOTO CAIXA 140/99, de 27.05.99, ATA nº 1.419, de 27.05.99, para viabilizar o Programa de Arrendamento Residencial - PAR¹, criado pela Medida Provisória nº 1.823, de 29 de abril de 1999, convertida na Lei nº 10.188, de 12 de março de 2001.
- 3 No exercício de 2011, o FAR apurou resultado líquido positivo de R\$ 992.096 mil, proveniente das receitas e despesas apresentadas abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	R\$ mil			
	REALIZADO 2010	Orçado 2011 (A)	Realizado 2011 (B)	% C = (B/A)
RECEITAS OPERACIONAIS	1.344.120	847.204	5.489.096	647,91
RECEITAS DE PARCELAMENTO	590	739	15.701	-
RECEITAS COM ARRENDAMENTO	576.222	578.981	605.437	104,57
RECEITAS FINANCEIRAS	420.153	242.837	97.776	40,26
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	347.155	24.647	4.770.182	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.171.905)	(5.812.132)	(4.497.000)	77,37
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS	(447.442)	(481.443)	(454.335)	94,37
Empréstimo - FGTS	(447.442)	(481.443)	(454.335)	94,37
Juros de Carência - FGTS	(393.364)	(415.847)	(365.191)	87,82
Atualização Monetária - FGTS	(54.078)	(65.596)	(89.144)	135,90
ARRENDAMENTOS FINANCEIROS	(425.619)	(424.293)	(438.941)	103,45
COMISSÕES E TARIFAS	(173.116)	(177.502)	(308.992)	174,08
Taxa de Administração	(12.713)	(5.967)	(2.667)	44,69
Taxa de Risco de Inadimp e Ociosidade	(78.508)	(84.750)	(81.486)	96,15
Taxa de Administ.s/ Arrend. Imóveis	(78.520)	(84.750)	(81.496)	96,16
Taxa de Acompanhamento de Obra	(204)	0	(29)	-
Taxa de Intermediação de Crédito	(474)	(1.088)	(570)	52,37
Taxa de Performance - parcelamentos	(1.905)	(947)	(2.196)	231,90
Taxa de Administração - PMCMV	(792)	0	(12)	-
Taxa de Administração - PMCMV - ag financeiro	0	0	(140.536)	-
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(125.728)	(4.728.894)	(3.294.732)	69,67
RESULTADO OPERACIONAL	172.215	(4.964.928)	992.096	(19,98)
RESULTADO LÍQUIDO	172.215	(4.964.928)	992.096	(19,98)

¹ PAR - O Programa de Arrendamento Residencial – PAR foi criado para atendimento exclusivo da necessidade de moradia da população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra.

- 3.1 As receitas operacionais superaram o orçado em 547,91%, devido, principalmente, ao item outras receitas operacionais, cuja elaboração do orçamento não considerou a atualização de recursos antecipados pelo FAR no âmbito do PMCMV a serem repassados pela União, que, no período, atingiu o montante de R\$ 638.888 mil, bem como a receita com venda dos imóveis que totalizou R\$ 4.085.831 mil.
- 3.2 As despesas operacionais realizaram R\$ 4.497.000 mil, ou seja, 77,37% do valor orçado, em razão, basicamente, da frustração do montante previsto nas despesas para subsídio do Programa Minha Casa Minha Vida, cuja realização foi de R\$ 3.242.812 mil, 69,91% do esperado.
- 3.2.1 As Comissões e tarifas realizaram R\$ 308.992 mil, basicamente, em função do registro da taxa de administração no âmbito do PMCMV a pagar ao agente financeiro, conforme disposto na Portaria nº 561, de 28 de dezembro de 2011.
- 4 O FAR demonstrou ativo no valor de R\$ 21.575.030 mil, 24,61% acima do orçado.

BALANÇO PATRIMONIAL	REALIZADO 2010	Orçado 2011 (A)	Realizado 2011 (B)	% C = (B/A)
ATIVO				
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	18.516.229	17.314.069	21.575.030	124,61
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.513.554	895.141	471.519	52,68
Depósitos remunerados na CAIXA	54.725	415.825	299.131	71,94
Depósitos remunerados na CAIXA - PMCMV	247	0	22.265	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez/TVM *	1.458.582	479.316	150.123	31,32
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL	64	710	14	1,93
IMÓVEIS A ARRENDAR/A ALIENAR PMCMV	396.443	199.744	862.826	431,97
CRÉDITOS VINCULADOS	1.611	1.212	4.778	394,35
PARCELAMENTOS	93.601	94.685	802.107	847,13
OUTROS CRÉDITOS	5.091.339	7.252	6.394.901	-
IMOBILIZADO	11.419.617	16.115.325	13.038.885	80,91
Imóveis em construção	6.377.727	6.978.767	8.217.362	117,75
Imóveis arrendados	6.459.414	10.779.728	6.594.028	61,17
Superviniência de depreciação	451.578	655.516	496.322	75,71
Depreciação imóveis arrendados	(1.869.102)	(2.298.686)	(2.268.827)	98,70
TOTAL ATIVO	18.516.229	17.314.069	21.575.030	124,61
PASSIVO				
EMPRÉSTIMOS FGTS	7.661.755	8.206.368	7.231.436	88,12
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.465.008	45.835	8.962.032	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.389.466	9.061.866	5.381.562	59,39
CAPITAL SOCIAL	600.000	600.000	600.000	100,00
FUNDO CONTA GERAL	3.289.466	(2.330.526)	4.281.562	(183,72)
REPASSE RECURSOS DA UNIÃO	500.000	14.492.392	500.000	3,45
DOTAÇÕES UNIÃO A REALIZAR - PMCMV	0	(3.700.000)	0	-
TOTAL PASSIVO	18.516.229	17.314.069	21.575.030	124,61

* No orçamento aprovado os Títulos e Valores Mobiliários somam-se às Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

- 4.1 Os imóveis a arrendar/a alienar PMCMV realizaram R\$ 663.082 mil acima do valor orçado para o exercício, uma vez que a alienação de imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida não aconteceu conforme fluxo previsto no orçamento.
- 4.2 O item outros créditos registrou realização de R\$ 6.394.901 mil, decorrente, basicamente, dos valores a receber da União pelo Programa Minha Casa Minha Vida, fato não contemplado no orçamento de 2011, o qual considerava que os recursos seriam repassados pela União e não antecipados pelo FAR.
- 4.3 As outras obrigações totalizaram R\$ 8.916.197 mil acima do previsto, em função da reclassificação da conta do patrimônio líquido para o passivo referente à subvenção da União relativa ao Programa Minha Casa Minha Vida.

4.3.1 Conforme disposto na Lei nº 12.424/11, artigo 79, parágrafo 3º, o FAR garante as coberturas securitárias do risco de morte e invalidez permanente do mutuário e dos danos físicos ao imóvel relativos aos financiamentos habitacionais originados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, em que as fontes de recursos originam-se do FAR. Nesse contexto, o FAR está em fase de contratação de atuário para realização dos estudos e cálculos atuariais para apuração dos efeitos nas demonstrações contábeis. Dessa forma, o processo de mensuração e registros das provisões atuariais decorrentes dessas coberturas securitárias ainda não foi finalizado.

5 No ano de 2011, as contratações relativas ao Fundo de Arrendamento Residencial – PMCMV foram de R\$ 4.564.754 mil, com um quantitativo de 84.652 unidades habitacionais contratadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

FAR	REALIZADO jun/99 a mar/09		ORÇADO 2011 Valor (A)	REALIZADO 2011		REALIZADO Jun/99 a Dez/11		(%) (B/A)
	Quant. Unid.	Valor		Quant. Unid.	Valor (B)	Quant. Unid.	Valor	
CONTRATAÇÕES PAR	273.171	7.323.766	0	0	0	273.171	7.323.766	-
DESEMBOLSOS PAR	0	6.996.089	0	0	8.406	0	7.004.495	-

FAR	REALIZADO mai/09 a dez/10		ORÇADO 2011 Valor (A)	REALIZADO 2011		REALIZADO mai/09 a Dez/11		(%) (B/A)
	Quant. Unid.	Valor		Quant. Unid.	Valor (B)	Quant. Unid.	Valor	
CONTRATAÇÕES PMCMV	400.248	16.791.818	11.210.753	84.652	4.564.754	484.900	21.356.573	40,72
DESEMBOLSOS PMCMV	0	6.312.447	8.525.698	0	6.436.645	0	12.749.092	75,50

Fonte: GN Habitação Social - Pessoa Jurídica

6 Anexos:

- Anexo I - CI GN Contabilidade de Entidades Sociais e Fundos de Investimento 041/12;
- Anexo II - Demonstrações Contábeis – Exercício 2011;
- Anexo III - Parecer dos Auditores Independentes;
- Anexo IV - Relatório de Auditoria Interna.

LORE MÂNICA RIBEIRO
Superintendente Nacional
SN Monitoramento e Avaliação de Resultados

MARCOS BRASILIANO ROSA
Superintendente Nacional
SN Contabilidade e Tributos

RAPHAEL REZENDE NETO
Vice-Presidente
VP Controladoria e Riscos

À
SN Contabilidade e Tributos
C/Cópia à GN Seguros e Fundos Habitacionais

Assunto: Demonstrações Contábeis do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR – Exercício/2011

Senhor Superintendente

1 Encaminhamos a V.S^a., as Demonstrações Contábeis do FAR, referentes ao exercício de 2011, para apreciação, e posterior envio ao Conselho Diretor, nos termos do disposto no art. 24, inciso V, alínea “b” do Estatuto da CAIXA.

1.1 Seguem adiante os comentários dos principais itens patrimoniais e de resultado e, em anexo, os documentos a seguir relacionados:

- . Balancete;
- . Demonstração do Resultado do Exercício;
- . Balanço Patrimonial;
- . Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- . Demonstração do Fluxo de Caixa;
- . Notas Explicativas;
- . Parecer dos Auditores Independentes;
- . Relatório de Auditoria Interna.

- 2 Neste exercício, o FAR demonstrou ativo no valor de R\$ 21.575.030 mil, conforme relacionado abaixo:

ATIVO	R\$ milhares			
	Exerc./11	Exerc./10	Variação	Variação%
CIRCULANTE	7.822.186	7.015.151	807.035	11,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	471.519	1.513.554	(1.042.035)	(68,85)
Depósitos Remunerados na Caixa	299.131	54.725	244.406	446,61
Depósitos Remunerados na Caixa - PMCMV ⁽¹⁾	22.265	247	22.018	8914,17
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	150.123	1.458.582	(1.308.459)	(89,71)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	4.778	1.611	3.167	196,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	88.148	12.140	76.008	626,10
Parcelamento	12.714	11.137	1.577	14,16
Parcelamento - PMCMV	394.665	1.003	393.662	39248,45
Parcelamento PMCMV – Subsídio a conceder (-)	(319.231)	0	(319.231)	0,00
OPERAÇÃO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL	14	64	(50)	(78,13)
Arrendamento Financ. Esp. a Receber	418.891	431.133	(12.242)	(2,84)
Rendas a Apropriar (-)	(413.122)	(425.278)	12.156	(2,86)
Arrendamento Financeiro MIP a baixar (-)	(5.755)	(5.791)	36	(0,62)
OUTROS CRÉDITOS	6.394.901	5.091.339	1.303.562	25,60
Rendas a receber	3.646	2.609	1.037	39,75
Créditos Específicos	6.373.104	5.036.135	1.336.969	26,55
Diversos	18.151	52.595	(34.444)	(65,49)
OUTROS VALORES E BENS	862.826	396.443	466.383	117,64
Imóveis a arrendar	61.611	147.020	(85.409)	(58,09)
Imóveis a alienar	801.214	249.422	551.792	221,23
Despesas antecipadas - Seguro DFI	1	1	0	0,00
NÃO CIRCULANTE	13.752.844	11.501.078	2.251.766	19,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	713.959	81.461	632.498	776,44
Parcelamento	67.449	66.872	577	0,86
Parcelamento - PMCMV	3.382.481	14.589	3.367.892	23085,15
Parcelamento PMCMV – Subsídio a conceder (-)	(2.735.971)	0	(2.735.971)	0,00
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL	-	-	-	-
Arrendamento Financeiro Especial a Receber	4.964.321	5.220.524	(256.203)	(4,91)
Rendas a Apropriar	(4.964.321)	(5.220.524)	256.203	(4,91)
IMOBILIZADO	13.038.885	11.419.617	1.619.268	14,18
Imobilizações em curso	8.217.362	6.377.727	1.839.635	28,84
Imobilizações de arrendamento	4.821.523	5.041.890	(220.367)	(4,37)
Bens Arrendados	6.594.028	6.459.414	134.614	2,08
Superveniências de Depreciação	496.322	451.578	44.744	9,91
Depreciação Acumulada	(2.268.827)	(1.869.102)	(399.725)	21,39
TOTAL DO ATIVO	21.575.030	18.516.229	3.058.801	16,52

- 2.1 As contas de Depósitos Remunerados apresentaram variação de R\$ 244.406 mil (FAR) e R\$ 22.018 mil (FAR – PMCMV), conforme demonstrado no item 9.

⁽¹⁾ PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

- 2.2 As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, composta pelas Letras Financeiras do Tesouro, Letras do Tesouro Nacional e Notas do Tesouro Nacional, registraram, no exercício, a seguinte movimentação:

						R\$ milhares
TÍTULO	Inicial	Apropriação	Aplicação	Resgate	Rendas	Saldos
LFT	745.097		60.389.653	(61.017.888)	33.258	150.120
RENDAS A APROPRIAR (-)	(301)	301			(62)	(62)
LTN	705.284		51.392.275	(52.120.580)	23.021	0
RENDAS A APROPRIAR (-)	(284)	284				0
NTN	8.790		37.361.673	(37.386.499)	16.101	65
RENDAS A APROPRIAR (-)	(4)	4				0
	1.458.582	589	149.143.601	(150.524.967)	72.318	150.123

- 2.3 Neste exercício, as operações de crédito relativas ao parcelamento quando do exercício da opção de compra pelo arrendatário, criado pela Lei nº 11.474/07, e parcelamento no âmbito do PMCMV, criado pela Lei nº 11.977/09, alterado pela Lei nº 12.424/11, registraram crescimento de R\$ 2.154 mil e R\$ 706.352 mil, respectivamente, em relação ao exercício anterior decorrente, principalmente, do crescimento no volume de operações de parcelamento e suas respectivas atualizações monetárias no exercício.
- 2.4 A operação de arrendamento residencial registrou redução de R\$ 50 mil, correspondente a (78,13)% em relação ao exercício anterior, decorrente, principalmente, das taxas de arrendamento recebidas no ano.
- 2.5 A conta Outros Créditos registrou crescimento de R\$ 1.303.562 mil, correspondente a 25,60% em relação ao exercício de 2010, decorrente, principalmente, do aumento de R\$ 1.336.969 mil em créditos específicos de valores a receber da União referentes aos recursos antecipados pelo FAR por conta do PMCMV.
- 2.6 Em Outros Valores e Bens, a conta de Imóveis a Arrendar registrou no exercício, decréscimo de R\$ 85.409 mil, correspondente a (58,09)% em relação ao exercício anterior, decorrente, principalmente, da transferência de Imóveis a Arrendar para Imóveis Arrendados e a conta de Imóveis a Aliénar registrou no exercício, crescimento de R\$ 551.792 mil, correspondente a 221,23% em relação ao exercício anterior, em função, principalmente, da transferência de Imóveis em Curso para Imóveis a Aliénar.
- 2.7 No imobilizado, a variação positiva de R\$ 1.619.268 mil decorreu, principalmente, da movimentação ocorrida em Imobilizações em Curso no montante de R\$ 1.839.635 mil relativa à transferência para Imóveis a Arrendar do FAR e Imóveis a Aliénar do PMCMV, no valor de R\$ 120.202 mil e R\$ 4.505.131 mil, respectivamente, das liberações para construção dos imóveis do FAR e PMCMV, no valor de R\$ 6.447.934 mil e da atualização dos empreendimentos e receitas de migração no valor de R\$ 17.034 mil.

2.8 No saldo de imóveis a arrendar e imóveis em curso, estão os valores referentes aos imóveis vendidos e ainda não entregues à CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), conforme Voto VIFUG/SUFUS nº 003/2008, representados em contas retificadoras de Imóveis a Arrendar (R\$ 32.893 mil) e de Imóveis em Curso (R\$ 18.400 mil).

3 Neste exercício, o Passivo e Patrimônio Líquido totalizaram R\$ 21.575.030 mil, conforme demonstrado abaixo:

	R\$ milhares			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exerc./11	Exerc./10	Variação	Variação%
CIRCULANTE	9.477.418	6.957.790	2.519.628	36,21
OBRIGAÇÕES EMPRÉSTIMOS E REPASSES	515.386	492.782	22.604	4,59
OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.958.414	6.465.008	2.493.406	38,57
DEPÓSITOS DO FAR – REMUNERAÇÃO A INCORPORAR	3.618	0	3.618	0,00
NÃO CIRCULANTE	6.716.050	7.168.973	(452.923)	(6,32)
OBRIGAÇÕES EMPRÉSTIMOS E REPASSES	6.716.050	7.168.973	(452.923)	(6,32)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.381.562	4.389.466	992.096	22,60
CAPITAL SOCIAL	600.000	600.000	0	0,00
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - UNIÃO	500.000	500.000	0	0,00
FUNDO CONTA GERAL	4.281.562	3.289.466	992.096	30,16
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.575.030	18.516.229	3.058.801	16,52

- 3.1 A variação negativa de R\$ 430.319 mil, nas contas de empréstimos e repasses foi decorrente das amortizações, amortizações extras e das provisões do exercício, a seguir demonstradas:

	Exerc./11	Exerc./10	Variação	R\$ milhares Variação %
Empréstimo FGTS	7.191.749	7.618.924	(427.175)	(5,61)
Juros a Pagar	29.649	31.368	(1.719)	(5,48)
AM a Pagar	6.747	10.247	(3.500)	(34,16)
Risco de Crédito a Pagar	3.291	1.216	2.075	170,64
Totais	7.231.436	7.661.755	(430.319)	(5,62)

- 3.2 As Outras Obrigações registraram crescimento de R\$ 2.493.406 mil em relação ao exercício anterior, decorrente, principalmente, do aumento do valor do subsídio aportado no âmbito do PMCMV.
- 3.2.1 Conforme disposto na Lei nº 12.424/11, artigo 79, parágrafo 3º, o FAR garante as coberturas securitárias do risco de morte e invalidez permanente do mutuário e dos danos físicos ao imóvel relativos aos financiamentos habitacionais originados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, em que as fontes de recursos originam-se do FAR. Nesse contexto, o FAR está em fase de contratação de atuário para realização dos estudos e cálculos atuariais para apuração dos efeitos nas demonstrações contábeis. Dessa forma, o processo de mensuração e registros das provisões atuariais decorrentes dessas coberturas securitárias ainda não foi finalizado.
- 3.3 O Patrimônio Líquido do FAR, no valor de R\$ 5.381.562 mil, é composto pelo Capital Social que não registrou variação em relação ao exercício anterior e do resultado adiante comentado.

- 4 O FAR apurou no exercício resultado líquido positivo de R\$ 992.096 mil, com variação positiva de R\$ 819.881 mil, correspondente a 476,08 %, quando comparado com o exercício anterior, proveniente das receitas e despesas que apresentamos a seguir:

	R\$ milhares			
	Exerc./11	Exerc./10	Variação	Variação%
RECEITAS OPERACIONAIS	5.489.096	1.344.120	4.144.976	308,38
RENDAS DE PARCELAMENTO	1.043	546	497	91,03
RENDAS DE ALIENAÇÃO FAR	14.658	44	14.614	33213,64
ARRENDAMENTO RESIDENCIAL	605.437	576.222	29.215	5,07
APLICAÇÕES INTER. LIQUIDEZ	97.776	384.081	(286.305)	(74,54)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	0	36.072	(36.072)	(100,00)
RECEITAS – PMCMV	4.085.831	83.505	4.002.326	4792,92
OUTRAS REC. OPERACIONAIS	684.351	263.650	420.701	159,57
DESPESAS OPERACIONAIS	4.497.000	1.171.905	3.325.095	283,73
OBRIGAÇÕES POR EMP. NO PAÍS	454.335	447.442	6.893	1,54
ARRENDAMENTOS FINANCEIROS	438.941	425.619	13.322	3,13
COMISSÕES E TARIFAS	308.992	173.116	135.876	78,49
Taxa de Administração Disponibilidades	2.667	12.713	(10.046)	(79,02)
Taxa de Risco de Inadimp. e Ociosidade	81.486	78.508	2.978	3,79
Taxa de Adm. da Carteira Imobiliária	81.496	78.520	2.976	3,79
Taxa de Acompanhamento de Obra	29	204	(175)	(85,78)
Taxa de Intermediação de Crédito	570	474	96	20,25
Taxa Operacional Mensal / Performance	2.196	1.905	291	15,28
Taxa de Administração PMCMV	12	792	(780)	(98,48)
Taxa de Administração-AF	140.536	0	140.536	0,00
OUTRAS DESP OPERACIONAIS	3.294.732	125.728	3.169.004	2520,52
Despesa com subsídio – PMCMV	3.242.812	67.715	3.175.097	4688,91
Outras despesas operacionais	51.920	58.013	(6.093)	(10,50)
RESULTADOS LÍQUIDOS	992.096	172.215	819.881	476,08

- 4.1 Os fatores que mais contribuíram à formação deste resultado estão a seguir comentados:

- Arrendamento residencial: crescimento de R\$ 29.215 mil, decorrente, principalmente, das rendas de imóveis arrendados;
- Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários: decréscimo da ordem de R\$ 286.305 mil, em relação ao exercício anterior, decorrente, principalmente, do diferencial negativo entre as aplicações e resgates na ordem de R\$ 1.381.366 mil e o rendimento no período;
- Receitas – PMCMV: crescimento de R\$ 4.002.326 mil, relação ao exercício anterior, decorrente da apropriação da receita de venda dos imóveis alienados no exercício;
- Outras receitas operacionais: crescimento de R\$ 420.701 mil, correspondente a 159,57%, em relação ao exercício anterior, decorrente da atualização monetária sobre os recursos a receber da União em função dos desembolsos antecipados pelo FAR ao PMCMV;

- Despesas de arrendamentos financeiros: crescimento de R\$ 13.322 mil, em relação ao exercício anterior, decorrente, principalmente, das despesas de depreciação de imóveis arrendados;
- Comissões e tarifas: crescimento de R\$ 135.876 mil, principalmente, em função da taxa de administração PMCMV a pagar ao agente financeiro, conforme disposto na Portaria nº 561, de 28 de dezembro de 2011;
- Outras Despesas Operacionais: crescimento da ordem de R\$ 3.169.004 mil, principalmente, em função das Despesas com Subsídio – PMCMV, dos imóveis alienados no exercício.

5 As contas de compensação apresentaram os seguintes valores:

	Exerc./11	Exerc./10	Variação	R\$ milhares Variação %
CONTAS DE COMP. ATIVA/PASSIVA	25.073.948	22.035.168	3.038.780	13,79
Depositários de Val. em Custódia	150.185	1.459.170	(1.308.985)	(89,71)
Valores Contratados a Liberar	24.778	33.850	(9.072)	(26,80)
Trabalho Técnico Social a Liberar - FAR	30.994	23.478	7.516	32,01
Valores Contratados a Liberar - PMCMV	8.471.539	10.414.998	(1.943.459)	(18,66)
Trab. Téc. Social a Liberar FAR - PMCMV	155.950	35.598	120.352	338,09
Ações Judiciais - FAR	4.389	4.093	296	7,23
Imóvel Adq. c/Rec. FGTS	38.818	28.368	10.450	36,84
Imóvel Adq. c/Rec. Próprio	33.404	20.755	12.649	60,94
Valor Empenhado União - PMCMV	8.363.000	8.363.000	0	0,00
Valor Repassado União - PMCMV	7.733.176	1.651.858	6.081.318	368,15
Subsídio Concedido - PMCMV	67.715	0	67.715	0,00

6 Segue, abaixo, relação de alguns indicadores do FAR:

INDICADOR	COMPOSIÇÃO	Exerc./11	Exerc./10
Retorno sobre o PL	Resultado do Período/Patrim. Líquido	0,18	0,04
Retorno Líquido	Lucro Líquido/Receita Total	0,18	0,10
Remuneração dos Ativos	Receita total/Ativo Total	0,25	0,10
Relação Capital Terc./Capital Próprio	Exigível Total/Patrimônio Líquido	1,76	1,59

7 Segue a descrição das principais contas do FAR:

CONTAS			DESCRIÇÃO
DISPONIBILIDADES			Representa o total dos recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia).
APLICAÇÕES LIQUIDEZ	INTERF.	DE	Corresponde ao montante de Títulos Públicos Federais registrados em Operações Compromissadas.
TÍTULOS MOBILIÁRIOS	E	VALORES	Corresponde ao montante dos Títulos Públicos Federais em carteira própria.
CRÉDITOS VINCULADOS			Representa o valor a ser ressarcido pelo FGTS, quando da opção de compra pelo Arrendatário.
PARCELAMENTO			Representa o valor parcelado quando do exercício da opção de compra pelo arrendatário.
OPERAÇÕES ARRENDAMENTO RESIDENCIAL		DE	Representa o valor a receber das operações realizadas sob a modalidade de Arrendamento Residencial, observada, no que couber, a legislação pertinente ao arrendamento mercantil.
OUTROS CRÉDITOS			Representa a remuneração das disponibilidades a ser paga no primeiro dia útil do mês subsequente e os valores não classificados decorrentes da opção de compra pelo arrendatário.
OUTROS VALORES E BENS			Representa o valor dos imóveis disponíveis para arrendamento, oriundos de Bens em Curso ou de Imóveis Arrendados.
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO			Representa o montante de recursos liberados para construção de imóveis.
BENS ARRENDADOS ARREND. RESIDENCIAL		–	Registrar o valor dos imóveis arrendados e as variações decorrentes de depreciação e do resultado do ajuste entre o valor contratual e presente dos contratos de arrendamento.
CUSTÓDIA DE VALORES			Registrar os valores oferecidos ao Fundo como garantia de operações, em poder de fiéis depositários.
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS			Correspondem aos empréstimos de R\$ 2.400.000 mil e R\$ 200.000 mil (conforme Resoluções nº 314/99 e nº 437/03 do CCFGTS) obtidos junto ao FGTS à taxa de juros nominal de 4% a.a.; os empréstimos de R\$ 1.000.000 mil (Res nº 437/03 do CCFGTS), R\$ 1.000.000 mil (Res 473/05 do CCFGTS), R\$ 1.000.000 mil (Res 502/06 do CCFGTS), de R\$ 650.000 mil (Res nº 523/06 do CCFGTS) e de R\$ 3.000.000 mil (Res. nº 559/08 do CCFGTS), à taxa de juros nominal de 5,2% a.a pagos mensalmente; atualização monetária mensal sobre os empréstimos, com base na TR, incorporada ao principal e Taxa de Risco de Crédito à CAIXA à taxa de 0,2% a.a.
OUTRAS OBRIGAÇÕES			Representa as Taxas de Administração devida à CAIXA, da ordem de 0,30% a.a, pagas até o 5º dia útil do mês subsequente, sobre as disponibilidades financeiras, conforme regulamento do Fundo, registrado sob nº. 291775, Taxa de Risco de Inadimplência e Ociosidade (15% sobre as taxas de arrendamento dos imóveis), Taxa de Administração da Carteira Imobiliária (15% sobre as taxas de arrendamento dos imóveis), Provisão para Despesas com Conservação e Manutenção de Imóveis (15% sobre as taxas de arrendamento e ociosidade dos imóveis previstas), Provisão da remuneração à CAIXA pelas atividades desenvolvidas pela alienação de imóveis do PMCMV e valor do subsídio aportado no âmbito do PMCMV.

CONTAS	DESCRIÇÃO
CAPITAL SOCIAL	Constituído pelas transferências efetuadas pelos Fundos e Programas em extinção, conforme Medida Provisória nº. 1.823, de 29 de abril de 1.999, convertida na Lei nº. 10.188, de 12.02.01.
FUNDO CONTA GERAL	Representa os lucros acumulados até o exercício de 2008, conforme disposto na Lei nº 11.638/07.
RENDAS DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL	Representa as receitas efetivas de arrendamento e as decorrentes do resultado positivo do ajuste entre o valor contratual e presente dos contratos de arrendamento.
RENDAS DE DEPÓSITOS NA CAIXA	Representa o montante das remunerações apropriadas, no período, referente aos depósitos remunerados.
RENDAS DE TÍTULOS FEDERAIS	Representa o montante das receitas apropriadas sobre os Títulos e Valores Mobiliários em carteira.
DESPESAS P/ OBRIGAÇÕES EMPRÉSTIMOS E REPASSES	Corresponde às despesas de juros e atualização monetária sobre o Empréstimo obtido junto ao FGTS.
DESPESA DE DEPRECIAÇÃO DE IMÓVEIS ARRENDADOS	Representa as despesas de depreciação e as decorrentes do resultado negativo do ajuste entre o valor contratual e presente dos contratos de arrendamento.
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	Representa o montante das despesas com honorário advocatício do FAR.
DESPESAS DE PROVISÃO DE MANUTENÇÃO	Corresponde à despesa de provisão para cobertura das despesas com a manutenção e conservação dos imóveis (15% sobre o total das taxas de arrendamento e ociosidade previstas).
COMISSÕES E TARIFAS	Corresponde ao montante das despesas pagas à CAIXA com Taxa de Administração s/ disponibilidade financeira (0,30% s/ o total das disponibilidades), taxa de risco/ociosidade da carteira e taxa de administração da carteira (15% sobre o total das taxas de arrendamento recebidas), despesas efetuadas com publicações das Demonstrações Contábeis, taxa de intermediação de crédito, (fixada em R\$ 196,07 por operação contratada para custear despesas com a alienação dos imóveis do FAR e PMCMV), taxa operacional mensal (fixada em R\$ 25,51 por contrato vigente, destinada à cobertura das despesas com manutenção, cobrança dos contratos de parcelamento, cobertura dos custos com a análise e contratação do projeto e, no âmbito do PMCMV, a taxa de acompanhamento da execução das obras fixada em R\$ 16,09, devidos mensalmente pelo prazo de até dezoito meses, por operação a ser formalizada com o beneficiário final e R\$ 15,63, devidos mensalmente pelo prazo de até cento e vinte meses, por operação de alienação com pagamento parcelado, a título de cobertura dos custos de administração e cobrança do contrato.
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Representa o montante das despesas pagas à CAIXA com Taxa de Risco de Crédito - FGTS, despesas com migração do SIAPF, despesa de acompanhamento de obras e despesas com seguro de risco de engenharia – RCC.

8 Cabe ressaltar que as subcontas do FAR que têm contrapartida com a CAIXA e com o FGTS, encontram-se conciliadas e sem diferenças.

9 Segue a movimentação dos Depósitos Remunerados na Caixa do FAR e do PMCMV dos últimos dois exercícios:

FAR

	R\$ milhares			
	Exerc./11	Exerc./10	Variação	Variação%
ENTRADAS	157.078.292	278.796.443	(121.718.151)	(43,66)
RESGATE DE TÍTULOS PÚBLICOS	150.524.970	276.885.378	(126.360.408)	(45,64)
RENDIMENTOS	23.960	9.238	14.722	159,36
TAXA DE OCIOSIDADE	19.310	18.454	856	4,64
TAXA DE ARRENDAMENTO	541.974	521.732	20.242	3,88
REVERSÃO DE LIBERAÇÃO A CLASSIF.	137.530	159.684	(22.154)	(13,87)
RECEBIMENTO SINISTROS - DFI / MIP	12.666	23.625	(10.959)	(46,39)
AQUISIÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS/FGTS	41.514	42.053	(539)	(1,28)
ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS	0	2.377	(2.377)	(100,00)
APORTE RECURSOS/SELIC OGU - PMCMV	5.776.000	1.133.699	4.642.301	409,48
ACERTO DE DISPONIBILIDADE	21	64	(43)	(67,19)
SINISTROS RECEBIDOS	194	139	55	39,57
FAR PAR DFI - COTA PARTE DO FAR	153	0	153	0,00
SAÍDAS	(156.833.886)	(278.797.869)	121.963.983	(43,75)
APLICAÇÃO TÍTULOS PÚBLICOS	(149.143.602)	(271.130.379)	121.986.777	(44,99)
IMÓVEIS	(6.487.056)	(5.844.784)	(642.272)	10,99
AMORTIZAÇÃO EMPRESTIMO FGTS	(456.530)	(459.006)	2.476	(0,54)
JUROS DE CARÊNCIA - FGTS	(366.908)	(392.552)	25.644	(6,53)
ATUALIZ. MONET. EMPRESTIMO FGTS	(20.261)	(11.666)	(8.595)	73,68
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	(3.109)	(13.895)	10.786	(77,63)
TAXA DE RISCO DE CRÉDITO	(14.860)	(16.099)	1.239	(7,70)
TX ADM. CART/TX INAD. OCIOS.	(162.571)	(156.492)	(6.079)	3,88
TX DIVERSAS	(21.690)	(28.195)	6.505	(23,07)
PAGAMENTO SEGURO DFI	(8.508)	(8.307)	(201)	2,42
LIBERAÇÃO A CLASSIFICAR	(101.917)	(181.453)	79.536	(43,83)
PAGAMENTO DE SINISTROS - DFI	(2.453)	(1.411)	(1.042)	73,85
DESP. ACOMPANHAMENTO DE OBRA	(29)	(202)	173	(85,64)
DESP. HONORÁRIO ADVOC. / FORO LAUDÊMIO	(144)	(41)	(103)	251,22
REPASSE PRÉ PAGTOS AO FGTS	(32.822)	(247.837)	215.015	(86,76)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS P/ O PMCMV	0	(305.317)	305.317	(100,00)
DESPESA COM ALUGUEL	(620)	(170)	(450)	264,71
ACERTO DE DISPONIBILIDADE	(21)	(63)	42	(66,67)
AMORT EXTRAORD CONTRATO	(10.206)	0	(10.206)	0,00
FAR PAR DFI - COTA PARTE DO FAR/OUTROS	(219)	0	(219)	0,00
AQUISIÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS/FGTS	(10)	0	(10)	0,00
DEVOLUÇÃO SINISTROS - DFI / MIP	(350)	0	(350)	0,00
VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	244.406	(1.426)	245.832	(17.239,27)
SALDO ANTERIOR	54.725	56.151	(1.426)	(2,54)
SALDO ATUAL	299.131	54.725	244.406	446,61

FAR – PMCMV

R\$ milhares				
EVENTOS	Exerc./11	Exerc./10	Variação	Variação%
ENTRADAS	5.798.028	1.134.861	4.663.167	410,90
Aporte Recursos Financeiro do OGU	5.776.000	805.000	4.971.000	617,52
Transferência de Recursos do FAR	0	305.317	(305.317)	(100,00)
Atualização Monetária	2.966	24.175	(21.209)	(87,73)
Retorno de Prestação	19.062	369	18.693	5.065,85
SAIDAS	(5.776.010)	(1.134.614)	(4.641.396)	409,07
Transferência de Recursos para o FAR	(5.776.000)	(1.133.699)	(4.642.301)	409,48
Pagamento de Remuneração-Taxa de Administração	(10)	(791)	781	(98,74)
Acerto de Prestação - PMCMV	0	(43)	43	(100,00)
Pag. Tx Administração OUT/10, registrado em NOV/10	0	(81)	81	(100,00)
VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	22.018	247	21.771	8.814,17
SALDO ANTERIOR	247	0	247	0,00
SALDO ATUAL	22.265	247	22.018,00	8.914,17

Atenciosamente

KARLA HANDRÉA FARAY MELO

Gerente Executivo

GN Contabilidade de Entidades Sociais e Fundos de Investimento

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES

Gerente Nacional

GN Contabilidade de Entidades Sociais e Fundos de Investimento

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

19:29:49

ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCETE MENSAL ATIVOPAG. 1
FAR621SA - #10
REF: 12.2011

CODIGO	DV	NOME		
-0		ATIVO		21.575.030.644,25
1	-7	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		8.536.145.167,56
1.1	-4	DISPONIBILIDADES		321.396.040,61
1.1.2	-0	DEPOSITOS BANCARIOS		321.396.040,61
1.1.2.30	-1	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		321.396.040,61
1.1.2.30.30	-8	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		321.396.040,61
1.1.2.30.30.01-6		DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA	299.131.310,05	
1.1.2.30.30.02-4		DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FAR/PMCMV	22.264.730,56	
1.2	-1	APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		150.123.008,62
1.2.1	-0	APLICACOES EM OPERACOES COMPROMISSADAS		150.123.008,62
1.2.1.10	-3	RENDAS A LIQUIDAR-POSICAO BANCADA		150.184.708,03
1.2.1.10.03	-2	LETRAS FINANC TESOIRO-REV A LIQ-POS BANC		150.119.826,54
1.2.1.10.03.01-0		LFT - REV A LIQUIDAR/POS BANCADA	150.119.826,54	
1.2.1.10.07	-8	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - REV A LIQ - POS BANC		64.881,49
1.2.1.10.07.01-6		NTN - REV A LIQUIDAR/PB	64.881,49	
1.2.1.95	-5	RENDAS A APROPRIAR - OPERACOES COMPROMISSADAS(-)		-61.699,41
1.2.1.95.10	-0	RENDAS A APROPRIAR - OPERACOES COMPROMISSADAS(-)		-61.699,41
1.2.1.95.10.02-7		RENDAS A APROPRIAR - OPERACOES COMPROMISSADAS(-)	-61.699,41	
1.4	-6	RELACOES INTERFINANCEIRAS		4.778.331,99
1.4.2	-2	CREDITOS VINCULADOS		4.778.331,99
1.4.2.60	-4	FGTS A RESSARCIR		4.778.331,99
1.4.2.60.10	-0	FGTS A RESSARCIR		4.778.331,99
1.4.2.60.10.12-3		FAR - FGTS A RESSARCIR	4.778.331,99	
1.6	-0	OPERACOES DE CREDITO		802.106.886,76
1.6.4	-3	FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS		802.106.886,76
1.6.4.30	-4	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		802.106.886,76
1.6.4.30.23	-4	PARCELAMENTO		793.636.556,28
1.6.4.30.23.01-2		PARCELAMENTO - FAR	81.158.445,04	
1.6.4.30.23.02-0		PARCELAMENTO - PMCMV	3.767.680.727,33	
1.6.4.30.23.03-9		PARCELAMENTO-SUBSIDIO A CONC VLR A REC-PMCMV(-)	-3.055.202.616,09	
1.6.4.30.24	-0	PARCELAMENTO - VALORES A RECEBER		4.989.332,50
1.6.4.30.24.01-9		PARCELAMENTO - VALORES A RECEBER	241.733,43	
1.6.4.30.24.02-7		PARCELAMENTO - VALORES ANTECIPADOS /- /	-1.308.715,68	
1.6.4.30.24.03-5		PARCELAMENTO - VALORES A RECEBER - PMCMV	6.056.314,75	
1.6.4.30.25	-7	PARCELAMENTO - RENDAS A INCORPORAR		3.480.997,98
1.6.4.30.25.01-5		ATUAL MONET A INCORPORAR - PARCELAMENTO/FAR	71.641,40	
1.6.4.30.25.02-3		PARCELAMENTO - RENDAS A INCORPORAR - PMCMV	3.409.356,58	
1.7	-8	OPERACOES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		13.720,96
1.7.1	-6	ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER		13.720,96
1.7.1.30	-7	ARREND FIN ESP A RECEBER		5.377.456.705,51
1.7.1.30.10	-2	ARREND FIN ESP A RECEBER		5.377.456.705,51
1.7.1.30.10.01-0		ARREND FIN ESP A RECEBER - CURTO PRAZO	418.891.276,99	
1.7.1.30.10.02-9		ARREND FIN ESP A RECEBER - LONGO PRAZO	4.964.320.718,95	
1.7.1.30.10.03-7		ARREND FIN A REC-CURTO PRAZO-MIP A BAIXAR (-)	-5.755.290,43	
1.7.1.99	-0	ARREND FIN ESP A RECEBER-RDA A APROPRIAR		-5.377.442.984,55
1.7.1.99.10	-5	RENDAS A APROPRIAR ARREND FIN ESP A RECEBER/- /		-5.377.442.984,55
1.7.1.99.10.01-3		RENDAS A APROPRIAR ARREND FIN ESP-CURTO PRAZO/- /	-413.122.265,60	
1.7.1.99.10.02-1		ARREND FINANCEIROS ESP/RDAS A APROP LONGO PRAZO	-4.964.320.718,95	

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

19:29:49

ENTIDADE : FAR

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
B A L A N C E T E M E N S A L A T I V O

PAG. 2

FAR621SA - #10

REF: 12.2011

CODIGO	DV	NOME		
1.7.5	-9	VALORES RESIDUAIS A REALIZAR		0,00
1.7.5.10	-2	VALORES RESIDUAIS A REALIZAR		6.755.111.751,26
1.7.5.10.10	-8	VALORES RESIDUAIS A REALIZAR		6.755.111.751,26
1.7.5.10.10.01-6		VALORES RESIDUAIS A REALIZAR	6.755.111.751,26	
1.7.5.95	-4	VALORES RESIDUAIS A BALANCEAR ARREND ESPECIAL(-)		-6.755.111.751,26
1.7.5.95.10	-0	VALORES RESIDUAIS A BALANCEAR ARREND ESPECIAL(-)		-6.755.111.751,26
1.7.5.95.10.01-8		VALORES RESIDUAIS A BALANCEAR-ARREND ESPECIAL(-)	-6.755.111.751,26	
1.8	-5	OUTROS CREDITOS		6.394.901.287,80
1.8.3	-0	RENDAS A RECEBER		3.646.106,67
1.8.3.30	-0	REMUNERACAO A RECEBER		2.637.465,37
1.8.3.30.10	-6	REMUNERACAO A RECEBER		2.637.465,37
1.8.3.30.10.01-4		RENDIMENTOS DEPOSITOS NA CAIXA A RECEBER	2.189.716,90	
1.8.3.30.10.16-2		RENDIMENTOS A RECEBER S/RECURSOS PMCMV	447.748,47	
1.8.3.70	-5	SERVICOS PRESTADOS A RECEBER		1.008.641,30
1.8.3.70.10	-0	SERV PRESTADOS AO ST PUBLICO - TARIFAS A RECEBER		1.008.641,30
1.8.3.70.10.43-4		TAXA A RECEBER - OCIOSIDADE	1.008.641,30	
1.8.5	-6	CREDITOS ESPECIFICOS		6.373.104.375,50
1.8.5.36	-4	OPERACOES VINCUL.A FUNDOS ADMINISTRADOS		1.976.738,25
1.8.5.36.10	-0	OPERACOES VINCUL.A FUNDOS ADMINISTRADOS		1.976.738,25
1.8.5.36.10.10-7		VALORES A CLASSIFICAR - FAR	1.976.738,25	
1.8.5.60	-8	TESOURO NACIONAL - PAGAMENTOS A RESSARCIR		6.371.127.637,25
1.8.5.60.11	-0	TESOURO NACIONAL - PGTS A RESSARCIR - FGTS/FAR		6.371.127.637,25
1.8.5.60.11.05-0		TESOURO NACIONAL - VALORES A RECEBER - PMCMV	6.041.359.948,75	
1.8.5.60.11.06-9		TESOURO NACIONAL - ATUALIZ.MONET.A RECEBER-PMCMV	329.767.688,50	
1.8.8	-0	DIVERSOS		18.150.805,63
1.8.8.65	-5	PAGAMENTOS A RESSARCIR		2.072.677,01
1.8.8.65.99	-1	OUTROS PAGAMENTOS		2.072.677,01
1.8.8.65.99.17-6		VALORES A RECEBER	2.072.677,01	
1.8.8.92	-2	DEVEDORES DIVERSOS - PAIS		16.078.128,62
1.8.8.92.10	-8	FINANCIAMENTOS/EMPREENH HAB-LIBERACOES A CLASSIF		16.078.128,62
1.8.8.92.10.04-0		FAR - LIBERACOES A CLASSIFICAR - CER	16.078.128,62	
1.9	-2	OUTROS VALORES E BENS		862.825.890,82
1.9.8	-8	OUTROS VALORES E BENS		862.825.151,02
1.9.8.10	-1	BENS NAO DE USO PROPRIO		862.825.151,02
1.9.8.10.10	-7	BENS NAO DE USO PROPRIO - IMOVEIS		862.825.151,02
1.9.8.10.10.08-2		IMOVEIS A ARRENDAR	94.504.367,09	
1.9.8.10.10.11-2		IMOVEIS A ARRENDAR - BENS A DESMOBILIZAR /-/-	-32.893.189,61	
1.9.8.10.10.13-9		IMOVEIS A ALIENAR	801.213.973,54	
1.9.9	-6	DESPESAS ANTECIPADAS		739,80
1.9.9.10	-0	DESPESAS ANTECIPADAS		739,80
1.9.9.10.11	-1	DESPESAS ANTECIPADAS - PREMIO DE SEGURO		739,80
1.9.9.10.11.02-8		DESPESAS ANTECIPADAS - SEGURO DFI	739,80	
2	-3	PERMANENTE		13.038.885.476,69
2.2	-8	IMOBILIZADO DE USO		8.217.363.331,78
2.2.2	-4	IMOBILIZACOES EM CURSO		8.217.363.331,78
2.2.2.10	-8	IMOBILIZACOES EM CURSO		8.217.363.331,78
2.2.2.10.10	-3	IMOBILIZACOES EM CURSO - IMOVEIS		8.217.363.331,78
2.2.2.10.10.08-9		IMOVEIS EM CURSO - FAR	4.561.809.392,59	

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

19:29:49

ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCETE MENSAL ATIVO

PAG. 3

FAR621SA - #10

REF: 12.2011

CODIGO	DV	NOME		
2.2.2.10.10.10-0		IMOVEIS EM CURSO - BENS A DESMOBILIZAR - FAR/-/	-18.400.000,00	
2.2.2.10.10.11-9		IMOVEIS EM CURSO - PMCMV - FAR	3.673.953.939,19	
2.3	-5	IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO		4.821.522.144,91
2.3.2	-1	BENS ARRENDADOS - ARRENDAMENTO FINANCEIRO		4.821.522.144,91
2.3.2.10	-5	BENS ARRENDADOS - ARRENDAMENTO FINANCEIRO		6.594.028.295,70
2.3.2.10.10	-0	BENS ARRENDADOS - ARRENDAMENTO FINANCEIRO		6.594.028.295,70
2.3.2.10.10.30-2		IMOVEIS ARRENDADOS	6.625.252.390,29	
2.3.2.10.10.40-0		IMOVEIS ARRENDADOS - MIP A BAIXAR (-)	-31.224.094,59	
2.3.2.30	-2	SUPERVENIENCIAS DE DEPRECIACOES		496.320.961,01
2.3.2.30.10	-8	SUPERVENIENCIAS DE DEPRECIACOES		496.320.961,01
2.3.2.30.10.10-5		SUPERVENIENCIAS DEPRECIACAO DE IMOV ARRENDADOS	496.320.961,01	
2.3.2.90	-4	DEPRECIACAO ACUM BENS DE ARREND FINANCEIRO (-)		-2.268.827.111,80
2.3.2.90.10	-0	DEPRECIACAO ACUM BENS DE ARREND FINANCEIRO (-)		-2.268.827.111,80
2.3.2.90.10.01-8		DEPRECIACAO IMOVEIS ARRENDADOS (-)	-2.268.827.111,80	
3	-0	COMPENSACAO		25.073.946.469,20
3.0	-0	COMPENSACAO		25.073.946.469,20
3.0.4	-2	CUSTODIA DE VALORES		150.184.708,03
3.0.4.30	-3	DEPOSITARIOS DE VALORES EM CUSTODIA		150.184.708,03
3.0.4.30.10	-9	PROPRIOS		150.184.708,03
3.0.4.30.10.01-7		DEPOSITARIOS VLRS CUSTODIA-BENS PROPRIOS	150.184.708,03	
3.0.8	-5	CONTRATOS		8.683.260.997,03
3.0.8.40	-0	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		8.683.260.997,03
3.0.8.40.10	-5	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		8.683.260.997,03
3.0.8.40.10.01-3		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	24.777.708,61	
3.0.8.40.10.02-1		TRABALHO TECNICO SOCIAL A LIBERAR - FAR	30.993.862,22	
3.0.8.40.10.03-0		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR- PMCMV	8.471.538.947,97	
3.0.8.40.10.04-8		TRABALHO TECNICO SOCIAL A LIBERAR - PMCMV	155.950.478,23	
3.0.9	-3	CONTROLE		16.240.500.764,14
3.0.9.99	-7	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO ATIVAS		16.240.500.764,14
3.0.9.99.99	-3	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO ATIVAS		16.240.500.764,14
3.0.9.99.99.54-2		ACOES JUDICIAIS - FAR	4.389.214,66	
3.0.9.99.99.56-9		IMOVEL ADQ. C/REC.FGTS	38.817.725,49	
3.0.9.99.99.57-7		IMOVEL ADQ. C/REC.PROPRIO	33.403.514,56	
3.0.9.99.99.68-2		VALOR EMPENHADO UNIAO - PMCMV	8.363.000.000,00	
3.0.9.99.99.69-0		VALOR REPASSADO UNIAO - PMCMV	7.733.175.700,17	
3.0.9.99.99.76-3		SUBSIDIO CONCEDIDO - PMCMV	67.714.609,26	
8	-1	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS		4.497.000.062,56
8.1	-9	DESPESAS OPERACIONAIS		4.497.000.062,56
8.1.2	-5	DESPESAS DE OBRIGACOES P/EMPRESTIMOS E REPASSES		454.335.398,57
8.1.2.30	-6	DESPESAS DE EMPREST NO PAIS-OUTRAS INSTITUICOES		454.335.398,57
8.1.2.30.10	-1	DESPESAS DE EMPRESTIMOS NO PAIS - FGTS		454.335.398,57
8.1.2.30.10.01-0		AT MONET S/OBRIG C/FGTS	89.144.425,70	
8.1.2.30.10.02-8		JUROS S/OBRIG C/FGTS	365.190.972,87	
8.1.3	-3	DESPESAS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		439.296.611,07
8.1.3.10	-7	DESPESAS DE ARRENDAMENTOS FINANCEIROS		439.296.611,07
8.1.3.10.10	-2	DESPESAS DE ARRENDAMENTOS FINANCEIROS		439.296.611,07
8.1.3.10.10.20-7		DESPESA DEPRECIACAO IMOVEIS ARRENDADOS	438.940.974,67	
8.1.3.10.10.99-1		OUTRAS DESPESAS DE ARRENDAMENTO	355.636,40	

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

19:29:49

ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCETE MENSAL ATIVOPAG. 4
FAR621SA - #10
REF: 12.2011

CODIGO	DV	NOME		
8.1.7	-6	DESPESAS ADMINISTRATIVAS		269.876,30
8.1.7.48	-7	DESPESAS DE PUBLICACOES		121.573,49
8.1.7.48.10	-2	DESPESAS DE PUBLICACOES		121.573,49
8.1.7.48.10.02-9		DESPESAS DE PUBLICACOES DE JORNAIS	121.573,49	
8.1.7.99	-0	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		148.302,81
8.1.7.99.10	-5	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		148.302,81
8.1.7.99.10.30-7		DESPESAS HONORARIOS ADVOCATICIOS CAIXA	148.302,81	
8.1.8	-4	APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS		143.667,93
8.1.8.30	-5	DESPESAS DE PROVISOES OPERACIONAIS		143.667,93
8.1.8.30.99	-1	OUTRAS		143.667,93
8.1.8.30.99.33-8		DESP DE PROV OPER - MANUTENCAO PAR	143.667,93	
8.1.9	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		3.602.954.508,69
8.1.9.94	-3	COMISSOES E TARIFAS		308.991.771,55
8.1.9.94.10	-9	COMISSOES E TARIFAS		308.991.771,55
8.1.9.94.10.05-0		TAXA DE ADMINISTRACAO DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	2.666.935,54	
8.1.9.94.10.06-8		TAXA DE RISCO DE INADIMPLENCIA E OCIOSIDADE	81.485.985,71	
8.1.9.94.10.07-6		TAXA DE ADM CARTEIRA IMOBILIARIA	81.496.443,69	
8.1.9.94.10.19-0		DESPESAS COM ACOMPANHAMENTO DE OBRAS	29.178,15	
8.1.9.94.10.23-8		TAXA DE INTERMEDIACAO DE CREDITO - PARCELAMENTO	569.779,42	
8.1.9.94.10.24-6		TAXA OPERACIONAL MENSAL - PARCELAMENTO	1.937.265,36	
8.1.9.94.10.25-4		TAXA DE PERFORMANCE - PARCELAMENTO	257.952,24	
8.1.9.94.10.28-9		TAXA DE ADMINISTRACAO PMCMV	11.988,63	
8.1.9.94.10.29-7		TAXA DE ADMINISTRACAO PMCMV-AGENTE FINANCEIRO	140.536.242,81	
8.1.9.99	-6	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		3.293.962.737,14
8.1.9.99.90	-5	OUTR DESPESAS OPERACIONAIS - DIVERSOS		23.814,39
8.1.9.99.90.64-1		OUTR DESPESAS OPERACIONAIS-FORO/LAUDEMIO	23.814,39	
8.1.9.99.99	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - OUTRAS ENTIDADES		3.293.938.922,75
8.1.9.99.99.08-8		DESPESA DE MIGRACAO DO SIAPF - FAR	3,42	
8.1.9.99.99.54-1		DESPESAS COM TAXAS E IMPOSTOS	777.469,43	
8.1.9.99.99.55-0		TAXA DE RISCO DE CREDITO - FGTS	16.935.632,49	
8.1.9.99.99.56-8		DESPESAS COM SEGUROS - DFI	8.527.236,52	
8.1.9.99.99.57-6		DESPESAS COM TAXAS CONDOMINIAIS	8.674.100,98	
8.1.9.99.99.58-4		DESPESAS COM AGUA/ENERGIA ELETRICA/GAS	141.283,25	
8.1.9.99.99.59-2		DESPESAS COM OCUPACAO/DESOCUPACAO DE IMOVEIS	357.290,73	
8.1.9.99.99.61-4		DESPESAS C/REPAROS E BENFEITORIAS IMOVEIS DO FAR	8.162.272,96	
8.1.9.99.99.62-2		DESPESAS COM VIGILANCIA	7.536.427,09	
8.1.9.99.99.80-0		DESPESAS CARTORARIAS	5.161,52	
8.1.9.99.99.84-3		DESPESA DE MIGRACAO DO SIAPF - PMCMV	65,79	
8.1.9.99.99.85-1		DESPESA COM SUBSIDIO - PMCMV	3.242.811.601,43	
8.1.9.99.99.89-4		DESPESAS JUDICIAIS - PMCMV	2.196,20	
8.1.9.99.99.94-0		DESP.COM OCUPACAO/DESOCUPACAO DE IMOVEIS - PMCMV	8.180,94	
			TOTAL ATIVO:	51.145.977.176,01

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

19:29:49

ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCETE MENSAL PASSIVOPAG. 5
FAR621SA - #10
REF: 12.2011

CODIGO	DV	NOME		
4	-6	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		16.193.468.278,30
4.1	-3	DEPOSITOS		3.618.419,33
4.1.6	-2	OBRIGACOES POR DEPOSITOS ESP E DE FDOS PROGRAMAS		3.618.419,33
4.1.6.20	-0	DEPOSITOS DE FUNDOS E PROGRAMAS COM REMUNERACAO		3.618.419,33
4.1.6.20.30	-6	DEP DE FUNDOS E PROGR C/ REMUNERACAO		3.618.419,33
4.1.6.20.30.90-1		DEPOSITOS DO FAR - REMUNERACAO A INCORPORAR	3.618.419,33	
4.6	-0	OBRIGACOES POR EMPRESTIMOS E REPASSES		7.231.436.116,09
4.6.2	-6	EMPRESTIMOS NO PAIS - OUTRAS INSTITUICOES		7.231.436.116,09
4.6.2.10	-0	OBRIGACOES POR EMPRESTIMOS NO PAIS		7.231.436.116,09
4.6.2.10.10	-5	OBRIGACOES POR EMPRESTIMOS NO PAIS		7.231.436.116,09
4.6.2.10.10.01-3		EMPRESTIMOS - FGTS	7.191.749.009,03	
4.6.2.10.10.02-1		ENCARGOS A PAGAR	29.649.232,19	
4.6.2.10.10.03-0		ENCARGOS A INCORPORAR - ATUALIZACAO MONETARIA	6.747.021,15	
4.6.2.10.10.05-6		TAXA DE RISCO DE CREDITO A PAGAR - FGTS	3.290.853,72	
4.9	-1	OUTRAS OBRIGACOES		8.958.413.742,88
4.9.9	-5	DIVERSAS		8.958.413.742,88
4.9.9.13	-2	FAR CONTAS A PAGAR		19.102.673,67
4.9.9.13.10	-8	FAR CONTAS A PAGAR		19.102.673,67
4.9.9.13.10.10-5		FAR CONTAS A PAGAR	19.102.673,67	
4.9.9.30	-6	PROVISAO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR		7.189.094,13
4.9.9.30.90	-5	PROVISAO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR - OUTROS		7.189.094,13
4.9.9.30.90.31-5		FAR - PROV. P/DESPESAS DE MANUTENCAO DE IMOVEIS	7.085.209,94	
4.9.9.30.90.38-2		DESPESA DE PUBLICACAO A PAGAR-ENTIDADES SOCIAIS	103.884,19	
4.9.9.92	-7	CREDORES DIVERSOS - PAIS		8.932.121.975,08
4.9.9.92.10	-2	FGTS E OUTRAS ENTIDADES-MOV A CLASSIFICAR		383.040,16
4.9.9.92.10.05-3		SIACI - MOVIMENTO A CLASSIFICAR - FAR	383.040,16	
4.9.9.92.38	-4	DOTACAO UNIAO - PMCMV		8.771.130.127,64
4.9.9.92.38.01-2		DOTACAO UNIAO - PMCMV	8.771.130.127,64	
4.9.9.92.91	-2	CREDORES DIVERSOS - OUTROS		15.407.017,31
4.9.9.92.91.52-5		TAXA DE ADM. - DISPO. FINANCEIRA A PAGAR	66.975,13	
4.9.9.92.91.53-3		TAXA DE RISCO DE INADIMP. E OCIOSIDADE A PAGAR	6.842.472,46	
4.9.9.92.91.54-1		TAXA DE ADM CARTEIRA IMOBILIARIA A PAGAR	6.408.002,47	
4.9.9.92.91.64-9		TAXAS E TARIFAS A REPASSAR	192.164,50	
4.9.9.92.91.97-5		INDENIZACAO DE SINISTRO DFI	1.897.402,75	
4.9.9.92.92	-9	CREDORES DIVERSOS - PAIS (CONT)		145.201.789,97
4.9.9.92.92.32-7		REPASSE MIP A CLASSIFICAR	1.103.947,88	
4.9.9.92.92.35-1		TAXA DE ADMINIST. A PAGAR - PMCMV	1.844,77	
4.9.9.92.92.36-0		TAXA DE ADMINIST. A PAGAR AG. FINANCEIRO - PMCMV	140.536.242,81	
4.9.9.92.92.39-4		VALORES A DEVOLVER - MIP	3.559.754,51	
6	-9	PATRIMONIO LIQUIDO		4.389.465.840,64
6.1	-6	PATRIMONIO LIQUIDO		4.389.465.840,64
6.1.1	-4	CAPITAL SOCIAL		5.381.562.365,95
6.1.1.10	-8	CAPITAL AUTORIZADO		5.381.562.365,95
6.1.1.10.10	-3	CAPITAL		5.381.562.365,95
6.1.1.10.10.30-5		CAPITAL SOCIAL	600.000.000,00	
6.1.1.10.10.43-7		RECURSOS DE DOTACOES ORCAMENTARIAS DA UNIAO	500.000.000,00	
6.1.1.10.10.45-3		FUNDO CONTA GERAL	4.281.562.365,95	
6.1.8	-1	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		-992.096.525,31

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

19:29:49

ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCETE MENSAL PASSIVO

PAG. 6

FAR621SA - #10

REF: 12.2011

CODIGO	DV	NOME		
6.1.8.10	-5	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		-992.096.525,31
6.1.8.10.10	-0	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		-992.096.525,31
6.1.8.10.10.03	-5	LUCROS OU PREJUIZOS - ACUMULADO	-992.096.525,31	
7	-5	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS		5.489.096.587,87
7.1	-2	RECEITAS OPERACIONAIS		5.489.091.142,67
7.1.1	-0	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO		15.699.824,26
7.1.1.65	-5	RENDAS DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		15.699.824,26
7.1.1.65.12	-3	RENDAS DE PARCELAMENTO		15.699.824,26
7.1.1.65.12.01	-1	RENDAS DE PARCELAMENTO - FAR	1.042.610,69	
7.1.1.65.12.02	-0	RENDAS DE ALIENACAO - FAR	14.657.213,57	
7.1.2	-9	RENDAS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		618.859.573,95
7.1.2.35	-2	RENDAS DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL		605.436.854,23
7.1.2.35.10	-8	RENDAS DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL		605.436.854,23
7.1.2.35.10.01	-6	RENDAS DE ARRENDAMENTO - IMOVEIS ARRENDADOS	541.903.206,17	
7.1.2.35.10.02	-4	RENDAS DE ARRENDAMENTO - IMOVEIS NAO ARRENDADOS	18.789.959,59	
7.1.2.35.10.03	-2	RENDAS DE ARRENDAMENTO - AJUSTE VALOR PRESENTE	44.743.688,47	
7.1.2.60	-0	LUCROS NA ALIENACAO DE BENS ARRENDADOS		13.422.719,72
7.1.2.60.10	-6	LUCROS NA ALIENACAO DE BENS ARRENDADOS		13.422.719,72
7.1.2.60.10.30	-8	LUCROS NA ALIENACAO DE IMOVEIS ARRENDADOS	13.422.719,72	
7.1.4	-5	RENDAS APLIC INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ		97.775.802,62
7.1.4.10	-9	RENDAS DE APLIC EM OPER COMPROMISSADAS		72.909.250,47
7.1.4.10.10	-4	POSICAO BANCADA		72.909.250,47
7.1.4.10.10.10	-1	RENDAS APLIC EM OPER COMPROM-POS BANCADA	72.909.250,47	
7.1.4.20	-2	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		24.866.552,15
7.1.4.20.10	-8	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		24.866.552,15
7.1.4.20.10.02	-4	RENDAS SOBRE DEPOSITOS NA CAIXA	21.455.575,01	
7.1.4.20.10.12	-1	ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS PMCMV	3.410.977,14	
7.1.9	-6	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		4.756.755.941,84
7.1.9.98	-5	RECEITA DE ATUALIZACAO MONETARIA		20.674.492,99
7.1.9.98.10	-0	RECEITA DE ATUALIZACAO MONETARIA		20.674.492,99
7.1.9.98.10.83	-3	AJUSTE A VALOR DE MERCADO	8.656.093,01	
7.1.9.98.10.84	-1	RECEITA DE ATUALIZ. MONETARIA EMPREENDIMENTO-FAR	12.018.399,98	
7.1.9.99	-0	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS		4.736.081.448,85
7.1.9.99.10	-5	OUTRAS RDAS OP-FDOS E PROGRAMAS SOCIAIS		650.250.131,05
7.1.9.99.10.08	-0	RECEITA DE MIGRACAO DO SIAPF - FAR	4,99	
7.1.9.99.10.65	-0	RECEITA DE MIGRACAO DO SIAPF - PMCMV	5.016.042,90	
7.1.9.99.10.79	-0	RECUPERACAO DE DESPESAS DIVERSAS	6.100.468,06	
7.1.9.99.10.84	-6	JUROS DE MORA	231.014,24	
7.1.9.99.10.97	-8	RDAS RECURSOS RECEBIDOS ARRENDATARIOS - FAR	14.266,43	
7.1.9.99.10.98	-6	RDAS ATUALIZ S/RECURSOS DO OGU - PMCMV	638.888.334,43	
7.1.9.99.90	-9	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS - DIVERSOS		4.085.831.317,80
7.1.9.99.90.65	-3	OUTRAS RECEITAS - PMCMV	4.085.831.317,80	
7.3	-7	RECEITAS NAO OPERACIONAIS		5.445,20
7.3.9	-0	OUTRAS RECEITAS NAO OPERACIONAIS		5.445,20
7.3.9.99	-4	OUTRAS RENDAS NAO OPERACIONAIS		5.445,20
7.3.9.99.10	-0	OUTRAS RENDAS NAO OPERACIONAIS		5.445,20
7.3.9.99.10.17	-4	OUTRAS RENDAS NAO OPERACIONAIS	5.445,20	
9	-8	COMPENSACAO		25.073.946.469,20

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

19:29:49

ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCETE MENSAL PASSIVOPAG. 7
FAR621SA - #10
REF: 12.2011

CODIGO	DV	NOME		
9.0	-8	COMPENSACAO		25.073.946.469,20
9.0.4	-0	CUSTODIA DE VALORES		150.184.708,03
9.0.4.30	-1	VALORES CUSTODIADOS		150.184.708,03
9.0.4.30.10	-7	VALORES CUSTODIADOS		150.184.708,03
9.0.4.30.10.07-4		VLRS CUSTODIADOS - PROPRIOS	150.184.708,03	
9.0.8	-3	CONTRATOS		8.683.260.997,03
9.0.8.40	-8	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		8.683.260.997,03
9.0.8.40.10	-3	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		8.683.260.997,03
9.0.8.40.10.01-1		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	24.777.708,61	
9.0.8.40.10.02-0		TRABALHO TECNICO SOCIAL A LIBERAR - FAR	30.993.862,22	
9.0.8.40.10.03-8		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR - PMCMV	8.471.538.947,97	
9.0.8.40.10.04-6		TRABALHO TECNICO SOCIAL A LIBERAR - PMCMV	155.950.478,23	
9.0.9	-1	CONTROLE		16.240.500.764,14
9.0.9.99	-5	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		16.240.500.764,14
9.0.9.99.10	-0	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		4.389.214,66
9.0.9.99.10.35-3		ACOES JUDICIAIS - FAR	4.389.214,66	
9.0.9.99.99	-1	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		16.236.111.549,48
9.0.9.99.99.56-7		IMOVEL ADQ. C/REC.FGTS	38.817.725,49	
9.0.9.99.99.57-5		IMOVEL ADQ. C/REC.PROPRIO	33.403.514,56	
9.0.9.99.99.68-0		VALOR EMPENHADO UNIAO - PMCMV	8.363.000.000,00	
9.0.9.99.99.69-9		VALOR REPASSADO UNIAO - PMCMV	7.733.175.700,17	
9.0.9.99.99.71-0		SUBSIDIO CONCEDIDO - PMCMV	67.714.609,26	
TOTAL PASSIVO:				51.145.977.176,01

UNIDADE RESPONSVEL: 0000-0

DESTINO:

1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A
19:29:49
ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCETE MENSAL PASSIVO

PAG. 8
FAR621SA - #10
REF: 12.2011

TOTAL ATIVO: 51.145.977.176,01 TOTAL PASSIVO: 51.145.977.176,01

JORGE FONTES HEREDA
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSAVEL PELOS
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

JOSE URBANO DUARTE
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE ENTIDADES
SOCIAIS E FUNDOS DE INVESTIMENTO
CRC/DF 11025/0

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0E

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

18:42:59

ENTIDADE : FAR

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
B A L A N C O P A T R I M O N I A L A T I V OPAG. 1
FAR631SA - #10
REF: 2011

CODIGO	DV	NOME		
1	-7	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		8.536.145.167,56
1.1	-4	DISPONIBILIDADES		321.396.040,61
1.1.2	-0	DEPOSITOS BANCARIOS		321.396.040,61
1.1.2.30	-1	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		321.396.040,61
1.1.2.30.30	-8	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		321.396.040,61
1.1.2.30.30.01	-6	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA	299.131.310,05	
1.1.2.30.30.02	-4	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA - FAR/PMCMV	22.264.730,56	
1.2	-1	APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		150.123.008,62
1.2.1	-0	APLICACOES EM OPERACOES COMPROMISSADAS		150.123.008,62
1.2.1.10	-3	REVENIDAS A LIQUIDAR-POSICAO BANCADA		150.184.708,03
1.2.1.10.03	-2	LETRAS FINANC TESOIRO-REV A LIQ-POS BANC		150.119.826,54
1.2.1.10.03.01	-0	LFT - REV A LIQUIDAR/POS BANCADA	150.119.826,54	
1.2.1.10.07	-8	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - REV A LIQ - POS BANC		64.881,49
1.2.1.10.07.01	-6	NTN - REV A LIQUIDAR/PB	64.881,49	
1.2.1.95	-5	RENDAS A APROPRIAR - OPERACOES COMPROMISSADAS(-)		-61.699,41
1.2.1.95.10	-0	RENDAS A APROPRIAR - OPERACOES COMPROMISSADAS(-)		-61.699,41
1.2.1.95.10.02	-7	RENDAS A APROPRIAR - OPERACOES COMPROMISSADAS(-)	-61.699,41	
1.4	-6	RELACOES INTERFINANCEIRAS		4.778.331,99
1.4.2	-2	CREDITOS VINCULADOS		4.778.331,99
1.4.2.60	-4	FGTS A RESSARCIR		4.778.331,99
1.4.2.60.10	-0	FGTS A RESSARCIR		4.778.331,99
1.4.2.60.10.12	-3	FAR - FGTS A RESSARCIR	4.778.331,99	
1.6	-0	OPERACOES DE CREDITO		802.106.886,76
1.6.4	-3	FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS		802.106.886,76
1.6.4.30	-4	FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		802.106.886,76
1.6.4.30.23	-4	PARCELAMENTO		793.636.556,28
1.6.4.30.23.01	-2	PARCELAMENTO - FAR	81.158.445,04	
1.6.4.30.23.02	-0	PARCELAMENTO - PMCMV	3.767.680.727,33	
1.6.4.30.23.03	-9	PARCELAMENTO-SUBSIDIO A CONC VLR A REC-PMCMV(-)	-3.055.202.616,09	
1.6.4.30.24	-0	PARCELAMENTO - VALORES A RECEBER		4.989.332,50
1.6.4.30.24.01	-9	PARCELAMENTO - VALORES A RECEBER	241.733,43	
1.6.4.30.24.02	-7	PARCELAMENTO - VALORES ANTECIPADOS /-/-	-1.308.715,68	
1.6.4.30.24.03	-5	PARCELAMENTO - VALORES A RECEBER - PMCMV	6.056.314,75	
1.6.4.30.25	-7	PARCELAMENTO - RENDAS A INCORPORAR		3.480.997,98
1.6.4.30.25.01	-5	ATUAL MONET A INCORPORAR - PARCELAMENTO/FAR	71.641,40	
1.6.4.30.25.02	-3	PARCELAMENTO - RENDAS A INCORPORAR - PMCMV	3.409.356,58	
1.7	-8	OPERACOES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		13.720,96
1.7.1	-6	ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER		13.720,96
1.7.1.30	-7	ARREND FIN ESP A RECEBER		5.377.456.705,51
1.7.1.30.10	-2	ARREND FIN ESP A RECEBER		5.377.456.705,51
1.7.1.30.10.01	-0	ARREND FIN ESP A RECEBER - CURTO PRAZO	418.891.276,99	
1.7.1.30.10.02	-9	ARREND FIN ESP A RECEBER - LONGO PRAZO	4.964.320.718,95	
1.7.1.30.10.03	-7	ARREND FIN A REC-CURTO PRAZO-MIP A BAIXAR (-)	-5.755.290,43	
1.7.1.99	-0	ARREND FIN ESP A RECEBER-RDA A APROPRIAR		-5.377.442.984,55
1.7.1.99.10	-5	RENDAS A APROPRIAR ARREND FIN ESP A RECEBER/-/-		-5.377.442.984,55
1.7.1.99.10.01	-3	RENDAS A APROPRIAR ARREND FIN ESP-CURTO PRAZO/-/-	-413.122.265,60	
1.7.1.99.10.02	-1	ARREND FINANCEIROS ESP/RDAS A APROP LONGO PRAZO	-4.964.320.718,95	
1.7.5	-9	VALORES RESIDUAIS A REALIZAR		0,00

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

18:42:59

ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCO PATRIMONIAL ATIVOPAG. 2
FAR631SA - #10
REF: 2011

CODIGO	DV	NOME		
1.7.5.10	-2	VALORES RESIDUAIS A REALIZAR		6.755.111.751,26
1.7.5.10.10	-8	VALORES RESIDUAIS A REALIZAR		6.755.111.751,26
1.7.5.10.10.01-6		VALORES RESIDUAIS A REALIZAR	6.755.111.751,26	
1.7.5.95	-4	VALORES RESIDUAIS A BALANCEAR ARREND ESPECIAL(-)		-6.755.111.751,26
1.7.5.95.10	-0	VALORES RESIDUAIS A BALANCEAR ARREND ESPECIAL(-)		-6.755.111.751,26
1.7.5.95.10.01-8		VALORES RESIDUAIS A BALANCEAR-ARREND ESPECIAL(-)	-6.755.111.751,26	
1.8	-5	OUTROS CREDITOS		6.394.901.287,80
1.8.3	-0	RENDAS A RECEBER		3.646.106,67
1.8.3.30	-0	REMUNERACAO A RECEBER		2.637.465,37
1.8.3.30.10	-6	REMUNERACAO A RECEBER		2.637.465,37
1.8.3.30.10.01-4		RENDIMENTOS DEPOSITOS NA CAIXA A RECEBER	2.189.716,90	
1.8.3.30.10.16-2		RENDIMENTOS A RECEBER S/RECURSOS PMCMV	447.748,47	
1.8.3.70	-5	SERVICOS PRESTADOS A RECEBER		1.008.641,30
1.8.3.70.10	-0	SERV PRESTADOS AO ST PUBLICO - TARIFAS A RECEBER		1.008.641,30
1.8.3.70.10.43-4		TAXA A RECEBER - OCIOSIDADE	1.008.641,30	
1.8.5	-6	CREDITOS ESPECIFICOS		6.373.104.375,50
1.8.5.36	-4	OPERACOES VINCUL.A FUNDOS ADMINISTRADOS		1.976.738,25
1.8.5.36.10	-0	OPERACOES VINCUL.A FUNDOS ADMINISTRADOS		1.976.738,25
1.8.5.36.10.10-7		VALORES A CLASSIFICAR - FAR	1.976.738,25	
1.8.5.60	-8	TESOURO NACIONAL - PAGAMENTOS A RESSARCIR		6.371.127.637,25
1.8.5.60.11	-0	TESOURO NACIONAL - PGTS A RESSARCIR - FGTS/FAR		6.371.127.637,25
1.8.5.60.11.05-0		TESOURO NACIONAL - VALORES A RECEBER - PMCMV	6.041.359.948,75	
1.8.5.60.11.06-9		TESOURO NACIONAL - ATUALIZ.MONET.A RECEBER-PMCMV	329.767.688,50	
1.8.8	-0	DIVERSOS		18.150.805,63
1.8.8.65	-5	PAGAMENTOS A RESSARCIR		2.072.677,01
1.8.8.65.99	-1	OUTROS PAGAMENTOS		2.072.677,01
1.8.8.65.99.17-6		VALORES A RECEBER	2.072.677,01	
1.8.8.92	-2	DEVEDORES DIVERSOS - PAIS		16.078.128,62
1.8.8.92.10	-8	FINANCIAMENTOS/EMPREENH HAB-LIBERACOES A CLASSIF		16.078.128,62
1.8.8.92.10.04-0		FAR - LIBERACOES A CLASSIFICAR - CER	16.078.128,62	
1.9	-2	OUTROS VALORES E BENS		862.825.890,82
1.9.8	-8	OUTROS VALORES E BENS		862.825.151,02
1.9.8.10	-1	BENS NAO DE USO PROPRIO		862.825.151,02
1.9.8.10.10	-7	BENS NAO DE USO PROPRIO - IMOVEIS		862.825.151,02
1.9.8.10.10.08-2		IMOVEIS A ARRENDAR	94.504.367,09	
1.9.8.10.10.11-2		IMOVEIS A ARRENDAR - BENS A DESMOBILIZAR /-/-	-32.893.189,61	
1.9.8.10.10.13-9		IMOVEIS A ALIENAR	801.213.973,54	
1.9.9	-6	DESPESAS ANTECIPADAS		739,80
1.9.9.10	-0	DESPESAS ANTECIPADAS		739,80
1.9.9.10.11	-1	DESPESAS ANTECIPADAS - PREMIOS DE SEGURO		739,80
1.9.9.10.11.02-8		DESPESAS ANTECIPADAS - SEGURO DFI	739,80	
2	-3	PERMANENTE		13.038.885.476,69
2.2	-8	IMOBILIZADO DE USO		8.217.363.331,78
2.2.2	-4	IMOBILIZACOES EM CURSO		8.217.363.331,78
2.2.2.10	-8	IMOBILIZACOES EM CURSO		8.217.363.331,78
2.2.2.10.10	-3	IMOBILIZACOES EM CURSO - IMOVEIS		8.217.363.331,78
2.2.2.10.10.08-9		IMOVEIS EM CURSO - FAR	4.561.809.392,59	
2.2.2.10.10.10-0		IMOVEIS EM CURSO - BENS A DESMOBILIZAR - FAR/-/-	-18.400.000,00	

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

18:42:59

ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCO PATRIMONIAL ATIVOPAG. 3
FAR631SA - #10
REF: 2011

CODIGO	DV	NOME		
2.2.2.10.10.11-9		IMOVEIS EM CURSO - PMCMV - FAR	3.673.953.939,19	
2.3	-5	IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO		4.821.522.144,91
2.3.2	-1	BENS ARRENDADOS - ARRENDAMENTO FINANCEIRO		4.821.522.144,91
2.3.2.10	-5	BENS ARRENDADOS - ARRENDAMENTO FINANCEIRO		6.594.028.295,70
2.3.2.10.10	-0	BENS ARRENDADOS - ARRENDAMENTO FINANCEIRO		6.594.028.295,70
2.3.2.10.10.30-2		IMOVEIS ARRENDADOS	6.625.252.390,29	
2.3.2.10.10.40-0		IMOVEIS ARRENDADOS - MIP A BAIXAR (-)	-31.224.094,59	
2.3.2.30	-2	SUPERVENIENCIAS DE DEPRECIACOES		496.320.961,01
2.3.2.30.10	-8	SUPERVENIENCIAS DE DEPRECIACOES		496.320.961,01
2.3.2.30.10.10-5		SUPERVENIENCIAS DEPRECIACAO DE IMOV ARRENDADOS	496.320.961,01	
2.3.2.90	-4	DEPRECIACAO ACUM BENS DE ARREND FINANCEIRO (-)		-2.268.827.111,80
2.3.2.90.10	-0	DEPRECIACAO ACUM BENS DE ARREND FINANCEIRO (-)		-2.268.827.111,80
2.3.2.90.10.01-8		DEPRECIACAO IMOVEIS ARRENDADOS (-)	-2.268.827.111,80	
3	-0	COMPENSACAO		25.073.946.469,20
3.0	-0	COMPENSACAO		25.073.946.469,20
3.0.4	-2	CUSTODIA DE VALORES		150.184.708,03
3.0.4.30	-3	DEPOSITARIOS DE VALORES EM CUSTODIA		150.184.708,03
3.0.4.30.10	-9	PROPRIOS		150.184.708,03
3.0.4.30.10.01-7		DEPOSITARIOS VLRS CUSTODIA-BENS PROPRIOS	150.184.708,03	
3.0.8	-5	CONTRATOS		8.683.260.997,03
3.0.8.40	-0	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		8.683.260.997,03
3.0.8.40.10	-5	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		8.683.260.997,03
3.0.8.40.10.01-3		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	24.777.708,61	
3.0.8.40.10.02-1		TRABALHO TECNICO SOCIAL A LIBERAR - FAR	30.993.862,22	
3.0.8.40.10.03-0		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR- PMCMV	8.471.538.947,97	
3.0.8.40.10.04-8		TRABALHO TECNICO SOCIAL A LIBERAR - PMCMV	155.950.478,23	
3.0.9	-3	CONTROLE		16.240.500.764,14
3.0.9.99	-7	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO ATIVAS		16.240.500.764,14
3.0.9.99.99	-3	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO ATIVAS		16.240.500.764,14
3.0.9.99.99.54-2		ACOES JUDICIAIS - FAR	4.389.214,66	
3.0.9.99.99.56-9		IMOVEL ADQ. C/REC.FGTS	38.817.725,49	
3.0.9.99.99.57-7		IMOVEL ADQ. C/REC.PROPRIO	33.403.514,56	
3.0.9.99.99.68-2		VALOR EMPENHADO UNIAO - PMCMV	8.363.000.000,00	
3.0.9.99.99.69-0		VALOR REPASSADO UNIAO - PMCMV	7.733.175.700,17	
3.0.9.99.99.76-3		SUBSIDIO CONCEDIDO - PMCMV	67.714.609,26	
TOTAL ATIVO:				46.648.977.113,45

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

18:42:59

ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCO PATRIMONIAL PASSIVOPAG. 4
FAR631SA - #10
REF: 2011

CODIGO	DV	NOME		
4	-6	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		16.193.468.278,30
4.1	-3	DEPOSITOS		3.618.419,33
4.1.6	-2	OBRIGACOES POR DEPOSITOS ESP E DE FDOS PROGRAMAS		3.618.419,33
4.1.6.20	-0	DEPOSITOS DE FUNDOS E PROGRAMAS COM REMUNERACAO		3.618.419,33
4.1.6.20.30	-6	DEP DE FUNDOS E PROGR C/ REMUNERACAO		3.618.419,33
4.1.6.20.30.90-1		DEPOSITOS DO FAR - REMUNERACAO A INCORPORAR	3.618.419,33	
4.6	-0	OBRIGACOES POR EMPRESTIMOS E REPASSES		7.231.436.116,09
4.6.2	-6	EMPRESTIMOS NO PAIS - OUTRAS INSTITUICOES		7.231.436.116,09
4.6.2.10	-0	OBRIGACOES POR EMPRESTIMOS NO PAIS		7.231.436.116,09
4.6.2.10.10	-5	OBRIGACOES POR EMPRESTIMOS NO PAIS		7.231.436.116,09
4.6.2.10.10.01-3		EMPRESTIMOS - FGTS	7.191.749.009,03	
4.6.2.10.10.02-1		ENCARGOS A PAGAR	29.649.232,19	
4.6.2.10.10.03-0		ENCARGOS A INCORPORAR - ATUALIZACAO MONETARIA	6.747.021,15	
4.6.2.10.10.05-6		TAXA DE RISCO DE CREDITO A PAGAR - FGTS	3.290.853,72	
4.9	-1	OUTRAS OBRIGACOES		8.958.413.742,88
4.9.9	-5	DIVERSAS		8.958.413.742,88
4.9.9.13	-2	FAR CONTAS A PAGAR		19.102.673,67
4.9.9.13.10	-8	FAR CONTAS A PAGAR		19.102.673,67
4.9.9.13.10.10-5		FAR CONTAS A PAGAR	19.102.673,67	
4.9.9.30	-6	PROVISAO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR		7.189.094,13
4.9.9.30.90	-5	PROVISAO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR - OUTROS		7.189.094,13
4.9.9.30.90.31-5		FAR - PROV. P/DESPESAS DE MANUTENCAO DE IMOVEIS	7.085.209,94	
4.9.9.30.90.38-2		DESPESA DE PUBLICACAO A PAGAR-ENTIDADES SOCIAIS	103.884,19	
4.9.9.92	-7	CREDORES DIVERSOS - PAIS		8.932.121.975,08
4.9.9.92.10	-2	FGTS E OUTRAS ENTIDADES-MOV A CLASSIFICAR		383.040,16
4.9.9.92.10.05-3		SIACI - MOVIMENTO A CLASSIFICAR - FAR	383.040,16	
4.9.9.92.38	-4	DOTACAO UNIAO - PMCMV		8.771.130.127,64
4.9.9.92.38.01-2		DOTACAO UNIAO - PMCMV	8.771.130.127,64	
4.9.9.92.91	-2	CREDORES DIVERSOS - OUTROS		15.407.017,31
4.9.9.92.91.52-5		TAXA DE ADM. - DISPO. FINANCEIRA A PAGAR	66.975,13	
4.9.9.92.91.53-3		TAXA DE RISCO DE INADIMP. E OCIOSIDADE A PAGAR	6.842.472,46	
4.9.9.92.91.54-1		TAXA DE ADM CARTEIRA IMOBILIARIA A PAGAR	6.408.002,47	
4.9.9.92.91.64-9		TAXAS E TARIFAS A REPASSAR	192.164,50	
4.9.9.92.91.97-5		INDENIZACAO DE SINISTRO DFI	1.897.402,75	
4.9.9.92.92	-9	CREDORES DIVERSOS - PAIS (CONT)		145.201.789,97
4.9.9.92.92.32-7		REPASSE MIP A CLASSIFICAR	1.103.947,88	
4.9.9.92.92.35-1		TAXA DE ADMINIST. A PAGAR - PMCMV	1.844,77	
4.9.9.92.92.36-0		TAXA DE ADMINIST. A PAGAR AG. FINANCEIRO - PMCMV	140.536.242,81	
4.9.9.92.92.39-4		VALORES A DEVOLVER - MIP	3.559.754,51	
6	-9	PATRIMONIO LIQUIDO		5.381.562.365,95
6.1	-6	PATRIMONIO LIQUIDO		5.381.562.365,95
6.1.1	-4	CAPITAL SOCIAL		5.381.562.365,95
6.1.1.10	-8	CAPITAL AUTORIZADO		5.381.562.365,95
6.1.1.10.10	-3	CAPITAL		5.381.562.365,95
6.1.1.10.10.30-5		CAPITAL SOCIAL	600.000.000,00	
6.1.1.10.10.43-7		RECURSOS DE DOTACOES ORCAMENTARIAS DA UNIAO	500.000.000,00	
6.1.1.10.10.45-3		FUNDO CONTA GERAL	4.281.562.365,95	
9	-8	COMPENSACAO		25.073.946.469,20

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

18:42:59

ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCO PATRIMONIAL PASSIVOPAG. 5
FAR631SA - #10
REF: 2011

CODIGO	DV	NOME		
9.0	-8	COMPENSACAO		25.073.946.469,20
9.0.4	-0	CUSTODIA DE VALORES		150.184.708,03
9.0.4.30	-1	VALORES CUSTODIADOS		150.184.708,03
9.0.4.30.10	-7	VALORES CUSTODIADOS		150.184.708,03
9.0.4.30.10.07-4		VLRS CUSTODIADOS - PROPRIOS	150.184.708,03	
9.0.8	-3	CONTRATOS		8.683.260.997,03
9.0.8.40	-8	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		8.683.260.997,03
9.0.8.40.10	-3	VALORES CONTRATADOS A LIBERAR		8.683.260.997,03
9.0.8.40.10.01-1		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR	24.777.708,61	
9.0.8.40.10.02-0		TRABALHO TECNICO SOCIAL A LIBERAR - FAR	30.993.862,22	
9.0.8.40.10.03-8		VALORES CONTRATADOS A LIBERAR - PMCMV	8.471.538.947,97	
9.0.8.40.10.04-6		TRABALHO TECNICO SOCIAL A LIBERAR - PMCMV	155.950.478,23	
9.0.9	-1	CONTROLE		16.240.500.764,14
9.0.9.99	-5	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		16.240.500.764,14
9.0.9.99.10	-0	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		4.389.214,66
9.0.9.99.10.35-3		ACOES JUDICIAIS - FAR	4.389.214,66	
9.0.9.99.99	-1	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		16.236.111.549,48
9.0.9.99.99.56-7		IMOVEL ADQ. C/REC.FGTS	38.817.725,49	
9.0.9.99.99.57-5		IMOVEL ADQ. C/REC.PROPRIO	33.403.514,56	
9.0.9.99.99.68-0		VALOR EMPENHADO UNIAO - PMCMV	8.363.000.000,00	
9.0.9.99.99.69-9		VALOR REPASSADO UNIAO - PMCMV	7.733.175.700,17	
9.0.9.99.99.71-0		SUBSIDIO CONCEDIDO - PMCMV	67.714.609,26	
TOTAL PASSIVO:				46.648.977.113,45

UNIDADE RESPONSVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A
18:42:59
ENTIDADE : FAR

CE F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
B A L A N C O P A T R I M O N I A L P A S S I V O

PAG. 6
FAR631SA - #10
REF: 2011

TOTAL ATIVO: 46.648.977.113,45 TOTAL PASSIVO: 46.648.977.113,45

JORGE FONTES HEREDA
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL PELOS
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

JOSE URBANO DUARTE
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE ENTIDADES
SOCIAIS E FUNDOS DE INVESTIMENTO
CRC/DF 11025/0

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0E

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

18:48:36

ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO - RECEITAS

PAG. 1
FAR632SA - #10
REF: 2011

CODIGO	DV	NOME		
7	-5	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS		5.489.096.587,87
7.1	-2	RECEITAS OPERACIONAIS		5.489.091.142,67
7.1.1	-0	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO		15.699.824,26
7.1.1.65	-5	RENDAS DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS		15.699.824,26
7.1.1.65.12	-3	RENDAS DE PARCELAMENTO		15.699.824,26
7.1.1.65.12.01-1		RENDAS DE PARCELAMENTO - FAR	1.042.610,69	
7.1.1.65.12.02-0		RENDAS DE ALIENACAO - FAR	14.657.213,57	
7.1.2	-9	RENDAS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		618.859.573,95
7.1.2.35	-2	RENDAS DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL		605.436.854,23
7.1.2.35.10	-8	RENDAS DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL		605.436.854,23
7.1.2.35.10.01-6		RENDAS DE ARRENDAMENTO - IMOVEIS ARRENDADOS	541.903.206,17	
7.1.2.35.10.02-4		RENDAS DE ARRENDAMENTO - IMOVEIS NAO ARRENDADOS	18.789.959,59	
7.1.2.35.10.03-2		RENDAS DE ARRENDAMENTO - AJUSTE VALOR PRESENTE	44.743.688,47	
7.1.2.60	-0	LUCROS NA ALIENACAO DE BENS ARRENDADOS		13.422.719,72
7.1.2.60.10	-6	LUCROS NA ALIENACAO DE BENS ARRENDADOS		13.422.719,72
7.1.2.60.10.30-8		LUCROS NA ALIENACAO DE IMOVEIS ARRENDADOS	13.422.719,72	
7.1.4	-5	RENDAS APLIC INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ		97.775.802,62
7.1.4.10	-9	RENDAS DE APLIC EM OPER COMPROMISSADAS		72.909.250,47
7.1.4.10.10	-4	POSICAO BANCADA		72.909.250,47
7.1.4.10.10.10-1		RENDAS APLIC EM OP COMPROM-POS BANCADA	72.909.250,47	
7.1.4.20	-2	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		24.866.552,15
7.1.4.20.10	-8	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		24.866.552,15
7.1.4.20.10.02-4		RENDAS SOBRE DEPOSITOS NA CAIXA	21.455.575,01	
7.1.4.20.10.12-1		ATUAL MONETARIA S/DEPOSITOS PMCMV	3.410.977,14	
7.1.9	-6	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		4.756.755.941,84
7.1.9.98	-5	RECEITA DE ATUALIZACAO MONETARIA		20.674.492,99
7.1.9.98.10	-0	RECEITA DE ATUALIZACAO MONETARIA		20.674.492,99
7.1.9.98.10.83-3		AJUSTE A VALOR DE MERCADO	8.656.093,01	
7.1.9.98.10.84-1		RECEITA DE ATUALIZ. MONETARIA EMPREENDIMENTO-FAR	12.018.399,98	
7.1.9.99	-0	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS		4.736.081.448,85
7.1.9.99.10	-5	OUTRAS RDAS OP-FDOS E PROGRAMAS SOCIAIS		650.250.131,05
7.1.9.99.10.08-0		RECEITA DE MIGRACAO DO SIAPF - FAR	4,99	
7.1.9.99.10.65-0		RECEITA DE MIGRACAO DO SIAPF - PMCMV	5.016.042,90	
7.1.9.99.10.79-0		RECUPERACAO DE DESPESAS DIVERSAS	6.100.468,06	
7.1.9.99.10.84-6		JUROS DE MORA	231.014,24	
7.1.9.99.10.97-8		RDAS RECURSOS RECEBIDOS ARRENDATARIOS - FAR	14.266,43	
7.1.9.99.10.98-6		RDAS ATUALIZ S/RECURSOS DO OGU - PMCMV	638.888.334,43	
7.1.9.99.90	-9	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS - DIVERSOS		4.085.831.317,80
7.1.9.99.90.65-3		OUTRAS RECEITAS - PMCMV	4.085.831.317,80	
7.3	-7	RECEITAS NAO OPERACIONAIS		5.445,20
7.3.9	-0	OUTRAS RECEITAS NAO OPERACIONAIS		5.445,20
7.3.9.99	-4	OUTRAS RENDAS NAO OPERACIONAIS		5.445,20
7.3.9.99.10	-0	OUTRAS RENDAS NAO OPERACIONAIS		5.445,20
7.3.9.99.10.17-4		OUTRAS RENDAS NAO OPERACIONAIS	5.445,20	
			T O T A L R E C E I T A S	5.489.096.587,87

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

18:48:36

ENTIDADE : FAR

C E F - C A I X A E C O N O M I C A F E D E R A L
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO - DESPESAS

PAG. 2

FAR632SA - #10

REF: 2011

CODIGO	DV	NOME		
8	-1	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS		4.497.000.062,56
8.1	-9	DESPESAS OPERACIONAIS		4.497.000.062,56
8.1.2	-5	DESPESAS DE OBRIGACOES P/EMPRESTIMOS E REPASSES		454.335.398,57
8.1.2.30	-6	DESPESAS DE EMPREST NO PAIS-OUTRAS INSTITUICOES		454.335.398,57
8.1.2.30.10	-1	DESPESAS DE EMPRESTIMOS NO PAIS - FGTS		454.335.398,57
8.1.2.30.10.01-0		AT MONET S/OBRIG C/FGTS	89.144.425,70	
8.1.2.30.10.02-8		JUROS S/OBRIG C/FGTS	365.190.972,87	
8.1.3	-3	DESPESAS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		439.296.611,07
8.1.3.10	-7	DESPESAS DE ARRENDAMENTOS FINANCEIROS		439.296.611,07
8.1.3.10.10	-2	DESPESAS DE ARRENDAMENTOS FINANCEIROS		439.296.611,07
8.1.3.10.10.20-7		DESPESA DEPRECIACAO IMOVEIS ARRENDADOS	438.940.974,67	
8.1.3.10.10.99-1		OUTRAS DESPESAS DE ARRENDAMENTO	355.636,40	
8.1.7	-6	DESPESAS ADMINISTRATIVAS		269.876,30
8.1.7.48	-7	DESPESAS DE PUBLICACOES		121.573,49
8.1.7.48.10	-2	DESPESAS DE PUBLICACOES		121.573,49
8.1.7.48.10.02-9		DESPESAS DE PUBLICACOES DE JORNAIS	121.573,49	
8.1.7.99	-0	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		148.302,81
8.1.7.99.10	-5	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		148.302,81
8.1.7.99.10.30-7		DESPESAS HONORARIOS ADVOCATICIOS CAIXA	148.302,81	
8.1.8	-4	APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS		143.667,93
8.1.8.30	-5	DESPESAS DE PROVISOES OPERACIONAIS		143.667,93
8.1.8.30.99	-1	OUTRAS		143.667,93
8.1.8.30.99.33-8		DESP DE PROV OPER - MANUTENCAO PAR	143.667,93	
8.1.9	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		3.602.954.508,69
8.1.9.94	-3	COMISSOES E TARIFAS		308.991.771,55
8.1.9.94.10	-9	COMISSOES E TARIFAS		308.991.771,55
8.1.9.94.10.05-0		TAXA DE ADMINISTRACAO DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	2.666.935,54	
8.1.9.94.10.06-8		TAXA DE RISCO DE INADIMPLENCIA E OCIOSIDADE	81.485.985,71	
8.1.9.94.10.07-6		TAXA DE ADM CARTEIRA IMOBILIARIA	81.496.443,69	
8.1.9.94.10.19-0		DESPESAS COM ACOMPANHAMENTO DE OBRAS	29.178,15	
8.1.9.94.10.23-8		TAXA DE INTERMEDIACAO DE CREDITO - PARCELAMENTO	569.779,42	
8.1.9.94.10.24-6		TAXA OPERACIONAL MENSAL - PARCELAMENTO	1.937.265,36	
8.1.9.94.10.25-4		TAXA DE PERFORMANCE - PARCELAMENTO	257.952,24	
8.1.9.94.10.28-9		TAXA DE ADMINISTRACAO PMCMV	11.988,63	
8.1.9.94.10.29-7		TAXA DE ADMINISTRACAO PMCMV-AGENTE FINANCEIRO	140.536.242,81	
8.1.9.99	-6	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		3.293.962.737,14
8.1.9.99.90	-5	OUTR DESPESAS OPERACIONAIS - DIVERSOS		23.814,39
8.1.9.99.90.64-1		OUTR DESPESAS OPERACIONAIS-FORO/LAUDEMIO	23.814,39	
8.1.9.99.99	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - OUTRAS ENTIDADES		3.293.938.922,75
8.1.9.99.99.08-8		DESPESA DE MIGRACAO DO SIAPF - FAR	3,42	
8.1.9.99.99.54-1		DESPESAS COM TAXAS E IMPOSTOS	777.469,43	
8.1.9.99.99.55-0		TAXA DE RISCO DE CREDITO - FGTS	16.935.632,49	
8.1.9.99.99.56-8		DESPESAS COM SEGUROS - DFI	8.527.236,52	
8.1.9.99.99.57-6		DESPESAS COM TAXAS CONDOMINIAIS	8.674.100,98	
8.1.9.99.99.58-4		DESPESAS COM AGUA/ENERGIA ELETRICA/GAS	141.283,25	
8.1.9.99.99.59-2		DESPESAS COM OCUPACAO/DESOCUPACAO DE IMOVEIS	357.290,73	
8.1.9.99.99.61-4		DESPESAS C/REPAROS E BENFEITORIAS IMOVEIS DO FAR	8.162.272,96	
8.1.9.99.99.62-2		DESPESAS COM VIGILANCIA	7.536.427,09	
8.1.9.99.99.80-0		DESPESAS CARTORARIAS	5.161,52	
8.1.9.99.99.84-3		DESPESA DE MIGRACAO DO SIAPF - PMCMV	65,79	

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A

18:48:36

ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO - DESPESAS

PAG. 3
FAR632SA - #10
REF: 2011

CODIGO DV NOME

8.1.9.99.99.85-1	DESPESA COM SUBSIDIO - PMCMV	3.242.811.601,43
8.1.9.99.99.89-4	DESPESAS JUDICIAIS - PMCMV	2.196,20
8.1.9.99.99.94-0	DESP.COM OCUPACAO/DESOCUPACAO DE IMOVEIS - PMCMV	8.180,94

TOTAL DESPESAS 4.497.000.062,56

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO	
TOTAL RECEITAS	5.489.096.587,87
TOTAL DESPESAS	4.497.000.062,56
LU CRO / PRE JUIZO	992.096.525,31

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0

02/02/2012 PZ.ARQ: 30A
18:48:36
ENTIDADE : FAR

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO

PAG. 4
FAR632SA - #10
REF: 2011

CODIGO DV NOME

JORGE FONTES HEREDA
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSVEL PELOS
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

JOSE URBANO DUARTE
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE ENTIDADES
SOCIAIS E FUNDOS DE INVESTIMENTO
CRC/DF 11025/0

UNIDADE RESPONSVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0

2A.VIA: 0000-0

3A.VIA: 0000-0

4A.VIA: 0000-0

5A.VIA: 0000-0E

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fundo de Arrendamento Residencial - FAR

	Capital Social	Dotação Orçamentária União	Fundo Conta Geral	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	600.000.000,00	500.000.000,00	3.117.251.589,95	0,00	4.217.251.589,95
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício				172.214.250,69	172.214.250,69
Conforme anteriormente apresentado					
Ajuste			172.214.250,69	(172.214.250,69)	
Destinação de lucro					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	600.000.000,00	500.000.000,00	3.289.465.840,64	0,00	4.389.465.840,64
Lucro Líquido do Exercício				992.096.525,31	992.096.525,31
Destinação de Lucros			992.096.525,31	(992.096.525,31)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	600.000.000,00	500.000.000,00	4.281.562.365,95	0,00	5.381.562.365,95

JORGE FONTES HEREDA
PRESIDENTE

FABIO PEREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL
PELOS FUNDOS E PROGRAMAS DO
GOVERNO FEDERAL

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

JOSE URBANO DUARTE
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE ENTIDADES
SOCIAIS E FUNDOS DE INVESTIMENTO
CRC/DF 11025/0

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO 2011

Fundo de Arrendamento Residencial - FAR

(Valores em reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Liberação junto às construtoras	(6.423.961.892,99)
Recebimento de atualização monetária	503.544.996,63
Recebimento de taxas de arrendamento e ociosidade	561.299.196,55
Pagamento de taxas	(180.542.081,67)
Pagamento de DFI - danos físicos no imóvel	(9.486.617,93)
Pagamento de despesas diversas	(50.016.507,79)
Pagamento de obrigações(encargos) junto ao FGTS	(474.822.217,02)
Resgate de títulos públicos federais	0,00
Recebimento de recursos próprios/FGTS	41.492.876,24
Alienação de Imóveis	0,00
Ressarcimento pela União - PMCMV	5.372.274.711,55
Retorno Financiamento - VR Prest. AF.- PMCMV	19.064.798,31
Pagamento de Taxas - PMCMV	(10.206,13)
Atualização monetária - PMCMV	17.538,39
Recebimento de Sinistro MIP - Parcelamento	193.508,95
Recebimento seguro MIP - Residencial	10.823.950,79

Caixa Líquido gerado (aplicados nas) pelas Atividades Operacionais **(630.127.946,12)**

Caixa líquido (aplicados nas) atividades de financiamentos

Pagamento de obrigações (amortizações) junto ao FGTS (411.907.000,00)

Caixa líquido (aplicados nas) atividades de financiamentos **(411.907.000,00)**

Redução de caixa e equivalentes de caixa **(1.042.034.946,12)**

Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa **1.513.553.995,35**

Saldo final de caixa e equivalentes de caixa **471.519.049,23**

Reconciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, considerando os efeitos constantes da Nota 2 (h).

Lucro líquido do período **992.096.525,31**

(+) Redução em títulos e valores mobiliários	0,00
(-) Aumento em relações financeiras	(3.167.565,13)
(-) Aumento nas operações de crédito	(708.505.562,29)
(+) Redução nas operações de arrendamento residencial	50.387,94
(-) Aumento em outros créditos	(1.303.562.443,45)
(-) Aumento em outros valores e bens	(466.382.962,37)
(-) Aumento no imobilizado	(1.619.268.192,22)
(+) Aumento em Obrigações por depósitos	3.618.419,33
(+) Redução em obrigações por empréstimo	(18.412.072,44)
(+) Aumento em outras obrigações	2.493.405.519,20

Caixa líquido gerado pelas(aplicado nas) atividades operacionais **(630.127.946,12)**

JORGE FONTES HEREDA
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE-RESPONSÁVEL
PELOS FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

JOSE URBANO DUARTE
VICE-PRESIDENTE

MARCIO PERCIVAL ALVES PINTO
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE ENTIDADES
SOCIAIS E FUNDOS DE INVESTIMENTO
CRC/DF 11025/O

VO CAIXA / SUMAV 680 /10 # 20

Brasília, 25 dez 2010

Ao
Conselho Diretor

EMENTA: Submete à apreciação Proposta Orçamentária do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, relativa ao exercício financeiro de 2011.

Senhora Presidenta,
Senhores Vice-Presidentes,

- 1 Em cumprimento ao disposto no art. 24, inciso V, alíneas "b" e "c" do Estatuto da CAIXA, submetemos à apreciação desse Colegiado, com voto favorável do Vice-Presidente signatário à sua aprovação e posterior encaminhamento para os fins previstos no art. 18, inciso XI, alínea "c" e art. 42 daquele instrumento legal, a Proposta Orçamentária do FAR, referente ao exercício de 2010.
- 2 **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**
 - 2.1 O FAR – Fundo de Arrendamento Residencial foi constituído para viabilizar a execução do PAR – Programa de Arrendamento Residencial, sendo composto, inicialmente, por recursos do FAS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, do FINSOCIAL – Fundo de Investimento Social, do PROTECH – Programa de Difusão Tecnológica para Construção de Habitação de Baixo Custo e do FDS – Fundo de Desenvolvimento Social.
 - 2.2 Dos recursos emprestados pelo FGTS ao FAR, em 02/05/2008, no total de R\$ 3 bilhões, para aplicação até 30/04/2011 na aquisição de unidades habitacionais destinadas ao arrendamento, foram aplicados até DEZ/2010, R\$ 495 milhões.
 - 2.3 A Lei nº. 11.977, de 07/07/2009, que criou o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, em seu artigo 18, autorizou a União a transferir R\$ 14 bilhões para o FAR e a utilização das disponibilidades do Fundo enquanto não efetivado o aporte de recursos, mediante o ressarcimento das quantias desembolsadas devidamente atualizadas pela taxa SELIC. Esse valor foi alterado para R\$16,5 bilhões pela MP nº 514 de 01/12/2010.
 - 2.3.1 Determinou também que o FAR ficará responsável pela recuperação dos imóveis na ocorrência de sinistros de danos físicos.
 - 2.3.2 A Lei nº. 11.974, de 06/07/2009, autorizou a abertura de crédito especial no Orçamento Fiscal da União no valor global de R\$ 6 bilhões em favor do Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, sendo R\$ 3,7 bilhões destinados ao FAR.
 - 2.3.3 Adicionalmente, na LOA de 2010, foi aprovado o empenho de R\$ 4,663 bilhões, totalizando R\$ 8,363 bilhões.

- 2.3.3.1 Desse montante, foi repassado ao FAR R\$ 1,6 bilhão até OUT 2010, sendo previsto o aporte de R\$ 1 bilhão em DEZ 2010 e o restante durante o ano de 2011.

3 PARÂMETROS DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

- 3.1 A Proposta Orçamentária do FAR para o exercício de 2011 foi elaborada considerando os valores realizados até outubro/2010 e, ainda, os seguintes parâmetros:

DISCRIMINAÇÃO	PROPOSTA 2010	PROPOSTA 2011
Orçamento de Contratações	R\$ 1.984 milhões	R\$ 9.463 milhões
TR	0,56 % aa	0,80 % aa
SELIC	9,14 % aa	10,71 % aa
Empréstimos até 2003		
Taxa Juros remuneratórios	4% aa	4% aa
Amortização até JUN/05	0,1489 % am	0,1489 % am
Amortização após JUL/05	0,2109 % am	0,2109 % am
Amortização após JUL/06	0,2728 % am	0,2728 % am
Amortização após JUL/07	0,3349 % am	0,3349 % am
Amortização após JUL/08	0,3970 % am	0,3970 % am
Empréstimos a partir de 2004		
Taxa Juros remuneratórios	5,2% aa	5,2% aa
Amortização	SAC ⁽¹⁾ para 240 meses	SAC ⁽¹⁾ para 240 meses
Taxa de Administração s/ Disponibilidades	0,3% aa	0,3% aa
Taxa Risco Inadimplência e Ociosidade	15% s/ Tx Arrend.	15% s/ Tx Arrend.
Provisão para Despesas Manutenção	15% s/ Tx Arrend.	15% s/ Tx Arrend.
Taxa Administração Carteira Imobiliária	15% s/ Tx Arrend.	15% s/ Tx Arrend.
Taxa Risco Crédito	0,2% aa s/ Valor Dívida	0,2% aa s/ Valor Dívida
Taxa Arrendamento do Imóvel	0,7% s/ Valor Imóvel	0,7% s/ Valor Imóvel
Taxa Arrendamento do Imóvel simples	0,5% s/ Valor Imóvel	0,5% s/ Valor Imóvel
Taxa de Fiscalização	1,2% s/ Valor Contratação	1,2% s/ Valor Contratação

⁽¹⁾ SAC - Sistema de Amortização Constante, considerando contrato de 252 meses com carência de 12 meses

- 3.2 As operações no âmbito do Programa de Arrendamento – PAR foram suspensas após o início da contratação de empreendimentos para alienação aos beneficiários do PMCMV.
- 3.2.1 O valor de R\$ 9.463 bilhões proposto para contratações refere-se ao Programa Minha Casa Minha Vida, incluído no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2011.

4 ORÇAMENTO OPERACIONAL

- 4.1 Para os imóveis em curso do Programa Minha Casa Minha Vida, o saldo de contratações monta o valor de R\$ 13.744.779 mil até OUT/2010 e projeção de contratações até o montante de R\$ 16,5 bilhões até o final do exercício em análise.
- 4.2 Estima-se que os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida serão concluídos no prazo médio de 12 meses, e a alienação das unidades ocorrerá ao longo dos 90 dias após o término das obras.

- 4.2.1 O prazo para retorno é de 120 meses em operações de parcelamento a serem contratadas no valor mínimo de R\$ 50,00 mensais.
- 4.2.2 Considera-se nesta proposta orçamentária o valor de R\$ 4.638.494 mil, relativo ao subsídio para o Programa Minha Casa Minha Vida.
- 4.2.3 Os desembolsos para produção de unidades do Programa Minha Casa Minha Vida foram projetados em R\$ 8.557.357 mil considerando-se as contratações efetuadas até DEZ/2010, bem como as previstas para 2011.

5 ORÇAMENTO FINANCEIRO

- 5.1 As entradas totais de R\$ 7.137.086 mil apresentam crescimento de 69,73%, em relação ao orçado para 2010.

FLUXO FINANCEIRO	R\$ mil			
	REALIZADO 2009	ORÇADO 2010 (A)	ORÇADO 2011 (B)	% B/A
A - SALDO INICIAL	7.023.079	6.495.864	3.669.980	56,50%
B - TOTAL DE ENTRADAS	3.131.740	4.204.850	7.137.086	169,73%
1 Taxa de Arrendamento	658.380	550.679	564.998	102,60%
2 Renda Depósitos e Títulos Remunerados	653.295	244.083	242.865	99,50%
3 Outras Receitas Operacionais	0	0	0	-
4 Empréstimo FGTS	973.207	0	0	-
5 Venda à Vista	0	867	867	100,00%
6 Recabimento de Parcelamento	0	6.237	8.298	133,04%
7 Dotação Orçamentária da União	846.858	3.400.000	6.000.000	176,47%
8 Retorno MCMV	0	3.083	320.058	-
C - TOTAL DE SAÍDAS	3.271.591	6.961.684	9.911.925	142,38%
1. Desembolsos	2.000.316	4.675.943	8.525.698	182,33%
2. Encargos do FAR	1.271.275	2.285.641	1.386.227	60,65%
2.1 Taxa de Administração s/ Disp. Financeira	19.974	15.169	5.967	39,34%
2.2 Taxa de Administ.s/ Arrend. Imóveis	73.832	82.602	84.750	102,60%
2.3 Juros de Carência FGTS	821.938	434.104	415.847	95,79%
2.4 Cotas de Amortização FGTS	211.776	358.276	339.740	94,83%
2.5 Atualização Monetária FGTS	20.045	47.974	65.597	136,73%
2.6 Taxa de Risco do Crédito	17.293	32.581	31.668	97,20%
2.7 Taxa de Risco de Inadimp.e Ociosidade	73.832	82.602	84.750	102,60%
2.8 Seguro/Manutenção e Conservação	27.695	82.602	338.999	410,40%
2.9 Taxa de Fiscalização	4.890	878	0	0,00%
2.10 Taxa de Performance - Parcelamentos	0	8.455	11.235	132,88%
2.11 Taxa de Intermediação de Crédito	0	7.675	7.675	100,00%
2.12 Subsídio MCMV	0	1.132.723	0	0,00%
D - VALORES A CLASSIFICAR	0	0	0	-
E - SALDO FINAL	6.883.228	3.739.230	895.140	23,94%

- 5.2 Quanto às saídas de recursos, destaca-se o crescimento de 42,38% em relação ao orçado para 2010, devido, principalmente, ao volume de contratações previsto para 2011 no Programa Minha Casa Minha Vida.

6 ORÇAMENTO ECONÔMICO

6.1 Estima-se resultado negativo de R\$ 4.964.929 mil, devido, principalmente, às despesas com subsídio do Programa Minha Casa Minha Vida.

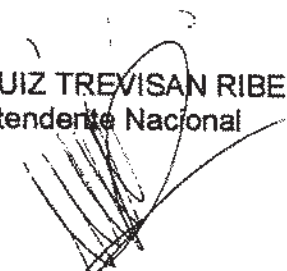
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	R\$ mil			
	REALIZADO 2009	ORÇADO 2010	ORÇADO 2011	% C = (B/A)
		(A)	(B)	
RECEITAS OPERACIONAIS	1.368.726	829.403	847.203	102,15
RECEITAS DE PARCELAMENTO	390	284	739	260,21
RECEITAS COM ARRENDAMENTO	557.273	576.066	578.981	100,51
RECEITAS FINANCEIRAS	664.499	242.087	242.837	100,31
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	144.847	10.966	24.647	224,76
OUTRAS RENDAS NÃO OPERACIONAIS	1.717	0	0	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.648.828)	(2.340.616)	(6.812.132)	248,32
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS	(483.292)	(482.078)	(481.443)	99,87
Empréstimo - FGTS	(483.292)	(482.078)	(481.443)	99,87
ARRENDAMENTOS FINANCEIROS	(403.919)	(413.819)	(424.293)	102,53
APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS	(433.951)	(82.802)	(2.260)	2,74
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(178)	0	0	-
COMISSÕES E TARIFAS	(175.787)	(183.050)	(177.502)	98,97
Taxa de Administração	(19.896)	(15.169)	(5.967)	39,34
Taxa de Risco de Inadimp e Ociosidade	(74.454)	(82.602)	(84.750)	102,60
Taxa de Administ./ Arrend. Imóveis	(74.468)	(82.602)	(84.750)	102,60
Taxa de Acompanhamento de Obra	(4.890)	(878)	0	0,00
Taxa de Intermediação de Crédito	(496)	(1.088)	(1.088)	100,00
Taxa de Performance - Parcelamentos	(1.584)	(711)	(947)	133,19
DESPESAS SUBSÍDIO - MCMV	0	(1.132.723)	(4.638.494)	409,50
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(48.701)	(48.343)	(88.140)	190,19
RESULTADO OPERACIONAL	(177.102)	(1.511.212)	(4.964.929)	328,54
RESULTADO LÍQUIDO	(177.102)	(1.511.212)	(4.964.929)	328,54

6.2 O Balanço Patrimonial projetado, se realizadas todas as previsões, ficará assim configurado:

BALANÇO PATRIMONIAL	R\$ mil			
	REALIZADO 2009	ORÇADO 2010	ORÇADO 2011	% C = (B/A)
		(A)	(B)	
ATIVO				
CIRCULANTE E REALIZÁVEL	7.114.087	6.116.762	1.198.744	23,43
DEPÓSITOS REMUNERADO NA CAIXA	56.151	336.826	415.825	123,45
APLIC. INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ/TVM	6.827.076	3.402.403	479.316	14,09
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL	5.959	45.883	710	1,55
CRÉDITOS VINCULADOS	468	335	1.212	361,79
IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA ARRENDAMENTO	121.860	1.153.831	199.744	17,31
PARCELAMENTOS	69.658	71.126	94.685	133,12
OUTROS CRÉDITOS	32.925	106.358	7.252	6,82
PERMANENTE	6.906.472	9.719.878	16.115.326	166,80
IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO	684.448	3.409.454	6.978.767	204,69
IMÓVEIS ARRENDADOS	6.270.930	7.326.644	10.779.728	147,13
DEPRECIÇÃO IMÓVEIS ARRENDADOS	(1.476.364)	(1.895.387)	(2.298.686)	121,28
SUPERVENIÊNCIAS DE DEPRECIÇÃO	427.458	879.159	655.516	74,56
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO	0	8	0	0,00
TOTAL ATIVO	13.020.559	14.836.640	17.314.070	116,70
PASSIVO				
EMPRÉSTIMOS FGTS	8.325.495	8.952.396	8.206.368	94,85
OUTRAS OBRIGAÇÕES	69.468	28.281	45.836	162,07
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	4.625.608	6.155.963	9.061.867	147,20
CAPITAL SOCIAL	600.000	600.000	600.000	100,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	2.867.175	2.867.175	2.634.403	91,88
REPASSE RECURSOS DA UNIÃO	5.035.535	7.600.000	14.492.392	190,69
DOTAÇÕES UNIÃO A REALIZAR - PMCMV	(3.700.000)	(3.400.000)	(3.700.000)	108,82
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(177.102)	(1.511.212)	(4.964.929)	328,54
TOTAL PASSIVO	13.020.559	14.836.640	17.314.070	116,70

- 6.3.1 O item depósitos remunerados na CAIXA com crescimento previsto para 2011 de R\$ 415.825 mil decorreu, principalmente, do aporte de recursos no exercício.
- 6.3.2 No passivo, o principal incremento diz respeito à expectativa de aporte adicional de recursos da União no montante de R\$ 6.000.000 mil.
- 7 Segue anexo a este VOTO o Parecer Síntese SUFUS.

JOSE LUIZ TREVISAN RIBEIRO
Superintendente Nacional
SUMAV



MARCOS ROBERTO VASCONCELOS
Vice-Presidente
VICOR

FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL – FAR**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA – 2011****1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

- 1.1 O FAR – Fundo de Arrendamento Residencial foi constituído para viabilizar a execução do PAR – Programa de Arrendamento Residencial, sendo composto, inicialmente, por recursos do FAS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, do FINSOCIAL – Fundo de Investimento Social, do PROTECH – Programa de Difusão Tecnológica para Construção de Habitação de Baixo Custo e do FDS – Fundo de Desenvolvimento Social.
- 1.2 Dos recursos emprestados pelo FGTS ao FAR, em 02/05/2008, no total de R\$ 3 bilhões, para aplicação até 30/04/2011 na aquisição de unidades habitacionais destinadas ao arrendamento, foram aplicados até DEZ/2010, R\$ 495 milhões.
- 1.3 A Lei nº. 11.977, que criou o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, em seu artigo 18, autorizou a União a transferir R\$ 14 bilhões para o FAR e a utilização das disponibilidades do Fundo enquanto não efetivado o aporte de recursos, mediante o ressarcimento das quantias desembolsadas devidamente atualizadas pela taxa SELIC. Esse valor foi alterado para R\$16,5 bilhões pela MP nº 514 de 01/12/2010.
- 1.4 A Lei nº. 11.974, de 06/07/2009, autorizou a abertura de crédito especial no Orçamento Fiscal da União no valor global de R\$ 6 bilhões em favor do Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, sendo R\$ 3,7 bilhões destinados ao FAR.
- 1.4.1 Determinou também que o FAR ficará responsável pela recuperação dos imóveis na ocorrência de sinistros de danos físicos.
- 1.5 A Lei nº. 11.974, de 06/07/2009, autorizou a abertura de crédito especial no Orçamento Fiscal da União no valor global de R\$ 6 bilhões em favor do Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, sendo R\$ 3,7 bilhões destinados ao FAR.
- 1.5.1 Adicionalmente, na LOA de 2010, foi aprovado o empenho de R\$ 4,663 bilhões, totalizando R\$ 8,363 bilhões.
- 1.5.2 Desse montante, foi repassado ao FAR R\$ 1,6 bilhão até OUT 2010, sendo previsto o aporte de R\$ 1 bilhão em DEZ 2010 e o restante durante o ano de 2011.

2 PARÂMETROS DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

- 2.1 A Proposta Orçamentária do FAR para o exercício de 2011 foi elaborada considerando os valores realizados até outubro/2010 e, ainda, os seguintes parâmetros:



DISCRIMINAÇÃO	PROPOSTA 2010	PROPOSTA 2011
Orçamento de Contratações	R\$ 1.984 milhões	R\$ 9.463 milhões
TR	0,56 % aa	0,80 % aa
SELIC	9,14 % aa	10,71 % aa
Empréstimos até 2003		
Taxa Juros remuneratórios	4% aa	4% aa
Amortização até JUN/05	0,1489 % am	0,1489 % am
Amortização após JUL/05	0,2109 % am	0,2109 % am
Amortização após JUL/06	0,2728 % am	0,2728 % am
Amortização após JUL/07	0,3349% am	0,3349% am
Amortização após JUL/08	0,3970 % am	0,3970 % am
Empréstimos a partir de 2004		
Taxa Juros remuneratórios	5,2% aa	5,2% aa
Amortização	SAC ⁽¹⁾ para 240 meses	SAC ⁽¹⁾ para 240 meses
Taxa de Administração s/ Disponibilidades	0,3% aa	0,3% aa
Taxa Risco Inadimplência e Ociosidade	15% s/ Tx Arrend.	15% s/ Tx Arrend.
Provisão para Despesas Manutenção	15% s/ Tx Arrend.	15% s/ Tx Arrend.
Taxa Administração Carteira Imobiliária	15% s/ Tx Arrend.	15% s/ Tx Arrend.
Taxa Risco Crédito	0,2% aa s/ Valor Dívida	0,2% aa s/ Valor Dívida
Taxa Arrendamento do Imóvel	0,7% s/ Valor Imóvel	0,7% s/ Valor Imóvel
Taxa Arrendamento do Imóvel simples	0,5% s/ Valor Imóvel	0,5% s/ Valor Imóvel
Taxa de Fiscalização	1,2% s/ Valor Contratação	1,2% s/ Valor Contratação

(1) SAC - Sistema de Amortização Constante, considerando contrato de 252 meses com carência de 12 meses

- 2.2 As operações no âmbito do Programa de Arrendamento – PAR foram suspensas após o início da contratação de empreendimentos para alienação aos beneficiários do PMCMV.

3 ORCAMENTO OPERACIONAL

- 3.1 Para os imóveis em curso do Programa Minha Casa Minha Vida, o saldo de contratações monta o valor de R\$ 13.744.779 mil até OUT/2010 e projeção de contratações até o montante de R\$ 16,5 bilhões até o final do exercício em análise.
- 3.2 Para os imóveis em curso do Programa Minha Casa Minha Vida o saldo projetado monta o valor de R\$ 2.558.194 mil para o exercício em análise.
- 3.2.1 Os desembolsos para produção de unidades do Programa Minha Casa Minha Vida foram projetados em R\$ 8.557.357 mil considerando-se as contratações efetuadas até DEZ/2010, bem como as previstas para 2011.

4 ORÇAMENTO FINANCEIRO

- 4.1 As entradas totais de R\$ 7.137.086 mil apresentam crescimento de 69,73%, em relação ao orçado para 2010.
- 4.2 Quanto às saídas de recursos, destaca-se o crescimento de 42,38% em relação ao orçado para 2010, devido, principalmente, ao volume de contratações previsto para 2011 no Programa Minha Casa Minha Vida.  7

la. 

5
ORÇAMENTO ECONÔMICO
5.1

Estima-se resultado negativo de R\$ 4.964.929 mil, devido, principalmente, às despesas com subsídio do Programa Minha Casa Minha Vida.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	R\$ mil			
	REALIZADO 2009	ORÇADO 2010	ORÇADO 2011	% C = (B/A)
		(A)	(B)	
RECEITAS OPERACIONAIS	1.368.726	829.403	847.203	102,15
RECEITAS DE PARCELAMENTO	390	284	739	260,21
RECEITAS COM ARRENDAMENTO	557.273	576.066	578.981	100,51
RECEITAS FINANCEIRAS	664.499	242.087	242.837	100,31
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	144.847	10.966	24.647	224,76
OUTRAS RENDAS NÃO OPERACIONAIS	1.717	0	0	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.545.828)	(2.340.615)	(5.812.132)	248,32
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS	(483.292)	(482.078)	(481.443)	99,87
Empréstimo - FGTS	(483.292)	(482.078)	(481.443)	99,87
ARRENDAMENTOS FINANCEIROS	(403.919)	(413.819)	(424.293)	102,53
APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS	(433.951)	(82.602)	(2.260)	2,74
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(178)	0	0	-
COMISSÕES E TARIFAS	(175.787)	(183.050)	(177.502)	96,97
Taxa de Administração	(19.896)	(15.169)	(5.967)	39,34
Taxa de Risco de Inadimpl e Ociosidade	(74.454)	(82.602)	(84.750)	102,60
Taxa de Administ./s/ Arrend. Imóveis	(74.468)	(82.602)	(84.750)	102,60
Taxa de Acompanhamento de Obra	(4.890)	(878)	0	0,00
Taxa de Intermediação de Crédito	(496)	(1.088)	(1.088)	100,00
Taxa de Performance - Parcelamentos	(1.584)	(711)	(947)	133,19
DESPESAS SUBSÍDIO - MCMV	0	(1.132.723)	(4.638.494)	409,50
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(48.701)	(46.343)	(88.140)	190,19
RESULTADO OPERACIONAL	(177.102)	(1.511.212)	(4.964.929)	328,54
RESULTADO LÍQUIDO	(177.102)	(1.511.212)	(4.964.929)	328,54

5.2

O Balanço Patrimonial projetado, se realizadas todas as previsões, ficará assim configurado:

BALANÇO PATRIMONIAL	R\$ mil			
	REALIZADO 2009	ORÇADO 2010	ORÇADO 2011	% C = (B/A)
		(A)	(B)	
ATIVO				
CIRCULANTE E REALIZÁVEL	7.114.097	5.116.762	1.198.744	23,43
DEPÓSITOS REMUNERADO NA CAIXA	56.151	336.826	415.825	123,45
APLIC. INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ/TVM	6.827.076	3.402.403	479.316	14,09
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL	5.959	45.883	710	1,55
CRÉDITOS VINCULADOS	468	335	1.212	361,79
IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA ARRENDAMENTO	121.860	1.153.831	199.744	17,31
PARCELAMENTOS	69.658	71.126	94.685	133,12
OUTROS CRÉDITOS	32.925	106.358	7.252	6,82
PERMANENTE	5.906.472	9.719.878	16.115.325	165,80
IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO	684.448	3.409.454	6.978.767	204,69
IMÓVEIS ARRENDADOS	6.270.930	7.326.644	10.779.728	147,13
DEPRECIACÃO IMÓVEIS ARRENDADOS	(1.476.364)	(1.895.387)	(2.298.686)	121,28
SUPERVENIÊNCIAS DE DEPRECIACÃO	427.458	879.159	655.516	74,56
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO	0	8	0	0,00
TOTAL ATIVO	13.020.569	14.836.640	17.314.070	116,70
PASSIVO				
EMPRÉSTIMOS FGTS	8.325.495	8.652.396	8.206.368	94,85
OUTRAS OBRIGAÇÕES	69.466	28.281	45.835	162,07
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	4.625.608	6.155.963	9.061.867	147,20
CAPITAL SOCIAL	600.000	600.000	600.000	100,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	2.867.175	2.867.175	2.634.403	91,88
REPASSE RECURSOS DA UNIÃO	5.035.535	7.600.000	14.492.392	190,69
DOTAÇÕES UNIÃO A REALIZAR - PMCMV	(3.700.000)	(3.400.000)	(3.700.000)	108,82
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(177.102)	(1.511.212)	(4.964.929)	328,54
TOTAL PASSIVO	13.020.569	14.836.640	17.314.070	116,70

FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR

Execução Orçamentária – Exercício 2011

1 OBJETIVO

1.1 O presente relatório refere-se ao acompanhamento da Execução Orçamentária do FAR relativa ao exercício 2011, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho Diretor da CAIXA.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1 O FAR foi constituído com base no VOTO CAIXA 140/99, de 27.05.99, ATA nº 1.419 de reunião de 27.05.99, para viabilizar o Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Medida Provisória nº 1.823, de 29 de abril de 1999, convertida na Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001.

2.2 O Programa de Arrendamento Residencial – PAR foi criado para atendimento exclusivo da necessidade de moradia da população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra.

3 FLUXO FINANCEIRO

3.1 No exercício, as entradas no FAR totalizaram R\$ 6.510.028 mil, e as saídas R\$ 7.552.067 mil, representando 91,21% e 76,19%, respectivamente, dos valores orçados.

R\$ mil				
FLUXO FINANCEIRO	REALIZADO 2010	ORÇADO 2011 (A)	REALIZADO 2011 (B)	% C = (B/A)
SALDO INICIAL	6.883.228	3.669.980	1.513.558	41,24
TOTAL DE ENTRADAS	1.832.602	7.137.086	6.510.028	91,21
1. Taxa de Arrendamento e Ociosidade	540.189	564.998	561.299	99,35
2. Renda Depósitos e Títulos Remunerados	419.371	242.865	99.833	41,11
3. Vendas à Vista	33.298	0	28.528	-
4. Aquisição Recursos Próprios - FGTS	0	867	0	0,00
5. Recebimento de Parcelamento	11.119	8.298	12.965	156,24
6. Aporte Recursos OGU - PMCMV	805.000	6.000.000	5.776.000	96,27
7. Retorno MCMV	0	320.058	19.065	5,96
8. Recebimento Sinistros MIP/DFI	23.625	0	12.317	-
9. Acerto de Disponibilidade	0	0	21	-
TOTAL DE SAÍDAS	7.202.272	9.911.925	7.552.067	76,19
1. Desembolsos	5.843.768	8.525.698	6.426.456	75,38
2. Encargos do FAR	1.358.504	1.386.227	1.115.384	80,46
2.1 Taxa de Administração sobre Disp Financeira	13.895	5.967	3.112	52,15
2.2 Taxa de Administ sobre Arrend Imóveis	78.246	84.750	81.295	95,92
2.3 Juros de Carência e Cotas de Amortização - FGTS	851.558	755.586	823.439	108,98
2.4 Atualização Monetária FGTS	11.666	65.597	20.262	30,89
2.5 Taxa de Risco do Crédito	16.099	31.668	14.861	46,93
2.6 Taxa de Risco de Inadimp e Ociosidade	78.246	84.750	81.285	95,91
2.7 Seguro/Manutenção/Conservação e Outros	308.577	338.999	90.874	26,81
2.8 Taxa de Performance - Parcelamentos	217	11.235	256	2,28
2.9 Taxa de Intermediação de Crédito	0	7.675	0	0,00
3. Acerto de Disponibilidade/Valores a Classificar	0	0	21	-
4. Amortização Extraordinária de Contrato	0	0	10.206	-
SALDO FINAL	1.513.558	895.141	471.519	52,68

Fonte: Sistema Financeiro

3.2 No ano de 2011, o FAR recebeu R\$ 5.776.000 mil referente ao aporte de recursos do Orçamento Geral da União para atendimento do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV – FAR.

3.3 Ressalta-se que o item desembolsos apresentou realização de R\$ 2.099.242 mil abaixo do orçado para o período, tendo em vista que as liberações do Programa Minha Casa Minha Vida ocorreram num prazo médio maior do que o considerado na proposta orçamentária.

4 ORÇAMENTO ECONÔMICO

4.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

4.1.1 Em 2011, O FAR apresentou resultado líquido positivo de R\$ 992.096 mil.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	R\$ mil			
	REALIZADO 2010	Orçado 2011 (A)	Realizado 2011 (B)	% C = (B/A)
RECEITAS OPERACIONAIS	1.344.120	847.204	5.489.096	647,91
RECEITAS DE PARCELAMENTO	590	739	15.701	-
RECEITAS COM ARRENDAMENTO	576.222	578.981	605.437	104,57
RECEITAS FINANCEIRAS	420.153	242.837	97.776	40,26
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	347.155	24.647	4.770.182	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.171.905)	(5.812.132)	(4.497.000)	77,37
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS	(447.442)	(481.443)	(454.335)	94,37
Empréstimo - FGTS	(447.442)	(481.443)	(454.335)	94,37
Juros de Carência - FGTS	(393.364)	(415.847)	(365.191)	87,82
Atualização Monetária - FGTS	(54.078)	(65.596)	(89.144)	135,90
ARRENDAMENTOS FINANCEIROS	(425.619)	(424.293)	(438.941)	103,45
COMISSÕES E TARIFAS	(173.116)	(177.502)	(308.992)	174,08
Taxa de Administração	(12.713)	(5.967)	(2.667)	44,69
Taxa de Risco de Inadimp e Ociosidade	(78.508)	(84.750)	(81.486)	96,15
Taxa de Administ.s/ Arrend. Imóveis	(78.520)	(84.750)	(81.496)	96,16
Taxa de Acompanhamento de Obra	(204)	0	(29)	-
Taxa de Intermediação de Crédito	(474)	(1.088)	(570)	52,37
Taxa de Performance - parcelamentos	(1.905)	(947)	(2.196)	231,90
Taxa de Administração - PMCMV	(792)	0	(12)	-
Taxa de Administração - PMCMV - ag financeiro	0	0	(140.536)	-
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(125.728)	(4.728.894)	(3.294.732)	69,67
RESULTADO OPERACIONAL	172.215	(4.964.928)	992.096	(19,98)
RESULTADO LÍQUIDO	172.215	(4.964.928)	992.096	(19,98)

4.2 As receitas operacionais superam o orçado em 547,91% devido, principalmente, ao item outras receitas operacionais, cuja elaboração do orçamento não considerou a atualização de recursos a serem repassados pela União, que, no período, atingiu o montante de R\$ 638.888 mil, bem como a receita com venda dos imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida que totalizou R\$ 4.085.831 mil.

4.3 As despesas operacionais realizaram R\$ 4.497.000 mil, ou seja, 77,37% do valor orçado, em razão, basicamente, da frustração do montante previsto nas despesas para subsídio do Programa Minha Casa Minha Vida, cuja realização foi de R\$ 3.242.812 mil, 69,91% do esperado.

4.3.1 As Comissões e tarifas realizaram R\$ 308.992 mil, basicamente, em função do registro da taxa de administração no âmbito do PMCMV a pagar ao agente financeiro, conforme disposto na Portaria nº 561, de 28 de dezembro de 2011.

4.4 BALANÇO PATRIMONIAL

4.4.1 O FAR demonstrou ativo no valor de R\$ 21.575.030 mil no exercício de 2011.

R\$ mil				
BALANÇO PATRIMONIAL	REALIZADO 2010	Orçado 2011 (A)	Realizado 2011 (B)	% C = (B/A)
ATIVO				
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	18.516.229	17.314.069	21.575.030	124,61
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.513.554	895.141	471.519	52,68
Depósitos remunerados na CAIXA	54.725	415.825	299.131	71,94
Depósitos remunerados na CAIXA - PMCMV	247	0	22.265	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez/TVM *	1.458.582	479.316	150.123	31,32
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL	64	710	14	1,93
IMÓVEIS A ARRENDAR/A ALIENAR PMCMV	396.443	199.744	862.826	431,97
CRÉDITOS VINCULADOS	1.611	1.212	4.778	394,35
PARCELAMENTOS	93.601	94.685	802.107	847,13
OUTROS CRÉDITOS	5.091.339	7.252	6.394.901	-
IMOBILIZADO	11.419.617	16.115.325	13.038.885	80,91
Imóveis em construção	6.377.727	6.978.767	8.217.362	117,75
Imóveis arrendados	6.459.414	10.779.728	6.594.028	61,17
Superviniência de depreciação	451.578	655.516	496.322	75,71
Depreciação imóveis arrendados	(1.869.102)	(2.298.686)	(2.268.827)	98,70
TOTAL ATIVO	18.516.229	17.314.069	21.575.030	124,61
PASSIVO				
EMPRÉSTIMOS FGTS	7.661.755	8.206.368	7.231.436	88,12
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.465.008	45.835	8.962.032	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.389.466	9.061.866	5.381.562	59,39
CAPITAL SOCIAL	600.000	600.000	600.000	100,00
FUNDO CONTA GERAL	3.289.466	(2.330.526)	4.281.562	(183,72)
REPASSE RECURSOS DA UNIÃO	500.000	14.492.392	500.000	3,45
DOTAÇÕES UNIÃO A REALIZAR - PMCMV	0	(3.700.000)	0	-
TOTAL PASSIVO	18.516.229	17.314.069	21.575.030	124,61

* No orçamento aprovado os Títulos e Valores Mobiliários somam-se às Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

- 4.4.2 Os imóveis a arrendar/a alienar PMCMV realizaram R\$ 663.082 mil acima do valor orçado para o período, uma vez que a alienação de imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida não aconteceu conforme fluxo previsto no orçamento.
- 4.4.3 O item outros créditos registrou realização de R\$ 6.394.901 mil, decorrente, basicamente, dos valores a receber da União pelo Programa Minha Casa Minha Vida, fato não contemplado no orçamento de 2011, o qual considerava que os recursos seriam repassados pela União e não antecipados pelo FAR.
- 4.4.4 As outras obrigações totalizaram R\$ 8.916.197 mil acima do previsto, em função da reclassificação da conta do patrimônio líquido para o passivo referente à subvenção da União relativa ao Programa Minha Casa Minha Vida.

ERLON ALEXANDRE GUIMARÃES
Gerente Executivo

ITAMAR DOS SANTOS LIRA
Gerente Nacional de Orçamento
GN Orçamento

**Fundo de Arrendamento
Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica
Federal – CAIXA)**

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2011**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores
Fundo de Arrendamento Residencial - FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (“FAR” ou “Fundo”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do FAR é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

(i) Coberturas securitárias

Conforme mencionado na Nota 10 (b) às demonstrações contábeis, o FAR garante a cobertura securitária para os agentes financeiros dos riscos de morte ou invalidez permanente do mutuário e de dano físico ao imóvel, sem a definição de uma política de mensuração e registro contábil das provisões relacionadas a essas coberturas. Nesse contexto, a administração do FAR iniciou estudos e cálculos para apuração desses valores, cujos trabalhos ainda não estavam finalizados nesta data. Neste sentido, não foi praticável, nas circunstâncias, concluirmos sobre os reflexos nas demonstrações contábeis do FAR advindos da mensuração de eventuais provisões requeridas para fazer face a essas garantias.

(ii) Superveniência de depreciação

Conforme mencionado na Nota 2 (d) às demonstrações contábeis, o FAR registra suas operações e elabora suas demonstrações contábeis, no que se refere a operações de arrendamento mercantil, com a observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento como provisão para superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente. Essas práticas não requerem a reclassificação das operações para as rubricas dos ativos circulante e não circulante, mas resultam na apresentação do resultado do exercício e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo (Nota 2).

Brasília, 28 de março de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-o "S" DF

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2011	2010	Passivo e patrimônio líquido	2011	2010
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	471.519	1.513.554	Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 9)	515.386	492.782
Relações interfinanceiras	4.778	1.611	Depósitos do FAR – Remuneração a incorporar	3.618	
Operações de crédito (Nota 4)	88.148	12.140	Outras obrigações (Nota 10)	8.958.414	6.465.008
				<u>9.477.418</u>	<u>6.957.790</u>
Operações de arrendamento residencial (Nota 5)					
Arrendamento financeiro especial a receber	418.891	431.133	Não circulante		
Rendas a apropriar	(413.122)	(425.278)	Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 9)	6.716.050	7.168.973
Arrendamento financeiro a curto prazo	(5.755)	(5.791)			
	<u>14</u>	<u>64</u>			
Outros créditos			Patrimônio líquido (Nota 11)		
Créditos específicos (Nota 6)	6.373.104	5.036.135	Capital social	600.000	600.000
Diversos	21.797	55.204	Dotações orçamentárias - União	500.000	500.000
	<u>6.394.901</u>	<u>5.091.339</u>	Fundo conta geral	4.281.562	3.289.466
				<u>5.381.562</u>	<u>4.389.466</u>
Outros valores e bens	862.826	396.443			
	<u>7.822.186</u>	<u>7.015.151</u>			
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Operações de crédito (Nota 4)	713.959	81.461			
Operações de arrendamento residencial (Nota 5)					
Arrendamento financeiro especial a receber	4.964.321	5.220.524			
Rendas a apropriar	(4.964.321)	(5.220.524)			
Imobilizado					
Imobilizações em curso (Nota 7)	8.217.363	6.377.727			
Imobilizado de arrendamento (Nota 8)	4.821.522	5.041.890			
	<u>13.038.885</u>	<u>11.419.617</u>			
	<u>13.752.844</u>	<u>11.501.078</u>			
Total do ativo	<u>21.575.030</u>	<u>18.516.229</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>21.575.030</u>	<u>18.516.229</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Arrendamento Residencial - FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2011	2010
Receitas operacionais		
Rendas de operações de crédito	1.043	546
Rendas de Alienação FAR	14.658	44
Rendas de arrendamento residencial	605.437	576.222
Resultado com títulos e valores mobiliários		36.072
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	97.776	384.081
Receitas – PMCMV (Nota 15)	4.085.831	83.505
Outras receitas operacionais (Nota 13)	684.351	263.650
	5.489.096	1.344.120
Despesas operacionais		
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(454.335)	(447.442)
Despesa de arrendamento residencial	(438.941)	(425.619)
Taxa de administração (Nota 12)	(308.992)	(173.116)
Outras despesas operacionais (Nota 14)	(51.920)	(58.013)
Despesa com subsídio – PMCMV (Nota 15)	(3.242.812)	(67.715)
	(4.497.000)	(1.171.905)
Lucro líquido do exercício	992.096	172.215

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital	Dotação orçamentária	Fundo conta geral	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2009	600.000	500.000	3.117.251		4.217.251
Lucro líquido do exercício				172.215	172.215
Destinação de lucros			172.215	(172.215)	
Em 31 de dezembro de 2010	600.000	500.000	3.289.466		4.389.466
Lucro líquido do exercício				992.096	992.096
Destinação de lucros			992.096	(992.096)	
Em 31 de dezembro de 2011	<u>600.000</u>	<u>500.000</u>	<u>4.281.562</u>		<u>5.381.562</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Liberações junto às construtoras	(6.423.961)	(5.866.550)
Ressarcimento pela União – PMCMV	5.372.275	805.000
Resgates de títulos públicos federais		600.000
Recebimento de atualização monetária	503.545	359.671
Recebimento de taxa de arrendamento	541.989	521.725
Recebimento de taxa de ociosidade	19.310	18.455
Recebimento de recursos próprios/FGTS	41.493	42.040
Pagamento de taxa de risco de crédito (Nota 12)	(14.861)	(16.099)
Pagamento de taxas	(165.681)	(170.390)
Pagamento de DFI – danos físicos no imóvel	(10.979)	(6.668)
Pagamento de despesas diversas	(50.016)	(28.587)
Pagamento de obrigações (encargos) junto ao FGTS (Nota 9)	(474.822)	(404.219)
Retorno Financiamento – Valor Prestação Agente Financeiro – PMCMV	19.065	245
Pagamento de Taxas – PMCMV	(10)	(792)
Atualização Monetária – PMCMV	17	24.175
Alienação de Imóveis		2.377
Recebimento de Sinistro MIP – Parcelamento	193	138
Recebimento seguro MIP	10.823	20.577
Recebimento sinistro DFI	1.492	
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	(630.128)	(4.098.902)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de obrigações (amortizações) junto ao FGTS (Nota 9)	(411.907)	(706.843)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	(411.907)	(706.843)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.042.035)	(4.805.745)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.513.554	6.319.299
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	471.519	1.513.554
Reconciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	992.096	172.215
Redução em títulos e valores mobiliários		563.928
Aumento em relações financeiras	(3.167)	(1.143)
Aumento nas operações de crédito	(708.506)	(23.943)
Aumento em outros créditos	(1.303.562)	(5.058.414)
Aumento em outros valores e bens	(466.383)	(274.583)
Aumento no imobilizado	(1.619.218)	(5.080.072)
Aumento em obrigações por empréstimos	3.618	
Redução em obrigações por empréstimo (encargos)	(18.412)	43.103
Aumento em outras obrigações	2.493.406	5.560.007
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	(630.128)	(4.098.902)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (“FAR”) foi constituído com base no Voto CAIXA 140, Ata 1.419, de 27 de maio de 1999, com fundamento na Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, alterada pela Lei nº 10.859, de 14 de abril de 2004, e iniciou suas atividades em 1º de junho de 1999, com a finalidade de viabilizar o Programa de Arrendamento Residencial – PAR.

A Lei nº 11.474, de 15 de maio de 2007, altera os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 8º, da Lei 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, instituindo o arrendamento residencial com a opção de compra.

A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, alterada pela MP 514, de 1º de dezembro de 2010, em seu artigo 18, autorizou a União a transferir até o limite de R\$ 16,5 bilhões para o FAR e a utilização das disponibilidades do Fundo enquanto não houver ingresso financeiro efetivo do aporte de recursos, mediante o ressarcimento das quantias desembolsadas devidamente atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic.

O resultado (lucro) obtido pelo FAR está isento de tributação, com base na legislação vigente, devido à natureza de suas atividades.

A portaria nº153, de 15 de abril de 2010, altera a portaria nº493, de 4 de outubro de 2007, que estabelece as diretrizes gerais para aplicação dos recursos e implementação do Programa de Arrendamento Residencial – PAR e dá outras providências.

A portaria nº229, de 11 de maio de 2010, institui processo de seleção de propostas para Ações/Modalidades a serem apoiadas com recursos do Orçamento Geral da União – OGU na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2.

(a) Programa de Arrendamento Residencial – PAR

O objetivo do FAR é prover recursos ao PAR para realização de investimentos no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários (unidades habitacionais), mediante a constituição de carteira diversificada de ativos imobiliários, financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado mercantil financeiro.

Os recursos do FAR são provenientes de capital próprio e de empréstimos obtidos com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), conforme condições estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS (CCFGTS).

A CAIXA é responsável pela gestão do FAR e pela execução do PAR e o Ministério das Cidades é responsável pela Gestão do Programa, em observância às normas de competência e representação estabelecidas na Portaria do Ministério das Cidades nº 231, de 4 de junho de 2004, em seu regulamento e às demais instruções de sua organização interna, sendo observada, no que couber, a legislação pertinente ao arrendamento financeiro.

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV

A Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011, ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida, altera o art. 6º da Lei 11.977, que facilita a aquisição, produção e requalificação do imóvel residencial.

A portaria nº 93, de 24 de fevereiro de 2010, dispõe sobre aquisição e alienação de imóveis, sem prévio Arrendamento Residencial – PAR e envolvimento de recursos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

A portaria nº 140, de 5 de abril de 2010, dispõe sobre os critérios de elegibilidade e seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, conforme disposto no art. 2º, § 4º, do Decreto nº 6.962, de 17 de setembro de 2009, que regulamenta a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, atualizada pela Lei nº 12.424/11.

A portaria nº 561, de 28 de dezembro de 2011, definiu a remuneração da CAIXA pelas atividades exercidas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana, subprograma do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, originados do aporte da União ao FAR.

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações contábeis são específicas para registrar os atos e fatos contábeis relativos ao Fundo, baseados, com as adaptações pertinentes, no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas: ao valor justo de determinados instrumentos financeiros, à provisão para causas judiciais; a outras provisões; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

A classificação dos ativos e passivos entre circulante e não circulante é realizada de acordo com a Lei das S.A., considerando o prazo de 1 ano.

(a) Apuração do resultado

É feita pelo regime de competência.

(b) Ativos circulante e não circulante

Demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos e, quando aplicável, ajustado pelo valor de mercado ou de realização.

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Operações de crédito, arrendamento e provisão para créditos de liquidação duvidosa

- (i) operações de crédito: relativas ao parcelamento quando do exercício da opção de compra pelo arrendatário, criado pela Lei nº 11.474/07, e parcelamento no âmbito do PMCMV, criado pela Lei nº 11.977/09, alterado pela Lei nº 12.424/11;
- (ii) arrendamento: relativo à classificação do contrato de arrendamento com o arrendatário, com taxas de arrendamento a receber e receitas de arrendamento a apropriar; e
- (iii) provisão para crédito de liquidação duvidosa: não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa em razão do compromisso da CAIXA em liquidar as contraprestações mensalmente, tanto para o arrendamento quanto para o parcelamento.

(d) Imobilizado

Apresentados pelo valor de custo, ajustado pelos seguintes itens:

- . Depreciação dos imóveis arrendados, que é calculada pelo método linear, à taxa de 6,6% a.a., considerando o prazo de vigência dos contratos.
 - . O ajuste financeiro das operações de arrendamento residencial, avaliadas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, é calculado com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, tomando-se por base a taxa interna de retorno de cada contrato (Circular nº 1.429/89 do Banco Central do Brasil). O ajuste é registrado no imobilizado de arrendamento, cujo montante está demonstrado na Nota 5 na conta de superveniência de depreciação acumulada.
- (i) superveniência de depreciação: o ajuste ao valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento residencial, registrado na conta “Superveniência de Depreciação” do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato e computado no resultado, conforme determina a Circular nº 1.429/89 do Banco Central do Brasil.

(e) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias *pro rata die*.

(f) Subsídios do PMCMV

Corresponde à parcela resultante da diferença entre o valor pago pelo imóvel no âmbito do PMCMV, com recursos do FAR, e o valor presente do financiamento ao beneficiário final. Este subsídio é dado por ocasião da alienação do imóvel, ocasião que haverá o reconhecimento em despesa. A dotação da União para aplicação no PMCMV é reconhecida como um passivo até que o FAR cumpra a obrigação de financiar o imóvel ao beneficiário final, momento no qual é baixado contra resultado (receita), para contrapor o reconhecimento da despesa relativamente ao subsídio concedido. O resultado líquido das operações enquadradas no PMCMV advém dos financiamentos dos imóveis. Para as correspondentes contas do ativo, vide Nota 4 (b), já para as contas do passivo vide Nota 10 (b).

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa

Representa o total de recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, bem como pelas aplicações financeiras de liquidez que são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável, com vencimento inferior a 90 dias.

	2011	2010
Disponibilidades	321.396	54.972
Aplicações financeiras de liquidez		
Letras Financeiras do Tesouro	150.120	745.097
Letras do Tesouro Nacional		705.284
Notas do Tesouro Nacional	65	8.790
Rendas a Apropriar	(62)	(589)
	471.519	1.513.554

4 Operações de crédito

	2011	2010
Parcelamento	80.163	78.009
PMCMV	721.944	15.592
	802.107	93.601
Circulante	88.148	12.140
Não circulante	713.959	81.461

(a) PARCELAMENTO - Representa o montante do parcelamento quando da opção de compra pelo arrendatário, conforme disposto na Lei nº 11.474, de 15 de maio de 2007, que instituiu a opção de compra pelo arrendatário, depois de decorrido o prazo de 5 anos da data da contratação da operação ou na ocorrência de sinistro de MIP - Morte e invalidez permanente, total ou parcial, independente do prazo de arrendamento decorrido.

PARCELAMENTO	2011	2010
Circulante		
Vencimento até 1 ano	12.714	11.137
Não circulante		
De 1 ano a 5 anos	50.827	45.012
Acima de 5 anos	16.622	21.860
	67.449	66.872
Subtotal	80.163	78.009

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) PMCMV - Representa o montante do parcelamento habitacional subsidiado às famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00 por meio de parcelamento em 120 meses, com alienação fiduciária, de unidades habitacionais produzidas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

As condições para alienação e o público alvo são definidos pelo Ministério das Cidades.

Nos contratos de venda e compra com pagamento parcelado, celebrados com os beneficiários finais, deve constar cláusula específica que estabeleça a previsão de cobertura do risco de morte e invalidez permanente e das despesas com a recuperação de danos físicos ao imóvel pelo FAR.

A garantia para cobertura das ocorrências de riscos se dará a partir da data de assinatura do contrato e a vigência até a amortização total da dívida.

PARCELAMENTO PMCMV	2011	2010
Circulante		
Vencimento até 1 ano	394.665	1.003
Subsídio	(319.231)	
Subtotal	75.434	1.003
Não circulante		
De 1 ano a 5 anos	1.548.733	3.666
Acima de 5 anos	1.833.748	10.923
Subsídio	(2.735.971)	
Subtotal	646.510	14.589
Total	721.944	15.592

5 Operações de arrendamento residencial

Compostas pelas parcelas mensais a receber, decorrentes de operações de arrendamento residencial com opção de compra ao final do contrato pelo valor residual. Estas operações possuem prazo máximo de 180 meses e a taxa de arrendamento do imóvel é atualizada a cada período de 12 meses, a contar da data de assinatura do contrato, com base no índice de atualização aplicado aos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Voto CAIXA 140/99, Ata 1.419, de 27 de maio de 1999).

O montante de taxa de arrendamento pago ao Fundo pela CAIXA, no exercício de 2011, foi de R\$ 541.989 (2010 - R\$ 521.735).

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Evolução do ajuste a valor presente

	2011	2010
Valor presente dos contratos	4.859.941	5.073.100
Quantidade de contratos arrendados	246.024	243.115

(b) Demonstração do cálculo da superveniência

O ajuste da carteira dos contratos de arrendamento residencial foi apurado conforme disposto na Nota 2 (d), apresentando a seguinte posição:

	2011	2010
Valor presente dos contratos	4.859.941	5.073.100
Arrendamento financeiro especiais a receber – CP e LP	(5.769)	(5.855)
Imóveis arrendados	(6.625.252)	(6.483.953)
Depreciação	2.268.827	1.869.102
Amortização acumulada do diferido/perdas em arrendamento a amortizar	(1.426)	(835)
Aumento do imobilizado de arrendamento (superveniência de depreciação)	<u>496.321</u>	<u>451.559</u>

(c) Movimentação da operação de arrendamento residencial

	2011	2010
Saldo Inicial	64	5.959
Adições	188	195
Inclusões/Baixas	36	(5.791)
Encargos	(274)	(299)
Saldo Final	<u>14</u>	<u>64</u>

6 Créditos específicos

	2011	2010
Valores a classificar – FAR	1.977	1.846
Tesouro Nacional - Valores a receber - PMCMV (a)	<u>6.371.127</u>	<u>5.034.289</u>
	<u>6.373.104</u>	<u>5.036.135</u>

- (a) Representa os valores das parcelas liberadas às empreiteiras, a serem classificadas pelo Sistema de Acompanhamento dos Programas de Fomento e valores de aporte da União, no montante de R\$ 6.041.360 (2010 – R\$ 4.874.919), conforme previsto na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a ser ressarcido pelo Tesouro Nacional e atualizado, até o ingresso financeiro, pela Selic, que até 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 329.767 (2010 – R\$ 159.370).

A União repassou ao FAR, no exercício de 2011, o montante de R\$ 5.372.274 (2010 – R\$ 756.062) referente ao PMCMV, conforme disposto na Lei nº 11.977/09, atualizada pela Lei nº 12.424/11.

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010
Janeiro	922.483	
Fevereiro	18.068	
Abril	649.396	
Maio	184.893	
Junho	711.878	
Julho	178.827	
Agosto	1.010.247	
Outubro	1.096.482	756.062
Dezembro	600.000	
	5.372.274	756.062

7 Imobilizações em curso

Representa o montante de recursos solicitados para liberação às construtoras, deduzidos os imóveis concluídos e migrados para arrendamento e alienação junto ao PMCMV, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 8.217.363 (2010 – R\$ 6.377.727). No exercício, foi desembolsado para o PAR e Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV o montante de R\$ 6.453.395 (2010 – R\$ 5.865.660).

	2011	2010
Saldo inicial	6.377.727	1.111.626
Adições	6.453.395	5.865.660
Transferências imóveis para arrendar/alienar	(4.625.778)	(282.005)
Baixas		(322.185)
Atualização monetária	12.019	4.631
Saldo final	8.217.363	6.377.727

A seguir, a quantidade de empreendimentos e unidades em construção nos exercícios de 2011 e de 2010 (não auditado).

PAR	2011		2010	
	Empreendimentos	Unidades	Empreendimentos	Unidades
Centro-Oeste	185	31.209	7	2.484
Nordeste	484	78.028	3	820
Norte	54	8.244	3	588
Sudeste	676	106.758	19	3.049
Sul	292	40.347	1	100
	1.691	264.586	33	7.041
PMCMV	2011		2010	
	Empreendimentos	Unidades	Empreendimentos	Unidades
Centro-Oeste	99	34.882	79	27.033
Nordeste	565	207.895	519	189.436
Norte	101	51.597	88	35.078
Sudeste	496	145.728	387	104.268
Sul	238	46.863	202	40.488
	1.499	486.965	1.275	396.303

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Imobilizado de arrendamento

Registra o valor dos imóveis arrendados e as variações decorrentes de depreciação e do resultado.

	2011	2010
Imóveis arrendados	6.625.252	6.483.953
Imóveis arrendados – MIP a baixar	(31.224)	(24.539)
Superveniência de depreciação de imóveis arrendados	496.321	451.559
Ajuste a valor presente a classificar		19
Depreciação acumulada de imóveis arrendados	(2.268.827)	(1.869.102)
	4.821.522	5.041.890

Os imóveis arrendados estão segurados contra danos físicos no imóvel. A responsabilidade pelo pagamento é do Fundo, por meio da Caixa Seguradora S.A.

9 Obrigações por empréstimos e repasses

Compostas por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de arrendamento residencial, nas seguintes condições:

Modalidade de empréstimo:	Taxa	Vencimento final	2011	2010
FGTS – CCFGTS 314 e 437 (a)	TR + 4,0% a.a.	2022	1.553.228	1.699.684
FGTS – CCFGTS 437 (b)	TR + 5,2% a.a.	2025	761.615	808.213
FGTS – CCFGTS 473 (c)	TR + 5,2% a.a.	2026	800.770	845.410
FGTS – CCFGTS 502 (d)	TR + 5,2% a.a.	2027	829.808	873.028
FGTS – CCFGTS 523 (e)	TR + 5,2% a.a.	2028	555.928	583.230
FGTS – CCFGTS 559 (f)	TR + 5,2% a.a.	2029	2.730.087	2.852.190
Total			7.231.436	7.661.755
Circulante			515.386	492.782
Não circulante			6.716.050	7.168.973
			2011	2010
Saldo inicial			7.661.755	8.325.495
Amortizações/Repasse pré-pagamentos ao FGTS/Parcelamento/CDHU			(411.907)	(706.843)
Encargos pagos (AM e juros)			(474.822)	(404.219)
Taxa risco de crédito paga			(14.861)	(16.099)
Provisão de encargos (AM e juros)			454.335	447.442
Provisão da taxa de risco			16.936	15.979
Saldo final			7.231.436	7.661.755

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Empréstimo no montante de R\$ 2.600.000, por meio da Resolução CCFGTS (Conselho Curador do FGTS) 314, de 29 de abril de 1999 e 437, de 18 de dezembro de 2003. Esse empréstimo é atualizado de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR) e juros nominais de 4% a.a. O prazo para amortização é de 20 anos, com carência de 36 meses para início de retorno do principal. Em julho de 2002, houve o início do pagamento da quota de amortização equivalente a 0,025% do valor do empréstimo, com incremento de 0,061901% a cada ano. Os valores recebidos à vista quando da alienação dos imóveis do FAR também são utilizados para amortização do empréstimo. O valor amortizado no exercício de 2011 foi de R\$ 147.222 (2010 - R\$ 353.973);
- (b) Empréstimo no montante de R\$ 1.000.000, por meio da Resolução CCFGTS 437, de 18 de dezembro de 2003. Esse empréstimo é atualizado de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), juros nominais de 5,2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,2% a.a. O prazo para amortização é de 20 anos, com carência de 12 meses para início de retorno do principal. O valor amortizado no exercício de 2011 foi de R\$ 46.024 (2010 - R\$ 49.637);
- (c) Empréstimo no montante de R\$ 1.000.000, por meio da Resolução CCFGTS 473, de 3 de maio de 2005. Esse empréstimo é atualizado de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), juros nominais de 5,2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,2% a.a. O prazo para amortização é de 20 anos, com carência de 12 meses para início de retorno do principal. O valor amortizado no exercício de 2011 foi de R\$ 40.027 (2010 - R\$ 47.914);
- (d) Empréstimo no montante de R\$ 1.000.000, por meio da Resolução CCFGTS 502, de 23 de maio de 2006. Esse empréstimo é atualizado de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), juros nominais de 5,2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,2% a.a. O prazo para amortização é de 20 anos. O valor amortizado no exercício de 2011 foi de R\$ 42.639 (2010 - R\$ 46.667);
- (e) Empréstimo no montante de R\$ 650.000, por meio da Resolução CCFGTS 523, de 19 de dezembro de 2006. Esse empréstimo é atualizado de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), juros nominais de 5,2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,2% a.a. O prazo para amortização é de 20 anos. O valor amortizado no exercício de 2011 foi de R\$ 26.922 (2010 - R\$ 29.642);
- Empréstimo no montante de R\$ 3.000.000, por meio da Resolução CCFGTS 559, de 18 de abril de 2008. Esse empréstimo é atualizado de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), juros nominais de 5,2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,2% a.a. O prazo de amortização é de 20 anos. O valor amortizado no exercício de 2011 foi de R\$ 109.073 (2010 - R\$ 133.809).

10 Outras obrigações

	2011	2010
Diversas (a)	187.284	81.997
Dotação União – PMCMV (b)	8.771.130	6.383.011
Saldo final	<u>8.958.414</u>	<u>6.465.008</u>

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Diversas

Representam as Taxas de Administração devidas à CAIXA, da ordem de 0,30% a.a, pagas até o 5º dia útil do mês subsequente, sobre as disponibilidades financeiras, conforme regulamento do Fundo, registrado sob nº 291.775, Taxa de Risco de Inadimplência e Ociosidade (15% sobre as taxas de arrendamento dos imóveis), Taxa de Administração da Carteira Imobiliária (15% sobre as taxas de arrendamento dos imóveis), Provisão para Despesas com Conservação e Manutenção de Imóveis (15% sobre as taxas de arrendamento e ociosidade dos imóveis previstas).

	2011	2010
FAR – contas a pagar	19.102	57.769
Provisão com Conservação e Manutenção de Imóveis	7.085	6.941
SIACI movimento a classificar	383	383
Taxa de administração disponibilidade financeira a pagar	67	512
Taxa de risco de inadimplência e ociosidade a pagar	6.842	6.641
Taxa de administração carteira imobiliária a pagar	6.408	6.196
Outras taxas, indenização MIP e despesa de publicação	5.755	3.288
Taxa de administração a pagar – PMCMV	140.538	
Repasse de MIP a classificar	1.104	267
Total	<u>187.284</u>	<u>81.997</u>

b) Dotação União – PMCMV

	2011	2010
Saldo Inicial	6.383.011	
Reclassificação PL para Dotação União		6.466.516
Desembolsos do FAR ao PMCMV	6.473.950	
Valor de venda do imóvel	<u>(4.085.831)</u>	<u>(83.505)</u>
Saldo Final	<u>8.771.130</u>	<u>6.383.011</u>

Refere-se aos recursos a serem destinados pela União que serão baixados pelo valor dos custos do imóvel alienado ao beneficiário final, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 4.085.831 (2010 – R\$ 83.505).

Conforme disposto na Lei nº 12.424/11, artigo 79, parágrafo 3º, o FAR garante as coberturas securitárias do risco de morte e invalidez permanente do mutuário e dos danos físicos ao imóvel relativos aos financiamentos habitacionais originados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, em que as fontes de recursos advêm do FAR. Nesse contexto, o FAR está em fase de contratação de atuário para realização dos estudos e cálculos atuariais para apuração dos efeitos nas suas demonstrações contábeis. Dessa forma, o processo de mensuração e registros das provisões atuariais decorrentes dessas coberturas securitárias ainda não foi finalizado.

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Patrimônio líquido

O Capital Social é de R\$ 600.000 e está representado pelo direito da União, totalmente integralizado e a dotação orçamentária da União realizada em espécie, no montante de R\$ 500.000, por meio da Lei nº 11.659, de 18 de abril de 2008.

Com base no disposto da Lei nº 11.638/07, o valor dos lucros acumulados é transferido para o Fundo conta geral.

12 Taxa de administração, de risco e de ociosidade

A CAIXA exerce a administração do Fundo, auferindo taxa de administração na forma determinada no Voto CAIXA 140, Ata 1.419, de 27 de maio de 1999, e Resolução CAIXA nº 937, de 16 de junho de 2004 como segue:

- 0,30% a.a. sobre as disponibilidades financeiras do FAR;
- 30% sobre o valor previsto da arrecadação mensal a título de administração operacional, de risco de crédito nas operações de arrendamento residencial e de ociosidade de ocupação das unidades residenciais para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, conforme Portaria Interministerial nº 109, de 7 de maio de 2004, editada pelos Ministros de Estado das Cidades e da Fazenda por delegação de competência definida na Lei 10.859, de 14 de abril de 2004; e
- 1,2% incidente sobre o valor contratado, devido mensalmente, a razão de 1/12, a título de despesas de acompanhamento dos empreendimentos em construção destinados à cobertura dos custos de formação do patrimônio mobiliário regulamentada pela Portaria Interministerial nº 109, de 7 de maio de 2004, editada pelos Ministros de Estado das Cidades e da Fazenda.

Segue a composição dos saldos das contas:

	2011	2010
Taxa de Administração Disponibilidade Financeira	2.667	12.713
Taxa de Risco de Inadimplência e Ociosidade	81.486	78.508
Taxa de Administração Carteira Imobiliária	81.497	78.520
Despesas com acompanhamento de Obras	29	204
Taxa de intermediação de Crédito - Parcelamento	570	474
Taxa operacional mensal - Parcelamento	1.937	1.685
Taxa de performance - Parcelamento	258	220
Taxa de Administração - PMCMV	12	792
Taxa de Administração – PMCMV – Agente Financeiro (a)	140.536	
Total	308.992	173.116

(a) A portaria nº 561, de 28 de dezembro de 2011, definiu a remuneração da CAIXA pelas atividades exercidas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana, subprograma do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, originados do aporte da União ao FAR. Portanto, o montante foi registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em adequação à referida portaria.

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Outras receitas operacionais

Registradas pelos lucros obtidos no ajuste a valor de mercado dos imóveis, pela atualização monetária dos imóveis cuja execução da obra ultrapassou dezoito meses, pelas atualizações sobre os recursos da União no âmbito do PMCMV (Lei nº 11.977/09) e pelos lucros apurados na alienação de imóveis

	2011	2010
Ajuste a valor de mercado	8.656	9.555
Atualização monetária dos empreendimentos	12.018	4.631
Atualização sobre recursos da União	638.888	208.307
Recuperação de despesas diversas	6.100	4.044
Lucro na alienação de imóveis	13.423	36.886
Outras receitas	5.266	227
Total	684.351	263.650

14 Outras despesas operacionais

	2011	2010
Taxa de risco de crédito - FGTS	16.936	15.979
Seguros - DFI	8.527	8.306
Taxas condominiais	8.674	8.520
Reparos e benfeitorias	8.162	3.130
Vigilância	7.536	16.552
Outras	2.085	5.526
Total	51.920	58.013

15 Subsídios PMCMV

Neste exercício foram registradas as despesas com os subsídios concedidos nos financiamentos no âmbito do PMCMV (Lei 11.977/09), no montante de R\$ 3.242.812 (2010- R\$ 67.715). O subsídio concedido na operacionalização do PMCMV equivale à diferença entre o valor de aquisição do imóvel e o valor do parcelamento. Estes subsídios são concedidos com base na renda familiar dos beneficiários, sendo as prestações equivalentes a no máximo 10% da renda familiar e no mínimo, R\$ 50,00, independentemente do valor do imóvel, conforme regulamentado pelo Decreto nº 6.962/09, artigo 14.

Neste exercício com a venda do imóvel por meio de alienação fiduciária foi registrado a título de receita oriunda do PMCMV o montante de R\$ 4.085.831 (2010 –R\$ 83.505).

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Transações entre partes relacionadas

Operações com a Caixa Econômica Federal - CAIXA:

	2011	2010
Ativo	<u>324.034</u>	<u>56.050</u>
Disponibilidades	321.396	54.972
Outros créditos – remuneração a receber	2.638	1.078
Passivo	<u>303.978</u>	<u>1.471.931</u>
Taxa de administração a pagar	153.855	13.349
Operação compromissada	150.123	1.458.582
Receitas		
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	21.455	9.470
Despesas		
Despesas com taxa de administração	308.992	173.116
Taxa de risco de crédito - FGTS	16.936	15.979

Operações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS

	2011	2010
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses	7.231.436	7.661.755
Despesas		
Despesas de obrigações por empréstimo e repasses	454.335	447.442

17 Contingências

O FAR não é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cíveis cujo risco de perda seja classificado como provável. Em 31 de dezembro de 2011, há 25 processos judiciais de natureza cível (2010 – 32 processos) com valor de causa atualizado no montante de R\$ 4.389 (2010 – R\$ 4.093), classificados com risco de perda possível ou remoto, para os quais não foi constituída provisão.

De acordo com seus advogados, o FAR não possui ativos contingentes classificados como praticamente certos, não sendo necessário o reconhecimento de contingências ativas nas demonstrações contábeis.

Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
(Administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA)

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

JORGE FONTES HEREDA COELHO
PRESIDENTE

FABIO FERREIRA CLETO
VICE-PRESIDENTE - RESPONSÁVEL PELOS
FUNDOS E PROGRAMAS DO GOVERNO
FEDERAL

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
VICE-PRESIDENTE

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

JOSÉ URBANO DUARTE
VICE-PRESIDENTE

MARCOS ROBERTO VASCONCELOS
VICE-PRESIDENTE

PAULO ROBERTO DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE

RAPHAEL REZENDE NETO
VICE-PRESIDENTE

SERGIO PINHEIRO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA SOARES
GERENTE NACIONAL DE CONTAB. DE
ENTIDADES SOCIAIS E FUNDOS DE
INVESTIMENTO
CONTADORA CRC/DF 11025/O

* * *